

PROPOSTA COMERCIAL – AO SENADO FEDERAL

Razão Social da empresa: Inove Capacitação Consultoria e Treinamentos Ltda - ME					
Nome fantasia (se houver): Inove Capacitação					
CNPJ: 278838940001-61					
Endereço: Av. Cel. Francisco H. dos Santos, 2627 - Hauer					
CEP: 81530-001					
Telefone: (41) 3618-9954					
E-mail: comercial13@inovecapitacao.com.br					
Dados Bancários: Santander Agência: 0950 C/C: 13001280-7					
Nome Vanessa Gonzaga Da Silva					
CPF: 03608605916					
RG/órgão emissor: 83159596 SESP					
E-mail cursos@inovecapitacao.com.br					
Telefone: (DDD) 41 3618 9954-					
Instrumento de outorga de poderes: procuração					
Certificação digital: O representante legal da empresa que assinará o ajuste possui certificação digital ICP Brasil? () Sim (x) Não					
ITEM	QUANT.	UNIDADE	ESPECIFICAÇÃO	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	01	Inscrição	7 CONASJUR Congresso Nacional sobre Atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos realização nos dias 27,28,29 e 30 de maio de 2025, 32 hs de capacitação e Aperfeiçoamento. (modalidade online)	R\$	R\$3.790,00
2				R\$	R\$
3				R\$	R\$
VALOR TOTAL					R\$3.790,00
O preço por item deve compreender todos os encargos, despesas, frete e custos diretos e indiretos necessários à perfeita execução do objeto.					
Prazo de entrega ou execução do objeto:					
Prazo de garantia (se houver):					
Data da elaboração da proposta: 26/03/2025					
Prazo de validade da proposta: 27/05/2025					
Nome do responsável pela proposta: Eliana Monteiro					
Telefone do responsável pela proposta: (DDD): 41 3618 9954					
e-mail do responsável pela proposta: comercial13@inovecapitacao.com.br					
Assinatura do responsável pela proposta (física ou digital):					

Forma de pagamento:

O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo detalhado de recebimento definitivo do objeto e à apresentação da garantia contratual, quando exigida.

Instruções de preenchimento:

A proponente deverá informar os preços por item, total do item, por grupo (quando for o caso) e total global da proposta.

O instrumento de outorga de poderes ao representante legal que irá assinar o Termo de Contrato ou a Ata de Registro de Preços (caso haja) deverá ser encaminhado em anexo à proposta de preços.

Os valores unitários e totais deverão ser grafados somente até os centavos.

VANESSA
GONZAGA DA
SILVA:05041758905

Assinado de forma digital
por VANESSA GONZAGA
DA SILVA:05041758905
Data: 2025.04.01
14:47:42 -03'00'



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



■ APRESENTAÇÃO

A Lei nº 14.133/2021, que reformulou o regime jurídico das licitações e contratos administrativos no Brasil, representa um marco na modernização da gestão pública. Ao incorporar princípios como a eficiência, a transparência e a inovação, a nova legislação busca otimizar os processos de contratação, garantindo a obtenção de melhores resultados para a sociedade. A digitalização e a padronização dos procedimentos, por exemplo, têm o potencial de reduzir custos, combater a corrupção e facilitar o controle social sobre a aplicação dos recursos públicos.

Nesse contexto de transformação, as Assessorias Jurídicas dos órgãos e entidades públicas desempenham um papel fundamental. A elas cabe a tarefa de interpretar e aplicar a nova legislação, orientando os gestores públicos e garantindo a segurança jurídica das contratações. A complexidade da nova Lei de Licitações exige que esses profissionais estejam constantemente atualizados sobre as suas nuances e sobre a jurisprudência a ela relacionada.

Eventos como o 7º Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos (CONASJUR) são cruciais para a capacitação desses profissionais. Ao reunir especialistas de renome, o evento proporcionará aos seus participantes um espaço exclusivo para o debate de temas relevantes e para a troca de experiências. As discussões abordarão desde os aspectos teóricos da nova lei até as suas aplicações práticas no dia a dia das instituições públicas.

O 7º CONASJUR é a plataforma ideal para os profissionais da área jurídica expandirem sua rede de contatos, troquem experiências e se mantenham atualizados sobre as últimas tendências em licitações e contratos públicos.

Não perca a oportunidade de participar do evento jurídico mais aguardado do ano sobre a Lei nº 14.133/2021.

■ PILARES-CHAVE DO EVENTO

O evento está centrado nos seguintes eixos, os quais envolvem os pilares principais de sua programação:

1. Nova Lei de Licitações e Contratos

- Alterações em contratos, navegação por estratégias de suprimento, especificação técnica, requisitos de habilitação etc.

2. O Papel do Assessor Jurídico

- O assessor jurídico como articulador de soluções, gestão de incidentes contratuais, elaboração de pareceres, equilíbrio entre direitos do contratado e eficiência dos contratos.



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



PILARES-CHAVE DO EVENTO

3. Tecnologia e Inovação na Advocacia Pública

- Inteligência artificial generativa e transformação da advocacia pública.

4. Princípios e Fundamentos das Contratações Públicas

- Regime das nulidades, cabimento e pertinência no sistema de registro de preços, erro grosseiro e medo decisório, entre outros temas.

5. Gestão de Contratos e Segurança Jurídica

- Gestão de incidentes contratuais, segurança jurídica na implementação de políticas públicas etc.

PÚBLICO-ALVO

- Assessores jurídicos de órgãos e entidades públicas;
- Procuradores públicos;
- Servidores públicos que atuam na área de licitações e contratos;
- Advogados especializados em direito administrativo;
- Empresários e representantes de empresas que participam de licitações públicas.
- Demais profissionais interessados em conhecer as novidades e a aplicabilidade da Lei nº 14.133/2021.

PALESTRANTES



DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL (COORDENADOR TÉCNICO)

Procurador Federal da Advocacia-Geral da União no Brasil (AGU), com atuação na consultoria e assessoramento de gestores federais nas áreas de contratações públicas e concessões de serviços públicos. Ocupou diversos cargos como o de Subprocurador-Geral na matéria administrativa na Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres, de Secretário de Coordenação de Transportes da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República do Brasil, Subprocurador-Geral Federal da Procuradoria-Geral Federal e de Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil, entre outros. Atualmente ocupa o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (PFE-ANPD). É Mestre em Direito Público na Universidade

Nova de Lisboa (Nova School of Law), especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera-Uniderp e em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro – IDASAN, do Instituto Nacional da Contratação Pública – INCP, Coautor do livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Fórum, 2022) e Professor na área de licitações e contratos administrativos.



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



PALESTRANTES



ANDERSON SANT'ANA PEDRA

Procurador do Estado do Espírito Santo. Advogado e Consultor em Direito Público (Anderson Pedra - Advogados). Pós-doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Doutor em Direito do Estado (PUC/SP). Especialista em Direito Público e Processual Público. Professor colaborador do Mestrado em Direito da FDV e do Mestrado em Gestão Pública da UFES. Professor na graduação de Direito Administrativo e de Direito Constitucional da FDV/ES. Professor em pós-graduação de diversas instituições de ensino no Brasil. Atua como Instrutor em diversas instituições públicas e privadas em temas relacionados a contratações públicas. Palestrante em diversos eventos nacionais e internacionais. Ex-Chefe da Procuradoria de Consultoria Administrativa da PGE/ES. Ex-Chefe da Consultoria Jurídica do TCE/ES. Autor.



BENJAMIN ZYMLER

Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) desde 2001, onde ingressou no cargo de Ministro-Substituto em 1998, por meio de concurso público de provas e títulos. Ocupou o cargo de Presidente da Corte de Contas no biênio 2011/2012. Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília (UnB), com vasta experiência em Direito Administrativo e Direito Constitucional, é graduado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e em Direito pela UnB. Ministrou cursos e palestras em diversos institutos, tais como a Escola da Magistratura do Distrito Federal e Territórios, a Escola da Magistratura do Trabalho e a Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, além de ser professor em programas de pós-graduação de instituições brasileiras públicas e privadas. É autor das obras "Direito Administrativo e Controle", "O Controle Externo das Concessões de Serviços

Públicos e das Parcerias Público-Privadas", "Direito Administrativo", "Política & Direito: uma visão autopoietica", "Processo Administrativo no Tribunal de Contas da União", "Regime Diferenciado de Contratação - RDC", "Lei Anticorrupção - Lei nº 12.846/2013 - Uma Visão do Controle Externo", dentre outras.



CARLOS HENRIQUE BENEDITO NITÃO LOUREIRO

Formado em Direito, com especialização em Direito Administrativo. Mestre em Direito pela UFRN. Doutorando em Direito pela UNB. Membro do Instituto de Direito Administrativo da Paraíba. Membro da Advocacia-Geral da União desde 2014, ocupando o cargo de Procurador Federal. É integrante da Câmara Permanente de Assunto de Interesse das Instituições Federais de Ensino Superior - CPIFES e da Câmara Permanente de Ciência, Tecnologia e Inovação - CO-CT&I, ambas da Procuradoria-Geral Federal - AGU.



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



PALESTRANTES



CAROLINA ZANCANER ZOCKUN

Mestre e Doutora em Direito Administrativo pela PUC/SP, Pós-Doutora em Democracia e Direitos Humanos pelo Centro de Direito Humanos da Universidade de Coimbra; Procuradora da Fazenda Nacional, Chefe da Divisão de Consultoria e Assessoramento em Direito Administrativo da Procuradoria da Fazenda Nacional na 3ª Região, Subprocuradora Regional Substituta da Fazenda Nacional na 3ª Região, Coordenadora do Grupo de Trabalho e Estudos de Compras Colaborativas da AGU, Co-Coordenadora da Comissão Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da AGU e professora de Direito Administrativo nos cursos de graduação e especialização da faculdade de Direito da PUC/SP.



CHRISTIANNE DE CARVALHO STROPPA

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ex-Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Ex-Assessora Jurídica na Secretaria da Saúde do Município de São Paulo. Ex-Procuradora da Universidade de São Paulo. Atualmente é Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA, do Instituto de Direito Administrativo Paulista – IDAP, do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). É sócia do escritório Carvalho Stroppa Sociedade de Advogados.



CRISTIANA FORTINI

Possui Pós-Doutorado/Estágio Senior (bolsa Capes) na George Washington University (2015); Doutorado em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003); Graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995); Professora Visitante da Universidade de Pisa/Itália; Professora da graduação, mestrado e doutorado (corpo permanente) na Faculdade de Direito da UFMG; Professora do mestrado (corpo permanente) da Faculdade de Direito Milton Campos; Vice Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA); integra a comissão de estudos em prol da liberdade econômica da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais- FIEMG; Editora da Revista Brasileira de Estudos Políticos (Rbep); é membro do corpo de Mediadores e Árbitros do Centro Brasileiro de Litígios Econômicos; Especialização em Mediação e Conciliação (em andamento); foi Controladora

Geral de Belo Horizonte (2011 a 2014); foi Procuradora Geral Adjunta de Belo Horizonte (2008 a 2011); foi Diretora da PBH Ativos (2017); foi Assessora Especial da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (2017); foi Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo (IMDA); foi presidente da comissão de direito administrativo da OAB/ MG (2017/2019) e da Comissão de Parcerias Público Privadas da OAB/MG (2017/2019); foi Subchefe do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFMG; foi Conselheira da OAB/MG (2017/2019); foi Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA); foi coordenadora da Pós Graduação em Direito Público do Centro de Atualização em Direito; foi coordenadora do Curso de Direito Izabela Hendrix (2003/2005); possui diversos livros e artigos publicados na área do Direito Público, em especial no Direito Administrativo.



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



PALESTRANTES



DANILO ALMEIDA NASCIMENTO

Advogado, Procurador do Estado de Pernambuco, Professor, Pós Graduado em Direito Público e Pós Graduado em Direito Tributário. Foi Procurador Chefe Adjunto e Procurador Chefe da Procuradoria Consultiva, tendo atuado como Coordenador Jurídico da Secretaria das Cidades, Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, Trabalho e Qualificação, Secretaria de Infraestrutura, estando atualmente na Coordenação Jurídica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, todas do Estado de Pernambuco. Integra a Comissão de Estudos Permanentes de Compliance da OAB/PE e é membro colaborador da Comissão de Direito Administrativo dessa mesma seccional.



EDUARDO GROSSI FRANCO NETO

Procurador do Estado de Minas Gerais. Mestre em Direito e Administração Pública pela UFMG. Professor MBA PUC Minas em Infraestrutura, Concessões e PPP's. Professor MBA Centro de Estudos de Direito e Negócios – CEDIN em Negócios e Infraestrutura. Pós-Graduado, em grau de especialização, em Ordem Jurídica e Ministério Público pela Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal - FESMPDFT. Especialista em Advocacia Pública pelo IDDE – Instituto para o Desenvolvimento Democrático/MG. Autor livros e artigos jurídicos, com destaque para o livro "70 Grandes Erros em Licitações e Contratos" – Ed. Letramento, Casa do Direito, 2019. Advogado. Assessor Jurídico-Chefe do Centro de Serviços Compartilhados - CSC/Seplag-MG



GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde desenvolveu pesquisa na área de Direito Administrativo. Professor de cursos de capacitação e de pós-graduação em Direito Administrativo, com ênfase em licitações públicas e contratos administrativos (Zênite Consultoria e Informação S/A e Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP). Pesquisador Visitante (Visiting Researcher) no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht, em Hamburgo. Educação Executiva pela Harvard Law School (Program on Negotiation). Ex-presidente do Centro Acadêmico XI de Fevereiro - CAXIF (Direito/UFSC). Sócio-fundador do escritório Schiefler Advocacia.



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



PALESTRANTES



JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, advogado, professor de direito administrativo, escritor, consultor, conferencista, palestrante de renome nacional e internacional e fundador da Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados. Desenvolveu uma longa e sólida carreira no serviço público ocupando vários cargos, dos quais se destacam: Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Membro do Conselho Interministerial de Desburocratização, Procurador e Procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Advogado e Administrador Postal da ECT e, ainda, consultor cadastrado no Banco Mundial. Autor de várias obras sobre o tema da Administração Pública, das quais destacam-se: Contratação Direta sem Licitação, Tomada de Contas Especial, Sistema de Registros de

Preços e Pregão Eletrônico, além de ser organizador e coordenador de vários textos legais, dentre eles a Lei nº 8.666/1993 e o Vade-Mécum de Licitações e Contratos.



LINDINEIDE OLIVEIRA CARDOSO

Bacharel em Direito, servidora pública há mais de 20 anos. Professora e instrutora em licitações e contratos. Especialista em Licitações e Contratos e em Direito Processual Civil, com habilitação para o Magistério Superior na área do Direito. Ex-empregada pública da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf. Servidora pública de carreira da Justiça Eleitoral. Membro do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas – IDAA. Membro do Comitê de Governança das Contratações da Rede GovernançaBrasil - RGB. Vasta experiência em Direito Administrativo, com ênfase na fase da Execução Contratual, notadamente em Gestão e Fiscalização de Contratos. Ex-Chefe da Seção de Gestão de Contratos - SEGEC, do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Ministrante de cursos e palestras, virtuais e presenciais, para servidores de Institutos Federais de Educação, Universidades Estaduais e Federais, Prefeituras e Câmaras Municipais, Conselhos Federais, TRF, TRT, CNJ e Estatais. Professora da Pós-Graduação em Direito Municipal e em Licitações e Contratos do Centro Universitário Cesmac. Colaboradora das obras Direito Administrativo e Novas Tecnologias (Juruá, 2023), Direito Administrativo Municipal (Juruá, 2022) e Novo Direito das Licitações e Contratos Administrativos (Juruá, 2021). Autora do livro Contratos Administrativos na Nova Lei de Licitações - Teoria e Prática - Editora Juspodivm.



MICHELLE MARRY MARQUES DA SILVA

É Advogada da União desde 2007. Atualmente é Coordenadora de Convênios, Estudos e Atuação Proativa no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Foi Analista Judiciária no Superior Tribunal de Justiça. Foi Coordenadora-geral em Licitação, Contratos e Instrumentos Congêneres Substituta no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Foi Assessora na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República. Foi Coordenadora-Geral Jurídica de Suporte à Central de Compras e Contratações no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Foi Coordenadora de Assuntos Administrativos no Ministério da Cultura. Foi Coordenadora-geral em Licitação, Contratos e Instrumentos Congêneres no Ministério da Educação. Pós-graduada em direito público pela Universidade de Brasília e pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Mestre em Direito Constitucional pelo IDP. É Coordenadora da

Câmara Nacional de Convênios e Instrumentos Congêneres da Consultoria – Geral da União-CGU/AGU e membro da Câmara Nacional de Licitação e Contratos da CGU/AGU. Coautora do livro RDC ? Regime Diferenciado de Contratações.



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



PALESTRANTES



RAFAEL SÉRGIO LIMA DE OLIVEIRA

Procurador Federal da Advocacia-Geral da União - AGU e fundador do Portal L&C. Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, Mestre em Direito, Especialista em Direito Público e Pós Graduado em Direito da Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Participou do Programa de Intercâmbio Erasmus+, desenvolvendo pesquisa na área de Direito da Contratação Pública na Università degli Studi di Roma - Tor Vergata. Na AGU foi Chefe da Divisão de Licitação e Contrato da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e membro da Câmara Permanente de Licitação e Contrato da Procuradoria Geral Federal - PGF. Atua na consultoria e assessoramento de gestores públicos federais desde 2008. É membro da Red Iberoamericana de

Contratación Pública e professor de Licitação e Contrato nos cursos de Pós graduação do Centro de Estudos Renato Saraiva - CERS, do Instituto Goiano de Direito - IGD, do ProJur e da UniAmérica. Professor e conferencista em diversos eventos nacionais e internacionais sobre licitação e contrato.



RAQUEL MELO URBANO DE CARVALHO

É graduada na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e concluiu mestrado em Direito Administrativo na mesma instituição. É Procuradora do Estado de Minas Gerais, desde 1998, tendo sido lotada na Consultoria Jurídica, na Procuradoria Administrativa (contencioso de Direito Administrativo) e, a partir de fevereiro de 2020, como Procuradora Chefe na Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Publicou "Curso de Direito Administrativo (Parte Geral, Intervenção do Estado e Estrutura da Administração)" e é autora de artigos publicados em periódicos e obras coletivas. Colaborou na estruturação do Centro de Estudos Jurídicos da AGEMG, com atividades de coordenação no ano de 2015. Idealizadora, fundadora e coordenadora do "Direito Administrativo para Todos", em especial do Projeto "Pé na Estrada". Palestrante, conferencista e professora de Direito Administrativo.



RENILA LACERDA BRAGAGNOLI

Advogada da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), atualmente ocupando o cargo de Secretária de Integridade. Mestranda em Políticas Públicas e Governo pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Especialista em Políticas Públicas, Gestão e Controle da Administração pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP/DF). Membro efetiva do Instituto Nacional da Contratação Pública - INCP e Membro da Comissão Estatais do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA. Professora de cursos de Pós-Graduação na temática Lei das Estatais e palestrante na área de contratações públicas. Professora de cursos de Pós-Graduação na temática Lei das Estatais e palestrante na área de contratações públicas.



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRIMEIRO DIA

8:30

CREDENCIAMENTO

9:00

PAINEL 1: SEGURANÇA JURÍDICA NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAPEL ESTRATÉGICO DO ASSESSOR

Jacoby Fernandes

9:50

PAINEL 2: DA PADRONIZAÇÃO À ESPECIFICIDADE: A RELEVÂNCIA DO ASSESSOR JURÍDICO NA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS ADEQUADOS À REALIDADE DE CADA CONTRATAÇÃO

Carolina Zancaner

10:35

COFFEE BREAK

11:05

MESA DE DEBATE 1:

TEMA A DEFINIR

Carolina Zancaner, Gustavo Schiefler e Daniel Barral

12:30

ALMOÇO

14:00

OFICINA 1: TRANSFORMANDO A ADVOCACIA PÚBLICA COM A IA GENERATIVA: PRÁTICAS EFICAZES PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS

Gustavo Schiefler

16:00

COFFEE BREAK

16:30

PAINEL 3: ERRO GROSSEIRO E MEDO DECISÓRIO: CONSTRUINDO UM SISTEMA JURÍDICO QUE INCENTIVE A EFICIÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Carlos Nitão



7° CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SEGUNDO DIA

8:30

PAINEL 4: O ASSESSOR JURÍDICO E O PRINCÍPIO DA CONFIANÇA: EQUILIBRANDO DIREITOS DO CONTRATADO, EFICIÊNCIA E SEGURANÇA JURÍDICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Anderson Pedra

9:30

COFFEE BREAK

10:00

OFICINA 2: ELABORAÇÃO DO PARECER: DA FORMA AO CONTEÚDO

Renila Bragagnoli

12:30

ALMOÇO

14:00

OFICINA 3: REQUISITOS DE HABILITAÇÃO NA LEI N° 14.133/2021: COMO EQUILIBRAR COMPETITIVIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA

Raquel Carvalho

16:15

COFFEE BREAK

16:45

PAINEL 5: ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E INDICAÇÃO DE MARCA NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: LIMITES, POSSIBILIDADES E BOAS PRÁTICAS

Rafael Sérgio de Oliveira



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TERCEIRO DIA

8:30

PAINEL 6: GESTÃO DE INCIDENTES CONTRATUAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A ATUAÇÃO DO ASSESSOR JURÍDICO NA COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE AJUSTES COM SEGURANÇA JURÍDICA

Cristiana Fortini

9:30

COFFEE BREAK

10:00

OFICINA 4: NAVEGANDO PELAS ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: SRP, CREDENCIAMENTO E FORNECIMENTO CONTÍNUO

Eduardo Grossi

12:30

ALMOÇO

14:00

PAINEL 7: ALTERAÇÕES EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: LIMITES, RISCOS E GARANTIAS JURÍDICAS

Daniel Barral

15:00

PAINEL 8: CABIMENTO E PERTINÊNCIA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: FUNDAMENTOS E BOAS PRÁTICAS DE UTILIZAÇÃO

Michelle Marry

16:00

COFFEE BREAK

16:30

MESA DE DEBATE 2: O ASSESSOR JURÍDICO COMO ARTICULADOR DE SOLUÇÕES: EFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES PÚBLICAS

Daniel Barral, Eduardo Grossi e Michelle Marry



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

QUARTO DIA

8:30

PAINEL 9: CONTROLE EXTERNO NA LEI N° 14.133/2021: FUNÇÕES E DESAFIOS NA FISCALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

Ministro Benjamin Zymler

9:30

COFFEE BREAK

10:00

OFICINA 5: A NOVA DINÂMICA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA: IMPLICAÇÕES DAS IN SEGES/MGI N° 176/2024 E N° 190/2024 PARA GARANTIAS TRABALHISTAS

Lindineide Cardoso

12:30

ALMOÇO

14:00

PAINEL 10: PROGRAMAS DE INTEGRIDADE COMO FERRAMENTA DE CONFORMIDADE: DESDOBRAMENTOS DO DECRETO N° 12.304/2024 NA GESTÃO PÚBLICA

Christianne Stroppa

16:00

COFFEE BREAK

16:30

PAINEL 11: O REGIME DAS NULIDADES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Danilo Almeida

LOCAL DO EVENTO

Windsor Plaza Brasília Hotel

Endereço: SHS Quadra 05 Bloco H – Asa Sul, Brasília – DF, 70322-912

Telefone: (61) 2195-1100

Faça sua reserva pelo site do hotel utilizando o cupom **INOVE25** e obtenha um valor especial na sua hospedagem.



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



PROGRAMAÇÃO GERAL



Híbrido em
Brasília - DF



27, 28, 29 e 30 de maio
de 2025



das 8:30 às 18:00
(horário de Brasília)



32 horas de
capacitação

PRESENCIAL

R\$ 6.290⁰⁰
por pessoa

Último Lote

Material didático exclusivo Inove

Material complementar dos palestrantes

Certificado de capacitação profissional

4 almoços e 8 coffee breaks

Kit Inove com mochila e squeeze

ONLINE

R\$ 4.290⁰⁰
por pessoa

Último Lote

Material didático da aula para download

Material complementar dos palestrantes

Certificado de capacitação profissional

100% online e com interação junto aos professores

Acesso às gravações por 30 dias

PAGAMENTO

O respectivo pagamento será realizado em nome de **INOVECAPACITACAO - CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA - ME** com o **CNPJ nº 27.883.894.0001-61**.



Santander

Agência: 0950

C/C: 13001280-7

* **Condições:** O cancelamento da inscrição por parte do participante deverá ser realizado em no máximo 05 dias úteis antes da data de realização do curso, sendo que após este prazo deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. Por motivos operacionais ou por falta de quórum, a Inove Soluções em Capacitação reserva-se ao direito de adiar, alterar a programação ou o palestrante, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente. A inscrição será confirmada mediante envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização, depósito ou outra forma de comprovação do pagamento.



SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

PARECER Nº 261/2025-ADVOSF

Processo nº 00200.004823/2025-14

Contratação direta. Inexigibilidade de licitação. Artigo 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021. Treinamento externo. Participação de 1 (um) servidor no treinamento externo “7º Congresso Nacional sobre a Atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos”. Análise jurídica. Pela aprovação, com recomendações.

1. DO RELATÓRIO FÁTICO

Trata-se de processo administrativo encaminhado a esta Advocacia para análise da regularidade jurídica da contratação direta da Inove Capacitação Consultoria e Treinamentos Ltda - ME., objetivando a participação de 1 (um) servidor no treinamento externo “7º Congresso Nacional sobre a Atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos”, no período de 27 a 30 de abril de 2025, na modalidade online, ao custo total de **R\$ 3.790,00 (três mil setecentos e noventa reais.)**.

A pretensa contratação se dará na modalidade de inexigibilidade de licitação, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021¹.

¹Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

(...)

III-contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação:

(...)

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

O servidor indicado para a participação no evento está lotado na Advocacia do Senado Federal - ADVOSF, sendo ele:

- 1) Felipe do Amaral Monteiro Martins – matrícula 413863;

Passo seguinte, foram juntados aos autos as seguintes documentações:

1. Documento de Formalização da Demanda – DFD, no qual consta a solicitação de treinamento externo, descrição do treinamento, justificativa do chefe imediato, demonstração por parte da unidade da notória especialização da empresa e profissionais, mapa de riscos da contratação, além da declaração e termo de compromisso do participante (doc. nº 00100.041212/2025-85);
2. Cronograma de atividades do evento (doc. nº 00100.041212/2025-85-1);
3. Proposta comercial (doc. nº 00100.041212/2025-85-3);
4. Contrato Social e Declaração de não empregar menores (doc. nº 00100.057348/2025-15-1);
5. Currículo *Lattes* dos palestrantes Anderson Sant Ana Pedra, Benjamin Zymler, Carolina Zancaner Zockun, Carlos Henrique Benedito Nitão Loureiro, Christianne de Carvalho Stroppa, Cristiana Fortini, Eduardo Grosse Franco Neto, Gustavo Henrique Carvalho Shiefler, Jorge Ulisses Jacoby Fernandes, Lindineide Oliveira Cardoso, Michelle Marry Marques da Silva, Rafael Sérgio Lima de Oliveira e Raquel Melo Urbano de Carvalho (doc. nº 00100.041212/2025-85-2);
6. Currículo *vitae* dos palestrantes Daniel de Andrade Oliveira Barral e Renilda Lacerda Bragagnoli (doc. nº 00100.041212/2025-85-2)
7. Atestado de Capacidade Técnica, datado de 27/06/2024, emitido pelo Fundo de Gestão, Desenvolvimento e Modernização da Procuradoria-Geral do Município de



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Cabedelo - FUNDERC, Estado da Paraíba (doc. nº 00100.041212/2025-85-4);

8. Atestado de Capacidade Técnica, datado de 03/06/2024, emitido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª Região (doc. nº 00100.041212/2025-85-4);
9. Atestado de Capacidade Técnica, datado de 26/06/2024, emitido pela Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande, Município do Estado de São Paulo (doc. nº 00100.057348/2025-15-1);
10. Nova proposta comercial solicitada pela COADFI, nos termos do art. 14, §5 do ADG nº 14/2022 (doc. nº 00100.057348/2025-15-4).

Por intermédio do Despacho nº 808/2025-SEDDEV (doc. nº 00100.049745/2025-13), o Serviço de Direitos e Deveres Funcionais – SEDDEV informou que o pedido de participação no evento supramencionado foi encaminhado para autuação em 14/03/2025, tendo sido assinado pelo servidor e pela chefia imediata, com anuência da Advogada-Geral em 19/03/2025.

Nesse sentido, aduziu o SEDDEV que a solicitação atende ao prazo mínimo determinado pelo inciso I, do art. 27, do Anexo IV do RASF c/c o § 2º, do art. 3º, do Ato nº 17/2021 da Diretoria-Geral.

Quanto ao limite global de servidores a serem afastados concomitantemente para participação em ações de capacitação, o SEDDEV registrou que o treinamento ora pleiteado não excede o limite de afastamento definido nos termos do art. 54, *caput* e § 3º, do Anexo IV do RASF.

Ato contínuo, os autos foram encaminhados ao Serviço de Gestão de Cargos, Salários e Seleção – SEGCAS, o qual opinou *que “há*



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

compatibilidade entre a ação de capacitação pretendida e a categoria/cargo e/ou as atividades laborais dos requerentes”, com fulcro no art. 2º do Ato do 1º Secretário nº 03/2014, c/c art. 5º do Anexo IV do RASF (doc. nº 00100.050151/2025-47).

O Serviço de Treinamento do ILB – SETREINA, mediante Ofício nº 122/2025-SETREINA/COTREN/ILB, informou que não há previsão de ação interna de capacitação a ser ofertada pelo ILB que possa suprir a demanda solicitada pela ADVOSF. Além disso, comunicou que o treinamento ora solicitado consta no Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal - PCASF 2025, Área de competência: Compras e Contratos. Por fim, informou que os requisitos exigidos pelo Anexo IV do RASF foram atendidos (doc. nº 00100.052295/2025-38).

A Coordenação Administrativa e Financeira - COADFI, por intermédio do Despacho nº 120/2025-COADFI/ILB, teceu considerações sobre a notória especialização e o valor ofertado ao Senado Federal (doc. nº 00100.057348/2025-15).

Passo seguinte, foi elaborado o necessário Termo de Referência – TR (doc. nº 00100.057373/2025-91). Os autos foram encaminhados à Coordenação de Controle e Validação de Processos (COCVAP), que por meio do Ofício nº 0166/2025-COCVAP/SADCON, ratificou os procedimentos adotados, reconhecendo sua conformidade com os incisos I e II do § 6º do art. 14 do ADG nº 14/2022, validando, assim, a pesquisa de preços até 30 de setembro de 2025 (doc. nº 00100.058840/2025-08).

Por fim, através do Relatório Preliminar nº 019/2025-SEEXCO/COCDIR/SADCON (doc. nº 00100.059860/2025-98), foi relatado o histórico processual e encaminhados os autos a esta Advocacia para



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

análise de regularidade, juntamente com os documentos de habilitação anexados (doc. nº 00100.059860/2025-98-1).

2. ANÁLISE

Inicialmente, a presente análise se restringe à juridicidade da contratação direta ora apresentada, não cabendo adentrar em critérios de mérito próprios da autoridade competente ou de unidades com atribuições específicas, assim entendidas aquelas atinentes ao preenchimento dos requisitos relativos a interesse, necessidade e conveniência administrativa em autorizar a participação dos servidores no pretendido evento de capacitação profissional.

Em regra, as contratações promovidas pela Administração Pública devem ser precedidas de licitação, procedimento que busca assegurar a igualdade de competição entre os concorrentes, a seleção da proposta mais vantajosa para o órgão licitante e o devido processo legal.

Contudo, há situações em que o legislador admite a celebração do pacto contratual independente de licitação anterior; são as hipóteses de dispensa e a inexigibilidade de licitação. A lei específica, de maneira exemplificativa, os casos de inexigibilidade, cujo traço distintivo comum reside na inviabilidade de competição, consoante o art. 74, veja-se:

Art. 74. É inexigível a licitação quando inviável a competição, em especial nos casos de:

I - aquisição de materiais, de equipamentos ou de gêneros ou contratação de serviços que só possam ser fornecidos por produtor, empresa ou representante comercial exclusivos;





SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

II - contratação de profissional do setor artístico, diretamente ou por meio de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública;

III - contratação dos seguintes serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização, vedada a inexigibilidade para serviços de publicidade e divulgação: [...]

f) treinamento e aperfeiçoamento de pessoal;

[...] (grifos nossos)

Conforme estabelece o item 2.1 do TR (doc. nº 00100.057373/2025-91), a presente contratação enquadra-se no disposto no art. 74, III, “f”, da Lei nº 14.133/2021, segundo o qual é inviável a competição para contratação dos serviços técnicos especializados de natureza predominantemente intelectual com profissionais ou empresas de notória especialização destinados ao treinamento e aperfeiçoamento de pessoal.

A demanda é justificada na necessidade de treinamento de pessoal, conforme disposto no item 4.1 do DFD, nos seguintes termos (doc. nº 00100.041212/2025-85):

“Com o advento da nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/2021), houve significativa mudança nos procedimentos adotados e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do papel do assessoramento jurídico nos processos licitatórios. Com isso, faz-se necessária a atualização constante da capacitação dos servidores lotados no Núcleo de Processos de Contratações (NPCONT) da Advocacia do Senado Federal, responsáveis pela manifestação jurídica em processos de licitações, contratações diretas, celebração de convênios e outros instrumentos congêneres, como prevê o artigo 30, §2º, VI, do Regulamento Orgânico Administrativo do



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Senado Federal. Ademais, conforme estatui o artigo 53, §4º, da Lei nº 14.133/2021, incumbe ao órgão de assessoramento jurídico da Administração exercer o controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. Logo, o treinamento pretendido é necessário diante da pertinência da temática com as atividades desenvolvidas pelos Advogados desta Casa.”

Em relação à notória especialização, o órgão demandante teceu considerações no item 5.2 do DFD (doc. nº 00100.041212/2025-85) e no item 1.2.3 do TR (doc. nº 00100.057373/2025-91).

Desse modo, à luz das justificativas apresentadas, não se identifica óbice jurídico ao prosseguimento da contratação no formato proposto.

Além disso, há de se analisar o atendimento aos demais requisitos legais previstos na Lei nº 14.133/2021, especialmente em seu art. 72, que assim determina:

Art. 72. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, deverá ser instruído com os seguintes documentos:

I - documento de formalização de demanda e, se for o caso, estudo técnico preliminar, análise de riscos, termo de referência, projeto básico ou projeto executivo;

II - estimativa de despesa, que deverá ser calculada na forma estabelecida no art. 23 desta Lei;

III - parecer jurídico e pareceres técnicos, se for o caso, que demonstrem o atendimento dos requisitos exigidos;



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

IV - demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido;

V - comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e qualificação mínima necessária;

VI - razão da escolha do contratado;

VII - justificativa de preço;

VIII - autorização da autoridade competente.

Parágrafo único. O ato que autoriza a contratação direta ou o extrato decorrente do contrato deverá ser divulgado e mantido à disposição do público em sítio eletrônico oficial.

Quanto à previsão contida no **inciso I**, constam dos autos os documentos relativos à formalização da demanda (doc. nº 00100.041212/2025-85), bem como o TR (doc. nº 00100.057373/2025-91). A avaliação dos prejuízos que possivelmente decorreriam da não contratação consta no item 6 do DFD (doc. nº 00100.041212/2025-85).

Como se informa no Relatório Preliminar nº 019/2025-SEEXCO/COCDIR/SADCON (doc. nº 00100.059860/2025-98), por se tratar de ação de capacitação externa aberta ao público, a elaboração do Estudo Técnico Preliminar é dispensada, nos termos do § 6º do art. 3º do Anexo II do ADG nº 14/2022.

A estimativa da despesa, **inciso II**, foi registrada no Anexo II do TR (doc. nº 00100.057373/2025-91) e corresponde ao valor da proposta apresentada pela empresa (doc. nº 00100.057348/2025-15-4). Quanto a este ponto, observa-se que o art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133/2021 exige que a elaboração de tal estimativa atenda ao disposto no art. 23 daquela norma, que determina, no que importa:





SENADO FEDERAL

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

Art. 23. O valor previamente estimado da contratação deverá ser compatível com os valores praticados pelo mercado, considerados os preços constantes de bancos de dados públicos e as quantidades a serem contratadas, observadas a potencial economia de escala e as peculiaridades do local de execução do objeto.

(...)

*§ 4º Nas **contratações diretas por inexigibilidade** ou por dispensa, quando não for possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º deste artigo, **o contratado deverá comprovar previamente que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, por meio da apresentação de notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração, ou por outro meio idôneo.***

(...)

[grifos nossos]

Complementarmente, há de se atentar para o disposto no ADG nº 14/2022, cujo art. 14 assim dispõe:

Art. 14. O valor estimado das contratações de bens e serviços deverá ser calculado a partir de cesta aceitável de preços que reflita os valores de mercado, obtida por meio de pesquisa de preços.

§ 5º O valor estimado das contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação será igual ao preço total da proposta comercial encaminhada pela pretensa contratada ao Senado Federal, o qual deverá ser justificado na forma do §6º deste artigo.

§ 6º A justificativa do preço em contratações de bens e serviços por meio de inexigibilidade de licitação deverá ser realizada, cumulativamente, para cada item a ser contratado:

I - por meio da comprovação da razoabilidade de preços, a qual deverá ser verificada em pesquisa



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

de preços baseada em cesta aceitável de preços, conforme procedimentos descritos no Anexo VI deste Ato, para objetos similares, desde que o Órgão Técnico ateste a similaridade de cada item pesquisado;

II - por meio da comprovação da regularidade de preços feita a partir da anexação de, no mínimo, 3 (três) documentos idôneos em nome da própria proponente, referentes ao mesmo objeto e emitidos no período de até 1 (um) ano anterior à data de envio, que demonstrem que o preço ofertado ao Senado Federal é igual ou inferior àquele cobrado de outras entidades, públicas ou privadas.

...

§9º Na impossibilidade de se justificar a regularidade de preços nas formas descritas no inciso II do § 6º ou no § 8º, ambos deste artigo, a pretensa contratada deverá justificar a inviabilidade de envio da documentação requerida para comprovação da regularidade de preços, cuja pertinência deverá ser analisada pelo Órgão Técnico. (Incluído pelo Ato da Diretoria-Geral nº25/2022)

[grifos nossos]

Foram enviados, no total, 3 (três) documentos idôneos, sendo notas fiscais (doc. nº 00100.057348/2025-15-2). Além disso, foi realizada uma consulta ao Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), por meio da qual o órgão técnico informa que, em pesquisa realizada no portal, foram encontradas 3 (três) contratações com a mesma modalidade online e carga horária equivalente ou próxima, cujos temas abordados apresentam semelhança com o conteúdo ora solicitado (doc. nº 00100.057348/2025-15).

Nesse sentido, diante da composição de cesta aceitável de preços acima relatada e comprovada a similaridade temática dos cursos



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

utilizados como amostras de preços em relação ao curso objeto dos autos, foi atestada a razoabilidade do preço (doc. nº 00100.057348/2025-15).

Ademais, a COADFI atestou que as notas fiscais apresentadas demonstraram que o valor ofertado é regular, nos termos do artigo 14, §8º do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, haja vista que foram emitidas em nome da proponente, referem-se a objetos da mesma natureza, foram elaboradas no período de até um ano anterior à data de envio e evidenciam que o preço ofertado à Casa é equivalente àquele cobrado de outras entidades.

Após perquirições feitas pela COCVAP, os procedimentos foram devidamente ratificados, uma vez que estavam em conformidade com o disposto no artigo 14, incisos I e II do § 6º do ADG nº 14/2022 (doc. nº 00100.058840/2025-08).

Nesses termos, opina-se pela regular observância ao disposto no art. 72, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, pendente a análise da autoridade competente acerca do requisito previsto no **inciso VII** (justificativa do preço) do mesmo dispositivo.

Quanto ao disposto no **inciso III** do mencionado art. 72, consta dos autos Parecer Técnico nº 481/2025-SEGCAS (doc. nº 00100.050151/2025-47) e o Ofício nº 122/2025-SETREINA/COTREN/ILB (doc. nº 00100.052295/2025-38). A presente manifestação, por sua vez, atenderá à exigência relativa ao parecer jurídico.

A demonstração da compatibilidade orçamentária deverá ser feita pela SAFIN (art. 23 do ADG nº 14/2022) para que o **inciso IV** seja atendido. Cabe providenciar também a autorização da despesa pela Diretoria-Geral, em atenção ao disposto no art. 9º, inciso III, da PCSF.



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

O atendimento do **inciso V** é evidenciado pelas certidões de regularidade de praxe (doc. nº 00100.059860/2025-98-1). Recomenda-se, contudo, a renovação de quaisquer certidões cuja validade possa estar expirada no momento da formalização da prorrogação da avença.

Quanto ao disposto no **inciso VI**, o item 1.2 do TR buscou justificar a escolha da futura contratada (doc. nº 00100.057373/2025-91). Caberá à autoridade competente avaliar as justificativas e aceitá-las ou não.

A razão da escolha da futura contratada, precipuamente, se dá com base em sua notória especialização, a qual inviabiliza a contratação de profissional para a prestação de serviço trivial ou rotineiro. A escolha deve recair sobre profissional dotado de especialização incontroversa, com qualificação distinta, aferida por critérios objetivos e reconhecidos no mercado, tais como: formação acadêmica e profissional do contratado e sua equipe; publicações pertinentes ao objeto do treinamento, experiência anterior etc.

Anota-se terem sido juntados aos autos documentos destinados à sua comprovação (doc. nº 00100.041212/2025-85 e anexos). Alertamos, no entanto, para a necessidade de observância ao disposto no art. 74, § 4º, da Lei nº 14.133/2021, no que tange a impossibilidade de subcontratação e atuação de profissionais distintos daqueles que tenham justificado a inexigibilidade.

Ainda estão pendentes a autorização da autoridade competente e sua divulgação conforme prescrevem o **inciso VIII** e o parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133/2021.

Verificado o cumprimento do art. 72, ainda estão ausentes do processo a autorização de despesa (art. 9º, III c/c art. 13, II, da PCSF), a



**SENADO FEDERAL**

Advocacia

Núcleo de Processos de Contratações

designação dos gestores (art. 9º, IX, da PCSF) e aprovação do TR (art. 9, IV, da PCSF). É importante que a autoridade competente e os servidores envolvidos observem as disposições legais e regulamentares para a conclusão da instrução processual.

Em relação à formalização do ajuste, está consignado no TR que o instrumento contratual será substituído pela correspondente nota de empenho (item 4.1.1 do TR), pois o valor total estimado para a contratação se encontra em patamar inferior ao previsto no artigo 75, inciso II, da Lei 14.133/2021. Assim, o caso em tela enquadra-se na exceção prevista no artigo 95, inciso I, da mesma lei, com base na interpretação fornecida por esta Advocacia no Parecer nº 157/2024-ADVOSF.

3. CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, desde que observadas as recomendações contidas no presente parecer e que a autoridade competente delibere no sentido de autorizar a formalização do ajuste, a ADVOSF opina pela juridicidade da contratação proposta e do procedimento adotado, podendo o feito prosseguir regularmente, sem necessidade de retorno a esta Advocacia.

É o Parecer².

Brasília, 14 de abril de 2025.

(assinado digitalmente)

FELIPE DE PAULA LYRA

*Advogado do Senado Federal – OAB/DF nº 76.533
Coordenador do Núcleo de Processos de Contratações*

² Parecer elaborado com a colaboração do Estagiário de Direito Vitor Matheus Rodrigues Viana de Sousa.





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

Processo: 00200.004823/2025-1

TERMO DE REFERÊNCIA 23/2025 – COADFI/ILB

1. Objeto da contratação

1.1. Definição do objeto

1.1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a solicitação para inscrição de 01 (um) servidor (abaixo) da Advocacia do Senado Federal (ADVOSF) no evento externo “7º CONASJUR – Congresso Nacional sobre a Atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos”, a ser realizado pela Inove Capacitação Consultoria e Treinamentos Ltda - ME. no período de 27 a 30 de maio de 2025, na modalidade online, com carga horária total de 32 (trinta e duas) horas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

- 1) Felipe do Amaral Monteiro Martins - matrícula 413863;

1.2. Justificativa para a contratação

1.2.1. Descrição da situação atual:

1.2.1.1. Com o advento da nova lei de licitações e contratos (Lei nº 14.133/2021), houve significativa mudança nos procedimentos adotados e nos entendimentos doutrinários e jurisprudenciais acerca do papel do assessoramento jurídico nos processos licitatórios. Com isso, faz-se necessária a atualização constante da capacitação dos servidores lotados no Núcleo de Processos de Contratações (NPCONT) da Advocacia do Senado Federal, responsáveis pela manifestação jurídica em processos de licitações, contratações diretas, celebração de convênios e outros instrumentos congêneres, como prevê o artigo 30, §2º, VI, do Regulamento Orgânico Administrativo do Senado Federal. Ademais, conforme estatui o artigo 53, §4º, da Lei nº 14.133/2021, incumbe ao órgão de assessoramento jurídico da Administração exercer o controle prévio de legalidade de contratações diretas, acordos, termos de cooperação, convênios, ajustes, adesões a atas de registro de preços, outros instrumentos congêneres e de seus termos aditivos. Logo, o treinamento pretendido é necessário diante da pertinência da temática com as atividades desenvolvidas pelos Advogados desta Casa.

1.2.2. Justificativa para a quantidade a ser contratada:

1.2.2.1. “O treinamento se destina ao servidor Felipe do Amaral Monteiro Martins, que é Advogado efetivo da casa. A Advocacia do Senado Federal tem participado de ações de treinamento afetas a sua atuação, de modo que nem todos os seus membros podem estar afastados simultaneamente para essas atividades. O servidor se compromete a compartilhar com os colegas os ensinamentos a serem obtidos com a participação no treinamento.”





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

1.2.3. Justificativa para a escolha do fornecedor:

1.2.3.1. A notória especialização da empresa Inove Capacitação é amplamente comprovada pelos documentos apresentados, tais como o website promocional e folders de eventos anteriores e pelos atestados de capacidade técnica anexos aos autos (00100.041212/2025-85-4 (ANEXO: 004)). A empresa foi criada há mais de 8 anos com o propósito de desenvolver conhecimento prático para os Agentes Públicos. Oferece ao mercado soluções com alto padrão de excelência nos produtos e serviços prestados. É uma empresa especializada em educação profissional continuada e tem como principal objetivo identificar as necessidades e disponibilizar para as organizações conhecimentos técnicos e comportamentais que possam ser utilizados pelos seus profissionais, colaboradores e gestores. Ademais, o Senado Federal já contratou a empresa no passado para ações de treinamento para servidores da Casa, por duas vezes, através de inexigibilidade de licitação, conforme Notas de Empenho NE 800807/2019 e NE 801102/2019.

Os palestrantes têm ampla experiência em licitações do setor público. O evento contará com a participação de autoridades, tais como Ministros do Tribunal de Contas da União, professores universitários e Advogados Públicos atuantes no setor pertinente. Os palestrantes são qualificados e experientes em suas áreas de especialidade, conforme consta na programação do congresso e seus currículos anexos (NUP 00100.041212/2025-85-1 (ANEXO: 001) e NUP 00100.041212/2025-85-2 (ANEXO: 002)).

Adicionalmente, frisa-se que o treinamento aqui pleiteado se reveste de características únicas e singulares. O assessoramento jurídico, nos moldes atualmente adotados na Administração Pública em razão das mudanças promovidas na legislação e na jurisprudência, é um processo de trabalho de análise muito específico, com particularidades que o diferenciam dos processos implementados comumente no mercado de cursos. Esse mercado sendo objeto de constante aprimoramento pelos órgãos públicos. O treinamento ora pretendido reveste-se de singularidade, pois contará com a participação e possibilidade de contato direto às mais altas autoridades do país sobre o tema. Diante disso, a execução de capacitações contínuas na matéria permitirá que os processos desenvolvidos pela ADVOSF ganhem cada vez mais em qualidade de suas práticas.

1.2.4. Resultados esperados com a contratação:

1.2.4.1. Como já informado, o participante atua diretamente na etapa de análise jurídica das licitações promovidas pelo Senado Federal, sendo o conteúdo programático do evento almejado focado na atuação desse agente. Conforme informações de vídeo do canal da entidade promotora do evento (<https://www.youtube.com/watch?v=2dGwggcELcQ>), o seu público-alvo é composto principalmente por advogados, enquanto profissionais que necessitam de contínuo aperfeiçoamento do conhecimento das novidades e da aplicabilidade da Lei nº 14.133/2021."

1.2.4.2. Ao final do treinamento, o participante deverá ser capaz de:





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

- Manifestar-se nos processos de licitações e de contratações diretas do Senado Federal com segurança, eficiência, eficácia e transparência, de acordo com a legislação, a doutrina e a jurisprudência mais atuais e,

- Sugerir melhorias nas minutas de editais e avisos de contratação direta com foco na eficiência e segurança jurídica das fases interna e externa.

1.2.5. Contratações vigentes ou anteriores: Não foram encontradas contratações anteriores de mesmo objeto ou similar.

2. Forma de contratação

2.1. Tipo de contratação

2.1.1. A contratação deverá ser realizada por contratação direta, conforme disposto no art. 74º, III, f da Lei nº 14.133/21.

2.2. Modalidade de licitação

2.2.1. Será adotada a modalidade Inexigibilidade de Licitação, com base no art. 74º, III, f da Lei nº 14.133/21.

2.3. Adoção do Sistema de Registro de Preços - SRP

2.3.1. Considerando a singularidade e imprevisibilidade do presente objeto, não será utilizado o Sistema de Registro de Preços na presente contratação.

2.4. Critério de julgamento da contratação

2.4.1. Não se aplica.

2.5. Critério de adjudicação da contratação

2.5.1. Não se aplica.

2.6. Participação ou não de consórcios de empresas

2.6.1. Não se aplica.

2.7. Previsão de subcontratação parcial do objeto

2.7.1. Não será permitida subcontratação.





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

2.8. Tratamento diferenciado a Microempresas e Empresas de Pequeno Porte – ME/EPP

2.8.1. Não será aplicável o tratamento diferenciado previsto no art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006 para Microempresas e Empresas de Pequeno Porte.

3. Requisitos do fornecedor

3.1. Necessidade de vistoria

3.1.1. Não se aplica.

3.2. Capacidade Técnica

3.2.1. Não será exigida a comprovação de registro ou inscrição na entidade profissional competente, uma vez que o objeto do presente Termo de Referência não contempla a execução de atividades cujo exercício é exclusivo de determinada profissão, por força legal.

3.2.2. Não será obrigatória a apresentação de atestado de capacidade técnica pela pretensa contratada, porquanto o objeto da presente contratação não apresenta complexidade nem graus mais elevados de aperfeiçoamento que requeiram a comprovação de qualificação técnica.

3.2.3. Não há requisitos estabelecidos em lei especial que regulem a prestação do objeto e exijam a comprovação de capacidade específica por parte da pretensa contratada.

3.3. Qualificação econômico-financeira

3.3.1. Não será exigida qualificação econômico-financeira nos termos do art. 70 da Lei 14.133/2021.

3.4. Necessidade de apresentação de amostras

3.4.1. O procedimento de apresentação de amostras por parte da pretensa contratada não se aplica ao objeto desta contratação.

4. Formalização, prazo de vigência do contrato e possibilidade de prorrogação

4.1. Formalização do ajuste

4.1.1. Nota de empenho em substituição ao termo de contrato conforme inciso I do parágrafo único do art. 9º, do Anexo III, do ADG nº 14/2022 (OFÍCIO CIRCULAR Nº 1/2024/DIRECON, NUP: 00100.045727/2024-73), acompanhada do respectivo de Termo de Referência;





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

4.2. Prazo de vigência e possibilidade de prorrogação do contrato ou ajuste

4.2.1. O ajuste decorrente deste termo de referência terá vigência até a execução plena do objeto.

5. Modelo de gestão

5.1. Indicação dos gestores e fiscais do futuro ajuste

5.1.1. Gestor Titular - Marcelo Brandão de Araújo (Mat. 38330);

5.1.2. Gestor Substituto - Aníbal Moreira Júnior (Mat. 106255);

5.1.3. Fiscal técnico Titular – Felipe do Amaral Monteiro Martins (Mat. 413863);

5.1.4. Fiscal técnico Substituto – Felipe de Paula Lyra (Mat. 411260).

5.2. Forma de comunicação entre as partes

5.2.1. A comunicação entre o SENADO e a empresa contratada se dará por meio do e-mail scco@senado.leg.br ou por meio de correspondência para endereço: Bloco IV, Secretaria de Editoração e Publicações – SEGRAF, Senado Federal.

5.2.2. O contato junto ao Inove Capacitação Consultoria e Treinamentos Ltda - ME, será mantido com a Sra. Vanessa Gonzaga Da Silva e Eliana Monteiro, por meio do telefone (41) 3618-9954, por e-mail cursos@inovecapacitacao.com.br e comercial13@inovecapacitacao.com.br, e pelo endereço: Av. Cel. Francisco H. dos Santos, 2627 - Hauer – Curitiba - PR.

6. Prazo para início da execução ou entrega do objeto

6.1. A contratada executará os serviços objeto deste termo de referência, compreendendo o congresso em questão, no período de 27 a 30 de maio do ano de 2025.

7. Obrigações da Contratada

7.1. São obrigações da Contratada:

7.1.1. manter durante a execução do ajuste, as condições de habilitação e de qualificação que ensejaram sua contratação, inclusive as relacionadas ao § 3º, do art. 74, da Lei nº 14.133/2021 com respeito à própria empresa e ao (s) notório (s) especialista (s) envolvido (s) pessoalmente na execução do serviço;





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

- 7.1.2.** apresentar cópias autenticadas das alterações do ato constitutivo, sempre que houver;
- 7.1.3.** efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste serviço;
- 7.1.4.** efetuar o pagamento de seguros, tributos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, comerciais, assim como quaisquer outras despesas diretas e/ou indiretas relacionadas com a execução deste serviço;
- 7.1.5.** responsabilizar-se por quaisquer danos causados ao SENADO ou a terceiros, por ação ou omissão de seus empregados ou prepostos, decorrentes da execução do instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência;
- 7.1.6.** não veicular publicidade acerca do objeto a que se refere o presente Termo de Referência, salvo com autorização específica do SENADO;
- 7.1.7.** não ceder os créditos, nem sub-rogar direitos e obrigações do ajuste a terceiros;
- 7.2.** Os empregados incumbidos da execução dos serviços não terão qualquer vínculo empregatício com o SENADO, sendo remunerados única e exclusivamente pela Contratada e a ela vinculados.
- 7.3.** Aplicam-se ao instrumento contratual decorrente deste Termo de Referência as disposições do Código de Proteção e Defesa do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

8. Regime de execução

- 8.1.** Os serviços objeto deste Termo de Referência deverá ser prestados na modalidade online;
- 8.2.** O treinamento com carga horária de 24 horas, será realizado no período de 27 a 30 de maio do ano de 2025 na modalidade online;
- 8.3.** As modificações de data, local e demais condições e regras de execução do serviço deverão ser apresentadas na forma de nova proposta e comunicadas ao Senado Federal dentro do prazo máximo de 7 (sete) dias anteriores à realização do curso.

9. Condições de recebimento do objeto

- 9.1. Efetivada a prestação do serviço, o objeto será recebido:**





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

9.1.1. provisoriamente, pelo responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico; e

9.1.2. definitivamente, pelo gestor ou comissão designada pela autoridade competente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos contados da data do encerramento da ação de treinamento, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais.

10. Previsão de penalidade por descumprimento contratual

10.1. O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará o contratado a multa de mora, que será aplicada nos seguintes percentuais, tendo como base de cálculo o valor da parcela adimplida com atraso:

10.1.1. 5% (cinco por cento) pelo 1º (primeiro) dia de atraso;

10.1.2. 0,10% (um décimo por cento) por dia de atraso, a partir do dia 2º (segundo) até o 15º (décimo quinto);

10.1.3. 0,25% (vinte e cinco centésimos por cento) por dia de atraso, a partir do dia 16º (décimo sexto) até o 30º (trigésimo).

11. Forma de pagamento

11.1. O pagamento efetuar-se-á por intermédio de depósito em conta bancária da Contratada, no prazo de 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal/fatura discriminada, acompanhada da nota de empenho, se for o caso, condicionado ao termo detalhado de recebimento definitivo do objeto e à apresentação da garantia contratual, quando exigida.

12. Condições de reajuste

12.1. Caso o pagamento não ocorra nos primeiros 12 (doze) meses do ajuste por motivo atribuível ao SENADO, o preço poderá ser reajustado, observada a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC ou por outro indicador que venha a substituí-lo.

13. Garantia contratual

13.1. Não será exigida a garantia contratual prevista no art. 96 da Lei 14.133/2021 para a presente contratação, pois consoante previsto no inciso I do § 2º do art. 18, Anexo III, do Ato da Diretoria-Geral nº 14/2022, o valor estimado da contratação se encontra abaixo do valor limite para dispensa de licitação, não sendo razoável, portanto, a exigência de garantia.





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

14. Plano de contratações

14.1. Não se aplica.

15. Responsável pela elaboração do TR

Brasília, 01 de abril de 2025.

(Assinado eletronicamente)

Rafael Chad Lourenço Silva

Chefe de Serviço de Planejamento e Acompanhamento Financeiro – SEPLAF

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Mateus Gontijo de Sant'anna

Coordenador Administrativo e Financeiro do ILB – COADFI

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Marcelo Brandão de Araújo

Chefe do Serviço de Contratos e Convênios – SCCO

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Aníbal Moreira Júnior

Serviço de Contratos e Convênios - SCCO

De acordo.

(Assinado eletronicamente)

Nilo Amaro Bairros dos Santos

Diretor-Executivo do Instituto Legislativo Brasileiro – ILB *em exercício*





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

ANEXO I

1. Especificações técnicas do objeto

1.1. Os itens deverão atender aos seguintes requisitos:

Item	Quantidade	Unidade de medida	Especificações	CATMAT / CATSER
1	01 (um)	Evento	Inscrição de 01 (um) servidor da Advocacia do Senado Federal (ADVOSF) no evento externo “7º CONASJUR – Congresso Nacional sobre a Atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos”, a ser realizado pela Inove Capacitação Consultoria e Treinamentos Ltda - ME. no período de 27 a 30 de maio de 2025, na modalidade online.	25232 (Pagamento de Inscrição em Eventos)





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

2. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

■ CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRIMEIRO DIA

8:30

CREDENCIAMENTO

9:00

PAINEL 1: SEGURANÇA JURÍDICA NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAPEL ESTRATÉGICO DO ASSESSOR

Jacoby Fernandes

9:50

PAINEL 2: DA PADRONIZAÇÃO À ESPECIFICIDADE: A RELEVÂNCIA DO ASSESSOR JURÍDICO NA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS ADEQUADOS À REALIDADE DE CADA CONTRATAÇÃO

Carolina Zancaner

10:35

COFFEE BREAK

11:05

**MESA DE DEBATE 1:
TEMA A DEFINIR**

Carolina Zancaner, Gustavo Schiefler e Daniel Barral

12:30

ALMOÇO

14:00

OFICINA 1: TRANSFORMANDO A ADVOCACIA PÚBLICA COM A IA GENERATIVA: PRÁTICAS EFICAZES PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS

Gustavo Schiefler

16:00

COFFEE BREAK

16:30

PAINEL 3: ERRO GROSSEIRO E MEDO DECISÓRIO: CONSTRUINDO UM SISTEMA JURÍDICO QUE INCENTIVE A EFICIÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Carlos Nitão





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

■ CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SEGUNDO DIA

8:30

PAINEL 4: O ASSESSOR JURÍDICO E O PRINCÍPIO DA CONFIANÇA: EQUILIBRANDO DIREITOS DO CONTRATADO, EFICIÊNCIA E SEGURANÇA JURÍDICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Anderson Pedra

9:30

COFFEE BREAK

10:00

OFICINA 2: ELABORAÇÃO DO PARECER: DA FORMA AO CONTEÚDO

Renila Bragagnoli

12:30

ALMOÇO

14:00

OFICINA 3: REQUISITOS DE HABILITAÇÃO NA LEI N° 14.133/2021: COMO EQUILIBRAR COMPETITIVIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA

Raquel Carvalho

16:15

COFFEE BREAK

16:45

PAINEL 5: ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E INDICAÇÃO DE MARCA NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: LIMITES, POSSIBILIDADES E BOAS PRÁTICAS

Rafael Sérgio de Oliveira





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TERCEIRO DIA

8:30

PAINEL 6: GESTÃO DE INCIDENTES CONTRATUAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A ATUAÇÃO DO ASSESSOR JURÍDICO NA COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE AJUSTES COM SEGURANÇA JURÍDICA
Cristiana Fortini

9:30

COFFEE BREAK

10:00

OFICINA 4: NAVEGANDO PELAS ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: SRP, CREDENCIAMENTO E FORNECIMENTO CONTÍNUO
Eduardo Grossi

12:30

ALMOÇO

14:00

PAINEL 7: ALTERAÇÕES EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: LIMITES, RISCOS E GARANTIAS JURÍDICAS
Daniel Barral

15:00

PAINEL 8: CABIMENTO E PERTINÊNCIA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: FUNDAMENTOS E BOAS PRÁTICAS DE UTILIZAÇÃO
Michelle Marry

16:00

COFFEE BREAK

16:30

MESA DE DEBATE 2: O ASSESSOR JURÍDICO COMO ARTICULADOR DE SOLUÇÕES: EFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES PÚBLICAS
Daniel Barral, Eduardo Grossi e Michelle Marry





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

QUARTO DIA

8:30

PAINEL 9: CONTROLE EXTERNO NA LEI N° 14.133/2021: FUNÇÕES E DESAFIOS NA FISCALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

Ministro Benjamin Zymler

9:30

COFFEE BREAK

10:00

OFICINA 5: A NOVA DINÂMICA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA: IMPLICAÇÕES DAS IN SEGES/MGI N° 176/2024 E N° 190/2024 PARA GARANTIAS TRABALHISTAS

Lindineide Cardoso

12:30

ALMOÇO

14:00

PAINEL 10: PROGRAMAS DE INTEGRIDADE COMO FERRAMENTA DE CONFORMIDADE: DESDOBRAMENTOS DO DECRETO N° 12.304/2024 NA GESTÃO PÚBLICA

Christianne Stroppa

16:00

COFFEE BREAK

16:30

PAINEL 11: O REGIME DAS NULIDADES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Danilo Almeida

OBSERVAÇÕES: Programação conforme documento anexo a proposta encaminhada pela empresa (NUP 00100.057348/2025-15-4 (ANEXO: 004)) e conforme *website* do congresso: <https://inovecapacitacao.com.br/evento/congresso-assessoria-juridica/>.

3. Critérios e práticas de sustentabilidade

3.1. Tendo em vista a natureza do objeto do presente Termo de Referência, não é aplicável a exigência de critérios e práticas de sustentabilidade.





SENADO FEDERAL
Instituto Legislativo Brasileiro

ANEXO II

1. Valor estimado da contratação

Item	Unidade	Quantidade	Descrição resumida	Preço Unitário Promocional (R\$)	Preço Total (R\$)
1	Inscrição	01 (uma)	Inscrição de servidor da Advocacia do Senado Federal (ADVOSF) no evento externo “7º CONASJUR – Congresso Nacional sobre a Atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos”, a ser realizado pela Inove Capacitação Consultoria e Treinamentos Ltda - ME. no período de 27 a 30 de maio de 2025, na modalidade online .	R\$ 3.790,00 (três mil setecentos e noventa reais)	R\$ 3.790,00 (três mil setecentos e noventa reais)
VALOR TOTAL ESTIMADO					R\$ 3.790,00 (três mil setecentos e noventa reais)

1.1. Conforme consta na proposta da empresa encaminhada (NUP 00100.057348/2025-15-4 (ANEXO: 004)), prazo de validade será até o dia 27/05/2025.





7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



APRESENTAÇÃO

A Lei nº 14.133/2021, que reformulou o regime jurídico das licitações e contratos administrativos no Brasil, representa um marco na modernização da gestão pública. Ao incorporar princípios como a eficiência, a transparência e a inovação, a nova legislação busca otimizar os processos de contratação, garantindo a obtenção de melhores resultados para a sociedade. A digitalização e a padronização dos procedimentos, por exemplo, têm o potencial de reduzir custos, combater a corrupção e facilitar o controle social sobre a aplicação dos recursos públicos.

Nesse contexto de transformação, as Assessorias Jurídicas dos órgãos e entidades públicas desempenham um papel fundamental. A elas cabe a tarefa de interpretar e aplicar a nova legislação, orientando os gestores públicos e garantindo a segurança jurídica das contratações. A complexidade da nova Lei de Licitações exige que esses profissionais estejam constantemente atualizados sobre as suas nuances e sobre a jurisprudência a ela relacionada.

Eventos como o 7º Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos (CONASJUR) são cruciais para a capacitação desses profissionais. Ao reunir especialistas de renome, o evento proporcionará aos seus participantes um espaço exclusivo para o debate de temas relevantes e para a troca de experiências. As discussões abordarão desde os aspectos teóricos da nova lei até as suas aplicações práticas no dia a dia das instituições públicas.

O 7º CONASJUR é a plataforma ideal para os profissionais da área jurídica expandirem sua rede de contatos, trocarem experiências e se manterem atualizados sobre as últimas tendências em licitações e contratos públicos.

Não perca a oportunidade de participar do evento jurídico mais aguardado do ano sobre a Lei nº 14.133/2021.

PILARES-CHAVE DO EVENTO

O evento está centrado nos seguintes eixos, os quais envolvem os pilares principais de sua programação:

1. Nova Lei de Licitações e Contratos

- Alterações em contratos, navegação por estratégias de suprimento, especificação técnica, requisitos de habilitação etc.

2. O Papel do Assessor Jurídico

- O assessor jurídico como articulador de soluções, gestão de incidentes contratuais, elaboração de pareceres, equilíbrio entre direitos do contratado e eficiência dos contratos.



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



PILARES-CHAVE DO EVENTO

3. Tecnologia e Inovação na Advocacia Pública

- Inteligência artificial generativa e transformação da advocacia pública.

4. Princípios e Fundamentos das Contratações Públicas

- Regime das nulidades, cabimento e pertinência no sistema de registro de preços, erro grosseiro e medo decisório, entre outros temas.

5. Gestão de Contratos e Segurança Jurídica

- Gestão de incidentes contratuais, segurança jurídica na implementação de políticas públicas etc.

PÚBLICO-ALVO

- Assessores jurídicos de órgãos e entidades públicas;
- Procuradores públicos;
- Servidores públicos que atuam na área de licitações e contratos;
- Advogados especializados em direito administrativo;
- Empresários e representantes de empresas que participam de licitações públicas.
- Demais profissionais interessados em conhecer as novidades e a aplicabilidade da Lei nº 14.133/2021.

PALESTRANTES



RAFAEL SÉRGIO LIMA DE OLIVEIRA (COORDENADOR TÉCNICO)

Procurador Federal da Advocacia-Geral da União - AGU e fundador do Portal L&C. Doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, Mestre em Direito, Especialista em Direito Público e Pós Graduado em Direito da Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Participou do Programa de Intercâmbio Erasmus+, desenvolvendo pesquisa na área de Direito da Contratação Pública na Università degli Studi di Roma - Tor Vergata. Na AGU foi Chefe da Divisão de Licitação e Contrato da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Escola Nacional de Administração Pública - ENAP e membro da Câmara Permanente de Licitação e Contrato da Procuradoria Geral Federal - PGF. Atua na consultoria e assessoramento de gestores públicos federais desde 2008. É membro da Red Iberoamericana de

Contratación Pública e professor de Licitação e Contrato nos cursos de Pós graduação do Centro de Estudos Renato Saraiva - CERS, do Instituto Goiano de Direito - IGD, do ProJur e da UniAmérica. Professor e conferencista em diversos eventos nacionais e internacionais sobre licitação e contrato.



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



PALESTRANTES



DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL (COORDENADOR TÉCNICO)

Procurador Federal da Advocacia-Geral da União no Brasil (AGU), com atuação na consultoria e assessoramento de gestores federais nas áreas de contratações públicas e concessões de serviços públicos. Ocupou diversos cargos como o de Subprocurador-Geral na matéria administrativa na Procuradoria Federal junto à Agência Nacional de Transportes Terrestres, de Secretário de Coordenação de Transportes da Secretaria Especial do Programa de Parcerias de Investimentos da Casa Civil da Presidência da República do Brasil, Subprocurador-Geral Federal da Procuraria-Geral Federal e de Secretário-Executivo Adjunto da Secretaria Geral da Presidência da República do Brasil, entre outros. Atualmente ocupa o cargo de Procurador-Chefe da Procuradoria Federal Especializada junto à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (PFE-ANPD). É Mestre em Direito Público na Universidade

Nova de Lisboa (Nova School of Law), especialista em Direito Público pela Universidade Anhanguera-Uniderp e em Direito Empresarial pela Fundação Getúlio Vargas (FGV). É Membro do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro – IDASAN, do Instituto Nacional da Contratação Pública – INCP, Coautor do livro Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Fórum, 2022) e Professor na área de licitações e contratos administrativos.



ANDERSON SANT'ANA PEDRA

Procurador do Estado do Espírito Santo. Advogado e Consultor em Direito Público (Anderson Pedra - Advogados). Pós-doutor em Direito pela Universidade de Coimbra. Doutor em Direito do Estado (PUC/SP). Especialista em Direito Público e Processual Público. Professor colaborador do Mestrado em Direito da FDV e do Mestrado em Gestão Pública da UFES. Professor na graduação de Direito Administrativo e de Direito Constitucional da FDV/ES. Professor em pós-graduação de diversas instituições de ensino no Brasil. Atua como Instrutor em diversas instituições públicas e privadas em temas relacionados a contratações públicas. Palestrante em diversos eventos nacionais e internacionais. Ex-Chefe da Procuradoria de Consultoria Administrativa da PGE/ES. Ex-Chefe da Consultoria Jurídica do TCE/ES. Autor.



BENJAMIN ZYMLER

Ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) desde 2001, onde ingressou no cargo de Ministro-Substituto em 1998, por meio de concurso público de provas e títulos. Ocupou o cargo de Presidente da Corte de Contas no biênio 2011/2012. Mestre em Direito e Estado pela Universidade de Brasília (UnB), com vasta experiência em Direito Administrativo e Direito Constitucional, é graduado em Engenharia Elétrica pelo Instituto Militar de Engenharia (IME) e em Direito pela UnB. Ministrou cursos e palestras em diversos institutos, tais como a Escola da Magistratura do Distrito Federal e Territórios, a Escola da Magistratura do Trabalho e a Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, além de ser professor em programas de pós-graduação de instituições brasileiras públicas e privadas. É autor das obras “Direito Administrativo e Controle”, “O Controle Externo das Concessões de Serviços

Públicos e das Parcerias Público-Privadas”, “Direito Administrativo”, “Política & Direito: uma visão autopoietica”, “Processo Administrativo no Tribunal de Contas da União”, “Regime Diferenciado de Contratação – RDC”, “Lei Anticorrupção – Lei nº 12.846/2013 – Uma Visão do Controle Externo”, dentre outras.



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



PALESTRANTES



CARLOS HENRIQUE BENEDITO NITÃO LOUREIRO

Formado em Direito, com especialização em Direito Administrativo. Mestre em Direito pela UFRN. Doutorando em Direito pela UNB. Membro do Instituto de Direito Administrativo da Paraíba. Membro da Advocacia-Geral da União desde 2014, ocupando o cargo de Procurador Federal. É integrante da Câmara Permanente de Assunto de Interesse das Instituições Federais de Ensino Superior – CPIFES e da Câmara Permanente de Ciência, Tecnologia e Inovação – CO-CT&I, ambas da Procuradoria-Geral Federal – AGU.



CAROLINA ZANCANER ZOCKUN

Mestre e Doutora em Direito Administrativo pela PUC/SP, Pós-Doutora em Democracia e Direitos Humanos pelo Centro de Direito Humanos da Universidade de Coimbra; Procuradora da Fazenda Nacional, Chefe da Divisão de Consultoria e Assessoramento em Direito Administrativo da Procuradoria da Fazenda Nacional na 3ª Região, Subprocuradora Regional Substituta da Fazenda Nacional na 3ª Região, Coordenadora do Grupo de Trabalho e Estudos de Compras Colaborativas da AGU, Co-Coordenadora da Comissão Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da AGU e professora de Direito Administrativo nos cursos de graduação e especialização da faculdade de Direito da PUC/SP.



CHRISTIANNE DE CARVALHO STROPPA

Doutora em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Ex-Assessora de Controle Externo no Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Ex-Assessora Jurídica na Secretaria da Saúde do Município de São Paulo. Ex-Procuradora da Universidade de São Paulo. Atualmente é Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA, do Instituto de Direito Administrativo Paulista – IDAP, do Instituto dos Advogados de São Paulo – IASP e do Instituto de Direito Administrativo Sancionador Brasileiro (IDASAN). É sócia do escritório Carvalho Stroppa Sociedade de Advogados.



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



PALESTRANTES



CRISTIANA FORTINI

Possui Pós-Doutorado/Estágio Senior (bolsa Capes) na George Washington University (2015); Doutorado em Direito Administrativo pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003); Graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995); Professora Visitante da Universidade de Pisa/Itália; Professora da graduação, mestrado e doutorado (corpo permanente) na Faculdade de Direito da UFMG; Professora do mestrado (corpo permanente) da Faculdade de Direito Milton Campos; Vice Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA); integra a comissão de estudos em prol da liberdade econômica da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais- FIEMG; Editora da Revista Brasileira de Estudos Políticos (Rbep); é membro do corpo de Mediadores e Árbitros do Centro Brasileiro de Litígios Econômicos; Especialização em Mediação e Conciliação (em andamento); foi Controladora

Geral de Belo Horizonte (2011 a 2014); foi Procuradora Geral Adjunta de Belo Horizonte (2008 a 2011); foi Diretora da PBH Ativos (2017); foi Assessora Especial da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (2017); foi Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo (IMDA); foi presidente da comissão de direito administrativo da OAB/ MG (2017/2019) e da Comissão de Parcerias Público Privadas da OAB/MG (2017/2019); foi Subchefe do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFMG; foi Conselheira da OAB/MG (2017/2019); foi Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA); foi coordenadora da Pós Graduação em Direito Público do Centro de Atualização em Direito; foi coordenadora do Curso de Direito Izabela Hendrix (2003/2005); possui diversos livros e artigos publicados na área do Direito Público, em especial no Direito Administrativo.



DANILO ALMEIDA NASCIMENTO

Advogado, Procurador do Estado de Pernambuco, Professor, Pós Graduado em Direito Público e Pós Graduado em Direito Tributário. Foi Procurador Chefe Adjunto e Procurador Chefe da Procuradoria Consultiva, tendo atuado como Coordenador Jurídico da Secretaria das Cidades, Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, Trabalho e Qualificação, Secretaria de Infraestrutura, estando atualmente na Coordenação Jurídica da Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, todas do Estado de Pernambuco. Integra a Comissão de Estudos Permanentes de Compliance da OAB/PE e é membro colaborador da Comissão de Direito Administrativo dessa mesma seccional.



EDUARDO GROSSI FRANCO NETO

Procurador do Estado de Minas Gerais. Mestre em Direito e Administração Pública pela UFMG. Professor MBA PUC Minas em Infraestrutura, Concessões e PPP's. Professor MBA Centro de Estudos de Direito e Negócios - CEDIN em Negócios e Infraestrutura. Pós-Graduado, em grau de especialização, em Ordem Jurídica e Ministério Público pela Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal - FESMPDFT. Especialista em Advocacia Pública pelo IDDE - Instituto para o Desenvolvimento Democrático/MG. Autor livros e artigos jurídicos, com destaque para o livro "70 Grandes Erros em Licitações e Contratos" - Ed. Letramento, Casa do Direito, 2019. Advogado. Assessor Jurídico-Chefe do Centro de Serviços Compartilhados - CSC/Seplag-MG



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



PALESTRANTES



GUSTAVO HENRIQUE CARVALHO SCHIEFLER

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde desenvolveu pesquisa na área de Direito Administrativo. Professor de cursos de capacitação e de pós-graduação em Direito Administrativo, com ênfase em licitações públicas e contratos administrativos (Zênite Consultoria e Informação S/A e Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP). Pesquisador Visitante (Visiting Researcher) no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht, em Hamburgo. Educação Executiva pela Harvard Law School (Program on Negotiation). Ex-presidente do Centro Acadêmico XI de Fevereiro - CAXIF (Direito/UFSC). Sócio-fundador do escritório Schiefler Advocacia.



JORGE ULISSES JACOBY FERNANDES

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, advogado, professor de direito administrativo, escritor, consultor, conferencista, palestrante de renome nacional e internacional e fundador da Jacoby Fernandes & Reolon Advogados Associados. Desenvolveu uma longa e sólida carreira no serviço público ocupando vários cargos, dos quais se destacam: Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Membro do Conselho Interministerial de Desburocratização, Procurador e Procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10ª Região, Advogado e Administrador Postal da ECT e, ainda, consultor cadastrado no Banco Mundial. Como conferencista e palestrante é um dos profissionais mais solicitados no ramo, onde ministra diversos cursos, congressos e seminários em todo o país. Autor de várias obras

sobre o tema da Administração Pública, das quais destacam-se: Contratação Direta sem Licitação, Tomada de Contas Especial, Sistema de Registros de Preços e Pregão Eletrônico, além de ser organizador e coordenador de vários textos legais, dentre eles a Lei nº 8.666/1993 e o Vade-Mécum de Licitações e Contratos.



LINDINEIDE OLIVEIRA CARDOSO

Bacharel em Direito, servidora pública há mais de 20 anos. Professora e instrutora em licitações e contratos. Especialista em Licitações e Contratos e em Direito Processual Civil, com habilitação para o Magistério Superior na área do Direito. Ex-empregada pública da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba - Codevasf. Servidora pública de carreira da Justiça Eleitoral. Membro do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas - IDAA. Membro do Comitê de Governança das Contratações da Rede GovernançaBrasil - RGB. Vasta experiência em Direito Administrativo, com ênfase na fase da Execução Contratual, notadamente em Gestão e Fiscalização de Contratos. Palestrante, escritora e instrutora. Colunista do portal Sollicita, na coluna Loucas por Licitações. Ex Chefe da Seção de Gestão de Contratos - SEGEC, do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Ministrante de cursos e

palestras, virtuais e presenciais, para servidores de Institutos Federais de Educação, Universidades Estaduais e Federais, Prefeituras e Câmaras Municipais, Conselhos Federais, TRF, TRT, CNJ e Estatais. Professora da Pós-Graduação em Direito Municipal e em Licitações e Contratos do Centro Universitário Cesmac. Colaboradora das obras Direito Administrativo e Novas Tecnologias (Juruá, 2023), Direito Administrativo Municipal (Juruá, 2022) e Novo Direito das Licitações e Contratos Administrativos (Juruá, 2021). Autora do livro Contratos Administrativos na Nova Lei de Licitações - Teoria e Prática - Editora Juspodivm. Criadora do perfil no Instagram @o_xdagestao onde compartilha conhecimento sobre a fase de Gestão e Fiscalização de Contratos Públicos.



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



PALESTRANTES



MICHELLE MARRY MARQUES DA SILVA

É Advogada da União desde 2007. Atualmente é Coordenadora de Convênios, Estudos e Atuação Proativa no Ministério da Justiça e Segurança Pública. Foi Analista Judiciária no Superior Tribunal de Justiça. Foi Coordenadora-geral em Licitação, Contratos e Instrumentos Congêneres Substituta no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Foi Assessora na Subchefia para Assuntos Jurídicos da Presidência da República. Foi Coordenadora-Geral Jurídica de Suporte à Central de Compras e Contratações no Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Foi Coordenadora de Assuntos Administrativos no Ministério da Cultura. Foi Coordenadora-geral em Licitação, Contratos e Instrumentos Congêneres no Ministério da Educação. Pós-graduada em direito público pela Universidade de Brasília e pelo Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP. Mestre em Direito Constitucional pelo IDP. É Coordenadora da Câmara Nacional de Convênios e Instrumentos Congêneres da Consultoria – Geral da União-CGU/AGU e membro da Câmara Nacional de Licitação e Contratos da CGU/AGU. Coautora do livro RDC ? Regime Diferenciado de Contratações.



RAQUEL MELO URBANO DE CARVALHO

É graduada na Faculdade de Direito da Universidade Federal de Minas Gerais e concluiu mestrado em Direito Administrativo na mesma instituição. É Procuradora do Estado de Minas Gerais, desde 1998, tendo sido lotada na Consultoria Jurídica, na Procuradoria Administrativa (contencioso de Direito Administrativo) e, a partir de fevereiro de 2020, como Procuradora Chefe na Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais. Publicou “Curso de Direito Administrativo (Parte Geral, Intervenção do Estado e Estrutura da Administração)” e é autora de artigos publicados em periódicos e obras coletivas. Colaborou na estruturação do Centro de Estudos Jurídicos da AGEMG, com atividades de coordenação no ano de 2015. Idealizadora, fundadora e coordenadora do “Direito Administrativo para Todos”, em especial do Projeto “Pé na Estrada”. Palestrante, conferencista e professora de Direito Administrativo.



RENILA LACERDA BRAGAGNOLI

Advogada da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba (CODEVASF), atualmente ocupando o cargo de Secretária de Integridade. Mestranda em Políticas Públicas e Governo pela Fundação Getúlio Vargas - FGV. Especialista em Políticas Públicas, Gestão e Controle da Administração pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IBDEP/DF). Membro efetiva do Instituto Nacional da Contratação Pública – INCP e Membro da Comissão Estatais do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo – IBDA. Professora de cursos de Pós-Graduação na temática Lei das Estatais e palestrante na área de contratações públicas. Professora de cursos de Pós-Graduação na temática Lei das Estatais e palestrante na área de contratações públicas.



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

PRIMEIRO DIA

8:30

CREDENCIAMENTO

9:00

PAINEL 1: SEGURANÇA JURÍDICA NA IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS: O PAPEL ESTRATÉGICO DO ASSESSOR

Jacoby Fernandes

9:50

PAINEL 2: DA PADRONIZAÇÃO À ESPECIFICIDADE: A RELEVÂNCIA DO ASSESSOR JURÍDICO NA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS ADEQUADOS À REALIDADE DE CADA CONTRATAÇÃO

Carolina Zancaner

10:35

COFFEE BREAK

11:05

MESA DE DEBATE 1: TEMA A DEFINIR

Carolina Zancaner, Gustavo Schiefler e Daniel Barral

12:30

ALMOÇO

14:00

OFICINA 1: TRANSFORMANDO A ADVOCACIA PÚBLICA COM A IA GENERATIVA: PRÁTICAS EFICAZES PARA LICITAÇÕES E CONTRATOS

Gustavo Schiefler

16:00

COFFEE BREAK

16:30

PAINEL 3: ERRO GROSSEIRO E MEDO DECISÓRIO: CONSTRUINDO UM SISTEMA JURÍDICO QUE INCENTIVE A EFICIÊNCIA NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

Carlos Nitão



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

SEGUNDO DIA

8:30

PAINEL 4: O ASSESSOR JURÍDICO E O PRINCÍPIO DA CONFIANÇA: EQUILIBRANDO DIREITOS DO CONTRATADO, EFICIÊNCIA E SEGURANÇA JURÍDICA NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Anderson Pedra

9:30

COFFEE BREAK

10:00

OFICINA 2: ELABORAÇÃO DO PARECER: DA FORMA AO CONTEÚDO

Renila Bragagnoli

12:30

ALMOÇO

14:00

OFICINA 3: REQUISITOS DE HABILITAÇÃO NA LEI Nº 14.133/2021: COMO EQUILIBRAR COMPETITIVIDADE E SEGURANÇA JURÍDICA

Raquel Carvalho

16:15

COFFEE BREAK

16:45

PAINEL 5: ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA E INDICAÇÃO DE MARCA NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS: LIMITES, POSSIBILIDADES E BOAS PRÁTICAS

Rafael Sérgio de Oliveira



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

TERCEIRO DIA

8:30

PAINEL 6: GESTÃO DE INCIDENTES CONTRATUAIS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA: A ATUAÇÃO DO ASSESSOR JURÍDICO NA COORDENAÇÃO E ORIENTAÇÃO DE AJUSTES COM SEGURANÇA JURÍDICA

Cristiana Fortini

9:30

COFFEE BREAK

10:00

OFICINA 4: NAVEGANDO PELAS ESTRATÉGIAS DE SUPRIMENTO NA NOVA LEI DE LICITAÇÕES: SRP, CREDENCIAMENTO E FORNECIMENTO CONTÍNUO

Eduardo Grossi

12:30

ALMOÇO

14:00

PAINEL 7: ALTERAÇÕES EM CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: LIMITES, RISCOS E GARANTIAS JURÍDICAS

Daniel Barral

15:00

PAINEL 8: CABIMENTO E PERTINÊNCIA NO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: FUNDAMENTOS E BOAS PRÁTICAS DE UTILIZAÇÃO

Michelle Marry

16:00

COFFEE BREAK

16:30

MESA DE DEBATE 2: O ASSESSOR JURÍDICO COMO ARTICULADOR DE SOLUÇÕES: EFICIÊNCIA E ADEQUAÇÃO ÀS NECESSIDADES PÚBLICAS

Daniel Barral, Eduardo Grossi e Michelle Marry



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

QUARTO DIA

8:30

PAINEL 9: CONTROLE EXTERNO NA LEI N° 14.133/2021: FUNÇÕES E DESAFIOS NA FISCALIZAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DA GESTÃO PÚBLICA

Ministro Benjamin Zymler

9:30

COFFEE BREAK

10:00

OFICINA 5: A NOVA DINÂMICA DOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS COM MÃO DE OBRA EXCLUSIVA: IMPLICAÇÕES DAS IN SEGES/MGI N° 176/2024 E N° 190/2024 PARA GARANTIAS TRABALHISTAS

Lindineide Cardoso

12:30

ALMOÇO

14:00

PAINEL 10: PROGRAMAS DE INTEGRIDADE COMO FERRAMENTA DE CONFORMIDADE: DESDOBRAMENTOS DO DECRETO N° 12.304/2024 NA GESTÃO PÚBLICA

Christianne Stroppa

16:00

COFFEE BREAK

16:30

PAINEL 11: O REGIME DAS NULIDADES DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS

Danilo Almeida

LOCAL DO EVENTO

Windsor Plaza Brasília Hotel

Endereço: SHS Quadra 05 Bloco H – Asa Sul, Brasília – DF, 70322-912

Telefone: (61) 2195-1100

Faça sua reserva pelo site do hotel utilizando o cupom **INOVE25** e obtenha um valor especial na sua hospedagem.



7º CONASJUR

Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos



PROGRAMAÇÃO GERAL



Híbrido em
Brasília - DF



27, 28, 29 e 30 de maio
de 2025



das 8:30 às 18:00
(horário de Brasília)



32 horas de
capacitação

PRESENCIAL

R\$5.790⁰⁰

por pessoa

Até 14/03/2025

Material didático exclusivo Inove

Material complementar dos palestrantes

Certificado de capacitação profissional

4 almoços e 8 coffee breaks

Kit Inove com mochila e squeeze

ONLINE

R\$3.790⁰⁰

por pessoa

Até 14/03/2025

Material didático da aula para download

Material complementar dos palestrantes

Certificado de capacitação profissional

100% online e com interação junto aos professores

Acesso às gravações por 30 dias

PAGAMENTO

O respectivo pagamento será realizado em nome de **INOVECAPACITACAO - CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA - ME** com o CNPJ nº 27.883.894.0001-61.



Santander

Agência: 0950

C/C: 13001280-7

*** Condições:** O cancelamento da inscrição por parte do participante deverá ser realizado em no máximo 05 dias úteis antes da data de realização do curso, sendo que após este prazo deverá haver a substituição do aluno ou solicitação de crédito no valor da inscrição para utilização posterior. Por motivos operacionais ou por falta de quórum, a Inove Soluções em Capacitação reserva-se ao direito de adiar, alterar a programação ou o palestrante, sem aviso prévio, por questões e razões de ordem superveniente. A inscrição será confirmada mediante envio da nota de empenho, ordem de serviço, autorização, depósito ou outra forma de comprovação do pagamento.



Anderson Sant Ana Pedra

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/8827737549883515>

ID Lattes: **8827737549883515**

Última atualização do currículo em 31/12/2020

Pós-doutor em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra. Doutor em Direito do Estado pela PUC-SP. Mestre em Direito pela Faculdade de Direito de Campos-RJ. Especialista em Direito Público pela Consultime/Cândido Mendes. Bacharel em Direito pela Universidade de Vila Velha. Professor de Direito Constitucional e Direito Administrativo da Faculdade de Direito de Vitória (FDV). Professor colaborador do Mestrado em Gestão Pública (UFES). Professor em pós-graduação em diversas Instituições de Ensino. Membro do Instituto Brasileiro de Estudos Constitucionais. Procurador do Estado do Espírito Santo. Ex-Chefe da Consultoria Jurídica do TCEES. Tem experiência na área de Direito Público, com ênfase em Direitos Fundamentais, Direito Constitucional, Direito Administrativo e Licitações e Contratos Administrativos. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Anderson Sant Ana Pedra 
Nome em citações bibliográficas	PEDRA, Anderson Sant Ana
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/8827737549883515
Orcid iD	 https://orcid.org/0000-0002-3183-648X

Endereço

Endereço Profissional	Faculdade de Direito de Vitória. Rua Dr. João Carlos de Souza, 779 Santa Lúcia 29045910 - Vitória, ES - Brasil Telefone: (27) 81120667 Fax: (27) 30413672 URL da Homepage: www.fdv.br

Formação acadêmica/titulação

2006 - 2011	Doutorado em Direito Constitucional. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: Tribunal Constitucional como órgão de normação positiva: condições e limites para a edição de enunciados normativos, Ano de obtenção: 2011. Orientador:  André Ramos Tavares. Palavras-chave: constitucional; tribunal; normação; condições; limites. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Mestrado em Direito.
2001 - 2004	Faculdade de Direito de Campos, FDC, Brasil. Título: O Princípio da Proporcionalidade e o Controle de Constitucionalidade dos Atos do Poder Legislativo, Ano de Obtenção: 2004. Orientador: Maria Guadalupe Piragibe da Fonseca. Palavras-chave: proporcionalidade; constitucionalidade; controle; princípio; hermenêutica. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público. Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Constitucional.
2000 - 2002	Especialização em Direito Público e Processual Público. (Carga Horária: 360h). Faculde Cândido Mendes (Vitória/ES)/Consultime, CONSULTIME, Brasil. Título: Medidas Provisórias: Controle Jurisdicional dos Pressupostos Constitucionais.
1996 - 2000	Graduação em Direito. Universidade Vila Velha, UVV, Brasil.

Pós-doutorado

2013 - 2014	Pós-Doutorado. IGC/CDH/CEIS 20 da Universidade de Coimbra/POR, UC, Portugal. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

Formação Complementar

2012 - 2012	Litígio Estratégico de Interesse Público. (Carga horária: 32h). Escola de Direito de São Paulo da FGV, FGV-SP, Brasil.

Atuação Profissional

Universidade Federal do Espírito Santo, UFES, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual	Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor Colaborador, Carga horária: 4

Outras informações

Vínculo institucional

2008 - 2008	Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Visitante
Outras informações	Disciplinas: Constitucionalização do direito administrativo Licitação Contrato administrativo Ato administrativo

Faculdade de Direito de Vitória, FDV, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - Atual	Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor, Carga horária: 12

Outras informações

Vínculo institucional

2005 - 2008	Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor convidado.
Outras informações	Disciplinas: Ato Administrativo Licitação Contrato Administrativo Hermenêutica Constitucional Processo Legislativo Regime Jurídico Administrativo: Princípios do direito administrativo Processo administrativo

Atividades

06/2014 - Atual	Direção e administração, Faculdade de Direito de Vitória - FDV, . Cargo ou função Coordenador do Curso de Especialização "A Fazenda Pública em Juízo".
07/2005 - 12/2008	Ensino, Direito Público, Nível: Especialização Disciplinas ministradas Ato administrativo Contrato administrativo Licitação Processo legislativo

Universidade Federal da Bahia, UFBA, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - 2009	Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Professor visitante, Carga horária: 10

Outras informações

Vínculo institucional

2008 - 2008	Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Visitante
Outras informações	Direito eleitoral - Registro de Candidatura.

Escola de Administração Fazendária, ESAF, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2003	Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Instrutor

Atividades

12/2001 - 12/2003	Treinamentos ministrados , GPFEF, . Treinamentos ministrados Licitação e Contratos - LIC

Faculdade Novo Milênio, FNMILÊNIO, Brasil.

Vínculo institucional**2003 - 2008****Atividades****08/2003 - 12/2008**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 12

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo I

Direito Administrativo II

Direito Constitucional I

Direito Constitucional II

Universidade Estadual do Tocantins, UNITINS, Brasil.**Vínculo institucional****2006 - 2007****Atividades****11/2006 - 06/2007**

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Visitante

Ensino, Direito Constitucional, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Constitucionalização do direito e ponderação de interesses

Teoria da Constituição e Hermenêutica Constitucional

Teoria do Estado e competência

Universidade Vila Velha, UVV, Brasil.**Vínculo institucional****2003 - 2006****Atividades****10/2006 - 12/2006**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor Adjunto I, Carga horária: 12

Ensino, Contabilidade e Auditoria Pública, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Licitação e contratos administrativos

02/2003 - 08/2006

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Constitucional I

10/2004 - 11/2004

Ensino, Contabilidade e Auditoria Pública, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Licitação e Contratos Administrativos

09/2003 - 10/2003

Ensino, Contabilidade e Auditoria Pública, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Licitação e Contratos Administrativos

Faculdde Cândido Mendes (Vitória/ES)/Consultime, CONSULTIME, Brasil.**Vínculo institucional****2004 - 2004****Atividades****03/2007 - 04/2007**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor

Ensino, Direito Público e Processual Público, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Licitação e contrato administrativo

Ato administrativo

02/2004 - 11/2004

Ensino, Direito Público e Processual Público, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

A Ordem Econômica na Constituição brasileira de 1988

Licitação

Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, PGE-ES, Brasil.**Vínculo institucional****2007 - Atual****Outras informações**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador do Estado

Procurador Chefe do Centro de Estudos e Informações Jurídicas - CEI/PGEES Diretor da

Escola Superior da PGEES

Atividades**12/2011 - Atual**

Direção e administração, Centro de Estudos e Informações Jurídicas - CEI/PGEES., .

Cargo ou função

Chefe do Centro de Estudos e Informações Jurídicas - CEI/PGEES.

12/2011 - Atual

Direção e administração, Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, .

Cargo ou função

Diretor da Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo.

01/2011 - 12/2011

Conselhos, Comissões e Consultoria, Procuradoria Especial de Gabinete, .

Cargo ou função

Procurador Assessor Especial de Gabinete.

Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, TCEES, Brasil.**Vínculo institucional****2000 - 2007**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Servidor Público

Outras informações

Participa como instrutor de diversos cursos junto a Escola de Contas Públicas-TCEES

Atividades**02/2005 - 11/2007**

Direção e administração, Consultoria Jurídica, .

Cargo ou função

Chefe da Consultoria Jurídica.

03/2001 - 11/2007

Ensino, Introdução ao Estudo do Direito, Nível: Aperfeiçoamento

Disciplinas ministradas

Introdução ao Estudo do Direito

07/2000 - 11/2007

Ensino, Princípios de Direito Administrativo Aplicado, Nível: Aperfeiçoamento

Disciplinas ministradas

Princípios de Direito Administrativo Aplicado

07/2000 - 11/2007

Treinamentos ministrados , Escola de Contas - 4ª CA, .

Treinamentos ministrados

Contratos Administrativos

Dispensa e Inexigibilidade de Licitação

Licitação

Pregão Presencial

Instituto de Educação do Espírito Santo, IEES, Brasil.**Vínculo institucional****2002 - 2007**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor

Atividades**03/2002 - 01/2003**

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo I

Direito Administrativo II

União de Educação e Cultura Gildásio Amado, UNESC, Brasil.**Vínculo institucional****2001 - 2003**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor

Atividades**09/2001 - 09/2003**

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Constitucional B

Direito Constitucional A

Direito Administrativo A

Instituto Brasileiro de Educação, IBE, Brasil.**Vínculo institucional****2001 - 2002**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor

Atividades**08/2001 - 02/2002**

Ensino, Administração, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Instituições de Direito

Grupo Negócios Públicos, NP, Brasil.**Vínculo institucional****2014 - Atual**

Vínculo: Convidado, Enquadramento Funcional: Palestrante e Colunista (Governança Pública)

Outras informações

Atua como Palestrante e Instrutor em Oficinas (licitações, contratos administrativos, concurso público, governança pública, controle da Administração Pública e processo administrativo disciplinar). Possui coluna na Revista Negócios Públicos onde trata de "Governança Pública" e na Rádio Sollicita onde trata de "Governança e Controle Interno".

Escola Superior da Magistratura Tocantinense, ESMAT, Brasil.**Vínculo institucional****2014 - 2016**

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor visitante

Outras informações

Disciplina: Direito Administrativo na pós graduação: Direito Público.

Faculdade de Direito de Vitória, FDV, Brasil.

Vínculo institucional**2011 - Atual****Outras informações**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor Doutor

Disciplinas: Direito Constitucional I Teoria da Constituição Direitos e Garantias Fundamentais

Direito Administrativo I Direito Administrativo II

Fundação Escola Superior do Ministério Público do Estado de Mato Grosso, FESMP/MT, Brasil.**Vínculo institucional****2014 - Atual****Atividades****08/2014 - Atual**

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Visitante

Ensino, Especialização em Dir. Eleitoral e Impr. Administ, Nível: Pós-Graduação

Disciplinas ministradas

Tribunal de Contas: justiça comum e justiça eleitoral

JusPODIVM - Instituto de Ensino Jurídico, JUSPODIVM, Brasil.**Vínculo institucional****2011 - 2011****Outras informações**

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Convidado

Disciplina ministrada: Controle das implementações das políticas públicas pelo judiciário.

Ordem dos Advogados do Brasil - ES, OAB-ES, Brasil.**Vínculo institucional****2010 - 2013****Outras informações****Vínculo institucional****2008 - 2012****Outras informações****Atividades****07/2008 - Atual**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: livre

Membro da Comissão da Advocacia Pública.

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Livre

Membro da Comissão de Estudos Constitucionais.

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Estudos Constitucionais, .
Cargo ou função

Membro da Comissão de Estudos Constitucionais.

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão da Advocacia Pública, .

Cargo ou função

Membro da Comissão..

03/2010 - 03/2013**Faculdade Baiana de Direito, FBD, Brasil.****Vínculo institucional****2017 - Atual**

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: visitante

Escola Superior da Magistratura do Espírito Santo, ESMAGES, Brasil.**Vínculo institucional****2019 - Atual****Outras informações**

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor visitante

Disciplina: A judicialização das questões de saúde e a possibilidade de resolução por meio de métodos alternativos de acesso à ordem jurídica justa

Anderson Pedra - Advogados, APA, Brasil.**Vínculo institucional****2014 - Atual****Outras informações**

Vínculo: Sócio Advogado, Enquadramento Funcional: Sócio

Sócio Advogado

Complexo Educacional Renato Saraiva, CERS, Brasil.**Vínculo institucional****2019 - Atual**

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: professor visitante

Instituto Brasiliense de Direito Público, IDP, Brasil.**Vínculo institucional****2020 - Atual**

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: professor visitante

Membro de corpo editorial

2019 - Atual	Periódico: Revista Jurídica da Advocacia-Geral do E. de Minas Gerais
2012 - Atual	Periódico: Depoimentos: Revista da Faculdade de Direito de Vitória
2012 - Atual	Periódico: Revista de direitos e garantias fundamentais (FDV)
2011 - Atual	Periódico: Cadernos Camilliani
2009 - Atual	Periódico: Revista da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo

Áreas de atuação

1.	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.
2.	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.
3.	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.
4.	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Licitações e Contratos administrativos.

Prêmios e títulos

2019	Comenda José Maria Pimenta, Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.
2018	Comenda Monsenhor Rômulo Balestrero, Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.
2018	Egresso de sucesso, Universidade de Vila Velha.
2018	Patrono Turma FDV 2018/2 - Direito, Faculdade de Direito de Vitória.
2017	Paraninfo da turma BM 2013/1, Faculdade de Direito de Vitória.
2017	Paraninfo da turma AM 2013/1, Faculdade de Direito de Vitória.
2017	Voto de louvor - pelo lançamento do livro, Câmara Municipal de Vitória.
2015	Comenda Domingos José Martins, Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo.
2015	Comenda Domingos José Martins, Câmara Municipal de Itapemirim.
2014	Patrono da Turma de Direito 2013/2 do turno matutino da FDV., Faculdade de Direito de Vitória..
2013	Professor Homenageado - Patrono, Turma FDV - Direito - 2013/2.
2007	Patrono da turma E do curso de direito (noturno) da Faculdade Novo Milênio, Faculdade Novo Milênio.
2007	Paraninfo da Turma D do curso de direito (noturno) da Faculdade Novo Milênio, Faculdade Novo Milênio.
2007	Cidadão Marataizense, Câmara Municipal de Marataízes.
2006	Professor homenageado da turma C do Direito Noturno da Faculdade Novo Milênio 2006., Faculdade Novo Milênio.
2006	Patrono da turma B do Direito Noturno da Faculdade Novo Milênio 2006., Faculdade Novo Milênio.
2006	Cidadão Marataizense ausente nº 01, Poder Executivo do Município de Marataízes.
2006	Professor homenageado da turma B do curso de direito do Centro Universitário de Vila Velha (UVV), Centro Universitário de Vila Velha (UVV).

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



- PEDRA, Anderson Sant Ana;** PERCIO, G. V. . Diretrizes para o controle das contratações públicas em tempos de crise: como deveria ser o amanhã. BIBLIOTECA DIGITAL FÓRUM DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA (ONLINE), v. 223, p. 9-27, 2020.
- PEDRA, Anderson Sant Ana;** GUIMARAES, J. F. . Alteração contratual em tempos de crise: standards para a disrupção com o procedimento administrativo da normalidade. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura, v. 15, p. 195-215, 2020.
- PEDRA, Anderson Sant Ana.** Mutabilidade do objeto dos contratos administrativos: condições e limites. REVISTA DA PROCURADORIA GERAL DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO, v. 15, p. 37-55, 2017.

4. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** A Advocacia Pública, a Defensoria Pública, o Ministério Público e o Tribunal de Contas perante a cláusula da separação de poderes. *Direito do Estado: Colunistas*, v. 147, p. 1-12, 2016.
5. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Supremo Tribunal Federal: um ser incontrolável nas suas decisões normativas?. *Direito do Estado: Colunistas*, v. 244, p. 1-10, 2016.
6. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Parâmetros para uma decisão racional em casos de judicialização de políticas públicas. *Revista da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo*, v. 13, p. 63-82, 2014.
7. ★ **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Por uma 'separação de poderes' à brasileira: Constituição de 1988 e a teoria tripartite de Montesquieu: uma conta que não fecha. *Interesse Público (Impresso)*, v. 15, p. 117-141, 2013.
8. ★ **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Parâmetros para uma decisão racional em casos de judicialização de políticas públicas. *Revista Brasileira de Direito Público*, v. 41, p. 91-105, 2013.
9. ★ **PEDRA, Anderson Sant Ana.** O tribunal constitucional e o exercício da função legislativa stricto sensu para a efetivação dos direitos fundamentais em decorrência de uma omissão legislativa inconstitucional. *Revista de Direitos e Garantias Fundamentais (Eletrônica)*, v. 11, p. 221-256, 2012.
10. ★ **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Parâmetros para a verificação da omissão legislativa inconstitucional. *Revista Brasileira de Estudos Constitucionais*, v. 5, p. 181-209, 2011.
11. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Pagamento de RPV e considerações acerca do valor total da execução. *Revista da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo*, v. 8, p. 371-382, 2009.
12. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Pagamento de RPV e considerações acerca do valor total da execução. *Revista da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo*, v. 8, p. 371-382, 2009.
13. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Clonagem humana reprodutiva: uma análise à luz da constituição brasileira de 1988. *A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional*, v. 32, p. 55-62, 2008.
14. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** A habilitação técnica-operacional nas licitações públicas e o princípio da razoabilidade. *Revista Brasileira de Direito Público*, v. 14, p. 125-140, 2006.
15. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** A lei de improbidade administrativa e o princípio da proporcionalidade. *Interesse Público, Porto Alegre*, v. 34, p. 75-87, 2005.
16. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Inconstitucionalidade de normas estaduais que versam sobre remuneração de agentes públicos municipais. *Interesse Público (Impresso)*, Porto Alegre, v. 27, p. 187-200, 2004.
17. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Interpretação e aplicabilidade da constituição: em busca de um direito civil constitucional. *Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro*, v. 232, p. 177-198, 2003.
18. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Licitação internacional: normas nacionais X normas estrangeiras (uma visão constitucional). *Governat. Boletim de Licitações e Contratos, São Paulo*, v. 7, n.XVI, p. 461-472, 2003.
19. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Na defesa de uma democracia participativa. *Fórum Administrativo, Belo Horizonte*, v. 34, n.3, p. 3210-3215, 2003.
20. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Possibilidade de edição de medidas provisórias pelos municípios. *Revista de Direito Administrativo, Rio de Janeiro*, v. 230, p. 5-20, 2002.
21. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Os fins sociais da norma e os princípios gerais de direito. *Revista Forense Eletrônica*, v. 372, p. 698-706, 2002.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **PEDRA, Anderson Sant Ana;** SILVA, R. M. . Improbidade administrativa. 1. ed. Salvador: Jus Podivm, 2019. v. 1. 736p .
2. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** A jurisdição constitucional e a criação do direito na atualidade: condições e limites. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. v. 1. 400p .
3. ★ **PEDRA, Anderson Sant Ana.** O controle da proporcionalidade dos atos legislativos: a hermenêutica constitucional como instrumento. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2006. v. 1. 300p .

Capítulos de livros publicados

1. **PEDRA, Anderson Sant Ana;** TORRES, R. C. L. . Contrato administrativo e as câmaras de prevenção e resolução de conflitos: a necessária consensualidade em tempos de crise. In: MENDONÇA; André Luiz de Almeida; BATISTA JR., Onofre Alves; RIBEIRO, Rodrigo Araújo; CASTRO, Sérgio Pessoa de Paula. (Org.). *O novo papel da advocacia pública consultiva no século XXI*. 1ed.São Paulo: D'Plácido, 2020, v. 1, p. 93-114.
2. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Vícios no pregão. In: ZYMLER, Benjamin; PERCIO, Gabriela; JACOBY FERNANDES, Jorge, et al. (Org.). *101 Dicas sobre o pregão*. 1ed.Curitiba: Negócios Públicos, 2018, v. 1, p. 244-269.
3. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** A criação do direito pela justiça eleitoral e o princípio da anualidade. In: FUX, Luiz; AGRA, Walber de Moura; PEREIRA, Luiz Fernando. (Org.). *Tratado de direito eleitoral*. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2018, v. I, p. 431-451.
4. **PEDRA, Anderson Sant Ana;** PEDRA, A. S. A. . Trabalho escravo e vedação de retrocesso: uma abordagem da jurisprudência do STF. In: ROCHA, Cláudio Jannotti da; PORTO, Lorena Vasconcelos; BORSIO, Marcelo Fernando; MELO, Raimundo Simão de. (Org.). *Seguridade social e meio ambiente do trabalho: direitos humanos nas relações sociais*. 1ed.Belo Horizonte: RTM, 2018, v. t. II, p. 424-430.

5. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; ALVES, A. N. . O senado federal, a competência legislativa concorrente e os interesses dos governos estaduais no processo legislativo: normas gerais versus normas específicas numa federação. In: BATISTA JR., Onofre Alves. (Org.). O federalismo na visão dos estados. 1ed.Belo Horizonte: Letramento/Casa do Direito, 2018, v. 1, p. 101-131.
6. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Mutações do objeto contratual na lei das estatais: condições e limites. In: Luciano Elias Reis; Laerzio Chiesorin Junior. (Org.). Lei das empresas estatais: responsabilidade empresarial e o impacto para o desenvolvimento econômico nacional. 1ed.Curitiba: OAB/PR, 2017, v. 1, p. 37-60.
7. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Os danos morais decorrentes da responsabilidade civil do Estado. In: Maria Sylvia Zanella Di Pietro; Irene Patrícia Nohara. (Org.). Teses Jurídicas dos Tribunais Superiores: Direito Administrativo. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. III, p. 237-248.
8. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Licitações internacionais. In: Ronny Charles Torres. (Org.). Licitações públicas: homenagem ao jurista Jorge Ulysses Jacoby Fernandes. 1ed.Curitiba: Negócios Públicos, 2016, v. 1, p. 217-238.
9. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Sanções administrativas nas contratações públicas. In: Ronny Charles Torres. (Org.). Licitações públicas: homenagem ao jurista Jorge Ulysses Jacoby Fernandes. 1ed.Curitiba: Negócios Públicos, 2016, v. 1, p. 385-418.
10. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; DUQUE, B. L. . Os deveres fundamentais e as restrições de direitos fundamentais nas relações contratuais. In: MEZZARROBA, Orides; AYUDA, Fernando Galindo. (Org.). I Encontro de internacionalização do CONPEDI/Barcelona-Espanha. 1ed.Barcelona: Ediciones Laborum, 2015, v. 1, p. 91-110.
11. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PAGANI, J. F. O. . Ensino com pesquisa: os princípios constitucionais e sua interpretação pelos tribunais. In: BUSSINGUER, Elda Coelho de Azevedo.. (Org.). Princípios constitucionais e direito à vida: uma experiência integrativa de ensino e pesquisa. 1ed.Curitiba: CRV, 2014, v. 1, p. 11-28.
12. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, A. S. A. . Dever fundamental de pagar tributos, omissão legislativa inconstitucional e deslocamento provisório da competência legislativa. In: Elda Coelho de Azevedo Bussinger. (Org.). Direitos e deveres fundamentais. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012, v. 1, p. 67-78.
13. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, Adriano Sant'Ana . A inelegibilidade como consequência da rejeição de contas.. In: COELHO, Marcus Vinícius Furtado; AGRA, Walber de Moura. (Org.). (Org.). Direito eleitoral e democracia: desafios e perspectivas.. Brasília: OAB, 2010, v. , p. 9-39.
14. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. (Im)possibilidade do controle de constitucionalidade pelos Tribunais de Contas: uma análise da súmula 347 do STF. In: ABELHA, Marcelo; CHEIM JORGE, Flávio.. (Org.). Direito processual e a administração pública. 1ed.Rio de Janeiro: Forense Universitária/GEN, 2010, v. , p. 17-50.
15. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, Adriano Sant'Ana . Da segurança pública. In: BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura.. (Org.). Comentários à Constituição Federal de 1988. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2009, v. , p. 1719-1743.
16. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, Adriano Sant'Ana . Das forças armadas. In: BONAVIDES, Paulo; MIRANDA, Jorge; AGRA, Walber de Moura.. (Org.). Comentários à Constituição Federal de 1988. 1ed.Rio de Janeiro: Forense, 2009, v. , p. 1699-1719.
17. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. A constitucionalização do direito e o controle do mérito do ato administrativo pelo judiciário. In: AGRA, Walber de Moura; CASTRO, Celso Luiz Braga de; TAVARES, André Ramos. (Org.). Constitucionalismo: os desafios do terceiro milênio. Belo Horizonte: Forum, 2008, v. , p. -.
18. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. A justiça constitucional e seus elementos democráticos na Venezuela. In: TAVARES, André Ramos. (Org.). Justiça constitucional e democracia na América Latina. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2008, v. 01, p. 319-365.
19. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. A habilitação técnico-operacional nas licitações públicas e o princípio da proporcionalidade. In: PEDRA, Adriano Sant Ana.. (Org.). Arquivos de direito público: as transformações do estado brasileiro e as novas perspectivas para o direito público. 1ed.São Paulo: Método, 2007, v. 1, p. 83-99.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Câmara de Vitória decide reajuste. A Tribuna, Vitória, p. 29 - 29, 30 set. 2016.
2. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Doações eleitorais em Vitória não chegam a 5% do teto. A Gazeta, Vitória, p. 18 - 18, 09 set. 2016.
3. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Maior fiscalização dos bens (doação eleitoral). A Tribuna, Vitória, p. 44 - 44, 14 ago. 2016.
4. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Uma cruzada contra a corrupção no país. A Gazeta, Vitória/ES, p. 26 - 27, 03 abr. 2016.
5. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Para juristas, alicerces de 92 foram mantidos. A Gazeta, Vitória/ES, p. 21 - 21, 18 dez. 2015.
6. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Ministro teme uso de 'laranjas' em doações. A Tribuna, Vitória/ES, p. 29 - 29, 14 dez. 2015.
7. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Elas querem o fim do 'fui-fiu'. A Tribuna, p. 46 - 46, 20 set. 2015.
8. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Interface entre a Governança Pública e o Direito Fundamental à Boa Administração Pública. Negócios Públicos, Curitiba/PR, p. 19 - 20, 01 set. 2015.
9. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Acumulo de funções do pregoeiro e seu envolvimento na fase preparatória do pregão. O Pregoeiro, p. 23 - 31, 03 ago. 2015.
10. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. O que vem a ser governança pública e qual a sua importância?. Negócios Públicos, p. 18 - 18, 01 ago. 2015.
11. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Câmara muda controle de servidores a partir de hoje. A Gazeta, Vitória/ES, p. 21 - 21, 23 jul. 2015.
12. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Concurso público: o que é importante saber. Negócios Públicos, p. 60 - 64, 04 jun. 2015.
13. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Diferença entre concurso público e processo seletivo simplificado. Negócios Públicos, p. 63 - 63, 01 jun. 2015.
14. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Como realizar uma contratação de pessoal eficiente. Negócios Públicos, p. 30 - 34, 01 jun. 2015.
15. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Ação para anular multas. A Tribuna, p. 3 - 3, 30 maio 2015.
16. **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Mudança não atinge o TJES por enquanto. A Gazeta, p. 20 - 20, 07 maio 2015.

17. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Novo Código com mais rapidez?. A Tribuna, Vitória/ES, p. 45 - 45, 18 mar. 2015.
18. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Especialistas explicam o futuro do pedágio. A Tribuna, Vitória/ES, p. 14, 09 nov. 2014.
19. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Direito de ir e vir é assegurado. A Gazeta, Vitória/ES, p. 7, 01 out. 2014.
20. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** 'Você sabe com quem está falando?'. Folha Vitória, www.folhavitoria.com.br, 10 jul. 2014.
21. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Culto à personalidade: candidatura avulsa não é permitida por lei. leiasse.com.br, www.leiasse.com.br, p. 1, 04 jul. 2014.
22. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Exame de DNA para garantir aprovação por cotas - investir em educação para todos. A Tribuna, Vitória/ES, p. 44 - 44, 25 maio 2014.
23. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Concessão da Rodosol. A Gazeta, p. 3 - 3, 18 abr. 2014.
24. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Manifestações: há esperanças de mudanças. A Tribuna, Vitória/ES, p. 9 - 9, 20 jun. 2013.
25. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Estado quer derrubar lei sobre corte de luz - Opinião Jurídica. A Tribuna, Vitória/ES, p. 37 - 37, 30 abr. 2013.
26. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Supermercados dão sacolas (opinião jurídica). A Tribuna, Vitória/ES, p. 36 - 36, 31 ago. 2012.
27. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Lei Estadual: sacolas comuns voltam aos supermercados. A Gazeta, Vitória/ES, p. 3 - 3, 31 ago. 2012.
28. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Proibidos cobrar por sacolas a partir de hoje (opinião jurídica). A Tribuna, Vitória/ES, p. 31 - 31, 30 ago. 2012.
29. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Estado proíbe PM cobrar por segurança em festas. A Tribuna, Vitória/ES, p. 19 - 19, 20 jul. 2012.
30. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Demora vai render até 5 mil reais. A Tribuna, Vitória/ES, p. 26 - 26, 21 jun. 2012.
31. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Em vez de 30 minutos, paciente terá de esperar até uma hora. A Gazeta, Vitória/ES, p. 4 - 4, 12 jun. 2012.
32. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Lei proíbe atraso acima de 1 hora. A Tribuna, Vitória/ES, p. 2 - 2, 12 jun. 2012.
33. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Médicos criticam controle de tempo. A Tribuna, Vitória/ES, p. 3 - 3, 12 jun. 2012.
34. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Proibido cobrar taxa de boleto. A Tribuna, Vitória/ES, p. 36 - 36, 10 mar. 2012.
35. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Projetos de lei: políticos barram boas propostas. (Opinião jurídica). A Tribuna., Vitória/ES, p. 52 - 52, 31 jul. 2011.
36. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** A opinião do povo. (Opinião jurídica). Correio Brasiliense, Brasília/DF, p. 1 - 2, 15 jul. 2011.
37. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Participação popular na revisão da Lei Orgânica Municipal. Folha da Terra., Venda Nova do Imigrante/ES, p. 3 - 3, 20 ago. 2010.
38. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Mudança na lei dos precatórios. (Entrevista).. APES em Ação, Vitória/ES, p. 4 - 5, 15 ago. 2008.
39. **PEDRA, Adriano Sant'Ana ; PEDRA, Anderson Sant Ana .** Mudanças nos processos licitatórios.. Informativo ACONTECE, Vitória/ES, p. 8 - 8, 15 jul. 2007.
40. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Informações do legislativo em tempo real. (Opinião jurídica). Câmara em foco., Cariacica/ES, p. 1 - 1, 01 ago. 2005.
41. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Os cuidados com as licitações. (Opinião jurídica). TC Interativo., Vitória/ES, p. 8 - 8, 15 jan. 2005.
42. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Os critérios e controles da LRF. (Opinião jurídica). TC Interativo., p. 4 - 5, 12 nov. 2004.
43. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Câmaras podem anular os reajustes. (Opinião jurídica). A Tribuna., Vitória/ES, p. 30 - 30, 08 maio 2003.
44. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** TC reprova reajuste em salário de vereadores. (Opinião jurídica). A Gazeta., Vitória/ES, p. 3 - 3, 07 maio 2003.
45. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Pregão: uma nova modalidade de licitação. (Opinião jurídica). TC Interativo., Vitória/ES, p. 5 - 5, 15 mar. 2003.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Contratos Administrativos. In: X Congresso Brasileiro de Pregoeiros, 2015, Foz do Iguaçu. SEI - Seleção de Estudos e Instruções: Licitações e contratos. Curitiba: Instituto Negócios Públicos, 2015. v. 5. p. 411-450.
2. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Mutabilidade do objeto dos contratos administrativos: condições e limites. In: X Congresso Brasileiro de Pregoeiros, 2015, Foz do Iguaçu. Compras públicas: estudos, conceitos e infográficos. Curitiba: Instituto Negócios Públicos, 2015. p. 22-37.

Apresentações de Trabalho

1. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Decisões judiciais em políticas públicas de saúde: para além de uma fundamentação endoprocessual. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

Outras produções bibliográficas

1. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Serviço descoberto por prazo contratual e o pagamento por indenização.. Vitória/ES 2011 (PARECER).
2. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Pagamento de RPV e considerações acerca do valor total da execução. Vitória/ES: Revista da Procuradoria Geral do Estado do Espírito Santo, 2009 (PARECER).

Trabalhos técnicos

1. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Comissão Capixaba de Discussão de Reformulação da Legislação Eleitoral.. 2011.
2. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Remuneração. Conselheiros. Tribunais de Contas.. 2008.
3. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Novo regime de previdência. 2004.
4. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Revisão do Regimento Interno do TCEES. 2002.
5. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Reforma administrativa - Emenda Constitucional nº 19/1998. 1998.
6. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Proposta orçamentária para 1998. 1997.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Lei dá brecha para ES realizar concurso públicos para policiais e bombeiros em 2021. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
2. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Arquivamento de projeto sobre assessores da Câmara de Vitória é ilegal. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
3. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** O que a reforma administrativa muda para atuais e futuros servidores. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
4. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** De policial a auditor: os servidores que vão garantir a estabilidade. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
5. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Prefeitura do ES não sabe se vai cobrar salários de vice que estava nos EUA. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
6. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Gestores que concederem reajustes antes de 2022 podem ser punidos. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
7. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Concursos que o governo e municípios do ES poderão fazer até 2021. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
8. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Prefeitura demite 1.3 mil professores em Cachoeiro do Itapemirim. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
9. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** MPF: gestores pode ser punidos se reabrirem comércio sem observar normas. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
10. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Cidades do ES ficam em dúvida se salões de beleza devem ou não abrir. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
11. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Análises: gratificações atrapalham planejamento e transparência. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
12. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Você sabe o que faz um Vereador. 2020. 📺
13. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Entenda qual é o papel de vereadores e prefeitos. 2020. 📺
14. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Eficiência do home office. 2020. 📺
15. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Governo envia proposta de Reforma administrativa. 2020. 📺
16. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Justiça suspende lei aprovada pelos vereadores que permitia abertura de bares em Vitória. 2020. 📺
17. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Confira o que prevê a lei para a redução de salários de agentes públicos. 2020. 📺
18. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Entenda o que significa o estado de calamidade pública. 2020. 📺
19. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Contratação de servidores públicos sem estabilidade. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
20. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Excesso de adicionais prejudica a gestão pública. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
21. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Valorização para servidor eficiente. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
22. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Abertura de inquérito das fakes news pelo STF: 'Os fins justificam os meios?'. 2020. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺
23. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** STF pode impedir nomeação de diretor da Polícia Federal. 2020. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺
24. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Funcionalismo deve deixar de ter promoção por tempo de serviço? 'Não temos tempo a perder'. 2020. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺
25. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Vereador publica projeto para reduzir assessores na Câmara de Vitória. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺
26. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Novo governo - Mistura de técnicos e políticos. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
27. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Supersalários na Administração Pública - Teto remuneratório. 2019. 📺
28. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Mais transparência e concursos. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
29. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Especialistas afirmam que servidor tem dever de apurar. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
30. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Dezessete novas leis passam a valer este ano. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
31. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Novas leis são necessárias. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
32. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Pior quando não observa tecnicismo. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
33. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** A fiscalização deve receber mais atenção. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
34. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Lei de responsabilidade fiscal: nove investem menos na educação. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
35. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Conta de luz do consumidor terá foto do relógio feita na hora da medição. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
36. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Auxílio-mudança. 2019. 📺
37. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Estacionamento gratuito para idosos está com os dias contados. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

38. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Benefício para Pimentel é legal, mas abre caminho para debate. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
39. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Três deputados com 283 propostas. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
40. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Vitória permite multa em estacionamentos de shoppings e supermercados. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
41. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Não adianta dar ponto (facultativo) sem nó!. 2019. (Programa de rádio ou TV/Comentário).
42. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Reforma administrativa: Mudanças no serviço público. 2019. 🎬
43. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Pedágio na BR 101. 2019. 🎬
44. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Deputado oferece recompensa para quem matar criminoso. 2019. 🎬
45. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Estabilidade no serviço público. 2019. 🎬
46. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Lei de Abuso de Autoridade. 2019. 🎬
47. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Novos servidores podem ficar sem estabilidade e ter salários menores. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
48. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Contratações públicas. 2019. (Programa de rádio ou TV/Comentário).
49. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Oferta para matar. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
50. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Nove de cada 10 normas são inconstitucionais. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
51. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Congresso vai votar fim da estabilidade. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
52. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** O COAF e o STF: como será o amanhã?. 2019. (Programa de rádio ou TV/Comentário).
53. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Governo quer facilitar a demissão de concursados. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
54. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Governo quer facilitar a demissão de concursados. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
55. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Imóveis abandonados : o que a lei diz. 2018. 🎬
56. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Interdição na BR 259. 2018. 🎬
57. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Assembleia também pode discutir o foro. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
58. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Câmaras aprovam leis de gratuidade para policiais. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
59. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Caos no Serviço Público - 'Investimento deve ser em tecnologia'. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
60. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Prefeito tentará marcar sua gestão. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
61. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Nova lei promete diminuir gastos nos cartórios e reduzir burocracia. 2018. 🎬
62. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Gasto Público. 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
63. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Especialistas defendem criação de seguro para obra pública. 2018. 🎬
64. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Sessão da Câmara sem registro. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
65. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Secretários de Cariacica terão 13º. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
66. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Fim de taxa para estacionar em shopping vai a votação. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
67. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Sorteio afastou discussões tendenciosas. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
68. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Governo estadual transfere comando operacional da área de segurança. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
69. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Regras contra barulho dividem moradores. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
70. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Sucessão em jogo. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
71. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Ônibus vão ter botão do pânico contra assaltos. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
72. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Capixabas garantem não estar preocupados. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
73. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Reforma política apontada como solução para a crise. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
74. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** É preciso ter controle das atividades dadas aos servidores. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
75. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Cada lei custa R\$ 6.464 na capital. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
76. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Contratos de obras públicas: inexecução e consequências. 2017. 🎬
77. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Endereço divulgado irregularmente pode gerar indenização. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
78. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Corpos são exumados sem autorização das famílias em Vitória. 2017. 🎬
79. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Punição em casos de abuso sexual em transporte público. 2017. 🎬
80. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Projeto de lei quer que servidores trabalhem em casa. 2017. 🎬
81. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Julgamento do STF de ações contra parlamentares. 2017. 🎬
82. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Desestatização de porto já deveria estar finalizada. 2017. 🎬
83. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Escolha política para vaga de conselheiros divide autoridades. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
84. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Falta organização às prefeituras. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
85. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Decisão pode gerar mais ações na justiça. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
86. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Equilíbrio entre poderes pode ter influenciado decisão do Supremo. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
87. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Fim da estabilidade do servidor público. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
88. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Mais pessoas podem ir à justiça para não pagar tarifa. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
89. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Divulgação pode virar processo. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
90. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Bancada é contra nova regra para salvar Lula. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
91. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Assembleia vai revogar mais de cinco mil leis. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
92. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Retirada de ossadas de cemitério sem a devida publicação de edital. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬

93. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Janela de desfiliação partidária. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
94. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Uma cruzada contra a corrupção no país. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
95. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Um ano perdido em Itapemirim. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
96. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Contratos de obras públicas: paralização, responsabilidade e utilização de seguro.. 2016. 🎬
97. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Acumulação de cargos públicos na área médica. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
98. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Gestão pública em tempos de crise. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
99. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** ALES é a que menos cumpre itens de transparência da lei de responsabilidade fiscal. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
100. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** PEC 241 e o controle dos gastos públicos. 2016. 🎬
101. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Competências da Administração Pública e responsabilidades em acidentes de trânsito.. 2016. 🎬
102. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Gastos com publicidade governamental são necessários para informar a população. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
103. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Hartung aprova mais prazo para cumprir a lei fiscal. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
104. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** OAB quer explicações sobre prazo para cumprir a lei fiscal. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
105. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Doações em Vitória não chegam a 5% do teto. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
106. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Câmara de Vitória decide reajuste. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
107. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Gastos de até 2 milhões na Grande Vitória. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
108. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Para especialistas, abuso de autoridade tem que ser debatido. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
109. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** 'Bandido bom é bandido morto?'. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
110. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Advogado do ES fala sobre direitos do paciente durante tratamento de doenças graves. 2016. 🎬
111. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Médico e advogado falam sobre descriminalização do aborto. 2016. 🎬
112. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Combate à corrupção. 2016. 🎬
113. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Nova lei de abuso de autoridade na berlinda. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
114. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Juristas dizem que nem todas as multas são ilegais. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
115. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Direito do folião no carnaval: violência e ocupação das vias públicas. 2015.
116. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Limitações às alterações contratuais das obras públicas. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
117. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Novo código com mais rapidez?. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
118. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Mudança não atinge o TJES por enquanto. 2015. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
119. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Suspensão do pedágio da Terceira Ponte. 2014.
120. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Suspensão do pedágio da Terceira Ponte. 2014.
121. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Suspensão do pedágio da Terceira Ponte. 2014.
122. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Pedágio nas concessões públicas. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Redes sociais, websites e blogs

1. **PEDRA, Anderson Sant Ana;** OLIVEIRA, R. S. ; TORRES, R. C. L. . Contratos administrativos e as câmaras de prevenção e resolução administrativa de conflitos em tempos de covid-19. 2020; Tema: contrato administrativo. (Site).
2. **PEDRA, Anderson Sant Ana;** TORRES, R. C. L. . A mística da impossibilidade do pagamento antecipado pela administração pública. 2020; Tema: contrato administrativo. (Site).
3. **PEDRA, Anderson Sant Ana;** PERCIO, G. V. . Diretrizes para o controle das contratações públicas em tempos de crise. 2020; Tema: controle das contratações. (Rede social).

Demais tipos de produção técnica

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. JEVEAUX, G. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana;** DIAS, R. G. B.. Participação em banca de Maria Clara Queiroz Araújo. A contradição entre as súmulas vinculantes nº 20, 34, 37 e 51 à luz da teoria dos precedentes. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Espírito Santo.
2. **PEDRA, Anderson Sant Ana;** FABRIZ, D. C.; ZAGANELLI, M. V.. Participação em banca de Wayta Arrivabene de Freitas Queiroz. A regulamentação do procedimento de formação do preço de referência das licitações públicas> um estudo de caso do MPF/ES nos anos de 2013 a 2017. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo.

3. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; FABRIZ, D. C.; PEDRA, A. S. A.. Participação em banca de Guilherme Abreu Lima e Pereira. Concessões de estacionamento rotativo: uma abordagem dos elementos essenciais a partir da análise crítica dos últimos editais no âmbito da Região Metropolitana da Grande Vitória. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo.
4. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MADUREIRA, C. P.; PEDRA, A. S. A.. Participação em banca de Arthur Moura de Souza. Equilíbrio econômico financeiro e variação cambial: análise dos riscos cambiais nas atas de registro de preços da SESA-ES. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo.
5. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; ZAGANELLI, M. V.; FABRIZ, D. C.. Participação em banca de Felipe Ludovico de Jesus. O princípio da impessoalidade na administração pública e a adoção de mandato para membros da corregedoria-geral do estado do Espírito Santo. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo.
6. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; FABRIZ, D. C.; ZAGANELLI, M. V.. Participação em banca de Felipe Ludovico de Jesus. O princípio da impessoalidade na administração pública e a adoção de mandato para membros da corregedoria-geral do estado do Espírito Santo. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo.
7. FABRIZ, D. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MENDONÇA, F. A. S.. Participação em banca de Marcelo Lemos Vieira. O Ministério Público Brasileiro e a mediação: o acesso à justiça ambiental. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
8. MADUREIRA, C. P.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; RABELLO, M. A.; GUIMARAES, J. F.. Participação em banca de Antônio Júlio Castiglioni Neto. O processo como método para identificação do conteúdo do princípio da supremacia do interesse público. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Espírito Santo.
9. JORGE, F. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; RABELLO, M. A.. Participação em banca de Elisângela Fabres Franco. A competência dos tribunais de contas para a concessão de medidas de natureza provisória: uma reflexão sobre seus limites. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Espírito Santo.
10. ZAGANELLI, M. V.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; FABRIZ, D. C.. Participação em banca de Dielson Claudio dos Santos. A responsabilização de pessoas jurídicas por atos de corrupção: análise da (in)efetividade da Lei Anticorrupção (Lei n. 12.846/2013). 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo.
11. ZAGANELLI, M. V.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; FABRIZ, D. C.; PEDRA, A. S. A.. Participação em banca de Andressa Cattafesta de Oliveira. Acesso à informação pública e transparência ativa: um estudo do sítio da UFES. 2017. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo.
12. LIMA, M. P.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MADUREIRA, C. P.. Participação em banca de Felipe Barbosa de Menezes. A remessa necessária no código de processo civil de 2015 e seus desdobramentos na atuação da advocacia pública: problema ou solução?. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Espírito Santo.
13. CAMPOS, A. P.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; GUIMARAES, J. F.. Participação em banca de Sara Barbosa de Oliveira. O controle de políticas públicas nas decisões proferidas pelo STF. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Espírito Santo.
14. CARVALHO, T. F.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; CHIES, L. A. B.. Participação em banca de Marcos André Gomes da Penha. Estado penal do espetáculo: o (des)respeito ao direito à imagem e à honra do preso no cumprimento da prisão cautelar de natureza processual penal. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
15. FABRIZ, D. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; ZAGANELLI, M. V.. Participação em banca de Pedro Henrique Nascimento Zambon. Os direitos como eixo na soberania estatal contemporânea. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
16. BRASIL, S. M.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; ESTEVES, C. B.. Participação em banca de Christiano Dias Lopes Neto. Controle judicial de políticas públicas: a legitimidade do poder judiciário interferir nas escolhas administrativas para garantir a concretização do mínimo existencial. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
17. GUIMARAES, J. F.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; LIMA NETO, F. V.. Participação em banca de Vitor Soares Silveiras. A (in)eficácia das decisões do STF em sede de ação direta de inconstitucionalidade por omissão. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Espírito Santo.
18. MOREIRA, N. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; ARAÚJO, W. C.. Participação em banca de Robson Louzada Lopes. A participação popular nas audiências públicas judiciais: verdade ou engodo?. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
19. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; CASTELLANOS, A. R. M.; GUIMARAES, J. F.; JEVEAUX, G. C.. Participação em banca de Fernanda Brasileiro de Almeida. A (im)prescindibilidade do mandado de injunção como solução processual à falta legislativa do Congresso Nacional. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Espírito Santo.
20. JORGE, F. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; OLIVEIRA, B. S.. Participação em banca de Felipe Teles Santana. Recurso especial e o precedente no direito processual civil brasileiro. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Espírito Santo.
21. AGRA, Walber de Moura.; ARAÚJO, Marcelo Labanca Corrêa de; PEDRA, Adriano Sant'Ana; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de José Geraldo Alencar Filho. Judicialização da política e ativismo judicial: estudos dos motivos determinantes e limites da interpretação judicial. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Católica de Pernambuco.

Teses de doutorado

1. PEDRA, A. S. A.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; FREIRE JUNIOR, A. B.; EHRHARDT JUNIOR, M. A. A.; LEONARD, M.. Participação em banca de Cláudio de Oliveira Santos Colnago. Liberdade de expressão na internet: desafios regulatórios e parâmetros de interpretação. 2016. Tese (Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória.
2. PEDRA, A. S. A.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; FABRIZ, D. C.; PAMPLONA FILHO, R. M. V.; SANTANA, H. V.. Participação em banca de Bruna Lyra Duque. Deveres fundamentais nas relações privadas: análise da causa nos contratos a partir da solidariedade. 2015. Tese (Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória.

3. ADEODATO, J. M. L.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; CUNHA, R. A. V.; BELLO FILHO, N. B.; CASTRO JUNIOR, T. S.. Participação em banca de Américo Bedê Freire Júnior. O conteúdo retórico do direito à privacidade e a validade da prova obtida mediante filmagens nos ambientes públicos e privados. 2014. Tese (Doutorado em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória.

Qualificações de Doutorado

1. PEDRA, A. S. A.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; FREIRE JUNIOR, A. B.. Participação em banca de Claudio de Oliveira Santos Colnago. Liberdade de expressão na internet: desafios regulatórios e parâmetros de interpretação. 2016. Exame de qualificação (Doutorando em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória.
2. PEDRA, A. S. A.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; FABRIZ, D. C.. Participação em banca de Bruna Lyra Duque. A horizontalidade dos deveres fundamentais nas relações privadas: uma análise da causa dos contratos a partir da solidariedade. 2014. Exame de qualificação (Doutorando em Direitos e Garantias Fundamentais) - Faculdade de Direito de Vitória.

Qualificações de Mestrado

1. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; FABRIZ, D. C.; LEITE, C. H. B.. Participação em banca de Gabriela Pelles Schneider. Os impactos da globalização e da quarta revolução industrial para os estados-nação. 2019. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
2. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MADUREIRA, C. P.; PEDRA, A. S. A.. Participação em banca de Arthur Moura de Souza. Equilíbrio econômico financeiro e variação cambial: riscos cambiais nos contratos do estado do espírito santo. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo.
3. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, A. S. A.; FABRIZ, D. C.. Participação em banca de Guilherme Abreu Lima e Pereira. Concessões de estacionamento rotativo: uma abordagem dos elementos essenciais a partir da análise crítica dos últimos editais no âmbito da Região Metropolitana da Grande Vitória. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo.
4. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; ZAGANELLI, M. V.; PICORETTI, G. P.. Participação em banca de Felipe Ludovico de Jesus. O princípio constitucional da impessoalidade aplicado às corregedorias da administração direta do Estado do Espírito Santo. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo.
5. JEVEAUX, G. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; DIAS, R. G. B.. Participação em banca de Maria Clara Queiroz Araújo. A contradição entre decisões judiciais: uma análise das súmulas vinculantes nº 20, 34, 37 e 51 à luz da teoria dos precedentes. 2018. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Espírito Santo.
6. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; FABRIZ, D. C.; ZAGANELLI, M. V.. Participação em banca de Wayata Arrivabene de Freitas Queiroz. A formação do preço de referência das licitações do Ministério Público Federal: uso e contribuições das medidas de tendência central. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo.
7. FABRIZ, D. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; CARVALHO, T. F.. Participação em banca de Luiz Otávio Monteiro Costa. Direito fundamental à segurança pública: um exame da atuação cooperativa entre Estado e sociedade civil na formulação e execução de políticas e serviços de segurança pública. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
8. FABRIZ, D. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, A. S. A.. Participação em banca de Karina Debortoli. O controle de constitucionalidade das decisões judiciais do STF com efeito vinculante como instrumento hábil a garantir a proteção dos direitos fundamentais: o caso da súmula vinculante. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
9. ZAGANELLI, M. V.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, A. S. A.; FABRIZ, D. C.. Participação em banca de Andressa Cattafesta de Oliveira. Transparência pública e acesso à informação: um estudo do portal da UFES à luz da Lei n. 12.527/2011. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo.
10. FABRIZ, D. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; KROHLING, A.. Participação em banca de Sandro Nery Simões. O Estado Plurinacional e o processo de ruptura com a modernidade. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
11. ZAGANELLI, M. V.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; FABRIZ, D. C.. Participação em banca de Dielson Claudio dos Santos. A responsabilização de entes jurídicos por atos de corrupção: análise da eficiência na aplicação da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013). 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo.
12. PEDRA, A. S. A.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; FABRIZ, D. C.. Participação em banca de Rodrigo Monteiro da Silva. Corrupção e controle social: a transparência como elementos de aperfeiçoamento da gestão pública. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
13. MADUREIRA, C. P.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; RABELLO, M. A.. Participação em banca de Antônio Júlio Castiglioni Neto. O processo com método de identificação do interesse público. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Espírito Santo.
14. FABRIZ, D. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; KROHLING, A.. Participação em banca de Marcelo Lemos Vieira. O Ministério Público brasileiro e a mediação: o acesso à justiça ambiental. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
15. JORGE, F. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; RABELLO, M. A.. Participação em banca de Elisangela Fabres Franco. Os Tribunais de Contas no Brasil: Reflexões atuais sobre os provimentos provisórios expedidos em sede de controle externo. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Espírito Santo.
16. SANTOS, A. F. P. R.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; ZANDONADE, A.. Participação em banca de Sâmela Cristina de Souza. Lutas por capitais no campo do direito: de uma sociologia histórica do passado para uma história social do presente do direito

- administrativo. 2016. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
17. BRASIL, S. M.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MACHADO, M. P.. Participação em banca de Christiano Dias Lopes Neto. Controle jurisdicional de políticas públicas: a legitimidade do poder judiciários interferir nas escolhas administrativas de modo a garantir a efetivação dos direitos fundamentais sociais. 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
18. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; CARVALHO, T. F.; SANTOS, A. F. P. R.. Participação em banca de David Marlon Oliveria Passos. Análise da ampla defesa na investigação preliminar: por uma criminologia da não violência. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
19. GUIMARAES, J. F.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; LIMA NETO, F. V.. Participação em banca de Paulo Henrique Resende Marques. Controle judicial do veto: uma análise constitucional e processual. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Processual Civil) - Universidade Federal do Espírito Santo.
20. FABRIZ, D. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; KROHLING, A.. Participação em banca de Heleno Florindo da Silva. O Estado, o Constitucionalismo e os direitos humanos: um diálogo entre o constitucionalismo modernos e o novo constitucionalismo latino americano por uma concepção multicultural dos direitos humanos. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
21. FABRIZ, D. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; LEITE, C. H. B.. Participação em banca de Pedro Henrique Nascimento Zanbon. Os direitos humanos como essência da soberania no estado contemporâneo. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
22. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; CARVALHO, T. F.; RIBEIRO JUNIOR, H.. Participação em banca de Marcos André Gomes da Penha. Estado penal do espetáculo: o (des)respeito ao direito à imagem e à honra do preso no cumprimento da prisão cautelar de natureza processual penal. 2013. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
23. MOREIRA, N. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, Adriano Sant'Ana. Participação em banca de Robson Louzada Lopes. A participação popular nas audiências públicas no nível local de materialização da democracia e da cidadania no poder judiciário brasileiro. 2012. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
24. MOREIRA, N. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, Adriano Sant'Ana. Participação em banca de Letícia Zeferino de Oliveira. Uma análise da teoria de Peter Haberle por meio da legitimidade ativa do cidadão no ajuizamento de ações em controle concentrado de constitucionalidade. 2012. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
25. COURA, A. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, A. S. A.. Participação em banca de Marcellus Ferreira Pinto. Limites e possibilidades da justiça eleitoral brasileira na regulamentação da lei eleitoral: para uma análise crítica da judicialização da política à luz do paradigma do estado democrático de direito. 2011. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MARCHEZINI, F. S.; ASSIS, K. M.. Participação em banca de Carlos Alberto Porfírio Paz Júnior. Estudo de caso: licitações e contratos. 2016. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em A Fazenda Pública em Juízo) - Faculdade de Direito de Vitória.
2. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MARCHEZINI, F. S.; COUTINHO, A. D.. Participação em banca de Guilherme Tait Queiroz. Estudo de Caso: licitações e contratos. 2015. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Fazenda Pública em Juízo) - Faculdade de Direito de Vitória.
3. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MARCHEZINI, F. S.; COUTINHO, A. D.. Participação em banca de Yuri Iglezias Viana. Estudo de Caso: licitações e contratos. 2015. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Fazenda Pública em Juízo) - Faculdade de Direito de Vitória.
4. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, A. S. A.; BURGO, V.. Participação em banca de Cecília Ferreira de Carvalho. A demanda coletiva para inclusão de medicamento na lista do SUS como meio e dar efetividade ao direito à saúde. 2014. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em A Fazenda Pública em Juízo) - Faculdade de Direito de Vitória.
5. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, A. S. A.; BURGO, V.. Participação em banca de Cecília Chaves Barboza da Silva. Políticas públicas de tratamentos experimentais de saúde no Brasil: limites para o seu financiamento. 2014. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em A Fazenda Pública em Juízo) - Faculdade de Direito de Vitória.
6. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, A. S. A.; BURGO, V.. Participação em banca de Fabrício Gonçalves Ribeiro. A efetivação do direito à saúde frente à cláusula da reserva do possível e sua aplicação pelo Supremo Tribunal Federal. 2014. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em A Fazenda Pública em Juízo) - Faculdade de Direito de Vitória.
7. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; COUTINHO, L. C. S. G.; PEDRA, A. S. A.. Participação em banca de André Leal Marcelino. O uso, os limites e a eficácia dos mecanismos coercitivos aplicáveis à fazenda pública nas hipóteses de descumprimento das determinações judiciais em tutela de urgência. 2014. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em A Fazenda Pública em Juízo) - Faculdade de Direito de Vitória.
8. TOVAR, L. Z.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; BURGO, V.. Participação em banca de Tainá Aguiar Junquilha. A racionalidade da fundamentação das decisões judiciais em políticas de concessão de medicamentos gratuitos pelo poder judiciário: uma análise à luz da teoria de Robert Alexy. 2014. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em A Fazenda Pública em Juízo) - Faculdade de Direito de Vitória.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MARCHEZINI, F. S.. Participação em banca de Lara Pittol Lugão Carvalho. Judicialização da saúde: o papel dos núcleos de assessoramento técnico. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
- 2.

- SOTO, P. N.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de André Bodart de Sousa. Os contratos built to suit à luz da legislação brasileira. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
3. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, A. S. A.. Participação em banca de Isabelle Zucolotto Vieira. Atuação dos missionários assembleianos em países muçulmanos: proselitismo religioso. 2019 - Faculdade de Direito de Vitória.
4. MARCHEZINI, F. S.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Gabriel Armani de Moraes. A inconstitucionalidade das cláusulas primeira e terceira do convênio CONFAZ ICMS Nº 100/97 à luz do direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado e ao desenvolvimento sustentável. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
5. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; VELLO, R. P. C.. Participação em banca de Hannah Kruger Rodor Fontana. Análise da vedação trazida pelo art. 17, § 1º da lei de improbidade administrativa sob a perspectiva da consensualidade na administração pública. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
6. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; BERGER, R. E. K.. Participação em banca de Daniel Brunelli Palassi. A análise da tripartição dos poderes na produção normativa resultante da relação entre os poderes executivo e legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
7. MARCHEZINI, F. S.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Mariana Kretli Alves. Competência para a prestação dos serviços de saneamento: uma análise do caso da região metropolitana da Grande Vitória. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
8. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; FERNANDES, L. S.. Participação em banca de Rodrigo Chiabai Cupertino de Castro da Silva Santos. O fenômeno Uber: uma análise da legalidade do transporte individual compartilhado de passageiros sob a ótica da ordem constitucional econômica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
9. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; SOUZA, A. C. R.. Participação em banca de João Pedro Silva da Rocha. Judicialização da saúde: as ações do conselho nacional de justiça para mitigação de seus efeitos. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
10. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PONCIO, A. G. R.. Participação em banca de Lucas Souza Luchi. A necessidade de criação de uma agência reguladora para controlar a publicidade infantil e garantir os direitos da criança e do adolescente. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
11. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; FABRIZ, D. C.. Participação em banca de Marcelo Audifax Neves Ramos. Precedentes das súmulas vinculantes: análise da ratio decidendi dos precedentes das súmulas vinculantes já editadas. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
12. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; BERGER, R. E. K.. Participação em banca de Raíssa Dutra Bragança. A (des)necessidade de revisão da súmula vinculante nº 13 do STF à luz de princípios constitucionais. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
13. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; FERNANDES, L. S.. Participação em banca de Vítor Pizol de Rezende. Neoconstitucionalismo exacerbado: instrumento fomentadores do controle social de políticas públicas. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
14. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; COSTA, T. M. B.. Participação em banca de Thalita Gomes Salles. A aplicabilidade do acordo de leniência em relação a condutas ímprobas conforme proposto pela medida 5 do projeto "dez medidas contra a corrupção". 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
15. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; ASSIS, K. M.. Participação em banca de Caroline Aparecida Vianna Davariz. A (im)possibilidade de aplicação de técnicas autocompositivas no processo administrativo de apuração da responsabilidade pela inexecução contratual. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
16. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; ASSIS, K. M.. Participação em banca de Francisco Fontana Reisen. Alternativas no combate a violência entre torcedores de futebol no Brasil: contribuições do Taylor Report. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
17. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; ASSIS, K. M.. Participação em banca de Matheus Martinelli Vandermurem. A (in)constitucionalidade da cassação de aposentadoria do servidor público. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
18. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; SOUZA, R. M.. Participação em banca de Luiz Eduardo Simões Vargas. O direito ao saneamento básico e a obrigação do cidadão em realizar o ligamento às redes de tratamento sanitário. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
19. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; SIMOES, S. N.. Participação em banca de Pedro Kuhnert Bermudes. Supremo Tribunal Federal: uma análise do mecanismo de investidura de seus ministros à luz da teoria da separação de poderes. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
20. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; GALANTE, E. E. L.. Participação em banca de Thais Rodrigues Caetano. Para tudo dá-se um jeito: breve análise da lei anticorrupção à luz do jeitinho brasileiro e do direito fundamental à boa administração pública. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
21. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; AZEVEDO, J. B. A.. Participação em banca de Nathalia Linard Paes Landim Rocha. Os requisitos para a utilização de meios consensuais de resolução de conflitos pela administração pública: contribuição para maior efetividade ao acesso à justiça brasileira. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
22. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MARCHEZINI, F. S.. Participação em banca de Luis Roberto Albertasse Tulli. A desaposentação e sua possibilidade no direito brasileiro. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
23. MARCHEZINI, F. S.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Caroline Depes Bruzzi Emery. A natureza jurídica da responsabilidade ambiental. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
24. MARCHEZINI, F. S.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Filipe Casagrande. Sustentabilidade e tributação. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
- 25.

- PEDRA, Anderson Sant Ana**; NEGREIROS, D.. Participação em banca de Caroline Rodrigues Reis.O estatuto nacional da microempresa e empresa de pequeno porte aplicado às licitações públicas: uma análise do desenvolvimento nacional sustentável. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
26. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MARCHEZINI, F. S.. Participação em banca de Juliana Gonçalves Martins.Instrumentos de efetivação do desenvolvimento nacional sustentável. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
27. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; NEGREIROS, D.. Participação em banca de Roberta Lavagnoli Gazel.Responsabilidade extracontratual do estado: os casos de suicídio cometidos por presos dentro de estabelecimentos prisionais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
28. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MARCHEZINI, F. S.. Participação em banca de Tiago Cremasco Valim.Procedimento licitatório simplificado da Petrobrás: análise acerca da (in)constitucionalidade do Decreto nº 2.745/98. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
29. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MATTOS, F. C. B.. Participação em banca de Júlia Zardo Paiva.A lei n 13019/2014 - participação da sociedade e o poder público como mecanismo de efetividade do princípio da eficiência. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
30. MATTOS, F. C. B.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Denise D'Assumpção Carvalho.A (im)possibilidade de dispensa de licitação na contratação do serviço de transporte coletivo escolar em situações de emergência e estado de calamidade pública. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
31. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, A. S. A.. Participação em banca de Aylton Trancoso Dadalto.O regime simplificado de licitação e contratos da Petrobrás S.A.: análise de sua (in)constitucionalidade. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
32. PEDRA, A. S. A.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Juliana da Silva Lacerda.Limites e possibilidades das parcerias público-privadas como mecanismo indutor do desenvolvimento sustentável nos municípios brasileiros. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
33. ZANDONADE, A.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Clarissa Loureiro Tonini.Gestão de saúde no Espírito Santo: organizações sociais. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
34. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; COLNAGO, C. O. S.. Participação em banca de Lorenzo Tomazelli Lança.(Im)possibilidade de descumprimento de lei inconstitucional pela administração pública na dogmática processual constitucional brasileira. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
35. ZANDONADE, A.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Lorena Cysne de Lima Pinto.O concurso público na nova jurisprudência dos Tribunais Superiores> cadastro de reserva. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
36. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, A. S. A.. Participação em banca de Caio de Sá Dal Col.Algumas implicações do controle jurisdicional de políticas públicas: um olhar mais contido acerca da atuação do poder judiciário. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
37. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, A. S. A.. Participação em banca de Caroline Gurian de Lira.O projeto de lei nº 7.672/2010 - "Lei da Palmada" e a ingerência do estado sobre a autonomia privada. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
38. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; COUTINHO, L. C. S. G.. Participação em banca de Luana Abreu Corrêa.A inclusão de critérios sustentáveis no procedimento licitatório é uma forma de direcionamento na escolha do licitante?. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
39. ZANDONADE, A.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Bárbara Lopes Bindeli.A intervenção federal como medida cabível diante do não pagamento de precatórios judiciais à luz da jurisprudência do STF. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
40. MOREIRA, N. C.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, Adriano Sant'Ana. Participação em banca de Lara Santos Zangerolame Taroco.Hermenêutica jurídica e aplicação dos tratados internacionais de direitos humanos no Brasil: uma análise da jurisprudência do STF "pós Constituição de 1988" (parte 1: 1988 a 2000). 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
41. MATTOS, F. C. B.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Yasmim Pimenta da Costa.Incêndio na boate Kiss em Santa Maria-RS: a responsabilidade civil do município. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
42. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MARTINS, F. J. P. S.. Participação em banca de Leonardo de Almeida Campagnaro.A (des)necessidade de motivação na dispensa dos empregados públicos. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
43. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; SIQUEIRA, C. B.. Participação em banca de Natália Crema Scheffer.Análise sobre qual o regime jurídico que estão sujeitos os agentes públicos temporários em face de excessivas prorrogações contratuais. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
44. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MURAD, F. S.. Participação em banca de Rafael Peruzzo Rigoni.A inconstitucionalidade da cobrança de taxas patrimoniais em terrenos de marinha situados em ilhas oceânicas e costeiras com sede municipal após o advento da EC 46/2005. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
45. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PAZO, C. G.. Participação em banca de Rodrigo Paes Freitas.O não reconhecimento de posse de particulares sobre bens públicos: análise de um entendimento consolidado. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
46. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; COUTINHO, L. C. S. G.. Participação em banca de Kleber Medici da Costa Júnior.A relativização dos direitos fundamentais frente a supremacia do interesse público sobre o particular: conflito entre o princípio democrático e os direitos individuais. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
47. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MATTOS, F. C. B.. Participação em banca de João Leandro Pereira Chaves.A (im)possibilidade da prorrogação dos contratos administrativos abarcados pelo art. 57, II da Lei n. 8666/93 em detrimento do disposto no art. 42

- da LC 101/2000. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
48. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MATTOS, F. C. B.. Participação em banca de Matheus Zovico Soella.A rescisão do contrato administrativo de serviço público: uma análise acerca da imposição trazida pelo parágrafo único do art. 39 da lei n. 8987/95 e a interpretação sistemática com o inciso XV, do artigo 78 da Lei n. 8666/93. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
49. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, A. S. A.. Participação em banca de Camilo Tomazelli Públio.Vitaliciedade dos oficiais militares e o conselho de justificação. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
50. MARCHEZINI, F. S.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Ana Paula Meneghetti Coelho.O controle jurisdicional do licenciamento ambiental. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
51. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, Adriano Sant'Ana. Participação em banca de Renzo Freitas Coimbra.A possibilidade da aplicação do instituto da arbitragem aos conflitos referentes aos contratos administrativos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
52. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MARCHEZINI, F. S.. Participação em banca de Jessica Carvalho Pandolfi.Concurso público para cadastro de reserva: limitações na utilização. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
53. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; MARCHEZINI, F. S.. Participação em banca de Lara Pezzodipane.Alteração qualitativa unilateral dos contratos administrativos com base no princípio da sustentabilidade. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
54. MARCHEZINI, F. S.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Livia Cristina Collodetti Demuner.Democracia participativa e o controle social da gestão pública: o potencial democrático do orçamento participativo. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
55. MARCHEZINI, F. S.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Michela Morale.A licitação pública sustentável como instrumento estatal de indução do mercado e suas limitações. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
56. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; FITTIPALDI, P. F.. Participação em banca de Paula Zumak Passos Tackla.A possibilidade do controle do mérito do ato administrativo pelo poder judiciário e seus respectivos controles. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
57. ZANDONADE, A.; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Maria Charpinel Santos.A análise de lei de acesso à informação (Lei 12527 de 2011) sob a ótica dos princípios elencados na Carta Magna de 1988. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
58. PEDRA, Adriano Sant'Ana; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Rafael Salvador Cipriano.A natureza jurídica das hipóteses de inelegibilidade.. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
59. PEDRA, Adriano Sant'Ana; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Felliipe Dornelas Freitas Machado e Silva..A (im)possibilidade da interrupção terapêutica da gestação anencefálica sob a perspectiva dos direitos fundamentais do feto e da gestante.. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória.
60. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, Adriano Sant'Ana; LYRA, Renato Possatto. Participação em banca de Custódio Pinheiro da Silva.Consorcios publicos: um novo instrumento de cooperação federativa. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Novo Milênio.
61. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, Adriano Sant'Ana. Participação em banca de Adriana Novaes Gomes.O dolo e a culpa na improbidade administrativa. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Novo Milênio.
62. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, Adriano Sant'Ana. Participação em banca de Diana Margareth Lopes.A lei de improbidade administrativa e o controle social. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Novo Milênio.
63. PEDRA, Adriano Sant'Ana; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Nivaldo de Oliveira Silva.Impossibilidade da redução da menoridade penal. 2007 - Faculdade Novo Milênio.
64. PEDRA, Adriano Sant'Ana; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Mariana Firme Iglesias.A participação das instituições privadas no sistema único de saúde. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Novo Milênio.
65. PEDRA, Adriano Sant'Ana; **PEDRA, Anderson Sant Ana**. Participação em banca de Renata Barboza Barros Britto.Contratos da administração pública: as principais causas para alto índice de desvio de verbas. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Novo Milênio.
66. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, Adriano Sant'Ana; CUNHA, Ricarlos Almagro Vitoriano. Participação em banca de Thiago Zampiroli.O controle difuso de constitucionalidade na ação civil pública. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Novo Milênio.
67. **PEDRA, Anderson Sant Ana**; PEDRA, Adriano Sant'Ana; CUNHA, Ricarlos Almagro Vitoriano. Participação em banca de Renzzo Giacomo Ronchi.Limites e possibilidades da arguição de descumprimento de preceito fundamental.. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade Novo Milênio.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Concurso Público para Promotor Substituto do Estado do Espírito Santo. Representante da OAB/ES (substituto).. Concurso 2010-2011.. 2010.

Outras participações

1. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** Constituição e Processo: hermenêutica e jurisdição constitucional. 2012. Instituto de Hermenêutica Jurídica.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. 14º Pregão Week. Procedimento orgânico no pregão: possibilidades de uma regulamentação interna. 2020. (Congresso).
2. 2º Seminário Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica.Sanções administrativas. 2020. (Seminário).
3. 3º Congresso Pernambucano de Contratações Públicas. Estudo Técnico Preliminar e o Termo de Referência: como otimizar os instrumentos. 2020. (Congresso).
4. 4ª Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais. A responsabilidade dos ordenadores de despesas. 2020. (Congresso).
5. 7º Contratos Week. Cautelas e boas práticas nos contratos com dedicação exclusiva de mão de obra. 2020. (Congresso).
6. Diálogo sobre contratação pública na época pandêmica: Europa-Brasil.Contratação pública voltada para o combate à covid-19. 2020. (Encontro).
7. ESA OAB/RJ - Ciclo de Aperfeiçoamento. Diretrizes para o controle das contratações públicas em tempos de crise. 2020. (Exposição).
8. I Encontro Brasil & Portugal: gestão de contratos públicos em tempos de crise. Alterações contratuais e reequilíbrio em tempos de crise. 2020. (Congresso).
9. Inovações pela lei de abuso de autoridade. Lei de abuso de autoridade e possíveis reflexos na atuação dos tribunais de contas. 2020. (Exposição).
10. Summit Gov Compras Públicas. A compatibilidade das mudanças na nova visão do TCU. 2020. (Congresso).
11. VI Congresso de Licitações e Contratos de Florianópolis. Estruturação de contratações públicas para enfrentamento da pandemia de COVID-19. 2020. (Congresso).
12. Webinar Separação de Poderes na contemporaneidade. Órgãos de soberania constitucional e a harmonia necessária. 2020. (Exposição).
13. XV Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Novas condições editalícias a serem aplicadas no pregão eletrônico. 2020. (Congresso).
14. 14º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Vícios no pregão. 2019. (Congresso).
15. 14º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Compliance na Gestão das Compras Públicas: os mesmos desafios em instituições de pequeno e grande porte. 2019. (Congresso).
16. 14º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Fraudes em pregão: como prevenir, detectar e quais providências adotar. 2019. (Congresso).
17. 3º Congresso Brasileiro de Governança e Controle. Direito fundamental à boa administração pública. 2019. (Congresso).
18. 3º Congresso Brasileiro de Governança e Controle. Improbidade e gestão de riscos: empreendendo com segurança. 2019. (Congresso).
19. 3º Congresso Brasileiro de Governança e Controle. Governança e controle na terceirização. 2019. (Congresso).
20. 4º Seminário de Contratação do Poder Judiciário de Rondônia.Aplicação de penalidades contratuais e a consensualidade à luz da lei 13655. 2019. (Seminário).
21. 8º Gestão das Cidades. Contratações públicas e o desenvolvimento local e regional. 2019. (Congresso).
22. Desafios do Sistema de Correição Estadual.Improbidade administrativa: elementos subjetivos e a mera irregularidade. 2019. (Seminário).
23. II Encontro de Assessores Jurídicos e Pregoeiros do Estado do Amapá.Como evitar os principais vícios no pregão. 2019. (Encontro).
24. III Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais. A polêmica em torno do regime jurídico dos conselhos profissionais: estatutário ou celetista. 2019. (Congresso).
25. III Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais. Aplicabilidade prática do reequilíbrio econômico do contrato administrativo. 2019. (Congresso).
26. III Congresso Brasileiro de Boas Práticas em Contratos e Compras as Públicas. Fraudes em licitações. 2019. (Congresso).
27. III Congresso Brasileiro de Boas Práticas em Contratos e Compras as Públicas. Controle de juridicidade pela assessoria jurídica. 2019. (Congresso).
28. Improbidade Administrativa: o papel da administração pública.A LINDB e seus reflexos nas ações de improbidade administrativa. 2019. (Seminário).
29. Judicialização da Saúde. Medicamento de alto custo. 2019. (Exposição).
30. Seminário: Desafios do sistema de correição estadual.Improbidade administrativa: elementos subjetivos e a mera irregularidade. 2019. (Seminário).
31. Seminário Improbidade Administrativa: o papel da administração pública.A LINDB e seus reflexos nas ações de improbidade administrativa. 2019. (Seminário).
32. Seminário Nacional de Compras Públicas.O novo projeto de licitações: perspectivas. 2019. (Seminário).
- 33.

- VI Contratos Week: semana nacional de estudos avançados em contratos administrativos. Compliance na gestão e fiscalização de contratos. 2019. (Congresso).
34. VI Contratos Week: semana nacional de estudos avançados em contratos administrativos. Nova perspectiva quanto à invalidação dos contratos administrativos à luz da lei 13.655/2018. 2019. (Congresso).
35. VI Contratos Week: semana nacional de estudos avançados em contratos administrativos. Aplicação de sanções em sede contratual e o princípio da consensualidade. 2019. (Congresso).
36. XIII Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados em Pregão. Compliance e Código de Conduta. 2019. (Congresso).
37. XI Seminário Maranhense de Licitações e Contratações Públicas. Governança e Gestão de Riscos nas Licitações e nos Contratos Administrativos. 2019. (Seminário).
38. 12º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão. Compliance no pregão. 2018. (Congresso).
39. 12º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão. Intersecção entre o Estudo Preliminar e o Termo de Referência. 2018. (Congresso).
40. 2ª Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais. Gestão e fiscalização de contratos. 2018. (Congresso).
41. 5º Contratos Week. Contratos de risco e remuneração variável: como funciona. 2018. (Congresso).
42. 5º Contratos Week. Compliance na gestão de contratos. 2018. (Congresso).
43. II Congresso Brasileiro de Boas Práticas em Contratos e Compras Públicas. Elaboração de editais: pontos controversos. 2018. (Congresso).
44. II Congresso Brasileiro de Boas Práticas em Contratos e Compras Públicas. Atuação da assessoria jurídica. 2018. (Congresso).
45. XIII Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Fraude nas contratações públicas: hipóteses, detecção e prevenção. 2018. (Congresso).
46. XIII Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Vícios no pregão. 2018. (Congresso).
47. 11º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão. Vícios no pregão. 2017. (Congresso).
48. 11º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão. Pregão e licitações diferenciadas. 2017. (Congresso).
49. 4º Contratos Week. Sanções administrativas. 2017. (Congresso).
50. 4º Contratos Week. Transparência nos contratos administrativos: mecanismos de controle social como aliados da boa gestão. 2017. (Congresso).
51. Audiência Pública: simplifica vitória. Legitimidade no processo legislativo. 2017. (Outra).
52. Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais. Elaboração de Termo de Referência, Edital e Contratos: principais vícios. 2017. (Congresso).
53. Conferência Nacional dos Conselhos Profissionais. Assessoria Jurídica: atribuições e responsabilidades. 2017. (Congresso).
54. Congresso Centro-Oeste de Contratos e Compras Públicas. Eficiência na elaboração do Termo de Referência, Edital e Contrato e os vícios que podem levar ao insucesso da contratação. 2017. (Congresso).
55. Congresso Centro-Oeste de Contratos e Compras Públicas. Competências e responsabilidades dos agentes públicos da contratação. 2017. (Congresso).
56. Dia Nacional da Advocacia Pública. Responsabilidade do advogado público pela emissão de pareceres. 2017. (Simpósio).
57. II Fórum Estadual de controle interno do Estado do Esp. Santo. Responsabilização solidária do controle interno. 2017. (Outra).
58. IX Workshop para Pregoeiros Públicos do Estado de Pernambuco. Principais vícios no pregão. 2017. (Seminário).
59. Projeto Revisa ALES. A busca da legitimidade e da eficiência no processo legislativo. 2017. (Outra).
60. Seminário Nacional das Empresas Estatais: responsabilidade empresarial e o impacto da lei nº. 13.303/2016. Mutabilidade dos contratos na lei nº 13.303/2016. 2017. (Seminário).
61. XII Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Procedimento administrativo sancionador. 2017. (Congresso).
62. XII Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Vícios no pregão. 2017. (Congresso).
63. 3º Contratos Week - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos. Política de contratualização administrativa. 2016. (Congresso).
64. 3º Contratos Week - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos. Planejamento eficiente da despesa pública. 2016. (Congresso).
65. 3º Contratos Week - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos. Prevenção de Fraudes nos contratos administrativos. 2016. (Oficina).
66. 3º Contratos Week - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos. Controle da legalidade e atuação da Assessoria Jurídica. 2016. (Oficina).
67. Tributação e gasto público em tempos de crise. A eficiência nos gastos públicos em tempos de crise. 2016. (Seminário).
68. XI Congresso Brasileira de Pregoeiros. Desclassificação de proposta, inexecução e responsabilidade do pregoeiro. 2016. (Congresso).
69. XI Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Vícios no Pregão. 2016. (Congresso).
70. XLII Congresso Nacional dos Procuradores do Estado e do DF. O novo código de processo civil e a responsabilidade de procuradores por opinamento jurídico. 2016. (Congresso).
71. XXII edição Projeto Direito e Atualidades: debates na academia. Caso Grand Park: efeitos e responsabilidades. 2016. (Outra).
72. XXIII edição Projeto Direito e Atualidades: debates na academia. PEC 214 e a limitação de gastos públicos: avanços ou retrocessos?. 2016. (Outra).
73. 9º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão. Sistema de Registro de Preços processado por meio de Pregão - considerações relevantes. 2015. (Congresso).
74. 9º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão. Designação de Pregoeiro e da Equipe de Apoio - Aspectos Fundamentais. 2015. (Congresso).
75. 9º Pregão Week - Semana Nacional de Estudos Avançados sobre Pregão. Poder de Polícia e Atuação do Pregoeiro. 2015. (Congresso).
76. Combate à Corrupção: uma desafio à Democracia. A Transparência na Administração Pública e a Segurança Jurídica. 2015. (Seminário).
77. Contratos Week - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos. Prevenção de fraudes em contratos administrativos. 2015. (Congresso).

78. Contratos Week - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos. Orientações sobre níveis mínimos de serviço e acordo de níveis de serviço. 2015. (Congresso).
79. Contratos Week - Semana Nacional de Estudos Avançados em Contratos Administrativos. A aplicação eficiente dos recursos públicos e o controle de resultados. 2015. (Congresso).
80. Direito Administrativo: marco regulatório do regime de concessões de rodovias federais.Regime Jurídico de Concessão; faixa de domínio e area non aedificandi. 2015. (Seminário).
81. I CONIBDH - Congresso Internacional de Bioética e Direitos Humanos. Decisões judiciais em políticas públicas da saúde: para além de uma fundamentação endoprocessual. 2015. (Congresso).
82. III Congresso Brasileiro de Concurso Público. Reserva de vagas para pessoas com necessidades especiais e para negros: operacionalizando essas regras. 2015. (Congresso).
83. III Congresso Brasileiro de Concurso Público. Processo seletivo simplificado para as contratações temporárias. 2015. (Congresso).
84. II Seminário Avançado de Processo Administrativo Disciplinar.As peculiaridades do processo administrativo disciplinar nas estatais (regime celetista). 2015. (Seminário).
85. Minirreforma Eleitoral e as Eleições Municipais de 2016.Minirreforma Eleitoral e as Eleições Municipais de 2016. 2015. (Seminário).
86. Seminário sobre direito eleitoral.Minirreforma eleitoral e as eleições municipais de 2016. 2015. (Seminário).
87. X Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Conflito entre a obrigatoriedade da aplicação de sanção e os princípios da proporcionalidade e razoabilidade. 2015. (Congresso).
88. X Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Contratos Administrativos. 2015. (Congresso).
89. 1º Encontro de Internacionalização do CONPEDI.Os deveres fundamentais e as restrições de direitos fundamentais nas relações contratuais. 2014. (Encontro).
90. Colóquio Luso-Brasileiro: direitos e deveres fundamentais.A educação como dever fundamental da família na perspectiva constitucional brasileira. 2014. (Seminário).
91. Congresso Brasileiro de Governança e Controle Público. Transparência e qualidade na aplicação dos recursos públicos e a Governança na Lei Anticorrupção. 2014. (Congresso).
92. Congresso Brasileiro de Governança e Controle Público.Direito fundamental à boa administração pública e governança. 2014. (Oficina).
93. Semana de Administração 2014.A inovação na Administração Pública: consequências políticas e jurídicas. 2014. (Seminário).
94. V Edição do projeto direito e atualidades: debates na academia.O Decreto 8243 e a política nacional de participação social. 2014. (Outra).
95. 4º Seminário Nacional de Saneamento Ambiental: saneamento, direito ambiental e desenvolvimento sustentável.Entes reguladores e participação cidadã. 2013. (Seminário).
96. Congresso Nacional de Licitações e Contratos. A transparência e as contratações públicas: mecanismo de defesa. 2013. (Congresso).
97. Curso de Atualização em Patrimônio Público - Módulo I (MPEES).Direito orçamentário e financeiro. 2013. (Oficina).
98. Curso sobre Fiscalização de Contratos Administrativos.Fiscalização de Contratos Administrativos. 2013. (Outra).
99. Curso sobre licitações e contratos: aspectos teóricos e práticos.Princípios, objetivos e tendências atuais nas licitações públicas. 2013. (Oficina).
100. Curso sobre licitações e contratos: aspectos teóricos e práticos.Pregão e demais modalidades de licitação. 2013. (Oficina).
101. Curso sobre licitações e contratos: aspectos teóricos e práticos.Dispensa de licitação. 2013. (Outra).
102. III Congresso Internacional de Direito e Sustentabilidade. Município e capacitação para a gestão sustentáveis: contratações sustentáveis. 2013. (Congresso).
103. II Seminário específico do programa de pós-doutoramento em democracia e direitos humanos.Heterocontenção da justiça constitucional e a busca da decisão política legítima: necessidade de um diálogo institucional. 2013. (Seminário).
104. IX Fórum de Administradores Públicos: ferramentas de governança para uma gestão eficiente.A legitimidade da atuação administrativa a partir de uma dimensão comunicativa. 2013. (Outra).
105. Lançamento da Revista da PGEES.A transparência na administração pública e a segurança jurídica.. 2013. (Outra).
106. Semana de Capacitação dos Procuradores do Estado do Espírito Santo.Contratação direta pela Administração Pública.. 2013. (Seminário).
107. 3º Forum Estadual de Secretarias Municipais do Est. Esp. Santo - FESMAD.O papel do secretário de administração na gestão pública municipal: responsabilidades e consecução dos interesses públicos. 2012. (Outra).
108. I Seminário de Direito Minerário do Espírito Santo.Exploração minerária, meio ambiente e princípios constitucionais. 2012. (Seminário).
109. Pesquisa em debate: A contribuição da educação no sistema prisional capixaba.A contribuição da educação no sistema prisional capixaba. 2012. (Outra).
110. SEMINÁRIO DE COMPRAS PÚBLICAS - Secretaria de Estado de Gestão e Recursos Humanos.A Visão da Procuradoria do Estado do Espírito Santo nos Processos Licitatórios. 2012. (Seminário).
111. Seminário de Compras Públicas Sustentáveis.A importância das compras públicas sustentáveis.. 2012. (Seminário).
112. SEMINÁRIO NACIONAL DE INSTALAÇÃO DOS CONSELHOS DE ARQUITETURA E URBANISMO.O VIÉS PÚBLICO DOS ATOS DOS CAUs. 2012. (Seminário).
113. XXVI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Controle de Políticas Públicas. 2012. (Congresso).
114. Ciclo de Palestras: Dia do Advogado..A judicialização da política de saúde. 2011. (Seminário).
115. Fórum Nacional do Judiciário para a Saúde. Direito Constitucional à Saúde. 2011. (Congresso).
116. III Ciclo de Palestras em Direito Constitucional.Horizontalização dos direitos fundamentais. 2011. (Outra).
117. III Fórum Empresarial de Logística e Infraestrutura.A concessão sob uma perspectiva constitucional. 2011. (Outra).
118. I Simpósio de Direito Médico.O Judiciário como curador da política de saúde: condições, consequências administrativas e responsabilidade. 2011. (Simpósio).

119. V Encontro Capixaba de Direito do Estado.A heterocontenção do judiciário e a busca da decisão política legítima. 2011. (Encontro).
120. VIII Fórum de Administradores Públicos.. A responsabilização individual dos agentes públicos como mecanismo de otimização da eficiência administrativa.. 2011. (Congresso).
121. 20 Anos da Lei Orgânica do Município de Venda Nova do Imigrante/ES.A Lei Orgânica como instrumento de distribuição e controle de poder e de efetivação de direitos fundamentais. 2010. (Encontro).
122. 20 anos das Leis Orgânicas Municipais.A Lei Orgânica como instrumento de distribuição e controle de poder: a separação de poderes no município. 2010. (Seminário).
123. Encontro dos Vereadores da FORTESUL.Direitos e Deveres dos Vereadores. 2010. (Encontro).
124. III Seminário Regional sobre Advocacia Pública Federal 2ª Região.Colisão de princípios, segundo o entendimento dos Tribunais. 2010. (Seminário).
125. Seminário Nacional Sobre Licitações, Incentivos fiscais e créditos na área da engenharia.Novos comportamentos a serem adotados na licitação pública. 2010. (Seminário).
126. V Congresso Brasileiro de Compras Públicas. Responsabilidades nas contratações públicas: por uma administração pública mais eficiente. 2010. (Congresso).
127. I Congresso da Advocacia Pública no Espírito Santo. Grupo de trabalho - Procuradores Estaduais. 2009. (Congresso).
128. VIII Fórum Brasileiro de Reforma do Estado. Aplicação do Direito Privado na Administração Pública - Empresas Estatais em Regime de Competição e Fundações Estatais de Direito Privado. 2009. (Congresso).
129. Encontro Nacional de Vereadores.O administrador público e o controle de seus atos. 2008. (Encontro).
130. II Encontro Capixaba de Direito do Estado.Precatórios - Alternativas Judiciais e Extrajudiciais para seu implemento - propostas de emendas à Constituição. 2008. (Encontro).
131. IV Ciclo de Estados de Direito Público.Tribunal de Contas: autação e limites. 2008. (Outra).
132. IV Congresso Sul-Capixaba de Direito Civil-Constitucional. A eficácia dos direitos fundamentais nas relações particulares. 2008. (Congresso).
133. Curso de Atualização em Direito Público.A constitucionalização do Direito Administrativo. 2007. (Outra).
134. II Ciclo de Estudos em Direito Público: aspectos atuais e polêmicos.Os Municípios e suas competências. 2007. (Seminário).
135. III Ciclo de Estudos em Direito Público: temas atuais em licitação.Inexigibilidade de licitação e seus aspectos polêmicos. 2007. (Seminário).
136. O Novo Procedimento Licitatório face a Lei Complementar nº 123/2006.O Novo Procedimento Licitatório face a Lei Complementar nº 123/2006. 2007. (Simpósio).
137. XXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo (Círculo de Debates Científicos). O futuro do direito administrativo - os efeitos colaterais da constitucionalização do direito administrativo. 2007. (Congresso).
138. Gestor Público Municipal e a Garantia de Direitos e Cidadania: Responsabilidade Ética e Política.Licitação e Contratos Administrativos. 2006. (Seminário).
139. IV Encontro de Contas.Consórcios Públicos. 2006. (Encontro).
140. 1º Seminário de Gestão do Gasto Público do Governo do Estado.Orientações do Trib. Contas do Est. do Esp. Santo. 2005. (Simpósio).
141. Congresso: Consórcios Públicos e PPP. Os regimes da lei 8666/93 e 8987/95. 2005. (Congresso).
142. Curso de Direito Constitucional.Hermenêutica e aplicabilidade das normas constitucionais. 2005. (Encontro).
143. Diálogo Público: O TCU em conversa com o cidadão.O Controle externo do Trib. Contas do Estado do Esp. Santo. 2005. (Seminário).
144. III Encontro de Contas.O Princípio da Razoabilidade e o Controle da Administração Pública. 2005. (Encontro).
145. Semana do Advogado.Improbidade administrativa e a Lei 8429/92. 2005. (Seminário).
146. Semana do Advogado.O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade dos atos do poder legislativo. 2005. (Outra).
147. Dispensa e inexigibilidade de licitação..Dispensa e Inexigibilidade de licitação. 2004. (Outra).
148. II Encontro de Contas: Parceria e Cidadania.O limite de atuação do ordenador de despesa nos dois últimos quadrimestres de seu mandato. 2004. (Encontro).
149. III Ciclo de Palestras de Dir. Público e Dir. Privado.Os recursos no procedimento licitatório. 2004. (Outra).
150. III Seminário de Contabilidade Pública do Estado do Espírito Santo.Aspectos importantes e controversos em licitações. 2004. (Simpósio).
151. O Tribunal e a comunidade universitária.O Tribunal de Contas e a Sociedade. 2004. (Encontro).
152. Seminário sobre Licitação Pública.Seminário sobre licitação pública: elaboração de edital, visão prática e aspectos polêmicos. 2004. (Seminário).
153. Simpósio Básico sobre Pregão.Simpósio Básico sobre Pregão. 2004. (Simpósio).
154. Curso de licitação.A empresa privada nas licitações públicas. 2003. (Outra).
155. Curso de licitação.Dispensa e inexigibilidade de licitação. 2003. (Outra).
156. Curso de Pregão Presencial.Pregão presencial: a nova modalidade licitatória. 2003. (Outra).
157. Curso Prático de Licitação.Curso Prático de Licitação. 2003. (Outra).
158. Programa de Formação para Controlador de Recursos Públicos.Licitações e Contratos. 2003. (Outra).
159. Semana do Advogado.Reformas constitucionais e o direito adquirido. 2003. (Seminário).
160. Simpósio Básico sobre o Pregão.Simpósio básico sobre o pregão. 2003. (Simpósio).
161. Simpósio Básico sobre Pregão.Simpósio Básico sobre Pregão. 2003. (Simpósio).
162. VII Encontro Nacional de Informática Aplicada ao Legislativo.Painel sobre Pregão Eletrônico. 2003. (Encontro).
163. Congresso de direito público no Estado do Espírito Santo. O direito administrativo brasileiro e seus princípios. 2002. (Congresso).
164. Curso de licitação.Licitação. 2002. (Outra).
- 165.

Simpósio o Novo Código Civil e suas Repercussões sobre o Direito do Consumidor. O princípio da proporcionalidade e o controle de constitucionalidade. 2002. (Simpósio).

- 166. Curso de Introdução ao Direito. Introdução ao estudo do direito. 2001. (Outra).
- 167. Curso de licitação e contratos. Licitação e gestão de contratos na administração pública. 2001. (Outra).
- 168. Programa de formação para controlador de recursos públicos. Licitações e Contratos - LIC. 2001. (Outra).
- 169. Curso de Princípios de Direito Administrativo. Princípios de direito administrativo aplicado. 2000. (Outra).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

- 1. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** I CONIBDH - Congresso Internacional de Bioética e Direito Humanos (Grupo: Bioética e Saúde). 2015. (Congresso).
- 2. **PEDRA, Anderson Sant Ana.** I CONIBDH - Congresso Internacional de Bioética e Direito Humanos (Grupo: Bioética e Biodiversidade ambiental). 2015. (Congresso).
- 3. **PEDRA, Anderson Sant Ana;** AQUINO, M. P. . Congresso Nacional de Licitações e Contratos. 2013. (Congresso).
- 4. **PEDRA, Anderson Sant Ana;** OLIVEIRA, J. F. . Pesquisa em debate: a Contribuição da Educação no Sistema Prisional Capixaba. 2012. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

- 1. Arthur Moura de Souza. Equilíbrio econômico financeiro e variação cambial: análise dos riscos cambiais nas atas de registro de preços da SESA-ES. 2018. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, . Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
- 2. Wayta Arrivabene de Freitas Queiroz. A regulamentação do procedimento de formação do preço de referência das licitações públicas> um estudo de caso do MPF/ES nos anos de 2013 a 2017. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, . Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
- 3. Felipe Ludovico de Jesus. O princípio da impessoalidade na administração pública e a adoção de mandato para membros da corregedoria-geral do estado do Espírito Santo. 2018. Dissertação (Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, . Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
- 4. Guilherme Abreu Lima e Pereira. Concessões de estacionamento rotativo: uma abordagem dos elementos essenciais a partir da análise crítica dos últimos editais no âmbito da Região Metropolitana da Grande Vitória. 2018. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Gestão Pública) - Universidade Federal do Espírito Santo, . Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

- 1. Fabrício Gonçalves Ribeiro. A efetivação do direito à saúde frente à cláusula da reserva do possível e sua aplicação pelo Supremo Tribunal Federal. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em A Fazenda Pública em Juízo) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
- 2. Cecília Ferreira de Carvalho. A demanda coletiva para inclusão de medicamento na lista do SUS como meio e dar efetividade ao direito à saúde. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em A Fazenda Pública em Juízo) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
- 3. Cecília Chaves Barboza da Silva. Políticas públicas de tratamentos experimentais de saúde no Brasil: limites para o seu financiamento. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em A Fazenda Pública em Juízo) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
- 4. André Leal Marcelino. O uso, os limites e a eficácia dos mecanismos coercitivos aplicáveis à fazenda pública nas hipóteses de descumprimento das determinações judiciais em tutela de urgência. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em A Fazenda Pública em Juízo) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

- 1. Lara Pittol Lugão Carvalho. Judicialização da saúde: o papel dos núcleos de assessoramento técnico. 2020. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
- 2. Isabelle Zucolotto Vieira. Atuação dos missionários assembleianos em países mulçumanos: proselitismo religioso. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
- 3. Hannah Kruger Rodor Fontana. Análise da vedação trazida pelo art. 17, § 1º da lei de improbidade administrativa sob a perspectiva da consensualidade na administração pública. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
- 4. Daniel Brunelli Palassi. A análise da tripartição dos poderes na produção normativa resultante da relação entre os poderes executivo e legislativo na Assembleia Legislativa do Estado do Espírito Santo. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.

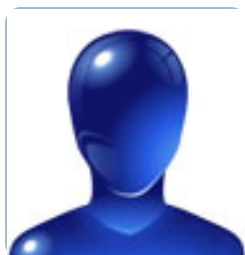
5. Vítor Pizol de Rezende. Neoconstitucionalismo exacerbado: instrumento fomentadores do controle social de políticos publicas. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
6. Thalitta Gomes Salles. A aplicabilidade do acordo de leniência em relação a condutas ímprobos conforme proposto pela medida 5 do projeto "dez medidas contra a corrupção". 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
7. Rodrigo Chiabai Cupertino de Castro da Silva Santos. O fenômeno Uber: uma análise da legalidade do transporte individual compartilhado de passageiros sob a ótica da ordem constitucional econômica. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
8. João Pedro Silva da Rocha. Judicialização da saúde: as ações do conselho nacional de justiça para a mitigação dos seus efeitos. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
9. Lucas Souza Luchi. A necessidade de criação de uma agência reguladora para controlar a publicidade infantil e garantir os direitos da criança e do adolescente. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
10. Marcelo Audifax Neves Ramos. Precedentes das súmulas vinculantes: análise da ratio decidendi dos precedentes das súmulas vinculantes já editadas. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
11. Raíssa Dutra Bragança. A (des)necessidade de revisão da súmula vinculante. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
12. Caroline Aparecida Vianna Davariz. A (im)possibilidade de aplicação de técnicas autocompositivas no processo administrativo de apuração da responsabilidade pela inexecução contratual. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
13. Francisco Fontana Reisen. Alternativas no combate a violência entre torcedores de futebol no Brasil: contribuições do Taylor Report. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
14. Matheus Martinelli Vandermurem. A (in)constitucionalidade da cassação de aposentadoria do servidor público. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
15. Luiz Eduardo Simões Vargas. O direito ao saneamento básico e a obrigação do cidadão em realizar o ligamento às redes de tratamento sanitário. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
16. Pedro Kuhnert Bermudes. Supremo Tribunal Federal: uma análise do mecanismo de investidura de seus ministros à luz da teoria da separação de poderes. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
17. Thais Rodrigues Caetano. Para tudo dá-se um jeito: breve análise da lei anticorrupção à luz do jeitinho brasileiro e do direito fundamental à boa administração pública. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
18. Nathalia Linard Paes Landim Rocha. Os requisitos para a utilização de meios consensuais de resolução de conflitos pela administração pública. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
19. Luis Roberto Albertasse Tulli. A desaposentação e sua possibilidade no direito brasileiro. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
20. Caroline Rodrigues Reis. O estatuto nacional da microempresa e empresa de pequeno porte aplicado às licitações públicas: uma análise do desenvolvimento nacional sustentável. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
21. Juliana Gonçalves Martins. Instrumentos de efetivação do desenvolvimento nacional sustentável. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
22. Roberta Lavagnoli Gazel. Responsabilidade extracontratual do estado: os casos de suicídio cometidos por presos dentro de estabelecimentos prisionais. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
23. Tiago Cremasco Valim. Procedimento licitatório simplificado da Petrobrás: análise acerca da (in)constitucionalidade do Decreto nº 2.745/98. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
24. Aylton Trancoso Dadalto. O regime simplificado de licitação e contratos da Petrobrás S.A.: análise de sua (in)constitucionalidade. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
25. Júlia Zardo Paiva. A lei nº 13019/2014 - participação da sociedade e do poder público como mecanismo de efetividade do princípio da eficiência. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
26. Lorenzo Tomazelli Lança. (Im)possibilidade de descumprimento de lei inconstitucional pela administração pública na dogmática processual constitucional brasileira. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
27. Caio de Sá Dal Col. Algumas implicações do controle jurisdicional de políticas públicas: um olhar mais contido acerca da atuação do poder judiciário. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
28. Caroline Gurian de Lira. O projeto de lei nº 7.672/2010 - "Lei da Palmada" e a ingerência do estado sobre a autonomia privada. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.

29. Luana Abreu Corrêa. A inclusão de critérios sustentáveis no procedimento licitatório é uma forma de direcionamento na escolha do licitante?. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
30. Rodrigo Paes Freitas. O não reconhecimento de posse de particulares sobre bens públicos: análise de um entendimento consolidado. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
31. Rafael Peruzzo Rigoni. A inconstitucionalidade da cobrança de taxas patrimoniais em terrenos de marinha situados em ilhas oceânicas e costeiras com sede municipal após o advento da EC 46/2005. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
32. Natália Crema Scheffer. Análise sobre qual o regime jurídico que estão sujeitos os agentes públicos temporários em face de excessivas prorrogações contratuais. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
33. Leonardo de Almeida Campagnaro. A (des)necessidade de motivação na dispensa dos empregados públicos. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
34. João Leandro Pereira Chaves. A (im)possibilidade da prorrogação dos contratos administrativos abarcados pelo art. 57, II da Lei n. 8666/93 em detrimento do disposto no art. 42 da LC 101/2000. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
35. Kleber Medici da Costa Júnior. A relativização dos direitos fundamentais frente a supremacia do interesse público sobre o particular: conflito entre o princípio democrático e os direitos individuais. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
36. Camilo Tomazelli Públio. Vitaliciedade dos oficiais militares e o conselho de justificação. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
37. Matheus Zovico Soella. A rescisão do contrato administrativo de serviço público: uma análise acerca da imposição trazida pelo parágrafo único do art. 39 da lei n. 8987/95 e a interpretação sistemática com o inciso XV, do artigo 78 da Lei n. 8666/93. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
38. Jessica Carvalho Pandolfi. Concurso público para cadastro de reserva: limitações na utilização. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
39. Lara Pezzodipane Picallo. Alteração qualitativa unilateral dos contratos administrativos com base no princípio da sustentabilidade. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
40. Paula Zumak Passos Tackla. A possibilidade do controle do mérito do ato administrativo pelo poder judiciário e seus respectivos limites. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
41. Renzo Freitas Coimbra. A possibilidade da aplicação do instituto da arbitragem aos conflitos referentes aos contratos administrativos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito de Vitória. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
42. Carlo Luiz Horta. A Constitucionalização dos tratados internacionais de direitos humanos: a situação dos tratados ratificados anteriormente a EC 45. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Vila Velha. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
43. Homero Barbosa Leão. Princípio do promotor natural. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Vila Velha. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
44. Marcelly Ribeiro de Araújo. O poder judiciário e o direito à saúde: reserva do possível. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Vila Velha. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
45. Bruna Ramos de Souza Pinto. A reclamação constitucional. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Vila Velha. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
46. André Ferreira da Costa. A privatização da segurança pública no Espírito Santo. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Vila Velha. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
47. Fernanda Beatriz de Souza Câmara. O controle da moralidade dos atos administrativos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Vila Velha. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
48. Diego Guimaraes Ribeiro. Reforma da previdência: EC 41/2003 e o direito adquirido. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Vila Velha. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
49. Sandro Americano Camara. O comando normativo do art. 267 do CTB: discricionariedade ou vinculação?. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Vila Velha. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
50. Priscila de Andrade Gama. O fim social da norma e a independência do juiz. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Vila Velha. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.
51. Renzzo Giacomo Ronchi. Limites e possibilidades da arguição de descumprimento de preceito fundamental. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade Novo Milênio. Orientador: Anderson Sant Ana Pedra.

Educação e Popularização de C & T

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **PEDRA, Anderson Sant Ana;** AQUINO, M. P. . Congresso Nacional de Licitações e Contratos. 2013. (Congresso).



Benjamin Zymler

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1945974780167141>

ID Lattes: **1945974780167141**

Última atualização do currículo em 21/11/2006

Possui mestrado em Direito pela Universidade de Brasília(2000). (Texto gerado automaticamente pela aplicação CVLattes)

Identificação

Nome

Benjamin Zymler 

Nome em citações bibliográficas

ZYMLER, B.

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/1945974780167141>

Formação acadêmica/titulação

1997 - 2000

Mestrado em Direito.
Universidade de Brasília, UNB, Brasil.
Título: Política e Direito: Uma Visão Autopoiética, Ano de Obtenção: 2000.
Orientador: José Geraldo de Souza Júnior.

Áreas de atuação

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 29/01/2025 às 9:58:02

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



Carlos Henrique Benedito Nitão Loureiro

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7043038833596852>

ID Lattes: **7043038833596852**

Última atualização do currículo em 06/11/2024

Formado em Direito. Especialista em Direito Administrativo. Mestre em Direito pela UFRN. Doutorando em Direito pela UnB. Membro do Instituto de Direito Administrativo Paraibano e Procurador Federal - AGU. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Carlos Henrique Benedito Nitão Loureiro



Nome em citações bibliográficas

LOUREIRO, C. H. B. N.

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/7043038833596852>

Cor ou Raça

Branca

Nascimento

15/03/1982, Campina Grande/ PB - Brasil

País de Nacionalidade

Brasil

Formação acadêmica/titulação

2024

Doutorado em andamento em Direito.
Universidade de Brasília, UNB, Brasil.
Orientador: Mamede Saíd Maia Filho.
Palavras-chave: Consensualidade; Acordos Administrativos; Interesse Público; Processo e Burocracia.
Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Público /
Especialidade: Direito Administrativo.
Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.
Setores de atividade: Administração pública, defesa e seguridade social.

2019 - 2021

Mestrado em Direito.
 Universidade Federal do Rio Grande do Norte, UFRN, Brasil.
 Título: Escolhas interpretativas nas contratações públicas: entre o erro grosseiro e a responsabilização do agente público, Ano de Obtenção: 2021.
 Orientador:  IVAN LIRA DE CARVALHO.
 Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

2015 - 2017

Especialização em Direito Administrativo.
 (Carga Horária: 361h).
 Universidade Estácio de Sá, UNESA, Brasil.
 Título: (IM)POSSIBILIDADE DE APLICAÇÃO DAS PENALIDADES DA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS NOS PROCEDIMENTOS REGULADOS PELA LEI DO PREGÃO.

2002 - 2006

Graduação em Direito.
 Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas, FACISA, Brasil.
 Título: O sistema constitucional brasileiro como instrumento de tutela ambiental: tributação ambiental.
 Orientador: Jubevan de Souza Caldas.

Atuação Profissional

Advocacia-Geral da União, AGU, Brasil.

Vínculo institucional**2014 - Atual**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador Federal

Outras informações

Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE (atual). Membro da Câmara Permanente de Ciência, Tecnologia e Inovação - CTI/PGF/AGU. Membro da Câmara Permanente de Assuntos de Interesses das Instituições Federais de Ensino Superior - CPIFES/PGF/AGU. Ex-Membro da Câmara Permanente de Licitações e

Contratos - CPLC/PGF/AGU. Ex-Coordenador da Equipe Nacional de Licitações e Contratos - ENALIC. Foi Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Universidade Federal de Campina Grande - UFCG (Junho de 2019 a Março de 2023). Foi Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Universidade Federal da Grande Dourados - UFGD (Abril-2016/Maio-2017). Foi Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Roraima - IFRR (Out-2014/Out-2015).

Departamento Estadual de Trânsito, DETRAN PB, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2014

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Advogado

Universidade de Brasília, UNB, Brasil.

Vínculo institucional

2023 - Atual

Vínculo: Professor Voluntário,
Enquadramento Funcional: Voluntário,
Carga horária: 4

Outras informações

Disciplina: Legislação Administrativa - 2023.1. Disciplina: Teoria Geral do Direito Público e Privado - 2023.2. Disciplina: Direito Administrativo I - 2024.1.

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito
Administrativo.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Lei de Introdução
às Normas do Direito Brasileiro.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
 Área: Direito / Subárea: Processo
 Administrativo.

4.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
 Área: Direito / Subárea: Introdução ao
 Direito.

5.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
 Área: Direito / Subárea: Direito
 Constitucional.

Idiomas

Espanhol

Compreende Bem, Fala Pouco, Lê Bem,
 Escreve Pouco.

Francês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco,
 Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

LOUREIRO, C. H. B. N. Parâmetros normativos do 'vestibular para refugiados': entre a lei de cotas e o estatuto dos refugiados. Revista da Advocacia Pública Federal, v. 6, p. 237-258, 2022.

2.

★ **LOUREIRO, C. H. B. N.**; FRANCA, V. R. . Precedentes Administrativos: um caminho para segurança jurídica nas relações entre a Administração Pública e os cidadão. Revista de Direito Administrativo, Infraestrutura, Regulação e Compliance, v. Ano 5, p. 23-41, 2021.

3.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Reflexões sobre o reajuste de preços como instrumento de equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos. SLC - Solução em Licitações e Contratos, v. Ano 3, p. 63-66, 2020.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

★ **LOUREIRO, C. H. B. N..** ENTRE AS ALTERNATIVAS POSSÍVEIS E O ERRO GROSSEIRO NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: A LINDB E OS IMPACTOS NA RESPONSABILIZAÇÃO DO AGENTE PÚBLICO. 1. ed. Maringá: Thoth Editora, 2022. v. 1. 131p .

Capítulos de livros publicados

1.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Reflexões sobre a consensualidade administrativa no novo regime geral de contratações públicas: novos instrumentos dialógicos da Lei n. 14.133/2021. In: Rafael Carvalho Rezende Oliveira. (Org.). A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos em Debate. 1ed.Rio de Janeiro: Processo, 2024, v. 1, p. 141-152.

2.

NOHARA, I. P. ; **LOUREIRO, C. H. B. N. .** COMENTÁRIOS AO ENUNCIADO Nº 28. In: Cristiana Fortini, Heloísa Helena A. M. Godinho, Luiz Magno P. Bastos Junior, Rodrigo Valgas dos Santos Cristiana Fortini, Heloísa Helena A. M. Godinho, Luiz Magno P. Bastos Junior, Rodrigo Valgas dos Santos. (Org.). Comentários aos Enunciados do IBDA: mudanças na lei de improbidade administrativa. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2024, v. 1, p. 149-153.

3.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Reflexões sobre o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos. In: Carolina Zancaner Zockun; Flávio Garcia Cabral; Mônica Ellen Pinto Bezerra Antinarelli.. (Org.). Manual Prático de Contratações Públicas. 1ed.Londrina: Editora Thoth, 2023, v. 1, p. 243-258.

4.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Reflexões sobre a LINDB e seus efeitos na estruturação da decisão administrativa. In: Rafael Carvalho Rezende Oliveira. (Org.). Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: temas relevantes. 1ed.Rio de Janeiro: Processo, 2023, v. 1, p. 85-100.

5.

LOUREIRO, C. H. B. N. Reflexões sobre os instrumentos para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos. In: Eduardo Vieira Busch. (Org.). Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: aspectos relevantes da Lei n. 14.133/2021. 1ed.: , 2023, v. 1, p. 1057-1074.

6.

★ **LOUREIRO, C. H. B. N.**; CARVALHO, I. L. D. . REFLEXÕES SOBRE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL E PRÁTICAS DE TECNOLOGIA DA INOVAÇÃO VERDE. In: José Orlando Ribeiro Rosário; Patrícia Borba Vilar Guimarães; Yanko Marcius de Alencar Xavier. (Org.). Meio ambiente, desenvolvimento e tecnologia. 1ed.Joinville: Clube de Autores Publicações, 2021, v. 1, p. 27-40.

7.

★ **LOUREIRO, C. H. B. N.** Comentários. Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 14133/21 Comentada por Advogados Públicos. 1ed.Salvador: Editora JusPodivm, 2021, v. 1, p. 243-.

8.

★ **LOUREIRO, C. H. B. N.**; FRANCA, V. R. . Direito Administrativo Sancionador Disciplinar. Direito Administrativo Sancionador Disciplinar. 1ed.: Editora CEEJ, 2021, v. 2, p. 567-.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

LOUREIRO, C. H. B. N. Conselhos de Manoel de Barros no assessoramento da nova Lei de Licitações. Conselhos de Manoel de Barros no assessoramento da nova Lei de Licitações, Jota, 13 abr. 2024.

2.

LOUREIRO, C. H. B. N. Modulação dos efeitos das nulidades nas contratações públicas. Modulação dos efeitos das nulidades nas contratações públicas, 11 out. 2023.

3.

LOUREIRO, C. H. B. N. Federação e colaboração: por uma Política Nacional de Alimentação Escolar. Federação e

colaboração: por uma Política Nacional de Alimentação Escolar, Conjur, 04 set. 2023.

4.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Contratações públicas e sustentabilidade ambiental. Contratações públicas e sustentabilidade ambiental, Jota, 06 jul. 2023.

5.

LOUREIRO, C. H. B. N.. E agora, José? A transição para a nova Lei de Licitações. E agora, José? A transição para a nova Lei de Licitações, Jota, 30 mar. 2023.

6.

LOUREIRO, C. H. B. N.. O crime de hermenêutica e a improbidade administrativa. O crime de hermenêutica e a improbidade administrativa, Jota, 17 jan. 2023.

7.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Seria a intolerância ao erro do agente público o espírito de nosso tempo?. Seria a intolerância ao erro do agente público o espírito de nosso tempo?, Jota, 15 out. 2022.

8.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Belchior, a LINDB e a ilusão da completude da norma jurídica. Belchior, a LINDB e a ilusão da completude da norma jurídica, Jota, 14 maio 2022.

9.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Consensualidade e interesse público: um caminho necessário. Cátedras, Online.

10.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Interpretação e Aplicação do Direito: um diálogo necessário entre o abstrato e o real. Cátedras.

Apresentações de Trabalho

1.

LOUREIRO, C. H. B. N.. A contratação integrada na Lei n. 14.133/2021. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).

2.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Erro Grosseiro nas Contratações Públicas'. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).

3.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Sistema de Registro de Preços e Compra Nacional. 2024. (Apresentação de Trabalho/Outra).

4.

LOUREIRO, C. H. B. N.. A LINDB e a Cláusula Geral de Consensualidade Administrativa. 2024. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

5.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Direito Administrativo Sancionador no Microsistema das Contratações Públicas. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

6.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Sanções e Recursos Administrativos na Nova Lei de Licitações e Contratos. 2023. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

7.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Aplicação de penalidades com foco na nova lei de licitações e contratos. 2022. (Apresentação de Trabalho/Outra).

8.

LOUREIRO, C. H. B. N.. O direito ao erro do agente público: uma leitura da LINBD para a transformação do serviço público. 2022. (Apresentação de Trabalho/Outra).

9.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Gestão de contrato administrativo e atos para execução de despesas.. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

10.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Novo Decreto do Pregão Eletrônico e Planejamento na Administração Pública Federal. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

11.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Gestão do contrato administrativo e execução de despesas. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

12.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Aplicação de penalidades em contratos. 2020. (Apresentação de Trabalho/Outra).

13.

LOUREIRO, C. H. B. N.; CARVALHO, I. L. D. . Webinario Direito Penal Econômico - Incidências e Reflexos. Concorrência e abuso do poder econômico.. 2020. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

14.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Mesas Virtuais: Assédio Sexual e Assédio Moral no ambiente acadêmico.. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

15.

LOUREIRO, C. H. B. N.. I Seminário Jurídico da Codevasf. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

16.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Contratos Administrativos e Reforma Trabalhista. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

17.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Instrução Normativa n. 05/SEGES e Contratações Públicas. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

18.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Licitações e contratos - Temas atuais e controvertidos. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Planejamento, Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

20.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Novo Decreto do Pregão Eletrônico. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Contratações Públicas e IN n. 05/2017/SEGES. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

22.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Contratações Públicas e IN n. 05/2017/SEGES. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Contratações Públicas e IN n. 05/2017/SEGES. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

24.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Contratações Públicas e IN n. 05/2017/SEGES. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

25.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

26.

LOUREIRO, C. H. B. N.. As contratações públicas e a IN n. 05/2017/SEGES. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

27.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Instrução Normativa n. 05/2017/SEGES e seus reflexos nas contratações públicas. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

28.

LOUREIRO, C. H. B. N.. As contratações públicas e a IN n. 05/2017/SEGES. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

29.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Instrução Normativa n. 05, de 26 de maio de 2017. Regras e Diretrizes: Procedimento de Contratação de Serviços.. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

30.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Instrução Normativa n. 05/2017/SEGES e seus reflexos nas contratações públicas. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

31.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Licitações e Contratos com foco na IN SEGES/MP n. 05/2017. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Outras produções bibliográficas

1.

LOUREIRO, C. H. B. N.. É POSSÍVEL A APLICAÇÃO DE PENALIDADES AO FORNECEDOR QUE INTEGRA O CADASTRO DE RESERVA ANEXO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS APÓS SER CONVOCADO E SE RECUSAR A CELEBRAR CONTRATO COM A ADMINISTRAÇÃO? 2017 (Artigo).

2.

LOUREIRO, C. H. B. N.. ICMS ecológico: instrumento de tutela do meio ambiente 2014 (Artigo).

3.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Da possibilidade de contratação direta da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, para a

prestação de serviços postais 2014 (Artigo).

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Procuradoria Convida: 'Equilíbrio Econômico-financeiro dos Contratos Administrativos',. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

2.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Procuradoria Convida: 'Estudo Técnico Preliminar (ETP)'. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

3.

LOUREIRO, C. H. B. N.. O exercício da função administrativa e o direito privado. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

4.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Autorização de serviço público: novo marco legal de ferrovias. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

5.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Aplicação do CDC nos contratos administrativos.. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

6.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Fundamentos do Direito Administrativo.. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

7.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Contratos administrativos e estatais.. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

8.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Coisa Julgada Administrativa.. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎥

9.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Administração Pública Digital.. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎥

10.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Compliance e LGPD na Administração Pública.. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎥

11.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Direito Administrativo em Pauta: Administração Pública Digital: desafios e perspectivas. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎥

12.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Direito Administrativo em Pauta: reflexões pontuais sobre a nova lei de licitações. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎥

13.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Nova lei de licitações e contrato: procedimentos auxiliares e meios alternativos de resolução de conflitos. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎥

14.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Contratos administrativo, fiscalização e controle.. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎥

15.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Semana Escola da AGU da nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda). 🎥

16.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Direito Administrativo: políticas públicas, juristocracia e controle. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎥

17.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Há um novo modelo de controle da Administração Pública?. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

18.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Administração Pública e meios alternativos para resolução de conflitos. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

19.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Patrimônio cultural e tecnologia. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

20.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Medidas Cautelares Administrativas. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

21.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Agências reguladoras e princípio da legalidade - Política de conteúdo local no petróleo brasileiro. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

Demais tipos de produção técnica

1.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Gestão de contratos administrativos e execução de despesas. 2020. .

2.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Processo administrativo sancionador: aplicação de penalidades em contratos administrativos. 2020. .

Bancas

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Participação em banca de Anna Clara Silva. Análise do Princípio da Segregação de Funções no Controle Processual das Despesas: Um Estudo de Caso da Prefeitura de Goianésia-GO. 2024. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Contabilidade) - Universidade de Brasília.

2.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Participação em banca de Rafael de Oliveira Ribeiro. O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) sob a Perspectiva do Princípio da Eficiência e das Diretrizes da Lei 14.133/2021. 2024. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Administração) - Universidade de Brasília.

3.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Participação em banca de Thiago Rodrigo de Oliveira Alves. INTEGRAÇÃO DO BIM NAS OBRAS PÚBLICAS BRASILEIRAS: uma análise crítica da Nova Lei de Licitações (14.133/2021). 2024. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Administração) - Universidade de Brasília.

4.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Participação em banca de Bárbara de Oliveira Aguiar. Análise crítica sobre o reconhecimento legal da autoidentificação de gênero e a proteção legal das mulheres em decisões do Supremo Tribunal Federal. 2024. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em direito) - Universidade de Brasília.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Participação em banca de Giovana Alencar da Costa. Zolgensma e Supremo Tribunal Federal: os rumos da judicialização do remédio mais caro do mundo no Brasil. 2024. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade de Brasília.

2.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Participação em banca de João César Sampaio Neto.30 Anos de Omissão na Regulamentação da Participação Popular: análise do §1º, do art. 10 da Lei n. Orgânica do Distrito Federal e da Escolha de Administradores Regionais. 2024.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

?Lei nº 14133/21 ? Nova Lei de Licitações: Os Atores no Processo de Compras.Agente Contratação e Comissão de Contratação: Princípio da segregação de funções Gestão por competência.. 2024. (Outra).

2.

1º Congresso Nacional de Pareceristas e Assessores Jurídicos. Marketplace nas contratações públicas. 2024. (Congresso).

3.

1º Seminário Regional de Implementação da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos.O erro grosseiro e a atuação do gestor diante da Nova Lei de Licitações e Contratos. 2024. (Seminário).

4.

38º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Direito ao erro do agente público. 2024. (Congresso).

5.

3ª Oficina de Trabalho da PFE FUNAI.Lei n. 14.133/2021: consultoria jurídica e o equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos.. 2024. (Oficina).

6.

Advocacia Pública estruturante: um desafio pós-LINDB, além do consequencialismo no Direito Administrativo.Consequencialismo e Governabilidade na Advocacia Pública: DEsafios e Diálogos com os Poderes na Promoção de Direitos Sociais. 2024. (Seminário).

7.

Jornada Internacional de Direito. A LINDB e a Cláusula Geral de Consensualidade Administrativa. 2024. (Congresso).

8.

Reunião Técnica dos Fóruns de Educação e E-CTI da Procuradoria-Geral Federal.O erro grosseiro a responsabilização do agente público. 2024. (Oficina).

9.

6º Congresso Nacional dos Auditores de Controle Externo dos Tribunais de de Contas do Brasil. Governança nas contratações públicas. 2023. (Congresso).

10.

Compras Públicas para Inovação.Agentes do ecossistema de inovação. 2023. (Seminário).

11.

Compras Summit 2023. O erro grosseiro nas contratações públicas e a responsabilização do agente público. 2023. (Congresso).

12.

II Congresso Regional da Advocacia Pública do Norte e Nordeste. A LINDB e o consequencialismo decisório: a nova teoria das nulidades nos contratos administrativos.. 2023. (Congresso).

13.

XXXII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Os efeitos da LINDB no Direito Administrativo Sancionador. 2023. (Congresso).

14.

Direito Disciplinar.Procedimentos Correcionais: Dever de apuração e tipos de procedimentos disciplinares (introdução) e Termo de Ajustamento de Conduta(TAC). 2022. (Outra).

15.

Improbidade Administrativa: Do PAD ao Crime.. 2022. (Outra).

16.

I SIMPÓSIO PARAIBANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.I
SIMPÓSIO PARAIBANO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. 2022.
(Simpósio).

17.

IV Congresso de Direito Administrativo do Rio Grande do Norte.
Agências Reguladoras e Direitos dos Administrados. 2022.
(Congresso).

18.

OS PARADIGMAS DO DIREITO ADMINISTRATIVO
SANCIONADOR NO ESTADO CONSTITUCIONAL. 2022. (Outra).

19.

Tribunais de Contas e a Nova Lei de Introdução às Normas do
Direito Brasileiro (LINDB)?,. 2022. (Seminário).

20.

XXXVI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2022.
(Congresso).

21.

?Ciclo de Palestras de Direito Administrativo da UFERSA:
Agentes públicos, Processo Administrativo e Controle da
Administração?.Processo Administrativo. 2021. (Seminário).

22.

Ciclo PGF: Direito e Educação.Direito e Educação: Sistema de
cotas nas Instituições Federais de Ensino Superior. 2021.
(Encontro).

23.

II Congresso Amazonense de Direito Administrativo. 2021.
(Congresso).

24.

III CONGRESSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO DO RIO GRANDE DO NORTE: DIREITO ADMINISTRATIVO EM PÂNICO. 2021. (Congresso).

25.

II Seminário de Direito e Economia do Nordeste. 2021. (Seminário).

26.

Matéria Administrativa: fiscalização de contratos em terceirização e atuação judicial. Gestão e fiscalização de contratos administrativos. 2021. (Seminário).

27.

Semana da Escola da AGU: nova lei de licitações e contratos.. 2021. (Encontro).

28.

Seminário Direito Administrativo Sancionador: Novos Paradigmas. 2021. (Seminário).

29.

I ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI. Segurança jurídica e estabilização na interpretação de normas de conteúdo indeterminado na atividade administrativa. 2019. (Encontro).

30.

I Ciclo de Palestras em Advocacia Pública - Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos. Equilíbrio econômico-financeiro dos contratos. 2018. (Seminário).

Educação e Popularização de C & T

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

LOUREIRO, C. H. B. N.. Interpretação e Aplicação do Direito:
um diálogo necessário entre o abstrato e o real. Cátedras.

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 29/01/2025 às 9:55:37

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



Carolina Zancaner Zockun

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5955154748070330>

ID Lattes: **5955154748070330**

Última atualização do currículo em 09/07/2024

Graduada em Direito pela PUC/SP (2002), Mestre em Direito Administrativo pela PUC/SP (2008), Doutora em Direito Administrativo pela PUC/SP (2013), com Pós-Doutorado em Democracia e Direitos Humanos pelo Centro de Direito Humanos da Universidade de Coimbra (2018), é Procuradora da Fazenda Nacional, Chefe da Divisão de Consultoria e Assessoramento em Direito Administrativo da Procuradoria da Fazenda Nacional na 3 Região, Suprocuradora Regional Substituta da Fazenda Nacional na 3 Região, Coordenadora do Grupo de Trabalho e Estudos de Compras Colaborativas da AGU, Coordenadora da Comissão Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da AGU e professora de Direito Administrativo nos cursos de graduação e especialização da faculdade de Direito da PUC/SP .
(Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome

Carolina Zancaner Zockun

Nome em citações bibliográficas

ZOCKUN, Carolina Zancaner; ZANCANER ZOCKUN, CAROLINA

Lattes iD

 <http://lattes.cnpq.br/5955154748070330>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Ministério da Fazenda, Procuradoria da Fazenda Nacional em São Paulo.
Alameda Santos, 610, 7º andar
Cerqueira César
01419001 - São Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 35669775
URL da Homepage:
<http://www.pgfn.fazenda.gov.br>

Formação acadêmica/titulação

2008 - 2013

Doutorado em Direito.
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.
Título: Da Terceirização na Administração

Pública Direta, Autárquica e Fundacional 🌸 ,
 Ano de obtenção: 2013.
 Orientador: Márcio Cammarosano.

2004 - 2008

Mestrado em Direito.
 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
 PUC/SP, Brasil.
 Título: Da intervenção do Estado no domínio
 social 🌸 , Ano de Obtenção: 2008.
 Orientador: 🌸 Márcio Cammarosano.
 Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
 Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área:
 Direito / Subárea: Direito Público /
 Especialidade: Direito Administrativo.
 Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área:
 Direito / Subárea: Direito Público /
 Especialidade: Direito Constitucional.

1998 - 2002

Graduação em Direito.
 Pontifícia Universidade Católica de São Paulo,
 PUC/SP, Brasil.
 Título: A função social da propriedade e a
 desapropriação para fins urbanísticos.
 Orientador: Dinorá Adelaide Musetti Grotti.

1997 interrompida

Graduação interrompida em 1999 em
 Engenharia Civil.
 Escola Politécnica da Universidade de São
 Paulo, POLI/USP, Brasil.
 Ano de interrupção: 1999

Pós-doutorado

2017 - 2018

Pós-Doutorado.
 Universidade de Coimbra, UC, Portugal.

Formação Complementar

2020 - 2020

Introdução à Libras. (Carga horária: 60h).
 Escola Nacional de Administração Pública,
 ENAP, Brasil.

2019 - 2019

Gestão de Riscos no Setor Público. (Carga
 horária: 20h).
 Escola Nacional de Administração Pública,
 ENAP, Brasil.

Atuação Profissional

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 4

Outras informações

Professora de Direito Administrativo na graduação da faculdade de Direito da PUC/SP

Vínculo institucional**2004 - Atual**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professor Assistente, Carga horária: 4

Outras informações

Professora Assistente no curso de especialização em Direito Administrativo da PUC/SP - COGEAE

Atividades**1/2006 - Atual**

Ensino, Especialização Em Direito Administrativo, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas
Direito Administrativo

Cia. de Processamento de Dados do Município de São Paulo, PRODAM, Brasil.

Vínculo institucional**2005 - 2005**

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Assessor Jurídico, Regime: Dedicção exclusiva.

Procuradoria Geral da Fazenda Nacional, PGFN, Brasil.

Vínculo institucional**2005 - Atual**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: ESTATUTÁRIO, Regime: Dedicção exclusiva.

Atividades**04/2024 - Atual**

Conselhos, Comissões e Consultoria, Câmara Nacional de Infraestrutura e Regulação (CNIR/AGU).

Cargo ou função
Membro da Câmara Nacional de Infraestrutura e Regulação (CNIR) da Consultoria-Geral da União.

04/2024 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da AGU.

Cargo ou função
Coordenadora da Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da AGU.

07/2021 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Grupo de Trabalho do Novo Marco Legal de Licitações e Contratos.

Cargo ou função
Membro do Grupo de Trabalho.

5/2018 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Grupo de Trabalho e Estudos de Compras Colaborativas da AGU.

Cargo ou função
Coordenadora do GTECC-AGU.

1/2016 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Câmara Nacional de Modelos de Licitações e Contratos da AGU.

Cargo ou função
Coordenadora do Grupo de Pareceres da CNMLC.

1/2014 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Conselho de Consultoria Administrativa da PGFN.

Cargo ou função
Membro do CCA-PGFN.

2022 - Atual

Vínculo: Associado Honorário, Enquadramento
Funcional: membro

Instituto de Direito Administrativo do Rio de Janeiro, IDARJ, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - Atual

Vínculo: Membro Honorário, Enquadramento
Funcional: Membro

Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo, ESPGE-SP, Brasil.

Vínculo institucional

2023 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento
Funcional: Representante da Comunidade
Científica

Outras informações

Representante da Comunidade Científica do
Conselho Curador da Escola Superior da
Procuradoria Geral do Estado de São Paulo
(ESPG-SP)

Outros Projetos

2014 - Atual

Contratações Públicas

Descrição: Destina-se a congregar pesquisadores em torno do tema comum Contratações Públicas edesenvolver de forma sistematizada pesquisas acerca do fenômeno contemporâneo do reforçado papel dos atores privados no domínio da realização dos interesses públicos e a substituição dos mecanismos unilaterais de decisão e tutela dos interesses públicos por mecanismos bilaterais, como o contrato e outros instrumentos jurídicos. Por meio de publicações, realizações de seminários e estímulo ao intercâmbio de ideias com prestigiosas universidades estrangeiras, o grupo busca contribuir para o aperfeiçoamento das relações entre o Estado brasileiro e os particulares. O Grupo de Pesquisa é composto de pesquisadores, docentes vinculados ao Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito, estudantes dos cursos de pós-graduação e graduação e renomados colaboradores estrangeiros. Além disso o Grupo de Pesquisa mantém um Grupo de Estudos que se dedica à análise de diversos temas.

Situação: Em andamento; Natureza: Outra.

Integrantes: Carolina Zancaner Zockun -
Coordenador / Silvio Luís Ferreira da Rocha -
Integrante.

Membro de corpo editorial

2023 - Atual

Periódico: Revista da PGFN

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área:
Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito Administrativo.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área:
Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito Tributário.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área:
Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito Constitucional.

Idiomas

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Francês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Português

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Italiano

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Produções

Citações

Web of Science

Total de trabalhos: 4 Total de citações: 20 Data: 20/04/2024

ZOCKUN, Carolina Zancaner

Outras

Total de trabalhos: 39 Total de citações: 277 Data: 20/04/2024

ZOCKUN, Carolina Zancaner

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; PACHECO, R. M. . A Lei nº 14.133/2021 e a gestão patrimonial e desfazimento de bens móveis inservíveis no âmbito da Administração Pública Federal. Controle em Foco - Revista do MPC-MG, v. 4, p. 19-39, 2024.

2.

SARAI, LEANDRO ; **ZOCKUN, Carolina Zancaner** ; CABRAL, FLÁVIO GARCIA ; **ZOCKUN, Maurício** . From Algorithms to Revolution 5.0: What Does Drive the Innovations?. BEIJING LAW REVIEW, v. 15, p. 945-969, 2024.

3.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; DE MELLO, GABRIELA ZANCANER BANDEIRA ; **ZOCKUN, Maurício** . State Property Liability. BEIJING LAW REVIEW, v. 14, p. 358-380, 2023.

4.

SARAI, LEANDRO ; **ZOCKUN, Carolina Zancaner** ; CABRAL, FLÁVIO GARCIA . Public Administration and Innovation: E-Government in the International Perspective. BEIJING LAW REVIEW, v. 14, p. 1352-1371, 2023.

5.

ZOCKUN, Maurício ; **ZOCKUN, Carolina Zancaner** . A regulação administrativa por entidades privadas e o caso da ABNT. CONSULTOR JURÍDICO (ONLINE), v. 2809, p. 1, 2023.

6.

[ZOCKUN, Maurício](#) ; [ZOCKUN, Carolina Zancaner](#) . The use of Artificial Intelligence in the Production of State Acts. Global Journal of Human-Social Science: F Political Science, v. 23, p. 25-34, 2023.

7.

[ZOCKUN, Carolina Zancaner](#); CABRAL, FLÁVIO GARCIA . Como calcular os limites de dispensa de licitação em razão do valor?. Consultor Jurídico (ONLINE), v. 1, p. 1-5, 2023.

8.

[ZOCKUN, Maurício](#) ; [ZOCKUN, Carolina Zancaner](#) . Law and Economics à brasileira: o consequencialismo inconsequente. Consultor Jurídico (ONLINE), v. 1310, p. 1-6, 2023.

9.

[ZOCKUN, Carolina Zancaner](#); [ZOCKUN, Maurício](#) . Limites éticos e jurídicos à produção do ato jurídico estatal com base em inteligência artificial: o ato jurídico produzido sem consciência ou vontade. CADERNOS DE DEREITO ACTUAL (ONLINE) [JCR](#), v. 20, p. 40-57, 2023. **Citações:** [WEB OF SCIENCE](#)™ 1

10.

[ZOCKUN, Carolina Zancaner](#); [ZOCKUN, Maurício](#) ; MELLO, G. Z. B. . Do aborto seletivo à luz da Constituição de 1988. Revista da AGU, v. 21, p. 17-35, 2022.

11.

[ZOCKUN, Carolina Zancaner](#); SARAI, L. . (Re)aplicação do benefício dos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, no pregão eletrônico. REVISTA INTERESSE PUBLICO, v. 133, p. 29-44, 2022.

12.

[ZOCKUN, Carolina Zancaner](#); [ZOCKUN, Maurício](#) ; MELLO, G. Z. B. ; KICHIK, K. ; MORDOKHOV, G. . Public Procurement: a brief analysis comparing the Russian and Brazilian legal systems. REVISTA JURÍDICA DA PRESIDÊNCIA, v. 24, p. 305-330, 2022.

13.

[ZOCKUN, Carolina Zancaner](#); [ZOCKUN, Maurício](#) ; MELLO, G. Z. B. . The Principle of Legality and its Transformation in Brazil. Acta Universitatis Danubius, v. 18, p. 7-36, 2022.

14.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; **ZOCKUN, Maurício** ; MELLO, G. Z. B. . A participação popular no Direito Administrativo e o princípio da eficiência. REDAP - Revista de Direito da Administração Pública, v. 1, p. 1-13, 2022.

15.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; SARAI, L. . A legalidade de prazo de impugnação do edital previsto no Decreto nº 10.024, de 2019. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO) **JCR**, v. 82, p. 157-171, 2021.

16.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; CABRAL, FLÁVIO GARCIA . Da eficácia das normas previstas na Nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021): análise do PNCP, do SRP e do Registro Cadastral. Revista de Direito Econômico e Socioambiental, v. 12, p. 100-122, 2021. Citações: **SCOPUS** 3

17.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; **ZOCKUN, Maurício** . A fé pública e a presunção de validade dos atos estatais. REVISTA INTERESSE PÚBLICO, v. 120, p. 37-58, 2020.

18.

ZOCKUN, Maurício ; **ZOCKUN, Carolina Zancaner** . Estatuto das empresas estatais obrigadas a licitar e contratar segundo a Lei nº 13.303/2016. Revista de Informação Legislativa, v. 227, p. 177-192, 2020.

19.

ZANCANER ZOCKUN, CAROLINA; **ZOCKUN, Maurício** . Marketplace Digital para compras públicas. International Journal of Digital Law, v. 1, p. 77-94, 2020.

20.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; **ZOCKUN, Maurício** . A relação de sujeição especial no direito brasileiro. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO) **JCR**, v. 77, p. 121-134, 2019.

21.

ZOCKUN, Maurício ; **ZOCKUN, Carolina Zancaner** . A responsabilidade objetiva na lei anticorrupção.. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública - RBEFP, v. 7, p. 99-105, 2018.

22.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; MANGULLO, M. Q. ; LAGE, R. T. . O Direito à educação e a Lei 12.711/2011 (Lei de Cotas). Revista

23.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Alguns Apontamentos sobre o Desvio de Poder. Revista Faculdade de Direito PUCSP, v. 1, p. 6, 2008.

24.

★ **ZOCKUN, Carolina Zancaner**; **ZOCKUN, Maurício**. Natureza e Limites da Atuação dos Tribunais Administrativos. Interesse Público, v. 44, p. 135-160, 2007.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; CABRAL, FLÁVIO GARCIA ; SARAI, LEANDRO ; **ZOCKUN, Maurício**. Manual de Direito Administrativo Digital - Série Direito PUC-SP. 1. ed. São Paulo: Almedina, 2024.

2.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio ; **ZOCKUN, Carolina Zancaner** ; **ZOCKUN, Maurício** ; Weida Zancaner. Curso de Direito Administrativo. 37. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2024. 963p.

3.

BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio ; Weida Zancaner ; **ZOCKUN, Carolina Zancaner** ; **ZOCKUN, Maurício**. Curso de Direito Administrativo. 36. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2023. v. 1. 981p.

4.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; CABRAL, FLÁVIO GARCIA (Org.) ; ANTINARELLI, M. E. P. B. (Org.). Manual Prático de Contratações Públicas. 1. ed. Londrina: Editora Thoth, 2023. v. 1. 979p.

5.

FREIRE, A. L. (Org.) ; **ZOCKUN, Carolina Zancaner** (Org.) ; **ZOCKUN, Maurício** (Org.) ; SERRANO, Vidal (Org.). Enciclopédia Jurídica da PUC-SP - Tomo de Direito Administrativo e Constitucional Tomo de Direito Administrativo e Constitucional. 2. ed. São Paulo: PUC-SP, 2022.

6.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; **ZOCKUN, Maurício** (Org.) ; FREIRE, A. L. (Org.) ; SERRANO, Vidal (Org.). Enciclopédia jurídica da PUC-SP - Tomo: Direito Administrativo e Constitucional. 1. ed. São Paulo: PUC-SP, 2017. v. 01. 3000p.

7.

★ **ZOCKUN, Carolina Zancaner**. Da Terceirização na Administração Pública. 1. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2014. v. 1. 208p .

8.

★ **ZOCKUN, Carolina Zancaner**. Da intervenção do Estado no domínio social. 1. ed. São Paulo: Malheiros Editores, 2009. v. 1. 279p .

Capítulos de livros publicados

1.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; SARAI, LEANDRO . Comentários ao Título I - Disposições Preliminares (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 4ed.São Paulo: JusPodivm, 2024, v. 1, p. 27-30.

2.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 6º, caput e incisos I a XII (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 4ed.São Paulo: JusPodivm, 2024, v. 1, p. 145-153.

3.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 22 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 4ed.São Paulo: JusPodivm, 2024, v. 1, p. 476-483.

4.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 87 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 4ed.São Paulo: JusPodivm, 2024, v. 1, p. 1170-1174.

5.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; SARAI, LEANDRO . Comentários ao Capítulo XI - Da nulidade dos contratos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 4ed.São Paulo: JusPodivm, 2024, v. 1, p. 1493-1512.

6.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 23 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado

7.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 24 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 4ed.São Paulo: JusPodivm, 2024, v. 1, p. 507-511.

8.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 88 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 4ed.São Paulo: JusPodivm, 2024, v. 1, p. 1174-1181.

9.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 147 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 4ed.São Paulo: JusPodivm, 2024, v. 1, p. 1494-1508.

10.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 148 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 4ed.São Paulo: JusPodivm, 2024, v. 1, p. 1508-1510.

11.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 149 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 4ed.São Paulo: JusPodivm, 2024, v. 1, p. 1510-1512.

12.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 150 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 4ed.São Paulo: JusPodivm, 2024, v. 1, p. 1512-1517.

13.

ALENCAR, A. T. S. C. B. ; **ZOCKUN, Carolina Zancaner** ; **ZOCKUN, Maurício** . A arbitragem na nova Lei de Licitações e Contratos e a contratação de bens e serviços comuns. In: Marilene Carneiros Matos; Felipe Dalenogare Alves; Rafael Amorim de Amorim. (Org.). Nova Lei de licitações e contratos: Lei nº 14.133/2021 : debates, perspectivas e desafios.. 1ed.Brasília: Edições Câmara, 2023, v. 1, p. 59-87.

14.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; ANTINARELLI, M. E. P. B. . Combate à pobreza menstrual e o Programa de Proteção e Promoção da Saúde Menstrual no Brasil. Efetividade da medida e exame da Lei 14.214/2021 sob a ótica das compras sustentáveis. In: SANTOS, Herta Rani Teles; ANTINARELLI, Mônica Ellen Pinto Bezerra. (Org.). O Poder Feminino: entre percursos e desafios - volume 2. 1ed.Belo Horizonte: Arraes Editores, 2023, v. 2, p. 40-53.

15.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; CARRIJO, A. D. ; SILVA, M. M. M. . Centralização em Licitações. In: ZOCKUN, Carolina Zancaner; CABRAL, Flávio Garcia; ANTINARELLI, Mônica Ellen Pinto Bezerra. (Org.). Manual Prático de Contratações Públicas. 1ed.Londrina: Editora Thoth, 2023, v. 1, p. 167-192.

16.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; BRAYNER, L. L. . Processo de Contratação Direta. In: ZOCKUN, Carolina Zancaner; CABRAL, Flávio Garcia; ANTINARELLI, Mônica Ellen Pinto Bezerra. (Org.). Manual Prático de Contratações Públicas. 1ed.Londrina: Editora Thoth, 2023, v. 1, p. 442-495.

17.

ZOCKUN, Maurício ; **ZOCKUN, Carolina Zancaner** . O Direito Público, o Direito Privado e a Tutela do Interesse Público. In: Maria Carvalho Neves Ferros; Samuel Rodrigues de Miranda Neto; Fernando Caldas Bivar Neto; Lázaro Reis Pinheiro Silva. (Org.). Ensaio em Direito Público: os 10 anos da Ministra Regina Helena Costa no Superior Tribunal de Justiça. 1ed.Londrina: Editora Thoth, 2023, v. 1, p. 640-648.

18.

ZOCKUN, Maurício ; **ZOCKUN, Carolina Zancaner** . A arbitragem na nova Lei de Licitações e o pregão. In: Eduardo Vieira Busch. (Org.). Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos ? Aspectos Relevantes da Lei 14.133/21. 1ed.São Paulo: Editora Quartier Latin, 2023, v. 1, p. 489-502.

19.

ZOCKUN, Maurício ; **ZOCKUN, Carolina Zancaner** ; FRITOLI, Fernanda Ghiuro Valentini . Direito público e privado no exercício das atividades estatais. In: MENDES, Aluisio Gonçalves de Castro; BINENBOJM, Gustavo; CARVALHO FILHO, José dos Santos.. (Org.). Estudos em Homenagem à Sergio de Andréa Ferreira. 1ed.Rio de Janeiro: GZ Editora, 2023, v. 1, p. 293-308.

20.

ZOCKUN, Maurício ; ZOCKUN, Carolina Zancaner . Ética pública e ? compliance? digital na administração pública: transparência, publicidade e motivação na produção de ato jurídico com base em inteligência artificial. In: Sérgio Ferraz; Otavio Venturini; Gustavo Gil Gasiola. (Org.). Proteção de Dados Pessoais e Compliance Digital. 2ed.Cuiabá: Umanos Editora, 2023, v. , p. 621-638.

21.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 87 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 3ed.São Paulo: JusPodivm, 2023, v. 1, p. 1131-1136.

22.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; SARAI, LEANDRO . Comentários ao Título I - Disposições Preliminares (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 3ed.São Paulo: JusPodivm, 2023, v. 1, p. 25-28.

23.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 6º, caput e incisos I a XII (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 3ed.São Paulo: JusPodivm, 2023, v. 1, p. 139-147.

24.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 22 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 3ed.São Paulo: JusPodivm, 2023, v. 1, p. 462-470.

25.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; SARAI, LEANDRO . Comentários ao Capítulo XI - Da nulidade dos contratos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 3ed.São Paulo: JusPodivm, 2023, v. 1, p. 1453-1454.

26.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 23 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 3ed.São Paulo: JusPodivm, 2023, v. 1, p. 470-493.

27.

ZANCANER ZOCKUN, CAROLINA. Comentários ao art. 24 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 3ed.São Paulo: JusPodivm, 2023, v. 1, p. 493-498.

28.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 88 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 3ed.São Paulo: JusPodivm, 2023, v. 1, p. 1136-1143.

29.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 147 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 3ed.São Paulo: JusPodivm, 2023, v. 1, p. 1454-1468.

30.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 148 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 3ed.São Paulo: JusPodivm, 2023, v. 1, p. 1468-1472.

31.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 150 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 3ed.São Paulo: JusPodivm, 2023, v. 1, p. 1472-1478.

32.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 149 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 3ed.São Paulo: JusPodivm, 2023, v. 1, p. 1470-1472.

33.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; SOUZA, Rachel Nogueira de ; NITÃO, Carlos ; ALVES, Rodrigo Ribeiro de Magalhães ; SANTOS, Daniel Lin ; BOAVENTURA SANTOS, Caroline Marinho ; VAZ, Vitor Junqueira ; LESSA, Liana Lima de Andrade Ximenes . Contratos administrativos. In: ZOCKUN, Carolina Zancaner; CABRAL, Flávio Garcia; ANTINARELLI, Mônica Ellen Pinto Bezerra. (Org.). Manual Prático de Contratações Públicas. 1ed.Londrina (PR): Thoth Editora, 2023, v. 1, p. 509-718.

34.

ZOCKUN, Maurício ; ZOCKUN, Carolina Zancaner . Delegação da Função Pública. In: Zockun, Maurício; Freire, André Luís; Zockun, Carolina Zancaner; Nunes Jr, Vidal Serrano. (Org.). Tomo de Direito Administrativo e Constitucional. 2ed.São Paulo: PUC-SP, 2022, v. , p. 1-42.

35.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; CABRAL, FLÁVIO GARCIA . Eficácia da nova Lei de Licitações (Lei 14.133/2021). In: Vidal Serrano Nunes Jr.; Maurício Zockun; Carolina Zancaner Zockun; André Luiz Freire. (Org.). Enciclopédia Jurídica da PUC-SP - Tomo de Direito Administrativo e Constitucional. 3ed.São Paulo: PUC-SP, 2022, v. , p. 1-32.

36.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; SARAI, LEANDRO . Comentários ao Título I - Disposições Preliminares (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 2ed.São Paulo: JusPodivm, 2022, v. 1, p. 23-26.

37.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 6º, caput e incisos I a XII (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 2ed.São Paulo: JusPodivm, 2022, v. 1, p. 131-139.

38.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 22 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos.. 2ed.São Paulo: JusPodivm, 2022, v. 1, p. 416-423.

39.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao Capítulo XI -Da nulidade dos contratos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 2ed.São Paulo: JusPodivm, 2022, v. 1, p. 1352-1371.

40.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 23 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 2ed.São Paulo: JusPodivm, 2022, v. 1, p. 423-446.

41.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 24 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 2ed.São Paulo: JusPodivm, 2022, v. 1, p. 446-450.

42.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 87 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado

da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 2ed.São Paulo: JusPodivm, 2022, v. 1, p. 1044-1048.

43.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 88 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 2ed.São Paulo: JusPodivm, 2022, v. 1, p. 1048-1055.

44.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 147 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 2ed.São Paulo: JusPodivm, 2022, v. 1, p. 1353-1366.

45.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 148 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 2ed.São Paulo: JusPodivm, 2022, v. q, p. 1366-1368.

46.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 149 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 2ed.São Paulo: JusPodivm, 2022, v. 1, p. 1369-1370.

47.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 150 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 2ed.São Paulo: JusPodivm, 2022, v. 1, p. 1370-1376.

48.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; MELLO, G. Z. B. . A Lei nº 14.133, de 2021, e a possibilidade de implementação do e-marketplace para compras públicas. In: SCHIER, Adriana; FORTINI, Cristiana; MELO, Lígia; VALLE, Vanice. (Org.). Administração Pública 4.0 - Na visão delas. 1ed.Curitiba: Editora Íthala, 2022, v. , p. 139-151.

49.

ZANCANER ZOCKUN, CAROLINA; SARAI, L. . Comentários ao Título I - Disposições Preliminares (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 1ed.São Paulo: JusPodivm, 2021, v. 1, p. 21-24.

50.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 6º, caput e incisos I a XII (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 1ed.São Paulo: JusPodivm, 2021, v. 1, p. 129-137.

51.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 22 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 1ed.São Paulo: JusPodivm, 2021, v. 1, p. 413-420.

52.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 87 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 1ed.São Paulo: JusPodivm, 2021, v. 1, p. 1021-1025.

53.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao Capítulo XI - Da nulidade dos contratos (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 1ed.São Paulo: JusPodivm, 2021, v. 1, p. 1326-1327.

54.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; ZOCKUN, Maurício ; BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio . Comentários aos arts. 28 a 32 da Lei de licitação e contratos administrativos (Lei federal 14.133). In: ZOCKUN, Maurício Zockun; DAL POZZO, Augusto; CAMMAROSANO, Márcio. (Org.). Lei de Licitações e Contratos Administrativos Lei 14.133/21 Comentada. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 195-201.

55.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; ZOCKUN, Maurício ; BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio . Comentários ao art. 79 da Lei de licitação e contratos administrativos (Lei federal 14.133). In: ZOCKUN, Maurício Zockun; DAL POZZO, Augusto; CAMMAROSANO, Márcio. (Org.). Lei de Licitações e Contratos Administrativos Lei 14.133/21 Comentada. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 426-434.

56.

ZANCANER ZOCKUN, CAROLINA; ZOCKUN, Maurício ; BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio . Comentários ao art. 81 da Lei de licitação e contratos administrativos (Lei federal 14.133). In: ZOCKUN, Maurício Zockun; DAL POZZO, Augusto; CAMMAROSANO, Márcio. (Org.). Lei de Licitações e Contratos Administrativos Lei 14.133/21 Comentada. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 442-444.

57.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; ZOCKUN, Maurício ; BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio . Comentários aos arts. 87 e 88 da Lei de licitação e contratos administrativos (Lei federal 14.133). In: ZOCKUN, Maurício Zockun; DAL POZZO, Augusto; CAMMAROSANO, Márcio. (Org.). Lei de Licitações e Contratos Administrativos Lei 14.133/21 Comentada. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 487-492.

58.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; ZOCKUN, Maurício ; BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio . Comentários ao art. 103 da Lei de licitação e contratos administrativos (Lei federal 14.133). In: ZOCKUN, Maurício Zockun; DAL POZZO, Augusto; CAMMAROSANO, Márcio. (Org.). Lei de Licitações e Contratos Administrativos Lei 14.133/21 Comentada. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 519-524.

59.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; ZOCKUN, Maurício ; BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio . Comentários ao art. 140 da Lei de licitação e contratos administrativos (Lei federal 14.133). In: ZOCKUN, Maurício Zockun; DAL POZZO, Augusto; CAMMAROSANO, Márcio. (Org.). Lei de Licitações e Contratos Administrativos Lei 14.133/21 Comentada. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2021, v. 1, p. 630-631.

60.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Capítulo 42 - O princípio da dignidade da pessoa humana e a terceirização na Administração Pública. In: ROTHENBURG, Walter Claudis. (Org.). Direitos Fundamentais, Dignidade, Constituição - Estudos em homenagem a Ingo Wolfgang Sarlet. 1ed.Londrina: Thoth Editora, 2021, v. 1, p. 7-1007.

61.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 23 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 1ed.São Paulo: JusPodivm, 2021, v. 1, p. 420-443.

62.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 24 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 1ed.São Paulo: JusPodivm, 2021, v. 1, p. 443-447.

63.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 88 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 1ed.São Paulo: JusPodivm, 2021, v. 1, p. 1025-1032.

64.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 147 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 1ed.São Paulo: JusPodivm, 2021, v. 1, p. 1327-1340.

65.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 148 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 1ed.São Paulo: JusPodivm, 2021, v. 1, p. 1341-1343.

66.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 149 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 1ed.São Paulo: JusPodivm, 2021, v. 1, p. 1343-1345.

67.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Comentários ao art. 150 (Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021). In: SARAI, Leandro. (Org.). Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Comentada por Advogados Públicos. 1ed.São Paulo: JusPodivm, 2021, v. 1, p. 1345-1345.

68.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Limites da Terceirização na Administração Pública. In: MENDONÇA, André Luiz de Almeida; BATISTA JÚNIOR, Onofre Alves; RIBEIRO, Rodrigo Araújo; CASTRO, Sérgio Pessoa de Paula. (Org.). O novo papel da advocacia pública consultiva no século XXI. 1ed.Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2020, v. 1, p. 161-191.

69.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; MELLO, G. Z. B. . Consulta Pública e Audiência Pública na Lei das Agências Reguladoras (artigos 9º ao 13 da Lei nº 13.848/2019). In: SCHIER, Adriana; FORTINI, Christiana; MELO, Ligia; VALLE, Vanice. (Org.). Marco Legal das Agências Reguladoras na visão delas - Comentários à Lei nº 13.848/2019 e à IN nº 97/2020. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2020, v. 1, p. 87-99.

70.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; MELLO, G. Z. B. . A gestão de hospitais públicos pelas Organizações Sociais. In: NUNES Jr., Vidal Serrano; BASTOS, Juliana Cardoso Ribeiro. (Org.). O Regime Jurídico nos Hospitais. 1ed.São Paulo: Editora Verbatim, 2019, v. 1, p. 7-19.

71.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Reserva do Possível e Justiça Social - repensando o Princípio da Universalidade no caso do Direito à Saúde. In: CALHAO, Antônio Ernani Pedroso; MENEZES, Rafael Lessa Vieira de Sá. (Org.). Direitos Humanos e Democracia - Estudos em homenagem ao Professor Vital Moreira. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. 1, p. 143-167.

72.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Do Princípio da Proibição ao Retrocesso e do Direito à Alimentação na Constituição Brasileira de 1988. In: CASTRO, Flávia de Almeida Viveiros de. (Org.). Direitos Humanos Contemporâneos: Estudos em Homenagem ao Professor J.J. Gomes Canotilho. 1ed.Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2018, v. 1, p. 193-216.

73.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; ZOCKUN, Maurício . A responsabilidade objetiva na Lei Anticorrupção. In: Valmir Pontes Filho; Fabrício Motta; Emerson Gabardo. (Org.). Administração Pública: desafios para a transparência, probidade e desenvolvimento. 1ed.Belo Horizonte: Editora Fórum, 2017, v. , p. 233-238.

74.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Terceirização na Administração Pública. In: Vidal Serrano Nunes Jr.; Maurício Zockun; Carolina Zancaner Zockun; André Luiz Freire (coord. de tomo). (Org.). Enciclopédia jurídica da PUC-SP. 1ed.São Paulo: PUC-SP, 2017, v. 1, p. 1-3000.

75.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Intervenção do Estado na Ordem Social. In: Vidal Serrano Nunes Jr.; Maurício Zockun; Carolina Zancaner Zockun; André Luiz Freire (coord. de tomo).. (Org.). Enciclopédia jurídica da PUC-SP. 1ed.São Paulo: PUC-SP, 2017, v. 1, p. 5-10.

76.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. A Administração atua com discricionariedade na escolha das regras do edital de concurso público, desde que observados os preceitos legais e constitucionais.. In: PIETRO, Maria Sylvia Zanella Di; NOHARA, Irene Patrícia. (Org.). Teses jurídicas dos tribunais superiores: direito administrativo. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. I, p. 50-53.

77.

SARLET, I. W. ; **ZOCKUN, Carolina Zancaner .** Notas sobre o mínimo existencial e sua interpretação pelo STF no âmbito do controle judicial das políticas públicas com base nos direitos sociais. In: Daniel Wunder Hachem; Emerson Gabardo; Eneida Desiree Salgado. (Org.). Direito Administrativo e Suas Transformações. 1ed.Curitiba: Ithala, 2016, v. , p. 65-88.

78.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Intervenção do Estado na Ordem Social - A assistência social na visão do STF. In: PEREIRA, Flávio Henrique Unes; CAMMAROSANO, Márcio; SILVEIRA, Marilda de Paula; ZOCKUN, Maurício.. (Org.). O Direito Administrativo na Jurisprudência do STF e do STJ. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2014, v. 1, p. 105-110.

79.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Contratação Pública, Probidade e Transparência - O caso do Porto de Mariel. In: BLANCHET, Luiz Alberto, HACHEM, Daniel Wunder, SANTANA, Ana Cláudia. (Org.). Estado, Direito & Políticas Públicas - Homenagem ao Professor Romeu Felipe Bacellar Filho. 1ed.Curitiba: Editora Íthala, 2014, v. 1, p. 133-148.

80.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Do Processo Administrativo e da Convalidação. In: SERRANO, Mônica de Almeida Magalhães; SOARES DA SILVA, Alessandra Obara. (Org.). Teoria Geral do Processo Administrativo. 1ed.São Paulo: Verbatim, 2013, v. 1, p. 211-228.

81.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Sujeição Especial e Regime Jurídico da Função Pública no Estado de Direito Democrático e Social. In: CELY, Martha Lucía Bautista Cely; SILVEIRA, Raquel Dias da.. (Org.). Direito Disciplinário Internacional. Belo Horizonte: Fórum, 2011, v. 1, p. 275-283.

82.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Da escolha de leiloeiros oficiais pela Administração Pública para a atuação nas execuções fiscais. Revista Trimestral de Direito Público. São Paulo: Malheiros Editora, 2011, v. 55, p. 236-242.

83.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Alguns Apontamentos sobre o Desvio de Poder. In: Fernanda Marinela; Fabrício Bolzan. (Org.). Leituras Complementares de Direito Administrativo. Advocacia Pública.. 2ed.Salvador: Jus Podivm, 2010, v. 1, p. 91-112.

84.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. A intervenção do Estado no domínio social e o Direito ao trabalho. In: Priscilia Spárapani; Renata Porto Adri. (Org.). Intervenção do Estado no Domínio Econômico e no Domínio Social. 1ed.: , 2010, v. 1, p. 205-215.

85.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Da responsabilidade do Estado frente aos Danos Causados pelas Organizações Sociais. In: GUERRA, Alexandre Dartanhan de Mello; PIRES, Luis Manuel Fonseca; BENACCHIO, Marcelo. (Org.). Responsabilidade Civil do Estado - Desafios Contemporâneos. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2010, v. , p. 843-857.

86.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Princípio da Moralidade - Algumas considerações. In: Luis Manoel Fonseca Pires; Maurício Zockun; Renata Porto Adri. (Org.). Corrupção, Ética e Moralidade Administrativa. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2008, v. , p. 37-45.

87.

★ **ZOCKUN, Carolina Zancaner.** Da Responsabilidade do Estado na Omissão da Fiscalização Ambiental. In: Juarez Freitas. (Org.). Responsabilidade Civil do Estado. 1ed.São Paulo: , 2006, v. , p. 70-88.

88.

★ **ZOCKUN, Carolina Zancaner.** A função social da propriedade e a desapropriação para fins urbanísticos. Revista Trimestral de Direito Público. 1ed.São Paulo: Malheiros Editora, 2003, v. 33, p. 230-254.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; ZOCKUN, Maurício . O termo aditivo e o apostilamento na nova Lei de Licitações. JOTA, Artigos Administração Pública, 28 jun. 2024.

2.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; CABRAL, FLÁVIO GARCIA . As diferenças entre o pregão e o ?preguinho?. Sollicita portal, Online, p. 1 - 7, 27 nov. 2023.

3.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; ZOCKUN, Maurício ; BANDEIRA DE MELLO, Celso Antônio ; SERRANO, Pedro Estevam ; NOHARA, Irene . Transferência de concessão é inconstitucional.. Folha de São Paulo, 24 ago. 2021.

Apresentações de Trabalho

1.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Direito Administrativo com enfoque em Instrução de Processos Administrativos. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

2.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. A função social da propriedade e a desapropriação para fins urbanísticos. 2002. (Apresentação de Trabalho/Outra).

Outras produções bibliográficas

1.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; SARAI, L. . Contratações Públicas Sustentáveis - crítica da norma pura e caminho da transformação. Londrina, 2020. (Prefácio, Pós-facio/Prefácio)>.

2.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; FRITOLI, Fernanda Ghiuro Valentini . Sanções Disciplinares - O alcance do controle jurisdicional. Belo Horizonte, 2020. (Prefácio, Pós-facio/Apresentação)>.

3.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; Weida Zancaner ; ZANCANER, Gabriela . Direito Administrativo Sancionador - Estudos em homenagem ao Professor Emérito da PUC/SP Celso Antônio Bandeira de Mello. São Paulo, 2019. (Prefácio, Pós-facio/Apresentação)>.

4.

DIAS, Tiago Bologna ; **ZOCKUN, Carolina Zancaner** . Sujeição Passiva no Mandado de Segurança e Autoridade Coatora. Belo Horizonte, 2011. (Prefácio, Pós-facio/Prefácio)>.

5.

SILVA, V. V. ; **ZOCKUN, Carolina Zancaner** . A omissão no Poder de Polícia. Belo Horizonte, 2011. (Prefácio, Pós-facio/Prefácio)>.

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Minutas padronizadas, usar ou não?. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

2.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Quem pode ser e quem não pode ser agente de contratação, de acordo com a Lei 14.133/21?. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

3.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. São Paulo sob controle - Ministério Público de Contas de São Paulo. 2020. 📖

Demais tipos de produção técnica

1.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. 5º Curso de Especialização em Direito Público - 'Licitação, conceito, finalidades, princípios e regime jurídico'. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

2.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. 5º Curso de Especialização em Direito Público - Extinção. Licitações Especiais. Execução indireta de obra ou serviço público. Delegação de serviço público. Alienação e uso privativo de bens públicos. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1.

MENEZES, Aline Brêtas; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**; LIMA, Diego de Faveri Pereira. Participação em banca de Isadora Rassi Jungmann. Impacto das modalidades de trabalho no pertencimento organizacional: um experimento dentro da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional". 2024. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas.

2.

OLIVEIRA, F. B.; NOGUEIRA, J. F. F.; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**. Participação em banca de Euclides Sigoli Júnior. Motivos de adesão dos Procuradores da Fazenda Nacional ao teletrabalho facultativo após a amenização da pandemia do COVID-19: percepções da comunidade organizacional ADE ORGANIZACIONAL. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas.

3.

NOGUEIRA, J. F. F.; NUNES, I. S.; OLIVEIRA, F. B.; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**. Participação em banca de Marcelo Costa e Silva Lobato. O impacto da virtualização da justiça na Advocacia Geral da União. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas.

4.

ALCOFORADO, F. C. G.; TENÓRIO, Fernando Guilherme; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**. Participação em banca de Lucas Hayne Dantas Barreto. Controle da Administração Pública: entre o discurso oficial e a percepção de autoridades públicas federais. 2023. Dissertação (Mestrado em Administração Pública e Governo) - Fundação Getúlio Vargas.

5.

BEZNOS, Clovis; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**; DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. Participação em banca de Rogério Augusto Boger Feitosa. Terceirização na Administração Pública. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

6.

CAMMAROSANO, Márcio; GUIMARAES, E.; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**. Participação em banca de Ana Cristina Fecuri. Projetos básicos defeituosos e as alterações qualitativas em contratos de obras públicas. 2022. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

7.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; CAMMAROSANO, Márcio; MONTEIRO, Vera. Participação em banca de André Paulani Paschoa. Discricionariedade e legitimidade no processo decisório de concessão de serviços estatais. 2021. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

8.

CAMMAROSANO, Márcio; TOMELIN, G. A.; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**. Participação em banca de Antonio Carlos Alves Pinto Serrano. O direito administrativo sancionador e a individualização da conduta nas decisões dos Tribunais de Contas. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

9.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; ALMEIDA, Fernando Dias Menezes de; GROTTI, D. A. M.. Participação em banca de Fernando Rissoli Lobo Filho. "A lei anticorrupção e o regime jurídico do direito administrativo sancionador". 2017. Dissertação (Mestrado em Direito do Estado) - Universidade de São Paulo.

10.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; LEMBO, Claudio Salvador; Caggiano, Monica Herman Salem. Participação em banca de Patrícia Bueno Netto. Função Social da Propriedade Rural. Do direito de propriedade e seu histórico. Da reforma agrária. Questões polêmicas.. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Teses de doutorado

1.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; BEZNOS, Clovis; DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; PEREIRA, F. H. U.; **R.** Participação em banca de Fabio Paulo Reis de Santana. Bens Públicos: da função social à outorga de uso compartilhado. 2024. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

2.

ARAUJO, Edmir Netto de; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**; NOHARA, Irene; PEREZ, Marcos Augusto; NOBREGA, Marcos; MARRARA, Thiago. Participação em banca de Diego Franco de Araujo Jurubeba. Contratações públicas no Brasil: Uma abordagem de Direito, Economia e Organizações. 2024 - Faculdade de Direito da USP.

3.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; LEAL, Rogério Gesta; SCHMIDT, João Pedro; BITENCOURT, Caroline Muller; PEGORARO, Ludimar; ARANA, Jaime Rodrigues. Participação em banca de Eliane Fontana. Terceiro Setor e Cooperação Pública: proposições para um marco conceitual das organizações da sociedade civil na perspectiva comunitarista. 2017. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade de Santa Cruz do Sul.

Qualificações de Doutorado

1.

PEREZ, Marcos Augusto; PALMA, Juliana Bonacorsi; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**. Participação em banca de Paulo Sávio Nogueira Peixoto Maia. A formulação da norma de controle pelo Tribunal de Contas da União: o uso da juridicidade constitucional na captura de competências decisórias.. 2024. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Faculdade de Direito da USP.

2.

BEZNOS, Clovis; **R;** **ZOCKUN, Carolina Zancaner**. Participação em banca de Fábio Paulo Reis de Santana. Bens públicos: da subutilização inconstitucional à outorga de uso compartilhado. 2023. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Qualificações de Mestrado

1.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; SADDY, André; BELLO, Enzo; ALBUQUERQUE, Gustavo Carneiro. Participação em banca de Matheus Alves Moreira da Silva. Consensualidade na renegociação de contratos administrativos: uma análise propositiva a partir do instituto da relicitação. 2024. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Constitucional) - Universidade Federal Fluminense.

2.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; CAMMAROSANO, Márcio; **R.** Participação em banca de Eduardo Levin. Efeitos da extinção dos atos administrativos de concessão de benefícios previdenciários: uma abordagem de acordo com os ditames do neoconstitucionalismo. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

3.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; GROTTI, D. A. M.; OLIVEIRA, José Roberto Pimenta. Participação em banca de Nuno Roberto Coelho Pio. Controle Social da Administração Pública: Regime Jurídico dos Conselhos de Políticas Públicas. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

4.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; GROTTI, D. A. M.; CÂMARA, Jacintho Silveira Dias de Arruda. Participação em banca de Michelle Emanuella de Assis Silva. A responsabilidade subsidiária da Administração Pública em contratos de terceirização de serviços. 2017. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

5.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; GROTTI, D. A. M.; CÂMARA, Jacintho Silveira Dias de Arruda. Participação em banca de Guilherme Corona Rodrigues Lima. O controle prévio dos editais de licitação pelos Tribunais de Contas. 2015. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

6.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; LEMBO, Claudio Salvador; Caggiano, Monica Herman Salem. Participação em banca de Patrícia Bueno Netto. Função Social da Propriedade Rural. 2014. Exame de qualificação (Mestrando em Direito Político e Econômico) - Universidade Presbiteriana Mackenzie.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1.

CABRAL, FLÁVIO GARCIA; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**; CRISTOVAM, J. S. S.. Participação em banca de Liana Antero Melo. O diálogo competitivo e os desafios para sua plena eficácia. 2023. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Advocacia Pública) - Escola Superior da Advocacia-Geral da União.

2.

CABRAL, FLÁVIO GARCIA; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**; CRISTOVAM, J. S. S.. Participação em banca de Pollyana Dutra Costa Plantikow. O atual sistema de controle externo dos Tribunais de Contas sobre a Administração Pública: impactos do artigo 22 da LINDB na jurisprudência do TCE-MG. 2023. Monografia

(Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Advocacia Pública) - Escola Superior da Advocacia-Geral da União.

3.

CABRAL, FLÁVIO GARCIA; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**; CRISTOVAM, J. S. S.. Participação em banca de Leandro Penido Pereira. Responsabilidade Trabalhista Subsidiária da Fazenda Pública: aplicação do tema 246 da repercussão geral na Justiça do Trabalho. 2023. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Advocacia Pública) - Escola Superior da Advocacia-Geral da União.

4.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; DAL POZZO, Augusto Neves; AMORIM, V. A. J.. Participação em banca de Camila Pimentel Rodrigues Pitanga. O papel do PNCP na transformação digital das contratações públicas: uma análise prospectiva de acordo com as diretrizes da OCDE. 2023. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Advocacia Pública) - Escola Superior da Advocacia-Geral da União.

5.

NIMER, B. L. C.; CANHADA, F. A. M.; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**. Participação em banca de Raquel Elisa Martone Grazioli. O princípio da transparência e as organizações sociais: análise da divulgação salarial de dirigentes no Estado de São Paulo. 2023. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

6.

CORDEIRO, Alexandre; CEDANO, Sérgio; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**. Participação em banca de Cleber Gomes de Castro. Verba honorária sucumbencial - Direito exclusivo do procurador público. 2010. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

7.

ALLIENDE, L. P.; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**; MEDEIROS, F. M.. Participação em banca de Tiago Bologna Dias. Sujeição Passiva no Mandado de Segurança e a Autoridade Coatora. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

8.

ADRI, Renata Porto.; MEDEIROS, F. M.; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**. Participação em banca de Vivian Zimmermann Russo Ferreira. Responsabilidade Patrimonial do Estado por Omissão. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

9.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; Valim, Rafael Ramires Araújo; ALMEIDA PRADO, Francisco Octavio de Filho. Participação em banca de

Viviane Vieira da Silva. A omissão no Poder de Polícia. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

10.

LEVIN, Alexandre; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**; CAMMAROSANO, Márcio. Participação em banca de Natalia Pasquini Moretti. A responsabilidade do Advogado Público em decorrência do exercício de suas atribuições na área consultiva. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

11.

LOBATO, Taiane; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**; LEVIN, Alexandre. Participação em banca de Flávia Moraes Barros Michelle Fabre. Convênios da Administração Pública. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

12.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; PORTA, M. L.; ALLIENDE, L. P.. Participação em banca de Ana Margareth da Silva Andrade. Admissão e Dispensa do Empregado Público sob a Ótica dos Regimes Jurídicos Aplicáveis. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

13.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Participação em banca de Fernando Bianchi Rufino. Responsabilidade do elaborador de parecer jurídico no âmbito da Administração Pública. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

14.

HARB, Karina Houart; LEVIN, Alexandre; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**. Participação em banca de Cassia Hoshino. Sistema de Registro de Preços - Aspectos Polêmicos. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

15.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; NORI, Gisele.; ADRI, Renata Porto.. Participação em banca de Lucimara Bianchi. Repercussões da Lei Complementar nº 123/06 nas Licitações Públicas. 2008. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; PORTA, M. L.. Participação em banca de Guilherme do Lago Zenni.O uso da requisição administrativa para a garantia do direito fundamental à saúde. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

2.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; DAL POZZO, Augusto Neves. Participação em banca de Felipe Rocha Ioschpe.Reequilíbrio econômico-financeiro das concessões de serviço público na pandemia da COVID-19. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

3.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; DAL POZZO, Augusto Neves. Participação em banca de Estela Paro Alli.A concessão de serviços públicos e a responsabilidade civil das concessionárias. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

4.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; PIRES, Luís Manuel Fonseca. Participação em banca de Marcella Querino Mangullo.Concessão especial par afins de moradia. O caso das favelas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Banca Examinadora do Concurso Público para provimento de vagas de Procurador da Fazenda Nacional. 2023. Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

2.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Banca Examinadora do Concurso Público para provimento de vagas no cargo de Procurador da Fazenda Nacional. 2015. Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

3.

AMARAL JUNIOR, J. L. M.; TIMBO, I.; BURIGO, V. A.; CASTRO, A. A.; BENSOUSSAN, F.; **ZOCKUN, Carolina Zancaner**; WIENSKOSKI, Rodrigo Pirajá; BENEVIDES, Bruna; OLIVEIRA, Paulo Mendes de; BRAIDO, Aldo Cesar; SILVA, G. J. C. E.; CAMPOS, G. C. G.; ALENCAR, R. S.; SILVA, R. C. E.. Banca Examinadora do Concurso de Procurador da Fazenda Nacional (Exame Oral). 2013. Escola Superior de Administração Fazendária.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

1º Congresso Amazônico de Direito Administrativo. Governança: transparência, controle e sustentabilidade. 2024. (Congresso).

2.

6º CONASJUR - Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos. Contratação de Facilities. 2024. (Congresso).

3.

Aula Estratégica - Os desafios da Assessoria Jurídica - Sollicita.Os desafios da Assessoria Jurídica. 2024. (Outra).

4.

Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP.Direito Administrativo na era digital. 2024. (Outra).

5.

Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC-SP.Direito Administrativo Digital. 2024. (Outra).

6.

Curso Premium.Confecção de editais e anexos na Nova Lei de Licitações. 2024. (Outra).

7.

Curso sobre a nova Lei de Licitações e Contratos - Instituto Iter.Confecção dos Editais na NLLCA. 2024. (Outra).

8.

Encontro Nacional Assessorias Jurídicas do Sistema CFA/CRA.Desafios da Assessoria Jurídica na construção de minutas padronizadas na NLLCA". 2024. (Encontro).

9.

I Congresso Catarinense da Advocacia Pública. Novidades na Lei 14.133 aplicáveis às PPPs: matriz de risco, avaliação de desempenho e pagamento por IMR. 2024. (Congresso).

10.

Impactos da Nova Lei de Licitações nas Contratações Públicas - Migalhas.Pregão na Nova Lei de Licitações. 2024. (Seminário).

11.

Impactos da Nova Lei de Licitações nas Contratações Públicas - Migalhas.Pregão. 2024. (Encontro).

12.

Infraestrutura e Cidades na visão delas.Contratos Públicos e critérios de sustentabilidade urbano ambiental. 2024. (Seminário).

13.

18º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. "O novo pregoeiro". 2023. (Congresso).

14.

2º Seminário Nacional de Assessoria Jurídica - NP.7 questões polêmicas para a Assessoria Jurídica. 2023. (Seminário).

15.

37º Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA. Assessoria Jurídica e Controle Interno. 2023. (Congresso).

16.

5º Congresso de Licitações e Contratos da EMD. O credenciamento e suas possibilidades na nova Lei de Licitações. 2023. (Congresso).

17.

As alterações da Lei de Licitações e Contratos: inovações e perspectivas.Gestão de riscos na Lei 14.133/21. 2023. (Seminário).

18.

Aula Aberta do PPGD da UFMG - Solução de Controvérsias na Nova Lei de Licitações e Contratos.Dispute Boards na Lei 14.133/2021. 2023. (Encontro).

19.

Curso ? Nova Lei de licitações e contratos (Lei 14.133/2021): principais alterações. Contratações Diretas: dispensa e inexigibilidade, critérios de julgamento, compras, serviços, engenharia e locação. 2023. (Outra).

20.

Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC/PR. Intervenção do Estado no Domínio Econômico e Social. 2023. (Outra).

21.

Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP. Princípios de Direito Administrativo: moralidade, boa-fé, probidade, eficiência e publicidade. 2023. (Outra).

22.

Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP. Princípios: legalidade, proporcionalidade, razoabilidade e segurança jurídica. 2023. (Outra).

23.

Curso Premium. Minutas padronizadas de acordo com a Nova Lei de Licitações. 2023. (Outra).

24.

Cursos Online Aceleradores do IBDA em parceria com o IDAG. Elaboração de editais - teoria e prática. 2023. (Outra).

25.

IV Congresso Amazonense de Direito Administrativo. A relevância do Estudo Técnico Preliminar e do Procedimento Público de Intenção de Registro de Preços como instrumentos de eficiência e economicidade da atividade administrativa. 2023. (Congresso).

26.

Lei de Improbidade Administrativa (LIA), Inovações e Repercussões" - SINDIFISCO. Lei de Improbidade Administrativa. 2023. (Seminário).

27.

Licitaweek - 3RCapacita. Debate 3: SRP. 2023. (Congresso).

28.

Nova Lei de Licitações: planejamento, condução do certame e contratação. Princípios, objetivos e planejamento das contratações (fase preparatória). 2023. (Encontro).

29.

Nova Lei de Licitações: planejamento, condução do certame e contratação. Modalidades de licitação: procedimento, sequencial, critérios de julgamento e minutas-padrão. 2023. (Encontro).

30.

Seminário do Sindifisco Nacional. "Lei de Improbidade Administrativa (LIA), Inovações e Repercussões". 2023. (Seminário).

31.

Seminário Especial Sul/Sudeste de Licitações e Contratos - ELO. A assessoria jurídica na Nova Lei de Licitações e Contratos. 2023. (Seminário).

32.

15º Seminário Internacional de Compras Governamentais. Os desafios da implantação da Nova Lei de Licitações. 2022. (Seminário).

33.

17º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. Agentes de Contratação e Pregoeiro: do alter ego à esquizofrenia. 2022. (Congresso).

34.

A Advocacia Pública e os desafios a enfrentar diante da nova Lei de Licitações e Contratos - AGU. Nulidades na Nova Lei de Licitações. 2022. (Seminário).

35.

Arbitragem na Administração Pública: tempo já passado e as perspectivas para o futuro - AASP e IBDA. Arbitragem na Lei 14.133/21. 2022. (Seminário).

36.

As alterações da Lei de Improbidade Administrativa e os Direitos Constitucionais. O Elemento Subjetivo dos Atos de Improbidade Administrativa. 2022. (Seminário).

37.

Capacitação Continuada da Corregedoria-Geral da Advocacia da União.Aspectos Fundamentais sobre o uso de novas tecnologias no Direito Administrativo. 2022. (Encontro).

38.

Curso Contratações Direitas na Nova Lei nº 14.133/21 - 3eCursos.Processo de Contratação Direta e Inexigibilidade. 2022. (Outra).

39.

Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP.Princípios da Administração Pública: legalidade, razoabilidade, proporcionalidade e segurança jurídica. 2022. (Outra).

40.

Curso de Extensão e Capacitação - A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos - Escola Superior do Ministério Público de São Paulo.Modalidades de Licitações. 2022. (Outra).

41.

Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Advocacia Pública da AGU.Novas Tecnologias em Direito Administrativo. 2022. (Outra).

42.

Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP - Cogear.Intervenção do Estado no domínio econômico e social. 2022. (Outra).

43.

Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP - Cogear.Temas Relevantes de Direito Administrativo. 2022. (Outra).

44.

Curso Nova Lei de Licitações e Contratos: aspectos teóricos e práticos - IDAMS.Infrações e Sanções na nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2022. (Outra).

45.

Curso Premium da Nova Lei de Licitações.A elaboração do edital e seus desafios. 2022. (Outra).

46.

DR Live - Ronny Charles.AGU e o desafio de elaboração das minutas de editais. 2022. (Encontro).

47.

Encontro de Consultoria Administrativa da PGFN.Alienação e Desfazimento de móveis. 2022. (Oficina).

48.

Encontro de Consultoria Administrativa da PGFN.O papel da Consultoria Jurídica na Nova Lei de Licitações. 2022. (Encontro).

49.

Gestão do Patrimônio Público - CEAE/DICAD- PRFN3.Desfazimento de bens móveis inservíveis e as limitações do período eleitoral. 2022. (Encontro).

50.

II Congresso Rondoniense de Direito Administrativo. Consensualidade Administrativa. 2022. (Congresso).

51.

III Congresso Amazonense de Direito Administrativo. A nova lei de licitações e os novos desafios nas perspectivas do gestor público e do controle externo. 2022. (Congresso).

52.

IV Congresso de Direito Administrativo do Rio de Janeiro. Lei do Governo Digital e Políticas de Inclusão para o serviços digital. 2022. (Congresso).

53.

Licitações Federativas.Contratação Direta. 2022. (Outra).

54.

O Princípio da vedação do retrocesso - OAB/SP.O Princípio da vedação do retrocesso. 2022. (Seminário).

55.

Pós-graduação em Direito Público - Escola de Direito do Ministério Público - EDAMP.Nova Lei de Licitações. 2022. (Outra).

56.

Webinário: Licitações e Contratações Públicas - IDAMS e Escola Superior da Defensoria Pública do Mato Grosso do Sul.Modalidades de Licitações. 2022. (Seminário).

57.

XXIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Controle das licitações e contratos na contemporaneidade. 2022. (Congresso).

58.

XXXVI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Tecnologias disruptivas e o Direito Administrativo: o que há de realmente novo?. 2022. (Congresso).

59.

2º Seminário Nacional de Terceirização de bens e serviços - Negócios Públicos.Reflexões para o aumento da performance e desburocratização nas contratações de serviços com dedicação exclusiva de mão de obra. 2021. (Seminário).

60.

2º Seminário Nacional de Terceirização de bens e serviços - Negócios Públicos..Por que implementar mecanismos acautelatórios da Conta-Vinculada ou do Pagamento pelo Fato-Gerador - Vamos falar de riscos?. 2021. (Seminário).

61.

A Nova Lei de Licitações e de Contratos Administrativos - Emagis - TRF4ª Região.Contratações Diretas e Procedimentos Auxiliares. 2021. (Seminário).

62.

Arbitragem com a Administração Pública - CIArb e IDAMS.Arbitragem com a Administração Pública. 2021. (Seminário).

63.

Arbitragem e Administração Pública.Os limites da arbitragem na nova lei de licitações e contratações administrativas. 2021. (Seminário).

64.

Ciclo de Webinars: Nova Lei de Licitações e seus Desafios nos Municípios - Comissão de Direito Administrativo - OAB/SP.Contratação integrada e contratação semi-integrada: riscos e oportunidades. 2021. (Outra).

65.

Curso de Extensão Nova Lei de Licitações - Escola Superior do Ministério Público de Goiás.Procedimentos Auxiliares e Contratação Direta. 2021. (Outra).

66.

Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP - Cogea.Terceirização na Administração Pública. 2021. (Outra).

67.

Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP - Cogea.Regime Jurídico Administrativo: supremacia do interesse público e indisponibilidade. 2021. (Outra).

68.

Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP - Cogea.Intervenção do Estado no domínio econômico e social. 2021. (Outra).

69.

Curso de Pós-Graduação Lato Sensu - Especialização em Direito Público da Escola Paulista da Magistratura.Da Ordem Social, Seguridade social, saúde, previdência e assistência social. 2021. (Outra).

70.

Curso Nova Lei de Licitações - JFAL/ESMAFE-AL.Hipóteses de Contratação Direta e Procedimentos auxiliares. 2021. (Outra).

71.

Curso Nova Lei de Licitações - JFRN/ESMAFE-RN.Contratações Diretas e Procedimentos Auxiliares. 2021. (Outra).

72.

Curso On-line: Nova Lei de Licitações e Contratos - TCE/SP e Fundação Arcadas.O controle das licitações e dos contratos/sanções administrativas. 2021. (Outra).

73.

Especialização em Direito Público: Constitucional, Administrativo e Tributário - PUC-RS.Contratos Administrativos. 2021. (Outra).

74.

Grupo de Estudos e Pesquisa em Direitos Fundamentais - PUC-RS.O princípio da dignidade da pessoa humana no âmbito da terceirização na Administração Pública. 2021. (Outra).

75.

I Congresso Cearense de Direito Administrativo. A atuação da advocacia pública: licitações e políticas de enfrentamento da Covid-19. 2021. (Congresso).

76.

I Congresso de Direito Público da OAB/SP - Em homenagem à Profª Maria Sylvia Zanella Di Pietro. ?Lições para os sistemas de compras públicas a partir da covid19 ? ações realizadas e aprimoramentos identificáveis?. 2021. (Congresso).

77.

II Congresso Amazonense de Direito Administrativo. A fase pré-contratual e o princípio do planejamento na Lei 14.133/2021. 2021. (Congresso).

78.

III Congresso de Direito Administrativo do Rio de Janeiro. Intervenção do Estado na ordem social e serviços públicos. 2021. (Congresso).

79.

Licitações e contratos administrativos: para onde o vento sopra?. Cláusulas exorbitantes e normas sobre contratos: convergência ou acirramento de conflitos?. 2021. (Congresso).

80.

Nova Lei de licitações: consequências para administração e as penais - Escola Superior do Ministério Público da União.Procedimentos auxiliares na nova Lei de Licitações. 2021. (Outra).

81.

PEC Aquisições - PCLC- Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento - CEFOR - Câmara dos Deputados.Modalidades de Licitações e Processo de Contratação Direta- Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento. 2021. (Outra).

82.

Projeto "Pé na Estrada" - Direito Administrativo para Todos.Contratações Públicas. 2021. (Outra).

83.

Seminário Nacional Nova Lei de Licitações e Contratos - TJSC.A responsabilidade dos advogados públicos na Nova Lei de Licitações. 2021. (Seminário).

84.

Treinamento referente a Nova lei de Licitações e Contratos - RHS Licitações.Sanções, Recursos, Procedimentos Auxiliares e Crimes de Licitação. 2021. (Outra).

85.

Treinamento referente a Nova lei de Licitações e Contratos - RHS Licitações.Sanções, Recursos, Procedimentos Auxiliares e Crimes de Licitação. 2021. (Outra).

86.

Treinamento referente a Nova lei de Licitações e Contratos - RHS Licitações.Sanções, Recursos, Procedimentos Auxiliares e Crimes de Licitação. 2021. (Outra).

87.

Treinamento referente a Nova lei de Licitações e Contratos - RHS Licitações.Sanções, Recursos, Procedimentos Auxiliares e Crimes de Licitação. 2021. (Outra).

88.

V Congresso Nacional de Direito Sindical da OAB. A terceirização dos Serviços Públicos, a responsabilidade da Administração Pública, e a repercussão geral do STF. 2021. (Congresso).

89.

XXII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Novos horizontes da Administração Pública brasileira - o que esperar?. 2021. (Congresso).

90.

XXXV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA/AASP. Inovações da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021). 2021. (Congresso).

91.

"Live" Contratação Direta e Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos em tempos de COVID-19.Contratação direta em tempos de COVID-19. 2020. (Encontro).

92.

1º Ciclo de Debate sobre COVID-19 E Direito Administrativo - Nudda UFPR.II Encontro - Poder de polícia e pacto federativo. 2020. (Encontro).

93.

A análise dos efeitos da pós pandemia no Direito Administrativo por elas - IADA. A responsabilidade do Estado e de seus agentes pós COVID-19. 2020. (Exposição).

94.

Administração Pública consensual e em litígio arbitral - O Direito Administrativo na visão delas" IBDA e AASP.Solução pacífica de conflitos: conciliação e ajustamento de conduta.. 2020. (Seminário).

95.

Atualidades das Contratações Públicas - Escola da AGU.Marketplace digital para compras públicas. 2020. (Seminário).

96.

Aula na Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP. Terceirização na Administração Pública. 2020. (Exposição).

97.

Colóquios de Direito Administrativo - IDARJ.Reequilíbrio Econômico-Financeiro dos contratos em tempos de pandemia. 2020. (Outra).

98.

Compras e Contratos em estado de calamidade pública. Compras e contratos em estado de calamidade pública. 2020. (Exposição).

99.

Contratações Públicas Sustentáveis.Contratações Públicas Sustentáveis - crítica da norma pura e caminho da transformação. 2020. (Encontro).

100

.

Contratos Administrativos de Terceirização - ESA-OAB/RJ.Terceirização na Administração Pública. 2020. (Seminário).

101

.

Curso de Especialização em Direito Administrativo Cogea- PUC-SP.Princípios de Direito Administrativo - legalidade, proporcionalidade, razoabilidade e segurança jurídica. 2020. (Outra).

102

.

Curso de Especialização em Direito Administrativo Cogea- PUC-SP.Terceirização na Administração Pública. 2020. (Outra).

103

.

Especialização em Direito Público EDAMP-MS.Pregão presencial e eletrônico. 2020. (Outra).

104

.

Estado e Administração Pública em Debate - Instituto Edésio Passos.Privatização do SUS e da saúde. 2020. (Encontro).

105

.

Grandes nomes do Direito Administrativo contemporâneo.A MP 927/20 e os impactos da COVID-19 na terceirização de serviços. 2020. (Encontro).

106

.

I Congresso: Os Desafios do Controle da Administração Pública na Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais. Os desafios da implementação da LGPD. 2020. (Congresso).

107

.

I Encontro Brasil & Portugal: gestão de contratos públicos em tempos de crise.Gestão de contratos públicos em tempos de crise. 2020. (Encontro).

108

.

II Congresso de Direito Administrativo do Rio de Janeiro. Contratações direta e terceirização na COVID-19. 2020. (Congresso).

109

.

I Seminário Brasileiro de Direito Administrativo Disciplinar - IDP.O controle jurisdicional das sanções disciplinares. 2020. (Seminário).

110

.

Live do Atelier Jurídico. Live: governo digital e o poder público. 2020. (Exposição).

111

.

Noções Introdutórias - Reequilíbrio Econômico-financeiro dos Contratos Administrativos - ESA e EAGU.Noções introdutórias sobre reequilíbrio econômico financeiro do contrato. 2020. (Encontro).

112

.

O Direito Administrativo e a COVID-19 - IBDA e AASP.Contratação direta na Lei Federal 13.979/2020. 2020. (Seminário).

113

.

Reforma Administrativa na visão delas - IBDA.A relação entre os princípios da PEC 32 e os cinco vínculos. 2020. (Seminário).

114

.

Terceirização e responsabilidade dos agentes públicos e empregadores em tempos de pandemia.MP nº 961 e o pagamento antecipado pela Administração. 2020. (Seminário).

115

.

Webinar IBDA - AASP Proposições Normativas: improbidade e contratação emergencial.Projeto de Lei 2139, de 2020 (Regime jurídico emergencial e transitório das relações jurídicas contratuais da Administração Pública, no período de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (Covid-19). 2020. (Seminário).

116

.

Webinário da Escola da AGU - Nova Lei de Licitações - 1º painetl.Nova Lei de Licitações. 2020. (Seminário).

117

.

Webseminário USPUC: O Direito Administrativo após a Covid-19.O que reequilibrar nos contratos administrativos desequilibrados pela Covid-19?. 2020. (Seminário).

118

.

XXXIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Inovações nas Contratações Públicas. 2020. (Congresso).

119

.

Curso de Especialização em Direito Administrativo Cogea- PUC-SP.Registro de Preços. 2019. (Outra).

120

.

Especialização em Direito Público EDAMP-MS.Pregão presencial e eletrônico. 2019. (Outra).

121

.

Estado Social e Liberdade Econômica: Os Vícios Jurídicos da MP 881 - USOP.MP 88/2019: Direito Administrativo e Direito Sancionatório. 2019. (Seminário).

122

.

I Seminário de Licitações e Contratos da Receita Federal.A sistemática dos Pareceres Referenciais do CCA/PGFN e as prorrogações contratuais (Pareceres nº 1 e 2/2019). 2019. (Seminário).

123

.

Marco Legal das Agências Reguladoras na visão delas - PGM Rio.O poder decisório das agências reguladoras. 2019. (Seminário).

124

.

Os aspectos de Direito Público relacionados a Falência e Recuperação Judicial e as propostas de alterações na Lei n. 11.101/2005 - EAGU.Recuperação judicial das concessionárias de serviço público. 2019. (Seminário).

125

.

XXXIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Terceirização e reforma trabalhista: os impactos na Administração. 2019. (Congresso).

126

.

Curso de Pós-Graduação lato sensu em Direito do Estado. Contratação direta: dispensa e inexigibilidade. 2018. (Outra).

127

.

Curso de Pós-Graduação lato sensu em Direito do Estado. Contratos em espécie: prestação de serviços e terceirização. 2018. (Outra).

128

.

Governança, Gestão de Riscos e Controle no âmbito da Administração Pública - Escola da AGU. Gestão de riscos nas terceirizações pela Administração Pública. 2018. (Seminário).

129

.

I Seminário de Gestão de Fiscalização de Contratos do TJSP. Gestão e fiscalização de contratos. 2018. (Seminário).

130

.

Seminário de Direitos Humanos e os 30 anos da Constituição Federal. Direitos Sociais e o papel do Estado. 2018. (Seminário).

131

.

Terceirização no Serviço - Alterações na Legislação Trabalhista e seu impacto nas contratações públicas - Escola da AGU. Terceirização na Administração Pública. 2018. (Seminário).

132

.

XXXII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Contratações Públicas. 2018. (Congresso).

133

.

"Direito Administrativo com enfoque em Instrução de Processos Administrativos - ESAF. Instrução Processual. 2017. (Outra).

134

.

"Terceirização na Administração Pública e a Precarização dos Direitos Sociais dos Trabalhadores" - Unibrasil. "Terceirização na Administração Pública e a Precarização dos Direitos Sociais dos Trabalhadores". 2017. (Seminário).

135

.

15ª Semana do Direito do Centro Universitário Christus. "Terceirizações: Modernização ou Retrocesso?". 2017. (Seminário).

136

.

Curso de Especialização em Direito Administrativo do Instituto Romeu Felipe Bacellar. "Licitações". 2017. (Exposição).

137

.

Terceirização na Administração Pública. Terceirização na Administração Pública. 2017. (Seminário).

138

.

XVI Congresso Brasileiro de Direito do Estado. "Greves nos Serviços Essenciais e atuação da Advocacia Pública: medidas cabíveis para garantia do interesse público". 2017. (Congresso).

139

.

XXIII Conferência Nacional da Advocacia Brasileira. "Terceirização na Administração Pública". 2017. (Congresso).

140

.

XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. "Terceirização e Administração Pública: avanços ou retrocessos?". 2017. (Congresso).

141

.

Curso de Especialização em Direito Administrativo - Instituto Romeu Felipe Bacellar. Licitações. 2016. (Exposição).

142

.

Dialogo Internazionale per lo sviluppo e sostenibilità. Debate sobre o tema. 2016. (Encontro).

143

.

II Giornate di Studio Italo-Latinoamericane e III Giornate Italo-Argentine di Diritto Pubblico. La cooperazione pubblico-privato per lo sviluppo economico. 2016. (Congresso).

144

.

Palestra da Comissão de Cultura e Eventos da 24ª Subseção da OAB/SP- Sorocaba/SP. Licitações e Contratações Públicas. 2016. (Exposição).

145

.

XIV Semana Jurídica do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Terceirização na Administração Pública. 2016. (Congresso).

146

.

Congresso das Comissões de Advocacia Pública e Direito Administrativo da OAB/São Paulo. Terceirização. 2015. (Congresso).

147

.

Curso de Especialização em Direito Administrativo - Instituto Romeu Felipe Bacellar. Licitações. 2015. (Outra).

148

.

Escola da Advocacia-Geral da União - ciclo de palestras. Processo Administrativo Federal Lei nº 9.784/99. 2015. (Exposição).

149

.

III Congresso Nacional de Direito Sindical da OAB Federal. Terceirização na Administração Pública. 2015. (Congresso).

150

.

I Jornadas de Direito e Infraestrutura do IDAP/AASP. Os centros logísticos industriais e aduaneiros: polêmicas. 2015. (Congresso).

151

.

IV Congresso Paulista de Direito Administrativo do IDAP. Problemas Atuais do Controle da Administração Pública. 2015. (Congresso).

152

.

IV Congresso Paulista de Direito Administrativo do IDAP. Controle das Terceirizações na Administração Pública. 2015. (Congresso).

153

.

XXIX Congresso Brasileiros de Direito Administrativo. Regime Jurídico das carreiras de Estado: pontos de aproximação e distanciamento entre prerrogativas e responsabilização dos membros do Judiciário, do Ministério Público e da advocacia pública federal, estadual e municipal. 2015. (Congresso).

154

.

XXIX Congresso Brasileiros de Direito Administrativo. Regime Jurídico das carreiras de Estado: pontos de aproximação e distanciamento entre prerrogativas e responsabilização dos membros do Judiciário, do Ministério Público e da advocacia pública federal, estadual e municipal. 2015. (Congresso).

155

.

8º Congresso Brasileiro sobre a Situação do Médico - SIMEPI. Terceirização na Administração Pública. 2014. (Congresso).

156

.

Curso de Atualização em Licitações e Contratações Públicas : Aspectos Polêmicos.Pregão (questões polêmicas). 2014. (Outra).

157

.

Curso de Direito Administrativo com Enfoque em Instrução Processual. Introdução ao Direito Administrativo. 2014. (Exposição).

158

.

Curso de Direito Administrativo com Enfoque em Instrução Processual. Agentes Públicos. 2014. (Exposição).

159

.

Curso de Especialização em Direito Administrativo do IRFB-PR."Servidores Públicos". 2014. (Outra).

160

.

II Congresso Nacional de Direito Sindical da OAB Federal. Terceirização no Serviço Público e Flexibilização das Garantias Funcionais. 2014. (Congresso).

161

.

III Congresso Paulista de Direito Administrativo - OAB e IDAP. Contratação de Serviços de Terceiros na Administração Pública. 2014. (Congresso).

162

.

Seminário de Integração do PPGD/PUCPR - 2014. Transparência, Probidade e Contratação Pública. 2014. (Seminário).

163

.

Curso de Ambientação dos novos PFNs - 2013. Tópicos iniciais sobre pregão eletrônico e registro de preços. 2013. (Encontro).

164

.

Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP. Agentes Públicos. Provimento de Cargo Público. Concurso Público.. 2013. (Outra).

165

.

Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP. Organização Administrativa. 2013. (Outra).

166

.

Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP. Agentes Públicos. Provimento de Cargo Público. Concurso Público.. 2013. (Outra).

167

.

Curso de Especialização em Direito Público - AGU/ESA. Direitos Sociais e Coletivos. 2013. (Outra).

168

.

Curso de Especialização em Direito Público do Instituto Romeu Felipe Bacellar.Serviços Públicos e Direitos Sociais. 2013. (Outra).

169

.

II Congresso Paulista de Direito Administrativo IDAP - AASP. Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC. 2013. (Congresso).

170

.

X Curso de Formação em Direito do Estado.Efetividade dos Direitos Sociais. 2013. (Outra).

171

.

XII Congresso Goiano de Direito Administrativo. Segurança Jurídica e Mutabilidade dos Contratos. 2013. (Congresso).

172

.

XIII Congresso Brasileiro de Direito do Estado. Ações Afirmativas e concursos públicos. 2013. (Congresso).

173

.

XXVII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Terceirização na Administração Pública. 2013. (Congresso).

174

.

Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP.Panorama da Organização Administrativa. 2012. (Outra).

175

.

I Congresso Paulista de Direito Administrativo - IDAP. Dever estatal de prestação direta de serviços públicos e terceiro setor.. 2012. (Congresso).

176

.

Semana Acadêmica Alvorada Plus.Noções sobre Direito. 2012. (Seminário).

177

.

XXVI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA. Intervenção no domínio social. 2012. (Congresso).

178

.

Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP. Agentes Públicos: Provimentos de Cargos Públicos. Classificação. Concurso Público.. 2011. (Outra).

179

.

Curso de Licitações e Contratos - EPD. Contratos Administrativos. 2011. (Seminário).

180

.

I Fórum Brasileiro Direito Disciplinário. As relações de sujeição especial e a relação funcional. 2011. (Congresso).

181

.

II Curso de Licitações e Contratos da AGU. Julgamento das propostas, habilitação e recursos. 2011. (Seminário).

182

.

Temas Fundamentais de Direito Administrativo - IDAP/Defensoria do Estado de São Paulo. Princípio da Legalidade. 2011. (Congresso).

183

.

VII Curso de Formação em Direito do Estado - IDAP/AGU. Efetividade dos Direitos Sociais. 2011. (Outra).

184

.

Curso de Especialização em Direito Administrativo da Escola Superior da Advocacia. Controle da Administração Pública. 2010. (Outra).

185

.

Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP.Ato Administrativo. Perfeição. Validade. Eficácia. Elementos e Pressupostos. 2010. (Seminário).

186

.

Curso de Especialização em Direito Administrativo da PUC/SP.Lei de Processo Administrativo Paulista. 2010. (Outra).

187

.

Curso de Introdução ao Direito Administrativo - IDAP/MPF.Contratos Administrativos. 2010. (Seminário).

188

.

Curso de Pós-Graduação Lato Sensu TeleVirtual em Direito Público - LFG/Uniderp.Desapropriação. 2010. (Outra).

189

.

Encontro de Direito Municipal na Cidade de Guarulhos.Prerrogativas da Fazenda Pública e a Isenção de Custas Processuais. 2010. (Encontro).

190

.

Semana Jurídica da Universidade Paulista - UNIP."A exigência de Direitos Sociais em Juízo: mínimo existencial e reserva do possível". 2010. (Outra).

191

.

Seminário de Licitações e Contratos com ênfase em pregão eletrônico - AGU/PGFN/DERAT.Pregão eletrônico: questões polêmicas. 2010. (Seminário).

192

.

V Curso de Formação em Direito Público - IDAP.Legalidade e Administração Pública (poder regulamentar). 2010. (Seminário).

193

.

VI Curso de Formação em Direito do Estado.Efetividade dos Direitos Sociais. 2010. (Seminário).

194

.

XXIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Saneamento Básico: reserva do possível e mínimo existencial. 2010. (Congresso).

195

.

XXVI Jornadas Nacionales y VI Congreso Internacional de Derecho administrativo. 2010. (Congresso).

196

.

XXXIV Congresso Brasileiro de Direito Municipal. "Prerrogativas da Advocacia Pública". 2010. (Congresso).

197

.

Ciclo de Palestras de Direito - Escola Superior da Procuradoria da Fazenda Nacional em São Paulo.Atos Administrativos. 2009. (Outra).

198

.

Ciclo de Palestras de Direito - Escola Superior da Procuradoria da Fazenda Nacional em São Paulo.Contratos Administrativos. 2009. (Outra).

199

.

Curso de Atualização em Direito Administrativo - IDAP/PGE. Organizações Sociais e Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público. 2009. (Congresso).

200

.

III Curso de Formação em Direito do Estado - IDAP.Da efetividade dos Direitos Sociais. 2009. (Seminário).

201

.

Curso de Especialização TeleVirtual em Direito Público.Desapropriação. 2008. (Outra).

202

.

I Congresso de Direito Eleitoral. Abuso de poder nas eleições e instrumentos processuais de controle - Des. Federal Suzana Camargo.

2008. (Congresso).

203

.

I Curso de Formação em Direito do Estado.Efetividade dos Direitos Sociais - Debates. 2008. (Outra).

204

.

II Curso de Formação em Direito do Estado.Efetividade dos Direitos Sociais - Debates. 2008. (Outra).

205

.

XXII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Comissão Julgadora do Concurso de Monografias Jurídicas. 2008. (Congresso).

206

.

I Seminário Nacional de Direito Público.Presidente de Mesa. 2007. (Seminário).

207

.

XXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. O Futuro do Direito Administrativo. 2007. (Congresso).

208

.

Consórcios Públicos e Parcerias Público-Privadas. Sistema de Garantias para o Parceiro Privado. 2005. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; GODINHO, H. H. . Cursos Online Aceleradores do IBDA em parceria com o IDAG. 2023. (Outro).

2.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; FRITOLI, Fernanda Ghiuro Valentini . Curso: A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 2021. (Outro).

3.

ZOCKUN, Carolina Zancaner; FRITOLI, Fernanda Ghiuro Valentini . Curso: A Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativo II. 2021. (Outro).

4.

ZOCKUN, Carolina Zancaner. Administração Pública consensual e em litígio arbitral - O Direito Administrativo na visão delas. 2020. (Outro).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.

Camila Pimentel Rodrigues Pitanga. O papel do PNCP na transformação digital das contratações públicas: uma análise prospectiva de acordo com as diretrizes da OCDE. 2023. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Pós-Graduação em Advocacia Pública) - Escola Superior da Advocacia-Geral da União. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

2.

Simone Andréa Pinto Ambrósio de Camargo. A pensão por morte no regime geral da previdência social e as alterações da Emenda Constitucional n. 103/2019. 2020. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização lato sensu em Direito Público) - Escola Superior da Procuradoria Geral do Estado de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

3.

Viviane Vieira da Silva. A omissão no Poder de Polícia. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

4.

Tiago Bologna Dias. Sujeição Passiva no Mandado de Segurança e a Autoridade Coatora. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

5.

Vivian Zimmermann Russo Ferreira. Responsabilidade Patrimonial do Estado por Omissão. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização Em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Carolina Sciencia Pizarro. Acordo de leniência e sua efetividade no CADE à luz da Lei nº 12.529 de 2011.. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

2.

Ana Carolina Sarubbi Gois. O Programa de Integridade como novo instrumento de combate à corrupção ? análise da Lei Anticorrupção e suas consequências práticas. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

3.

Felipe Rocha Ioschpe. Reequilíbrio econômico-financeiro das concessões de serviço público na pandemia da COVID-19. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

4.

Letícia Aguiar de Souza. Autoexecutoriedade do ato administrativo no âmbito da vacinação. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

5.

Maria Eduarda Aires de Toledo Silva. O papel do Estado Brasileiro no enfrentamento da COVID-19. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

6.

Victoria Andreucci Pereira Gomes Gil. A necessidade de controle pelo Poder Público das metas estabelecidas nos contratos de gestão firmados com Organizações Sociais que atuam na área da saúde. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

7.

Guilherme do Lago Zenni. O uso da requisição administrativa para a garantia do direito fundamental à saúde. 2021. Trabalho de Conclusão

de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

8.

Lucas Villas Bôas Villela Rossi. A ação do Estado no combate da Pandemia - Uma análise sobre o Poder de Polícia. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

9.

Tayana Motta Teixeira. Teoria dos Atos Administrativos e estudo de caso da Transferência do Direito de Construir no âmbito do Município de São Paulo. 2021. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

10.

PUGLIESI, Fernanda Orlando. Empresas Estatais no Direito Brasileiro. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

11.

TUON, Carolina de Souza. O processo expropriatório com enfoque nos aspectos jurídicos da indenização. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

12.

BERNARDO, Isadora Donnabella. A Lei nº 9.637/1998: análise e jurisprudência aplicada. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

13.

TOLEDO, Jéssica Simões de. A arbitragem nas parcerias público-privadas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

14.

RIBEIRO, Júlia Braga. As formas de extinção da concessão de serviço público e seus desdobramentos. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

15.

DI SALVO, Maria Beatriz Picarelli Gonçalves Johonsom. Alocação de riscos em contratos de concessão de serviço público. 2015. Trabalho

de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

16.

Laís Sales do Prado e Silva. O instituto de licitação pública no ordenamento jurídico brasileiro. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

17.

Estela Paro Alli. A concessão de serviços públicos e a responsabilidade civil das concessionárias. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

18.

Marcella Querino Mangullo. Concessão especial para fins de moradia - O caso das favelas. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

19.

Priscila de Gouveia Marques Vieira. Da contribuição previdenciária dos servidores públicos inativos federais. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

20.

Sueli de Souza Costa Silva. Indenização e juros compensatórios no processo de desapropriação. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

Iniciação científica

1.

Julia dos Santos Luiz e Luísa Kalhani Prakki Parizi. A cassação como forma de extinção de ato administrativo: aspectos jurídicos, pressupostos e finalidades. 2019. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

2.

CONTARTI, Gisele. A responsabilidade do Estado por omissão da Administração Pública. 2011. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

3.

LAGE, Ricardo Teixeira. A Responsabilidade Civil do Estado e do Agente Fomentado nas relações envolvendo o Terceiro Setor. 2011. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

4.

MARTINS, Vivian. Do Direito à Saúde na Constituição de 1988. 2011. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Carolina Zancaner Zockun.

Educação e Popularização de C & T

Artigos

Artigos completos publicados em periódicos

1.

ZOCKUN, Maurício ; ZOCKUN, Carolina Zancaner . A responsabilidade objetiva na lei anticorrupção.. Revista Brasileira de Estudos da Função Pública - RBEFP, v. 7, p. 99-105, 2018.

Outras informações relevantes

Associada ao Instituto de Direito Administrativo Paulista (IDAP) Associada ao Instituto Nacional de Contratações Públicas (INPC) Diretora de Regionalização do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA) (2022 - 2025) Professora Homenageada da Turma ME da Faculdade de Direito da PUC-SP (2019) Professora Homenageada da Turma MF da Faculdade de Direito da PUC-SP (2022)

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 29/01/2025 às 9:59:47

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



Christianne de Carvalho Stroppa

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3679219004491225>

ID Lattes: **3679219004491225**

Última atualização do currículo em 22/11/2020

Possui graduação em Direito pelo Centro Universitário Eurípedes Soares da Rocha de Marília (1990). Doutora(2019) e Mestre (2013) em Direito pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2013). Assessora de Gabinete na Assessoria Jurídica de Controle Externo do Tribunal de Contas do Município de São Paulo. Ex-Assessora Jurídica na Secretaria da Saúde do Município de São Paulo. Ex-Procuradora da Universidade de São Paulo. Atualmente é Professora de Direito Administrativo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e Professora Titular da Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Membro associado do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo - IBDA, do Instituto de Direito Administrativo Paulista ? IDAP e do Instituto dos Advogados de São Paulo ? IASP. Ministra Simpósios e Treinamentos na área de Licitações e Contratos. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Administrativo, Constitucional e Municipal. É sócia do escritório Carvalho Stroppa Sociedade de Advogados, atuando profissionalmente nas áreas de Direito Administrativo, com enfoque especial em Licitações e Contratos. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome	Christianne de Carvalho Stroppa
Nome em citações bibliográficas	STROPPA, Christianne de Carvalho
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/3679219004491225

Endereço

Endereço Profissional	Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Faculdade de Direito. Rua Ministro Godói 969 - 2º andar - sala 201 Perdizes 01060970 - São Paulo, SP - Brasil - Caixa-postal: 2419 Telefone: (11) 36708127 Fax: (11) 36708548 URL da Homepage: http://portal.pucsp.br

Formação acadêmica/titulação

2015 - 2019	Doutorado em Direito (Conceito CAPES 4). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: O regime jurídico dos contratos de empresas estatais de serviços públicos na lei de responsabilidade das estatais - Lei n. 13.303/2016, Ano de obtenção: 2020. Orientador: José Roberto Oliveira Pimenta. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público. Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público / Especialidade: Direito Administrativo. Setores de atividade: Educação.
2000 - 2013	Mestrado em Direito (Conceito CAPES 4). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil. Título: As Micros e Pequenas Empresas (MPE's) e a Função Social da Licitação, Ano de Obtenção: 2013. Orientador:  Clóvis Beznos. Grande área: Ciências Sociais Aplicadas Setores de atividade: Política Econômica e Administração Pública em Geral; Outras Atividades de Assessoria e Consultoria Às Empresas; Educação Superior.
1987 - 1990	Graduação em Direito. Centro Universitário Eurípedes de Marília, UNIVEM, Brasil.

Atuação Profissional

Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, PUC/SP, Brasil.

Vínculo institucional

1991 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Auxiliar de Ensino, Carga horária: 4

Vínculo institucional

2014 - 2014

Vínculo: Professor Assistente, Enquadramento Funcional: Professor Assistente Professora Assistente da disciplina Teoria Geral do Direito, do programa de Pós-Graduação em Direito, da PUC/SP, no segundo semestre de 2014

Outras informações

Vínculo institucional

2002 - 2005

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento Funcional: Professor Assistente, Carga horária: 4

Atividades

05/2014 - Atual

Pesquisa e desenvolvimento , Faculdade de Direito, Departamento de Direito Público.
Linhas de pesquisa
Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas

2/1997 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas

08/2005 - 07/2013

Direito Administrativo
Direção e administração, Faculdade de Direito, .
Cargo ou função

9/2002 - 12/2005

Coordenadora do Curso de Estágio Profissional Supervisionado.

Ensino, Direito Administrativo, Nível: Especialização

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

8/1991 - 12/1999

Ensino, Administração de Empresas, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

2/1992 - 12/1996

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Fundamentos de Direito Público

Prefeitura Municipal de São Paulo, PMSP, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2015

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessora Jurídica

Atividades

09/2013 - 05/2015

Direção e administração, Secretaria Municipal da Saúde do Estado de São Paulo, .
Cargo ou função

Assessora Jurídica.

Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, ECTCMSP, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessora de Controle Externo

Faculdade de Direito Prof Damásio de Jesus, FDDJ, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 0

Atividades

2/2005 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

Sociedade Brasileira de Direito Público, SBDP, Brasil.

Vínculo institucional

2005 - Atual

Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: Professor titular

Atividades

2/2005 - Atual

Extensão universitária , Sociedade Brasileira de Direito Público, .

Atividade de extensão realizada

Membro do Corpo Docente.

Universidade Municipal de São Caetano do Sul, USCS, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 20

Vínculo institucional

2011 - 2013

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessoria Jurídica

Vínculo institucional**1999 - 2000****Atividades****3/2001 - Atual**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 8

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Teoria Geral de Direito Público

Direito Administrativo

2/1999 - 1/2000

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

Instituições de Direito Público

Instituto dos Advogados de São Paulo, IASP, Brasil.**Vínculo institucional****2016 - Atual****Atividades****02/2017 - Atual**

Vínculo: sócio, Enquadramento Funcional: membro

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Direito Administrativo, .

Cargo ou função

Membro.

06/2016 - Atual

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão de Estudos da Lei de Licitações, .

Cargo ou função

Integrante.

Agência Nacional de Transportes Terrestres, ANTT, Brasil.**Vínculo institucional****2010 - 2011**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico, Carga horária: 40

Instituto de Desenvolvimento de Estudos Jurídicos e Aperfeiçoamento Cultura, IDEJUR, Brasil.**Vínculo institucional****2002 - 2003**

Vínculo: Professor autônomo, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária:

3, Regime: Dedicção exclusiva.

Atividades**4/2002 - 12/2003**

Ensino, Direito Administrativo, Nível: Aperfeiçoamento

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, PLANEJAMENTO, Brasil.**Vínculo institucional****2006 - 2007**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Consultor Jurídico, Carga horária: 30

Ordem dos Advogados do Brasil Seção São Paulo, OAB/SP, Brasil.**Vínculo institucional****1998 - 2000****Atividades****1/1998 - 12/2000**

Vínculo: Outro, Enquadramento Funcional: , Carga horária: 0

Conselhos, Comissões e Consultoria, Comissão do Meio Ambiente, .

Cargo ou função

Membro de comissão.

Conselho Regional de Economia - 2a Região, CRE, Brasil.**Vínculo institucional****1999 - 1999**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Assessora Jurídica

CONSULTORIA EM ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL S/C LTDA., CONAM, Brasil.**Vínculo institucional****1993 - 1996**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Advogada

EDITORA NDJ LTDA, NDJ, Brasil.**Vínculo institucional****1992 - 1993**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Advogada Plena

Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas de São Paulo, SEBRAE/SP, Brasil.**Vínculo institucional****1996 - 1998**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Consultora Especialista I

Outras informações

Elaboração de pareceres e orientação técnica-jurídica às Agências que compõem a Entidade, principalmente na área de licitação e contratos administrativos. Coordenadora de Agência.

Universidade Bandeirante de São Paulo, UNIBAN, Brasil.**Vínculo institucional****1999 - 2000**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 0

Atividades**2/1999 - 1/2000**

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

Universidade Cidade de São Paulo, UNICID, Brasil.**Vínculo institucional****2001 - 2002**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor titular, Carga horária: 0

Atividades**2/2001 - 2/2002**

Ensino, Direito, Nível: Graduação

Disciplinas ministradas

Direito Administrativo

Direito Constitucional

Universidade Cruzeiro do Sul, UNICSUL, Brasil.**Vínculo institucional****2007 - 2007**

Vínculo: Professor visitante, Enquadramento Funcional: Professora

Outras informações

Curso de Pós-Graduação em Direito Militar, tendo ministrado aulas com o tema "Direito Administrativo Disciplinar".

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.**Vínculo institucional****2007 - 2010**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador I, Carga horária: 40

Vínculo institucional**1999 - 2001**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procurador, Carga horária: 40

São Paulo Turismo S/A, SPTURIS, Brasil.**Vínculo institucional****2014 - 2015**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Membro

Atividades**09/2014 - 01/2015**

Direção e administração, São Paulo Turismo S/A, .

Cargo ou função

Membro do Conselho de Administração.

Linhas de pesquisa**1.**

Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas

Projetos de pesquisa**2020 - Atual**

Direito e Combate à Corrupção - Grupo de Pesquisa

Descrição: O Grupo de Pesquisa visa o estudo e pesquisa sistemática do fenômeno da Corrupção, em sentido amplo, sob o prisma central da Ciência do Direito Público, em especial, o Direito Administrativo, devendo proceder à investigação do tema sob o prisma jurídico-dogmático, incluindo estudos multidisciplinares e interdisciplinares..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (6) / Mestrado acadêmico: (5) / Doutorado: (6) .

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Integrante / Jose Roberto Pimenta Oliveira - Coordenador / Luis Manuel Fonseca Pires - Integrante.

2014 - Atual

Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto nas atividades administrativas

Descrição: Postula-se a organização de Projeto de Pesquisa destinado a congregiar docentes, pesquisadores e discentes em torno do tema comum, Formas contemporâneas de Contratação Pública e seu impacto e efetividade nas atividades administrativas , o qual pretende abrigar projetos individuais de pesquisa Dissertações e Teses - relacionados à pretensa liberdade de formas de agir da Administração que a permitiria substituir os meios

tradicionais de ação por meios comuns ao direito privado, o que daria origem ao que alguns denominam como Administração Pública Consensual, bem como a participação do particular na gestão do interesse público por meio das contratações públicas e respectivas consequências nas atividades administrativas de fomento, serviço público, intervenção e controle..

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador / Silvio Luis Ferreira da Rocha - Integrante.

2010 - 2011

Transporte terrestre internacional de passageiros

Descrição: Realização de pesquisa relacionada aos serviços de transporte regular rodoviário internacional de passageiros, tendo atuado especificamente nas Etapas II e III, respectivamente, ?Compilação e Análise das Legislações do Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros? e ?Proposta do Regime e dos Atributos da Delegação dos Serviços de Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros?.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.

Como possibilitar a participação das MPE's nas Compras Governamentais

2006 - 2007

Descrição: Análise do Capítulo V da Lei complementar nº 123/2006, auxílio na redação do Decreto federal de proteção às micro e pequenas empresas, bem como estudo sobre a constitucionalidade do tratamento privilegiado dado à tais empresas nas licitações.

Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.

Financiador(es): Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento (Banco Mundial) - Remuneração.

Projetos de desenvolvimento

2009 - 2011

Reestruturação Administrativa

Descrição: Projeto de Reestruturação dos servidores do Município de Botucatu - Estado de São Paulo, juntamente com a elaboração de Projetos de Lei de Reestruturação Administrativa e Estatuto dos Servidores Municipais.

Situação: Concluído; Natureza: Desenvolvimento.

2005 - 2006

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.

Reestruturação Administrativa

Descrição: Análise e reestruturação do quadro de servidores da Câmara Municipal de Piracicaba - Estado de São Paulo, juntamente com a elaboração de Projeto de Lei acerca do novo Estatuto dos Servidores Municipais.

Situação: Concluído; Natureza: Desenvolvimento.

Integrantes: Christianne de Carvalho Stroppa - Coordenador.

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Constitucional.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.

Idiomas

Português

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Pouco, Lê Bem, Escreve Pouco.

Francês

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco, Lê Razoavelmente, Escreve Pouco.

Italiano

Compreende Bem, Fala Pouco, Lê Bem, Escreve Pouco.

Produções

Produção bibliográfica

Citações

Outras

Total de trabalhos:1Total de citações:2

Carlos Pinto Coelho Motta Data: 03/10/2005

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Quanto Ao Critério De Desempate Para As Microempresas E Empresas De Pequeno Porte Nas Contratações Públicas Dos Serviços Sociais Autônomos. *Solução em Licitações e Contratos*, v. 1, p. 33-34, 2019.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O Futuro Da Lei Nº 8.666/93. *Soluções em Licitações e Contratos*, v. 12, p. 103-114, 2019.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O Impacto Da Alteração Dos Valores Das Modalidades Da Lei Nº 8.666/1993. *Solução em Licitações e Contratos*, v. 1, p. 27-32, 2018.
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Decreto Federal Nº 8.538/2015: A Nova Regulamentação Do Tratamento Favorecido, Diferenciado E Simplificado Para As Microempresas E Empresas De Pequeno Porte. *BLC (São Paulo)*, v. ano 29, p. 32-46, 2016.
5. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A Nova Regulamentação Do Sistema De Registro De Preços ? Decreto Federal Nº 7.892/2013. *BLC (São Paulo)*, v. 1, p. 179-203, 2013.
6. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Procedimentos Licitatórios No Regime Diferenciado De Contratações Públicas. *BLC (São Paulo)*, v. 1, p. 895-912, 2013.
7. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A Participação Das Micro E Pequenas Empresas (MPE?s) NAS Compras Governamentais. *BLC (São Paulo)*, v. 1, p. 103, 2013.
8. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Atribuições Do Gestor/Fiscal Do Contrato Administrativo. *Revista Brasileira de Estudos da Função Pública - RBEFP*, v. 1, p. 103-119, 2012.
9. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Comentários as alterações inseridas na Lei nº 8.666/93 pela Medida Provisória nº 495/10. *Governat. Boletim de Licitações e Contratos*, v. 69, p. 29-33, 2011.
10. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Punição Eleitoral como Impedimento à participação em Licitações. *Interesse Público (Impresso)*, Porto Alegre, v. 28, p. 91-103, 2004.

Capítulos de livros publicados

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Despesas Públicas. In: FAIM FILHO, Eurípides Gomes e SERRANO, Mônica de Almeida Magalhães. (Org.). *Direito Financeiro e Direito Econômico: À luz da jurisprudência e da administração dos tribunais*. 1ed.São Paulo: IPAM, 2020, v. 1, p. 151-159.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A aplicação da Lei nº 13.979/2020 pelas empresas estatais. In: Augusto Dal Pozzo, Márcio Cammarosano. (Org.). *As Implicações da Covid-19 no Direito Administrativo*. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 563-586.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O Princípio da Moralidade Tarifária. In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da. ARRUDA, Carmen Silvia L. de. SCHWIND, Rafael Wallbach. ISSA, Rafael Hamze. (Org.). *Direito em Tempos de Crise ? Covid-19*. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2020, v. 4, p. 1-.
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico. In: DAL POZZO, Augusto Neves. (Org.). *O novo marco regulatório do saneamento básico*. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2020, v. 1, p. 461-478.
5. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Responsabilidade do Parecerista. In: Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho, Rafael Hamze Issa e Rafael Wallbach Schwind. (Org.). *Lei de introdução às normas do direito brasileiro ? anotada*. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2019, v. II, p. 0-.
6. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O Instituto do ?Carona? (Adesão) no Sistema de Registro de Preços segundo Toshio Mukai. In: HIGA, Alberto Shinji e SOUZA JUNIOR, Arthur Bezerra de. (Org.). *Temas atuais de direito público: estudos em homenagem ao professor Toshio Mukai..* 1ed.Paraná: Thoth, 2019, v. 1, p. 9-.
7. **STROPPIA, Christianne de Carvalho;** BORDIN, N. A. P. . Considerações a respeito do controle dos Procedimentos de Manifestação de Interesse (PMI) pelos Tribunais de Contas. In: MOTTA, Fabrício e GABARDO, Emerson. (Org.). *Limites do controle da administração pública no Estado de direito*. 1ed.Curitiba: Íthala, 2019, v. 1, p. 65-78.
8. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Hospital do Subúrbio (Salvador/BA) ? Primeira unidade hospitalar pública viabilizada por meio de Parceria Público-Privada. In: NUNES JÚNIOR, Vidal Serrano e BASTOS, Juliana Cardoso Ribeiro. (Org.). *O Regime Jurídico nos hospitais*. 1ed.São Paulo: Verbatim, 2019, v. 1, p. 21-40.
9. **STROPPIA, Christianne de Carvalho;** STROPPIA, Y. M. C. E. S. . Suspensão preventiva de contratos administrativos sem observância dos princípios norteadores do Direito Sancionados ? O caso do Decreto nº 20.381/2018 do Município de São Bernardo do Campo. In: José Roberto Pimenta Oliveira. (Org.). *Direito administrativo sancionador : estudos em homenagem ao professor emérito da PUC/SP Celso Antônio Bandeira de Mello*. 1ed.São Paulo: Malheiros, 2019, v. 1, p. 499-512.
- 10.

- STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A Revogação da Licitação na Lei das Estatais ? Lei nº 13.303/2016.. In: MOTTA, Fabrício e GABARDO, Emerson. (Org.). Crise e reformas legislativas na agenda do Direito Administrativo XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo.. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2018, v. 1, p. 47-57.
11. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O tempo de serviço prestado às empresas públicas e sociedades de economia mista somente pode ser computado para efeitos de aposentadoria e disponibilidade. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella e NOHARA, Irene. (Org.). Teses jurídicas dos tribunais superiores: direito administrativo. 1ed.São Paulo: Revista dos Tribunais, 2017, v. III, p. 717-728.
12. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Fase externa da licitação nas Parcerias Público-Privadas: fase de saneamento. In: Augusto Neves Dal Pozzo, Rafael Valim, Bruno Aurélio, André Luiz Freire. (Org.). Parcerias Público-Privadas: teoria geral e aplicação nos setores de infraestrutura. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2014, v. 1, p. 225-241.
13. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O Sistema de Registro de Preços no Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). In: Márcio Cammarosano, Augusto Neves Dal Pozzo, Rafael Valim. (Org.). Regime Diferenciado de Contratações Públicas ? RDC (Lei nº 12.462/11; Decreto nº 7.581/11): aspectos fundamentais. 3ed.Belo Horizonte: Fórum, 2014, v. 1, p. 179-194.
14. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação das Micro e Pequenas Empresas (MPES) e a Função Social da Licitação.. In: Celso Antonio Bandeira de Mello, Sérgio Ferraz, Silvio Luis Ferreira da Rocha, Amauri Feres Saad. (Org.). Direito Administrativo e Liberdade ? Estudos em Homenagem a Lúcia Valle Figueiredo. 1ed.São Paulo: Malheiros, 2014, v. 1, p. 199-222.
15. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime Jurídico das Empresas Estatais na Jurisprudência do Supremo Tribunal Federal. In: Márcio Cammarosano, Augusto Neves Dal Pozzo, Rafael Valim. (Org.). O Direito Administrativo na Jurisprudência do STF e do STJ: homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2014, v. 1, p. 109-115.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho;** SOUSA, G. C. E. . Da negação à ousadia: o WhatsApp como ferramenta válida nas licitações públicas. SLC ? Solução em Licitações e Contratos, São Paulo, p. 37 - 40, 01 set. 2020.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** As prerrogativas das microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas contratações públicas em face da covid-19. SLC ? Solução em Licitações e Contratos, São Paulo, p. 47 - 50, 01 jul. 2020.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho;** MOREIRA, E. B. . O impacto da covid-19 nos concursos públicos. SAM ? Solução em Direito Administrativo e Municipal, São Paulo, p. 49 - 52, 01 jul. 2020.
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A preferência das microempresas e empresas de pequeno porte, em face do projeto de lei nº 1.292/1995. SLC ? Solução em Licitações e Contratos, São Paulo, p. 9 - 22, 21 dez. 2019.
5. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Aproveitamento - a possibilidade da adoção do instituto do carona nos concursos públicos. Revista Colunistas de Direito do Estado,, São Paulo, 27 ago. 2018.
6. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** A nova regulamentação do sistema de registro de preços ? decreto federal nº 7.892/2013. www.novo.licitacao.com.br, 04 fev. 2013.
7. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Ministro reforça impasse. Jornal Agência de Notícias, 28 ago. 2009.
8. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O impasse dos guinchos. Jornal Zero Hora, 21 jun. 2009.
9. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reembolso da inspeção exclui quem não licenciou o carro. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 mar. 2009.
10. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Justiça manda por placas nas ruas do rodízio. Folha de São Paulo, São Paulo, 11 dez. 2008.

Apresentações de Trabalho

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Gestão Pública: ética e competência para o desenvolvimento das cidades. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação, Pregão e Lei das Estatais. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Direito Financeiro E Regras Sobre Micros E Pequenas Empresas. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
5. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratações públicas em tempos de incerteza: inovações legislativas e segurança jurídica. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
7. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** RDC COMO GARANTIR A PARTICIPAÇÃO DOS PEQUENOS NEGÓCIOS. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
8. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O RDC É UM BOM REFERENCIAL PARA UM NOVO CÓDIGO DE LICITAÇÕES?. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
9. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
10. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** TEMAS POLÊMICOS E ESTRATÉGIAS EM LICITAÇÕES. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
11. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Capacitação dos Multiplicadores do Governo Federal Para Inclusão das MPE's no Uso do Poder de Compras. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONCURSO PÚBLICO 2010 (Licitação).
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** COMENTÁRIOS AS ALTERAÇÕES INSERIDAS NA LEI Nº 8.666/93 PELA MEDIDA PROVISÓRIA Nº 495/10 2010 (Licitação).
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PARTICIPAÇÃO DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NAS LICITAÇÕES 2009 (Licitação).
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Extensão da Expressão 'Representante Legal' 2003 (Licitação).

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Pregos. 2005.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnação, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2003.

Processos ou técnicas

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Elementos de Direito Administrativo. 2001.

Trabalhos técnicos

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos 02 -. 2019.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos I, no XXXII Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. 2018.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada por Werner Kraus Junior. 2017.
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pela Prefeitura Municipal da Estância de Praia Grande, Estado de São Paulo. 2016.
5. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pela Secretaria de Transportes do Município de São José dos Campos. 2015.
6. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pela Secretaria de Transportes do Município de São José dos Campos, Estado de São Paulo. 2014.
7. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Parecer pelo Departamento nos Projetos de Iniciação Científica da Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2014.
8. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pelo IPPLAN ? Instituto de Pesquisa, Administração e Planejamento. 2014.
9. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica da empresa Logit Engenharia Consultiva Ltda., contratada pela Secretaria de Estado dos Transportes e Obras Públicas do Estado do Espírito Santo (Contrato nº 006/2012). 2013.
10. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Componente de equipe técnica contratada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ? ANTT (Contrato nº 037/2010), para a prestação de serviços para realização de pesquisa relacionada aos serviços de transporte regular rodoviário internacional de passageiros. 2010.

Demais tipos de produção técnica

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei Geral De Licitações: Lei Nº 8.666/1993, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Servidores E Empregados Públicos: Regime Estatutário E Celetista, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação I, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Convênio, Consórcio E Parceria Público-Privada, curso de especialização em Direito Contratual. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
5. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação II, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
6. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Corrupção Nas Contratações Públicas E Os Tribunais De Contas, curso de Pós-Graduação Licitações e Contratações Públicas. 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
7. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2020. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
8. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor) ? ONLINE. 2020. .
9. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Novo pregão eletrônico e a contratação emergencial sob a ótica da lei Nº 13.979/2020. 2020. .
10. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Pregão eletrônico e lei nº 13.979/2020. 2020. .
11. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Online Prático de licitação, pregão presencial e eletrônico (fornecedor). 2020. .
12. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Online Prático de licitação, pregão presencial e eletrônico (fornecedor). 2020. .
13. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Online pregão eletrônico (1ª parte). 2020. .
14. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Online pregão eletrônico (2ª parte). 2020. .
15. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Online gestão de contratos. 2020. .
16. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Bens públicos: classificação, regime jurídico, formas de aquisição e alienação, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 17.

- STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Novo regime jurídico das empresas estatais: licitação, no de especialização em Direito do Estado. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
18. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regimes especiais de contratações públicas : noções gerais, curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
19. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação I, curso de extensão em Gestão Pública. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
20. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Concessões e permissões, curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
21. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Servidores e empregados públicos: regime estatutário e celetista, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
22. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Convênio, consórcio e parceria público-privada, no curso de especialização em Direito Contratual,. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
23. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime diferenciado de contratações públicas e lei complementar nº 123/06, curso de especialização em Direito Público Municipal, na Disciplina Direito Administrativo ? Licitações e Contratos. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
24. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2019. .
25. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ME, EPP, COOPERATIVA, MEI, EIRELLIs nas licitações públicas. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
26. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2019. .
27. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Classificação e Julgamento Das Propostas Comerciais Nas Licitações & Recursos Administrativos, Impugnações Ao Edital E Pedidos De Esclarecimentos. 2019. .
28. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei Das Estatais: Lei Nº 13.303/2016 Licitações e Contratos de Acordo com o Regulamento da SABESP. 2019. .
29. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos, Reajuste, Fiscalização E Penalidades. 2019. .
30. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema De Registro De Preços. 2019. .
31. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Aspectos Jurídicos Da Licitação. 2019. .
32. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos, Reajuste, Fiscalização E Penalidades. 2019. .
33. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei Geral De Licitações: Lei Nº 8.666/1993. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
34. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Bens Públicos: Classificação, Regime Jurídico, Formas De Aquisição E Alienação, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
35. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Convênio, Consórcio E Parceria Público-Privada, no curso de especialização em Direito Contratual. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
36. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Concessões E Permissões, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
37. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Parcerias Na Administração Pública, no 10º Curso de Pós-Graduação ?Lato Sensu? - Especialização em Direito Público. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
38. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Desapropriação, curso de Pós-Graduação em Direito Público ? ênfase em Gestão Pública. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
39. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso PREPARATÓRIO PARA A OAB, promovido Pela Faculdade de Direito da PUC/SP. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
40. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2019. .
41. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2019. .
42. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso PREPARATÓRIO PARA A OAB. 2019. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
43. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Novo decreto do pregão eletrônico ? DECRETO Nº 10.024/2019. 2019. .
44. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Novo decreto do pregão eletrônico ? decreto nº 10.024/2019. 2019. .
45. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Atualização na lei de licitações e mudanças no pregão eletrônico. 2019. .
46. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Novo decreto do pregão eletrônico ? decreto nº 10.024/2019. 2019. .
47. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Novo decreto do pregão eletrônico ? decreto nº 10.024/2019. 2019. .
48. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Organização administrativa: panorama geral ? administração direta e administração indireta. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
49. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Exceções ao dever de licitar, no curso de especialização em Direito Municipal. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
50. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
51. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2018. .
52. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
53. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2018. .
54. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Professor Conteudista de Direito Administrativo, Temas Fundamentais, Princípios Administrativos e Meios de Atuação. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
55. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Professor Leitor Crítico Do Tema 'Licitações E Responsabilidade Fiscal'. 2018. .
56. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema de registro de preços e regime diferenciado de contratações públicas - RDC, curso de especialização em Direito Municipal da Escola Paulista de Direito. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
57. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Infração e sanção administrativa, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
58. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Responsabilidade Administrativa, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
59. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratações públicas : aspectos fundamentais, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
60. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Procedimentos da lei nº 8.666/93, no curso de especialização em Direito do Estado. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

61. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Desapropriação, no curso de especialização em Direito Municipal. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
62. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Servidores e empregados Públicos, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
63. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O futuro da lei nº 8.666/93, no curso de especialização em Direito do Estado. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
64. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
65. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
66. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2018. .
67. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Despesas, Curso Direito Financeiro e Econômico à luz da jurisprudência e da administração dos tribunais. 2018. .
68. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso 'PREPARATÓRIO PARA A OAB', promovido Pela Faculdade de Direito da PUC/SP. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
69. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos Das Estatais. 2018. .
70. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LINDB E Novidades Na Lei Das Estatais. 2018. .
71. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
72. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Leis das Estatais. 2017. .
73. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Agentes públicos: conceito. Classificação. Regime jurídico: estatutário e contratual, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
74. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Deveres e responsabilidade dos servidores públicos. Sindicância e processo administrativo, no curso de especialização em direito administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
75. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação I no curso de extensão em Gestão Pública. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
76. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Atos administrativos e o princípio da confiança legítima, curso de especialização em Direito Público na Disciplina Temas Atuais de Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
77. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação: princípios e modalidades, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
78. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação: fases ? interna e externa. Edital, no curso de especialização em Direito Administrativo. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
79. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Processo administrativo, no curso de especialização em direito Municipal. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
80. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos e Contratos Administrativos em Espécie, no curso de especialização Direito Contratual. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
81. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso regime diferenciado de contratações públicas. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
82. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
83. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Dase interna da licitação (pregão). 2017. .
84. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei das Estatais. 2017. .
85. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei das Estatais. 2017. .
86. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
87. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
88. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei das Estatais. 2017. .
89. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
90. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Leis das Estatais. 2017. .
91. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2017. .
92. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei de Responsabilidade das Estatais. 2017. .
93. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Processo de Contratação - Módulo II. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
94. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Entidades da Administração Pública Municipal. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
95. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação I. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
96. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos e Contratos Administrativos em Espécie. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
97. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos e Contratos Administrativos em Espécie. 2016. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
98. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
99. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
100. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
101. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
102. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
103. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
104. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2016. .
105. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado De Contratações Públicas. 2016. .
106. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Ato Administrativo no Município III. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
107. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação I. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
108. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação II. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
109. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação I. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
110. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos e Convênios Com a Administração Pública. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Outra).

111. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação II. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
112. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico(Fornecedor). 2015. .
113. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico(Fornecedor). 2015. .
114. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico(Fornecedor). 2015. .
115. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Micro Empresas E Empresas De Pequeno Porte ? Alteração Da Lei Complementar Nº 123/2006 Pela Lei Complementar Nº 147/2014. 2015. .
116. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Treinamento De Gestão De Contratos Administrativos. 2015. .
117. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Fases, Procedimentos e Editais no curso de especialização em Direito Administrativo, promovido pela Coordenadoria Geral de Especialização, Aperfeiçoamento e Extensão ? COGEAE. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
118. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
119. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
120. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado de Contratação - RDC. 2015. .
121. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte nas Licitações. 2015. .
122. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Micro Empresas e Empresas de Pequeno Porte nas Licitações. 2015. .
123. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado de Contratação - RDC. 2015. .
124. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação das Micros e Pequenas Empresas nas Licitações. 2015. .
125. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
126. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Parceria Público-Privada. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
127. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Organização Administrativa do Estado. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
128. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Concessões. 2015. .
129. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Responsabilidade Dos Membros De Comissões De Licitações. 2015. .
130. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. .
131. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico (fornecedor). 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
132. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PROCESSO ADMINISTRATIVO NO TRIBUNAL DE CONTAS. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
133. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO: RECURSOS E SANÇÕES. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
134. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** DESAPROPRIAÇÃO: INSTRUMENTOS DE POLÍTICA URBANA. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
135. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PROCESSO ADMINISTRATIVO. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).
136. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Poder Legislativo Municipal. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
137. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Novos Instrumentos De Realização Do Interesse Público ? OS, OSCIPS E ONG'S. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
138. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Ato Administrativo No Município I. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
139. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Ato Administrativo no Município II. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
140. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado De Contratação. 2014. .
141. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Dispensa E Inexigibilidade De Licitação. 2014. .
142. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Fase Interna Da Licitação. 2014. .
143. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado De Contratação. 2014. .
144. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático De Licitação, Pregão Presencial E Eletrônico (Fornecedor). 2014. .
145. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Dispensa E Inexigibilidade De Licitação. 2014. .
146. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Fase Interna Da Licitação. 2014. .
147. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado De Contratação. 2014. .
148. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (19 de maio). 2014. (Reunião).
149. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (31 de março). 2014. (Reunião).
150. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (15 de maio). 2014. (Reunião).
151. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (13 de março). 2014. (Reunião).
152. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SERVIÇOS PÚBLICOS. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
153. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2013. .
154. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
155. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO II. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
156. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO I. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
157. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** NOVOS INSTRUMENTOS DE REALIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ? OS, OSCIP E ONG'S?. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
158. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2013. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
159. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (12 de agosto). 2013. (Reunião).
- 160.

- STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (09 de setembro). 2013. (Reunião).
161. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (01 de outubro). 2013. (Reunião).
162. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (04 de dezembro). 2013. (Reunião).
163. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reunião de Departamento - Departamento de Direito Público (12 de novembro). 2013. (Reunião).
164. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
165. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL. 2012. .
166. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** NOVOS INSTRUMENTOS DE REALIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ? OS, OSCIP E ONG?S. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
167. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
168. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SERVIÇOS PÚBLICOS. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
169. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 2012. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
170. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
171. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
172. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
173. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2012. .
174. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Regime Diferenciado de Contratações Públicas. 2012. .
175. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
176. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
177. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO E PREGÃO. 2012. .
178. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO (fornecedor). 2012. .
179. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2012. .
180. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATAÇÃO DIRETA, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE. 2011. .
181. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATAÇÕES ESPECÍFICAS. 2011. .
182. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .
183. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CLÁUSULAS EXTRAVAGANTES. 2011. .
184. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011. .
185. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** NORMAS GERAIS SOBRE LICITAÇÃO, PREGÃO, CONCESSÃO E PERMISSÃO DE SERVIÇOS PÚBLICOS, PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS E SERVIÇOS DE PUBLICIDADE. 2011. .
186. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** REQUISICÃO, LIMITAÇÕES ADMINISTRATIVAS, SERVIDÃO E TOMBAMENTO. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
187. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ATO ADMINISTRATIVO NO MUNICÍPIO. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
188. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
189. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO, PREGÃO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS E SANÇÕES PENAS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
190. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** RESPONSABILIDADE CIVIL. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
191. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** GESTÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2011. .
192. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** IMPUGNAÇÕES E RECURSOS EM LICITAÇÕES. 2011. .
193. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS NAS LICITAÇÕES & RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO. 2011. .
194. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .
195. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** EDITAL INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO DA LICITAÇÃO. 2011. .
196. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO, PREGÃO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
197. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS & SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. .
198. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATAÇÃO DIRETA, DISPENSA E INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO. 2011. .
199. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** IMPUGNAÇÕES E RECURSOS EM LICITAÇÕES. 2011. .
200. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .
201. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SIMPÓSIO BÁSICO DE LICITAÇÕES. 2011. .
202. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** EDITAL INSTRUMENTO FUNDAMENTAL PARA O SUCESSO DA LICITAÇÃO. 2011. .
203. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO, PREGÃO E SANÇÕES. 2011. .
204. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS NAS LICITAÇÕES & RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO. 2011. .
205. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2011. .
206. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2011. .
207. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PRÁTICO DE LICITAÇÃO, PREGÃO PRESENCIAL E ELETRÔNICO. 2011. .
208. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS & SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2011. .
209. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PLANEJAMENTO PRÉVIO DAS LICITAÇÕES. 2011. .
210. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PLANEJAMENTO PRÉVIO DAS LICITAÇÕES. 2011. .
211. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** PODER LEGISLATIVO MUNICIPAL. 2011. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
- 212.

- ★ **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
213. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações e Recursos em Licitações. 2010. .
214. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações e Recursos em Licitações. 2010. .
215. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações e Recursos em Licitações. 2010. .
216. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2010. .
217. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos. 2010. .
218. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. .
219. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. .
220. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação, Pregão Presencial e Eletrônico. 2010. .
221. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratação Direta. 2010. .
222. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações, Pregão e MPE's. 2010. .
223. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** LICITAÇÃO, PREGÃO, SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, CONTRATOS E CONVÊNIOS. 2010. .
224. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SIMPÓSIO SOBRE EDITAIS. 2010. .
225. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CLASSIFICAÇÃO E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS COMERCIAIS NAS LICITAÇÕES & RECURSOS ADMINISTRATIVOS, IMPUGNAÇÕES AO EDITAL E PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO. 2010. .
226. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SIMPÓSIO BÁSICO DE LICITAÇÕES. 2010. .
227. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
228. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA E INDIRETA SOB A CONSTITUIÇÃO DE 1988. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
229. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
230. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** NOVOS INSTRUMENTOS DE REALIZAÇÃO DO INTERESSE PÚBLICO ? OS, OSCIP E ONG'S. 2010. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
231. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação, Pregão, Registro de Preços, Contratos e Convênios. 2010. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
232. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Pregão Presencial e Eletrônico. 2009. .
233. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratação Direta. 2009. .
234. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Pregão Presencial. 2009. .
235. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação para Gestor Público. 2009. .
236. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações e Recursos em Licitações. 2009. .
237. ★ **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** AGENTES E SERVIÇOS PÚBLICOS. SERVIDORES PÚBLICOS ESTATUTÁRIOS DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
238. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2009. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
239. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Gestão de Contratos Administrativos. 2009. .
240. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Lei Complementar 123/06. 2008. .
241. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitação para Gestor Público. 2008. .
242. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Gestão de Contratos Administrativos. 2008. .
243. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Simulação de Pregão Eletrônico. 2008. .
244. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Dispensa e Inexigibilidade. 2008. .
245. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratos Administrativos. 2008. .
246. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitações. 2008. .
247. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação e Pregão Presencial. 2008. .
248. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Simulação de Pregão Eletrônico. 2008. .
249. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações e Recursos. 2008. .
250. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Prático de Licitações. 2008. .
251. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Pregão eletrônico. 2008. .
252. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Aperfeiçoamento Jurídico e Preparatório para a Carreira Jurídica. 2008. .
253. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Aperfeiçoamento Jurídico e Preparatório para a Carreira Jurídica. 2008. .
254. ★ **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** COMO POSSIBILITAR A PARTICIPAÇÃO DAS MPE'S NAS COMPRAS GOVERNAMENTAIS. 2008. (Manual desenvolvido para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão).
255. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** AGÊNCIAS REGULADORAS E AGÊNCIAS EXECUTIVAS. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
256. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** SERVIDORES PÚBLICOS. 2007. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).
257. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O Uso do Poder de Compra do Estado dirigido à ampliação da participação das MPE's nas Compras Governamentais. 2007. .
258. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** O Uso do Poder de Compra do Estado dirigido à ampliação da participação das MPE's nas Compras Governamentais. 2007. .
259. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2006. .
260. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2006. .
261. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Aspectos Essenciais sobre Licitações e Comportamento e Responsabilidade da Comissão de Julgamento, Pregoeiro e Equipe de Apoio. 2005. .
262. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2005. .
263. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2005. .
264. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2005. .
265. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2005. .
266. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2005. .
267. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Gestão de Contratos Administrativos. 2005. .
268. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Sistema de Registro de Preços. 2005. .

269. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2004. .
270. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2004. .
271. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração e Análise de Editais. 2004. .
272. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2004. .
273. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Recursos Administrativos e Vias Judiciais. 2004. .
274. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2004. .
275. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Contratação Direta sem Licitação. 2004. .
276. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Aspectos Essenciais sobre Licitações e Comportamento e Responsabilidade da Comissão de Julgamento, Pregoeiro e Equipe de Apoio. 2004. .
277. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. .
278. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração de Análise de Editais. 2003. .
279. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reequilíbrio da Equação Econômico-financeira do Contrato. 2003. .
280. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2003. .
281. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. .
282. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2003. .
283. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. .
284. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2003. .
285. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2003. .
286. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
287. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Reequilíbrio da Equação Econômico-financeira do Contrato. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
288. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Impugnações, Recursos, Representações e Medidas Judiciais em Licitação. 2003. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
289. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Curso Prático de Licitações e Contratos. 2002. .
290. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Conceitos e Práticas Avançadas de Licitação. 2002. .
291. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Gestão de Contratos Administrativos. 2002. .
292. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração e Análise de Editais. 2002. .
293. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2002. .
294. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações e Contratos Administrativos. 2002. .
295. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração e Análise de Editais. 2002. .
296. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Registro Cadastral e Documentos de Habilitação. 2002. .
297. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Técnicas de Elaboração de Editais. 2002. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Jurídica).
298. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações na prática. 1998. .
299. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações na prática Leis nº 8666/93 e nº 8883/84. 1997. .
300. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitações na Prática Leis nº 8666/93 e nº 8883/94. 1997. .

Patentes e registros

Patente

A Confirmação do status de um pedido de patentes poderá ser solicitada à Diretoria de Patentes (DIRPA) por meio de uma Certidão de atos relativos aos processos

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Elementos de Direito Administrativo. 2001, Brasil.
Patente: Outro. Número do registro: 274.578, título: "Elementos de Direito Administrativo" . Concessão: 27/11/2002

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Adriana Ramos Dos Santos. Eficiência no processo licitatório: proposta de instrumentos de auxílio ao controle interno na instrução de licitações. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas) - Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Antonio Carlos Mingrone. Eficiência no processo licitatório: proposta de instrumentos de auxílio ao controle interno na instrução de licitações. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas) - Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Edson Luis Batista. Eficiência no processo licitatório: proposta de instrumentos de auxílio ao controle interno na instrução de licitações. 2018. Monografia

(Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas) - Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.

4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Nájela Cristina Pedro Targhetta. Eficiência no processo licitatório: proposta de instrumentos de auxílio ao controle interno na instrução de licitações. 2018. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Gestão e Controle Externo das Contas Públicas) - Escola de Contas do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.
5. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Paulo de Tarso Augusto Junior. Licitação Internacional: Aplicabilidade Efetiva Na Polícia Militar Do Estado De São Paulo. 2009. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em Curso de aperfeiçoamento de Oficiais I) - Polícia Militar do Estado de São Paulo.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Eduino Orione Borges. O processo licitatório da lei nº 13.303/2016 ? Lei das estatais. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho;** GROTTI, D. A. M.. Participação em banca de Victor Silveira Martins. Atividade Econômica Do Estado - Licitações nas Empresas Estatais Exploradoras de Atividade Econômica à Luz da Concorrência. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho;** POZO, A. N. D.. Participação em banca de Victor Alexandre El Khoury Marcondes Pereira. Acordo De Leniência Na Lei Anticorrupção (Lei N. 12.846/2013). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
4. **STROPPIA, Christianne de Carvalho;** POZO, A. N. D.. Participação em banca de Bibiana Helena Freitas Camargo. O impacto da Lei da Ficha Limpa no Controle Externo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
5. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Isabela De Fátima Lhano. A Excessão Do Contrato Não Cumprido Pela Administração. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
6. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Sueli Lefort. Responsabilidade Do Estado Para Com Os Recém-Nascidos De Mães Usuárias De Drogas Ilícitas. 2011 - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
7. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Franciano Fabricio de Araujo. Eutanásia ? Quando A Morte É Um Passaporte Para A Liberdade. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
8. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Juliana Dos Santos Melo. Concessão De Uso Especial Para Fins De Moradia. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
9. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Paola Piva Lorca. Projeto De Lei Complementar Nº 92/2007 E As Organizações Sociais - A Hipertrofia Da Administração Pública Indireta. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.
10. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Marcelo Geraldo da Silva. Licitações - Pregão. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
11. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Lucila De Almeida Magalhães Lobo. O Regime Democrático Nas Relações De Poder: Legalidade, Legitimidade E O Mercado Político. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
12. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de João Batista De Almeida Sobrinho. Parcerias Público-Privadas: Aspectos Históricos, Doutrinários E Políticos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
13. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Nivia Cristina Fonseca. Direito Eleitoral. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
14. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Oswaldo Turina Junior. Controle de Constitucionalidade. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
15. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Vania Bernadete Maschi. Processo Legislativo. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul.
16. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Ronaldo Rapini Barbosa. Lei De Improbidade Administrativa: Dos Atos Que atentam Contra Os Princípios Da Administração Pública. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
17. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Daniel Dias Peres. A Modalidade De Licitação Pregão. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
18. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Daniele Garavello Martinez. Responsabilidade Objetiva do Estado. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
19. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Carlos Eduardo Donadelli Grechi. O Equilíbrio Econômico-Financeiro Dos Contratos Administrativos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
20. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Lílian Cristina Zocaratto. O Poder De Polícia Das Comissões De Especialistas Do MEC. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
21. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Participação em banca de Marcos Antônio da Silva. Concurso Público: Aspectos Jurídicos. 2003. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Municipal de São Caetano do Sul.
22. **STROPPIA, Christianne de Carvalho;** BITTAR, Marcelo Buczek; SANTOS, Aloísio dos. Participação em banca de Fernando. Agência Nacional de Saúde Suplementar. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Cidade de São Paulo.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Outras participações

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Comissão do Concurso de Artigos Jurídicos Prêmio ?Sergio de Andréa Ferreira, no XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2017. INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Licitação Internacional: Aplicabilidade Efetiva Na Polícia Militar Do Estado De São Paulo. 2009. Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores.
3. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Julgamento de uma Concorrência Pública. 2000. Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. 10º Encontro do Webinar: Adesão do Brasil ao GPA/OMC: Compras Governamentais e Reforma das Licitações. Debatedora - Reforma do sistema brasileiro de licitações e compras governamentais. 2020. (Encontro).
2. CURSO 1º SEMINÁRIO VIRTUAL 3R CAPACITA: DIÁLOGOS EM LOGÍSTICA PÚBLICA NO COMBATE À PANDEMIA, promovido na modalidade à distância pela 3R Capacita. 2020. (Seminário).
3. CURSO 2º SEMINÁRIO VIRTUAL 3R CAPACITA: INTEGRIDADE NO SETOR PÚBLICO ? A CONFIANÇA COMO BEM PÚBLICO NACIONAL. 2020. (Seminário).
4. CURSO COMPLETO ? CONTRATAÇÕES PÚBLICAS EM TEMPOS DO CORONAVÍRUS, promovido na modalidade à distância por Ronny Charles Lopes de Torres. 2020. (Outra).
5. CURSO COMPLETO ? LEI DO CORONAVÍRUS (LEI 13.979/20), promovido na modalidade à distância pela CP Iuris. 2020. (Outra).
6. Desafios do direito público econômico no Brasil, proferida pelo Prof. Carlos Ari Sundfeld, transmitida pelo YOUTUBE, promovida pelo curso de Pós-Graduação em Direito Econômico e Regulatório do Instituto de Direito da PUC-Rio. 2020. (Outra).
7. Direito administrativo sancionador ? processo administrativo sancionador dos órgãos reguladores palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Seminário).
8. Direito em pauta: direito administrativo e o desafio dos princípios da lndb (ONLINE), promovido pelo IDP ? Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. 2020. (Outra).
9. FACILITIES, promovido ONLINE pela InfraFM Centro-Oeste. 2020. (Outra).
10. I Congresso de Estudos em direito das licitações e contratos públicos. Estudos em direito das licitações e contratos públicos. 2020. (Congresso).
11. I Congresso Digital COVID-19 ? repercussões jurídicas e sociais da pandemia. COVID-19 ? repercussões jurídicas e sociais da pandemia. 2020. (Congresso).
12. III Conferência dos Procuradores do Estado de Rondônia (ONLINE) - Administração pública em tempos de crise. 2020. (Simpósio).
13. Lei complementar 173: impactos nos municípios, promovido ONLINE pelo Curso de Especialização em Direito Municipal da FDRP-USP. 2020. (Outra).
14. Live - Conexão portal 14 - Solução de impasses no pregão: a visão delas Portal de Compras Públicas. Solução de impasses no pregão: a visão delas. 2020. (Outra).
15. Live - Estimativa de preços - IN73: repercussão no pregão. 2020. (Outra).
16. Live - IN 73/2020, promovido pela Negócios Públicos. 2020. (Outra).
17. O coronavírus e as obras públicas (ONLINE), promovido pela empresa Con Treinamentos. 2020. (Outra).
18. Palestra: Prestação de contas ? nova regulamentação da IN ? TCU 84/2020 (ONLINE), promovida pela Escola Superior do TCU. 2020. (Outra).
19. Palestra (ONLINE) - Licitação sustentável promovida pela Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo. 2020. (Outra).
20. Palestra - Direito administrativo sancionador ? desafios e perspectivas no direito administrativo sancionador palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Outra).
21. Palestra ONLINE (Instagram) promovida pelo IADA ? Instituto Amazonense de Direito Administrativo.- Os tribunais de contas e o controle da legitimidade dos atos administrativos. 2020. (Outra).
22. Palestra ONLINE (Instagram) promovida pelo escritório Pironti Advogados. A importância da igualdade de gênero nos eventos e participações institucionais. 2020. (Outra).
23. Palestra ONLINE (Instagram) promovida pelo IDAMS ? Instituto de Direito Administrativo do Mato Grosso do Sul.- As novidades do pregão eletrônico ? decreto federal nº 10.024/2019. 2020. (Outra).
24. Palestra ONLINE em Comemoração aos 18 anos da modalidade de licitação pregão ? Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2020. A modalidade pregão na lei das estatais. 2020. (Outra).
25. Palestra ONLINE Promovida Pela Universidade Municipal De São Caetano Do Sul ? USCS. Contratações Públicas E A Covid-19. 2020. (Outra).
26. Palestra ONLINE promovida pelo Núcleo Discente de Direito Administrativo ? NUDDA da Universidade Federal do Paraná - UFPR. A atuação do controle externo em meio à pandemia. 2020. (Outra).
27. Palestra ONLINE promovida pelo Portal Licitações Municipais. Prerrogativas das MPEs nas licitações públicas. 2020. (Outra).

28. Palestra ONLINE - Requisições administrativas durante a pandemia promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU/MG. 2020. (Outra).
29. Palestra promovida pela empresa Conceito.A Visão Do Tribunal De Contas Sobre A Nova Lei De Licitações. 2020. (Outra).
30. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Contratações públicas e o coronavírus. 2020. (Seminário).
31. Reequilíbrio econômico-financeiro: desafios e perspectivas palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Outra).
32. Simpósio: aspectos controversos da declaração de direitos de liberdade econômica ? MP 881/2019, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales. 2020. (Simpósio).
33. Teoria da imprevisão nos contratos administrativos palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU. 2020. (Outra).
34. Terceirização e responsabilidade dos agentes públicos em tempos de pandemia palestra transmitida pelo YOUTUBE, promovida pela Escola da Advocacia-Geral da União ? AGU da 3ª Região. 2020. (Outra).
35. V Congresso de Arbitragem, Mediação e dispute boards em infraestrutura. Congresso de Arbitragem, Mediação e dispute boards em infraestrutura. 2020. (Congresso).
36. Webinar: A experiência do decreto 10.024/2019 e os desafios do pregão eletrônico, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
37. Webinar: As Inovações Trazidas Pela Lei Nº 13.303/2016 ? Lei De Responsabilidade Das Empresas Estatais - (Profa. Renila Lacerda Bragagnoli).Webinar: As Inovações Trazidas Pela Lei Nº 13.303/2016 ? Lei De Responsabilidade Das Empresas Estatais. 2020. (Seminário).
38. Webinar: como elaborar um termo de referência com excelência, promovido pela Multiplica Conhecimento. 2020. (Outra).
39. Webinar: governança e planejamento nas contratações públicas, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
40. Webinar: o controle das contratações públicas em tempos de pandemia, promovido pelo Portal L&C.Debatedora - o controle das contratações públicas em tempos de pandemia. 2020. (Seminário).
41. Webinar: O Regime Diferenciado De Contratações Públicas ? RDC.Organizadora. 2020. (Seminário).
42. Webinar: pesquisa de preços nas contratações públicas, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
43. Webinar: Planilha de custos de serviços terceirizados, promovido pelo Portal L&C. 2020. (Seminário).
44. Webinário Letaci : Regulação Do Setor De Saneamento Básico Em Tempos De COVID-19, promovido pelo Laboratório de Estudos Institucionais ? LETACI, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Direito da UFRJ. 2020. (Seminário).
45. Webpalestra - Um diálogo sobre direito administrativo ? a consensualidade e o direito administrativo sancionados: reflexões sobre o pragmatismo e o consequencialíssimo na aplicação das sanções administrativas- IADA.Um diálogo sobre direito administrativo ? a consensualidade e o direito administrativo sancionados: reflexões sobre o pragmatismo e o consequencialíssimo na aplicação das sanções administrativas. 2020. (Outra).
46. Webseminário ? Contratos Administrativos De Terceirização.Debatedora Contratos Administrativos De Terceirização , promovido pela ESA OAB-RJ ? Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil, Seção Rio de Janeiro. 2020. (Seminário).
47. Webseminário ? Regime Emergencial Covid De Contratações Públicas: O PL 2139/20 Do Senado Federal.Debatedora - Regime Emergencial Covid De Contratações Públicas: O PI 2139/20 Do Senado Federal?, promovido pelo Grupo de Estudos ? O Direito em Tempos de Covid-19, do IDP ? Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa. 2020. (Seminário).
48. Café com Mediação.A Consensualidade Na Administração Pública Como Instrumento De Economia E Eficiência E A Importância Dos Órgãos De Controle. 2019. (Encontro).
49. Compreendendo Os Dispute Boards.Mediadora. 2019. (Outra).
50. Conferência: Sistema De Controle Externo No Estado Democrático De Direito?, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales. 2019. (Simpósio).
51. Desafio Da Política De Integridade Nas Empresas Públicas.Mediadora. 2019. (Outra).
52. I Jornada De Direito Administrativo.Professora Especialista - Comissão 1 ? Regime Jurídico Administrativo, realizada pelo Centro de Estudos Judiciários do Conselho da Justiça Federal. 2019. (Outra).
53. Palestra no Curso Planejamento na Gestão da Saúde Pública, pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2019. (Outra).
54. Palestra promovida no Curso Planejamento na Gestão da Saúde Pública.O direito administrativo sancionador no âmbito do controle interno e externo. 2019. (Outra).
55. Palestra promovida para a empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.Fórum Discussão De Licitações. 2019. (Outra).
56. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2019. (Outra).
57. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.A nova lei de licitações ? PL Nº 1.292/1995. 2019. (Outra).
58. Palestra promovida pela Prefeitura Municipal de São Caetano do Sul.PAINEL ? Nova Lei De Licitações. 2019. (Outra).
59. Palestra promovida por RHS Licitações, para a empresa Roche Diagnóstica Brasil.Licitações Públicas ? Novidades (Lei Anti Trust). 2019. (Outra).
60. Seminário: Boas Práticas De Auditoria Dos Tribunais De Contas Do Brasil ? Análise De Dados: A Inteligência Artificial A Favor Dos Tribunais De Contas. 2019. (Seminário).
61. Seminário IASP e ABRADADE.Presidente de Mesa - O processo administrativo e a participação do administrado na formação das decisões administrativas. 2019. (Seminário).
62. XVII Semana Jurídica ? TCESP.Possível alterações na lei de licitações. 2019. (Outra).
63. XXXIII Congresso brasileiro de direito administrativo - IBDA. Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos 02. 2019. (Congresso).
64. Curso internacional: estruturação, implementação e gestão de projetos de infraestrutura, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales. 2018. (Outra).
65. Debate promovido por RHS Licitações, para a SABESP ? Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo.Debatedora - Discussão Sobre Dúvidas Acerca Da Lei Das Estatais. 2018. (Outra).
- 66.

- I Conferência Internacional Sobre Gestão Pública E Mobilidade.Painel 1: Gestão Pública: ética e competência para o desenvolvimento das cidades. 2018. (Seminário).
67. I Conferência Internacional Sobre Gestão Pública E Mobilidade.palestrante, promovido pela Escola Pública de Trânsito ? EPT do Departamento Estadual de Trânsito do Estado de São Paulo. 2018. (Seminário).
68. Oficina Sobre a Lei 13.655/18.Lei 13.655/18. 2018. (Oficina).
69. Palestra promovida na Universidade Municipal de São Caetano do Sul - USCS.A Importância Do Compliance Na Contratação Das MPes. 2018. (Outra).
70. Palestra promovida para a empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.Pregão, Contratos, Lei Anticorrupção E Novidades. 2018. (Outra).
71. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2018. (Outra).
72. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Compatibilização Das Políticas Públicas Na Licitação. 2018. (Outra).
73. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2018. (Outra).
74. Seminário Boas Práticas Na Gestão De Parceria Com O Terceiro Setor Na Saúde (YOUTUBE), promovido na modalidade à distância pelo Instituto Serzedello Correa ? Escola Superior do Tribunal de Contas da União.Seminário Boas Práticas Na Gestão De Parceria Com O Terceiro Setor Na Saúde (YOUTUBE). 2018. (Seminário).
75. Seminário - Diálogo público discussão do projeto de lei nº 7448/2017 ? altera a lei de introdução às normas do direito brasileiro e inui disposições sobre segurança e eficiência na criação e na aplicação do direito público. 2018. (Seminário).
76. Seminário Impacto Da Lei 13.655/18, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales.Seminário Impacto Da Lei 13.655/18. 2018. (Seminário).
77. Seminário internacional: 30 anos da Constituição de 1988?, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales. 2018. (Seminário).
78. Workshop - Cidades inteligentes: conceito e repercussões.Workshop - Cidades inteligentes: conceito e repercussões. 2018. (Outra).
79. XXXII Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. Membro da Comissão da Sessão de Teses e Comunicados Científicos I. 2018. (Congresso).
80. Conferências em Direito Público em Homenagem à Professora Dra. Maria Garcia: Questões Contemporâneas em Direito Constitucional e em Direito Administrativo. 2017. (Outra).
81. Conferência sobre governança e planejamento estratégico em tribunais de contas. 2017. (Outra).
82. Curso para gestores públicos em parceiras público-privadas e concessões. 2017. (Outra).
83. II Ciclo de Palestras - Tribunal de Contas do Município de São Paulo e a APDA ? Associação Paulista de Direito Administrativo.A lei das estatais (lei federal nº 13.303/2016) e o controle: o que muda na atuação e no controle das empresas estatais. 2017. (Outra).
84. I Seminário de Direito Administrativo.Contratações públicas em tempos de incerteza: inovações legislativas e segurança jurídica. 2017. (Seminário).
85. Palestra IASP ? Instituto dos Advogados de São Paulo, Grupo Público da FGV Direito ? SP e SBDP ? Sociedade Brasileira de Direito Público.Direito administrativo e política na prevenção da corrupção. 2017. (Outra).
86. Palestra para Eurofarma.Direito Financeiro E Regras Sobre Micros E Pequenas Empresas. 2017. (Outra).
87. Palestra promovida para a empresa Abbott Laboratórios do Brasil Ltda.Licitação, Pregão e Lei das Estatais. 2017. (Outra).
88. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.A Fase Interna Do Processo Licitatório No Regime Diferenciado De Contratações Públicas: Novidades. 2017. (Outra).
89. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Outra).
90. Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo - Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde.Abordagem Normativa Das Parcerias Em Saúde. 2017. (Outra).
91. Simpósio de direito administrativo em homenagem ao professor dr. Márcio Cammarosano. 2017. (Simpósio).
92. XXXI CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO,. Membro da Comissão de Concursos de artigos Jurídicos. 2017. (Congresso).
93. Ciclo De Palestras O Novo CPC e o Processo Administrativo Perante Os Tribunais De Contas, Promovido Pelo Tribunal De Contas Do Município De São Paulo E A APDA ? Associação Paulista De Direito Administrativo. 2016. (Outra).
94. Componente de equipe técnica contratada pela Agência Nacional de Transportes Terrestres ? ANTT (Contrato nº 037/2010). atuando especificamente nas Etapas II e III, respectivamente, ?Compilação e Análise das Legislações do Transporte Rodoviário Internacional de Passageiros? e ?Proposta do Regime e dos Atributos da Delegação dos Serviços de Transporte Rodoviário Intern. 2016. (Congresso).
95. Debate sobre o Projeto De Lei Do Senado Nº 559/2013.Debatedor no Debate sobre o ?Projeto De Lei Do Senado Nº 559/2013?, a fim de debater e propor sugestões, promovido pela Comissão de Estudos da Lei de Licitações, instituída pelo Instituto dos Advogados de São Paulo - IASP. 2016. (Outra).
96. Lei Das Estatais ? Lei Nº 13.303/2016, Conferência promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Lei Das Estatais ? Lei Nº 13.303/2016. 2016. (Outra).
97. Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato.Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato. 2016. (Seminário).
98. Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato.Novos Desafios ? Compliance, Lei Da Empresa Limpa E Novas Regras Da Cgu / Papel Do Tcu / Concorrência, Novos

- Controles E Cade / Direito Financeiro: As Regras Sobre Pagamentos Da Administração Pública / Gestão Ativa Do Contrato. 2016. (Outra).
- 99.** Palestra - Novo Estatuto Das Empresas Estatais E Sociedade De Propósito Específico Nas Licitações E Contratos Administrativos, Palestras Proferidas Na XIV Semana Jurídica ? TCESP, promovida Pelo Tribunal De Contas Do Estado De São Paulo. 2016. (Outra).
- 100.** Palestra Novo Sistema De Jurisprudência Do TCMSP, Promovida Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Outra).
- 101.** Palestra O Papel Estratégico Da Comunicação Social No Controle Externo, Promovida Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Outra).
- 102.** Palestra promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Abordagem normativa das parcerias em Saúde. 2016. (Outra).
- 103.** Seminário 'Revisão do marco legal de licitações e contratações públicas no Brasil', pela APDA - Associação Paulista de Direito Administrativo e pelo IASP ? Instituto dos Advogados de São Paulo.A Revisão Na Legislação De Licitações E Contratações Públicas: O Projeto De Lei Do Senado Nº 559/2013. 2016. (Seminário).
- 104.** Seminário A Constitucionalização Do Direito Administrativo E Seu Reflexo Nas Licitações E Contratos Administrativos, promovido Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo,. 2016. (Seminário).
- 105.** Seminário A Nova Lei De Responsabilidade Das Estatais, promovido Pela Elo Consultoria Empresarial E Produção De Eventos. 2016. (Seminário).
- 106.** Seminário Concessão E Parcerias Público-Privadas, promovido Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Seminário).
- 107.** Seminário O Novo CPC e o Processo Administrativo, Promovido Pelo IASP ? Instituto Dos Advogados De São Paulo E A APDA ? Associação Paulista De Direito Administrativo. 2016. (Seminário).
- 108.** Seminário Securitização De Dívida Ativa, promovido pela Inova Seminários. 2016. (Seminário).
- 109.** Workshop Lei Anticorrupção 'Regras Para O Setor Público E Privado', Promovido Pela Escola Superior De Gestão E Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales Do Tribunal De Contas Do Município De São Paulo. 2016. (Outra).
- 110.** XXX Congresso Brasileiro De Direito Administrativo - promovido pelo Instituto Brasileiro de Direito Administrativo ? IBDA. 2016. (Congresso).
- 111.** 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras. Boas práticas em Licitação. 2015. (Congresso).
- 112.** 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras - Prefeitura de Catanduva.Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).
- 113.** 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras - Prefeitura Municipal de Curitiba e Centro de Hematologia e Hemoterapia do Paraná - HEMEPAR.Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).
- 114.** 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras - UNICAMP.Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).
- 115.** 3º Ecossistema Público - Boas Práticas de Compras - Universidade Estadual de Londrina - UEL.Boas Práticas em Licitação. 2015. (Seminário).
- 116.** 42º Congresso Brasileiro de Análises Clínicas - SBAC. Boas práticas em Licitação. 2015. (Congresso).
- 117.** IV Congresso Paulista De Direito Administrativo: Controle, Infração E Sanção No Direito Administrativo - Homenagem Ao Professor Geraldo Ataliba. Controle das Parcerias na Administração Pública ? Oss e OSCIPs. 2015. (Congresso).
- 118.** Licitações e Contratos - Conferência promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.Licitações e Contratos. 2015. (Seminário).
- 119.** RDC - Regime Diferenciado de Contratação Aplicado ao Município de São Paulo - conferência promovida pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípides Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo.RDC - Regime Diferenciado de Contratação Aplicado ao Município de São Paulo. 2015. (Seminário).
- 120.** Seminário - Contratos de Gestão de Saúde: Visão Atual e Perspectivas.Debatedor - Aspectos Jurídicos dos Contratos de Gestão ? Legislação Vigente. 2015. (Seminário).
- 121.** Aspectos Relevantes sobre o RDC.Aspectos Relevantes sobre o RDC. 2014. (Outra).
- 122.** Palestrante - Debates Sobre O Projeto De Lei 559/2013, DE Licitações E Contratos Administrativos Do Senado Federal ? 5ª Parte.Debates Sobre O Projeto De Lei 559/2013, DE Licitações E Contratos Administrativos Do Senado Federal ? 5ª Parte. 2014. (Outra).
- 123.** Temas Relevantes sobre o PLS 559/20113, para o Grupo CCR.Temas Relevantes sobre o PLS 559/20113. 2014. (Seminário).
- 124.** Temas Relevantes sobre o RDC, para o Grupo CCR.Temas Relevantes sobre o RDC. 2014. (Seminário).
- 125.** 2º Congresso Paulista De Direito Administrativo: Infraestrutura E Desenvolvimento Nacional. Mediadora - Parcerias público-privadas (PPPs). 2013. (Congresso).
- 126.** 2º Congresso Paulista De Direito Administrativo: Infraestrutura E Desenvolvimento Nacional. Debatedor - Regime diferenciado de contratações públicas (RDC). 2013. (Congresso).
- 127.** O RDC (Regime Diferenciado De Contratações Públicas).LICITAÇÃO ? INTRODUÇÃO ATÉ O INSTITUTO DO RDC. 2013. (Outra).
- 128.** XIX Seminário de Atualização de Normas e Controle Externo.SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS. 2013. (Seminário).
- 129.** XXVII Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. 2013. (Congresso).
- 130.** Fase Interna Da Licitação.FASE INTERNA DA LICITAÇÃO. 2012. (Outra).
- 131.** Jornada de Direito Administrativo.PROCEDIMENTO LICITATÓRIO NO RDC. 2012. (Outra).
- 132.** Pregão Eletrônico.Pregão Eletrônico. 2012. (Outra).
- 133.** Sistema De Registro De Preços, MPE?S, Inexigibilidade E Concorrência Internacional.Sistema De Registro De Preços, MPE?S, Inexigibilidade E Concorrência Internacional. 2012. (Encontro).
- 134.** XII Seminário Internacional De Compras Governamentais.RDC Como Garantir A Participação Dos Pequenos Negócios. 2012. (Seminário).
- 135.** IV Fomenta Nacional 2011.O RDC é Um Bom Referencial Para Um Novo Código De Licitações?. 2011. (Outra).
- 136.** Jornada De Estudos - NDJ, Regime Diferenciado De Contratações. 2011. (Outra).
- 137.** Licitações, Pregão, MPE?S E Inovações.Licitações, Pregão, MPE?S E Inovações. 2011. (Encontro).
- 138.** Regime Diferenciado De Contratações. 2011. (Outra).
- 139.** Seminário promovido pelo IASP ? Instituto dos Advogados de São Paulo e a APDA ? Associação Paulista de Direito Administrativo.Presidente da Mesa - O Novo Marco Legal Das Empresas Estatais: O Que Muda Com A Lei Federal Nº

- 13.303/2016. 2011. (Seminário).
140. XXV Congresso Brasileiro De Direito Administrativo. 2011. (Congresso).
141. 10º Fórum de Debates Sobre as Compras Governamentais & 1ª Mostra de Produtos Sustentáveis.LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL. 2010. (Outra).
142. Congresso Internacional De Contratações Públicas Sustentáveis. 2010. (Congresso).
143. LICITAÇÕES, PREGÃO E MPE?S.LICITAÇÕES, PREGÃO E MPE?S. 2010. (Encontro).
144. Sanções Administrativas.Sanções Administrativas. 2010. (Encontro).
145. Curso de Atualização em Direito Administrativo.Sistema de Registro de Preços. 2009. (Outra).
146. Curso de Licitação Sustentável. 2009. (Seminário).
147. V Simpósio Regional de Licitações, Contratos e Controle dos Atos Administrativos.Dispensa e Inexigibilidade de Licitação. 2009. (Simpósio).
148. Fomenta - Encontro de Oportunidades Para Micro e Pequenas Empresas nas Compras Governamentais.Temas Polêmicos e Estratégias em Licitações. 2008. (Encontro).
149. Participação Das Micro E Pequenas Empresas (MPE?s) Nas Licitações.Participação Das Micro E Pequenas Empresas (MPE?s) Nas Licitações. 2008. (Encontro).
150. Participação das Micro e Pequenas Empresas (MPE's) nas Licitações.Participação das Micro e Pequenas Empresas (MPE's) nas Licitações. 2008. (Outra).
151. Licitações e Contratos Administrativos.Licitações e Contratos Administrativos. 2007. (Outra).
152. Seminário Nacional de Direito Público.Aspectos Controvertidos do Mandado de Segurança. 2007. (Seminário).
153. 7º Seminário Internacional de Compras Governamentais.Capacitação dos Multiplicadores do Governo Federal Para Inclusão das MPE's no Uso do Poder de Compras. 2006. (Seminário).
154. Curso Anual de Direito Administrativo. 2005. (Seminário).
155. Congresso Brasileiro de Direito Público. 2003. (Congresso).
156. III Congresso Brasileiro de Direito do Estado. 2003. (Congresso).
157. V Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2003. (Simpósio).
158. IV Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2002. (Simpósio).
159. II Congresso Brasileiro de Direito Público. 2001. (Congresso).
160. III Simpósio Nacional de Direito Constitucional. 2001. (Simpósio).
161. XV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2001. (Congresso).
162. I Congresso Brasileiro de Direito Público. 2000. (Congresso).
163. XIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2000. (Congresso).
164. As Transformações Recentes do Direito Administrativo. 1999. (Seminário).
165. III Congresso Sul-Americano de Direito Administrativo. 1999. (Congresso).
166. A Emenda Constitucional da Reforma Administrativa. 1998. (Seminário).
167. A Emenda Constitucional da Reforma Administrativa. 1998. (Seminário).
168. A Nova Organização Administrativa. 1998. (Seminário).
169. I Congresso da Associação de Direito Público do Mercosul e II Jornadas de Direito Administrativo nos Países do Mercosul. 1998. (Congresso).
170. Nova Lei Ambiental. 1998. (Seminário).
171. Comissão de Licitação - Tudo que os membros devem saber. 1996. (Seminário).
172. Atualização em Licitações. 1995. (Seminário).
173. Servidores Públicos e Reforma Constitucional. 1995. (Seminário).
174. A Nova Lei de Licitações. 1994. (Seminário).
175. VIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 1994. (Congresso).
176. III Congresso Internacional de Direito Administrativo. 1993. (Congresso).
177. O Novo Estatuto das Licitações. 1993. (Seminário).
178. Perspectivas do Direito para o Terceiro Milênio. 1993. (Simpósio).
179. Simpósio de Licitações e Contratos Administrativos. 1993. (Simpósio).
180. XIV Congresso Brasileiro de Direito Constitucional. 1993. (Congresso).
181. Contratos Administrativos. 1992. (Simpósio).
182. Encontro Nacional de Valorização da Advocacia Pública. 1992. (Encontro).
183. Licitações. 1992. (Simpósio).
184. Treinamento, Prática das Licitações e Casuísmo. 1992. (Simpósio).
185. Direito Administrativo. 1991. (Seminário).
186. O Processo Penal na Nova Constituição Federal. 1991. (Seminário).
187. Servidores Públicos e o Regime Único. 1991. (Seminário).
188. Temas de Direito Constitucional. 1991. (Seminário).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Webinar: As Inovações Trazidas Pela Lei Nº 13.303/2016 ? Lei De Responsabilidade Das Empresas Estatais - (Profa. Renila Lacerda Bragagnoli). 2020. (Outro).
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Webinar: O Regime Diferenciado De Contratações Públicas ? RDC. 2020. (Outro).

Orientações

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Jennifer Gonzales Lopes. Lei de Responsabilidade Fiscal e sua aplicação. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
2. Frank Adriane G de Assis. Validade do Ato Administrativo. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
3. Eduardo Lins Zorzi. Infrações de Trânsito. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
4. Marcelo Geraldo da Silva. Licitações. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
5. Adriane da Silva Martins. Participação Popular na Administração Pública. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
6. João Batista de A Sobrinho. PPPs. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
7. Carlos Eduardo N Montresol. Os meios de utilização de bens públicos pelos administrados. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).
8. Elton E Fernandes. PPPs. Início: 2005. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. Paulo de Tarso Augusto Junior. LICITAÇÃO INTERNACIONAL: APLICABILIDADE EFETIVA NA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DE SÃO PAULO. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Centro de Aperfeiçoamento e Estudos Superiores. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
2. Jorge Alberto Pupin. Processo Administrativo Disciplinar - Questionamento sobre o princípio da atipicidade. 2004. 83 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
3. Ana Luiza Lazzarini. Estágio Probatório. 2004. 82 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Administrativo) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Mariana Aquino Neves Coelho Silva. Os Limites Do Exercício Do Poder De Polícia Nas Atribuições Da Polícia Militar Do Estado De São Paulo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
2. Karina Claudia Sodrê De Aquino. Controle Judicial Dos Atos Administrativos Praticados No Exercício De Competência Discricionária: Limites E Possibilidades. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
3. Aline Emi Akiyoshi. Implicações da Lei de Responsabilidade Fiscal na Lei de Licitações. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
4. Bibiana Helena Freitas Camargo. O impacto da Lei da Ficha Limpa no Controle Externo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
5. Daniela Hidemi Bando. O Poder de Polícia do Banco Central no Controle de Divisas e do Câmbio. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
6. Juliana Marinho de Andrade. Título do trabalho Política Nacional de Resíduos Sólidos e a Responsabilidade Pós-Consumo. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
7. Raphael Bittar Arruda. A inconstitucionalidade da Lei Anticorrupção: A responsabilização objetiva das pessoas jurídicas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
8. Sarah Ladeira Lucas. A Inaplicabilidade Dos Limites De Modificação Contratual Previstos Na Lei Federal N.º 8.666/93 Aos Contratos De Concessão Comum. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
9. Stephanie Pereira Ribeiro. Título do trabalho A Prestação De Serviços Públicos À Luz Do Princípio Da Dignidade Da Pessoa Humana. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
10. Thalissa Nayara de Lima Terçariol. Título do trabalho Agências reguladoras e os limites do poder regulamentar: o exemplo da ANCINE. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
11. Victor Alexandre El Khoury Marcondes Pereira. Acordo De Leniência Na Lei Anticorrupção (Lei N. 12.846/2013). 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
12. Victor Silveira Martins. Título do trabalho Atividade Econômica Do Estado - Licitações nas Empresas Estatais Exploradoras de Atividade Econômica à Luz da Concorrência. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
13. Tatiana F. Mendes. Consórcios Públicos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
14. Felipe Akio De Souza Hirata. Súmula Vinculante Nº 13 ? Nepotismo Cruzado. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

15. Mariana Salinas Serrano. Inaplicabilidade Do Instituto Do Perdão Tácito Aos Empregados Da Administração Pública?, 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
16. Caio Teixeira de Carvalho. ALCANCE DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR ÀS RELAÇÕES DE CONSUMO EM QUE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA FIGURA COMO CONSUMIDORA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
17. Eduardo Pimenta de Melo. INTERVENÇÃO DO ESTADO NA ECONOMIA COMO FUNÇÃO ADMINISTRATIVA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
18. Fernando Mollica Bedaque. ZONEAMENTO ECOLÓGICO-ECONÔMICO: INSTRUMENTO JURÍDICO E POLÍTICO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
19. Joel Vilhete D'alva Teixeira. RESPONSABILIDADE DA ADMINISTRAÇÃO NOS CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
20. Luiza Andrade Correa. ANÁLISE DE CONSTITUCIONALIDADE DA LEI 11.079/2004 (LEI DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS). 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
21. Mariana Landini Dias de Lima Carvalho. RESPONSABILIDADE EXTRA CONTRATUAL DO ESTADO NAS CONCESSÕES DE SERVIÇO PÚBLICO. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
22. Marina Negro Capeto. FINANCIAMENTO DE PROJETOS NO ÂMBITO DAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
23. Paula Maria Vieira Coelho. SERVIÇOS PÚBLICOS. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
24. Pedro Ivo Vieira Silva. A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO COMO VERDADEIROS AXIOMA DO ORDENAMENTO JURÍDICO PÁTRIO. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
25. Raphael Molina. AS INOVAÇÕES EM DIREITO ADMINISTRATIVO NA UNIÃO EUROPÉIA E O QUE PODE SER TRAZIDO AO BRASIL. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
26. Robson Ramos da Silva. O TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MPE'S E A SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO ? UMA FORMA DE ISONOMIA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
27. Tarsila Martinho Antunes de Carvalho. AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
28. Thiago Maprelian. DESAPROPRIAÇÃO E DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA, UMA LEITURA CONSTITUCIONAL. 2009. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
29. Paola Piva Lorca. PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR Nº 92/2007 E AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS ? A Hipertrofia da Administração Pública Indireta. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
30. Vanessa Emi Yamane. O DIREITO DE GREVE DO SERVIDOR PÚBLICO SOB A LUZ CONSTITUCIONAL. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
31. Lucila de Almeida Magalhães Lobo. O REGIME DEMOCRÁTICO NAS RELAÇÕES DE PODER: LEGALIDADE, LEGITIMIDADE E O MERCADO POLÍTICO. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
32. Olivio Albino Cantao. IMISSÃO NA POSSE DOS IMÓVEIS DESAPROPRIADOS PARA FINS DE UTILIDADE PÚBLICA. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
33. Maria Fernanda Politi Braha. A CONCESSÃO DE USO ESPECIAL DE BEM PÚBLICO E USUCAPIÃO DISFARÇADA. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
34. Ana Braga Nobre Correia. O DIREITO URBANÍSTICO E AS PESSOAS PORTADORAS DE DEFICIÊNCIA. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
35. Carolina Santo Pacini. A LICITAÇÃO E A PROPOSTA DO PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO PAC DE INVERSÃO DAS FASES DA LEI Nº 8666/93. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
36. Giovanna MAr Garcia Bello. AGÊNCIAS REGULADORAS - PRINCIPAIS INOVAÇÕES TRAZIDAS PELO PROJETO DE LEI Nº 333/04. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
37. Gabriel Turra Rizaffi. RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
38. Marcelo Geraldo da Silva. LICITAÇÕES - PREGÃO. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
39. Marcelo Ristow. DESVIO DE FINALIDADE EM LICITAÇÕES. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
- 40.

Luiz Ricardo Madeira Moreira Salata. SERVIDORES PÚBLICOS E EMPREGADOS E A IMPOSSIBILIDADE DA ESTABILIDADE AO OCUPANTE DE EMPREGO PÚBLICO CONTRATADO SOB A ÉGIDE DA CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS TRABALHISTAS. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

41. Anna Paula Nogueira. PERFIL CONSTITUCIONAL DO ARTIGO 8º DA LEI 11.079/04. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Faculdade de Direito Prof. Damásio de Jesus. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
42. João Batista de Almeida Sobrinho. Parcerias Público-Privadas: Aspectos Históricos, Doutrinários e Políticos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
43. Daniel Peres. A Licitação na Modalidade Pregão. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
44. Cássio Daniel Viana. O Sistema de Registro de Preços como alternativa para a Administração Pública. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
45. Juliana Grangeiro Pereira. Responsabilidade Extracontratual do Estado. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
46. Renato Gagliardi Sabo. Parcerias Público-Privadas. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
47. Ronaldo Rapini Barbosa. Improbidade Administrativa. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
48. Cintia Helena dos Santos. Desapropriação. 2005. 0 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
49. Cristiane dos Santos. Poder Normativo das Agências Reguladoras. 2004. 110 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
50. Marcos Antônio da Silva. Concurso Público - Aspectos Jurídicos. 2003. 126 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
51. Daniele Garavello Martinez. Responsabilidade Objetiva do Estado. 2003. 85 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
52. Carlos Eduzrdo Donadelli Grechi. O Equilíbrio Econômico-Financeiro dos Contratos Administrativos. 2003. 98 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.
53. Lilian Cristina Zocarato. O Poder de Polícia das Comissões de Especialistas do MEC. 2003. 279 f. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Municipal de São Caetano do Sul. Orientador: Christianne de Carvalho Stroppa.

Educação e Popularização de C & T

Cursos de curta duração ministrados

1. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Professor Conteudista de Direito Administrativo, Temas Fundamentais, Princípios Administrativos e Meios de Atuação. 2018. (Curso de curta duração ministrado/Outra).
2. **STROPPIA, Christianne de Carvalho.** Professor Leitor Crítico Do Tema 'Licitações E Responsabilidade Fiscal'. 2018. .



Cristiana Fortini

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/3123980301720047>

ID Lattes: **3123980301720047**

Última atualização do currículo em 07/03/2021

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995) e Doutorado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais (2003). Professora do Mestrado, Doutorado e Graduação da Faculdade de Direito da UFMG. Professora da Faculdade Milton Campos. Visiting Scholar na George Washington University. Professora Visitante na Universidade de Pisa. Vice Presidente do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Atualmente é representante MG do Instituto Brasileiro de Direito Sancionatório (IDASAN) e Diretora em Minas Gerais do Instituto Brasileiro de Estudos da Infraestrutura (IBEJI). Membro do corpo de árbitros/mediadores - Corpo de Mediadores e Árbitros do Centro Brasileiro de Litígios Econômicos. Diretora-editora da Rbep, Revista Brasileira de Estudos Políticos da Universidade Federal de Minas Gerais. Colunista do Conjur. Foi Presidente da Comissão de Parcerias Público Privadas da OAB/MG. Foi Presidente da Comissão de Direito Administrativo da OAB/MG. Foi Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo (IMDA) e Diretora do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo (IBDA). Foi Procuradora Geral Adjunta de Belo Horizonte. Foi Controladora Geral de Belo Horizonte.

(Texto informado pelo autor)

Identificação

Nome	Cristiana Fortini
Nome em citações bibliográficas	SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E; FORTINI, Cristiana; FORTINI, C.; Fortini, Cristiana Maria Pinto E. Silva; Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/3123980301720047
Orcid iD	 https://orcid.org/0000-0002-3618-2470

Endereço

Endereço Profissional	Carvalho Pereira Pires Fortini Rossi Sejas. Avenida do Contorno - 9155, 2 e 3º andares Prado 30110063 - Belo Horizonte, MG - Brasil - Caixa-postal: 30110063 Telefone: (31) 32995421

Formação acadêmica/titulação

2001 - 2003	Doutorado em Direito (Conceito CAPES 6). Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. Título: A Franquia na Administração Pública, Ano de obtenção: 2003. Orientador:  Vicente de Paula Mendes. Coorientador: Paulo Neves de Carvalho.
2019	Especialização em andamento em Mediação, Conciliação e Arbitragem. (Carga Horária: 360h). Instituto para o Desenvolvimento Democrático, IDDE, Brasil.
2019 - 2020	Especialização em Mediação, Conciliação e Arbitragem. (Carga Horária: 360h). Faculdades Padre Arnaldo Janssen, FPAJ, Brasil. Título: Mediação, Conciliação e Arbitragem.
1991 - 1995	Graduação em Direito. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

Pós-doutorado

2015 - 2015

Pós-Doutorado.
 George Washington University, GWU, Estados Unidos.
 Bolsista do(a): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, CAPES, Brasil.
 Grande área: Ciências Sociais Aplicadas
 Grande Área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.

Formação Complementar

2010 - 2010

Fundamentos em Parcerias Público-Privadas.
 Estruturadora Brasileira de Projetos, EBP, Brasil.

Atuação Profissional

George Washington University, GWU, Estados Unidos.

Vínculo institucional**2015 - Atual**

Vínculo: , Enquadramento Funcional:

Università di Salento, UNISALENTO, Itália.

Vínculo institucional**2012 - 2013**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Colaboradora

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, CNPq, Brasil.

Vínculo institucional**2011 - 2012**

Vínculo: Outro (especifique), Enquadramento Funcional: Estatutária

Ministério da Justiça, MJ, Brasil.

Vínculo institucional**2011 - 2012**

Vínculo: Outro (especifique), Enquadramento Funcional: Colaboradora

Ribeiro de Andrade Advogados, RAA, Brasil.

Vínculo institucional**1996 - 1997****Outras informações**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Advogada, Carga horária: 40
 Regime Integral

Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

Vínculo institucional**2017 - Atual**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Membro do Colegiado do Curso de Direito

Vínculo institucional**2016 - Atual**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Diretora-Editora da Rbep, Carga horária: 20

Vínculo institucional**2010 - Atual**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Professor Adjunto, Carga horária: 20

Vínculo institucional**1999 - 2000**

Vínculo: Contrato temporário, Enquadramento Funcional: Professor Substituto, Carga horária: 20

Atividades**08/2016 - Atual**

Direção e administração, Faculdade de Direito, .
 Cargo ou função

3/2012 - Atual

Subchefe do Departamento de Direito Público.
 Pesquisa e desenvolvimento , Faculdade de Direito, .
 Linhas de pesquisa

03/2001 - 12/2001

PODER, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
 Outras atividades técnico-científicas , Faculdade de Direito, Faculdade de Direito.
 Atividade realizada

02/2000 - 12/2000

Coordenadora Grupo Pesquisa sobre Implicações do Processo de Privatização.
 Outras atividades técnico-científicas , Faculdade de Direito, Faculdade de Direito.

4/1999 - 7/2000

Atividade realizada
Orientação de Monitoria.
Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo

Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, P/BELO HORIZONTE, Brasil.

Vínculo institucional

2011 - 2014

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Controladora Geral do Município

Vínculo institucional

1998 - 2014

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Gerente, Carga horária: 0

Vínculo institucional

2008 - 2011

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Procuradora Geral Adjunta

Atividades

09/2008 - Atual

Direção e administração, Procuradoria Geral, .
Cargo ou função
Procuradora geral Adjunta.

1/2008 - 09/2008

Outras atividades técnico-científicas , Procuradoria Geral, Procuradoria Geral.
Atividade realizada
Assessor jurídico.

4/2001 - 12/2007

Direção e administração, Procuradoria Geral, Procuradoria Geral.
Cargo ou função

1/1999 - 12/2000

Diretor de atividades contenciosas gerais- controle das ações mais complexas.
Direção e administração, Procuradoria Geral, Procuradoria Geral.
Cargo ou função
Assessora Jurídica.

07/1998 - 10/1999

Outras atividades técnico-científicas , Procuradoria Geral, Procuradoria Geral.
Atividade realizada
assessoria jurídica.

Ordem dos Advogados do Brasil/mg, OAB/MG, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2012

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Coordenadora Técnica dos cursos de Direito Ad

Universidade Presidente Antônio Carlos, UNIPAC, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2010

Outras informações

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Professora/Pesquisadora, Carga horária: 40
: ?O Mestrado em Direito "Fundamentos e Fronteiras do Direito" tem suas atividades didático-pedagógicas suspensas por determinação do DPG-PROPE-UNIPAC, desde novembro de 2007. A equipe de docentes-pesquisadores colabora na reestruturação do projeto pedagógico do Programa, e mantém as atividades no Grupo, Linhas e projetos de pesquisa.

Atividades

08/2007 - Atual

Ensino, Direito, Nível: Graduação
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo I e II

Centro de Atualização em Direito Administrativo, CAD, Brasil.

Vínculo institucional

1999 - Atual

Vínculo: Colaborador, Enquadramento Funcional: Professora e coordenadora

Atividades

01/2002 - Atual

Direção e administração, Direção, .
Cargo ou função

08/1999 - Atual

Coordenadora Curso Pós-Graduação em Direito Público.
Ensino, Direito Administrativo, Nível: Especialização
Disciplinas ministradas
Direito Administrativo

08/1999 - Atual

Outras atividades técnico-científicas , Direção, Direção.
Atividade realizada
Orientação de monografias.

Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz, CUMIH, Brasil.

Vínculo institucional

2002 - 2007

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: Professor e Coordenador, Carga horária: 20

Atividades

10/2002 - 07/2007	Ensino, Direito, Nível: Graduação Disciplinas ministradas Direito Administrativo
10/2002 - 07/2007	Ensino, Direito, Nível: Especialização Disciplinas ministradas Processo Administrativo
10/2002 - 07/2007	Outras atividades técnico-científicas , Faculdade de Direito, Faculdade de Direito. Atividade realizada Orientação de monografias e projetos de pesquisa.
10/2002 - 12/2005	Direção e administração, Faculdade de Direito, . Cargo ou função coordenadora do curso de direito.
2/2002 - 10/2002	Direção e administração, Faculdade de Direito, Faculdade de Direito. Cargo ou função Coordenação de Atividades Complementares.

Curso Luis Flávio Gomes, LFG, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - 2008

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor

Governo do Estado de Minas Gerais, GOVERNO/MG, Brasil.

Vínculo institucional

1998 - 1998

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessor Tecnico, Carga horária: 0

Atividades

4/1998 - 7/1998

Serviços técnicos especializados , Secretaria da Saúde do Estado de Minas Gerais,
Superintendencia de Gestão.
Serviço realizado
Assessor Técnico.

Instituto de Direito Administrativo de Goiás, IDAG, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - Atual

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professora

Instituto Romeu Felipe Bacellar Filho, INSTITUTO ROMEU, Brasil.

Vínculo institucional

2007 - Atual

Outras informações

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: Professor
Leciona Direito Administrativo no Curso de Especialização

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, PUC Minas, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2006

Outras informações

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: professora, Carga horária: 10
professora da graduação em Direito

Praetorium, PRAETORIUM, Brasil.

Vínculo institucional

2003 - 2007

Outras informações

Vínculo: Prestador de serviços, Enquadramento Funcional: Professora
Leciona Direito Administrativo nos cursos preparatórios e na especialização

Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, TJMG, Brasil.

Vínculo institucional

1999 - 2001

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assessor Judiciario III, Carga horária: 20

Atividades

10/1999 - 4/2001

Serviços técnicos especializados , Secretaria do Tribunal de Justiça, Secretaria.
Serviço realizado
Assessor Judiciario.

Universidade José do Rosário Vellano, UNIFENAS, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: professor, Carga horária: 40

Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais, OAB/MG, Brasil.**Vínculo institucional****2016 - Atual**

Vínculo: Presidente de comissão, Enquadramento Funcional: Presidente da Comissão de PPP

Faculdades Milton Campos, FMC, Brasil.**Vínculo institucional****2016 - Atual**

Vínculo: Celetista, Enquadramento Funcional: professor, Carga horária: 20

Atividades**07/2016 - Atual**

Pesquisa e desenvolvimento , Faculdade de Direito Milton Campos, .

Linhas de pesquisa

Relações Econômicas e Sociais, Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas

Corpo de Mediadores e Árbitros do Centro Brasileiro de Litígios Econômicos, CARAIVE, Brasil.**Vínculo institucional****2017 - Atual**

Vínculo: Autônomo, Enquadramento Funcional: Membro do corpo de árbitros/mediadores

INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO, IBDA, Brasil.**Vínculo institucional****2016 - Atual**

Vínculo: Diretora, Enquadramento Funcional: Diretora

Università di Pisa, UNIPI, Itália.**Vínculo institucional****2018 - Atual**

Vínculo: Professor Visitante, Enquadramento Funcional: professor visitante

Instituto Brasileiro de Estudos Jurídicos da Infraestrutura, IDASAN, Brasil.**Vínculo institucional****2020 - Atual**

Vínculo: Representante em Minas Gerais, Enquadramento Funcional: Representante MG

Revista brasileira de estudos políticos (RBEP), RBEP, Brasil.**Vínculo institucional****2016 - Atual**

Vínculo: sem vínculo empregatício, Enquadramento Funcional: Editora Geral

Sistema FIEP, FIEP, Brasil.**Vínculo institucional****2020 - Atual**

Vínculo: Arbitra, Enquadramento Funcional: Arbitra membro do FIEP

Centro Brasileiro de Litígios Econômicos (Caraíve Arbitragem), CBLEC, Brasil.**Vínculo institucional****2020 - Atual**

Vínculo: Arbitragem, Enquadramento Funcional: Arbitra membro do CBLEC

Linhas de pesquisa

-
1. PODER, CIDADANIA E DESENVOLVIMENTO NO ESTADO DEMOCRÁTICO DE DIREITO
 2. Relações Econômicas e Sociais, Estado Democrático de Direito e Políticas Públicas

Projetos de pesquisa**2017 - Atual**

Contratualização da atividade sancionatória da Administração Pública.
 Descrição: A contratualização é um instrumento para alinhamento consensual de comportamentos em prol de uma condução mais efetiva e democrática das finalidades primárias a serem perseguidas pelo Estado. A contratualização da atividade sancionatória do

Estado, visto como um eficiente mecanismo de alinhamento de conduta, mas que demanda maior aprofundamento acadêmico. O propósito é unir esforços de estudos para a coleta de dados e desenvolvimento de pesquisas pertinentes à temática abordada..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Integrantes: Cristiana Fortini - Coordenador / Florivaldo Dutra de Araújo - Integrante / AVELAR, Mariana Magalhaes - Integrante / Felipe Alexandre SANTANA - Integrante / CAIO BARROS - Integrante / Murilo Melo Vale - Integrante / VIEIRA, Arianne Shermam Moraes - Integrante.

2015 - Atual

Número de produções C, T & A: 4 / Número de orientações: 2
Os desafios do combate à corrupção nas contratações públicas: análise comparativa dos marcos regulatórios e das experiências brasileira e norte-americana
Descrição: Os efeitos devastadores da corrupção não se limitam à alocação indevida de recursos públicos. Afetam-se a democracia, a inovação tecnológica, e destroem-se as perspectivas de melhoria dos menos favorecidos. Há um movimento mundial de combate à corrupção. Os Estados Unidos da América assumem protagonismo ao editarem diploma que aborda a corrupção de agentes estrangeiros e a responsabilização das pessoas jurídicas. O Brasil editou em 2013 lei que que ambiciona estabelecer a responsabilidade das entidades por atos de corrupção. O exame dos diplomas legais, a avaliação de aspectos culturais e históricos, é o foco desta pesquisa.
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (0) / Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (0) / Mestrado profissional: (0) / Doutorado: (0) .

2012 - 2013

Integrantes: Cristiana Fortini - Coordenador.
Financiador(es): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Bolsa.
Número de produções C, T & A: 13 / Número de orientações: 4
Geopolítica costituzionale del BRIC-S e convergenze condizionate con Unione europea e Italia
Descrição: Estudar a matriz constitucional dos países que formam os Bric-S de forma a verificar pontos de aproximação ou distanciamento da matriz europeia e, notadamente, italiana.
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

2011 - 2012

Integrantes: Cristiana Fortini - Integrante / Michele Carducci - Coordenador.
Controle da discricionariedade administrativa em sede de regime disciplinar e o tratamento pelo STF
Descrição: Pesquisa sobre a mudança de entendimento do STF sobre o tema da discricionariedade em sede de processo administrativo disciplinar em especial diante dos conceitos indeterminados sempre presentes quando esse o assunto..
Situação: Concluído; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

2011 - 2012

Integrantes: Cristiana Fortini - Coordenador / AVELAR, Mariana Magalhaes - Integrante.
Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Bolsa.
Número de produções C, T & A: 3 / Número de orientações: 1
Por um sistema nacional de Ouvidorias Públicas: possibilidades e obstáculos
Descrição: Estudar a viabilidade da nova sistemática de ouvidorias públicas a ser apresentada à comunidade.
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (10) .

2011 - Atual

Integrantes: Cristiana Fortini - Integrante / SILVA, Adriana Campos - Coordenador / Marcelo Andrade Cattoni de Oliveira - Integrante.
Controle das Políticas públicas pelo Poder Judiciário
Descrição: Analisa-se se houve real evolução no exame da formulação das políticas públicas a fim de se perceber se o controle atual corresponde a um avanço ou se esta se desconsiderar o espaço reservado ao administrador público..
Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.
Alunos envolvidos: Graduação: (1) .

Integrantes: Cristiana Fortini - Coordenador.
Financiador(es): Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - Bolsa.

2019 - Atual	Periódico: Revista Brasileira de Estudos Políticos
2019 - Atual	Periódico: Revista Brasileira de Estudos Políticos
2018 - Atual	Periódico: Revista Brasileira de Estudos Políticos
2018 - Atual	Periódico: Revista Brasileira de Estudos Políticos
2017 - Atual	Periódico: Revista Brasileira de Estudos Políticos
2017 - Atual	Periódico: Revista Brasileira de Estudos Políticos
2017 - Atual	Periódico: Revista Brasileira de Estudos Políticos
2016 - Atual	Periódico: Revista do Tribunal de Contas do Estado de Rondonia
2016 - Atual	Periódico: Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais
2016 - Atual	Periódico: Revista da AGU
2016 - Atual	Periódico: revista brasileira de estudos politicos
2012 - Atual	Periódico: CONSELHO EDITORIAL DA REVISTA BRASILEIRA DE INFRAESTRUTURA
2011 - Atual	Periódico: Revista do Conselho Federal da OAB
2010 - Atual	Periódico: Conselho Editorial da Editora Fórum
2010 - Atual	Periódico: Revista Jurídica da Presidência da República
2010 - Atual	Periódico: Revista do Interesse Público
2010 - 2010	Periódico: Revista do CAAP
2010 - Atual	Periódico: A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso)
2008 - Atual	Periódico: Revista da Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte
2006 - 2010	Periódico: Fundamentos e Fronteiras do Direito
2004 - 2005	Periódico: Revista do Curso de Direito da Faculdade de Sete Lagoas

Revisor de periódico

2016 - Atual	Periódico: Revista Brasileira de Estudos Políticos

Áreas de atuação

1.	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito.
2.	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público.
3.	Grande área: Ciências Sociais Aplicadas / Área: Direito / Subárea: Direito Público/Especialidade: Direito Administrativo.

Idiomas

Inglês	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Italiano	Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem, Escreve Bem.
Francês	Fala Pouco, Lê Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2017	Professora Homenageada das turmas da manhã Direito UFMG 1/2017, UFMG.
2017	Professora Homenageada das turmas de Direito 2/2017, UFMG.
2016	Patronesse das turmas da manhã da Faculdade de Direito da UFMG, UFMG.
2015	Professora Homenageada Turmas da Manhã UFMG, UFMG.
2015	Comenda Direito e Cidadania, Câmara de Vereadores de Belo Horizonte.
2014	Professora Homenageada Turmas da Manhã UFMG 2014, UFMG.
2013	COLAR DO MÉRITO DA CORTE DE CONTAS MINISTRO JOSÉ MARIA ALKIMIM, TRIBUNAL DE CONTAS DE MINAS GERAIS.
2013	Comenda Téofilo Otoni, Governo de Minas Gerais.
2012	Professora Homenageada, UFMG.
2012	PARANINFA DAS 02 TURMAS DIREITO MANHÃ, UFMG.
2009	Aprovada no concurso público para Professor Adjunto de Direito Público da UFMG, .
2008	Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo, Instituto Mineiro de Direito Administrativo.
2008	Aprovada no concurso público de Professor de direito administrativo da UFOP, .
2008	APROVADA NO CONCURSO PÚBLICO PARA PROFESSOR ADJUNTO DE DIREITO PÚBLICO, UFMG.
2007	Patronesse turma 2007 PUC Minas, .
2007	Professora Homenageada Turma 2007 Izabela Hendrix, .
2006	Patronesse turma 2006 Puc Minas, .
2005	2ª Vice-Presidente do Instituto Mineiro de Direito Administrativo, Instituto Mineiro de Direito Administrativo.
2005	Paraninfa turma 2005 Izabela Hendrix, .

2004	Aprovada no Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Adjunto de Direito Administrativo, do Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFMG, UFMG.
2004	Professora Homenageada turma de agosto 2004 Izabela Hendrix, .
2004	Paraninfa turma dezembro 2004 Izabela Hendrix, .
2004	Aprovação concurso público para procurador do município de Belo Horizonte, Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte.
1998	1º lugar no concurso público para Professor Substituto de Direito Administrativo da Faculdade de Direito da UFMG, UFMG.
1997	1o Lugar do Curso Doutorado/Pós Graduação da Faculdade de Direito da UFMG, na área de concentração de Direito Administrativo., UFMG.
1995	Prêmio Jose Carlos da Mata Machado - Destaque, Faculdade de Direito da UFMG.

Produções

Produção bibliográfica

Citações

Web of Science



Total de trabalhos:71Total de citações:13

Fator H:3

Cristiana Fortini Data: 23/12/2020

Outras

Total de trabalhos:71Total de citações:370

Cristiana Fortini Data: 23/12/2020

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



- FORTINI, Cristiana** ; AVELAR, Mariana Magalhães . Considerações sobre o PL 4253/20 e a futura lei de licitações. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 21, p. 21, 2021.
- SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; OLIVEIRA, Rafael Sergio Lima . A ADESÃO BRASILEIRA AO ACORDO DE COMPRAS GOVERNAMENTAIS DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO. REVISTA OPINIÃO JURÍDICA (FORTALEZA), v. 18, p. 120-151, 2020.
- SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E** ; Fajardo, Gabriel Ribeiro ; VILLANI, André Almeida . Integridade e regulação na prestação dos serviços públicos de distribuição de energia elétrica. RECHTD. REVISTA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS, HERMENÊUTICA E TEORIA DO DIREITO, v. 12, p. 481-502, 2020.
- FORTINI, Cristiana** . A possível adesão brasileira ao acordo de compras governamentais da OMC. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 20, p. 21, 2020.
- FORTINI, Cristiana** . Medida Provisória 915/19 e a alienação de imóveis da União. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 20, p. 23, 2020.
- FORTINI, Cristiana** ; HORTA, Bernardo Tinoco Lima . O fim da improbidade por descumprimento de princípios e a Lei 13.655/18. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 20, p. 1, 2020.
- FORTINI, Cristiana** ; CAVALCANTI, Caio Mario Lana . O perigo da relativização indevida da transparência administrativa. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 20, p. 26, 2020.
- FORTINI, Cristiana** ; AMORIM, Rafael Amorim . O seguro-garantia no âmbito do Projeto de Lei nº 1.292/1995. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 20, p. 12, 2020.
- FORTINI, Cristiana** . O vírus e a necessidade de empatia nas concessões de transporte coletivo. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 20, p. 23, 2020.
-

- FORTINI, Cristiana** . Os efeitos das sanções em matéria de contratação pública. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 20, p. 20, 2020.
11. **FORTINI, Cristiana ; Oliveira, Rafael Sérgio** . Os novos procedimentos de gestão e alienação dos imóveis públicos. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 20, p. 2, 2020.
 12. **FORTINI, Cristiana ; BOECHAT, Raphael** . Os carteis da crise em tempos de pandemia e o PL 1179/20. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 20, p. 14, 2020.
 13. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva ; AMORIM, Rafael Amorim** . Obras públicas inacabadas e seguro-garantia: qual a sua importância e o que esperar da nova Lei de Licitações. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO), v. 2, p. 87-127, 2020.
 14. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; COELHO, N. M. M. S.** . A pena de suspensão dos direitos políticos por improbidade administrativa e a constituição. Revista direitos fundamentais & democracia (UniBrasil), v. 24, p. 96-118, 2019.
 15. **FORTINI, Cristiana** . A influência da Lei 13.655/2018 na revogação de licitações. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 2019, p. 21, 2019.
 16. **FORTINI, Cristiana ; AMARAL, G.** . A Lei 13.874 (liberdade econômica) e o abuso do poder regulatório. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 21, p. 21, 2019.
 17. **FORTINI, Cristiana** . Carta do ministro da Educação: ato de improbidade ou conduta irregular?. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 19, p. 28, 2019.
 18. **FORTINI, Cristiana** . O novo (futuro) marco legal das parcerias público-privadas. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 19, p. 19, 2019.
 19. **FORTINI, Cristiana** . Novos investimentos e o ambiente dos contratos celebrados com a administração. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 19, p. 10, 2019.
 20. **FORTINI, Cristiana ; RAINHO, R. V. M. C.** . Mudanças no procedimento de manifestação de interesse em face do decreto 10.104/2019. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 19, p. 28, 2019.
 21. **FORTINI, Cristiana** . Formação de agentes públicos como fator de mudança em licitações. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 19, p. 11, 2019.
 22. **FORTINI, Cristiana** . Ainda sobre aplicativos e transporte privado de passageiros. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 19, p. 16, 2019.
 23. **FORTINI, Cristiana ; Fajardo, Gabriel Ribeiro** . A nova Lei das Agências Reguladoras: impressões iniciais. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 19, p. 27, 2019.
 24. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; VIEIRA, Ariane Shermam Moraes** . Corrupção: causas, perspectivas e a discussão sobre o princípio do 'bis in idem'. REVISTA DE INVESTIGAÇÕES CONSTITUCIONAIS, v. 5, p. 91-112, 2018.
 25. **OLIVEIRA, MARCIO LUIS DE ; COSTA, BEATRIZ SOUZA ; SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E . O INSTITUTO DO COMPLIANCE AMBIENTAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE PLURISSISTÊMICA. VEREDAS DO DIREITO (BELO HORIZONTE)**, v. 15, p. 51, 2018.
 26. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E ; DADALTO, LUCAS DUTRA** . Responsabilização na Lei Anticorrupção: natureza e amplitude subjetiva. REVISTA OPINIÃO JURÍDICA (FORTALEZA), v. 17, p. 81, 2018.
 27. **FORTINI, Cristiana** . Prova emprestada entre processos administrativos: o novo enunciado da CGU.. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 18, p. 22, 2018.
 28. **FORTINI, Cristiana** . O avanço do diálogo competitivo no substitutivo apresentado ao PL 6.814/17. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 18, p. 24, 2018.
 29. **FORTINI, Cristiana ; FABRICIO MOTTA** . Novo marco das licitações: primeiras impressões sobre o PL 6.814/17. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 18, p. 3, 2018.
 30. **FORTINI, Cristiana ; AVELAR, Mariana Magalhães** . Lei Anticorrupção e programas de integridade em escritórios de advocacia. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 18, p. 1, 2018.
 31. **FORTINI, Cristiana** . Lei 13.640/18: m da controvérsia sobre os aplicativos de transporte de passageiros?. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 18, p. 5, 2018.
 32. **FORTINI, Cristiana** . O Decreto Federal 9.507/18 e a terceirização na administração: primeiras impressões. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 18, p. 27, 2018.
 33. **FORTINI, Cristiana** . Contratos públicos e a Autoridade Nacional Anticorrupção: um olhar sobre a Itália. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 18, p. 9, 2018.
 34. **FORTINI, Cristiana** . A atividade sancionatória e a proposta da CVM para o acordo de supervisão. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 18, p. 28, 2018.
 35. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; AVELAR, Mariana Magalhães ; YUKINS, C.** . A comparative view of debarment and suspension of contractors in Brazil and in the USA. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO), v. 16, p. 61-83, 2017.
 36. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; VIEIRA, Ariane Shermam Moraes** . Governança pública e combate à corrupção: novas perspectivas para o controle da Administração Pública brasileira. Interesse Público, v. 000102, p. 27-44, 2017.
 37. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . THE CONTOURS OF THE LENIENCY AGREEMENT IN THE BIDDING AND CONTRACTING ENVIRONMENT - 10.12818/P.0304-2340.2017vBIp59. Revista da Faculdade de Direito - Universidade Federal de

Minas Gerais, v. BI, p. 59-72, 2017.

38. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; COELHO, N. M. M. S. . A participação dos trabalhadores na construção dos programas de integridade corporativa. RECHTD. REVISTA DE ESTUDOS CONSTITUCIONAIS, HERMENÊUTICA E TEORIA DO DIREITO, v. 9, p. 176-182, 2017.
39. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; AMISANO, M. . STRUMENTI DI CONTRASTO AL FENOMENO DELLA CORRUZIONE: ESPERIENZA ITALIANA E BRASILIANA A CONFRONTO. AREL FAAR - AMAZON'S RESEARCH AND ENVIRONMENTAL LAW, v. 5, p. 25-38, 2017.
40. **FORTINI, Cristiana** . Prorrogação e relicitação na MP 752/16: soluções para o gargalo da infraestrutura?. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 17, p. 25, 2017.
41. **FORTINI, Cristiana** . Proposta aprovada no Congresso afeta credores de precatórios e RPVs. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 2017, p. 6, 2017.
42. **FORTINI, Cristiana** . Projeto que propõe mudanças no registro de preços requer atenção. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 17, p. 23, 2017.
43. **FORTINI, Cristiana** . Curiosidades sobre a aplicação de sanções às pessoas jurídicas corruptas. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 17, p. 28, 2017.
44. **FORTINI, Cristiana** . Armar guardas-municipais é o avesso do Estatuto do Desarmamento. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 17, p. 27, 2017.
45. **FORTINI, Cristiana** . Excesso de punição a atos de corrupção não favorece interesse público. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 17, p. 10, 2017.
46. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; MOTTA, F. M. . Corrupção nas licitações e contratações públicas: sinais de alerta segundo a Transparência Internacional. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO), v. 16, p. 93-113, 2016.
47. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; FARIA, Edimur Ferreira de . Os contornos do acordo de leniência após a medida provisória nº 703/15: promessa de sucesso ou cenário de incertezas. DUC IN ALTUM CADERNOS DE DIREITO, v. 8, p. 35-60, 2016.
48. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; VIEIRA, Ariane Shermam Moraes . Governança corporativa e medidas preventivas contra a corrupção na administração pública: um enfoque à luz da Lei nº 13.303/2016. Revista de Direito da Administração Pública, v. 1, p. 173-184, 2016.
49. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; PIRES, P. G. C. . Equilíbrio econômico-financeiro nas Parcerias Público Privadas. REVISTA DE CONTRATOS PÚBLICOS CEDIPRE, v. 1, p. 25, 2015.
50. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; PIRES, P. G. C. . O regime jurídico das Parcerias Voluntárias com as Organizações da Sociedade Civil: inovações da Lei nº 13.019/2014. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO), v. 15, p. 93-116, 2015.
51. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. O Processo Licitatório nas Parcerias Público - Privadas (PPP). Revista do Instituto dos Advogados de Minas Gerais, v. 116, p. 13-278, 2014.
52. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; MIRANDA JÚLIAN . A DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA EM FACE DO PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA. Revista da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte, v. 05, p. 55-78, 2012.
53. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. A experiência belhorizontina do orçamento participativo como ferramenta para o desenvolvimento local. Revista da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte, v. 7, p. 120-124, 2011.
54. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; LACERDA, Bruno Amaro . O Direito Administrativo e a fundamentalidade da pessoa. Fórum Administrativo, v. 10, p. 19-28, 2010.
55. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; VIEIRA, Virginia Kirchmeyer . Ponderações sobre a prova de títulos nos concursos públicos. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 01, p. 43-55, 2010.
56. LACERDA, Bruno Amaro ; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . O Direito Administrativo e a fundamentalidade da pessoa. Revista da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte, v. 04, p. 97-116, 2009.
57. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; CARVALHO FILHO, José dos Santos . Operações Urbanas Consorciadas. Revista da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte, v. 1, p. 160-174, 2008.
58. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Processo administrativo disciplinar no Estado Democrático de Direito: o devido processo legal material, o princípio da eficiência e a súmula vinculante nº 05 do Supremo Tribunal Federal.. Revista Brasileira de Direito Público, v. 23, p. 123-136, 2008.
59. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Aspectos relevantes dos contratos administrativos. Forum de Contratação e Gestão Pública, v. 83, p. 34-40, 2008.
60. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. A efetividade dos direitos fundamentais e o princípio da reserva do possível: uma discussão em torno da legitimidade das tomadas de decisão público-administrativas. Revista da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte, v. 2, p. 39-52, 2008.
61. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; Repolês, Maria Fernanda Salcedo . O princípio da moralidade no direito administrativo e a ação popular. Revista Interdisciplinar de Direito, v. 5, p. 561-582, 2008.
62. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; SOUZA, T. S. . Encampação e caducidade - competência dos consórcios públicos e agências reguladoras no Brasil. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO), v.

7, p. 141-151, 2007.

63. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Fracionamento da Licitação. Forum de Contratação e Gestão Pública, v. 63, p. 19-23, 2007.
64. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Consórcios Públicos e outorga onerosa do direito de construir: instrumentos importantes para os Municípios> O auxílio em matéria ambiental. Revista de Direito Municipal, v. 25, p. 31-43, 2007.
65. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Micro e pequenas empresas; as regras de habilitação, empate e desempate na Lei Complementar nº 123 e no Decreto nº 6.204/07- Breve enfoque nos demais dispositivos. Interesse Público, v. 45, p. 57-67, 2007.
66. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** A responsabilidade civil do Estado por omissão legislativa. A&C. REVISTA DE DIREITO ADMINISTRATIVO & CONSTITUCIONAL (IMPRESSO), v. 6, p. 221-234, 2007.
67. ★ **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Os efeitos do silêncio da administração pública. Fórum Administrativo, v. 64, p. 7394-7402, 2006.
68. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** processo administrativo como mecanismo pelo qual se efetiva a cidadania. Fórum Administrativo, v. 69, p. 8092-8094, 2006.
69. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Os conceitos de prescrição, preclusão e decadência na esfera administrativa - a influência do Novo Código Civil e da Lei Federal de Processo Administrativo. Revista Brasileira de Direito Público, v. 15, p. 201-208, 2006.
70. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** MIGUEL, Frederico Sá . Parcerias público privadas. Interesse Público, v. 40, p. 233-240, 2006.
71. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Plano Diretor - Temas Polêmicos. Discussão sobre a iniciativa para sua elaboração. A imperiosidade de plano diretor para apurar o cumprimento da função social da propriedade. Revista de Direito Municipal, v. 11, p. 7-10, 2004.
72. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** A função social dos bens públicos e o mito da imprescritibilidade. Revista de Direito Municipal - RDM, Belo Horizonte, v. 12, p. 113-122, 2004.
73. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** O emprego público na administração pública: a razão de sua adoção. Revista da Faculdade de Direito de Sete Lagoas, Sete Lagoas, v. 3, n.1, p. 21-36, 2004.
74. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Os Conceitos de Prescrição, Preclusão e Decadência na Esfera Administrativa - A Influência do Novo Código Civil e da Lei Federal de Processo Administrativo. Direito Izabela Hendrix, Belo Horizonte, v. 3, p. 68-74, 2004.
75. ★ **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Organizações Sociais: Natureza Jurídica da Responsabilidade Civil das Organizações Sociais em Face dos Danos Causados a Terceiros. Direito Izabela Hendrix, v. 4, p. 13-20, 2004.
76. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** O Perfil do Direito Administrativo Atual e o Emprego da Terceirização pela Administração Pública. Direito Izabela Hendrix, Belo Horizonte, v. 1, p. 52-58, 2003.
77. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** O Princípio da Legalidade e o Emprego da Franquia pela Administração Pública Brasileira. Direito Izabela Hendrix, Belo Horizonte, v. 2, p. 32-37, 2003.
78. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Os limites constitucionais das políticas públicas na área educacional. Fórum Administrativo - Direito Público, Belo Horizonte, v. 2, n.15, p. 1-4, 2002.
79. LAFETA, Adriana Silveira ; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e .** A concessão de uso especial para fins de moradia: análise da medida provisória n. 2220, de 4 de setembro de 2001. Revista do Tribunal de Justiça de Minas Gerais, Belo Horizonte, v. 45, n.4, p. 127-129, 2002.

Livros publicados/organizados ou edições

1. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E** (Org.) ; SCHIER, Adriana Costa Ricardo (Org.) ; CASIMIRO, Ligia Maria Melo de (Org.) ; VALLE, Vanice Regina Lírio do (Org.) . Marco Legal das Agências Reguladoras na Visão Delas. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2021.
2. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E** (Org.) ; PERCIO, Gabriela Verona (Org.) . INTELIGÊNCIA E INOVAÇÃO EM CONTRATAÇÃO PÚBLICA. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2021. v. 1.
3. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva** (Org.) ; SALAZAR, Gabriela (Org.) ; MASSARA, Luiz Henrique Nery (Org.) ; CAMPOS, Marcelo Hugo Oliveira (Org.) . Novo Marco Legal do Saneamento Básico aspectos administrativos, ambientais, regulatórios e tributários. 1. ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2021. v. 1. 980p .
4. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** (Org.) ; Lara, Fabiano T. R (Org.) ; FEREZ, Marcelo Andrade (Org.) . Estado e Empresa. 1. ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2020. v. 1.
5. SADDY, André (Org.) ; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** (Org.) ; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho (Org.) . Tratado de Parcerias Público- Privadas. 4. ed. Rio de Janeiro: CEEJ, 2019. v. 4. 222p .
6. BENITEZ, Diego Augusto ; FAVA, Claudia del ; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e .** Sostenibilità: sfida o presupposto?. 1. ed. Wolters Kluwer, 2019. v. 1. 360p .
7. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Terceirização: estudos em homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra. 2. ed. , 2014.
8. ★ **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Registro de Preços: análise da Lei 8.666/93, do Decreto Federal nº 7.892/13 e de outros atos normativos. 2. ed. , 2014.

9. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Servidor Público: Estudos em homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra (2 ed). 2. ed. , 2014.
10. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** MIRIAM MABEL IVANEGA (Org.) . MECANISMOS DE CONTROLE INTERNO E SUA MATRIZ CONSTITUCIONAL. 01. ed. BELO HORIZONTE: EDITORA FÓRUM, 2012. 329p .
11. ★ **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Mecanismo de Controle Interno e Sua Matriz Constitucional. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012. v. 01. 329p .
12. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** CARVALHO FILHO, José dos Santos (Org.) ; VIEIRA, Virginia Kirchmeyer (Org.) ; PIEVE, Flavia Cristina Mendonça Faria da (Org.) . Terceirização na Administração: Estudos em homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra. Belo Horizonte: Forum, 2009. 109p .
13. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Servidor Público: Estudos em homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra. 1. ed. Belo Horizonte: Forum, 2009. 515p .
14. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** Picinin, Juliana (Org.) . Saneamento Básico- Estudos e Pareceres à luz da Lei nº 11.445/07. Belo Horizonte: Forum, 2009.
15. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Contratos Administrativo: Franquia, Concessão, Permissão e PPP- 2ª edição- Atlas. São Paulo: Atlas, 2009.
16. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Terceirização na Administração Pública. 1º. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009. v. 01. 103p .
17. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Servidor Público. 1ª. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2009. v. 01. 515p .
18. Miranda, Jorge ; BONAVIDES, Paulo ; AGRA, Walber Moura ; Pinto, Francisco Bilac M ; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Comentários à Constituição Federal de 1988- livro no prelo. Rio de Janeiro: Forense, 2009.
19. CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa ; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho . Processo Administrativo: comentários à Lei nº9.784/1999. 1. ed. Belo Horizonte: Forum, 2008. v. 1. 288p .
20. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Políticas públicas: possibilidades e limites. 1. ed. Belo Horizonte: Forum, 2008. v. 1.
21. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Políticas públicas: possibilidades e limites. 1ª. ed. , 2008.
22. ★ **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho ; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa . Licitação e contratos aspectos relevantes. 1. ed. Belo Horizonte: Forum, 2007. v. 1. 143p .
23. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Contratos Administrativos: franquia, concessão, permissão e PPP. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2007. v. 1. 140p .

Capítulos de livros publicados

1. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E ; CAVALCANTI, Marjorie Wanderley** . Lei Federal nº 13.848/2019: A LEI GERAL DAS AGENCIAS REGULADORAS (ARTIGOS 1º AO 3 DA LEI Nº 13.848/2019). In: Adriana Schier,; Cristiana Fortini; Lígia Melo; Vanice Valle. (Org.). Marco Legal Das Agencias Reguladoras na Visão Delas. 1ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2021, v. 1, p. 21-41.
2. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E ; MARIANA BUENO** . A FUNÇÃO SOCIAL DAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS: UM OLHAR PARA ALÉM DO BRASIL. In: Cristiana Fortini; Mariana Bueno Resende. (Org.). INTELIGÊNCIA E INOVAÇÃO EM CONTRATAÇÃO PÚBLICA. 1ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2021, v. 1, p. 151-175.
3. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva ; AVELAR, Mariana Magalhães ; BORELLI, Raul Felipe** . Modelos jurídico-institucionais para delegação dos serviços de água e esgoto e o chamado ?Novo Marco Legal do Saneamento Básico. In: Cristiana Fortini; Gabriela Salazar; Luiz Henrique Nery Massara; Marcelo Hugo de Oliveira Campos. (Org.). Novo Marco Legal do Saneamento Básico aspectos administrativos, ambientais, regulatórios e tributários. 1ed. Belo Horizonte: Editora D'Plácido, 2021, v. , p. 83-104.
4. **Fortini, Cristiana Maria Pinto E. Silva** . COMENTÁRIOS AO ART. 17. In: Maria Sylvia Zanella Di Pietro; Thiago Marrara. (Org.). Lei Anticorrupção Comentada. 3ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2021, v. 1, p. 237-246.
5. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; RAINHO, Renata Costa** . O equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos de concessão e a covid-19. In: Maria Fernanda Pires de Carvalho Pereira; Álvaro Ricardo de Souza Cruz. (Org.). A PANDEMIA E SEUS REFLEXOS JURÍDICOS. 1ed. Belo Horizonte: Arraes Editora, 2020, v. , p. 55-70.
6. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa** . A BUSCA POR PROCEDIMENTOS MAIS SINGELOS NA TRADICIONAL DISPENSA DE EMERGÊNCIA: APRENDIZADOS DA COVID-19. In: CARVALHO, Fábio Lins de Lessa; RODRIGUES, Ricardo Schneider. (Org.). COVID-19 e Direito Administrativo - Impactos da Pandemia na Administração Pública. 1ed. CURITIBA-PARANÁ: JURUÁ EDITORA, 2020, v. 1, p. 67-78.
7. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; VIEIRA, Ariane Shermam Moraes** . Governança e Combate à corrupção nas empresas estatais. In: Cristiana Fortini; Fabiano Teodoro Lara; Marcelo Andrade Féres. (Org.). Estado e Empresa. 1ed. Belo Horizonte: Editora D'PLACIDO, 2020, v. , p. 325-342.
8. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E ; Fajardo, Gabriel Ribeiro ; VILLANI, André Almeida** . Regulação dos serviços de distribuição de energia e a relação com os serviços de iluminação pública. Direito de Energia e Áreas Afins - Volume IV. 1ed. RJ: Synergia Editora, 2020, v. IV, p. 339-360.
9. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva ; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa** . O presente e o futuro das contratações e o Covid-19. In: Alexandre Jorge Carneiro da Cunha Filho; Carmem Silva L. de Arruda; Rafael Hamze Issa; Rafael Wallbach Schwind. (Org.). Direito em Tempos de Crise - COVID -19. 1ed. SP: editora Quartier Latin do Brasil, 2020, v. IV, p. 225-238.
10. **SADDY, André ; SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho** . A modelagem da licitação: tipos de julgamento e modalidade. In: Cristiana Fortini, André Saddy. (Org.). Tratado de Parcerias Público- Privadas. 4ed. Rio de Janeiro: CEEJ, 2019, v. 4, p. 52-73.
11. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho** . A diretiva europeia 2014/24 e as contratações públicas no Brasil. In: Alberto Shinji Higa, Arthur Bezerra de Souza. (Org.). Temas atuais de direito público estudos em homenagem ao Professor Toshio Mukai. 1ed. Londrina: Editora Thoth, 2019, v. 1, p. 197-208.

12. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; PAIVA, D. A. . PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS: AS GARANTIAS DE EXECUÇÃO SUFICIENTES E COMPATÍVEIS COM OS ÔNUS E RISCOS ENVOLVIDOS, PRESTADAS PELO PARCEIRO PRIVADO. In: SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto; PAIVA, Danuza Aparecida de. (Org.). TRATADO DE PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS. 1ed.Rio de Janeiro: Editora CEEJ, 2019, v. 5, p. 249-270.
13. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Programas de integridade e a Lei Anticorrupção.. In: AULA, Marco Aurélio Borges de; CASTRO, Rodrigo Pironti Aguirre de. (Org.). Compliance, gestão de riscos e combate à corrupção: integridade para o desenvolvimento. Belo Horizonte: Fórum, 2018. p. 193-201. ISBN 978-85-450-0473-8.. 1ed.: , 2018, v. 1, p. 193-201.
14. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; VIEIRA, Ariane Shermam Moraes . Corrupção: causas, perspectivas e a discussão sobre o princípio ne bis in idem. In: AMADO, Carla; BITENCOURT NETTO, Eurico. (Org.). A PREVENÇÃO DA CORRUPÇÃO E OUTROS DESAFIOS À BOA GOVERNAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 1ed.: , 2018, v. , p. 72-203.
15. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva** ; AVELAR, Mariana Magalhães . Access to Information and Its Disclosure. The Right of Access to Public Information. 1ed.Berlin: Springer Berlin Heidelberg, 2018, v. 1, p. 543-569.
16. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Comentários ao art. 17 (acordo de leniência nas contratações públicas). In: Maria Sylvia Zanella Di Pietro; Thiago Marrara. (Org.). Lei Anticorrupção comentada. 1ed.: , 2017, v. 1, p. 233-241.
17. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; FABRICIO MOTTA . Corrupção nas licitações e contratações públicas. In: Wald, Arnold; Justen Filho, Marçal; Pereira Cesar. (Org.). Direito Administrativo na Atualidade, O - Estudos em Homenagem a Hely Lopes Meirelles. 1ed.: , 2017, v. , p. 56-65.
18. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. O direito de transferência ex officio entre instituições de ensino congênere conferido a servidor público federal da Administração direta se estende aos empregados públicos. In: DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella; NOHARA, Irene Patrícia. (Org.). Teses Jurídicas dos Tribunais Superiores. 1ed.: , 2017, v. , p. 729-737.
19. FARIA, Edimur Ferreira de ; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . A importância da efetividade das políticas públicas em saúde preventiva: um contraponto à judicialização. In: Leonardo Poli. (Org.). Democracia, Liberdade e Cidadania. 1ed.Belo Horizonte, Minas Gerais,: D Plácido, 2017, v. 3, p. 11-27.
20. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; SALGADO, Lais Rocha . O DECRETO FEDERAL No 8.420/15 E A METODOLOGIA DE CÁLCULO PARA FIXAÇÃO DA MULTA. In: cristiana maria fortini pinto e silva. (Org.). Corrupção e seus múltiplos enfoques jurídicos. 1ed.: , 2017, v. 1, p. 75-89.
21. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Licitações Diferenciadas. In: TORRES, Jessé. (Org.). Comentários ao Sistema Brasileiro de Licitações e Contratos Administrativos. 1ed.sao paulo: NDJ, 2016, v. 1, p. 743-760.
22. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Combate à corrupção nas contratações públicas: breve comparação entre ferramentas previstas no sistema jurídico brasileiro e no sistema norte-americano. O impacto da corrupção sobre as políticas públicas. 1ed.: , 2016, v. , p. 55-.
23. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. As mudanças na LC n 123/06: a polêmica avança. In: Motta, Fabricio; Pontes Filho, Valmir; Gabardo, Emerson. (Org.). Administração Pública: desafios para a transparência, probidade e desenvolvimento. 1ed.: FORum, 2016, v. 1, p. 51-62.
24. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; PIRES, P. G. C. ; Cunha, Luana Magalhães de Araújo . O regime jurídico das parcerias voluntárias com as organizações da sociedade civil: inovações da Lei 13.019/14. In: Motta, Fabricio; Manica, Fernando Borges; Oliveira, Rafael Arruda. (Org.). Parcerias com o Terceiro Setor. 1ed.: forum, 2016, v. , p. 59-84.
25. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; PIRES, P. G. C. . Equilíbrio Econômico-Financeiro nos contratos de PPP. In: Marçal Justen Filho;Rafael Wallbach Schwind. (Org.). Parcerias público-privadas: reflexões sobre os 10 anos da Lei 11.079/2004. 1ed.Sao Paulo: Revista dos Tribunais, 2015, v. 1, p. 283-308.
26. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho . Reflexões sobre a utilização de bens públicos pelos particulares: uma releitura dos conceitos da doutrina. Estado e Propriedade: estudos em homenagem à Professora Maria Coeli Simões Pires. 1ed.: , 2015, v. , p. 217-.
27. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; SOUSA, Simone Letícia Severo e . O agir estatal em face do Estado Democrático de Direito: Plano Diretor e controle judicial. In: SOUSA, Simone Letícia Severo e. (Org.). O Direito na Contemporaneidade: Políticas Públicas. V. II. 1ed.BELO HORIZONTE: DEL REY, 2015, v. 1, p. 260-274.
28. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; MARIANA BUENO . DE ADVERSÁRIOS A PARCEIROS: O PROCEDIMENTO DE MANIFESTAÇÃO DE INTERESSE COMO INSTRUMENTO DE COOPERAÇÃO NO TRADICIONALMENTE INÓSPITO CENÁRIO DAS LICITAÇÕES PÚBLICAS. De adversários a parceiros: o Procedimento de Manifestação de Interesse como instrumento de cooperação no tradicionalmente inóspito cenário das licitações públicas.. 1ed.BH: conpedi, 2015, v. 1, p. 145-175.
29. VIEIRA, Ariane Shermam Moraes ; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Lei anticorrupção empresarial: os riscos na sua regulamentação e implementação. In: Maria Tereza Fonseca Dias; Maria Fernanda Salcedo Repolês. (Org.). O Direito entre a esfera pública e a autonomia privada: transformações do Direito Público no ambiente democrático. 1ed.BH: forum, 2015, v. 2, p. 161-184.
30. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. APOSENTADORIA ESPECIAL E A CONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 11.301/2006. In: FELIPE DUTRA ASENSI, DANIEL GIOTTI DE PAULA,. (Org.). Tratado De Direito constitucional - Constituição, Política e Sociedade. 1ªed.RIO DE JANEIRO: ELSEVIER EDITORA LTADA, 2014, v. 01, p. 01-431.
31. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Comentários sobre aspectos gerais e a intenção para registro de preços. Registro de Preços. 1ed.: , 2014, v. , p. 35-.
32. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Aprimoramentos do Decreto Federal- órgão gerenciador, órgão participante, carona e outros dispositivos. In: Cristiana Maria Fortini Pinto e Silva. (Org.). Registro de Preços. 1ed.: , 2014, v. , p. 169-.
33. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Acumulação de Cargos Remunerados, de Cargo e Proventos, de Cargos e Pensão e de Cargos De proventos E Pensão. Servidor Público- Estudos em homenagem ao Pedro Paulo De Almeida Dutra. 2ed.Belo Horizonte: Editora Fórum, 2014, v. 01, p. 01-819.
34. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; MOTTA, F. M. . Concurso Público e direito à nomeação. In: PEREIRA, Flávio Henrique Unes ; Zochun, Maurício. (Org.). O Direito Administrativo na jurisprudência do STF e do STJ: homenagem ao Professor Celso Antônio Bandeira de Mello.. 1ed.: , 2014, v. , p. 125-140.
- 35.

- SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho ; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa . DOS ASPECTOS POLÊMICOS DA ADESAO TARDIA A ATAS DE REGISTROS DE PREÇOS. In: ALÉCIA PAOLUCCI NOGUEIRA BICALHO; MARIA TEREZA FONSECA DIAS. (Org.). CONTRATAÇÕES PÚBLICAS ESTUDOS EM HOMENAGEM AO PROFESSOR CARLOS PINTO COELHO MOTTA. 01ed.BELO HORIZONTE: EDITORA FÓRUM, 2013, v. 01, p. 19-601.
36. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Licitações nas PPPs. In: Ricardo VC Fernandes;Tatiana Muniz S. Alves. (Org.). Licitações,Contratos E Convênios Administrativos. 01ed.BELO HORIZONTE: EDITORA FÓRUM, 2013, v. 01, p. 18-480.
37. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. COMENTÁRIOS À LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO : CONTEXTO, DESAFIOS E POLÊMICAS. In: FLORIANO DE AZEVEDO MARQUES NETO, FERNANDO DIAS MENEZES DE ALMEIDA, IRENE PATRICIA NOHARA, THIAGO MARRARA. (Org.). DIREITO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. 01ed.SÃO PAULO: EDITORA ATLAS, 2013, v. 01, p. 1-1161.
38. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Princípio Da Segurança Jurídica E A Lei nº 9784/99. In: JOSÉ ROBERTO PIMENTA OLIVEIRA , RAFAEL VALIM, AUGUSTO NEVES DAL POZZO. (Org.). TRATADO SOBRE O PRINCÍPIO DA SEGURANÇA JURÍDICA NO DIREITO ADMINISTRATIVO. 1ªed.BELO HORIZONTE: EDITORA FÓRUM, 2013, v. 01, p. 01-819.
39. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Princípio da Segurança Jurídica e sua Influência na Revogação das Licitações. In: Onofre Alves Batista Júnior, Sérgio Pessoa de Paula Castro. (Org.). Tendências e Perspectivas do Direito Administrativo uma Visão da Escola Mineira. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012, v. , p. 253-265.
40. ANDRADE, Alberto Guimarães ; BICALHO, Alécia Paolucci Nogueira ; ARAUJO, Ana Luiza Gomes de ; PITCHON, C. P. B. ; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . O MUNICÍPIO E A COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PREVISTA NO ART. 30, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA. PAULO NEVES DE CARVALHO SUAS LIÇÕES POR SEUS DISCÍPULOS. 001ed.BELO HORIZONTE: EDITORA FÓRUM, 2012, v. 001, p. 001-359.
41. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Uma análise crítica acerca da pretensa "desconstrução"do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privado. Uma análise crítica acerca da pretensa "desconstrução"do princípio da supremacia do interesse público sobre o interesse privadoVitória. 1ªed.vitória: CONPEDI, 2012, v. , p. 4024-4050.
42. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Perspectiva Constitucional Do Controle Interno. In: Cristiana Fortini, Miriam Mabel Ivanega. (Org.). Mecanismo de Controle Interno E Sua Matriz Constitucional. 1ªed.Belo Horizonte: Editora Fórum, 2012, v. 01, p. 11-329.
43. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Dessorollo Local. In: Comissão organizadora XVI Seminário Académico APEC,Asociación de Investigadores y Estudiantes Brasileños en Cataluña. (Org.). Horizontes de Brasil ? Escenarios, Intercambios y Diversidad. : , 2011, v. , p. -.
44. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Princípio da segurança jurídica e sua influência na revogação das licitações. In: Marrara, Tiago. (Org.). Princípios do direito administrativo. Sao Paulo: Atlas, 2011, v. , p. -.
45. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. A experiência belohorizontina do Orçamento Participativo como ferramenta para o desenvolvimento local. Horizontes de Brasil Escenarios, Intercambio y Diversidades. 1ªed.Barcelona - Espanha: Ediciones APEC, 2011, v. , p. 404-415.
46. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. As Organizações Sociais como instrumento destacado de atuação compartilhada entre a Administração Pública e a Sociedade Civil Organizada. Anais do XX Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2011, v. , p. -.
47. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DESTACADO DE ATUAÇÃO COMPARTILHADA ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA. AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DESTACADO DE ATUAÇÃO COMPARTILHADA ENTRE A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E A SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA. 1ªed.vitória: CONPEDI, 2011, v. 1º, p. 2794-2815.
48. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. A Terceirização e a Lei de Responsabilidade Fiscal. In: RODRIGO PIRONTI AGUIRRE DE CASTRO. (Org.). LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL: Ensaios em comemoração aos 10 anos da Lei Complementar nº 101/00. 01ed.BELO HORIZONTE: FÓRUM, 2010, v. 01, p. 71-86.
49. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. O controle judicial de políticas públicas no Estado Democrático de Direito. In: Maria Sylvia Zanella Di Pietro; Carlos Vinícius Alves Ribeiro. (Org.). Supremacia do Interesse Público e outros temas relevantes do direito administrativo. 1ªed.São Paulo: Atlas, 2010, v. , p. 329-340.
50. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; PIEVE, Flavia Cristina Mendonça Faria da . As terceirizações e as contratações temporárias realizadas pela Administração Pública: distinções entre as duas figuras e o impacto na LRF. Terceirização na Administração. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2009, v. , p. 9-23.
51. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; VIEIRA, Virginia Kirchmeyer . A terceirização pela Administração Pública no Direito Administrativo:considerações sobre o Decreto nº 2271/97 e a Instrução Normativa nº 2/08. Terceirização na Administração. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2009, v. , p. 25-37.
52. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; FARIA, Edimur Ferreira de . Acumulação de cargos remunerados, de cargo e proventos, de cargo e pensão e de proventos e pensão. Servidor Público: Estudos em homenagem ao Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra. 1ed.Belo Horizonte: Forum, 2009, v. , p. 73-91.
53. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; ROCHA, Rúsvel Beltrame . Consórcios públicos, contratos de programa e a Lei de Saneamento. In: Cristiana Fortini; Juliana Picinin. (Org.). Saneamento Básico- Estudos e Pareceres à luz da Lei nº 11.445/07. Belo Horizonte: Forum, 2009, v. , p. -.
54. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Comentários aos artigos 38 e 39 da CF - trabalho já entregue. In: J.J Gomes Canotilho; Lenio Luiz Streck; Info Wolfgang Sarlet;Gilmar Ferreira Mendes. (Org.). Constituição Anotada do Brasil. : , 2009, v. , p. -.
55. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho . A Licitação compartilhada e dispensa de licitação. In: Maria Coeli Simões Pires; maria Elisa Braz. (Org.). Consórcios Públicos Instrumento do Federalismo Cooperativo. : , 2008, v. , p. -.
56. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Controle jurisdicional dos contratos administrativos: controle da legitimidade do gasto público pelo Poder Judiciário. Políticas públicas: possibilidades e limites. BH: Forum, 2008, v. , p. -.
- 57.

- SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação de consórcio de empresas na licitação: tratamento dispensado pelas Leis n 8.666/93 e 8.987/95. Leituras Complementares de Direito Administrativo. Salvador: Jus Podvium, 2008, v. , p. -.
58. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Processo de Trabalho e temas conexos. In: Marcio Túlio Viana. (Org.). Considerações sobre o regime de emprego na Administração Pública. Belo Horizonte: Mandamentos, 2004, v. , p. -.

Textos em jornais de notícias/revistas

1. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva ; CAVALCANTI, Caio Mario Lana .** O pagamento: aspectos favoráveis ao contratado no Projeto de Lei nº 4.253/2020. O pagamento: aspectos favoráveis ao contratado no Projeto de Lei nº 4.253/2020, 16 fev. 2021.
2. **Fortini, Cristiana Maria Pinto E.Silva .** Investigados por improbidade administrativa poderão fechar acordo com o MPF. Investigados por improbidade administrativa poderão fechar acordo com o MPF, 08 dez. 2020.
3. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e .** A Nova lei que prevê desconto de 25% na venda de imóveis da União é adequada? NÃO. A Nova lei que prevê desconto de 25% na venda de imóveis da União é adequada? NÃO, FOLHA DE SAO PAULO, 26 jun. 2020.
4. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa .** A busca por procedimentos mais singelos na tradicional dispensa de emergência: apreendizados do covid. Observatório da Nova Lei de Licitações, 22 abr. 2020.
5. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e .** Combate à Corrupção nas Licitações e Contratações Públicas. SGP- Soluções em Licitações e contratos, p. 11 - 14, 01 mar. 2020.
6. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Lei de Licitações e o Combate à Corrupção. Estado de Minas, Minas Gerais, 26 maio 2017.
7. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Acumulação e cessão: controvérsias. revista Mens Legis, Belo Horizonte, p. 20 - 24, 01 mar. 2008.
8. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** O interesse público e os interesses privados. Forum - Informativo da Faculdade de Direito Izabel Hendrix, Belo Horizonte, p. 6 - 7, 01 maio 2002.
9. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** A greve no serviço público. Jornal O Tempo, Belo Horizonte, p. 1 - 1, 26 mar. 2002.
10. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Estatuto da cidade: considerações iniciais sobre pontos relevantes (I). Fórum - Informativo da Faculdade de Direito Izabela Hendrix, Belo Horizonte, p. 2 - 3, 01 nov. 2001.
11. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Poder Judiciário e implementação de políticas públicas. Quorum - Informativo da livreria Del Rey, Belo Horizonte.
12. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Dos direitos subjetivos públicos dos indivíduos. Sino do Samuel.
13. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Gestão Metropolitana- Apresentação. Cadernos da Escola do Legislativo.
14. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** A experiência belhorizontina do orçamento participativo como ferramenta para o desenvolvimento local. Revista da Procuradoria-Geral do Município de Belo Horizonte, Belo Horizonte_MG, p. 120 - 124.
15. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Riscos na implementação da lei anticorrupção. Estado de Minas.
16. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e .** Reflexos da covid 19 e os contratos de terceirização na administração pública.. Estadão.
17. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; FAJARDO, G. .** Linha amarela e o castelo de areia da segurança jurídica. Linha amarela e o castelo de areia da segurança jurídica.
18. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Interesse Público. Jornal O Tempo.

Trabalhos completos publicados em anais de congressos

1. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; MARIANA BUENO .** De adversários a parceiros: o Procedimento de Manifestação de Interesse como instrumento de cooperação no tradicionalmente inóspito cenário das licitações públicas.. In: XXIV Congresso Nacional do Conpedi, 2015, BH. Esfera pública, legitimidade e controle, 2015. p. 145.
2. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; MIRANDA, Iúlian .** O DIREITO À INFORMAÇÃO COMO GARANTIDOR DO CONTROLE SOCIAL DAS ATIVIDADES ADMINISTRATIVAS: UMA ANÁLISE DOS RISCOS ORIUNDOS DESSA PARTICIPAÇÃO POPULAR. In: CONPEDI, 2013, CURITIBA. XXII ENCONTRO NACIONAL DO CONPEDI, 2013.
3. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; MIRANDA, Iúlian .** AS ORGANIZAÇÕES SOCIAIS COMO INSTRUMENTO DESTACADO DE ATUAÇÃO COMPARTILHADA. In: CONPEDI, 2011. CONPEND, 2011. v. 1º. p. 2794-2815.

Apresentações de Trabalho

1. **FORTINI, Cristiana ; PICININ, Juliana de Almeida ; FENILI, Renato .** Live - Por que uma nova lei de Licitações. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
2. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E ; Oliveira, Rafael Sérgio ; PERCIO, Gabriela Verona .** Live - Modalidades, tipos e procedimentos: o que muda na nova lei de licitação?. 2021. (Apresentação de Trabalho/Outra).
3. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E ; ZIMMER, Aloísio ; MACIEL, Igor Moura ; STROPPIA, Christianne ; DOTTI, Marinês Restelatto .** Nova Lei de Licitações: mudanças e expectativas. 2021. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
4. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e .** A estrutura da contratação pública e as inovações trazidas pela Covid-19. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
5. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e .** Covid-19: uma oportunidade para reavaliarmos as cláusulas exorbitantes. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
6. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; AVELAR, Mariana Magalhães .** Webinar - Impactos da pandemia na infraestrutura brasileira. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
7. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e .** No contexto das contratações. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

8. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; VALIM, Rafael Ramires** . Acordos de Leniência: Temas atuais. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
9. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; ZILIO, M. M.** . Lei Anticorrupção, Acordos de Leniência e Compliance. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
10. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E ; FARIA, Edmur Ferreira de** . O Direito extraordinário ou temporário com a finalidade de legitimar políticas de governo para enfrentar a covid-19: reflexos nas contratações públicas. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
11. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . A Análise dos Efeitos da Pós Pandemia no Direito Administrativo. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
12. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; MIRANDA, R. F. A.** . Anticorrupção, PAR e Acordo de Leniência: a experiência de MG. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
13. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; SILVA, M. A. B.** . Infraestrutura no pós-pandemia. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
14. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; OSÓRIO, Fábio Medina ; MACHADO, Antonio Rodrigo** . LEI ANTICORRUPÇÃO E RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DE PESSOAS JURÍDICAS. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
15. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E ; FABRIS, R. ; MOTA, M.** . REEQUILÍBRIO CONTRATUAL DE DIREITO - SEGURANÇA JURÍDICA E DIREITOS FUNDAMENTAIS. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
16. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . I Congresso Digital Covid-19 - Repercussões Jurídicas e sociais da Pandemia. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
17. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . A Cidade e a Covid-19 - Questões Urbanas à Luz da Pandemia. 2020. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
18. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Lições da Covid-19 no pós-pandemia. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
19. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Proposições normativa: improbidade e contratação emergencial. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
20. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Infraestrutura Integridade na Regulação. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
21. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Webinars sobre Direito Administrativo. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
22. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; Ohlweiler, Leonel Pires ; Carvalho, Raquel Melo Urbano ; BAPTISTA, P. F.** . PEC da Reforma Administrativa. 2020. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
23. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Webinar Escola da AGU ? Nova Lei de Licitações. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
24. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; Oliveira, Rafael Sérgio ; Lubambo, Murilo ; Fernandes, Murilo Jacoby ; Rodrigues, Nuno Cunha** . Live A Adesão do Brasil ao Acordo de Contratações Públicas da OMC: o que poderá mudar?. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
25. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Live Reforma Administrativa e o andamento das propostas. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
26. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva** . PMI em Debate: a revisão do decreto 44.565/2007 e os casos brasileiros. 2020. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
27. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . XXXIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2019. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
28. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Seminário PPP e concessões - Minas Gerais. 2019. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
29. **VALLE, Vanice Regina Lírio do ; SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E** . 'A lei das agências e outros marcos legais: interface com a LINDB, Lei de Processo Administrativo, Lei de Proteção ao usuário do Serviço Público'. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
30. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . 30 anos de Constituição: a evolução do Controle. 2018. (Apresentação de Trabalho/Outra).
31. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Integridade e Governança na Administração Pública. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
32. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Serviço Público e Inovação. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
33. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . A Experiência Americana no Combate a Corrupção e a sua Importância para a Atuação do Controle Interno?. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
34. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Riscos ao combate à corrupção e ao controle externo no PL 6814/17. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
35. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Perspectivas da futura lei de licitações : avanços e retrocessos. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
36. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Governança e Compliance. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
37. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . O papel fundamental do controle interno na governança pública. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
38. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Perspectivas sobre Licitações. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
39. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Há avanços no novo marco regulatório das licitações e contratações públicas?. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
40. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Governança Estatal. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

41. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Nova Lei de Licitações: aprimoramento ou retrocesso ?. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
42. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Nova Legislação de Licitações e Contratos. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
43. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** PPP nos Municípios: maiores entraves. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
44. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Controle da Corrupção no projeto de nova lei de licitações. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
45. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Há avanços no novo marco regulatório das licitações e contratações Públicas?. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
46. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Programas de Integridade e prevenção à corrupção: ponto de chegada ou de partida. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
47. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Vinculação e autonomia nas contratações públicas. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
48. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** REVOLUÇÃO MORAL NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA E COMBATE À CORRUPÇÃO. 2017. (Apresentação de Trabalho/Outra).
49. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Infraestrutura (controle de políticas públicas). 2017. (Apresentação de Trabalho/Outra).
50. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Controle da Administração Pública. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
51. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Sustentabilidade nas Contratações Públicas. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
52. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Lei anticorrupção empresarial: penalização e acordo de leniência. 2016. (Apresentação de Trabalho/Outra).
53. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** A política pública de combate à corrupção no Brasil. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
54. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Licitação exclusiva para micro e pequenas empresas. 2016. (Apresentação de Trabalho/Outra).
55. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Análise comparativa entre a Lei n, 12.846/13 e norte americano FCPA. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
56. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Políticas públicas de combate à corrupção. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
57. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Compliance como instrumento de mitigação de risco de corrupção na interação público privado. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
58. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Licitações e Contratações Sustentáveis. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
59. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Eficiência combate à corrupção: as reformas necessárias no regime de contratações públicas. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
60. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Lei das Estatais. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
61. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Lei de Acesso à Informação. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
62. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** A seleção de entidades do terceiro setor e credenciamento para atividades sociais relevantes. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
63. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Autonomia e Vinculação nas contratações públicas. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
64. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** OS e a nova lei federal de convênios. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
65. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Uber x Taxi: a questão jurídica. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
66. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** fiscalização e individualização de responsabilidades nos contratos de terceirização. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
67. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Transformações nos contratos administrativos. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
68. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** A promoção do desenvolvimento nacional sustentável e o regime diferenciado para microempresas e empresas de pequeno porte. 2015. (Apresentação de Trabalho/Outra).
69. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Institutional arrangements for fighting corruption in Brazil: courts, government agencies and applicable laws. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
70. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Fighting corruption in Brazil. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
71. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS À LUZ DO DECRETO 7.892/2013. 2014. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
72. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Transparência, Probidade e contratação Pública. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
73. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** 'Registro de preços: limites e oportunidades. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
74. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Lei Anticorrupção: aspectos gerais, riscos e limites na regulamentação. 2014. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
- 75.

- SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** A Ouvidoria no contexto do controle interno de Belo Horizonte.. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
76. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Eficiência e segurança nas contratações públicas.. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
77. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Gestão e Fiscalização de Contratos. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
78. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Lei de Acesso à Informação-LAI. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
79. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Negociação Coletiva e Greve no Serviço Público. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
80. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Governança e Gestão Pública. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
81. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Remuneração e Política Tarifária. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
82. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** A NOVA FEIÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS.. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
83. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** O Federalismo brasileiro e a experiência do orçamento participativo. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
84. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Controle das Parcerias Público Privadas: como evitar a corrupção?. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
85. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Lei Anticorrupção e sua regulamentação pelos entes federados. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
86. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** CÓDIGO MODELO DE PROCESSO ADMINISTRATIVA-JUDICIAL E EXTRAJUDICIAL PARA A IBERICO -AMEÉRICANO. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
87. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; ROCHA, Rúsel Beltrame .** Direito de Acesso à informação :questões controvertidas envolvendo a aplicação a Lei 12.527/2011. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
88. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** NULIDADES NO PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
89. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Pontos Polêmicos Relativos ao Pregão. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
90. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** "por una nueva gobernanza territorial.Seguridade jurídica,transparencia,remdici n cuentas y participacion". 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
91. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** PARCERIAS PÚBLICA-PRIVADAS: PERSSPECTIVAS E DESAFIOS. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
92. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** LEI DE ACESSO À INFORMAÇÃO. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
93. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Concurso público :aspectos polêmicos. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
94. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Cautelas e boas práticas na elaboração de Editais e Termos de Referência. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
95. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Controle Interno e sustentabilidade. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
96. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Descentralização e Controle. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
97. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Controle interno e Controle Externo. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
98. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADA. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
99. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** EXPERIÊNCIA DE BELO HORIZONTE - PROCESSS ADMINISTRATIVOS DISCIPLINARES. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
100. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** OS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAIS DA SAÚDE. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
101. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** COMBATE À CORRUPÇÃO NOS CONTRATOS ADMINISTRATIVOS:INVENTÁRIO DE MÁS PRÁTICAS. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
102. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** LICITAÇÃO E LEIS DAS LICITAÇÕES. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
103. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** ADITAMENTOS QUALITATIVOS E QUANTITATIVOS E OS LIMITES LEGAIS. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
104. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Relatividade da distinção entre atividade-fim e atividade-meio; a terceirização nas empresas estatais. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
105. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Atendimento aos Pedidos e Demais Desafios para a Eficácia da Lei de Acesso à Informação. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
106. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** AVALIAÇÃO DESEMPENHO E CONTROLE GERENCIAL DA FUNÇÃO PÚBLICA. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
107. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** CONTROLE DAS PARCERIAS PÚBLICOS PRIVADAS. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
108. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Desafios para a efetividade da Lei de Acesso à Informação. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
109. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Limites de Interfência dos Tribunais de Contas nos Contratos Públicos e Segurança Jurídica dos Concessionários. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
110. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** CONTROLE DAS PARECERIAS PÚBLICOS PRIVADAS. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

111. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** O CONTROLE DAS PARECERIAS PÚBLICAS PRIVADAS. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
112. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
113. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Riscos na Copa do Mundo 2014. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
114. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** SERVIÇOS PÚBLICOS MUNICIPAIS E MEIOS DE PRESTAÇÃO.. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
115. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** SUSTENTABILIDADE E PROCESSOS DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
116. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Aspectos Fundamentais da PPP. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
117. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Pessoal temporário;Admissão e Regime Jurídico.. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
118. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Os 20 anos da lei de improbidade Administrativa e a Luta por sua Eficácia .. 2012. (Apresentação de Trabalho/Congresso).
119. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** TERMO DE REFERÊNCIA E GESTÃO CONTRATUAL. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
120. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** "SUSTENTABILIDADE E PROCESSO DE CONTRATAÇÃO PÚBLICA. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
121. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Desafios Da Pesquisa em Direito Administrativo. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
122. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Parcerias Público Privadas no Brasil- Universidade de Coimbra. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
123. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Relação entre o privado e Estado : Serviços Públicos- Universidade Nova de Lisboa. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
124. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** A Experiência Belo Horizontina do Orçamento Participativo como Ferramenta para o Desenvolvimento Local. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
125. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Pregão Presencial e Eletrônico - Ferramenta de Governança e Pontos Controvertidos. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
126. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Parcerias Públicas na Área de Saúde. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
127. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Políticas Públicas na esfera da saúde- Congresso Nacional Argentina Buenos Aires. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
128. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** "CONTROLE E RESPONSABILIDADE PÚBLICA EM PERSPECTIVA NACIONAL E COMPARADA'. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
129. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Teoria geral do Processo Administrativo. Processo Disciplinar. 2010. (Apresentação de Trabalho/Outra).
130. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Reserva do possível, mínimo existencial e controle judicial de políticas públicas. 2010. (Apresentação de Trabalho/Seminário).
131. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Consórcios Públicos Municipais. Experiências concretas. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
132. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Mandado de Segurança e concurso público. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
133. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Segurança jurídica. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
134. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** O paradigma de legitimidade e eficiência e o controle do processo administrativo disciplinar. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
135. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Parcerias Público Privadas: possibilidades, editais publicados e expectativas. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
136. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Terceirização e o gasto com pessoal da LRF. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
137. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Controle dos contratos administrativos. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
138. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Contratos administrativos: cláusulas obrigatórias e alterações. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
139. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Pontos Polêmicos sobre o teto remuneratório. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
140. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Parcerias Público Privadas- palestra para o Curso de Ciências do Estado e Governança social-UFGM. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
141. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Licitações: questões polêmicas. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
142. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Consórcios Públicos- Noções gerais-FGV/SP. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
143. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Princípios da Administração Pública- seminário PBH. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
144. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Princípios informadores da Administração Pública: Isonomia, motivação, moralidade e probidade. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
- 145.

- SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Licitações e Terceiro Setor. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
146. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Concursos Públicos: vícios mais comuns, estágio probatório e avaliação de desempenho. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
147. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Responsabilidade civil do Estado: avanços e retrocessos na jurisprudência. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
148. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Novos Planos de Carreira no Serviço Público do Magistério. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
149. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Subsidiariedade e Divisão de Competências Administrativas. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
150. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Fiscalização de Contratos sob a ótica da IN02 e 04/2008. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
151. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Aspectos Polêmicos do Processo Administrativo Disciplinar. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
152. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Omissões da Polícia Administrativa - caracterização e consequências. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
153. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Contratos Administrativos. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
154. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Experiências Positivas de Contratação Pública. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
155. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Processo Administrativo Disciplinar. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
156. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Serviços Públicos: forma de prestação. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
157. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Responsabilidade civil do Estado: avanços e retrocessos da jurisprudência do STJ e STF. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
158. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Temas Polêmicos de Licitações e Contratos- OAB- Governador Valadares. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
159. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Micro e pequenas empresas: tratamento favorecido. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
160. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Bens Públicos- Regime jurídico, classificação e função social. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
161. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Micro e Pequenas empresas e Licitação. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
162. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Contratação de serviços bancários. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
163. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Carreira do Fisco: relevância e arrecadação. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
164. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Lei Complementar: 123 Micro e pequenas empresas na Licitação. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
165. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Direito Administrativo: da legalidade à juridicidade. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
166. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** O tema eterno da discricionariedade administrativa e da discricionariedade técnica. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
167. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Constitucionalidade do parâmetro do subsídio dos agentes políticos para os servidores públicos. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
168. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Aspectos relevantes dos Contratos Administrativos. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
169. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** A gestão pública nos consórcios relativamente a pessoal, bens, licitação, orçamento.. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
170. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Processo Administrativo e os princípios da ampla defesa, do contraditório e da segurança jurídica. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
171. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Políticas Públicas entre direitos fundamentais e bem comum. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
172. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Administração Pública e contemporaneidade. Princípio da eficiência e a efetivação do direito fundamental à boa administração. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
173. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Novas perspectivas da Administração Pública- Seminário 20 anos da Constituição Cidadã. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
174. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Gestão Ambiental no Município. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
175. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Responsabilidade civil por atos de terceiros (terceiro setor e concessionárias). 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
176. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Prescrição e decadência na Lei de Processo administrativo e no Código Civil. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
177. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Exame sobre as sanções disciplinares e os princípios da tipicidade e da culpabilidade. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
178. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Do ato ao procedimento administrativo no marco do Direito Administrativo principiológico. 2007. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

179. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Consórcio Público- Lei nº 11.107/05 conceito, natureza jurídica e sua aplicação. 2007. (Apresentação de Trabalho/Outra).
180. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Regime Jurídico dos servidores do Fisco e suas alterações. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
181. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Marco Regulador do Saneamento: contrato de programa, consórcio e concessão. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
182. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Micro e pequenas empresas na Licitação. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
183. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** O Contraditório, a ampla defesa e outros princípios do procedimento e do processo administrativo disciplinar. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
184. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Aspectos polêmicos do Concurso Público: isonomia, direito à nomeação, exigência. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
185. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** As sanções pelo descumprimento da função social da propriedade no Estatuto da Cidade. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
186. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Aspectos relevantes do Tombamento. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
187. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** A Licitação nos consórcios públicos. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
188. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Fisco é Carreira de Estado. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
189. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Concessão e Agências Reguladoras. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
190. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Inadimplência da Administração e Direitos do Contratado. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
191. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** O controle dos contratos administrativos pelo Judiciário. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
192. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Concessão dos serviços de água e esgoto do Município de Sete Lagoas. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
193. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Controle Judicial e Orçamento Público. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
194. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Marco Regulatório do Setor de Saneamento. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
195. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Administração Pública: prerrogativas ou privilégios?. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
196. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Processo Administrativo como forma de garantia da cidadania. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
197. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Questões concretas sobre Mandado de Segurança. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
198. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Processo Administrativo e Cidadania. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
199. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Aula Inaugural Questões Polêmicas sobre Concurso Público. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
200. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Consórcios Públicos- Semana Jurídica Fumec. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
201. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Temas polêmicos de licitações e contratos administrativos. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
202. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Responsabilidade civil do Estado por dano ambiental. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
203. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Aspectos Polêmicos do Processo Administrativo. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
204. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Responsabilidade Civil do Estado. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
205. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Processo administrativo e Cidadania. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
206. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Temas Polêmicos sobre Licitações e Contratos- Izabela Hendrix. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
207. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Apontamentos sobre a Responsabilidade Civil do Estado. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
208. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Reforma Previdenciária. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
209. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** A prática jurídica na prática. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
210. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Contrato Administrativo. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
211. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Função Social dos Bens Públicos e Privados e o Estatuto da Cidade. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
212. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Quatro anos da Lei de Responsabilidade Fiscal. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
213. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Eficiência e Serviços Públicos. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

214. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Serviços Públicos e direito do consumidor- TJMG-2004. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
215. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Os serviços públicos e direito do consumidor- TJMG 2003. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
216. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Implicações do Código Civil no Direito Administrativo. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
217. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Serviço adequado sob o prisma da Privatização. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
218. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Privatização. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
219. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Desapropriação Judicial e Arrecadação no novo Código Civil. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
220. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Noções Gerais da Administração Pública. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
221. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** A Reforma Administrativa. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
222. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Organização do Estado e o Direito. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
223. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Ciclo de Palestras para Vereadpres- Escola do Legislativo- ALEMG - Estatuto da Cidade. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
224. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Ciclo de Palestras para Vereadores- Escola do legislativo- ALEMG Terceiro Setor. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
225. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Estatuto da Cidade- Ciclo de Palestras para Vereadores - Escola do legislativo- ALMEG. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
226. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Terceiro Setor - Ciclo de Palestras para Vereadores - Escola do legislativo- ALMEG. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
227. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Ciclo de Palestras para Vereadores - Escola do legislativo- ALMEG Estatuto da Cidade. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
228. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Terceiro Setor - Ciclo de Palestras para Vereadores - Escola do legislativo- ALMEG. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
229. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Estatuto da Cidade- Ciclo de Palestras para Vereadores - Escola do legislativo- ALMEG. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
230. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Terceiro Setor- Ciclo de Palestras para Vereadores - Escola do legislativo- ALMEG. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
231. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Estatuto da Cidade- Seminário PUC Contagem. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
232. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Agências reguladoras e Agências Executivas. 2001. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).
233. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Franquias na Administração Pública. 2001. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Outras produções bibliográficas

1. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E ; CAVALCANTI, Marjorie Wanderley .** Lei Federal nº13.848/2019: A Lei Geral das Agencias Reguladoras (Artigos 1º ao 3º da Lei nº 13.848/2019). Belo Horizonte: editora Fórum, 2021 (Artigo).
2. **FORTINI, C. ; AVELAR, Mariana Magalhães .** O direito administrativo sancionador: considerações sobre o PL 4253/20 e a futura lei de licitações. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2021 (Artigo).
3. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva ; AMORIM, Rafael Amorim .** UM NOVO OLHAR PARA A FUTURA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: A FLORESTA ALÉM DAS ÁRVORES. Portal L&C Licitações e Contratos, 2021 (Artigo).
4. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e .** Reflexos da covid 19 e os contratos de terceirizacao na administracao publica.. Estadão, 2020 (Artigo).
5. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa .** A BUSCA POR PROCEDIMENTOS MAIS SINGELOS NA TRADICIONAL POR DISPENSA DE EMERGÊNCIA: APRENDIZADOS DO COVID-19 ? BREVES REFLEXÕES. Zenite, 2020 (Artigo).
6. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; BOECHAT, Raphael .** Os carteis de crise em tempos de pandemia e o PL 1179/20. Portal Licitação & Contrato, 2020 (Artigo).
7. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; DADALTO, Lucas Dutra .** CONTROLE JUDICIAL DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA - À Luz do Principio da Eficiência. Rio de Janeiro: CEEJ, 2020 (Apresentação).
8. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e ; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho .** A PANDEMIA E SEUS REFLEXOS JURÍDICOS. Belo Horizonte, 2020. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.
9. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e .** Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, 2020. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.
10. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva ; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho .** Comentários à Lei de Improbidade Administrativa. Rio de Janeiro, 2020. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.
11. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e .** Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, 2019. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.
12. **CAVALCANTI, Caio Mario Lana ; Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva .** Uma Teoria do Dever fundamental de Pagar Tributos. Rio de Janeiro, 2019. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.
- 13.

- SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, 2019. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
14. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Mudanças na disciplina nacional das PPPs: uso intensificado, riscos não abordados 2018 (Artigo).
15. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; FAJARDO, G. . BRASIL REAFIRMA SEU COMPROMISSO COM COMBATE E PREVENÇÃO À CORRUPÇÃO NO COMPROMISSO DE LIMA 2018 (Artigo).
16. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Dupla punição à pessoa jurídica na esfera judicial?. JOTA, 2018 (Artigo).
17. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Decreto 9.450/18 transfere ônus do Estado para a iniciativa privada 2018 (Artigo).
18. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, 2018. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
19. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, 2018. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
20. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Novo marco legal sobre abuso de autoridade é mais do que oportuno 2017 (Artigo).
21. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Dupla punição à pessoa jurídica na esfera judicial? 2017 (Artigo).
22. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. INTERESSE PÚBLICO Curiosidades sobre a aplicação de sanções às pessoas jurídicas corruptas 2017 (Artigo).
23. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. 'Carne fraca' revela importância da política de integridade em empresas 2017 (Artigo).
24. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, 2017. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
25. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, 2017. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
26. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Revista Brasileira de Estudos Políticos. Belo Horizonte, 2017. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
27. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Uma rápida comparação entre a Lei 12.846/13 e o norte-americano Foreign Corrupt Practice Act.. Salvador: Direito do Estado, 2015 (Artigo).
28. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Discussões sobre Processo Administrativo Disciplinar 2014 (Apostila).
29. COELHO, N. M. M. S. ; MAGALHAES, J. L. Q. ; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . O STF E A INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO - CASOS PARADIGMÁTICOS EM DIREITO S FUNDAMENTAIS. BELO HORIZONTE, 2013. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.
30. GUIMARAES, G. S. ; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . COMENTÁRIOS À LEI DE MOBILIDADE URBANA. BELO HORIZONTE, 2012. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

Produção técnica

Assessoria e consultoria

1. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Reforma da Previdência: comparação entre esfera federal e o Estado de Minas Gerais. 2020.
2. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Parecer sobre reequilíbrio econômico financeiro em contrato de PPP. 2020.
3. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho . Parecer sobre substituição de controle de consórcio em PPP. 2019.
4. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; COSTA, BEATRIZ SOUZA ; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho . Parecer sobre requisição administrativa. 2019.
5. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho . Programas de integridade. 2019.
6. PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho ; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Programas de integridade. 2019.
7. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E** ; Santiago, Myrian Passos ; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho ; PICININ, Juliana de Almeida . Parecer - realizar a expansão, operação, manutenção e melhorias na iluminação. 2018.
8. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho . Parecer - da viabilidade e da qualificação jurídica. 2018.
9. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho ; Juliana Picinin . Assessoria e consultoria jurídica, para adaptação dos processos. 2018.
10. PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho ; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; Juliana Picinin . Parecer - Concessão de Serviço Público de Transporte Coletivo. 2017.
11. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho ; Juliana Picinin . Parecer Contrato de longa duração sujeito a mutações técnicas e fáticas.. 2017.
12. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho ; Juliana Picinin . Parecer - Contrato de concessão de serviços públicos. 2017.
13. PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho ; **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E** ; PICININ, Juliana de Almeida . Parecer - protocolo de intenções firmado entre a administração pública e a iniciativa privada. 2017.
14. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho ; Juliana Picinin . Parecer Contrato de Prestação de Serviços de Módulo de Integração. 2017.
15. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; PICININ, Juliana de Almeida . Parecer - Gratificação de Estímulo à Produção Individual. 2016.

Trabalhos técnicos

1. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Revista da Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte. 2008.
2. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Conselho Editorial da Revista da Faculdade de Direito de Sete Lagoas. 2004.
3. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Conselho Editorial Revista do Curso de Direito. 2003.

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva** . Regras sobre Enem 2020. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
2. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva** . Decreto Municipal que permite o funcionamento apenas de serviços essenciais em BH.. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
3. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva** ; RODRIGUES, Késia . Serie de Lives Conectando com o Autor. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
4. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva** . A possibilidade discursão judicial em face das alegadas falhas de logística do ENEM. 2021. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
5. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Licitações e Contratos Administrativos em tempos de Covid. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
6. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Impactos da Pandemia na Infraestrutura Brasileira: Isolamento e Resiliência. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
7. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Contratações emergenciais, requisição e execução contratual durante situações de pandemia. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
8. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Aplicação do percentual mínimo orçamento em saúde nos estados.. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
9. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Pauta sobre a reabertura de bares e restaurantes na capital mineira. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
10. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Disputa entre PBH e Abrasel confunde donos de bares e restaurantes. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
11. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E** . Investigados por improbidade administrativa poderão fechar acordo com o MPF. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
12. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E** . Sem pedágio, prefeitura terá que gastar mais de R\$ 100 milhões por ano para manter a Linha Amarela. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
13. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E** . Responsabilidade fiscal não tem mais valor do que a vida. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
14. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E** . Minas tem 1200 obras públicas inacabadas em 487 municípios, nas áreas da educação, saúde e segurança. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
15. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E** . Não se escolhe empresa num processo de contratação por emergência a partir de critérios subjetivos. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
16. **FORTINI, C.** . Minas Gerais é o estado brasileiro que aplicou menos recursos em saúde durante a pandemia. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
17. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva** . A polemica do retorno das aulas no Colégio Militar em BH. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
18. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E** . A Reforma Administrativa e os rumos do serviço público. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
19. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E** . MG ainda não tem definição sobre salário de secretários; renúncia do valor foi promessa de Zema. 2019. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
20. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Falta de Garantia dificulta Parcerias (PPPs). 2018. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
21. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Políticas públicas de combate à corrupção. 2017.
22. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Fragilidades no ciclo das contratações públicas. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
23. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. A nova Lei de Licitações. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
24. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**; LIMA, Rogerio Medeiros Garcia de . 25 anos da lei de Improbidade Administrativa. 2017.
25. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Em busca da transparência e das melhores praticas de gestão. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
26. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Comentários sobre o PL 6814 (licitações). 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
27. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Corrupção e seus múltiplos enfoques. 2017.
28. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E** . Lei da Improbidade administrativa completa 25 anos com avanços inegáveis. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
29. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Raízes da corrupção no Estado brasileiro. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
30. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Processos de licitação pública e o controle para impedir a prática de fraudes. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).
31. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e**. Relação entre Estado e Setor Privado. 2016. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).
32. **FORTINI, C.** . Especialistas explicam o difícil caminho do combate à corrupção. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎬
33. **FORTINI, C.** . Corrupção. 2016. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Demais tipos de produção técnica

1. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Os ensinamentos para contratação pública com o enfrentamento da pandemia. 2020. .
2. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; **CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa** . Novo Pregão Eletrônico. 2020. .
3. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Revista Brasileira de Estudos Políticos. 2020. (Editoração/Periódico).
4. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; **CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa** ; **AMORIM, Victor Aguiar Jardim de** . Pregão Eletrônico Novo Decreto Federal nº 10.024/19 Mudanças e Impactos. 2019. .
5. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Revista Brasileira de Estudos Políticos. 2019. (Editoração/Periódico).
6. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Revista Brasileira de Estudos Políticos. 2019. (Editoração/Periódico).
7. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Revista Brasileira de Estudos Políticos. 2018. (Editoração/Periódico).
8. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Revista Brasileira de Estudos Políticos. 2018. (Editoração/Periódico).
9. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Revista Brasileira de Estudos Políticos. 2017. (Editoração/Periódico).
10. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Revista Brasileira de Estudos Políticos. 2017. (Editoração/Periódico).
11. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Revista Brasileira de Estudos Políticos. 2017. (Editoração/Periódico).
12. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Controle Interno nas Licitações. 2016. .
13. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; **CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa** . Elaboração de Termo de Referência. 2015. .
14. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Registro de Preços. 2015. .
15. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Gestão e Fiscalização de Contratos. 2015. .
16. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Direitos e vantagens dos servidores públicos: direitos e vantagens de ordem pecuniária. 2015. .
17. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Elaboração de Edital e Termo de Referência. 2015. .
18. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Novidades e Repercussões nas Contratações Públicas Trazidas Pela LC Nº 147/14 ? O Novo Regime Das Microempresas. 2015. .
19. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; **CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa** . Cuidados e boas práticas na elaboração de Termo de Referência. 2015. .
20. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; **CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa** . Tratamento favorecido a micro e pequenas empresas LC 123/06. 2015. .
21. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; **CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa** . Gestão e Fiscalização de Contratos: boas práticas. 2015. .
22. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; **CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa** . SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS: REGRAS NACIONAIS E O DECRETO 7.892/2013. 2015. .
23. **CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa** ; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Gestão e Fiscalização de contratos. 2014. .
24. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Gestão e Fiscalização de Contratos. 2014. .
25. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** ; **CAMARÃO, Tatiana Martins da Costa** . Registro de Preços. 2014. .
26. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Homologação e Adjudicação. 2014. .
27. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Processo Administrativo Disciplinar. 2014. .
28. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Pregão: aspectos procedimentais e polêmicas. 2014. .
29. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Decreto sobre Terceirização de serviços. 2014. (Decreto Municipal).
30. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Minuta de Decreto sobre anticorrupção empresarial. 2014. (Minuta de Decreto).
31. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Minuta de Decreto sobre conflito de interesses. 2014. (Minuta de Decreto).
32. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . ASPECTOS POLÊMICOS DO PREGÃO. 2013. .
33. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Elaboração de Termo de Referência. 2013. .
34. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Decreto Sobre aplicação de penalidades aos contratados. 2013. (Decreto sobre aplicação de penalidades aos contratados).
35. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Decreto sobre doação de bens aos Municípios. 2013. (Decreto Municipal).
36. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Decreto sobre gestor de convênios. 2013. (Decreto Municipal).
37. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . TERMO DE REFERÊNCIA E GESTÃO CONTRATUAL. 2012. .
38. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . CURSO GESTÃO CONTRATUAL. 2012. .
39. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Decreto sobre Acesso à Informação 14906/12. 2012. (Decreto do Município de Belo Horizonte).
40. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . CURSO PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS. 2011. .
41. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . CURSO BENS PÚBLICOS. 2011. .
42. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . CURSO PROCESSO ADMINISTRATIVO. 2011. .
43. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . CURSO PREGÃO E REGISTRO DE PREÇOS. 2011. .
44. **SILVA, Adriana Campos** ; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . CURSO CONVÊNIOS COM TERCEIRO SETORr. 2011. .
45. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . CURSO LICITAÇÃO DE SERVIÇO DE PUBLICIDADE. 2011. .
46. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . CURSO REGISTRO DE PREÇOS E PREGÃO. 2011. .
47. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . licitações e contratos. 2011. .
48. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Decreto sobre procedimentos de controle interno. 2011. (Decreto Municipal).

Demais trabalhos

1. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Pro-Labore Cursos Jurídicos. 2004 (Docência) .
2. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Faculdade Estácio de Sá. 2004 (Docência) .
3. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Instituto de Direito Administrativo de Goiás. 2003 (Docência) .
4. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Curso Maurício Trigueiro. 2003 (Docência) .
5. .

- SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Escola Superior de Advocacia da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção MG. 2003 (Docência) .
6. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Faculdades Integradas do Oeste de Minas. 2003 (Docência) .
7. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Escola Superior do Ministério Público. 2003 (Docência) .
8. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Faculdade de Estudos Administrativos - FEAD. 2003 (Docência) .
9. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Praetorium - Instituto Ensino Pesquisa e Atividade Extensão em Direito Ltda. 2002 (Docência) .
10. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Centro de Estudos Estratégicos em Direito do Estado - CEEDE. 2002 (Docência) .
11. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** OAB/Piauí - UFPI. 2002 (Docência) .
12. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Curso Maurício Trigueiro. 2001 (Docência) .

Bancas

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; FERREZ, Marcelo Andrade; Lara, Fabiano T. R.** Participação em banca de Renata Vaz Marques Costa Rainho. "Cláusulas anticorrupção em contratos privados e administrativos". 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
2. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; MOTA, M. J. P.; ARAGÃO, Alexandre Santos de.** Participação em banca de Maria Isabel Santana Pomaroli. A aplicabilidade da economia de compartilhamento sobre bens imóveis públicos ociosos urbanos. 2020 - Universidade do Estado do Rio de Janeiro.
3. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; Lara, Fabiano T. R.** Participação em banca de Daniela Nicoli Mendes. Instituições de Independência das agências reguladoras de serviços públicos e o desenvolvimento. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
4. **SADDY, André; DALCASTEL, M. B.; SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Eduardo Langoni de Oliveira Filho. Uma análise da exigência de programas de integridade nas contratações públicas sob os aspectos concorrenciais e anticorrupção. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal Fluminense.
5. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; FERREZ, Marcelo Andrade; Jorge Mascarenhas Lasmar.** Participação em banca de Ciro Costa Chagas. Corrupção : ne bis in idem material como garantia à sobreposição normativa da Lei 12.846/13. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade Milton Campos.
6. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; MÁRCIO LUIS DE OLIVEIRA; FÁRIA, Edimur Ferreira de.** Participação em banca de Marcos Henrique Silvério. "A intervenção do Estado no Domínio Econômico Por Meio da Participação Societária na Empresa Privada". 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade Milton Campos.
7. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; SADDY, André; DIAS, Maria Tereza Fonseca; ARAÚJO, Florivaldo Dutra de.** Participação em banca de Débora Carvalho Mascarenhas dos Anjos. "Definição do Regime Jurídico de Licitação e Contratos das Empresas Estatais, análise dos critérios dicotômico, concorrencial e modelo empresarial". 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
8. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; FERREZ, Marcelo Andrade; Jorge Mascarenhas Lasmar.** Participação em banca de Ciro Costa Chagas. "Corrupção: o NE BIS IN IDEM material como à garantia sobreposição normativa da Lei 12.846/13". 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade Milton Campos.
9. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; DUARTE, Luciana Gaspar Melquíades; SILVEIRA, Cláudia Maria Toledo da.** Participação em banca de Carlos Eduardo Fernandes Neves Ribeiro. "Uma releitura da improbidade administrativa sob a ótica alexiana". 2019. Dissertação (Mestrado em Direito e Inovação) - Universidade Federal de Juiz de Fora.
10. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; FÁRIA, Edimur Ferreira de; BERNARDES, F. C.** Participação em banca de Camila Aparecida Drumond. Controle externo na administração pública contemporânea. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
11. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; FERREZ, Marcelo Andrade; SAMPAIO JUNIOR, Rodolpho Barreto.** Participação em banca de Livia Siman Alves. Análise dos Programas de Integridade como Ferramentas de Prevenção à Corrupção. 2018.
12. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; CARNEIRO, R.; GUIMARAES, Alexandre Queiroz.** Participação em banca de Mariana de Araújo Antunes. O Procedimento de Manifestação de Interesse como instrumento de auxílio ao Planejamento de Parcerias Público Privadas. 2018. Dissertação (Mestrado em Administração Pública) - Fundação João Pinheiro.
13. **GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; CASIMIRO, Ligia Maria Melo de; SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Fábio de Sousa Santos. Análise amparada da competição na contratação pública brasileira e estadunidense. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
14. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; ARAÚJO, Florivaldo Dutra de; DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella.** Participação em banca de Mariana Magalhães Avelar. Contratualização da atividade sancionada: acordo de leniência no contexto das licitações e contratos. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
15. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; MAIA, F. F. R.; Natália Cristina Chaves.** Participação em banca de Marjorie Wanderley Cavalcanti. O compliance empresarial no contexto da lei anticorrupção. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdade Milton Campos.
- 16.

- jamile bergamaschine mata diz; marcos augusto perez; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Fernanda Teixeira Gonçalves de Sousa. procedimento de manifestação de interesse e administração pública consensual. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdades Milton Campos.
17. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** ARAUJO, Florivaldo Dutra de; HAIKAL, Daniela Mello Coelho. Participação em banca de Lucas Dutra Dadalto. controle judícia da administração pública à luz do princípio da eficiência: viabilidade e parâmetros. 2018. Dissertação (Mestrado em direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
18. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** PARENTONI, L. N.; MAIA, F. F. R.. Participação em banca de Caio Mário Trivellato Sebra Filho. Arrecadação e Transferência do ativo mineral no âmbito da liquidação falimentar. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdades Milton Campos.
19. ARAUJO, Florivaldo Dutra de; DIAS, Maria Tereza Fonseca; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Mariana Magalhães Avelar. Concertação nos Conflitos administrativos contratuais. 2017.
20. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de rafael de oliveira perpétuo. A impossibilidade de limitação do BDI pelo TCU nas licitações de obras por empreitada por preço global e por preços unitários. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdades Milton Campos.
21. FARIA, Edimur Ferreira de; ARAUJO, Marinella Machado; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Andrea Barroso Gonçalves. Descentralização de Políticas Públicas no paradigma do Estado Democrático de Direito. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
22. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** GALVAO, F.; BRODT, Luis Augusto Sanzo. Participação em banca de Guilherme de Sá Meneghin. Concurso de pessoas nos crimes de peculato e corrupção passiva: um estudo sobre a teoria do domínio de organização. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
23. FARIA, Edimur Ferreira de; CLARK, Giovani; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Raphael David Duarte Mariano. A responsabilidade civil do Estado por danos decorrentes de atos jurisdicionais. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
24. ARAUJO, Florivaldo Dutra de; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** NETTO, Luisa Cristina Pinto. Participação em banca de Maria Letícia Rodrigues Resende. Um releitura da teoria dos motivos determinantes. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
25. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Pier Giorgio Senesi Filho. A Transversalidade Ambiental na Política Urbana de Belo Horizonte.. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Escola Superior Dom Helder Câmara.
26. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** ARAUJO, Florivaldo Dutra de. Participação em banca de Maria Letícia Rodrigues Guimarães Araujo Resende. Limites à aplicação teoria dos motivos determinantes do ato administrativo. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
27. GABARDO, Emerson; SALGADO, Desiree; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Thiago Priess Valiati. O princípio constitucional da segurança jurídica nos setores de infraestrutura. 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal do Paraná.
28. ARAUJO, Florivaldo Dutra de; GABARDO, Emerson; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Murilo Melo Vale. Desapropriações: análise crítica do marco legal das expropriações administrativas à luz do princípio democrático. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
29. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** DIAS, Maria Tereza Fonseca. Participação em banca de Juliana de Souza Bechara Braga. A Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte e o Terceiro Setor: análise do título de utilidade pública e da parceria com o Município. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
30. ARAUJO, Florivaldo Dutra de; BATISTA JUNIOR, Onofre Alves; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Thiago Quintão Riccio. Operação Urbana Consorciada: Contratualização na execução da política urbana concertada. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
31. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** ARAUJO, Florivaldo Dutra de; Luciana Moraes Raso Sardinha Pinto. Participação em banca de Iúlian Miranda. "O Fomento Estatal Às Organizações Sociais". 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
32. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Iggor Gomes Rocha. "Eficiência Na Alocação De Riscos Em Concessões Públicas Viabilizadoras De Infraestrutura". 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
33. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** BATISTA JUNIOR, Onofre Alves; WANDERLEY JUNIOR, B.. Participação em banca de Cynthia Lanna de Miranda. O Controle Externo de Contas Públicas: Reflexões sobre a essência do controle a partir de sua evolução histórica e dos desafios impostos à sua trajetória.. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
34. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva;** BACELLAR FILHO, Romeu Felipe; GABARDO, Emerson. Participação em banca de Iggor Gomes Rocha. Eficiência na alocação de riscos em concessões públicas viabilizadoras de infraestrutura. 2014. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
35. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** SILVA, R. P. M.; FRACO, Túlio Batista. Participação em banca de GUILHERME PINHO MACHADO. "O SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E OS PEDIDOS DE COBERTURA DE TRATAMENTOS MÉDICOS NO EXTERIOR". 2013. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) - Universidade Federal Fluminense.
36. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de BRUNO ROCHA NAGLI. "LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS E OPERAÇÃO URBANA CONSORCIADA". 2013. Dissertação (Mestrado em DIREITO) - PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO.
37. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** GUSTIN, M. B. S.; MÔNICA SETTE LOPES; CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza. Participação em banca de MARILHA SOUSA DINIZ ALVES. FRONTEIRAS ENTRE A DEMOCRACIA E O AUTORITARISMO. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
38. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** FARIA, Edimur Ferreira de; CLARK, Giovani. Participação em banca de JULIANO RIBEIRO SANTOS VELOSO. "O INSTITUTO JURÍDICO DO PLANEJAMENTO NO DIREITO ADMINISTRATIVO CONSTITUCIONAL

BRASILEIRO:UMA PROPOSTA DE EFETIVAÇÃO DE DIREITOS FUNDAMENTAIS".. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

39. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Patrícia Newley Kopke Resende. "A RESPONSABILIDADE CIVIL DO ESTADO PELOS DANOS DECORRENTES DA MOROSIDADE NA PRESTAÇÃO JURISDICIONAL. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
40. ARAUJO, Marinella Machado; CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Luis Henrique Vieira Rodrigues. Controle de contas da Administração Pública segundo a jurisdição constitucional brasileira: uma abordagem de atuação dos Tribunais de Contas do Brasil a partir de uma leitura positivista dos princípios da legalidade e eficiência. 2012. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
41. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Erico Ferrari Nogueira. O Convênio Administrativo no Ordenamento Jurídico Brasileiro: a questão do chamamento público. 2011 - Universidade de Brasília.
42. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Sonia de Oliveira Santos Bacarrini. As Parcerias Público Privadas e o Sistema Prisional Brasileiro. 2011. Dissertação (Mestrado em Mestrado) - Universidade Presidente Antônio Carlos.
43. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** ARAUJO, Marinella Machado; CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; PINTO, Victor Carvalho. Participação em banca de Luis Henrique Vieira Rodrigues. CONTROLE DE CONTAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA BRASILEIRA SEGUNDO A JURISDIÇÃO CONSTITUCIONAL: UMA ABORDAGEM DA ATUAÇÃO DOS TRIBUNAIS DE CONTAS DO BRASIL A PARTIR DE UMA LEITURA PÓS POSITIVISTA DOS PRINCÍPIOS DA LEGALIDADE E EFICIÊNCIA. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
44. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Ocimar. Participação do cidadão no processo administrativo: garantia fundamental do Estado Democrático de Direito. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito Público) - Universidade Federal de Uberlândia.
45. ARAUJO, Marinella Machado; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Leda Lúcia Soares. O Direito do parlamentar à correção do processo legislativo na jurisprudência do STF: os impactos da visão do Tribunal sobre o Poder Legislativo na construção do Estado Democrático de Direito e da Democracia no Brasil. 2010.
46. ARAUJO, Florivaldo Dutra de; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** FERRAZ, Luciano de Araújo. Participação em banca de Felipe Alexandre Santa Anna Mucci Daniel. Consórcios Públicos: pontos e contrapontos. 2010. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
47. FERRAZ, Luciano de Araújo; ARAUJO, Florivaldo Dutra de; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Ana Cristina Sette Bicalho Goulart. Participação popular e legitimidade democrática na Administração Pública. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
48. ARAUJO, Marinella Machado; SAMPAIO, J. A. L.; DALLARI, Maria Paula Bucci; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Anaximandro L Azevedo. Participação, popular como instrumento de concretização do Estado Democrático de Direito: a gestão orçamentária participativa. 2008. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
49. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Maria Cecília Mendes Borges. Concurso público: controle administrativo e jurisdicional. 2007. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
50. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de delze dos santos laureano. MST um sujeito histórico na luta pela reforma agrária constitucional no Brasil. 2006 - Faculdade de Direito da UFMG.
51. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de maria de lourdes flecha de lima cançado xavier. os conceitos jurídicos indeterminados e a discricionariedade administrativa. 2006 - Faculdade de Direito da UFMG.
52. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Carolline Scofield Amaral. O Princípio da legalidade e a convalidação das leis originariamente inconstitucionais por emenda constitucional superveniente. 2006. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
53. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Tatiana Ribeiro de Souza. A Titularidade da Gestão Metropolitana. 2006. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
54. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Virginia Lemos. A procriação assistida e o direito a própria história. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
55. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Daniel Pires Alexandrino Barreto. O registro dos bens culturais imateriais a luz da hermenêutica pluralista e procedimental de Peter Häberle. 2004. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
56. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Danielle Cristine da Costa e Silva. Soberania e Mercosul. 2003. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Teses de doutorado

1. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** BLANCHET, L. A.. Participação em banca de Fernanda Alves Andrade Guarido. A função social das organizações da sociedade civil na cooperação com a administração pública: sustentabilidade dos negócios sociais. 2020 - Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
2. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** PIMENTA, Eduardo Goulart; FIUZA, César Augusto de Castro. Participação em banca de Raphael Boechat Alves Machado. "PROPRIEDADE MINERÁRIA: a análise da propriedade mineral pela perspectiva do direito da concordância".. 2019. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
3. ARAUJO, Marinella Machado; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** CRUZ, Álvaro Ricardo de Souza; CLARK, Giovanni. Participação em banca de Eder Marques de Azevedo. Planejamento estatal e escassez orçamentária: os desafios da boa administração no pacto federativo e a responsabilidade na gestão de direitos fundamentais. 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
4. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** BAHIA, L.; SILVA, R. P. M.. Participação em banca de Fabio de Souza Silva. "Discricionariedade técnica e direito à saúde -limites e parâmetros para o controle judicial. 2012. Tese (Doutorado em Doutorado) - Universidade Federal Fluminense.

5. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** ARAUJO, Florivaldo Dutra de; FERRAZ, Luciano de Araújo. Participação em banca de Gustavo Alexandre Magalhães. Convênios administrativos: Uma proposta de releitura do seu regime jurídico à luz de sua natureza contratual. 2010. Tese (Doutorado em Programa de Pós Graduação da Faculdade de Direito da UFMG -) - Universidade Federal de Minas Gerais.
6. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** Carvalho Neto, Menelick de. Participação em banca de Bernardo Gonçalves Alfredo Fernandes. Globalização e Democracia Pós-Nacional à luz de uma Teoria discursiva da Constituição. 2004. Tese (Doutorado em Doutorado em Direito Constitucional) - Faculdade de Direito da UFMG.
7. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Manoel Francisco Tavares. Por um novo paradigma para a interpretação constitucional baseada nos princípios sociais. 2003. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

Qualificações de Doutorado

1. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Frederico Nunes de Matos. A arbitragem na resolução dos conflitos entre a Administração Pública e os particulares. 2016.
2. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Ludmila Costa Reis. Técnicas consensuais de resolução de conflitos coletivos como instrumento de controle social da execução orçamentária de políticas públicas. 2016. Exame de qualificação (Doutorando em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.

Qualificações de Mestrado

1. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** ARAUJO, Florivaldo Dutra de; HAIKAL, Daniela Mello Coelho. Participação em banca de André Almeida Villani. O compartilhamento de ganhos de eficiência nas concessões e PPPs à luz da garantia constitucional do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos administrativos. 2020. Exame de qualificação (Mestrando em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
2. natalia cristina chaves; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** LOPES, Christian Sahb Batista. Participação em banca de Felipe Veras. Arbitragem e corrupção. 2019.

Monografias de cursos de aperfeiçoamento/especialização

1. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Mara de Almeida Mohi. A RETROATIVIDADE DAS NORMAS AMBIENTAIS À LUZ DA HERMENÉUTICA CONSTITUCIONAL: O CASO DAS ÁREAS DE PRESERVAÇÃO PERMANENTE EM LOTEAMENTOS. 2012. Monografia (Aperfeiçoamento/Especialização em ENGENHARIA DE MINAS) - Universidade Federal de Ouro Preto.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** AVELAR, Mariana Magalhães; SANTOS, LEONARDO ANTONACCI BARONE. Participação em banca de Alberto Igor Salomão. "Lei Anticorrupção e Lei de Improbidade Administrativa uma análise a partir da teoria do ordenamento jurídico de Norberto Bobbio". 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
2. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Luiza Valgas de Paula. Controle Judicial de Políticas Públicas de Saúde: a judicialização por medicamentos não fornecidos pelo Sistema Único de Saúde. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
3. SANT'ANA, Felipe Alexandre; MARTINS, G. V.; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Gustavo Ernandes Jardim Franco. Corrupção internacional : uma perspectiva de prevenção e punição a práticas corruptas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
4. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** AVELAR, Mariana Magalhães. Participação em banca de Mariana Lages Gonçalves Alves de Almeida. Os impactos da Lei 13.655/18 no controle da Administração Pública exercido pelos Tribunais de Contas. 2018.
5. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Caio Márcio Lana Cavalcanti. Os limites da interferência do Poder Judiciário nos atos administrativos: vinculação e discricionariedade. 2016 - Universidade Federal de Minas Gerais.
6. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Isabela Caddah Guimarães. A delegação do exercício do poder de polícia administrativa a particulares. 2016.
7. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Bruna Barbosa Alvez. O controle da administração pública. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Ciências do Estado) - Universidade Federal de Minas Gerais.
8. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** VALE, M. M.. Participação em banca de Camilla Luiza de Alvarenga. A responsabilidade subsidiária imputada à administração pública. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
9. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Alessandra Martins de Freitas. A PARTICIPAÇÃO POPULAR COMO INSTRUMENTO DE CONTROLE DO RENT- SEEKING NO ÂMBITO DA LEGISLAÇÃO URBANÍSTICA: uma análise da Operação Urbana Consorciada Nova BH. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
10. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Maira Clara Tassini. Efeitos da aplicação literal do 44 do art. 9 da Lei n. 12.462/11. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
11. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Rodrigo Coradi. Análise Crítica da adoção dos critérios de desenvolvimento nacional sustentável. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.

12. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Marina Vivas Costa Cardoso.Abrangência do Estatuto das Empresas Estatais. 2016.
13. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; DIAS, Maria Tereza Fonseca.** Participação em banca de Julia Camara Alves Moreira.O ordenamento jurídico brasileiro garante a alocação de riscos durante a execução dos contratos de PPP. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
14. CALAZANS, Fernando Ferreira; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Luisa Vidal.A normativa do Conselho gestor de saúde do Município de Conselheiro Lafaiete no contexto da Administração Pública Participativa. 2015.
15. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; JAYME, F. G.; VIEIRA, Jose Marcos Rodrigues.** Participação em banca de Arthur Elias de Moura Valle.As prerrogativas processuais da Fazenda Pública; motivação e limite. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
16. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; VALE, M. M..** Participação em banca de Thais Silva Leite.Sistema de Registro de Preços: aspecto controversos da adesão de órgão não participante à ata de registro de preços em face dos princípios aplicáveis às licitações públicas. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
17. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de LUIZA LOBO VIEIRA NASCIMENTO.Tercerização na Administração Pública:A Responsabilidade Do Poder Público por Débitos Trabalhistas do Contrato Após o Julgamento da ADC Nº 16 peloSTF. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
18. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de João Martins Teixeira Barbosa.Do Direito Subjetivo à contratação do adjudicatário após o procedimento licitatório. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
19. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Daniela Monteiro Zuppo.O Princípio da proteção à confiança no direito brasileiro. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
20. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Carolina Pimentel Fischer Fonseca.Servidores Públicos: o exercício do direito de greve. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
21. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Henrique de Olivera Santos Couto.Repensando o princípio da supremacia do interesse público. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
22. DIAS, Maria Tereza Fonseca; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; MILA, Rafael Eustáquio Meira.** Participação em banca de RAFAELLA VIANA REIS.A RESPONSABILIDADE DOS PREFEITOS NA DELEGACÃO DE COMPETÊNCIAS A AGENTES PÚBLICOS.. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
23. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; SANT'ANA, Felipe Alexandre; ROBERTO MIGLIO SENNA.** Participação em banca de PEDRO MOTA MAGALHÃES MATOS.REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS "ALTERAÇÕES DO NOVO REGIME SOBRE O PROCESSO LICITATÓRIO BRASILEIRO. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
24. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; DIAS, Maria Tereza Fonseca; ROMANELI, Fernanda Piaginni.** Participação em banca de IZABELA XAVIER.FUNÇÃO DA LICITAÇÃO PÚBLICA: A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL.. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
25. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; SANT'ANA, Felipe Alexandre; ROMANELI, Fernanda Piaginni.** Participação em banca de RAFAEL BRUNO DI FINI BARBOSA.A POSSIBILIDADE DE REFORMATIO IN PEJUS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO E OS SEUS LIMITES: UMA ANÁLISE DOS ASPECTOS RELEVANTES DO ART. 64 DA LEI 9.784/99 À LUZ DOS PRINCÍPIOS ADMINISTRATIVOS PROCESSUAIS E CONSTITUCIONAIS.. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
26. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; COLOMBAROLLI, Bruna Rodrigues; CORDEIRO, Caio Barros.** Participação em banca de PRISCILA GIANNETE CAMPOS PIRES.EQUILÍBRIO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NOS CONTRATOS DE PPP. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
27. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; SANT'ANA, Felipe Alexandre; CORDEIRO, Caio Barros.** Participação em banca de JOÃO MARTINS TEIXEIRA BARBOSA.DO DIREITO SUBJETIVO À CONTRATAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO APÓS O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
28. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; CALAZANS, Fernando Ferreira.** Participação em banca de SOFIA ABREU BACHA.A CONTRATAÇÃO DIRETA DE SERVIÇOS ADVOCATÍCIOS POR INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO NO ÂMBITO DOS MUNICÍPIOS DO INTERIOR DO ESTADO DE MINAS GERIAS. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
29. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; MURILO MELO VALE; MARIANA BUENO.** Participação em banca de DANIEL SALLES BONUTTI SILVA.A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL COMO FINALIDADE ESSENCIAL DA LICITAÇÃO.. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
30. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Bruna Danielli Sales Barbosa.As Parcerias Público-Privadas e o Novo Estádio Governador Magalhães Pinto, Mineirão.. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
31. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; SANT'ANA, Felipe Alexandre; GUSTAVO PIPA CARDOSO.** Participação em banca de ANA SILVA RIBEIRO AVELAR."BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS EM CONTRATOS DE EMPREITADAS GLOBAIS DE OBRAS PÚBLICAS FEDERAIS". 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
32. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de MARIANA MAGALHÃES AVELAR.O SISTEMA DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO NAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DA SAÚDE. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
33. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de ANA LUIZA SUPERBI COELHO.CONTROLE JUDICIAL DA APLICAÇÃO DE CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS EM SEDE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.

34. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de CARLA ROBERTA SOUZA NOGUEIRA.A NATUREZA JURÍDICA DO DIREITO À NOMEAÇÃO EM CONCURSOS PÚBLICOS. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
35. SANT'ANA, Felipe Alexandre; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** MIRANDA, Iúlian. Participação em banca de ROSIELI RIBEIRO DA SILVA.ANÁLISE DA CONSTITUCIONALIDADE DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS E ENTIDADES DA ADMINISTRAÇÃO. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
36. SANT'ANA, Felipe Alexandre; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** MIRANDA, Iúlian. Participação em banca de LUCIANA OLIVEIRA SILVA.CONCESSÃO E PREMISSÃO DE SERVIÇO. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
37. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** MIRANDA, Iúlian. Participação em banca de ROSIELE RIBEIRO DA SILVA.CONSTITUCIONALIDADE DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃO E ENTIDADE DA ADMINISTRAÇÃO. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
38. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de AMANDA RIBEIRO COSTA.RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATO JURISDICIONAL ILÍCITO NAS DEMANDAS PROCESSUAIS DE NATUREZA CÍVIL. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
39. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** SANT'ANA, Felipe Alexandre; LABORNEBRETTAS, R. C.. Participação em banca de Gabriela Salazar Silva Pinto.Regime Jurídico Dos recursos Minerais:Uma Análise À Luz da Constituição de 1988. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
40. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** SANT'ANA, Felipe Alexandre; PIEVE, Flavia Cristina Mendonça Faria da. Participação em banca de Shayene Marques Barbosa.A Atuação Do Poder Judiciário Como Instrumento De Efetivação Dos Direitos Sociais: Fundamentos e Limites Do Controle Jurisdicional De Políticas Públicas Direitos. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
41. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** SANT'ANA, Felipe Alexandre; João Victor Martins. Participação em banca de Yara Campos Souto.Parcerias Público Privadas e Sistema Carcerário Brasileiro: Da Possibilidade e dos Limites Da Possibilidade e Dos Limites Da Delegação Do Poder De Policia E O Caso Do Complexo Penal De Riberão das Neves. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
42. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** SANT'ANA, Felipe Alexandre; Juliana Picinin. Participação em banca de Nelson Teixeira Da Silva Filho.O Sigilo De Orçamentos Estimativos-No Regime Diferenciado DeContratações Públicas -E O Princípio Da PPublicidade. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
43. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** SANT'ANA, Felipe Alexandre; MIRANDA JÚLIAN. Participação em banca de Júlia De Oliveira Prata Lima.Atuação Consensual No Controle Exercido Pelos Tribunais De Contas:Utilização Do Termo De Ajustamento De Gestão. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
44. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Vinicius De Paula Alvim.Implementação Dos Requisitos De Sustentabilidade Nas Compras Públicas. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
45. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Raquel Bastos Ferreira.Equilíbrio Econômico Financeiro nas Terceirizações: A repactuação de preços como Financeira dos : contratos de tercerização celebrados pela Administração Pública na Órbita Federal. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
46. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** CALAZANS, Fernando Ferreira; MURILO MELO VALE. Participação em banca de DANUZA APARECIDA DE PAIVA.PARCEIRIAS PÚBLICO-PRIVADAS:DAS ALTERAÇÕES DA LEI 12766 NO INSTITUTO DAS PPPsE SUAS IMPLICAÇÕES NA ESTRUTURAÇÃO DOS CONTRATOS. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
47. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de GABRIELA SALAZAR SILVA PINTO.REGIME JURÍDICO DOS RECURSOS MINERAIS: UMA ANÁLISE DO DIREITO DE PRIORIDADE À LUZ DA CONSTITUIÇÃO DE 1988. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
48. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de LUIZA LOBO VIEIRA NASCIMENTO.tercerização Na Administração Pública:A responsabilidade do Poder Público por D´bitos trabalhistas após o julgamento da ADC Nº 16 pelo STF. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
49. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Andre Ribeiro Mendonça.Análise Do Princípio Da Reformatio In Pejus Nos processos Administrativos Litigiosos. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
50. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Lidia Mendes Froes Couto.Franquia nas administração pública da legalidade e da gestão administrativa. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
51. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de MARILHA SOUSA DINIZ ALVES.Estudo sobre a atuação do TCU no exercício do controle da economicidade do Contrato PG- 018/96: relativo a obras de construção da BR - 262/ES (TC- 010.475/201-5). 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
52. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Luciana Valadares Pinto.Participação popular no Plano Diretor:Reflexõess sobre a experi~encia de Belo Horizonte. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
53. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Gabriel Bicalho Carvalho.A estrutura Econômic - - Contratual das concessões sob a égide da lei nº 11.079/04.. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
54. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Nubia Moreira da Silva Pereira.Aprovação em concurso público :sobre o direito subjetivo à nomeação e a previsão para cadastro de reserva.. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.

55. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Ana paula Gonçalves Sa Motta.O princípio da eficiência e a discricionariedade das agências reguladoras. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
56. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Carolina Marra Bittencourt de Paula.Delegabilidade do poder de polícia às empresas estaduais no direito brasileiro. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
57. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Luisa Matta Machado Fernandes Souza.As Cláusulas exorbitantes no contrato administrativo e o princípio da proteção da confiança legítima. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
58. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** Marina Lopes; **SANT'ANA, Felipe Alexandre.** Participação em banca de Priscilla Iacomini Felipe.Parcerias Público Privadas e a Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2012.
59. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** DIAS, Maria Tereza Fonseca; Renon Fonseca. Participação em banca de Brenno Guimarães Lima.Contrato Temporário Na Administração Pública. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
60. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** BATISTA JUNIOR, Onofre Alves. Participação em banca de ARIANE SHERMAM MORAIS VIEIRA.GARNTIA DA SEGURANÇA JURÍDICA EM CONTRAPOSIÇÃO À OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
61. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Bernado De Carvalho Rocha.O Derradeiro Compromisso Ético::A Moralidade Administrativa Como Dever Fundamental. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
62. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** SANT'ANA, Felipe Alexandre; MIRANDA, Iúlian. Participação em banca de PRTRÍCIA DOS SANTOS MAYRINK."CONCURSO PÚBLICO:ANÁLISE SOBRE O DIREITO À NOMEAÇÃO DO APROVADO E A PREVISÃO PARA CADASTO DE RESERVA". 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
63. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** SANT'ANA, Felipe Alexandre; PETIAN, Angélica. Participação em banca de Rafaela Neiva Fernandes.PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO À CONFIANÇA:A boa fé, a segurança jurídica e a proteção à confiança no Direito Administrativo brasileiro,e sua aplicação no campo da anulação e revogação de atos administrativos.. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
64. CREMASCO, Suzana Santi; LOPES, Christian Sahb Batista; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Bernado De Mattos Freire Cabral.Confidencialidade Nas arbitragens Parte-Estado:Limites ao princípio administrativo da publicidade. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
65. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de MARIANA CAROLINE FERREIRA DE SOUZA.ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO TCU NO EXERCÍCIO DO CONTROLE DA ECONOMICIDADE DO CONTRATO PG-018/98 RELATIVO À CONSTRUÇÃO DA BR-262/ES(TC-010.475/2001-5. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
66. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de LIDIA MENDES FRÓES COUTO.FRANQUIAS NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA:DA LEGALIDADE E DA GESTÃO ADMINISTRATIVA MODERNA. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
67. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de BERNARDO DE CARVALHO ROCHA.A MORALIDADE ADMINISTRATIVA COMO DEVER FUNDAMENTAL. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
68. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** MIRANDA, Iúlian. Participação em banca de BERNADO DE MATTOS FREIRE.CONFIDENCIALIDADE AS ARBITRAGES PARTE-ESTADO :LIMITES AO PRINCÍPIO ADMINISTRATIVO DA PUBLICIDADE. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
69. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de ERIKA FERNANDES.AS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS NO PARADIGMA DA GESTÃO URBANA DEMOCRATICA. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
70. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Maurício Augusto charamonte Vieira.A quebra do regime jurídico único. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
71. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Rodrigo Coelho Laporte.Judicialização da saúde: uma abordagem do controle das políticas públicas de saúde.. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
72. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Livia Colen Diniz.A Contratação de Prestação de Serviços Terceirizados pela Administração Pública sob o Enfoque dos Princípios Constitucionais da Legalidade e da Eficiência. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
73. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Renata Utsch Dias.O Poder da Polícia e a Possibilidade de sua Delegação a Particulares. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
74. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Fernanda Piaginni Romanelli.A Regulamentação com Forma de se Alcançar o Princípio da Eficiência na Prstação de Serviço Público. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
75. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Pamela de Castro Peres.Controle da Sociedade Sobre a Prestação de Serviços Públicos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
76. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de César Campos Vidigal Martins.O Direito de Greve do Servidor Público e a Contratualização da Função Pública. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
- 77.

- SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Marcos Henrique de Oliveira. Da não obrigatoriedade de realização de licitação por parte das organizações sociais. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
78. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Marcus Vinctius Gomes da Rocha. O Debate sobre a Constitucionalidade da carona no sistema de registro de preços. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
79. **BATISTA JUNIOR, Onofre Alves; SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; ESTEVES, Julio Cesar dos Santos.** Participação em banca de BRUNO MONTEIRO ELIAS. SUSTAÇÃO DOS ATOS NORMATIVOS DO PODER EXECUTIVO PELO PODER LEGISLATIVO: CONSEQUENCIAS DO DESUSO DO INSTRUMENTO DE CONTROLE POLITICO. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
80. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Davi Lucas Bois. Aspectos polêmicos na aplicabilidade da Lei Complementar nº 123/2006 e Decreto nº 6.204/2007 às licitações e contratos administrativos. 2010. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
81. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; FERRAZ, Luciano de Araújo.** Participação em banca de Luiz Marcelo Carvalho Campos. Remuneração dos agentes políticos municipais. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
82. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Alice Magna de Marçall e Silva. Fundações estatais: a entidade funcional como forma de organização jurídico-privada da Administração Pública. 2007. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
83. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Juliana Vieira de Andrade. A hipótese de incidência tributária. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
84. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Rafael Ferreira Rocha. Da contratação de profissionais sem licitação. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
85. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Thais Delfino Brasileiro dos Santos. Responsabilidade civil do Estado por danos ambientais. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.
86. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Aline Mourão Guimarães e Gomes. Possibilidade de paralisação do cumprimento das obrigações contratuais por parte da contratada, em face de inandimplência da administração pública: aplicação da exceptio non adimpleti contractus nos contratos administrativos quando os atrasos são inferiores a 90 dias. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
87. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Adriana Fernandes Rezende. A aplicação do princípio da motivação em face a discricionariedade dos atos administrativos relativos à licitação. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
88. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Ana Mara Paulette Nepomuceno de Freitas. Temas polêmicos sobre tombamento. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
89. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Andre Luiz Palhano de Castro Souza. As ações afirmativas: o sistema de cotas e sua eficácia na proteção dos excluídos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
90. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Cecilia Amaral de Carvalho. Cooperativas em licitação. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
91. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Daniel da Silva Araújo Cerqueira. Da regulação jurídica dos contratos de câmbio como instrumento de política econômica. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
92. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Fabiana Carvalho Gusmão. Implicações práticas na implantação da licitação na modalidade pregão. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
93. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Joaquim Monteiro Botelho. Telecomunicações: desestatização e a função social das operadoras de telefonia fixa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
94. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Marcia de Leme Alvares de Oliveira. Contratação direta de prestação de serviços advocatícios por inexigibilidade de licitação. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
95. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Maria Leticia Mendes Lott de Carvalho. O contraditório e a ampla defesa na sindicância, diante do disposto na lei 8112/90. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
96. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Paula Almeida Mitre. Do tombamento e o dever do Estado de indenizar: análise crítica. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
97. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Priscilla Azar Santos. O princípio da razoabilidade como limite da discricionariedade administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
98. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Raquel Nunes Quelotti. Responsabilidade Civil do Estado decorrente de omissão - natureza subjetiva. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
99. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Thais Dumont de Miranda Reis. Responsabilidade extracontratual do Estado pela função jurisdicional. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

100. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Juliana Barbosa Monteiro de Castro.A posição do particular contratado na rescisão dos contratos administrativos. 2002. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
101. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Bruno Otávio Costa Araújo.Das distinções entre serviço público e exploração de atividade econômica e suas implicações na desestatização das empresas estatais prestadoras de serviços. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
102. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Marcel Junqueira Neves.Das causas de inexigibilidade do procedimento licitatório. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
103. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Adayton Rios de Almeida.Transportes públicos, desenvolvimento urbano, omissão do município e ação popular - a indiferença dos administradores municipais na aplicação do art. 30 inciso V da Constituição Federal de 1988. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
104. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Camila Franco e Silva Veloso.O regime jurídico administrativo e os paradigmas do estado de direito. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
105. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Luiz Felipe Rosa dos Santos.Do controle da administração pública pelo Ombudsman. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
106. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Gilberto Madison Parenti Couto.A proteção ao meio ambiente e a ação civil pública: com enfoque na atuação do Ministério Público. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
107. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Graziella Aued de Magalhães Pinto.Licitações públicas: a necessidade de se estabelecer formalidades legais que vinculem a atividade do administrador público. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
108. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Herik Nelson Franco Oliveira.Ação popular como instrumento de controle dos atos administrativos ofensivos ao princípio da moralidade. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
109. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Andityas Soares Moura Costa Matos.Da possibilidade de exame jurisdicional do mérito de atos administrativos discricionários. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
110. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Claudia Augusta Lopes de Mendonça.Da valorização dos conceitos jurídicos indeterminados nas medidas liminares em mandado de segurança. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
111. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Edgard Marcelo Rocha Torres.Agências reguladoras: poder regulamentar e poder de sanção. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
112. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Flávia Miranda de Resende.Responsabilidade político-administrativa dos chefes do poder executivo por improbidade administrativa. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
113. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Joana de Godoy Almeida.As organizações sociais no contexto da administração gerencial. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
114. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Raquel Gouveia da Cunha.Discrecionalidade e conceitos imprecisos. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
115. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Sílvia Paulino Franco.Eficiência no Serviço Público de Transporte Coletivo. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
116. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Douglas Renato Dias Corgosinho.Discrecionalidade e Poder Jurisdicional: o controle dos atos administrativos discricionários. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.
117. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Participação em banca de Renato Carvalho Brandão.Aspectos da Emenda Constitucional n. 20 e o Direito Adquirido. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais.

Participação em bancas de comissões julgadoras

Concurso público

1. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; SADDY, André; MOURA, E..** Banca de Concurso Público para Professor da UFJF. 2016. Universidade Federal de Juiz de Fora.
2. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** BANCA DE CONCURSO PROFESSOR ADJUNTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA. 2013. Universidade Federal de Juiz de Fora.
3. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Concurso Público de Procuradores Municipais de Belo Horizonte. 2008. Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa.

4. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Concurso de Delegado da Polícia Civil de MG. 2007. Academia de Polícia Civil de Minas Gerais.
5. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Concurso Público de Delegado da Polícia Civil. 2006. Academia de Polícia Civil de Minas Gerais.

Outras participações

1. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva;** COSTA, Mila Batista Leite Correa; MATOS, Liana Portilho. ATA DE DEFESA DE MONOGRAFIA / TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO (TCC). 2021. Universidade Federal de Minas Gerais.
2. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** DIAS, Maria Tereza Fonseca; MELO, Daniela. Banca de qualificação de mestrado ou doutorado - DIREITO PUBLICO SUBJETIVO AO ACORDO SUBSTITUTIVO DE ATIVIDADE SANCIONATÓRIA NO ÂMBITO DOS CONTRATOS PÚBLICOS. 2020. Universidade Federal de Minas Gerais.
3. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** ARAUJO, Florivaldo Dutra de; BITENCOURT NETO, Eurico. A banca de monitoria da disciplina Direito Administrativo I. 2020. Universidade Federal de Minas Gerais.
4. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** PEREZ, Marcos Augusto; SOUZA, Rodrigo Pagani de. Banca de qualificação de Mestrado. 2020. Faculdade de Direito Universidade São Paulo.
5. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E;** SAMPAIO JUNIOR, Rodolpho Barreto; PIMENTA, Eduardo Goulart. Banca examinadora de mestrado. 2020. Faculdades Milton Campos.
6. Lara, Fabiano T. R; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Novas perspectivas para o exame da captura pelas agências reguladoras. 2018. Universidade Federal de Minas Gerais.
7. GABARDO, Emerson; HACHEM, Daniel Wunder; **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Contratações públicas como instrumento de promoção do desenvolvimento: uma análise comparada entre os sistemas da civil law e da common law. 2018. Pontifícia Universidade Católica do Paraná.
8. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** ARAUJO, Florivaldo Dutra de; BATISTA JUNIOR, Onofre Alves. controle judicial da eficiência administrativa. 2018. Universidade Federal de Minas Gerais.
9. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** ARAUJO, Florivaldo Dutra de; FERRAZ, Luciano de Araújo. lais rocha salgado. 2018. Universidade Federal de Minas Gerais.
10. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** DIAS, Maria Tereza Fonseca. Banca de concurso de Monitoria de Direito Administrativo II. 2015. Universidade Federal de Minas Gerais.
11. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** DIAS, Maria Tereza Fonseca. Banca de concurso Monitoria Direito e Administração Pública. 2015. Universidade Federal de Minas Gerais.
12. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** DIAS, Maria Tereza Fonseca. Banca de concurso de monitoria de Direito Administrativo II. 2015. Universidade Federal de Minas Gerais.
13. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e;** Lara, Fabiano T. R; FERREZ, Marcelo Andrade. Qualificação para defesa de dissertação de Mestrado. 2015. Universidade Federal de Minas Gerais.
14. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Banca de Concurso para Monitoria em Direito Administrativo. 2014. Universidade Federal de Minas Gerais.
15. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** XIX SEMANA DE INICIAÇÃO CIENTIFICA DA UFMG. 2010. Universidade Federal de Minas Gerais.
16. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Comissão de Exame de Ordem. 2007. Ordem dos Advogados do Brasil-MG.
17. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Comissão de Exame de Ordem. 2006. Ordem dos Advogados do Brasil-MG.
18. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Comissão de Exame de Ordem OAB/MG. 2005. Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais.
19. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Banca Examinadora para Aplicação de Prova de Conhecimento - Múltipla Escolha e Aberta - Delegado de Polícia. 2005. Governo do Estado de Minas Gerais.
20. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Processo Seletivo de Projetos do PIPED do Programa de Apoio, Fomento e Acompanhamento à Pesquisa da Universidade de Itaúna. 2005. Fundação Universidade de Itaúna.
21. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Concurso de Monitoria de Graduação Desvinculada de Bolsa. 2004. Universidade Federal de Minas Gerais.
22. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Comissão de Exame de Ordem OAB/MG. 2004. Ordem dos Advogados do Brasil - Seção Minas Gerais.
23. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Banca Examinadora para Aplicação de Provas de Conhecimento - Múltipla Escolha - Delegado de Polícia, Perito Criminal, Escrivão de Polícia e Detetive. 2003. Governo do Estado de Minas Gerais.
24. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Programa de Monitoria de Graduação - NUPEM. 2003. Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
25. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Programa de Aprofundamento de Estudos de Direito Processual Civil. 2003. Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
26. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Direito Administrativo. 2003. Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
27. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Comissão Concurso Monografias XVII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2003. INSTITUTO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO.
28. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Programa de Monitoria de Graduação do Nucleo de Pesquisa e Estudos Monográficos. 2002. Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.
29. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Programa de Aprofundamento de Estudos em Direito Urbanístico. 2002. Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: PARA ONDE O VENTO SOPRA?.Atividade sancionatória: avanços ou perda de uma oportunidade?. 2021. (Seminário).
2. I Congresso Digital COVID-19: Repercussões Jurídicas e Sociais da Pandemia. As Contratações Diretas. 2020. (Congresso).
3. Live A Adesão do Brasil ao Acordo de Contratações Públicas da OMC: o que poderá mudar?.Acordo de Contratações Públicas da OMC. 2020. (Outra).
4. O projeto de lei de licitações: onde estão os avanços?.O projeto de lei de licitações: onde estão os avanços?. 2020. (Encontro).
5. Reforma Administrativa na Visão Delas.Reforma administrativa na Visão Delas. 2020. (Outra).
6. Webinar Escola da AGU ? Nova Lei de Licitações.Webinário Escola da AGU ? Nova Lei de Licitações. 2020. (Outra).
7. Webinar PMI em debate: a revisão do decreto 44.565/2007.Webinar PMI em debate: a revisão do decreto 44.565/2007. 2020. (Outra).
8. XXXIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo IBDA. Perspectivas da Nova Lei de Licitações. 2020. (Congresso).
9. Delta Fórum - Encontro de desenvolvimento econômico para lideranças e territórios.As mudanças na legislação de compras. 2019. (Outra).
10. Futuro das Contratações Públicas.Contratação Pública como mecanismo de Política Pública: abordagem internacional sobre o tema e seu reflexo na PL 1292. 2019. (Simpósio).
11. I Congresso de Direito Administrativo do Rio de Janeiro. "Os custos das contratações públicas e a política de governança federal". 2019. (Congresso).
12. XII Fórum Brasileiro de Combate à Corrupção e Governança. "A Lei Anticorrupção e seu acordo de leniência". 2019. (Congresso).
13. XXXIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. O futuro da contratação pública. 2019. (Congresso).
14. Convegno Diritto amministrativo e misure di prevenzione della criminalità organizzata. Acordo de Leniência e o Combate à Corrupção. 2018. (Congresso).
15. Seminário sobre a nova lei de licitação - PL nº 6814/2017."Avanços e Retrocessos no Projeto da Nova Lei de Licitações". 2018. (Seminário).
16. VI CONGRESSO CATARINENSE DE DIREITO ADMINISTRATIVO. A NOVA FEIÇÃO DO REGISTRO DE PREÇOS.. 2014. (Congresso).
17. Aula Internacional - Coimbra/Portugal.Parcerias Público Privadas no Brasil. 2011. (Outra).
18. Aula Internacional - Lisboa/Portugal.Relação entre o privado e o Estado. 2011. (Seminário).
19. Congresso Brasileiro de Direito do Terceiro Setor. Participação do Terceiro Setor na Formulação de Políticas Públicas. 2011. (Congresso).
20. Curso de Alienação de Imóveis na Administração Pública.Curso de Alienação de Imóveis na Administração Pública. 2011. (Seminário).
21. I Fórum Brasileiro Direito Disciplinário.Tranparência e participação social na Função Pública. 2011. (Seminário).
22. II Ciclo de Palestras da Emater-MG.Pregão Presencial e Eletrônico e Processo Administrativo Disciplinar. 2011. (Seminário).
23. II Ciclo de Palestras da Emater_MG.Pregão Presencial e Eletrônico. 2011. (Seminário).
24. III JORNADA DE DERECHO DE LA SALUD."POLÍTICAS PÚBLICAS". 2011. (Seminário).
25. INSS.Curso sobre Bens Públicos. 2011. (Seminário).
26. I Seminário Ítalo-Brasileiro em Inovações Regulatórias em Direitos fundamentais, Desenvolvimento e Sustentabilidade.Novas perspectivas da exploração da atividade econômica pelo Estado em prol do direito fundamental ao desenvolvimento sustentável. 2011. (Seminário).
27. IV Congresso Catarinense do Direito Administrativo. terceirização na Administração Pública. 2011. (Congresso).
28. IX FORUM BRASILEIRO DE CONTRATAÇÃO E GESTÃO PÚBLICA.O Processo Administrativo e sua importância no Estado Democrático de Direito. 2011. (Seminário).
29. NDJ.Processo Administrativo Disciplinar. 2011. (Seminário).
30. NDJ.Curso sobre Processo Administrativo Disciplinar. 2011. (Seminário).
31. Novo Código Civil - Escola Superior da Magistratura do Estado do Maranhão.Processo Administrativo. 2011. (Seminário).
32. Palestra CEMIG.Terceirização e a nova Súmula 331 do TST. 2011. (Seminário).
33. Palestra na OAB UBEERLÂNDIA.Parceira Público Privada. 2011. (Seminário).
34. Seminário sobre Diretrizes para a prevenção e o combate à corrupção.Controle Interno e a experiência do Município de Belo Horizonte. 2011. (Seminário).
35. VII Congresso Brasileiro de Licitações, Contratos e Compras Governamentais. Enunciado 331 do TST e o provisionamento de parcelas rescisórias nos Contratos de Terceirização de Serviço. 2011. (Congresso).
36. X Congresso Goiano de Direito Administrativo. Parcerias Públicas na Área de Saúde. 2011. (Congresso).
37. XII CONGRESSO DE DIREITO ADMINISTRATIVO DO PARANÁ. Controle das despesas públicas e direitos da população. 2011. (Congresso).
38. XVI SEMINARIO ACADÉMICO APEC.A EXPERIÊNCIA BELO HORIZONTINA DO ORÇAMENTO PARTICIPATIVO COO FERRAMENTA PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL. 2011. (Seminário).
39. XX CONGRESSO NACIONAL DO CONPEDI. As organizações Sociais como instrumento destacado de atuação compartilhada entre a Administração Pública e a Sociedade Civil Organizada. 2011. (Congresso).
40. XXV CONGRESSO BRASILEIRO DE DIREITO ADMINISTRATIVO. Inovações da Lei nº 12.349/2010. 2011. (Congresso).
41. 3º Congresso Constituição e Progresso - Entre o Direito e a Política. Reserva do possível, mínimo existencial e controle judicial de políticas públicas. 2010. (Congresso).

42. Aniversário de 40 anos de criação do TCE-PB.Terceiro Setor: Licitação, Financiamento e Prestação de Contas. 2010. (Outra).
43. II Seminário de Controle Externo da Administração Pública Municipal.Terceirização e gasto com pessoal na LRF. 2010. (Seminário).
44. I Jornada de Direito Administrativo da Escola de Magistratura Federal da Primeira Região.O paradigma da legitimidade e eficiência e o controle do processo administrativo disciplinar. 2010. (Seminário).
45. IX Congresso Goiano de Direito Administrativo. Consórcios Municipais - experiências concretas. 2010. (Congresso).
46. JORNADAS DE ESTUDOS 1 PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR E SINDICÂNCIA.PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. 2010. (Outra).
47. Seminário de Direito Administrativo - Controle da Administração Pública.Controle dos Contratos Administrativos. 2010. (Seminário).
48. Seminário de Direito Administrativo - Propostas e Experiências da Administração Pública.?Parcerias Público Privadas: possibilidades, editais publicados e expectativas?. 2010. (Seminário).
49. XI Congresso Paranaense de Direito Administrativo. Mandado de Segurança e Concurso público. 2010. (Congresso).
50. XXIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Segurança Jurídica. 2010. (Congresso).
51. 20 anos da Constituição Cidadã.Novas Perspectivas da Administração Pública. 2008. (Seminário).
52. Curso de Licitações- Sinduscon.Micro e pequenas empresas: tratamento favorecido em Licitações. 2008. (Outra).
53. Debates do Curso de Especialização da PUC São Paulo.Os bens públicos no Estado Democrático de Direito: cumprimento de função social. 2008. (Outra).
54. Semana Jurídica Solidária Praetorium.Serviços públicos: formas de prestação. 2008. (Seminário).
55. Seminário de Direito Administrativo de Governador Valadares _ subseção da OAB.Temas polêmicos de Licitações e contratos. 2008. (Seminário).
56. Seminário de Direito Administrativo IMDA e PUC MInas.Micro e pequenas empresas: Tratamento Favorecido em Licitações. 2008. (Seminário).
57. Seminário de Direito Administrativo OAB/MG Montes Claros.Responsabilidade civil do Estado: evolução e retrocessos na jurisprudência do STJ e STF. 2008. (Seminário).
58. VI fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública. Aspectos relevantes dos contratos administrativos. 2008. (Congresso).
59. 3º congresso Mineiro de Direito Municipal. Gestão Ambiental do Município. 2007. (Congresso).
60. Audiência Pública- Sete Lagoas.Concessão dos serviços de água e esgoto. 2007. (Outra).
61. Ciclo de palestras do Fisco Estadual.Fisco é Carreira de Estado. 2007. (Encontro).
62. Congresso brasileiro de direito administrativo. As sanções disciplinares e os princípios da tipicidade e da culpabilidade. 2007. (Congresso).
63. II Congresso Ibero-Americano de Direito Administrativo. Avaliação de Comunicados científicos. 2007. (Congresso).
64. II Forum Jurídico do Curso de Direito da UNIPAC.Aspectos Polêmicos do Concurso Público. 2007. (Simpósio).
65. I Seminário da Corregedoria-Geral da Polícia Civil.O contraditório, a ampla defesa e outros princípios do procedimento e do processo administrativo disciplinar. 2007. (Seminário).
66. I Seminário do Fisco Estadual."Regime Jurídico e alterações". 2007. (Seminário).
67. I Seminário Lei de Consórcios Públicos- Capacitação de gestores e técnicos públicos.Lei nº 11.107/05: Conceito, natureza jurídica e sua aplicação. 2007. (Seminário).
68. I Seminário Nacional- Marco regula 'tório do Setor de Saneamento- Lei 11.445/07.Consórcio, concessão e contratos de programa. 2007. (Seminário).
69. minicurso.Aspectos relevantes do Tombamento. 2007. (Oficina).
70. Oficina sobre Consórcios Públicos- SERDRU.Licitação nos consórcios públicos. 2007. (Oficina).
71. Palestra Curso de Especialização em Direito Administrativo- Instituto de Direito Romeu Felipe Bacellar.Concessão e Agências Reguladoras. 2007. (Outra).
72. Seminário de Direito Administrativo- IMDA.As micro e pequenas empresas na licitação. 2007. (Seminário).
73. Seminário de Direito Administrativo-OAB/MG.Marco Regulador do saneamento: contrato de programa, consórcio e concessão. 2007. (Seminário).
74. V Congresso Mineiro de Direito Administrativo. Responsabilidade civil das entidades prestadoras de serviços públicos. 2007. (Congresso).
75. V Encontro Jurídico da Faculdade Estácio de Sá de Belo Horizonte.As Sanções pelo descumprimento da Função Social da Propriedade do Estatuto da Cidade. 2007. (Simpósio).
76. VI Congresso Goiano de Direito Administrativo. Prescrição e decadência na Lei Estadual de Processo Administrativo e no Código Civil. 2007. (Congresso).
77. VIII Congresso Paranaense de Direito Administrativo. O Controle dos Contratos Administrativos pelo Poder Judiciário. 2007. (Congresso).
78. XVI Congresso Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito. Do ato administrativo ao procedimento no Marco do Direito Administrativo principiológico: apontamentos sobre a Lei Federal de Processo Administrativo. 2007. (Congresso).
79. XXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. Inadimplência da Administração e direitos do contratado. 2007. (Congresso).
80. Aula Inaugural - Faculdade Pitágoras.Questões Polêmicas sobre Concurso Público. 2006. (Encontro).
81. I ciclo de estudos avançados da controladoria geral da união.processo administrativo e cidadania. 2006. (Seminário).
82. III forum Brasileiro de Controle da Administração Pública. Processo administrativo como forma de garantia da cidadania. 2006. (Congresso).
83. I seminário de controle da gestão dos recursos públicos.Controle judicial e orçamento público. 2006. (Seminário).
84. Programa de Qualificação da Procuradoria Geral de Contagem.Temas Polêmicos de Licitações e contratos administrativos. 2006. (Outra).
85. Semana Jurídica da FUMEC.Consórcio Público. 2006. (Outra).
86. V Congresso Goiano de Direito Administrativoquestões. Questões concretas sobre mandado de segurança. 2006. (Congresso).
87. xx Congresso brasileiro de direito administrativo. licitação: prerrogativas ou privilégios. 2006. (Congresso).

88. Faculdade de Pitágoras.Apontamentos sobre responsabilidade civil do estado. 2005. (Outra).
89. IV Ciclo de Palestras.Responsabilidade Civil do Estado. 2005. (Encontro).
90. IV Congresso Mineiro de Direito Administrativo. Responsabilidade Civil do Estado por dano ambiental. 2005. (Congresso).
91. Nucleo de Atividades Complementares do Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix.Temas Polêmicos de Licitações. 2005. (Outra).
92. Semana Jurídica da Universidade de Itauna.Aspectos Polêmicos do Processo Administrativo. 2005. (Seminário).
93. Tribunal Regional Eleitoral de MG.Processo Administrativo e Democracia. 2005. (Encontro).
94. Ciclo de Estudos sobre Licitação e Direito Administrativo.Contrato Administrativo. 2004. (Encontro).
95. Gente que Conta- Seminário realizado pelo Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.Função Social dos Bens Públicos e Privados e Estatuto da Cidade. 2004. (Encontro).
96. Mostra Fumec.Processo Administrativo. 2004. (Outra).
97. Palestra.Eficiência e Serviços Públicos. 2004. (Encontro).
98. Prática Jurídica Universitária - Questão de Justiça e Cidadania.A prática jurídica na prática. 2004. (Seminário).
99. Reforma da Previdência e Reforma Política.Reforma da Previdência. 2004. (Seminário).
100. Semana Jurídica da FEMM.Quatro anos da Lei de Responsabilidade Fiscal. 2004. (Encontro).
101. VI Curso de Formação Inicial de Juizes Substitutos 2003.Os Serviços Públicos e a relação de consumo. 2004. (Encontro).
102. VII Curso de Formação Inicial de Juizes Substitutos 2004.Os Serviços Públicos e o Direito do Consumidor. 2004. (Encontro).
103. Congresso de Direito Civil. Privatização. 2003. (Congresso).
104. Encontro de Diretores de Escola Pública Municipal.Noções Gerais de Administração Pública. 2003. (Encontro).
105. Encontro na FEAD-MG.Organização do Estado e o Direito. 2003. (Outra).
106. I Congresso de Direito Civil - Temas Polêmicos da Codificação - Homenagem 90 anos do Prof. Caio Mário da Silva Pereira. Implicações do Direito Administrativo no NCC. 2003. (Congresso).
107. Projeto Biblioteca Digital Multimídia- PUC Virtual.Desapropriação Judicial e Arrecadação no Novo Código Civil. 2003. (Encontro).
108. Semana Jurídica da Faculdade de Direito de Sete Lagoas.A reforma administrativa. 2003. (Encontro).
109. Simposio internacional O futuro do Direito e Encontro Nacional de Dirigentes de Faculdades e Cursos de Direito.Simposio Internacional. 2003. (Simpósio).
110. XV Seminario Institucional UNIUBE.Serviço Público adequado sob o prisma da privatização. 2003. (Seminário).
111. Ciclo de Palestras para Vereadores.Ciclo de Palestras para Vereadores. 2002. (Outra).
112. I Congresso de Direito civil do Centro Universitário Izabela Hendrix. A influência do Novo Código Civil do Direito Administrativo. 2002. (Congresso).
113. I Congresso de Direito Público do Centro Universitário Izabela Hendrix.desapropriação e arrecadação?????. 2002. (Encontro).
114. Seminario Temas Jurídicos Atuais.Estatuto da Cidade. 2002. (Seminário).
115. Curso Pós-Graduação da UFOP.Agências reguladoras e Agências Executivas. 2001. (Encontro).
116. Pós-Graduação UFOP.Franquias na Administração Pública. 2001. (Outra).
117. Graduação Faculdade de Direito Milton Campos.Contrato Administrativo e cláusulas exorbitantes. 2000. (Outra).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1. **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E ; PICININ, Juliana de Almeida ; FENILI, Renato** . Por Que Uma Nova Lei de Licitações?. 2021. (Outro).
2. **Fortini, Cristiana Maria Pinto e Silva ; ZOCKUN, Maurício** . LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS: PARA ONDE O VENTO SOPRA?. 2021. (Outro).
3. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; SCHWIND, Rafael** . Wallbach. ; **PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho ; FERNANDES, Og** . I Jornada de Direito Administrativo do STJ. 2020. (Congresso).
4. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; AVELAR, Mariana Magalhães** . XXXIV Congresso Brasileiro de Direito Administrativo IBDA | AASP. 2020. (Congresso).
5. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Reforma Administrativa na Visão Delas. 2020. (Outro).
6. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; PEREIRA, Maria Fernanda Pires de Carvalho** . Futuro das Contratações Públicas. 2019. (Outro).
7. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; MOTTA, F. M. ; GABARDO, Emerson** . XXXIII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2019. (Congresso).
8. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; FABRICIO MOTTA ; GABARDO, Emerson** . XXXII Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2018. (Congresso).
9. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Seminário sobre Contratações Públicas. 2017. (Congresso).
10. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e; GABARDO, Emerson ; MOTTA, F. M.** . XXXI Congresso Brasileiro de Direito Administrativo. 2017. (Congresso).
11. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . I congresso Internacional de Combate à Pobreza. 2013. (Congresso).
12. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . VII Congresso Mineiro de Direito Administrativo. 2011. (Congresso).
13. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Conferência Municipal sobre Transparência e controle social. 2011. (Outro).
14. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Seminário de Direito Administrativo - Controle da Administração. 2010. (Congresso).
15. **SANTOS, Sergio dos ; SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Seminário de Direito Administrativo - Propostas e Experiências da Administração Pública. 2010. (Congresso).
16. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . Seminário de Direito Administrativo do Triângulo Mineiro. 2010. (Congresso).
17. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . VI Congresso Mineiro de Direito Administrativo. 2009. (Congresso).
18. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e** . 1º Seminário da Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte. 2008. (Congresso).
- 19.

- SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** 2º Seminário da Procuradoria Geral do Município de Belo Horizonte. 2008. (Congresso).
20. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** V Congresso de Direito Administrativo- IMDA. 2007. (Congresso).
21. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Seminário de Direito Administrativo Sul de Minas- IMDA. 2007. (Congresso).
22. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Congresso de Advocacia Pública.. 2005. (Congresso).
23. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Congresso de Direito, Meio Ambiente e Novas Tecnologias. 2004. (Congresso).
24. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Congresso de Direito Civil : temas polêmicos da codificação. Em homenagem aos 90 anos de Caio Mário da Silva Pereira.. 2003. (Congresso).
25. **SILVA, Cristiana Maria Fortini Pinto e.** Congresso de Direito Público. 2001. (Congresso).

Orientações

Orientações e supervisões em andamento

Dissertação de mestrado

1. Marjorie Wanderley Cavalcanti. O compliance empresarial na lei anticorrupção. Início: 2017. Dissertação (Mestrado profissional em Direito) - Faculdades Milton Campos. (Coorientador).
2.  Fernanda Teixeira Gonçalves de Sousa. Procedimento de Manifestação de Interesse em face das transformações do Direito Administrativo. Início: 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdades Milton Campos. (Orientador).
3.  Amaral Roque Bueno. O princípio da boa fé na Administração Pública: repercussões na análise da responsabilidade dos agentes públicos por atos praticados no exercício da função. Início: 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdades Milton Campos. (Orientador).
4.  Lucas Dutra Dadalto. Controle Judicial da eficiência administrativa. Início: 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. (Orientador).
5.  Lais Rocha Salgado. As sanções administrativas de suspensão do direito e declaração de inidoneidade no âmbito das contratações públicas. Início: 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. (Orientador).
6.  Debora Carvalho Mascarenhas dos Anjos. Licitações e contratos das empresas estatais: análise da constitucionalidade da Lei 13.303/16. Início: 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. (Orientador).
7.  Mariana Avelar. Concertação nos conflitos administrativos atuais. Início: 2016. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. (Orientador).

Tese de doutorado

1.  Felipe Alexandre Santanna Mucci Daniel. A utilização de técnicas de consensualidade no processo administrativo disciplinar dos servidores públicos: análise a partir do paradigma de democracia participativa. Início: 2016. Tese (Doutorado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. (Orientador).

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1. Ayala Sabine Rocha Teixeira. Transexualidade nos concursos públicos: uma análise sobre as provas de aptidão física no concurso da PMMG de 2017. Início: 2017. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. (Orientador).

Orientações e supervisões concluídas

Dissertação de mestrado

1. Renata Vaz Marques Costa rainho. "Cláusulas anticorrupção em contratos privados e administrativos". 2020. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Coorientador: Cristiana Fortini.
2. Débora Carvalho Mascarenhas dos Anjos. "Definição do Regime Jurídico de Licitação e Contrato das Empresas Estatais , análise dos critérios dicotômico, concorrencial e modelo empresarial". 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Cristiana Fortini.
3.  Laís Rocha Salgado. Debarment e a declaração de inidoneidade para contratar com a administração pública: uma análise comparada em os institutos brasileiro e norte-americano. 2019. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Cristiana Fortini.
4. Livia Siman Alves. Análise dos Programas de Integridade como Ferramentas de Prevenção à Corrupção. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdades Milton Campos, . Orientador: Cristiana Fortini.
5. mariana magalhaes avelar. Contratualização da atividade sancionadora: acordo de leniência no contexto das licitações e contratos. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Cristiana Fortini.

6. Fábio de Souza Santos. Análise Comparada da competição na contratação Pública brasileira e estadunidense. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, . Coorientador: Cristiana Fortini.
7. Fernanda Teixeira Gonçalves de Sousa. Procedimentos de Manifestação de Interesse e Administração Pública Consensual: harmonização de interesse e administração pública consensual. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdades Milton Campos, . Orientador: Cristiana Fortini.
8. Marjorie Wanderley Cavalcanti. O compliance empresarial no contexto da lei anticorrupção. 2018. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdades Milton Campos, . Coorientador: Cristiana Fortini.
9.  Lucas Dutra Dadalto. Controle judicial da administração pública à luz do princípio da eficiência: viabilidade e parâmetros. 2018. Dissertação (Mestrado em direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Cristiana Fortini.
10. Rafael de Oliveira Perpétuo. A impossibilidade de limitação do BDI pelo TCU nas licitações de obras por empreitada por preço global e por preços unitários. 2017. Dissertação (Mestrado em Direito) - Faculdades Milton Campos, . Orientador: Cristiana Fortini.
11. Murilo Melo Valle. Desapropriações: análise crítica do marco legal das expropriações administrativas à luz do princípio democrático. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Cristiana Fortini.
12.  Caio Barros Cordeiro. As aquisições Públicas na Itália à luz do Direito Administrativo Europeu: estudo de caso da CONSIP e aproximações com a realidade brasileira. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Cristiana Fortini.
13. Mariana Bueno Resende. Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): uma reflexão à luz da Constituição da República de 1988. 2015. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Cristiana Fortini.
14.  Caio Cordeiro. Aquisições Públicas no âmbito do Direito Administrativo Europeu. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Cristiana Fortini.
15.  Ariane Sherman Moraes Vieira. Regulação: aspectos controvertidos. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Cristiana Fortini.
16.  Mariana Bueno. Procedimento de Manifestação de Interesse: uma reflexão à luz da Constituição da República. 2013. Dissertação (Mestrado em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais, . Orientador: Cristiana Fortini.
17.  Mauricio da Cunha Savino Filó. Hermenêutica Jurídica Os consórcios públicos como instrumento de concretização de direitos fundamentais. 2010. Dissertação (Mestrado em Mestrado) - Universidade Presidente Antônio Carlos, . Orientador: Cristiana Fortini.

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1. AMANDA RIBEIRO COSTA. RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATO JURISDICIONAL ILÍCITO NAS DEMANDAS PROCESSUAIS DE NATUREZA CÍVEL. 2012. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
2. Ana Regina Fermiano Soares Costa. A explicação de penalidades nos contratos administrativos. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
3. Maria Daniele Silva Ferreira. O concurso público e a reserva de vagas diante do princípio da isonomia. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
4. Maurício Augusto Chiamonte Vieira. A QUEBRA DO REGIME JURÍDICO ÚNICO. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
5. César Campos Vidigal Martins. O Direito de Greve do Servidor Público e a Confraternização da Função Pública. 2011. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
6. James Lee Gil Andrade. A recomposição do equilíbrio econômico-financeiro nos contratos administrativos de mão de obra. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
7. Delmar Carneiro Pessoa Júnior. Plano Diretor participativo: uma realidade brasileira. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
8. Alana Linhares Figueiredo Cota. Silêncio da Administração Pública. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
9. Iara de Lourdes Jorge Lima da Fonseca. Autonomia Municipal e sua descentralização pelas ações municipais. 2010. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
10. Maria de Fátima Gonçalves. Administração Pública Eficiente e o Pregão Presencial. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
11. Cristiano Costa Senra. A atividade legislativa do poder executivo municipal no estado democrático de direito: Análise do processo legislativo. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
12. Alexandre Câmara Almeida Costa Santos. A determinação judicial para fornecimento de medicamentos pelo Poder Público e efetivação das políticas públicas. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
13. Thaís Pimenta Guimarães. O Exercício do poder de polícia pelos consórcios públicos com personalidade jurídica de direito privado. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
14. Sandra Lúcia Silva Moreira. Pregão Eletrônico: Problema ou solução para o gestor operacional. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
- 15.

- Antônio Gilson Vargas. *Parceria Públicos Privadas Garantias e Riscos*. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
16. Samuel Pereira Barreto. *As compras efetuadas pela Administração Pública via licitação. Dificuldades em adquirir produtos de qualidade. Possível solução*. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
17. Giovana Issa Fernandino. *A Tutela Jurisdicional dos Atos Administrativos*. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
18. Gislene Aparecida Dias Marsicano. *A fase interna de licitação*. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
19. Germano Fontes Braga. *Reflexões de Ilícito Penal na situação de emergência em dispensa de licitações*. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
20. Patrícia Moreira Rocha Drummond. *A importância da fiscalização compartilhada dos contratos de prestação de serviços de limpeza na CEF*. 2009. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
21. Anderson J. Leal Moraes. *Regime Jurídico das Empresas Estatais*. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
22. Ivis Daniela de Pinho Tavares. *Licitações, Sistema de Registro de Preço e as Sociedades de Economia Mista*. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
23. Edgard Marcelo Rocha Torres. *A capitalização de recursos externos pelos municípios brasileiros no sistema ONU de cooperação internacional*. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
24. Sandra Nichols Jorge. *A extensão e os limites das penalidades previstas na Lei Federal nº 8.666/93*. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
25. Camila Alves da Silva. *O uso da Ação Civil Pública pelo Ministério Público na defesa do patrimônio público nas hipóteses de improbidade administrativa*. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
26. Karine Coelho Tostes. *Poder disciplinar das agências regulatórias*. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
27. Dione Ferreira Santos. *Princípio da Supremacia do Interesse Público*. 2008. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Constitucional) - Pontifícia Universidade Católica De Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
28. Poliana Braga Lima Werkema. *Terceirização na Administração Pública*. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
29. Paula Junqueira Dorella. *Subteto estadual para o Poder Executivo*. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
30. Nívea Christina Borges Silva. *Estudo sobre as disposições históricas e do controle legislativo das medidas provisórias*. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
31. Natalia Ribeiro de Oliveira. *O Estado, o cidadão e a cidadania: funções e limites do poder do Estado no exercício da jurisdição civil no Brasil a partir do sec. XX*. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
32. *A análise das Medidas provisórias à Luz da Emenda Constituci*. Matheus Leite Cabral. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
33. *A legalidade do pregão nas contratações de obras e serviços*. Ludmila Pilopas Velloso. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
34. *As parcerias público privadas como alternativa para a satisf*. Juliana Grasiela Guedes. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
35. *A regulação social dos serviços públicos*. Gabriel T Ievenhagem. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
36. Francisco Braga Narciso. *O orçamento participativo e sua influencia no poder executivo*. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
37. Clarrisa de Souza Barcelos. *Constitucionalidade do "carona" no sistema de registro de preços*. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
38. Andreisa angelica de Moura Sanfins. *Efetivação de servidores designados pelo Estado de Minas Gerais sem concurso público*. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
39. Almira de Faria Gonçalves. *O pregão eletrônico e o princípio da eficiência*. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
40. Naiara Rodrigues Rezende. *O tombamento e o cabimento da indenização*. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
41. Josiane Reciolino de Oliveira. *A manutenção do contrato administrativo de serviços continuados*. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
42. Fernando Cezar Carrusca Vieira. *Uso do poder de compras do Estado- o novo paradigma de compras governamentais*. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
43. Patrícia Newley Kopke. *O processo licitatório das parcerias público privadas*. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
44. Maria Luiza Marques Silveira Machado. *A escolha de marcas na licitação pública*. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
45. Anderson Junio Leal Moraes. *Regimes Jurídicos das empresas estatais*. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
- 46.

- Camila Miranda Linhares. Possibilidade de utilização do pregão para contratação de obras e serviços de engenharia. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
47. Felipe Moreira Cruzeiro. As mudanças trazidas pela lei complementar 123/2006 nas licitações jurídicas. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
48. Juliana Grasiela Guedes. As parcerias público-privadas como alternativa para a satisfação do interesse público. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
49. Matheus Leite Cabral. A Análise das Medidas Provisórias em face da Emenda Constitucional nº 32/2001: Um Estudo sobre as disposições Históricas e do Controle legislativo das medidas provisórias. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
50. Nívea Christina Borges Silva. Um Estudo sobre as disposições Históricas do Controle legislativo das medidas provisórias. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
51. Sandra Cristina Ferreira Gomes. Os benefícios trazidos pela adoção do sistema de registro de preços para administração pública. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
52. Silvana Valadares. A desapropriação à luz do estatuto da cidade. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
53. Tatiana Cordeiro Guimarães. O processo licitatório nos consórcios públicos instituídos à luz da Lei 11.107/05: aspectos controvertidos. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
54. Zaquia Glória Cury Monteiro. Aspectos Gerais das parcerias público-privadas no Brasil. 2007. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
55. Solange de Holanda Rocha. Responsabilidade do Estado por atos jurisdicionais. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
56. Rose Ellen Gonçalves Ribeiro. Concurso público e segurança jurídica. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
57. Priscila Ramos Netto Viana. A duplicidade de regimes jurídicos dos consórcios públicos em sua legislação reguladora e sua incompatibilidade em face do sistema jurídico vigente. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
58. Luciana Alkimim Guimarães. Contratação temporária por excepcional interesse público. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
59. Juliana Borges Pohl. A efetividade do princípio da função social da propriedade à luz do Estatuto da Cidade. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
60. Fernando Sleumer Lamego. A nova principiologia do Direito Administrativo. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
61. Ana Paula Gurgel. A aplicação das sanções administrativas aos contratados pela Administração Pública. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
62. Antônio Amorim Filho. A definição da base de cálculo da substituição tributária progressiva do ICMS da legalidade do ato à legitimidade do procedimento administrativo. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
63. Fernando César Carrusca Vieira. Uso do Poder de Compras do Estado - o novo paradigma de compras governamentais. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
64. Naiara Rodrigues Rezende. O tombamento e o cabimento de indenização. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
65. Patrícia Maria do Pinho Oliveira. Atos administrativos: controle jurisdicional - discricionariedade, atos políticos. 2006. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
66. Patrícia Newley Kopke. O processo licitatório nas parcerias público-privadas. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
67. Maria Cecília de Almeida Castro. Responsabilidade civil do Estado por omissão legislativa. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
68. Marco Aurélio Mileo. O pregão eletrônico e a exclusão digital. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
69. Karla Polina Albuquerque Silveira. O direito de greve no serviço público. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
70. José Alberto de Alvim Braga. A lei de improbidade administrativa. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
71. Alexandre Andrade da Silva. O princípio da supremacia do interesse público como fator mitigante da discricionariedade administrativa. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
72. Vania Cristina Machado Rabelo. Princípios constitucionais e licitação. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
73. Maria Luiza Marques Silveira Machado. A escolha de marcas na licitação pública. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
- 74.

- Maria Luiza Marques Silveira Machado. O processo licitatório das parcerias públicos-privadas - um estudo da Lei nº 11.079/04. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
75. Priscila Ramos Netto Vianna. A duplicidade de regimes jurídicos dos consórcios públicos em sua legislação reguladora e a sua incompatibilidade. 2005. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
76. Ana Maria Lopes. Administração pública gerencial brasileira: aspectos relevantes da autonomia gerencial e os contratos de gestão - EC n. 19/98. 2004. 0 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
77. Davi Santos Vaqueiro. Personalidade Jurídica da função pública na Constituição Federal de 1988, segundo a Emenda Constitucional n. 19, de 1998. 2004. 0 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
78. João Batista dos Reis Gonçalves. Licitação como fator de moralidade e eficiência nos negócios administrativos. 2004. 0 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
79. Marli Soares Souto. Poder de polícia. 2004. 0 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
80. Sergio M R dos Santos. Pregão: a nova modalidade de licitação. 2004. 0 f. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
81. Fernanda de Castro Abrantes. Agências reguladoras e proteção do consumidor de serviços de telecomunicações. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendriz. Orientador: Cristiana Fortini.
82. Valéria Fonseca Pimentel. O sistema de registro de preços. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
83. Geraldo Afonso de Melo. Os princípios constitucionais da Administração Pública e a contratação de serviços advocatícios- ofensa ou incompatibilidade. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
84. Ornella Maria L Dell' Oro de Oliveira. A aposentadoria do servidor público frente às emendas constitucionais. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
85. Júnia Cristina de Araújo Gomes. O princípio da indisponibilidade do interesse público e a necessidade de transpor os limites para as alterações contratuais. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
86. Adriana Antunes Rossi. O equilíbrio econômico-financeiro: repactuação e reequilíbrio dos contratos administrativos. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
87. Carla Maria Ribeiro Salomon. Acréscimos, decréscimos e prorrogações nas contratações diretas celebradas com fulcro no artigo 24, incisos I, II e IV da Lei 8.666/93. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
88. Cláudio Vinícius Mendes. A busca da imparcialidade na aplicação das sanções administrativas. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
89. Geraldo Afonso de Melo. A importância da fase interna da licitação. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
90. Juliana Oliveira Lino Araújo. Os princípios da Administração Pública e a contratação de serviços advocatícios - ofensa ou incompatibilidade. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
91. Maria Aparecida Coutinho. Contratação Direta, sem Licitação, pela administração pública. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
92. Ornella Maria Luisa Dell' Oro de Oliveira. Aposentadoria do Servidor Público frente à Emendas Constitucionais. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
93. Robson Pereira Galdino Flor. Atribuições do pregoeiro. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
94. Vânia Cristina Mahado Rabelo. Princípios Constitucionais e a Licitação. 2004. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
95. Gisane de Almeida Araújo D' amato. Reforma Administrativa do Estado de Minas Gerais e o princípio da igualdade. 2003. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho. Orientador: Cristiana Fortini.
96. Graziela Grandioso Foureaux. As agências Reguladoras do Direito Brasileiro. 2003. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
97. Hermann Bergmann Garcia e Silva. Licitação na modalidade Pregão. 2003. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
98. Karina Haua Barquete Braccini. A natureza jurídica da Responsabilidade Civil do Estado por ato das organizações sociais. 2003. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
99. Maria Ângela de Araújo Abreu. As Reformas Administrativas-Federal do Estado de Minas Gerais - Emenda 19/98 e emenda 57/03 - O servidor público e o princípio da supremacia do interesse público sobre o particular. 2003. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
100. Rosemere Dias Praes. Reforma Administrativa do Estado de Minas Gerais em face da emenda à Constituição nº 57/2003: Servidor Público - Princípio da Eficiência. 2003. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.

101. Samara Vilela de Souza Gonçalves. Processo Administrativo e o princípio do Contraditório. 2003. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
102. Saulo Barreto Furtado. O interesse Público no Direito Administrativo. 2003. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
103. Alexandre Andrade da Silva. O princípio da supremacia do interesse público como fator mitigante da disrionariedade administrativa. 2003. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
104. Angela Maria Sanches. Aposentadoria do Servidor Público. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
105. Davi Santos Vaqueiro. Personalidade Jurídica da Função Pública na Constituição Federal de 1988, segundo a Emenda da Constituição nº 19 de 1988. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
106. Fabiana Dornellas de Souza Rodrigues. A responsabilidade do estado no exercício da função jurisdicional. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
107. Fernando Ferreira Calazans. A Habitação e o cadastral no SICAF na modalidade licitação convite. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
108. Flávia Sena Masseli. O Credenciamento dos prestadores de serviços públicos no SUS, como forma de prestação de serviço de saúde e sua admissibilidade no direito brasileiro. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
109. Henrique José Affonso. A questão de penhora de bens da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
110. Jacqueline Monteiro Girodo. Licitação de bens divisíveis - parcelamento do objeto da licitação, cumulação de licitações e a efetivação dos princípios de direito administrativo. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
111. Maria das Graças Henriques S.R. Mesquita. A Democracia e o Processo Administrativo. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
112. Maria Elizabeth dos Reis. Previdência complementar dos servidores públicos. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
113. Marli Soares Souto. Poder de Polícia. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
114. Silvana Fátima Magalhães. A terceirização na Administração Pública. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
115. Solange de Holanda Rocha. A responsabilidade do estado por atos judiciais. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
116. José Geraldo Alves Silva. José Geraldo Alves Silva. 2002. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
117. Adriana Aparecida Barros Gomes. Responsabilidade Civil do Estado. 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
118. Annya Versiane de Oliveira. As Agências Nacionais. 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
119. Bento Francisco Pimenta. Pregão: Celeridade e Eficiência no Procedimento Licitatório. 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
120. Daniel de Sá Rodrigues. Limites e controle da discricionariedade administrativa ante os princípios da legalidade, moralidade e eficiência. 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
121. Kenia Maria Evangelista. Remanejamento Seletivo. 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
122. Luciana Ribeiro de Moraes. Responsabilidade civil do Estado pelos atos danosos do poder judiciária. 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
123. Lúcio Moacir Gonçalves de Assis. Servidor Público Celetista: Proteção contra dispensa motivada. 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
124. Rafael Augusto Xavier Zanini. Improbidade Administrativa e a atuação do Ministério Público. 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
125. Ricardo Silva das Neves. Dispensa de Licitação. 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
126. Ruth Ribeiro de Mendonça. Gestão e Controle do Patrimônio Imobiliário do Estado de Minas Gerais. 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
127. Cláudia Aquiar Mourão. A responsabilidade do estado por atos judiciais. 2001. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
128. Candice de Faria Santana. Tombamento. 2000. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
129. Cláudia Eustáquia de Araújo. Direito Administrativo: tombamento e seus aspectos. 2000. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
130. Elizabete Maria Silva. Concessão de rodovias brasileiras: O aspecto jurídico. 2000. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
131. Mauro Maia Lellis. Inexigibilidade. 2000. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
- 132.

- Patrícia de Pinto Souza Naves. As empresas estatais no Brasil. 2000. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
- 133.** Severiana Celeste Lopes. A Dispensa e a inexigibilidade da Licitação na Administração Pública e a Lei 8.666/93. 2000. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
- 134.** Beatriz de Lourdes de Souza. A Lei de Licitação frente ao princípio da eficiência. 1999. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
- 135.** João Batista dos Reis Gonçalves. Licitação como fator de moralidade e eficiência nos negócios administrativos. 1999. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
- 136.** Maria Antônio Barbosa. Licença Ambiental. 1999. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
- 137.** Sérgio M. R. dos Santos. Pregão: a nova modalidade de licitação. 1999. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.
- 138.** Maurílio Martins Melo. O princípio da moralidade administrativa: O Sistema de controle estabelecido pela Constituição de 1988. 1999. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Direito Público) - Universidade Gama Filho do Rio de Janeiro. Orientador: Cristiana Fortini.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

- 1.** Luiza Valgas de Paula. Controle Judicial de Políticas Públicas de Saúde: a judicialização por medicamentos não fornecidos pelo Sistema Único de Saúde. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 2.** Guilherme Lana Pimenta. Análise do cabimento do Mandado de Segurança contra decisões estruturais imperfeitas. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 3.** Gabriel Mendes Fajardo. A (in) ocorrência de bis in idem na penalização da pessoa jurídica na Lei anticorrupção. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 4.** Livia Sepúlveda Martins. A definição do objeto nas licitações sustentáveis. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 5.** Marina Aparecida Nascentes Ferreira. A licitação e contratação das empresas estatais exploradoras de atividade econômica e prestadoras de serviço público à luz da Lei 13.303/16. 2017. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 6.** Isabela Caddah Guimarães. A delegação do exercício do poder de polícia administrativa a particulares. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 7.** Caio márcio Lana Cavalcanti. Os limites da interferência do Poder Judiciário nos atos administrativos: vinculação e discricionariedade. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 8.** kenya mara silva tavares. As licitações e o tratamento favorecido e diferenciado dado às microempresas e às empresas de pequeno porte. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 9.** Maria Clara Tassini. Efeitos da aplicação literal do 44 do art. 9 da Lei n. 12.462/11. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 10.** Rodrigo Coradi Junior. Análise Crítica da adoção dos critérios de desenvolvimento nacional sustentável. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 11.** Marina Vivas Costa Cardoso. Abrangência do Estatuto das Empresas Estatais. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 12.** Tamiris Rodrigues. Acordo de Leniência na Lei anticorrupção. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 13.** Victor Weiss Jorge Freyesleben. Segurança Jurídica nos atos administrativos: da concessão de efeitos ex nunc ao ato administrativo inválido. 2015. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 14.** LUIZA LOBO VIEIRA NASCIMENTO. Terceirização na Administração Pública: A Responsabilidade Do Poder Público por Débitos Trabalhistas do Contrato Após o Julgamento da ADC Nº 16 pelo STF. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 15.** João Martins Teixeira Barbosa. Do Direito subjetivo à contratação do Adjudicatário após o procedimento licitatório. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 16.** Daniela Monteiro Zuppo. O princípio da Proteção à confiança no direito administrativo. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 17.** Carolina Pimentel Fischer Fonseca. Servidores Públicos: o exercício do direito de greve. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 18.** Henrique de Olivera Santos Couto. Repensando o princípio da supremacia do interesse público. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 19.** PEDRO MOTA MAGALHÃES MATOS. REGIME DIFERENCIADO DE CONTRATAÇÕES PÚBLICAS. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 20.** IZABELA XAVIER. FUNÇÃO DA LICITAÇÃO PÚBLICA: A PROMOÇÃO DO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTÁVEL.. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 21.** RAFAEL BRUNO DI FINI BARBOSA. A POSSIBILIDADE DE REFORMATIO IN PEJUS NO PROCESSO ADMINISTRATIVO E OS SEUS LIMITES: uma análise dos aspectos relevantes do art. 64 da Lei 9.784/99 à luz dos princípios

- ADMINISTRATIVOS PROCESSUAIS E CONSTITUCIONAIS.. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
22. PRISCILA GIANNETE CAMPOS PIRES. EQUILÍBRIO E REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO NOS CONTRATOS DE PPP. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
23. JOÃO MARTINS TEIXEIRA BARBOSA. DO DIREITO SUBJETIVO À CONTRATAÇÃO DO ADJUDICATÁRIO APÓS O PROCEDIMENTO LICITATÓRIO.. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
24. Bruna Danielli Sales Barbosa. As Parcerias Público-Privadas e o Novo Estádio Governador Magalhães Pinto, Mineirão.. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
25. ERIKA FERNANDES. AS OPERAÇÕES URBANAS CONSORCIADAS NO PARADIGMA DA GESTÃO URBANA DEMOCRÁTICA. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
26. ANA SILVA RIBEIRO AVELAR. "BONIFICAÇÕES E DESPESAS INDIRETAS EM CONTRATOS DE EMPREITADAS GLOBAIS DE OBRAS PÚBLICAS FEDERAIS". 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
27. ANA LUIZA SUPERBI COELHO. CONTROLE JUDICIAL DA APLICAÇÃO DE CONCEITOS JURÍDICOS INDETERMINADOS EM SEDE DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
28. MARIANA MAGALHÃES AVELAR. O SISTEMA DE EQUILÍBRIO ECONÔMICO FINANCEIRO NAS PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS DA SAÚDE. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
29. Nelson Teixeira Da Silva Filho. O Sigilo De Orçamentos Estimativos-No Regime Diferenciado DeContratações Públicas -E O Princípio Da PPublicidade. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
30. Núbia Pereira. O direito subjetivo à nomeação e o cadastro de reservaem concurso público. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
31. Júlia De Oliveira Prata Lima. Atuação Consensual No Controle Exercido Pelos Tribunais De Contas:Utilização Do Termo De Ajustamento De Gestão. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
32. Shayene Marques Barbosa. A Atuação Do Poder Judiciário Como Instrumento De Efetivação Dos Direitos Sociais: Fundamentos e Limites Do Controle Jurisdicional De Politicas Públicas Direitos. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
33. Raquel Bastos Ferreira. O Equilíbrio Econômico Financeiro nas Terceirizações. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
34. DANUZA PAIVA. PARCERIAS PÚBLICO -PRIVADAS:AS ALTERRAÇÕES DA LEI 12.766 NO INSTITUTE DAS PPPs NA ESTRUTURAÇÃO DOS CONTRATOS. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
35. ANA CAROLINACHAGAS. ASPECTOS POLÊMICOS DO RDC. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
36. CAROLINA FISCHER. DIREITO DE GREVE DOS SERVIDORES PÚBLICOS. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
37. BRUNA DANIELLI SALES. DISCRICIONARIEDADE DAS AGÊNCIAS REGULADORAS. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
38. DANIEL SALLES. LICITAÇÃO SUSTENTÁVEL. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
39. SUELEN LIMA. EQUILÍBRIO ECONOMICO FINANCEIRO DOS CONTRATOS DE PPP DIANTE DA REPARTIÇÃO OBJETIVA DE RSCOS. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
40. DANUZA APARECIDA DA PAIVA. PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS:DAS ALTERAÇÕES DA LEI 12766 NO INSTITUTO DAS PPPsE SUAS IMPLICAÇÕES NA ESTRUTURAÇÃO DOS CONTRATOS. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
41. ANA PAULA GONÇALVES SÁ MOTTA. O PRINCÍPIO DA EFICIÊNCIA E DISCRICIONARIEDADE DAS AGÊNCIAS REGULADORAS. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
42. SUELEN DE LIMA ASSIS. EQUILÍBRIO ECÔNOMICO - FINANCEIRO NOS CONTRATOS DE PARCEIRIA PÚBLICO PRIVADA DIANTE DA REPARTIÇÃO OBJETIVA DE RISCOS. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
43. DANIEAL SALLES BONTTI SILVA. A PROMOÇÃO DESENVOLVIMENTO NACIONAL SUSTENTAVEL COMO FINALIDADE ESSENCIAL DE LICITAÇÃO. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
44. LUIZA LOBO VIEIRA NASCIMENTO. TERCERIZAÇÃO NA AP:CONSIDERAÇÕES SOBRE A RESPONSABILIDADE SUBSIDIÁRIA DO PODER PÚBLICO. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
45. BRUNA DANIELLI SALES BARBOSA. PARCERIAS PÚBLICO - PRIVADAS: UMA ANÁLISE SOBRE AS OBRAS DO CONGRESSO DO ESTÁDIO GOVERNADOR MAGALHAES PINTO, O MINERÃO. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
46. Andre Ribeiro Mendonça. Análise Do Princípio Da Reformatio In Pejus Nos processos Administrativos Litigiosos. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.

47. Carolina Marra Bittencourt de Paula. Delegabilidade do poder de polícia às empresas estaduais no direito brasileiro. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
48. Gabriel Bicalho Carvalho. A estrutura Econômica - Contratual das concessões sob a égide da lei nº 11.079/04.. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
49. Luisa Matta Machado Fernandes Souza. As Cláusulas exorbitantes no contrato administrativo e o princípio da proteção da confiança legítima. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
50. Luciana Valadares Pinto. Participação popular no plano diretor : Reflexões sobre a experiência de Belo Horizonte.. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
51. Nicolas Jacob. O sistema de garantias das parcerias Público - Privadas no contexto do Estado Regulador.. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
52. Nubia Moreira da Silva Pereira. Aprovação em concurso público: Sobre direito subjetivo à nomeação e a previsão para cadastro de reserva.. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
53. RODRIGO DUARTE. AÇÃO DE RESSAECIMENTO AO ERÁRIO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
54. Priscilla Iacomini Felipe. Parcerias Público Privadas e a Política Nacional de Resíduos Sólidos. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
55. Letícia Brant Rocha. "O EXERCÍCIO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE PELO TRIBUNAL DE CONTA". 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
56. FERNANDO VILELA MASCARENHAS. DESAPROPRIAÇÃO DE BENS PÚBLICOS: NAÇÕES E APLICAÇÕES EM FACE DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL DE 1988. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
57. Valter Luciano Leles Junior. IMPROPRIDADE ADMINISTRATIVA -UMA ABORDAGEM CRÍTICA. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
58. Thiago Igor de Paula Souza. PRESCRIÇÃO DO DANO AO ERÁRIO - uma leitura do parágrafo 5º do art. 37 da Constituição de 1988. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
59. ARIANE SHERMAM MORAIS VIEIRA. GARANTIA DA SEGURANÇA JURÍDICA EM CONTRAPOSIÇÃO À OBSERVÂNCIA DO PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
60. Rafaela Neiva Fernandes. PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO À CONFIANÇA:A boa fé, a segurança jurídica e a proteção à confiança no Direito Administrativo brasileiro,e sua aplicação no campo da anulação e revogação de atos administrativos.. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
61. AMANDA RIBEIRO COSTA. RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR ATO JURISDICIONAL ILÍCITO NAS DEMANAS PROCESSUAIS DE NATUREZA CÍVEL.. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
62. MARIANA CAROLINE FERREIRA DE SOUZA. ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO TCU NO EXERCÍCIO DO CONTROLE DA ECONOMICIDADE DO CONTRATO PG-018/98 RELATIVO À CONSTRUÇÃO DA BR-262/ES(TC-010.475/2001-5. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
63. ERIKA FERNANDES. NO PARADIGMA DA GESTÃO URBANA DEMOCRÁTICA. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
64. Fernanda Piaginni Romanelli. A regulação de incentivos como forma de alcançar o princípio da eficiência na prestação de serviço público. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
65. Lívia Colen Diniz. A CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS TERCEIRIZADOS PELA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA SOB O ENFOQUE DOS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DA LEGALIDADE E DA EFICIÊNCIA. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
66. Davi Lucas Bois. Aspectos Polêmicos na Aplicabilidade da Lei Complementar 123/2006 e Decreto nº 2.204/2007 às Licitações e Contratos Administrativos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
67. Gabriela Carvalho Pinto Guimarães. O papel do Controle Externo no Estado Democrático de Direito: Uma análise das atribuições conferidas aos Tribunais de Contas do Brasil pela Constituição Federal de 1988. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
68. Marcos Vinícius Gomes da Rocha. O Debate sobre a Constitucionalidade da carona no sistema de registro de preços. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
69. Marcos Henrique de Oliveira. Da não obrigatoriedade de realização de licitação por parte das organizações sociais. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
70. Pamela de Castro Peres. Controle da Sociedade Sobre a Prestação de Serviços Públicos. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
71. Renata Utsch Dias. O Poder da Polícia e a Possibilidade de sua Delegação a Particulares. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
72. Rodrigo Coelho Laporte. Judicialização da saúde: uma abordagem do controle das políticas públicas de saúde.. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
73. Rubens Thiago Albergaria Coelho. Contratação Temporária. 2011. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
74. Lilian Correia Lemos. Planos de saúde- limites da prestação. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Presidente Antônio Carlos. Orientador: Cristiana Fortini.

75. Michelli Pires Shettini. Controle das políticas públicas de saúde pelo Poder Judiciário. 2008. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Presidente Antônio Carlos. Orientador: Cristiana Fortini.
76. Liliana Duarte Fortes. Cláusula da reserva do possível. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
77. Renata Júnia Pereira Carvalho. Responsabilidade civil do Estado em face da omissão da prestação do serviço de segurança pública. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
78. Rafael Gustavo Couto. Extensão da aplicação as penaliades pela inexecução contratual. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
79. Alexandre Capuano. Desapropriação no Estatuto da Cidade. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
80. Vania Faermann. Responsabilidade civil do Estado- aspectos polêmicos. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
81. Claudia Teixeira de Oliveira. Emenda Constitucional 19/98 e o regime jurídico do servidor público. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
82. Katia Aparecida Ribeiro Leão Lara. O surgimento das parcerias Público Privadas como evolução à descentralização administrativa. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
83. Zélia Maria Vasconcelos Chaves. Mercados Internacionais impactos reflexos da politica ambiental. 2006. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
84. Felipe Alexandre Sant´anna. Responsabilidade civil do Estado e a aplicação de medidas sócioeducativas. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
85. Maria Laura Marinho Vidigal. O Controle dos Atos Administrativos discrícionarios pelo Poder Judiciário. 2005. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
86. Adriana Silveira Lafeté. A privatizaçao da atividade carcerária: análise da ilicitude. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
87. Aline Mourão G Gomes. Aplicação da exceptio non adimpleti contractus nos contratos administrativos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
88. Ana Mara Paulete N Freitas. Temas polêmicos sobre tombamento. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
89. Cecília Amaral de Carvalho. Cooperativas em licitação. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
90. Joaquim Monteiro Botelho. Telecomunicações: desestatização e a função social das operadoras de telefonia fixa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
91. Maria Letícia Mendes Lott de Carvalho. O contraditório e a ampla defesa na sindicância. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
92. Priscila Azar Santos. O Princípio da razoabilidade como limite da discricionariedade administrativa. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
93. Raquel Nunes Quelotti. Responsabilidade Civil do Estado decorrente de omissão- natureza subjetiva. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
94. Adriana Fernandes Rezenda. A aplicação do princípio da motivação em face dos atos administrativos relativos à licitação. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
95. André Luiz Palhano de castro Souza. As ações afirmativas : o sistema de cotas e sua eficácia na proteção dos excluídos. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
96. Ana Mara Paulette Neponuceno de Freitas. Temas polêmicos sobre tombamento. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
97. Daniel da Silva Araújo Cerqueira. Da regulação jurídica dos contratos de câmbio como instrumento de politica econômica.. 2004. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
98. Herik Nelson Franco Oliveira. A ação popular como instrumento de controle dos atos administrativos ofensivos ao principio da moralidade. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
99. Graziella Auad de Magalhaes Pinto. Licitações publicas: a necessidade de se estabelecer formalidades legais que vinculem a atividade do administrador público. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
100. Gilberto Madison Parenti Couto. A proteção ao meio ambiente e ação civil pública: com enfoque na atuação do Ministério Público. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
101. Luiz Felipe Rosa dos Santos. Do controle da administração pública pelo Ombudsman. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
102. Camila Franco e Silva Velano. O Regime Jurídico Administrativo e os paradigmas do Estado de Direito. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
103. Adauton Rios de Almeida. Transporte público, desenvolvimento urbano, omissao do municipio e a ação popular - a indiferença dos administradores municipais na aplicação do Art. 30 inciso V da Constituição Federal de 1988. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 104.

- Marcel Junqueira Neves. Das causas de inexigibilidade do procedimento licitatório. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 105.** Bruno Otávio Costa Araújo. Das distinções entre serviço público e exploração de atividade econômica e suas implicações na desestatização das empresas estatais prestadoras de serviços. 2001. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 106.** Renato Carvalho Brandão. Aspectos da Emenda Constitucional n. 20 e o direito adquirido. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 107.** Douglas Renato Dias Corgosinho. Discricionariedade e Poder Jurisdicional: o controle dos Atos Administrativos Discricionários. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
- 108.** Silvia Paulino Franco. Eficiência no Serviço Público de Transporte Coletivo. 2000. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.

Iniciação científica

1. Henrique Jose da Silva Souza. REFLEXÕES SOBRE A INCONSTITUCIONALIDADE DO ATIVISMO JUDICIAL NO CONTROLE DAS POLÍTICAS PÚBLICAS. 2011. Iniciação Científica - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
2. Mariana Avelar. Controle da discricionariedade administrativa em sede de regime disciplinar e o tratamento pelo STF. 2011. Iniciação Científica - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
3. Patrícia Gobbo. Pesquisa. 2004. Iniciação Científica. (Graduando em Direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.

Orientações de outra natureza

1. CAIO BENEVIDES PEDRA. A IMPESSOALIDADE E A ISONOMIA NO RECONHECIMENTO DAS FAMÍLIAS HOMOAFETIVAS. 2013. Orientação de outra natureza. (Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
2. Marília Souza Dias Alves. Orientação de estágio docência. 2012. Orientação de outra natureza. (Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
3. Raphaela Borges David. Orientação de estágio docência. 2012. Orientação de outra natureza. (Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
4. Natália S Neves. Orientação de estágio docência. 2012. Orientação de outra natureza. (Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
5. Murilo Vale. Orientação de estágio docência. 2012. Orientação de outra natureza. (Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
6. Vinícius Marins. estágio de Docência. 2011. Orientação de outra natureza. (Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
7. Felipe Alexandre Santanna. Monitoria em Direito Administrativo. 2005. Orientação de outra natureza. (direito) - Centro Universitário Metodista Izabela Hendrix. Orientador: Cristiana Fortini.
8. Bruno Otávio Costa Araújo. Monitoria de Graduação da Faculdade de Direito da UFMG. 2004. Orientação de outra natureza. (Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.
9. Lilian de Castro Peixoto. Monitoria de Graduação. 2004. Orientação de outra natureza. (Direito) - Universidade Federal de Minas Gerais. Orientador: Cristiana Fortini.

Inovação

Projetos de pesquisa

2015 - Atual

Os desafios do combate à corrupção nas contratações públicas: análise comparativa dos marcos regulatórios e das experiências brasileira e norte-americana

Descrição: Os efeitos devastadores da corrupção não se limitam à alocação indevida de recursos públicos. Afetam-se a democracia, a inovação tecnológica, e destroem-se as perspectivas de melhoria dos menos favorecidos. Há um movimento mundial de combate à corrupção. Os Estados Unidos da América assumem protagonismo ao editarem diploma que aborda a corrupção de agentes estrangeiros e a responsabilização das pessoas jurídicas. O Brasil editou em 2013 lei que que ambiciona estabelecer a responsabilidade das entidades por atos de corrupção. O exame dos diplomas legais, a avaliação de aspectos culturais e históricos, é o foco desta pesquisa.

Situação: Em andamento; Natureza: Pesquisa.

Alunos envolvidos: Graduação: (0) / Especialização: (0) / Mestrado acadêmico: (0) / Mestrado profissional: (0) / Doutorado: (0) .

Integrantes: Cristiana Fortini - Coordenador.

Financiador(es): Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Bolsa.

Número de produções C, T & A: 13 / Número de orientações: 4

Educação e Popularização de C & T

Apresentações de Trabalho

1. VALLE, Vanice Regina Lírio do ; **SILVA, CRISTIANA MARIA FORTINI PINTO E** . 'A lei das agências e outros marcos legais: interface com a LINDB, Lei de Processo Administrativo, Lei de Proteção ao usuário do Serviço Público'. 2019. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

DANIEL DE ANDRADE OLIVEIRA BARRAL

Naturalidade: Ilhéus-Bahia

Filiação: Suze Maria de Andrade Oliveira Barral e Sidrach de Araújo Barral

CARGO

Procurador Federal da classe Especial

03/2008 – Atual**EDUCAÇÃO**

Universidade Católica do Salvador

Bacharel em direito**2004**

Universidade Anhanguera – Uniderp, UNIDERP, Campo Grande, Brasil

Especialização em Pós Graduação Direito Público.**2009**

O Instituto da Repactuação e a preclusão Lógica - Análise do Entendimento do TCU e da AGU

Fundação Getúlio Vargas

LLM em Direito Empresarial**2015**

A terceirização da atividade de apoio administrativo e a superação da aparente vedação de contratação de atividades integrantes do plano de cargos e salários da entidade pública contratante

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

1. Chefe da Consultoria do INSS na Procuradoria Federal no Estado de Rondônia	06/2008 –07/2009
2. Procurador-Chefe junto ao Instituto Federal de Rondônia	07/2009 -10/ 2010
3. Chefe de Departamento da Procuradoria Federal junto à Antaq	01/2011 –05/2013
4. Chefe de Serviço da Procuradoria Federal Especializada Junto à FUNAI	06/2013 – 12/2013
5. Diretor Substituto do Departamento de Consultoria da Procuradoria-Geral federal	12/2013 –04/2016
6. Procurador Jurídico Chefe da Empresa de Planejamento e Logística – EPL	04/2016 –06/2016
7. Coordenador -Geral do Gabinete do Ministro da Justiça.	06/2016 – 08/2016
8. Assessor Jurídico da Secretaria do Programa de Parcerias de Investimentos – SPPI	08/2016 –04/2017
9. Subprocurador-Geral Federal – PGF/AGU	05/2017 – 06/2018
10. Coordenador-Geral de Matéria Administrativa da PF/PREVIC	06/2018 – 12/2018

EXPERIÊNCIA DOCENTE E PESQUISA

1. Professor da Escola Nacional de Administração Pública – ENAP	10/2014 – Atual
2. Pesquisador do Grupo de Estudos em Direito dos Transportes da Universidade de Brasília - UNB (http://www.getra.ndsr.org/)	06/2015 - Atual
3. Professor da Escola da AGU	09/2015 - Atual
4. Professor do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP	06/2016 – Atual

EXPERIÊNCIA RELACIONADA

Grupo de Trabalho voltado à elaboração de minutas Padrão do INSS**03/2009 - Atual**

Portaria PFE/INSS/GAB nº 98/2009 ratificada pela Portaria PFE/INSS/GAB nº 155/2011

Grupo de Trabalho voltado à uniformização de entendimentos jurídicos e**elaboração de minutas padronizadas no âmbito das Procuradorias Federais junto às IFES****05/2010 a 10/2010**

Portaria nº2 de 7 de maio de 2010 prorrogada pela Portaria nº 7, de 5 de Agosto de 2010;

Grupo de Trabalho Manual de Gestão e Orientação da PGF – M.A.G.O**08/2011 – 12/2011****Grupo de Trabalho de Uniformização em licitações e contratos na PGF****04/2012 – 02/2013**

Portaria PGF nº 359, de 27 de Abril de 2012;

Membro da Câmara Permanente de licitações e Contratos da PGF**02/2013–04/2016**

Portaria PGF nº 98, de 26 de fevereiro de 2013;

PALESTRAS, EVENTOS E DEMAIS ATUAÇÕES DESTACADAS

Atuei como palestrante nos anos de 2010 a 2018 em diversos encontros técnicos, tanto para os Procuradores Federais quanto para a área Administrativa falando sobre Licitações e Contratos

Sou editor do Site: <http://www.licitacaocontrato.com.br/>



Eduardo Grossi Franco Neto

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/9371615963109523>

ID Lattes: **9371615963109523**

Última atualização do currículo em 05/03/2024

Procurador do Estado de Minas Gerais. Mestre em Direito e Administração Pública pela UFMG. Pós-graduado em 'Advocacia Pública' e em 'Ordem Jurídica e Ministério Público'. Procurador-Chefe da Central de Compras da Seplag/MG. Professor MBA em Concessões e Parcerias da PUC Minas. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Eduardo Grossi Franco Neto 🇧🇷

Nome em citações bibliográficas

NETO, Eduardo Grossi Franco; FRANCO
NETO, Eduardo Grossi

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/9371615963109523>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Advocacia-Geral do Estado, Consultoria
Jurídica - CJ.
Avenida Afonso Pena - 4000
Cruzeiro
30130009 - Belo Horizonte, MG - Brasil
Telefone: (31) 32180863
URL da Homepage:
www.advocaciageral.mg.gov.br

Formação acadêmica/titulação

2020 - 2022

Mestrado em Direito.
Universidade Federal de Minas Gerais,
UFMG, Brasil.
Título: ACORDOS-QUADRO NO MODELO
NORTE-AMERICANO E COMUNITARIO
EUROPEU: uma análise comparativa com

os procedimentos brasileiros auxiliares da
licitação., Ano de Obtenção: 2022.

Orientador: 🧐 Eurico Bitencourt Neto.

Palavras-chave: Direito Administrativo;

Contratos administrativos.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

2013 - 2015

Especialização em Advocacia-Pública.
(Carga Horária: 360h).

Instituto para o Desenvolvimento
Democrático, IDDE, Brasil.

Título: Diretrizes para pesquisa de preços
em licitações.

Orientador: Rodolfo Pereira Viana.

2007 - 2008

Especialização em Ordem Jurídica e
Ministério Público. (Carga Horária: 804h).

Fundação Escola Superior do Ministério
Público do DF Territórios, FESMPDFT,
Brasil.

Título: Extensão do Terreno da
Flexibilização da Coisa Julgada Material
com origem em Sentença
Inconstitucional.

Orientador: Ulisses Schwarz Viana.

2001 - 2007

Graduação em Direito.

Centro Universitário de Brasília, UniCEUB,
Brasil.

Título: Os Serviços Públicos e as Relações
de Consumo.

Orientador: Paulo R. Roque A. Khouri.

Atuação Profissional

Instituto Prime OABMax, OABMAX, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2011

Vínculo: Autônomo, Enquadramento

Funcional: Professor de Direito Adm. e
Proc. Civil, Carga horária: 6

Tribunal Regional Federal da 1ª Região, TRF1, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2010

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Assessor Judiciário de
Desembargador, Carga horária: 40

Centro Universitário de Brasília, UniCEUB, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2008

Vínculo: Celetista formal, Enquadramento
Funcional: Adv-Orientador do Núcleo de
Prática Jurídica, Carga horária: 20

Infraero, INFRAERO, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2012

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Procurador, Carga horária: 40,
Regime: Dedicação exclusiva.

Tribunal de Justiça do Distrito Federal, TJ/DF, Brasil.

Vínculo institucional

2012 - 2013

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Analista Judiciário, Carga
horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Advocacia-Geral do Estado, AGE/MG, Brasil.

Vínculo institucional

2018 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Coordenador de Licitações e
Contratos, Carga horária: 40

**Outras
informações**

Designação publicada na Imprensa Oficial
do Estado de Minas Gerais em
17/08/2018

Vínculo institucional**2013 - 2014**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Procurador do Estado

**Outras
informações**

Escritório Seccional da Advocacia-Geral do
Estado em Sete Lagoas/MG Atuação no
contencioso judicial

Secretaria de Estado de Saúde, SES, Brasil.

Vínculo institucional**2014 - 2014**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Assessor Jurídico, Carga
horária: 40

Secretaria de Estado de Planejamento e Gestão, SEPLAG-MG, Brasil.

Vínculo institucional**2018 - Atual**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Assessor Jurídico-Chefe

**Outras
informações**

Assessor Jurídico-Chefe do Centro de
Serviços Compartilhados

Vínculo institucional**2015 - 2018**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Assessor Jurídico

**Outras
informações**

Assessor Jurídico do Centro de Serviços
Compartilhados

Supremo Tribunal Federal, STF, Brasil.

Vínculo institucional**2006 - 2007**

Vínculo: Estágio, Enquadramento
Funcional: Estagiário

Outras informações

Estágio no Gabinete do Min. Sepúlveda
Pertence

Projetos de desenvolvimento

2024 - Atual

Grupo de Trabalho da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais sobre a Nova Lei de Licitações

Descrição: Membro do Grupo de Trabalho encarregado de desenvolver estudos sobre a aplicação da Lei n 14.133, de 1 de abril de 2021, no âmbito da Consultoria Jurídica. GT instituído pela ORDEM DE SERVIÇO CJ N 4, DE 27 DE FEVEREIRO DE 2024, da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais.

Situação: Em andamento; Natureza: Desenvolvimento.

Integrantes: Eduardo Grossi Franco Neto - Coordenador / Tatiana Sales Curcio Ferreira - Integrante / Ricardo Agra Villarim - Integrante / Matheus Fernandes Figueiredo Couto - Integrante.

Outros Projetos

2024 - Atual

Grupo de Trabalho encarregado de desenvolver estudos sobre a aplicação da Lei n 14.133, de 1 de abril de 2021, no âmbito da Consultoria Jurídica da Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais

Descrição: Membro do Grupo de Trabalho encarregado de desenvolver estudos sobre a aplicação da Lei n 14.133, de 1 de abril de 2021, no âmbito da Consultoria Jurídica..

Situação: Em andamento; Natureza: Outra.

Alunos envolvidos: Graduação: (1) / Especialização: (1) / Mestrado acadêmico: (2) .

Integrantes: Eduardo Grossi Franco Neto -
Integrante / Tatiana Sales Curcio Ferreira
- Coordenador / Ricardo Agra Villarim -
Integrante / Matheus Fernandes
Figueiredo Couto - Integrante.

2021 - Atual

Grupo de Trabalho da Nova Lei de
Licitações n. 14.133/2021

Descrição: Membro do Grupo de Trabalho
para implementação da Nova Lei de
Licitações e Contratos Administrativos, Lei
n. 14.133, de 1 de abril de 2021, no
âmbito do Poder Executivo do Estado de
Minas Gerais.GT instituído pela Resolução
Seplag n 50, de 28 de junho de 2021..
Situação: Em andamento; Natureza:
Outra.
Alunos envolvidos: Especialização: (1) /
Mestrado acadêmico: (1) .

Integrantes: Eduardo Grossi Franco Neto -
Integrante / Virgínia Bracarense Lopes -
Coordenador.

2019 - Atual

Desestatização

Descrição: Componente do Grupo de
Estudos da Advocacia-Geral do Estado
(instituído pela Ordem de Serviço AGE nº
04, de 11 de fevereiro de 2019)
encarregado da análise e elaboração de
instrumentos jurídicos necessários ao
processo de desestatização no âmbito do
Estado de Minas Gerais, empresas
públicas e sociedades de economia mista
e para alienar ações que garantam o
controle dessas entidades pelo Estado..
Situação: Em andamento; Natureza:
Outra.

Integrantes: Eduardo Grossi Franco Neto -
Integrante / Ana Paula Muggler Rodarte -
Coordenador / Erico Andrade - Integrante
/ Luiz Marcelo Carvalho Santos -
Integrante / Gabriel Arbex Valle -
Integrante / Wallace Alves dos Santos -
Integrante / Rafael Rezende de Faria -
Integrante.

2018 - Atual

Licitação e contratos: Minutas-Padrão

Descrição: Coordenou, em 2018, o Grupo
de Trabalho destinado a promover
estudos sobre a necessidade de ampliar a
sistematização e organização dos
procedimentos relativos a licitações e
contratos no âmbito da Administração
Direta, Autárquica e Fundacional do Poder
Executivo. O Grupo elaborou editais,

minutas contratuais-padrão e check lists utilizadas no Estado de Minas Gerais..
Situação: Em andamento; Natureza: Outra.

Integrantes: Eduardo Grossi Franco Neto - Coordenador.

2015 - 2016

Padronização de minuta contratuais do 1º contrato corporativo do Estado

Descrição: Grupo de Trabalho (instituído pela Resolução Conjunta SEPLAG/MGS nº 9.342, de 05 de maio de 2015 ? IOF de 06/05/2015) que objetivou padronizar os procedimentos necessários à celebração dos contratos (a minuta contratual com suas cláusulas estruturais básicas e respectivas obrigações padrão, respeitadas as especificidades dos serviços prestados pela MGS), nas áreas de limpeza e conservação, vigilância e segurança patrimonial, apoio administrativo, gestão de documentos, administração e operação de serviços, que culminou Contrato Corporativo nº 01/2016, celebrado com a empresa Minas Gerais Administração e Serviços ? MGS, com valor de cerca de 4 bilhões de reais e com a contratação de cerca de 15 mil empregados no mesmo contrato..
Situação: Desativado; Natureza: Outra.

Integrantes: Eduardo Grossi Franco Neto - Integrante / Frederico Norberto França Caldeira - Integrante / Gustavo Henrique Campos dos Santos - Integrante / Patrícia de Lima Machado - Integrante / Lívia Cólén Diniz - Coordenador / Priscila Barasuol Daltrozo - Integrante / Poliana Melo Alves Nogueira - Integrante / Júlio César Alves Lopes - Integrante / Renata Gomes Cardoso - Integrante / Luiz Antônio Barbosa Mendes - Integrante / Washington Gonçalo Rodrigues Veloso - Integrante.

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito
Administrativo.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Público.

Idiomas

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem,
Escreve Razoavelmente.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Razoavelmente,
Lê Bem, Escreve Pouco.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

FRANCO NETO, Eduardo Grossi. Assessoria Jurídica na nova lei de licitações e as linhas de defesa.. Campo de Públicas, v. 1, p. 61-75, 2022.

2.

FORTINI, C. ; **FRANCO NETO, Eduardo Grossi** . O acordo substitutivo de sanção na Nova Lei de Licitações como forma de atuação responsiva do Poder Público.. REVISTA INTERESSE PÚBLICO, v. 129, p. 17-40, 2021.

3.

FRANCO NETO, Eduardo Grossi. Concessão dos Serviços Postais. DIREITO PÚBLICO (BELO HORIZONTE), v. 18, p. 115-139, 2021.

4.

SOARES, THIAGO DE OLIVEIRA ; **FRANCO NETO, Eduardo Grossi** . Reflexões sobre a possibilidade de prorrogação de vigência dos contratos de fornecimento continuado de bens: uma necessidade!. Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura - RDAI, v. 3, p. 143-160, 2019.

5.

FRANCO NETO, Eduardo Grossi. Acordos-Quadro e Centralização de Compras como Ferramentas para o Aperfeiçoamento das Compras Públicas. DIREITO PUBLICO (BELO HORIZONTE), v. 16, p. 77-96, 2019.

6.

NETO, Eduardo Grossi Franco. O Ministério Público Brasileiro e o Estado Democrático de Direito. Revista Jurídica Fortium (Impresso), v. 1, p. 90-90, 2007.

7.

NETO, Eduardo Grossi Franco. Antecipação de Tutela Contra a Fazenda Pública. Revista Jurídica Fortium (Impresso), v. 02, p. 103-103, 2007.

8.

NETO, Eduardo Grossi Franco. Expedição de Precatório Sobre Parcela Incontrovertida em Execução Movida Contra a Fazenda Pública. Revista Jurídica Fortium (Impresso), v. 02, p. 107-107, 2007.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

★ FUIZA, E. P. S. ; **NETO, Eduardo Grossi Franco** ; MARCOLINO, D. M. . Compras Públicas Centralizadas no Brasil. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2023. v. 1. 476p .

2.

★ **FRANCO NETO, Eduardo Grossi.** Centralização de Compras Públicas no Brasil: análise comparativa dos modelos norte-americano e comunitário europeu de Acordos-Quadro com os procedimentos auxiliares da licitação da Lei 14.133/2021.. 1. ed. Londrina: Thoth, 2023. v. 1. 277p .

3.

★ **NETO, Eduardo Grossi Franco;** ABREU, Thiago Elias Mauad . 70 Grandes Erros em Licitações e Contratos. 1. ed. Belo Horizonte: Letramento, 2019. v. 1. 206p .

4.

NETO, Eduardo Grossi Franco. Legislação Paulista Esquematizada. 1. ed. São Paulo: Bianch, 2018. v. 1. 668p .

Capítulos de livros publicados

1.

★ **NETO, Eduardo Grossi Franco.** Sanções 'Escarlates' nos Contratos Administrativos da Nova Lei de Licitações e Contratos (Lei nº 14.133/2021) e da Lei 8.666/1993. In: Maria Tereza Fonseca Dias. (Org.). Governança nas contratações públicas contemporâneas. 1ed.São Paulo: Dialética, 2021, v. 1, p. 119-144.

2.

NETO, Eduardo Grossi Franco. Anatomia do registro de preços no microssistema simbiótico da Lei 13.979/20 e a segurança jurídica do gestor em tempos de pandemia. In: André Luiz de Almeida Mendonça; Onofre Batista Júnior; Rpdriago Araújo Ribeiro; Sérgio Pessoa de Paula Castro. (Org.). O novo papel da advocacia pública consultiva no século XXI. 1ed.Belo Horizonte: D'Plácido, 2020, v. 1, p. 251-277.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

NETO, Eduardo Grossi Franco. Estrutura Dinâmica do Estado Federado. Respublica, Minas Gerais, p. 11 - 11, 12 maio 2014.

Apresentações de Trabalho

1.

★ **NETO, Eduardo Grossi Franco.** Editais-Padrão. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

2.

NETO, Eduardo Grossi Franco. Licitação em obras públicas. 2018. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Demais tipos de produção técnica

1.

NETO, Eduardo Grossi Franco. Registro de Preços. 2018. .

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

4º Encontro Nacional de Procuradores de Saúde.Soluções inovadoras na NLCC para superar dificuldades de contratação na área de saúde.. 2023. (Encontro).

2.

Congresso de Aplicação da Nova Lei de Licitações e Contratos. As empresas privadas e a nova lei de licitações. 2023. (Congresso).

3.

Webinário da Nova Lei de Licitações da Advocacia-Geral do Estado de MG.Modalidades licitatórias, critérios de julgamento e modos de disputa (Lei 14.133/21). 2023. (Seminário).

4.

Webinário da Nova Lei de Licitações da Advocacia-Geral do Estado de MG.Aplicação, vigência, regras de transição e principais características da NLLC (Lei 14.133/21). 2023. (Seminário).

5.

XIII Congresso Mineiro de Direito Administrativo. Apresentação da oficina sobre estudos técnicos preliminares (ETP) em contratações públicas. 2023. (Congresso).

6.

XXXVII Congresso do Instituto Brasileiro de Direito Administrativo. Membro da Comissão de Apresentação de Comunicados Científicos. 2023. (Congresso).

Outros projetos

2019 - Atual

Desestatização

Descrição: Componente do Grupo de Estudos da Advocacia-Geral do Estado (instituído pela Ordem de Serviço AGE nº 04, de 11 de fevereiro de 2019) encarregado da análise e elaboração de instrumentos jurídicos necessários ao processo de desestatização no âmbito do Estado de Minas Gerais, empresas públicas e sociedades de economia mista e para alienar ações que garantam o controle dessas entidades pelo Estado..
 Situação: Em andamento; Natureza: Outra.

Integrantes: Eduardo Grossi Franco Neto - Integrante / Ana Paula Muggler Rodarte - Coordenador / Erico Andrade - Integrante / Luiz Marcelo Carvalho Santos - Integrante / Gabriel Arbex Valle - Integrante / Wallace Alves dos Santos - Integrante / Rafael Rezende de Faria - Integrante.

2018 - Atual

Licitação e contratos: Minutas-Padrão

Descrição: Coordenou, em 2018, o Grupo de Trabalho destinado a promover estudos sobre a necessidade de ampliar a sistematização e organização dos procedimentos relativos a licitações e contratos no âmbito da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Poder Executivo. O Grupo elaborou editais, minutas contratuais-padrão e check lists utilizadas no Estado de Minas Gerais..
 Situação: Em andamento; Natureza: Outra.

Integrantes: Eduardo Grossi Franco Neto - Coordenador.

2015 - 2016

Padronização de minuta contratual do 1º contrato corporativo do Estado

Descrição: Grupo de Trabalho (instituído pela Resolução Conjunta SEPLAG/MGS nº 9.342, de 05 de maio de 2015 ? IOF de 06/05/2015) que objetivou padronizar os procedimentos necessários à celebração dos contratos (a minuta contratual com suas cláusulas estruturais básicas e respectivas obrigações padrão,

respeitadas as especificidades dos serviços prestados pela MGS), nas áreas de limpeza e conservação, vigilância e segurança patrimonial, apoio administrativo, gestão de documentos, administração e operação de serviços, que culminou Contrato Corporativo nº 01/2016, celebrado com a empresa Minas Gerais Administração e Serviços ? MGS, com valor de cerca de 4 bilhões de reais e com a contratação de cerca de 15 mil empregados no mesmo contrato..
Situação: Desativado; Natureza: Outra.

Integrantes: Eduardo Grossi Franco Neto - Integrante / Frederico Norberto França Caldeira - Integrante / Gustavo Henrique Campos dos Santos - Integrante / Patrícia de Lima Machado - Integrante / Lívia Cólén Diniz - Coordenador / Priscila Barasuol Daltrozo - Integrante / Poliana Melo Alves Nogueira - Integrante / Júlio César Alves Lopes - Integrante / Renata Gomes Cardoso - Integrante / Luiz Antônio Barbosa Mendes - Integrante / Washington Gonçalo Rodrigues Veloso - Integrante.

Outras informações relevantes

Experiência internacional: Intercâmbio cultural no Programa TRUE - Trabalho Remunerado para Universitários nos Estados Unidos, New London, CT. Período: DEZ de 2004 a ABR de 2005

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 29/01/2025 às 10:01:15

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7677905285956620>

ID Lattes: **7677905285956620**

Última atualização do currículo em 06/02/2024

Doutor em Direito do Estado pela Universidade de São Paulo (USP). Mestre e graduado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), onde desenvolveu pesquisa na área de Direito Administrativo. Professor de cursos de capacitação e de pós-graduação em Direito Administrativo, com ênfase em licitações públicas e contratos administrativos (Zênite Consultoria e Informação S/A e Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa - IDP). Pesquisador Visitante (Visiting Researcher) no Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht, em Hamburgo. Educação Executiva pela Harvard Law School (Program on Negotiation). Ex-presidente do Centro Acadêmico XI de Fevereiro - CAXIF (Direito/UFSC). Sócio-fundador do escritório Schiefler Advocacia. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Gustavo Henrique Carvalho Schiefler

Nome em citações bibliográficas

SCHIEFLER, Gustavo Henrique
Carvalho;SCHIEFLER, Gustavo H.
C.;SCHIEFLER, Gustavo

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/7677905285956620>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

Endereço Profissional

Schiefler Advocacia.
Avenida Paulista - 726, 17º andar
Bela Vista
01310100 - São Paulo, SP - Brasil
Telefone: (11) 65606686
URL da Homepage: www.schiefler.adv.br

Formação acadêmica/titulação

2014 - 2017

Doutorado em Direito do Estado.
 Universidade de São Paulo, USP, Brasil.
 Título: Diálogos público-privados: da opacidade à visibilidade na administração pública🌀, Ano de obtenção: 2017.
 Orientador: 🧐 Gustavo Henrique Justino de Oliveira.
 Palavras-chave: diálogos público-privados.
 Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

2012 - 2013

Mestrado em Direito.
 Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.
 Título: Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI): solicitação e apresentação de estudos e projetos para a estruturação de concessões comuns e parcerias público-privadas🌀, Ano de Obtenção: 2013.
 Orientador: Luiz Henrique Urquhart Cademartori.
 Palavras-chave: Procedimento de Manifestação de Interesse; PMI; concessão; parceria público-privada; PPP.
 Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

2007 - 2011

Graduação em Bacharelado em Direito.
 Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.
 Título: A sujeição do contrato administrativo à arbitragem como expressão de liberdade e eficiência.
 Orientador: Sérgio Urquhart de Cademartori; Joel de Menezes Niebuhr.

2007 interrompida

Graduação interrompida em 2007 em Administração Empresarial.
 Universidade do Estado de Santa Catarina, UDESC, Brasil.
 Ano de interrupção: 2007

Formação Complementar

2015 - 2016

Visiting Researcher.
 Max-Planck-Institut für ausländisches und internationales Privatrecht, MPI, Alemanha.

2015 - 2015

Program on Negotiation. (Carga horária: 50h).
 Harvard Law School, HLS, Estados Unidos.

2015 - 2015

Preparação Pedagógica para o PAE.
(Carga horária: 16h).
Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

2015 - 2015

Public-Private Partnerships (PPP) -
Coursera. (Carga horária: 16h).
World Bank Group, WBG, Estados Unidos.

2014 - 2014

Arbitragem e Poder Público: especialidade
do litígio administrativo e espec. (Carga
horária: 2h).
Centro de Arbitragem e Mediação CAM-
CCBC, CAM-CCBC, Brasil.

2014 - 2014

Gestão de Parcerias com a Administração
Pública. (Carga horária: 16h).
Instituto Publíx, PUBLIX, Brasil.

2014 - 2014

3ª Jornada Luso-Brasileira de Arbitragem.
(Carga horária: 5h).
Centro de Arbitragem e Mediação CAM-
CCBC, CAM-CCBC, Brasil.

2012 - 2012

Certificado em Oratória e a Arte de
Convencer. (Carga horária: 16h).
Midhas Consulting, MIDHAS, Brasil.

2011 - 2011

Programação em PHP. (Carga horária:
124h).
Serviço Nacional de Aprendizagem
Comercial - SC, SENAC/SC, Brasil.

2010 - 2010

V Congresso de Direito da UFSC. (Carga
horária: 32h).
Universidade Federal de Santa Catarina,
UFSC, Brasil.

2009 - 2009

IV Congresso de Direito da UFSC. (Carga
horária: 32h).
Universidade Federal de Santa Catarina,
UFSC, Brasil.

2008 - 2008

Curso Teoria Crítica dos Direitos
Humanos. (Carga horária: 9h).
Universidade Federal de Santa Catarina,
UFSC, Brasil.

2008 - 2008

XII Semana Jurídica da Universidade Federal de Santa Catarina. (Carga horária: 52h).
Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.

2008 - 2008

5º Encontro Íbero-Latino-Americano de Governo Eletrônico e Inclusão Digital. (Carga horária: 10h).
Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.

2005 - 2006

Ensino Médio. (Carga horária: 400h).
Jefferson County High School, JFHS, Estados Unidos.

2005 - 2005

Aprendizagem e aperfeiçoamento em curso de língua inglesa. (Carga horária: 520h).
CCAA, CCAA, Brasil.

1999 - 1999

Certificado em DOS, Windows e Word. (Carga horária: 36h).
Fisk, FISK, Brasil.

Atuação Profissional

Universidade de São Paulo, USP, Brasil.

Vínculo institucional**2015 - 2015**

Vínculo: Bolsista, Enquadramento Funcional: Programa de Aperfeiçoamento do Ensino (PAE), Carga horária: 6

Justino de Oliveira Advogados, JOA, Brasil.

Vínculo institucional**2014 - 2015**

Vínculo: Coordenador Jurídico, Enquadramento Funcional: Advogado

Menezes Niebuhr Advogados Associados, MN, Brasil.

Vínculo institucional**2011 - 2014**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Advogado

Vínculo institucional**2010 - 2011**

Vínculo: Estágio não-obrigatório,
Enquadramento Funcional: Estagiário,
Carga horária: 25

Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Brasil.

Vínculo institucional**2013 - 2013**

Vínculo: Colaborador, Enquadramento
Funcional: Assistente de Pós-Graduação -
Docência, Carga horária: 16

**Outras
informações**

Estágio de docência. Assistente de Pós-Graduação responsável por ministrar aulas sobre a matéria de licitações públicas para as turmas de Direito Administrativo II da UFSC, sob a orientação do Prof. Dr. Luiz Henrique Urquhart Cademartori.

Vínculo institucional**2012 - 2013**

Vínculo: Pesquisador, Enquadramento
Funcional: Acadêmico

**Outras
informações**

Grupo de pesquisa em Direito Administrativo e Constitucionalismo. Pesquisador do Projeto de Consolidação das Leis Catarinenses, em parceria com a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina.

Vínculo institucional**2009 - 2010**

Vínculo: Representação Estudantil,
Enquadramento Funcional: Presidente -
Centro Acadêmico XI de Fevereiro, Carga
horária: 30, Regime: Dedicação exclusiva.

Outras informações

Coordenação de um grupo de 35 diretores para a representação estudantil de aproximadamente 900 estudantes. Coordenação de Qualidade de Ensino, participação em colegiados, conselhos e debates. Coordenação da Associação Atlética, organização de eventos esportivos. Coordenação da Comunicação Social, sistemas virtuais e físicos de interatividade com acadêmicos. Coordenação de Eventos Sociais, atividades de recepção a calouros, integração entre acadêmicos. Coordenação de Eventos Acadêmicos, organização de eventos jurídicos e extensão universitária.

Vínculo institucional

2008 - 2008

Vínculo: Monitoria, Enquadramento
Funcional: Monitoria e Pesquisa, Carga
horária: 20

Outras informações

Monitor da disciplina de Informática Jurídica. Pesquisador do grupo de estudos em "Governo Eletrônico", inscrito no CNPQ, sob a orientação do Prof. Dr. Aires Rover. Organizador de Ensino à distância ? Moodle. Fomento e manutenção do sistema BuscaLegis (biblioteca jurídica online). Exposição em evento de pesquisa e extensão universitárias.

Ordem dos Advogados do Brasil de Santa Catarina, OAB-SC, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2013

Vínculo: Secretário-Adjunto de Comissão,
Enquadramento Funcional: Advogado

Outras informações

Comissão de Licitações e Contratos da
OAB/SC

Atividades

1/2014 - 12/2014

Direção e administração, Comissão de Licitação e Contrato.

Cargo ou função
Secretário-Adjunto da Comissão de Licitações e Contratos da OAB/SC.

Schiefler Advocacia, SCHADV, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - Atual

Vínculo: Sócio, Enquadramento Funcional: Advogado

INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP, Brasil.

Vínculo institucional

2021 - Atual

Vínculo: Professor de pós-graduação, Enquadramento Funcional: Professor de pós-graduação lato sensu

Outras informações

Professor de pós-graduação lato sensu em Direito Administrativo no Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP), em Brasília, na modalidade online, desde o ano de 2021. Atualmente, leciono as matérias "Licitações Públicas" e "Processo Administrativo".

Faculdade CESUSC, CESUSC, Brasil.

Vínculo institucional

2023 - Atual

Vínculo: Professor de pós-graduação, Enquadramento Funcional: Professor de pós-graduação em Direito Público

Outras informações

Professor do programa de pós-graduação em Direito Público (Direito Administrativo

e Direito Constitucional) da Faculdade CESUSC, desde 2023, coordenado pelo professor Leonardo Bruno Pereira de Moraes.

Faculdade de Direito, Educação e Gestão, FADEG, Brasil.

Vínculo institucional

2023 - 2023

Vínculo: Professor de pós-graduação,
Enquadramento Funcional: Professor de
pós-graduação em MASC

**Outras
informações**

Professor do programa de pós-graduação em Métodos Extrajudiciais de Solução de Conflitos (MESCs): arbitragem, mediação, conciliação e dispute boards, na Faculdade de Direito, Educação e Gestão FADEG, em 2023, coordenado pelo professor Márcio Belocci.

Faculdade de Direito da USP, FDUSP, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - 2020

Vínculo: Professor colaborador,
Enquadramento Funcional: Professor
colaborador-convidado

**Outras
informações**

Professor colaborador-convidado da disciplina da pós-graduação em Direito da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), na disciplina Arbitragem e Dispute Boards envolvendo a Administração Pública no Brasil, durante o segundo semestre de 2020.

Faculdade de Informática e Administração Paulista, FIAP, Brasil.

Vínculo institucional

2017 - 2017

Vínculo: Professor, Enquadramento
Funcional: Professor

**Outras
informações**

Professor da matéria "Negociação estratégica para executivos e empreendedores" na Faculdade de Informática e Administração Pública - FIAP

Centro de Arbitragem e Mediação CAM-CCBC, CAM-CCBC, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - 2016

Vínculo: Bolsista, Enquadramento
Funcional: Pesquisador

Outras informações

Bolsista do Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC), para realizar pesquisa sobre a aplicação do princípio da publicidade nas arbitragens que envolvem contratos com a Administração Pública, no período de 1 de outubro de 2015 até 30 de janeiro de 2016, no Max Planck Institute for Comparative and International Private Law, de Hamburgo.

Membro de corpo editorial

2022 - Atual

Periódico: Conselho Consultivo da Revista dos Estudantes de Direito da Universidade de

2021 - 2021

Periódico: Revista da AGU

2018 - 2018

Periódico: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura (RDAI)

2016 - Atual

Periódico: Revista Acadêmica Avant

2013 - Atual

Periódico: Portal Jurídico Investidura

2008 - 2013

Periódico: Revista Eletrônica Investidura

Revisor de periódico

2018 - Atual

Periódico: Revista de Direito Administrativo e Infraestrutura ? RDAI

2016 - Atual

Periódico: Revista Acadêmica Avant

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito
Administrativo.

2.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direitos
Especiais/Especialidade: Direito e
Tecnologia.

3.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito
Público/Especialidade: Direito
Constitucional.

Idiomas

Inglês

Compreende Bem, Fala Bem, Lê Bem,
Escreve Bem.

Italiano

Compreende Razoavelmente, Fala Pouco,
Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Espanhol

Compreende Bem, Fala Razoavelmente,
Lê Bem, Escreve Razoavelmente.

Prêmios e títulos

2023

Advogado mais admirado 2023/2024,
Análise Editorial.

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. Mecanismos para a inovação em contratos e processos de empresas estatais. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 1, p. 1, 2023. **Citações:** **SCOPUS** ¹

2.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. A participação do mercado no planejamento das contratações públicas. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 1, p. 1, 2023. **Citações:** **SCOPUS** ¹

3.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Retrospectiva de 2023 sobre as licitações públicas no Brasil. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 1, p. 1, 2023. **Citações:** **SCOPUS** ¹

4.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique . Direitos do particular no processo de negociação dos acordos administrativos. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 1, p. 1, 2021. **Citações:** **SCOPUS** ¹

5.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. CPSI no Marco Legal das Startups: o que se vê e o que não se vê. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 1, p. 1, 2021. **Citações:** **SCOPUS** ¹

6.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. É recomendável aplicar a nova Lei de Licitações na pendência do PNCP?. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 1, p. 1, 2021. **Citações:**
SCOPUS ¹

7.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. A conciliação on-line nos Juizados Especiais é uma adaptação evolutiva do Poder Judiciário. JOTA, v. 1, p. 1, 2020.

8.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.; ADIB, Luccas Augusto Nogueira ; FREITAS, B. B. ; LETELIER, L. ; MITIDIEIRI, M. . Contratos de Impacto Social no Brasil: inovação na gestão pública.. JOTA, v. 1, p. 1, 2019.

9.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Ausência de regulamento interno de licitações após o prazo de adaptação previsto na Lei nº 13.303/2016.. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 293, p. 679-685, 2018.

10.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; SCHIEFLER, Eduardo André Carvalho . Concurso público: direito subjetivo à nomeação do candidato subsequente em caso de desistência ou inadmissão de candidato mais bem classificado. REVISTA DO PORTAL JURÍDICO INVESTIDURA, v. 4, p. 1-1, 2017.

11.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Os primeiros registros do recém-chegado direito administrativo no Brasil do século XIX. REVISTA DO PORTAL JURÍDICO INVESTIDURA, v. 4, p. 1, 2017.

12.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; SCHIEFLER, Eduardo André Carvalho ; GAMBA, Giovanna Máisa . Controle de constitucionalidade difuso sobre requisitos legais impróprios em editais de concurso público. REVISTA DO PORTAL JURÍDICO INVESTIDURA, v. 4, p. 1, 2017.

13.

SCHIEFLER, Gustavo. O orçamento estimado nas licitações das empresas estatais.. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 284, p. 972-978, 2017.

14.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique . Justa causa e juízo de prelibação (admissibilidade) na ação de improbidade administrativa: proteção e preservação dos direitos e garantias dos requeridos frente à busca de maior eficiência judicial no combate à corrupção na era da Operação Lava Jato. Revista SÍNTESE Responsabilidade Pública, v. 12, p. 311-326, 2017.

15.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; ADIB, Luccas Augusto Nogueira . Títulos de Desenvolvimento Social: utilizando a lógica do mercado de capitais para financiar políticas públicas no Brasil. Revista Digital de Direito Administrativo da USP, v. 3, p. 69-103, 2016.

16.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A contratação pública de advogados para a defesa de dirigentes de empresas estatais. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 263, p. 26-33, 2016.

17.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A possibilidade de negociação em caso de descumprimento do contrato administrativo e a questão da indisponibilidade do interesse público.. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 267, p. 456-465, 2016.

18.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Arbitragem nos contratos administrativos e o critério para identificação dos litígios que envolvem direitos patrimoniais disponíveis.. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 1, p. 989-995, 2016.

19.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Como estruturar esquemas seguros de corrupção? Um alerta sobre o fracasso do controle em virtude dos avanços dos serviços de criptografia.. REVISTA DO PORTAL JURÍDICO INVESTIDURA, v. 114, p. 1-1, 2016.

20.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.; PIRES, Bernardo Rohden . A homologação de sentença arbitral estrangeira anulada na origem. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 1, p. 1, 2016. **Citações:** [SCOPUS](#) ¹

21.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A exigência de índices contábeis como condição de habilitação em licitações públicas. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 254, p. 335-341, 2015.

22.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A publicação do balanço patrimonial pelas sociedades anônimas é condição para a celebração de contratos administrativos?. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 255, p. 449-452, 2015.

23.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A aplicação da Lei de Acesso à Informação a licitações públicas e contratos administrativos. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 257, p. 646-652, 2015.

24.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Sanções administrativas aplicáveis às licitações públicas e aos contratos administrativos regidos pela Lei nº 10.520/02 (Lei do Pregão). Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 258, p. 732-741, 2015.

25.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Roteiro para a estruturação de concessões por meio do Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 259, p. 828-837, 2015.

26.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A confluência de normas de direito privado e de direito público em licitações e contratos celebrados por entidades qualificadas como serviço social autônomo (Sistema S). Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 1, p. 928-935, 2015.

27.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Comentários sobre a convivência do controle de resultados e de meios nas parcerias voluntárias: uma análise a partir da Lei Federal nº 13.019/2014. Revista de Direito do Terceiro Setor, v. 8, p. 123-135, 2014.

28.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; AYALA, H. L. . A aquisição de bens móveis e imóveis no âmbito dos termos de parceria. Revista de Direito do Terceiro Setor, v. 8, p. 111-120, 2014.

29.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique . Como a corrupção afeta a advocacia em Direito Administrativo?. Revista do Portal Jurídico Investidura, v. 1, p. 1-(eletrônico), 2014.

30.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; AYALA, H. L. . A aquisição de bens móveis e imóveis por entidades do terceiro setor no âmbito das parcerias voluntárias. Revista do Portal Jurídico Investidura, v. 1, p. 1, 2014.

31.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique . Instrução Normativa padroniza procedimentos para pesquisa de preços. CONSULTOR JURÍDICO (SÃO PAULO. ONLINE), v. 1, p. 1, 2014. **Citações:** **SCOPUS** 1

32.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Anotações sobre o regime jurídico aplicável às informações disponibilizadas pela Administração Pública na rede mundial de computadores.. Fórum Administrativo, v. 13, p. 36-48, 2013.

33.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A regulamentação e a utilização do Procedimento de Manifestação de Interesse no Estado de Santa Catarina ? Comentários a respeito do Decreto Estadual nº 962/12. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 225, p. 1130-1138, 2012.

34.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.; NIEBUHR, Joel de Menezes . A Medida Provisória nº 575/2012 e o benefício tributário conferido às parcerias público-privadas. REVISTA DO PORTAL JURÍDICO INVESTIDURA, v. 1, p. 1, 2012.

35.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. Noções gerais sobre a Lei dos Alimentos Grávidos. REVISTA DO PORTAL JURÍDICO INVESTIDURA, v. 1, p. 1, 2009.

36.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. Breve Introdução ao estudo da Dogmática Jurídica. REVISTA DO PORTAL JURÍDICO INVESTIDURA, v. 1, p. 1, 2009.

37.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. Estudo Dirigido: Questões básicas de Teoria Geral do Processo. REVISTA DO PORTAL JURÍDICO INVESTIDURA, v. 1, p. 1, 2009.

38.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Livros Digitais (E-books): A função social e a pirataria virtual - Direitos autorais frente aos direitos constitucionais. Atuação (Ministério Público Catarinense), v. 5, p. 131-142, 2007.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

★ **SCHIEFLER, Gustavo H. C..** Diálogos Público-Privados. 1. ed. São Paulo: Lumen Juris, 2018. v. 1.

2.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique . Contratação de serviços técnicos especializados por inexigibilidade de licitação pública. 1. ed. Curitiba: Zênite, 2015.

3.

★ **SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho**. Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). 1. ed. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2014. v. 1. 449p .

Capítulos de livros publicados

1.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique . A Arbitragem na Nova Lei Geral de Concessões (LGC): Apontamentos sobre o Fortalecimento dos Meios Extrajudiciais de Litígios Contratuais no Novo Marco Legal dos Contratos de Concessões de Serviços Públicos. In: D. J. V. Tafur; G. J. Jurksaitis e R. H. Issa. (Org.). Experiências Práticas em Concessões e PPP: Estudos em homenagem aos 25 anos da Lei de Concessões - Volume I. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2021, v. 1, p. 377-389.

2.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.; ESTEFAM, F. ; CARVALHO, A. C. . Indicação de membros para o Dispute Board sob a perspectiva de Compliance. In: FIGUEIREDO, Augusto Barros de; SALLA, Ricardo Medina. (Org.). Manual de Dispute Boards - Teoria, Prática e Provocações. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2021, v. 1, p. 249-262.

3.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. Reflexões sobre a etapa de negociação prévia às alterações em contratos administrativos afetados pela pandemia da Covid-19.. In: CUNHA FILHO, Alexandre Jorge Carneiro da.. (Org.). Direito em tempos de crise: COVID-19. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2020, v. 1, p. 137-148.

4.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. A contratação direta de Encomenda Tecnológica. In: PICCOLI, Ademir.. (Org.). Contratação de Inovação na Justiça: com os avanços do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. 1ed.São Paulo: Vidaria Livros, 2020, v. 1, p. 89-122.

5.

SCHIEFLER, Gustavo H. C. Outras formas de contratar tecnologia.. In: PICCOLI, Ademir.. (Org.). Contratação de Inovação na Justiça: com os avanços do Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. 1ed.São Paulo: Vidaria Livros, 2020, v. 1, p. 187-199.

6.

SCHIEFLER, Gustavo H. C. A exigência de análise de impacto regulatório (AIR) como instrumento de proteção dos direitos de liberdade econômica. In: CUNHA FILHO, Alexandre J. C. da; PICCELLI, R. R.; MACIEL, R. M. (Org.). Lei da liberdade econômica anotada: Lei nº 13.874, de 2019. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2019, v. 1, p. 116-127.

7.

SCHIEFLER, Gustavo H. C. As inovações do procedimento licitatório na Lei Federal nº 13.303/2016. In: FERRAZ, Sérgio.. (Org.). Comentários sobre a Lei das Estatais. 1ed.São Paulo: Malheiros Editores, 2019, v. 1, p. 174-208.

8.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique . Operações de fusão e aquisição e as intercorrências a partir dos acordos de leniência. In: CARVALHO, André Castro. (Org.). Manual de Compliance. 1ed.Rio de Janeiro: Editora Forense, 2019, v. 1, p. 445-460.

9.

SCHIEFLER, Gustavo H. C. Princípios gerais de direito: conceito e aplicação na jurisdição brasileira. In: CUNHA FILHO, A. J. C da; ISSA, R. H.; SCHWIND, R. W.. (Org.). Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro - Anotada - Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942. 1ed.São Paulo: Quartier Latin, 2019, v. 1, p. 217-223.

10.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique . Justa causa e juízo de prelibação (admissibilidade) na ação de improbidade administrativa: proteção e preservação dos direitos e garantias dos requeridos frente à busca de maior eficiência judicial no combate à corrupção na era da Operação Lava Jato. Continuação da Revista IOB de Direito Administrativo. 326ed.São Paulo: Revista Síntese, 2017, v. 1, p. 311-311.

11.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Controle na Lei Federal nº 13.019/2014: a convivência do controle de resultados e de meios nas parcerias voluntárias. In: Rodrigo Pagani de Souza; Marcos Augusto Perez. (Org.). Controla da Administração Pública. 1ed.Belo Horizonte: Fórum, 2016, v. 1, p. 263-277.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique . Instrução Normativa padroniza procedimentos para pesquisa de preços. Conjur - Consultor Jurídico, p. conjur.com.br, 19 ago. 2014.

2.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. 78 anos da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Diário Catarinense, Florianópolis, 15 fev. 2010.

3.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. TV Digital: A nova ferramenta governamental para a inclusão social. Google Knol, 29 jul. 2008.

4.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. As Licitações Públicas e a Complexidade do Direito Administrativo. Publikas - Inteligência em Gestão Pública, p. publikas.com.br.

5.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A aquisição de bens móveis e imóveis por entidades do Terceiro Setor no âmbito das parcerias voluntárias. Informativo Justino de Oliveira Advogados nº 38.

6.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. O procedimento de manifestação de interesse (PMI) como um instrumento eficiente e democrático de planejamento de concessões. Blog da Zênite.

7.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; ADIB, Luccas Augusto Nogueira . Título de Desenvolvimento Social é inovação jurídica em tempos de crise. Conjur - Consultor Jurídico.

8.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; PIRES, Bernardo Rohden . A homologação de sentença arbitral estrangeira anulada na origem. Consultor Jurídico - Conjur.

Apresentações de Trabalho

1.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Licitações Públicas e Terceirização. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

2.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Lei Federal nº 13.019/2014 - Nova Lei de Parcerias Voluntárias entre o Estado e o Terceiro Setor. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

3.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Concessões Públicas e PPPs. 2014. (Apresentação de Trabalho/Outra).

4.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. O diálogo público-privado na etapa preparatória das licitações públicas. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

5.

★ **SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho.** Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

6.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Reflexões sobre a relação das fundações com o Ministério Público: o velamento fundacional. 2014. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

7.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Intervenções do Estado sobre a propriedade privada. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

8.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A institucionalização do diálogo entre a Administração Pública e os particulares na etapa preparatória das licitações públicas. 2014. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

9.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

10.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A constitucionalização do direito administrativo brasileiro no século XXI. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

11.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Livros digitais (e-books): A função social e a pirataria virtual. Direitos autorais frente aos direitos constitucionais. 2007. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

Outras produções bibliográficas

1.

SCHIEFLER, Gustavo H. C. Contratações de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) conforme a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021). São Paulo: Schiefler Advocacia, 2023 (Relatório em formato de livro).

2.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.; HELLMANN, Lucas. Contratos administrativos de inovação: os diversos instrumentos para a contratação de novas tecnologias pelo Poder Público. São Paulo: Schiefler Advocacia, 2022 (Artigo).

3.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.; HELLMANN, Lucas. . As principais mudanças da Lei nº 14.133/2021 nos contratos administrativos. São Paulo: Schiefler Advocacia, 2022 (Artigo).

4.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.; HELLMANN, Lucas. . O que mudou com a Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos (Lei nº 14.133/2021): as novas regras de licitação. São Paulo: Schiefler Advocacia, 2022 (Artigo).

5.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. As comunicações entre o mercado e a Administração na etapa preparatória da contratação pública. São Paulo: Schiefler Advocacia, 2022 (Artigo).

6.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. Estatísticas do mercado público: as contratações diretas são exceção ou regra?. São Paulo: Schiefler Advocacia, 2022 (Artigo).

7.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.; GAMBA, Giovanna Maísa . Regra de ouro das licitações públicas: compreendendo a essência de qualquer certame. São Paulo: Schiefler Advocacia, 2022 (Artigo).

8.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. A conciliação on-line nos Juizados Especiais é uma adaptação evolutiva do Poder Judiciário. São Paulo: Schiefler Advocacia, 2020 (Artigo).

9.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.; SANTOS, L. . Os impactos da COVID-19 nas relações familiares. São Paulo: Schiefler Advocacia, 2020 (Artigo).

10.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. Prescrição em Processo Administrativo Disciplinar (PAD): como contar o prazo de acordo com a lei e a jurisprudência?. São Paulo: Schiefler Advocacia, 2019 (Artigo).

11.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Como estruturar esquemas seguros de corrupção? Um alerta sobre o fracasso do controle em virtude dos avanços dos serviços de criptografia.. Instituto pela Justiça - IPJ, 2016 (Artigo).

12.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Os direitos de propriedade dos pobres precisam ser reconhecidos nos países em desenvolvimento. Instituto pela Justiça - IPJ, 2016. (Tradução/Artigo).

13.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Excesso de Leis, Excesso de Regulação. Instituto pela Justiça - IPJ, 2016. (Tradução/Artigo).

14.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Breves considerações sobre a poluição sonora.. Florianópolis/SC: Portal Jurídico Investidura, 2013 (Artigo).

15.

★ **SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho**; NIEBUHR, Joel de Menezes . A Medida Provisória nº 575/2012 e o benefício tributário conferido às parcerias público-privadas.. Florianópolis: Portal Jurídico Investidura, 2012 (Artigo).

16.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Resenha da obra ?Lei de Recuperação de Empresas e Falência ? Interpretada artigo por artigo?, de Cristiano Imhof. Florianópolis/SC: Portal Jurídico Investidura, 2012 (Artigo).

17.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Discurso de orador na cerimônia de colação de grau em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) em 1º de março de 2012.. Florianópolis/SC: Portal Jurídico Investidura, 2012 (Artigo).

18.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. O controle financeiro das solicitações de pagamentos em escritório de advocacia organizado através do Google Docs ? Google Apps. Florianópolis/SC: Portal Jurídico Investidura, 2011 (Artigo).

19.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A influência do Google na busca pela informação jurídica. Florianópolis/SC: Portal Jurídico Investidura, 2011 (Artigo).

20.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Escritório de advocacia e soluções Google. Florianópolis/SC: Portal Jurídico Investidura, 2011 (Artigo).

21.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Como funciona a licitação pública?. Florianópolis/SC: Portal Jurídico Investidura, 2011 (Artigo).

22.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Como fazer uma licitação pública?. Florianópolis/SC: Portal Jurídico Investidura, 2011 (Artigo).

23.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Onde encontrar licitações para participar?. Florianópolis/SC: Portal Jurídico Investidura, 2011 (Artigo).

24.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Pesquisa jurídica no Google: dicas básicas para o retorno de melhores resultados. Florianópolis/SC: Portal Jurídico Investidura, 2011 (Artigo).

25.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. 78 anos da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Diário Catarinense, 2010 (Artigo).

26.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Noções gerais sobre a Lei dos Alimentos Gravidicos.. Florianópolis/SC: Portal Jurídico Investidura, 2009 (Artigo).

27.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Breve Introdução ao Estudo da Dogmática Jurídica.. Florianópolis/SC: Portal Jurídico Investidura, 2009 (Artigo).

28.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Tv Digital: A Nova Ferramenta Governamental para a Inclusão Social.. Florianópolis 2008 (Artigo).

29.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Pesquisa Científica Jurídica - Limites e Perspectivas. Florianópolis/SC: Portal Jurídico Investidura, 2008 (Artigo).

30.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Estudo Dirigido: Questões básicas de Teoria Geral do Processo.. Florianópolis/SC: Portal Jurídico Investidura, 2008 (Artigo).

31.

BATISTA, A. C. ; ROSA, L. L. ; JANESCH, R. H. ; **SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho** . Descontos Sexuais: A Efetivação da Isonomia e a Ponderação de Princípios. Florianópolis/SC: Portal Jurídico Investidura, 2008 (Artigo).

32.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; SCATOLIN, G. ; BRUM, L. ; MINATTO, O. ; FONTAO, P. ; JANESCH, R. H. . Crimes e Direitos Sobre a Informação Virtual.. Florianópolis/SC: Portal Jurídico Investidura, 2008 (Artigo).

33.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. A Tecnologia. Páginas Literárias - Colégio Salesiano Itajaí, 2000 (Poema).

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. Uma análise jurídica sobre contratações emergenciais na Administração Pública. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎤

2.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.; TAJRA, Alex . Apreciação constitucional pelo TCU é válida, mas controle excessivo gera temor. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎤

3.

LOBO, A. P. ; SANTOS, E. ; **SCHIEFLER, Gustavo H. C.** . Nova Lei de Licitações muda a forma de compra pública de Inovação. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎤

4.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. Rescisão de contrato administrativo para construção da Ponte do Pilar. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎤

5.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. Privatização da Sabesp tornaria serviço de fornecimento de água mais eficiente em SP?. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎤

6.

SANTOS, R. ; **SCHIEFLER, Gustavo H. C.** . Venda de nomes de prédios públicos de SP não se choca com a Lei Cidade Limpa. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎤

7.

GOMES, M. ; **SCHIEFLER, Gustavo H. C.** . Empresa contratada pela Loterj dá 'calote' de R\$ 30 milhões e troca Rio de Prêmios por produto privado nas bancas. 2023. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 🎤

8.

ANGELO, T. ; MENDES, L. ; **SCHIEFLER, Gustavo H. C.** . Especialistas divergem sobre resolução que amplia poderes do TSE. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

9.

ANGELO, T. ; **SCHIEFLER, Gustavo H. C.** . Constituição autoriza emenda de relator impositiva, diz Senado. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

10.

ANGELO, T. ; MENDES, L. ; **SCHIEFLER, Gustavo H. C.** . Emenda de relator impositiva deve ser mantida pelo Supremo. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

11.

ANGELO, T. ; MENDES, L. ; **SCHIEFLER, Gustavo H. C.** . Estado de emergência permitiria aumento do Auxílio Brasil. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

12.

SOARES, R. ; **SCHIEFLER, Gustavo H. C.** . Edital copiado pela Câmara de São Caetano tem mesmo vencedor. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

13.

AGAPE, D. ; **SCHIEFLER, Gustavo H. C.** . Show pagos por prefeituras: o telhado de vidro dos artistas de esquerda, de Anitta a Caetano. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

14.

LANZA, L. ; **SCHIEFLER, Gustavo H. C.** . Eleições 2022: onde Bolsonaro, Lula e seus rivais investem. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

15.

SCHIEFLER, Gustavo H. C. . A Nova Lei de Licitações: caminhos e desafios para os contratos. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

16.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. Impugnação de árbitros pode se tornar casuística com PL que altera Arbitragem. 2022. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

17.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. Entrevista concedida ao Podcast Entendo Nada. Episódio 36 ? Quarentena. 2020. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

18.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Os termos jurídicos presentes nos noticiários sobre a Operação Lava Jato. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

19.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A comunicação entre o público e o privado na administração estatal. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

20.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Tese de doutorado em Direito Administrativo é aprovada com distinção na USP. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

21.

LOBEL, F. ; **SCHIEFLER, Gustavo H. C.** . Sob suspeita, licitação de semáforos de SP atrasa e recebe até carta de consul. 2017. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

22.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Tribunal de Justiça: o orçamento é alto, mas a produtividade está abaixo da média. 2015. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

23.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique . Lei sobre relação de organizações e poder público cria dirigente 'ficha-suja'. 2014. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

24.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Entrevista sobre o lançamento da obra 'Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI'. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

25.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; NIEBUHR, Joel de Menezes ; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique ; CARVALHO, André Castro . Bate-papo com o Autor - Lançamento de obra - Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). 2014. (Programa de rádio ou TV/Mesa redonda).

26.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Poder público começa a usar ferramenta para diálogo público-privado em licitação. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

27.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. IN 05 e os riscos na sua aplicação. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

28.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; CARVALHO, André Castro ; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique . Programa Academia - TV Justiça. 2014.

29.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Falta transparência nas PPPs de Pernambuco. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

30.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Poder público manda empresas refazerem restauração malfeita de pavimentos em Florianópolis e Blumenau. 2013. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

31.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Liminar suspende licitação da Via Rápida. 2012. (Programa de rádio ou TV/Comentário). 📺

Redes sociais, websites e blogs

1.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Loja.Legal. 2017; Tema: Jurídico. (Site).

2.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Portal Jurídico Investidura. 2007; Tema: Portal eletrônico de conteúdo jurídico. (Site).

Demais tipos de produção técnica

1.

SCHIEFLER, Gustavo. Palestra no evento "Dia do Licitante 2023, O Ano da Transformação?", sobre diálogos com o mercado na etapa preparatória das contratações públicas, organizado pela Effecti Licitação - 16 de janeiro de 2023.. 2023. .

2.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Palestra no evento Café da Manhã com Schiefler Advocacia sobre Contratações Públicas & Inovação - 8 de fevereiro de 2023 - Florianópolis/SC.. 2023. .

3.

SCHIEFLER, Gustavo. Fiscalização e Gestão dos Contratos de Compras e Serviços na Lei nº 8.666/93 e na Lei nº 14.133/21 - Novidades e desafios enfrentados pelos fiscais e gestores - 13 de março de 2023.. 2023. .

4.

SCHIEFLER, Gustavo. "Advogados Públicos e a Nova Lei de Licitações" Temas e Novidades que devem ser Conhecidos por Assessores, Procuradores Jurídicos e Profissionais - 10 de abril de 2023.. 2023. .

5.

SCHIEFLER, Gustavo. Palestra em evento organizado pelo Senge-SC - Sindicato dos Engenheiros de Santa Catarina e pelo SINAENCO-SC - Sindicato da Arquitetura e da Engenharia Consultiva, sobre a Nova Lei de Licitações na área da engenharia - 9 de fevereiro de 2023 - Florianópolis/SC.. 2023. .

6.

SCHIEFLER, Gustavo. Palestra sobre contratação de tecnologia pelo Poder Público na 6ª edição do Expojud - Congresso de Inovação, Tecnologia e Direito para o Ecosistema de Justiça do Brasil - 25 a 27 de outubro de 2022 - Brasília-DF.. 2022. .

7.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. 5º Encontro Nacional das Estatais - As Contratações das Estatais ? A necessária agenda de revisão dos Regulamentos e as oportunidades para Inovações - 10 de novembro de 2022 - Brasília-DF.. 2022. .

8.

SCHIEFLER, Gustavo. O que muda com a nova lei de licitações? Destaques das principais novidades e alterações nas licitações e contratos ? 2 de março de 2021 (Online). 2021. .

9.

SCHIEFLER, Gustavo. As contratações das estatais ? questões fundamentais e polêmicas do dia a dia das licitações e dos contratos e da aplicação da Lei nº 13.303/2016 ? 8 e 9 de março de 2021 (Online). 2021. .

10.

SCHIEFLER, Gustavo. Bate-papo sobre a Nova Lei de Licitações, com Gustavo Schiefler - PL nº 4.253/2020 - Grupo Itaú Unibanco - 17 de março de 2021. 2021. .

11.

SCHIEFLER, Gustavo. Palestra de abertura do Curso de Licitações e Contratos da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC) ? ?Contextualizando a Nova Lei de Licitações? ? Lei Federal nº 14.133/2021 ? 5 de abril de 2021 (online). 2021. .

12.

SCHIEFLER, Gustavo. 40 vícios mais comuns nas licitações ? como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU ? Zênite Online ? 12 e 13 de abril de 2021 (Online). 2021. .

13.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Alterações e aditivos aos contratos administrativos na Lei nº 8.666/1993 e na Nova Lei de Licitações - Zênite - 3 e 4 de maio de 2021 (Online). 2021. .

14.

SCHIEFLER, Gustavo. Encontro Nacional das Contratações Públicas - Zênite - 24 e 25 de agosto de 2021 (Online). 2021. .

15.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Compliance em Contratações Públicas (mediador). Aula aberta à pós-graduação do IDP, com André Castro Carvalho, em outubro de 2021.. 2021. .

16.

SCHIEFLER, Gustavo. 4º Encontro Nacional das Estatais - Zênite - 23 e 24 de novembro de 2021 (Online). 2021. .

17.

SCHIEFLER, Gustavo. Inovação e Transformação Digital no MPSC ? Florianópolis, 30 de janeiro de 2020. 2020. .

18.

SCHIEFLER, Gustavo. A contratação pública sem licitação ? cabimento, instrução dos processos de dispensa e inexigibilidade e os contratos decorrentes. Brasília/DF ? 14 de fevereiro de 2020. 2020. .

19.

SCHIEFLER, Gustavo. 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos ? como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com TCU. São Paulo/SP ? 17 e 18 de fevereiro de 2020. 2020. .

20.

SCHIEFLER, Gustavo. Contratos da Administração e das estatais e os impactos da COVID-19 ? Contratos formalizados antes da crise e de acordo com a Lei no 13.979/2020 ? 15 e 16 de junho de 2020 (Online). 2020. .

21.

SCHIEFLER, Gustavo. Dispensa e Inexigibilidade de Licitação ? Cabimento, Instrução e os Contratos decorrentes de acordo com as Leis nºs 13.979/2010, 8.666/1993 e a recente MP nº 961/2020 ? 15 de julho de 2020 (Online). 2020. .

22.

SCHIEFLER, Gustavo. Novidades e repercussões da pandemia nas contratações públicas de acordo a Lei nº 13.979/2020 e a MP nº 961/2020 ? 14 de setembro de 2020 (Online). 2020. .

23.

SCHIEFLER, Gustavo. Negociação, gestão de riscos e novos instrumentos a serem aplicados para o enfrentamento da crise e a prevenção de responsabilidades nas contratações da administração e das estatais ? 24 e 25 de setembro de 2020 (Online). 2020. .

24.

SCHIEFLER, Gustavo. PMI e outros diálogos público-privados: planejamento as contratações junto ao mercado. Palestra no TCM-SP. 16 de outubro de 2020. (Online). 2020. .

25.

SCHIEFLER, Gustavo. Alterações e aditivos aos contratos administrativos - 19 a 23 de outubro de 2020 (Online). 2020. .

26.

SCHIEFLER, Gustavo. Dispensa e inexigibilidade de licitação ? Cabimento, instrução do processo e os contratos decorrentes - 9 a 13 de novembro de 2020 (Online). 2020. .

27.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Palestras no 3º Encontro Nacional das Estatais ? 24 a 26 de Novembro de 2020 (Online). 2020. .

28.

SCHIEFLER, Gustavo. 40 vícios mais comuns nas licitações ? como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU - 30 de novembro a 04 de dezembro de 2020 (Online). 2020. .

29.

SCHIEFLER, Gustavo. 50 acórdãos do TCU e dos tribunais superiores que devem ser conhecido e compreendidos por quem atua nas licitações e nos contratos ? Rio de Janeiro (RJ) ? 15 e 16 de abril de 2019. 2019. .

30.

SCHIEFLER, Gustavo. 2º Encontro Nacional das Estatais ? Brasília (DF) ? 28 de maio de 2019.. 2019. .

31.

SCHIEFLER, Gustavo. Planejando as contratações junto ao mercado: como dialogar legalmente com potenciais fornecedores para a obtenção de informações técnicas e pesquisa de preços ? 3º Congresso Brasileiro de Boas Práticas em Contratos e Compras Públicas, em Cuiabá/MT ? 18 de junho de 2019.. 2019. .

32.

SCHIEFLER, Gustavo. 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos ? como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com TCU ? Rio de Janeiro ? 25 e 26 de junho de 2019. 2019. .

33.

SCHIEFLER, Gustavo. Alterações e Aditivos aos Contratos Administrativos. Ao Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro - TCMRJ (corpo técnico de servidores), em 27 de junho de 2019.. 2019. .

34.

SCHIEFLER, Gustavo. 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos ? como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com TCU. Ao Supremo Tribunal Federal ? STF (corpo técnico de servidores), em 12 e 13 de agosto de 2019. 2019. .

35.

SCHIEFLER, Gustavo. Temas Polêmicos e Relevantes de Licitação Pública ? 10ª ICFEX a ? Inspeção do Exército Brasileiro ? Fortaleza/CE ? 22 de agosto de 2019. 2019. .

36.

SCHIEFLER, Gustavo. 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos ? como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com TCU. Brasília/DF ? 7 e 8 de outubro de 2019. 2019.

37.

SCHIEFLER, Gustavo. A contratação pública sem licitação ? cabimento, instrução dos processos de dispensa e inexigibilidade e os contratos decorrentes. Rio de Janeiro/RJ ? 16 de outubro de 2019.. 2019. .

38.

SCHIEFLER, Gustavo. Os desafios das contratações públicas a partir do Novo Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação. Enatic 4.0 ? Desmaterializar para Exponencializar. Conselho da Justiça Federal (CJF). Brasília, 28 de novembro de 2019.. 2019. .

39.

SCHIEFLER, Gustavo. 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos ? como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com TCU. Brasília/DF ? 7 e 8 de outubro de 2019. 2019.

40.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. 60 vícios mais comuns na licitações e nos contratos ? como evitar quando sanear e como resolver de acordo com o TCU - Brasília (DF). 2018. .

41.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; ROSSETTI, S. . Casos práticos sobre contratação direta - principais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação - São Paulo (SP). 2018. .

42.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. O que muda nas licitações e nos contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista de acordo com a Lei nº 13.303/16 - CESAN - Vitória (ES). 2018. .

43.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Licitações, Contratos e Convênios - FHEMIG - Belo Horizonte (MG). 2018. .

44.

SCHIEFLER, Gustavo. Alterações e aditivos aos contratos administrativos - Melhores práticas para alterações do objeto, prazo e valor nos contratos de serviços, obras, compras e registro de preços ? Ministério Público de Minas Gerais (MPMG) - 31 de julho e 1º de agosto de 2018. 2018. .

45.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Aspectos destacados dos contratos administrativos - alterações e aditivos aos contratos administrativos - alterações do objeto, prazo e valor ? Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) ? 23 e 24 de julho de 2018.. 2018. .

46.

SCHIEFLER, Gustavo. 60 vícios mais comuns na licitações e nos contratos ? como evitar quando sanear e como resolver de acordo com o TCU - Maceió (AL). 2018. .

47.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. 45 questões polêmica e fundamentais sobre as licitações e contratos das estatais de acordo com a Lei nº 13.303/2016. 2018. .

48.

SCHIEFLER, Gustavo. 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos ? como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com TCU ? 20. 21 e 22 de agosto de 2018, em Maceió (AL) - Zênite Informação e Consultoria. 2018. .

49.

SCHIEFLER, Gustavo. 45 questões polêmicas e fundamentais sobre as licitações e os contratos das estatais de acordo com a Lei nº 13.303/2016 ? 26, 27 e 28 de setembro de 2018, em Fortaleza (CE) - Zênite Consultoria e Informação. 2018. .

50.

SCHIEFLER, Gustavo. 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos ? como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com TCU ? 22, 23 e 24 de outubro de 2018, em Recife (PE) - Zênite Consultoria e Informação. 2018. .

51.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. O que muda nas licitações e contratos das empresas públicas e sociedades de economia mista de acordo com a Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 ? EMUSA ? Niterói (RJ) ? 26 e 27 de novembro de 2018.. 2018. .

52.

SCHIEFLER, Gustavo. As contratações das empresas estatais ? como entender e aplicar o novo regime de licitações e contratos da Lei nº 13.303/2016 ? Salvador (BA) ? 29 e 30 de novembro de 2018. 2018. .

53.

SCHIEFLER, Gustavo. Licitação e contratação direta - como os Tribunais de Contas e o Judiciário interpretam e orientam os agentes na solução dos grandes problemas ? Brasília (DF) ? 5 de dezembro de 2018.. 2018. .

54.

SCHIEFLER, Gustavo. 45 questões polêmicas e fundamentais sobre as licitações e contratos das estatais de acordo com a Lei nº 13.303/16 ? Instituto Vital Brazil ? Niterói (RJ) ? 6 de dezembro de 2018.. 2018. .

55.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; PESSOA, Emanuel . Negociação executiva avançada: transformando conflitos em acordos - Turma 2 - FIAP - São Paulo (SP). 2017. .

56.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Soluções práticas para problemas das licitações e contratos ? 60 erros comuns e como evitá-los - Cuiabá (MT). 2017. .

57.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. 60 vícios mais comuns na licitações e nos contratos ? como evitar quando sanear e como resolver de acordo com o TCU - Rio de Janeiro (RJ). 2017. .

58.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; ROSSETTI, S. . Casos práticos sobre contratação direta - principais hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação - Brasília (DF). 2017. .

59.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Acórdãos do TCU que devem ser conhecidos e compreendidos por quem atua na licitações e nos contratos - Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso do Sul. 2017. .

60.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos - Como evitar, quando sanear e como resolver de acordo com o TCU - Florianópolis (SC). 2017. .

61.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. Parcerias Público-Privadas. 2017. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

62.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Árbitro na VIII Competição Brasileira de Arbitragem - CAMARB. 2017. (Árbitro de competição).

63.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Seminário Nacional Zênite - Alterações e Aditivos aos Contratos Administrativos (Rio de Janeiro-RJ). 2016. .

64.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Seminário Nacional Zênite - Os grandes problemas enfrentados no julgamento das licitações ? Como evitar, como solucionar e as orientações do TCU (Belo Horizonte/MG). 2016. .

65.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Seminário Nacional Zênite - 80 Vícios mais comuns nas licitações e nos contratos (Fortaleza/CE). 2016. .

66.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. 60 vícios mais comuns nas licitações e nos contratos ? Como evitar, quando sanear e como resolver. 2016. .

67.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. 45 grandes problemas enfrentados no planejamento e julgamento das licitações e na fiscalização e gestão dos contratos ? Como evitar, como solucionar e as orientações do TCU. 2016. .

68.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; PESSOA, Emanuel . Negociação executiva avançada: transformando conflitos em acordos. 2016. .

69.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; PESSOA, Emanuel . Workshop de Negociação. 2016. .

70.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Árbitro na VII Competição Brasileira de Arbitragem - CAMARB. 2016. (Árbitro de competição).

71.

NIEBUHR, Joel de Menezes ; **SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho** . Seminário Nacional Zênite - Questões aplicadas e relevantes sobre contratação pública (Recife-PE). 2015. .

72.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Como fiscalizar contratos de compras e serviços na administração pública - Ministério Público do Estado do Maranhão. 2015. .

73.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Parcerias Público-Privadas (PPP) - Pós-Graduação - UNOESC - Gestão Pública Online. 2015. (Curso de curta duração ministrado/Especialização).

74.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Árbitro na VI Competição Brasileira de Arbitragem - CAMARB. 2015. (Árbitro de competição).

75.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Inovações Legislativas e Temas Polêmicos à luz de entendimentos dos Tribunais de Contas. 2014. .

76.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. As alterações da Instrução Normativa nº 06/2013 SLTI/MPOG sobre a Instrução Normativa nº 02/2008/SLTI/MPOG. 2014. .

77.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique . Parcerias do Estado com o Terceiro Setor - Aspectos Jurídicos. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

78.

SCHIEFLER, Gustavo H. C.. A constitucionalização do direito administrativo brasileiro no século XXI. 2013. .

79.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática. 2013. .

80.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Aspectos Jurídicos nas Licitações e contratos de engenharia. 2012. .

81.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Questões polêmicas da licitação. 2012. .

Participação em bancas de trabalhos de conclusão

Mestrado

1.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Participação em banca de Sarah Russo Leite Saunders. A gestão de riscos em face dos acordos de compensação tecnológica nas Forças Armadas.. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário de Brasília.

2.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Participação em banca de Waleska de Sousa Gurgel. O sistema de sanções na regulação da agência nacional de transportes terrestres: efetividade e perspectiva de adesão a instrumentos de regulação responsiva.. 2023. Dissertação (Mestrado em Direito) - Centro Universitário de Brasília.

3.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Participação em banca de Thaís Strozzi Coutinho Carvalho. Comitê de resolução e prevenção de conflitos (dispute boards) nos contratos de concessão e infraestrutura de transportes.. 2022.

4.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Participação em banca de Cledson Franco de Oliveira. Meios adequados de solução de conflitos na Administração Pública: caso de mediação no Supremo Tribunal Federal entre Furnas e FNU (Mandado de Segurança 27066). 2022. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

5.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Participação em banca de Antônio Barbosa de Souza Neto. O silêncio no Direito Administrativo: estudo do processo de supressão vegetal no Estado do Mato Grosso.. 2021. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

6.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Participação em banca de Cleber Lacerda Botelho Júnior. A arbitragem na

Administração Pública segundo o Tribunal de Contas da União: uma análise jurisprudencial após a Lei Federal 13.129/2015.. 2021. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

7.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Participação em banca de Denis Austin Gamell. Arrendamento portuário como atividade econômica em sentido estrito: evolução do direito positivo e perda da capacidade explicativa da noção de serviço público.. 2021. Dissertação (Mestrado em Mestrado em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

Qualificações de Mestrado

1.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Participação em banca de Tomás Tavares de Alencar. Contratação de serviços advocatícios pelos Municípios: tensões e enfrentamentos.. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

2.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Participação em banca de Guilherme Benício de Castro Neto. Acordos terminativos em ações coletivas: um estudo das normas estabelecidas pela União Federal sob a ótica do princípio da impessoalidade. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

3.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Participação em banca de Samuel de Campos Pontes. O Diálogo Competitivo como modalidade de licitação na Lei nº 14.133/2021.. 2023. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

4.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Participação em banca de Andreia Costa Feitosa. A regulação por exposição (Sunshine Regulation) no setor do saneamento básico à luz da Lei nº 14.026/2020.. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

5.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Participação em banca de Cledson Franco de Oliveira. Meios adequados de solução de conflitos na Administração Pública, em especial nas empresas estatais: Eletrobras e Furnas.. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

6.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Participação em banca de Thaís Strozzi Coutinho Carvalho. Comitê de resolução e prevenção de conflitos (dispute boards) nos contratos de concessão e infraestrutura de transportes.. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

7.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Participação em banca de Denis Austin Gamell. A exploração de infraestrutura portuário nos portos organizados ainda é um serviço público? Capacidade explicativa da noção de serviço público frente a evolução do direito positivo.. 2021. Exame de qualificação (Mestrando em Mestrado em Direito) - INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO, DESENVOLVIMENTO E PESQUISA.

Trabalhos de conclusão de curso de graduação

1.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Participação em banca de Eduardo Martins Pereira. Acordo de não persecução cível: novo regime jurídico e limites para o controle judicial. 2022. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina.

2.

Correa, Cristina Mendes Bertoncini; Varella, Silvia;
SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Participação em banca de Roberta Zumblick Martins da Silva. A contratação integrada no regime diferenciado de contratações. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Faculdade CESUSC.

3.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; REGO, Eduardo de Carvalho; LINS, B. W.; CADEMARTORI, L. H. U.. Participação em banca de Sabrina Nerón Balthazar.A inaplicabilidade das normas concorrenciais aos serviços públicos. 2014. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina.

4.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; Luís Carlos Cancellier de Olivo. Participação em banca de Omar Sampaio Doria Chaves.Lei 12.527/2011: possibilidades para uma gestão pública participativa. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina.

5.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; Luís Carlos Cancellier de Olivo; CADEMARTORI, L. H. U.. Participação em banca de Thaís Dias Dequech.O elemento subjetivo na improbidade administrativa. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina.

6.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; LINS, B. W.; CADEMARTORI, L. H. U.. Participação em banca de Marcelo Piazza Sassi.A contratação de obras e serviços de engenharia pela modalidade pregão: legalidade, hermenêutica e perspectivas. 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina.

7.

Luís Carlos Cancellier de Olivo; Thaís de Bessa Gontijo de Oliveira; **SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho.** Participação em banca de Roberta Timboni Kuzolitz.A atuação das Agências Reguladoras em matéria de saneamento básico (água e esgoto) em Santa Catarina. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina.

8.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; Anna Carolina Faraco; Luís Carlos Cancellier de Olivo. Participação em banca de CRYSTHIANE MELINA ALVES.A revisibilidade das decisões dos Tribunais de Contas. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1.

Congresso Brasileiro de Boas Práticas em Contratos e Compras Públicas. Oficina: Vícios nos processos de contratação pública. 2018. (Congresso).

2.

Encontro Nacional das Estatais - O Novo Regime de Contratações das Estatais - As grandes mudanças com a Lei nº 13.303/2016 nas licitações e nos contratos.Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI) e Orçamento Sigiloso. 2018. (Encontro).

3.

Encontro Nacional de Lideranças SEST/SENAT.Vícios mais comuns nas licitações. 2018. (Encontro).

4.

Bethacon 17.Principais alterações previstas no Projeto de Lei do Senado (PLS-559/2013) que cria a Nova Lei de Licitações e Contratos. 2017. (Encontro).

5.

Bethacon 17.Vícios mais comuns nas Licitações e nos Contratos e quais as orientações do TCU.. 2017. (Encontro).

6.

Congresso Amcham - Visão crítica da Arbitragem. 2017. (Congresso).

7.

O Novo Marco Legal das Empresas Estatais: O que muda com a Lei Federal Nº 13.303/2016.O procedimento licitatório na Lei Federal nº 13.303/2016. 2017. (Seminário).

8.

Seminário Comemorativo - 25 anos da Lei de Improbidade Administrativa ? Lei Federal n. 8.249/92.Justa causa e juízo de

admissibilidade na ação de improbidade. 2017. (Seminário).

9.

V Encontro Nacional dos Procuradores Fiscais - ENPF.Arbitragem e transação em matéria tributária. 2017. (Encontro).

10.

XII Congresso Direito UFSC. Acesso à jurisdição arbitral. 2017. (Congresso).

11.

Diálogos na CMA-IE - Instituto de Engenharia.Arbitragem em contratos com o Poder Público. 2015. (Encontro).

12.

ICC YAF: Commercial arbitration involving states, perfectly normal and normally perfect. 2015. (Exposição).

13.

III Seminário Nacional de Arbitragem & Construção (CREA-MG / CMA/CREA-MG). 2015. (Seminário).

14.

Seminar: Practical Oil and Gas Issues in International Commercial Arbitration - CAM/CCBC - American University Washington College of Law. 2015. (Seminário).

15.

1º Congresso Pan-Americano de Arbitragem - Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC e Instituto Peruano de Arbitragem (IPA). 2014. (Congresso).

16.

3ª Jornada Luso-Brasileira de Arbitragem - CAM/CCBC - Centro de Arbitragem Comercial/Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa. 2014. (Congresso).

17.

Arbitragem e Poder Público: especialidade do litígio administrativo e especificidades do processo arbitral - Centro de Arbitragem e Mediação - Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC). 2014. (Encontro).

18.

Arbitragem e Poder Público: especialidade do litígio administrativo e especificidades do processo arbitral - Centro de Arbitragem e Mediação - Câmara de Comércio Brasil-Canadá (CAM-CCBC) - 2ª Edição. 2014. (Encontro).

19.

Computer on the beach. Painel sobre Privacidade na Internet. 2014. (Congresso).

20.

Os desafios da arbitragem nos próximos 15 anos - OAB/SP. 2014. (Congresso).

21.

O uso da mediação por novos atores após a nova lei: o papel do Ministério Público e das Empresas? - CAM/CCBC. 2014. (Encontro).

22.

O uso da mediação por novos atores após a nova lei: o papel do Ministério Público e das Empresas - CAM-CCBC & JAMS. 2014. (Simpósio).

23.

VI Congresso Catarinense de Direito Administrativo. Procedimento de Manifestação de Interesse - PMI. 2014. (Congresso).

24.

Laboratório Estudar - Fundação Estudar. 2013. (Oficina).

25.

Curso de Capacitação em Análise Estatística de Dados. 2011. (Oficina).

26.

Curso - Questões Polêmicas em Licitações Públicas e Contratos Administrativos. 2011. (Seminário).

27.

II Fórum Brasileiro de Altos Estudos de Direito Público - Saneamento Ambiental. 2011. (Congresso).

28.

Olhé SEO - Instituto Consultor Social. 2011. (Congresso).

29.

OlhóSEO - SEO, mídias sociais, marketing digital. 2011. (Encontro).

30.

V Congresso de Direito da UFSC. 2010. (Congresso).

31.

IV Congresso de Direito da UFSC. 2009. (Congresso).

32.

XIII Semana Jurídica da UFSC. 2009. (Seminário).

33.

5º Encontro Íbero-Latino-Americano de Governo Eletônico e Inclusão Digital. 2008. (Encontro).

34.

Aula Magna proferida pela professora Cláudia Lima Marques. O Futuro do Direito Privado e do Direito do Consumidor.. 2008. (Seminário).

35.

O Futuro do Direito Privado e do Direito do Consumidor. 2008. (Seminário).

36.

Teoria Crítica dos Direitos Humanos. 2008. (Oficina).

37.

XII Semana Jurídica da UFSC. 2008. (Congresso).

38.

Fórum Brasileiro de Direito Eleitoral: a Reforma Eleitoral em Debate. 2007. (Congresso).

39.

II Congresso de Direito da UFSC. 2007. (Congresso).

40.

I Mostra de Pesquisa do CCJ. Livros digitais (e-books): a função social e a pirataria virtual. Direitos autorais frente aos direitos constitucionais. 2007. (Seminário).

41.

XI Semana Jurídica da UFSC. 2007. (Congresso).

Organização de eventos, congressos, exposições e feiras

1.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. V Congresso de Direito da UFSC. 2010. (Congresso).

2.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. XIII Semana Jurídica da UFSC. 2009. (Congresso).

3.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. IV Congresso de Direito da UFSC. 2009. (Congresso).

Orientações

Orientações e supervisões concluídas

Monografia de conclusão de curso de aperfeiçoamento/especialização

1.

Anne Carolinne Batista. A instituição dos juizados da fazenda pública no Brasil como instrumento de concretização do acesso à justiça. 2016. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Aplicado) - Fundação Universidade Regional de Blumenau. Orientador: Gustavo Henrique Carvalho Schiefler.

2.

Monique de Oliveira Woytiski. O Tribunal do Júri em horário nobre.. 2014. Monografia. (Aperfeiçoamento/Especialização em Especialização em Direito Público) - Fundação Universidade Regional de Blumenau. Orientador: Gustavo Henrique Carvalho Schiefler.

Trabalho de conclusão de curso de graduação

1.

Bernardo Wildi Lins. O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO À CONFIANÇA COMO LIMITAÇÃO À MUTABILIDADE DO CONTRATO ADMINISTRATIVO.. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso. (Graduação em Direito) - Universidade Federal de Santa Catarina. Orientador: Gustavo Henrique Carvalho Schiefler.

Educação e Popularização de C & T

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. 78 anos da Faculdade de Direito de Santa Catarina. Diário Catarinense, Florianópolis, 15 fev. 2010.

Apresentações de Trabalho

1.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Procedimento de Manifestação de Interesse (PMI). 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

2.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. A constitucionalização do direito administrativo brasileiro no século XXI. 2013. (Apresentação de Trabalho/Comunicação).

Cursos de curta duração ministrados

1.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Aspectos Jurídicos nas Licitações e contratos de engenharia. 2012. .

2.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Questões polêmicas da licitação. 2012. .

3.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Licitações e Contratos Administrativos - Teoria e Prática. 2013. .

4.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Inovações Legislativas e Temas Polêmicos à luz de entendimentos dos Tribunais de Contas. 2014. .

5.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. As alterações da Instrução Normativa nº 06/2013 SLTI/MPOG sobre a Instrução Normativa nº 02/2008/SLTI/MPOG. 2014. .

6.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique . Parcerias do Estado com o Terceiro Setor - Aspectos Jurídicos. 2014. (Curso de curta duração ministrado/Extensão).

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho; CARVALHO, André Castro ; JUSTINO DE OLIVEIRA, Gustavo Henrique . Programa Academia - TV Justiça. 2014.

Redes sociais, websites e blogs

1.

SCHIEFLER, Gustavo Henrique Carvalho. Portal Jurídico Investidura. 2007; Tema: Portal eletrônico de conteúdo jurídico. (Site).

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 29/01/2025 às 10:04:18

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5889742384284891>

ID Lattes: **5889742384284891**

Última atualização do currículo em 24/10/2024

Mestre em Direito pela Universidade Federal de Pernambuco, Advogado e professor de direito administrativo. É consultor, escritor, conferencista e palestrante com renome nacional e internacional, além de fundador do escritório Jacoby Fernandes Reolon Advogados Associados. Atuou em diversas funções públicas, como Conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal, Procurador e Procurador-geral do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do DF, Juiz do Tribunal Regional do Trabalho da 10 Região e Administrador Postal da ECT. Também é Membro Benemérito do Instituto Amazonense do Direito Administrativo IADA, do Instituto de Direito Administrativo de Mato Grosso do Sul - IDAMS, Membro Honorário do Instituto Nacional da Contratação Pública - INCP e consultor cadastrado no Banco Mundial. Como conferencista e palestrante é um dos profissionais mais solicitados no ramo, onde ministra diversos cursos, congressos e seminários em todo o país. Autor de várias obras sobre o tema da Administração Pública, das quais destacam-se: Tratado de Licitações e Contratos Administrativos, Contratação Direta sem Licitação, Tomada de Contas Especial, Sistema de Registros de Preços e Pregão Eletrônico, além de ser organizador e coordenador de vários textos legais, dentre eles a Lei n 8.666/1993 e o Vade-Mécum de Licitações e Contratos. Possui graduação em Administração Postal pela Escola Superior de Administração Postal (1980), graduação em Direito pela Associação e Ensino Unificado do Distrito Federal (1984), Pós- Graduação em Metodologia do Ensino Superior pelo Centro de Ensino Unificado de Brasília (1986) e mestrado em Direito Público pela Universidade Federal de Pernambuco (2002). Atualmente é diretor presidente do escritório Jacoby Fernandes Reolon Advogados Associados. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Jorge Ulisses Jacoby Fernandes

Nome em citações bibliográficas

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/5889742384284891>

Cor ou Raça

Não desejo declarar

Nascimento

01/05/1960, Porto Alegre/ RS - Brasil

**País de
Nacionalidade**

Brasil

Endereço**Endereço
Profissional**

E-mail para contato: jacoby@jacoby.adv.br
 E-mail alternativo: escritorio@jacoby.adv.br

FollowScience:
<https://jacobyfernandesreolon.adv.br/>

Jacoby Fernandes e Reolon Advogados
 Associados.
 Quadra SHIS QL 2 Conjunto 7, casa 18
 Setor de Habitações Individuais Sul
 71610075 - Brasília, DF - Brasil
 Telefone: (61) 33661206
 Fax: (61) 33661974
 URL da Homepage:
<https://jacobyfernandesreolon.adv.br/>

**Endereço
Eletrônico****Redes Sociais****Formação acadêmica/titulação****2001 - 2002**

Mestrado em Direito Público.
 Universidade Federal de Pernambuco,
 UFPE, Brasil.
 Título:🌻, Ano de Obtenção: 2002.
 Orientador:
 Coorientador:

1994 - 1994

Especialização em Curso de Didática.
 (Carga Horária: 44h).
 INSTITUTO DE COOPERAÇÃO E
 ASSISTÊNCIA TÉCNICA DA ASSOCIAÇÃO
 DE ENSINO UNIFI, ICAT/AEUDF, Brasil.
 Título:
 Orientador:

1984 - 1984

Especialização em Direito Público. (Carga
 Horária: 120h).
 ? Associação de Ensino Unificado do
 Distrito Federal, AEUDF, Brasil.
 Título:
 Orientador:

1984 - 1984

Especialização em Metodologia do Ensino
 Superior. (Carga Horária: 120h).
 Centro de Estudos Avançados em Pós
 Graduação e Pesquisa, CESAP/CEUB,
 Brasil.

Título:
Orientador:

1980 - 1984

Graduação em Direito.
Associação e Ensino Unificado do Distrito
Federal, AEUDF, Brasil.

1975 - 1977

Ensino Médio (2º grau).
Instituto Politécnico do Paraná, IPP, Brasil.

1972 - 1974

Ensino Fundamental (1º grau).
Ginásio Municipal Prefeito Omar Sabbag,
GINASIO, Brasil.

1967 - 1971

Ensino Fundamental (1º grau).
Casa Escolar Israelita Brasileira - Salomão
Guelmann, CEIB, Brasil.

Atuação Profissional

Jacoby Fernandes e Reolon Advogados Associados, JFR/AA, Brasil.

Vínculo institucional

2009 - Atual

Vínculo: Celetista, Enquadramento
Funcional: Diretor Presidente, Regime:
Dedicação exclusiva.

Tribunal de Contas do Distrito Federal, TCDF, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2006

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Conselheiro, Carga horária: 40

Ministério Público, MP, Brasil.

Vínculo institucional

2001 - 2001

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Procurador-Geral, Carga
horária: 40

**Outras
informações**

Junto ao Tribunal de Contas do Distrito
Federal, empossado em 16 de maio de
2001, por indicação do Excelentíssimo
Senhor Governador do Distrito Federal,
Joaquim Domingos Roriz.

Vínculo institucional**1997 - 2001**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Procurador-Geral, Carga
horária: 40

**Outras
informações**

Junto ao Tribunal de Contas do Distrito
Federal, empossado em 13 de maio de
1997, por indicação do Excelentíssimo
Senhor Governador do Distrito Federal,
Cristovam Buarque.

Vínculo institucional**1990 - 1997**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Procurador, Carga horária: 40

**Outras
informações**

Junto ao Tribunal de Contas do Distrito
Federal, empossado em 30 de abril de
1990, após aprovação em concurso
público de provas e títulos.

Tribunal Regional do Trabalho 10ª Região, TRT 10, Brasil.

Vínculo institucional**1989 - 1990**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Juiz do Trabalho Substituto,
Carga horária: 40

Outras informações

Juiz Substituto na 10º Região, empossado em 19 de dezembro de 1989, após aprovação em concurso público de provas e títulos, tendo presidido a 1ª e 5ª Juntas de Conciliação e Julgamento - JCJ de Brasília e 2ª JCJ de Cuiabá, onde foi também Diretor do Foro.

Fundação de Assistência Judiciária da OAB, FAJ OAB, Brasil.

Vínculo institucional

1987 - 1989

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Advogado voluntário, Carga horária: 40

Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ADM Central, ECT/DF, Brasil.

Vínculo institucional

1989 - 1990

Vínculo: , Enquadramento Funcional: Assessor Jurídico, Carga horária: 40

Outras informações

Assessor Jurídico do Chefe de Departamento de Administração de Recursos Humanos da ECT

Vínculo institucional

1986 - 1990

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Advogado, Carga horária: 40

Vínculo institucional

1989 - 1989

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Chefe da Divisão de Cargos e Salários, Carga horária: 40

Outras informações

Departamento de Administração de Pessoal da ECT.

Vínculo institucional

1986 - 1989

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Assitante de Chefe do Departamento, Carga horária: 40

Vínculo institucional

1981 - 1986

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Chefe da Seção de Promoção e Reclassificação, Carga horária: 40

Vínculo institucional

1980 - 1981

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Administrador Postal, Carga horária: 40, Regime: Dedicação exclusiva.

Prêmios e títulos

2015

Diploma al Mérito y Medalla Miguel de Cervantes ? diplomado no XII Encontro Internacional de Juristas, realizado em Granada, Espanha entre os dias 19 e 22 de janeiro, Consejo Consultivo de Andalucía, organizado pela Red Internacional de Excelencia Jurídica..

2015

Membro Vitalício ? por força de sua expressão científica ? Jurídicas, empossando-a na Cadeira nº VII, sendo patroneada pelo Dr. Hely Lopes Meirelles, na condição de Acadêmico Efetivo ? Imortal, Academia Brasileira de Ciência, Artes, História e Literatura ? ABRASCI em Brasília no dia 28 de fev..

2015

Medalha da Inconfidência - em Belo Horizonte no dia 21 de abril, O Governador do Estado de Minas Gerais de acordo com a proposta do Conselho Permanente da Medalha.

2015

Medalha ?Serzedelo Corrêa Classe A,
Tribunal de Contas de ao Estado do Pará.

2014

Diploma de Excelência Jurídica -
diplomado no XI Encontro Internacional
de Juristas, na Itália, Associação
Interparlamentar de Amizade Itália -
Brasil e Ordem dos Advogados de Roma.

2014

Cavaleiresco de Comendador - diplomado
pela Ordem dos Nobres Cavaleiros de
Brasília - confere a Medalha Cívica Nobres
Cavaleiros de Brasília., Academia Brasileira
de Ciências, Artes, História e Literatura,
no dia 19 de dezembro.

2012

Homenagem Especial - Agradecimento
pela valorosa participação nas 10 edições
do Fórum de Contratação e Gestão
Pública, Editora Fórum de Contratação e
Gestão Pública.

2012

Ordem do Mérito Aeronáutico, por haver
prestados serviços assinalados a
Aeronáutica Brasileira em 23 de outubro.

2011

Ordem ao Mérito Judiciário do Trabalho "
Djalma Aranha Marinho" - Condecoração
no grau Grã-Cruz por indicação da
Excelentíssima Desembargadora Maria de
Lourdes Alves Leite do TRT 21º Região,
Tribunal Regional do Trabalho 21º Região
- TRT/RN.

2010

V Prêmio 19 de março - Categoria
publicações - Melhor Obra Literária sobre
Pregão, eleita para o ano de 2009,
Negócios Públicos.

2010

Agradecimento pela palestra proferida -
por ministrar Aula Inaugural da Escola de
Contas Públicas do Amazonas em sua
Sessão de Instalação, registrando nossos
agradecimentos pela valiosa colaboração,
Tribunal de Contas do Estado do
Amazonas - em 15 de março.

2009

Medalha "Colar do Mérito de Contas"
Conferida aos cidadãos que por sua

realização e seus mérito tenham se tornado merecedores do especial reconhecimento do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, Tribunal de Contas do Estado do Amazonas.

2008

Agradecimento pela palestra proferida - pela presença ao VI Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum - Evento de Edição especial de 15 anos da Lei nº 8.8666/1993.

2007

Agradecimento pela palestra proferida - pela excelente palestra proferida sobre o tema "A terceirização de atividade na administração pública?" durante o XIII Seminário de atualização de normas e proc, Conselheiro Presidente Paulo César de Ávila e Silva, em 13 de junho.

2006

Agradecimento pela palestra proferida - pelos relevantes serviços prestados à TREIDE nas Regiões Norte e Nordeste do Brasil, TREIDE.

2006

Agradecimento pela palestra proferida - pelo seu reconhecido compromisso com a qualificação do servidor público e com a efetividade da gestão dos recursos públicos e seu controle, em 09 de fevereiro, Escola de Contas e Capacitação Professor Pedro Aleixo, do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gera.

2005

Medalha Mérito Segurança Pública e Defesa Social - por meritórios serviços prestados ao Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal, Sistema de Segurança Pública e Defesa Social do Distrito Federal.

2005

Medalha "Tiradentes" - Alferes Joaquim José da Silva Xavier - criada pelo Decreto nº 5.272 de 06 de junho de 1980, Polícia Militar do Distrito Federal.

2005

Medalha Alvorada - pela contribuição, de modo relevante, para o progresso do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal.

2005

Medalha da Ordem do Mérito Judiciário,
Tribunal Superior do Trabalho.

2005

Medalha da Defesa Civil do Distrito Federal - pelos relevantes serviços prestados ao Sistema de Defesa Civil do Distrito Federal, Governo do Distrito Federal.

2004

Agradecimento pela palestra proferida - sobre o tema "Meios de defesa e recursos nos tribunais de contas, durante o X Seminário de atualização de normas e procedimentos do controle externo" SEMAT, Conselheiro Presidente Manoel Paulo de Andrade Neto em 24 de junho.

2003

Medalha do Mérito Policial Civil Presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, Polícia Civil do Distrito Federal.

2003

Agradecimento pela palestra proferida - sobre o tema "Tribunais de Contas no Brasil", integrante do ciclo de palestras do Controle Externo deste Tribunal, Conselheiro Presidente Manoel Paulo de Andrade Neto em 27 de agosto.

2003

Agradecimento pela palestra proferida - com a palestra "Repensando as Licitações Públicas nos 10 anos da Lei nº 8.666/1993, I Fórum Brasileiro de Contratação e gestão Pública, Editora Fórum, em junho.

2003

Companheiro Paul Harris -em reconhecimento à prestação de tangíveis e significantes serviços com o objetivo de fomentar a compreensão e as relações amistosas entre os povos do mundo, Fundação Rotaria do Rotary Internacional.

2003

Homenagem ao Notável Mestre, TCM ? SP.

2002

Ordem do Mérito Judiciário Militar - promovido ao grau de Alta Distinção, Superior Tribunal Militar.

2002

Ordem do Mérito de Brasília - promovido ao grau de Grande Oficial, Governo do Distrito Federal.

2002

Colar do Mérito da Corte de Contas Ministro José Maria Alckmin, Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais.

2002

Colar Mérito Institucional do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará - pelos relevantes serviços prestados em benefício da Instituição, em 13 de dezembro, Colégio de Procuradores do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Estado do Pará.

2002

Padrinho dos formandos de Direito da AEUDF - pela inestimável contribuição a nossa formação, o reconhecimento, o respeito e a amizade, agosto, Formandos de Direito da AEUDF.

2001

Ordem do Mérito Judiciário Militar, Superior Tribunal Militar.

2001

Medalha "Imperador Dom Pedro II", Corpo de Bombeiros Militar do DF.

2001

Agradecimento pela palestra proferida ? pela palestra proferida, em Brasília, no dia 15 agosto de 2001, no Seminário ?Lei de Responsabilidade Fiscal?., Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal.

2001

Homenagem ao Mestre pela brilhante conferência proferida - grande contribuição prestada a esta Corte de Contas, pelas palestras sobre ?Lei de responsabilidade fiscal na prática? no dia 27 de junho, O Tribunal de Contas do Amapá.

2000

Homenagem ao Mestre pela brilhante conferência proferida - pela brilhante conferência proferida no VI Congresso de Estudos Jurídicos do Estado de Tocantins e IV Encontro de Advogados Tocantinenses, Estado do Tocantins.

2000

Homenagem ao Mestre pela brilhante participação no Seminário sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, Escola Superior de Advocacia da OAB/MG.

1999

Gratidão pelos relevantes serviços prestados, Associação Nacional do Ministério Público junto aos Tribunais de Contas.

1999

Diploma ? como reconhecimento pelos 06 anos de competente atuação nos seus quadros, como pesquisador e conferencista, com trabalhos no Brasil, Argentina e Portugal, Administração Pública Federal.

1998

Professor do ano de 1997 - profissional que mais se destacou por sua dinâmica e dedicação à cultura e contribuição para o progresso social e desenvolvimento do Distrito Federal, Associação de Imprensa de Brasília - AIB.

1998

Nomeado Comendador - Grau Comendador, Ordem Militar e Hospitalar de São Lázaro De Jerusalém.

1997

Parainfo dos Formandos de Direito da AEUDF ? homenagem ao mestre ?A certeza de ser notável o exemplo que nos lega; nela resplandecem a força e o caráter do homem? 1º Semestre, Formandos de Direito da AEUDF.

1996

Ordem do Mérito Santos Dumont - pelos relevantes serviços prestados por iniciativa do Ministério da Aeronáutica, Ministério da Aeronáutica.

1996

Formandos de Direito da AEUDF ? homenagem ao mestre que nos méritos desta conquista há muito de sua presença, 2º Semestre, Formandos de Direito da AEUDF.

1996

Parainfo dos formandos de Direito da AEUDF ? homenagem ao mestre ?ter êxito é conseguir o que desejamos. Ser feliz é

desejar o que conseguimos? 2º Semestre,
Formandos de Direito da AEUDF.

1995

Formandos de Direito da AEUDF ? homenagem ao mestre ?Os sábios educam pelo exemplo, e não há nada que avassale o espírito humano mais suave e profundamente do que o exemplo?, Turma de Direito Administrativo, 1º Semestre.

1995

Formandos de Direito da AEUDF ? homenagem ao mestre ?Os sábios educam pelo exemplo, e não há nada que avassale o espírito humano mais suave e profundamente do que o exemplo?, Turma de Direito Administrativo, 1º Semestre.

1995

Formandos de Direito da AEUDF ? homenagem ao mestre que elaborou aulas que foram momentos de êxtases porque soube arrebatá-los para a maravilha do Direito e para o ideal da Justiça, Turma Sobral Pinto, 1º Semestre.

1994

Formandos de Direito da AEUDF ? homenagem ao mestre ?Mais que Professor, nosso Mestre, mais que mestre, nosso amigo, jamais o esqueceremos?, Turma de Direito Administrativo, 1º Semestre.

1992

Homenagem ao Mestre pela participação no Simpósio de Licitação e Contratos ? pela palestra proferida sobre a ?A análise das peculiaridades das concorrências? no Simpósio de Licitação e Contratos, O Departamento Geral de Serviços ? DGS.

1991

Ordem do Mérito de Brasília - Grau Comendador - pelos relevantes serviços prestados por iniciativa do Presidente do Tribunal de Contas do DF, Tribunal de Contas do Distrito Federal.

1990

Medalha Cultural Jornalista Hipólito José da Costa - condecoração literária pelos relevantes serviços prestados às Letras Nacionais e participação nas iniciativas culturais desenvolvidas, Grupo Brasília de Comunicação - GBC.

1983

Diploma Honra ao Mérito pela participação na Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (C.I.P.A) criada na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ? CIPA/AC.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses; REIS, L. . Planejamento regula normas relativas a convênios e instrumentos de repasse. Governet. Boletim de Transferências Voluntárias (Cessou em 2008. Cont. ISSN 1984-588X Governet. Boletim de Convênios e Parcerias), v. Ano 13, p. 221-222, 2017.

2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Locação sob demanda - construção de um instituto com o auxílio dos Tribunais de Contas. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. Ano XXIV, p. 137, 2017.

3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Recebimento de horas extras por servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança. Revista Síntese Licitações, Contratos e Convênios, v. n, p. 117, 2017.

4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. As amarras ao desenvolvimento do Brasil: comentários sobre a burocracia estatal.. FÓRUM ADMINISTRATIVO, v. 17, p. 93, 2017.

5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Exigência de certidão eleitoral em licitações. Boletim Governet de Administração Pública e Gestão Municipal, v. VI, p. 1670, 2016.

6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Cidadania e Direito Administrativo: Parceria Público-Privada popular. Negócios Públicos, v. 126, p. 20-25, 2015.

7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Cidadania e Direito Administrativo: Parceria Público-Privada popular. LICICON - Revista de Licitações e Contratos, v. 85, p. 249-257, 2015.

8.

SCHOLZE, V. M. ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . A solução consensual de conflitos na Administração Pública promovidas pelo novo Código de Processo Civil.. Fórum Administrativo, v. 15, p. 75-79, 2015.

9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Aspectos financeiros, orçamentários e jurídicos da contratação de cursos, congressos e eventos abertos. Governet. Boletim de Licitações e Contratos, v. 4, p. 347-352, 2014.

10.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses; VELOSO. Mailson. . Atuação do controle na esfera administrativa do Sistema 'S'. Licicon - Revista de Licitações e Contratos, v. 74, p. 102-109, 2014.

11.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Novas estatais federais - Aplicabilidade da Lei nº 8.666/93 às contratações pertinentes à atividade-fim das empresas estatais exploradas de atividade econômica por via de inexigibilidade de licitação. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 244, p. 540-550, 2014.

12.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Concessão de serviços públicos - Avaliação pelo usuário - setembro de 2014. O Pregoeiro, v. 118, p. 11-12, 2014.

13.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Cobrança e execução judicial de débitos imputados pelos Tribunais de Contas - Março. Fórum Administrativo, v. 157, p. 14-23, 2014.

14.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Escritórios mais admirados do país em 2009. Revista Análise, v. 18, p. 29,90-104, 2010.

15.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Educação para controle público efetivo. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 9, p. 79-80, 2010.

16.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Encerrando o exercício financeiro e iniciando novos paradigmas de gestão mais eficaz. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 9, p. 127-130, 2010.

17.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pregão sem participação do licitante. Revista Capital Público, v. 10, p. 55-55, 2010.

18.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Convite: a participação de quem não foi convidado. Revista Capital Público, v. 11, p. 54-55, 2010.

19.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Qualificação e capacitação do pregoeiro. Revista Capital Público, v. 12, p. 54-55, 2010.

20.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle da Administração pública em ano eleitoral. Revista Capital Público, v. 13, p. 59-60, 2010.

21.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Considerações quanto à equipe de apoio. Revista Capital Público, v. 2, p. 50-51, 2010.

22.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Informática e automação. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 9, p. 7-12, 2010.

23.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação Direta de Artista. Negócios Públicos, v. 6, p. 13-17, 2010.

24.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Da Constitucionalidade da Medida Provisória nº 495, de 19 de junho de 2010. Revista Capital Público, v. 2, p. 50-51, 2010.

25.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Treinamento: serviço essencial ao desenvolvimento da gestão pública. Aspectos relativos à legislação. Fórum Administrativo, v. 115, p. 16-23, 2010.

26.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Medida Provisória nº 495/2010 - Alterações nas Licitações e Contratos. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 105, p. 7-11, 2010.

27.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tomada de Contas Especial - Externa. Revista Capital Público, v. 17, p. 54-55, 2010.

28.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle da discricionariedade dos pagamentos. Revista Capital Público, v. 18, p. 54-55, 2010.

29.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Comissão de Licitação e Pregoeiro. O Pregoeiro, v. 1, p. 7-21, 2010.

30.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Julgar além da lei. O Pregoeiro, v. 1, p. 22-24, 2010.

31.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitações com menos burocracia. O Pregoeiro, v. 1, p. 25-26, 2010.

32.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Carona em Sistema de Registro de Preços. O Pregoeiro, v. 1, p. 27-32, 2010.

33.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Parcerias Públicos-Privadas, Controle e Eficiência. O Pregoeiro, v. 1, p. 33-40, 2010.

34.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A Ação dos Tribunais de Contas sobre os Contratos. O Pregoeiro, v. 1, p. 40-43, 2010.

35.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. II Congresso de Pregoeiros do Brasil - Reflexões para guardar. O Pregoeiro, v. 1, p. 44-46, 2010.

36.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pregoeiro(a) - Remuneração. O Pregoeiro, v. 1, p. 47-48, 2010.

37.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O Estatuto nacional da microempresa e da empresa de pequeno porte, a lei de licitações e contratos e a lei do Pregão. O Pregoeiro, v. 1, p. 49-60, 2010.

38.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Medida Provisória nº 495/2010 - Alterações nas licitações e contratos. O Pregoeiro, v. 1, p. 60-64, 2010.

39.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Treinamento: serviço essencial ao desenvolvimento da gestão pública. Aspectos relativos à legislação. O Pregoeiro, v. 1, p. 65-72, 2010.

40.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O Preço na Contratação Direta. O Pregoeiro, v. 1, p. 73-81, 2010.

41.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Uso do imóvel como objeto acessório de outro contrato - Estudo de caso. O Pregoeiro, v. 1, p. 82-84, 2010.

42.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sem Licitação - Mas com quem?. O Pregoeiro, v. 1, p. 84-85, 2010.

43.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Regras de habilitação em pregão eletrônico e presencial. O Pregoeiro, v. 1, p. 86-92, 2010.

44.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços, carona de outras esferas de Governo. O Pregoeiro, v. 1, p. 93-94, 2010.

45.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. As peculiaridades da fase recursal do Pregão. O Pregoeiro, v. 1, p. 96-101, 2010.

46.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Publicação de Contratos e Atualização Monetária. O Pregoeiro, v. 1, p. 102-106, 2010.

47.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação de Obras e serviços de engenharia pela modalidade. O Pregoeiro, v. 1, p. 107-112, 2010.

48.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação de consultoria para levantamento de ativos fiscais: ausência de singularidade. O Pregoeiro, v. 1, p. 113-119, 2010.

49.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Declaração de Elaboração Independente de Proposta. O Pregoeiro, v. 1, p. 120-122, 2010.

50.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação integrada de serviços de lavanderia hospitalar. Revista Capital Público, v. 19, p. 48-51, 2010.

51.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Recurso de licitante no controle. Revista Capital Público, v. 19, p. 54-55, 2010.

52.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Publicação de Contratos e atualização monetária. Negócios Públicos, v. 5, p. 9-9, 2009.

53.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ordem manifestamente ilegal. Boletim de Direito Administrativo NDJ, v. 25, p. 22-22, 2009.

54.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Permuta de imóveis públicos. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 8, p. 7-7, 2009.

55.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Alternativas Jurídicas para a gestão de resíduos sólidos. Fórum Ambiental da Alta Paulista, v. 8, p. 46-46, 2009.

56.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Credenciamento: uma solução para vários problemas. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 8, p. 67-67, 2009.

57.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ética e Direito - Cisão necessária e relação de complementaridade. Fórum Administrativo, v. 9, p. 20-20, 2009.

58.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitações e contratos são coisas sérias!. Revista Capital Público, v. 1, p. 10-10, 2009.

59.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Micro e pequenas empresas - licitações do Governo. Revista Capital Público, v. 1, p. 63-63, 2009.

60.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O poder Legislativo, o Tribunal de Contas e a Responsabilidade Fiscal. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 7, p. 821-821, 2009.

61.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Penalidades aplicadas pelo TCU, um tema em evolução. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 9, p. 41-41, 2009.

62.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Orçamento e Execução da Despesa - Contingenciamentos Imorais. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 186, p. 731-731, 2009.

63.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação de Periódicos - Jornais e revistas. Revista Capital Público, v. 1, p. 54-54, 2009.

64.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação de Periódicos - Jornais e revistas. Fórum Administrativo, v. 8, p. 39-39, 2009.

65.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Parecer Técnico ou Jurídico. Revista Capital Público, v. 1, p. 50-50, 2009.

66.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Credenciamento para transporte de servidores. Revista Capital Público, v. 1, p. 46, 2009.

67.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação de Periódicos - Jornais e revistas. Negócios Públicos, v. 5, p. 35-35, 2009.

68.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Modelo de gestão pública eficaz- encerrando o exercício financeiro e iniciando novos paradigmas de gestão mais eficaz - transparência para o controle Público efetivo. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 9, p. 127-130, 2009.

69.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Regras de habilitação em Pregão Eletrônico e Presencial. Negócios Públicos, v. 4, p. 24-24, 2008.

70.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A visão do contratado nas contratações públicas sem licitação. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 7-11, 2008.

71.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Da segurança jurídica e a decadência do direito da Administração anular seus atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, face à Emenda Constitucional nº 45. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 8, p. 7-7, 2008.

72.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Da competência para legislar sobre licitações e contratos e o poder de regulamentar conferido pela Federal de Licitações e Contratos. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 39-39, 2008.

73.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Desconsideração da personalidade jurídica - Ato administrativo - Possibilidade. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 122-122, 2008.

74.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Cartilha de compra para micro e pequena empresa do Município - APRESE e SEBRAE/CE. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 125-125, 2008.

75.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Concurso público - Preenchimento de vagas - Terceirização - Preterização - Direito à nomeação. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 8, p. 135-135, 2008.

76.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação de Obras e Serviços de Engenharia pela Modalidade Pregão. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 28-18, 2008.

77.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A Importância da Parceria entre Pregoeiro e Equipe de Apoio. Negócios Públicos, v. 4, p. 19-19, 2008.

78.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Parcerias público-privada, controle e eficiência. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 7-7, 2008.

79.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Da segurança jurídica e a decadência do direito e a administração anular seus atos de concessão de aposentadoria, reforma e pensão, face à Emenda Constitucional. Fórum Administrativo, v. 8, p. 7-7, 2008.

80.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação de Obras e Serviços de Engenharia pela Modalidade Pregão. Negócios Públicos, v. 4, p. 5-5, 2008.

81.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sem licitação, mas com quem?. Negócios Públicos, v. 4, p. 37-37, 2008.

82.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sem licitação, mas com quem?. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 28-28, 2008.

83.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Justificativa de preço na contratação direta. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 36-36, 2008.

84.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pauta de julgamento e a participação de Advogados. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 8, p. 12-12, 2008.

85.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O devido processo legal e a TCE. Fórum Administrativo, v. 8, p. 21-21, 2008.

86.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Declaração de idoneidade - ilegalidade do efeito "dominó". Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 7-7, 2008.

87.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitações com menos burocracia. Boletim de Direito Administrativo DNJ, v. 7, p. 36-36, 2008.

88.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ordenador de Despesas - Uma Função Relevante. Boletim de Direito Administrativo NDJ, v. 10, p. 1115-1112, 2008.

89.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ordenador de Despesas - Uma Função Relevante. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 8, p. 115-121, 2008.

90.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Julgar Além da Lei. Negócios Públicos, v. 4, p. 16-19, 2008.

91.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O devido processo legal e a TCE. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 87, p. 231-231, 2008.

92.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Competência do Tribunal de Contas para apreciar ato de demissão de empregado. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 8, p. 231-231, 2008.

93.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Competência do Tribunal de Contas para apreciar ato de demissão de empregado. Fórum Administrativo, v. 8, p. 27-27, 2008.

94.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Comissão de licitação e pregoeiro. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 40-40, 2008.

95.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A importância de o Município comprar da micro e pequena empresa. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 7, p. 24-24, 2008.

96.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tribunal de Contas Municipal e dos Municípios. Revista controle, v. 18, p. 86-86, 2008.

97.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O preposto na relação contratual de terceirização. Fórum Administrativo, v. 7, p. 39-39, 2007.

98.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. As peculiaridades da fase recursal do pregão. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 3, p. 22-22, 2007.

99.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, a Lei de Licitações e Contratos e a Lei do Pregão. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 14, p. 559-559, 2007.

100.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Capacitação no Serviço Público - direitos, deveres e processo de contratação. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 56-58, 2007.

101.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O Estatuto Nacional da Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, a Lei de Licitações e Contratos e a Lei do Pregão. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 20, p. 775-786, 2007.

102.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Despesas - princípios da legalidade estrita (bufê, jantares e congêneres). Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 49-51, 2007.

103.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. As peculiaridades da fase recursal do Pregão. Negócios Públicos, v. 3, p. 30-31, 2007.

104.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contrato de gestão com organizações sociais - observações e sua implementação. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 7-9, 2007.

10
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Membros do Ministério Público - Cargos ou funções no Poder Executivo. Fórum Administrativo, v. 7, p. 64-65, 2007.

10
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Capacitação no Serviço Público- direitos, deveres e processo de contratação. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 56-63, 2007.

10
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Regulamento do Estatuto da Pequena e Microempresa Decreto nº 6.204, de 5 de setembro de 2007. Fórum Administrativo, v. 7, p. 7-7, 2007.

10
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Carona em sistema de registro de preços - uma opção inteligente para a redução de custos e controle. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 7-7, 2007.

10
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Informativo Direito de Preferência. Negócios Públicos, v. 3, p. 21-21, 2007.

11
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Comentários a Lei Distrital nº 3.978, de 29 de março de 2007. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 23-23, 2007.

11
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Cronograma físico-financeiro do contrato. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 24-24, 2007.

11
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A aposentadoria e os desdobramentos de competência dos Tribunais de Contas. Boletim de Direito Administrativo NDJ, v. 5, p. 405-421, 2006.

11
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Padronização de Produtos e Marcas. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 6722-6722, 2006.

11
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. As peculiaridades da fase recursal do pregão. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 13, p. 239-239, 2006.

11
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pregoeiro e qualificação. Negócios Públicos, v. 2, p. 18-19, 2006.

11
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Informática - direito de preferência. Negócios Públicos, v. 2, p. 11-11, 2006.

11
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A aposentadoria e os desdobramentos da competência dos Tribunais de Contas. Boletim de Direito Administrativo NDJ, v. 22, p. 405-421, 2006.

11
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tribunais de Contas e o controle dos atos administrativos. BLC (São Paulo), v. 19, p. 309-315, 2006.

11
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Convalidação - uma célere visão da prática. Fórum Administrativo, v. 6, p. 6806-6806, 2006.

**12
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Acordos Administrativos e Judiciais. Fórum Administrativo, v. 6, p. 6680-6680, 2006.

**12
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Representação em pregão. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 7433-7433, 2006.

**12
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços - carona de outras esferas do governo. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 6571-6571, 2006.

**12
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sucinta análise das regras punitivas da Lei de Licitações e Contratos. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 6859-6859, 2006.

**12
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Terceirização e parentes de servidores. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 7199, 2006.

**12
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle Interno - Dever de Estrutura. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 7297-7297, 2006.

**12
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Delegação de serviços públicos impróprios. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 7718-7718, 2006.

12
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Remuneração - efeitos da instituição do novo regime jurídico. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 7811-7813, 2006.

12
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação - Distinção entre pronta entrega e entrega imediata - Substituição do contrato de empenho - Prazo de garantia. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 7903-7904, 2006.

12
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Qualificação econômico-financeira. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 8023-8024, 2006.

13
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Final de exercício - licitação, contratos e restos a pagar. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 6, p. 8105-8106, 2006.

13
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O estado Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Revista da Procuradoria Geral do Estado do Acre, v. 5, p. 17-30, 2006.

13
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Parceria Público-Privada. Uma Visão de Controle. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 12, p. 755-762, 2005.

13
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Reflexões sobre o Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 4, p. 5720-5726, 2005.

13
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O gestor do contrato e as alterações das cláusulas contratuais. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 4, p. 6.152-6.157, 2005.

13
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A contratação de Remanescente de obra, serviço ou fornecimento. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 6314-6317, 2005.

13
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Concessão de Subvenção Social a Clubes de Futebol. Revista brasileira de direito municipal, v. 18, p. 63-65, 2005.

13
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação Deserta/Fracassada que não pode ser repetida. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 4, p. 6445-6449, 2005.

13
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tribunais de contas - Enquadramento na estrutura tripartite dos poderes. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 5, p. 6526-6530, 2005.

13
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A aposentadoria e os desdobramentos da competência dos Tribunais de contas. Revista da Procuradoria-Geral do estado do Pará, v. 12, p. 15-44, 2005.

14
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação e Treinamento. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 4, p. 5297-5304, 2005.

14
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Inelegibilidade e contas públicas. Fórum Administrativo, v. 57, p. 6367-6371, 2005.

14
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A qualidade na Lei de Licitações. O equívoco de comprar pelo menor preço sem garantir a qualidade. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 12, p. 207-215, 2005.

14
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Competência do Tribunal de Contas para apreciar ato de demissão de empregados. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 3, p. 46-47, 2005.

14
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Competência dos Tribunais de Contas para apreciar a legalidade das aposentadorias. Fórum Administrativo, v. 5, p. 4971-4986, 2005.

14
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Acidentes de veículos pertencentes à Administração Pública. L&C (Brasília), v. 8, p. 20-23, 2005.

14
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A comissão de Tomada de Contas Especial. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 4, p. 5007-5011, 2005.

14
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A Constitucionalidade do Pregão. Revista Negócios Públicos, v. 1, p. 31-31, 2005.

14
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Assinatura de periódicos - procedimentos e jurisprudência. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 12, p. 297-303, 2005.

14
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O ônus da prova nos Tribunais de Contas. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 4, p. 5447-5464, 2005.

15
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Concurso Público - o valor da taxa de inscrição. Fórum Administrativo, v. 5, p. 5505-5006, 2005.

15
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação na Modalidade Pregão na forma Eletrônica - Regulamentação - Decreto nº 5.450. maio de 2005. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 4, p. 42-42, 2005.

15
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação na Modalidade Pregão na forma Eletrônica - Regulamentação - Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Negócios Públicos, v. 4, p. 30-33, 2005.

15
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A legalidade da despesa fundada em Acordo Coletivo de Trabalho. Fórum Administrativo, v. 4, p. 52-52, 2005.

15
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação de Treinamento. Revista Juridica Consulex, v. 69, p. 24-30, 2004.

15
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Publicação de contratos e atualização monetária. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 26, p. 3315-3319, 2004.

15
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle das Admissões pelos Tribunais de Contas. Techne : Revista de Tecnologia da Construção (São Paulo), v. 16, p. 102-114, 2004.

15
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A ampla defesa e a retirada de autos nos Tribunais. Fórum Administrativo, v. 37, p. 3513-3516, 2004.

15
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A ampla defesa e a retirada de autos nos Tribunais. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 30, p. 39-48, 2004.

15
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A ação dos Tribunais de Contas sobre contratos. Fórum Administrativo, v. 38, p. 3686-3689, 2004.

16
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A ação dos Tribunais de Contas sobre contratos. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 30, p. 29-38, 2004.

16
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contas públicas: novo paradigma. Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, v. 26, p. 12-21, 2004.

16
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Redução no Volume das Licitações. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 3, p. 3666-3666, 2004.

16
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Denúncia Anônima - responsabilidade da Calunidade. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 27, p. 3435-3435, 2004.

16
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A qualidade na Lei de Licitações. O equívoco de comprar pelo menor preço sem garantir a qualidade. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 30, p. 3879-3890, 2004.

16
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Dever de pagar o contratado - mecanismo de controle para reduzir a corrupção. L&C (Brasília), v. 74, p. 11-13, 2004.

16
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Competência do Tribunal de Contas para apreciar ato de demissão de empregados. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 34, p. 4463-4465, 2004.

16
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Um final feliz para os Contratos de Serviços Contínuos. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 128, p. 907-908, 2004.

16
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Um final feliz para os Contratos de Serviços Contínuos. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 3, p. 4730-4731, 2004.

16
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sustação de Contratos Administrativos pelo Tribunal de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 30, p. 49-57, 2004.

17
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle das Licitações pelo Tribunal de Contas. Revista Jurídica Consulex, v. 46, p. 11-15, 2004.

17
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle das Licitações pelo Tribunal de Contas. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 23, p. 23-23, 2004.

17
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Queremos Fiscalizar a Receita. Revista do Tribunal de Contas. Estado do Mato Grosso do Sul, v. 2, p. 12-15, 2004.

17
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pauta de Julgamento e a participação de advogado. Revista Jurídica Consulex, v. 12, p. 15-15, 2003.

17
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Julgamento das Contas do chefe de poder executivo. Fórum Administrativo, v. 19, p. 1-7, 2003.

17
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Comissão e Licitação. BLC (São Paulo), v. 17, p. 109-111, 2003.

17
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Princípios do contraditório e da ampla defesa - Especificidades na ação do controle externo. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 10, p. 57-69, 2003.

17
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Como Consultar o Tribunal de Contas. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 2, p. 1667-1669, 2003.

17
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle pelo Tribunal de Contas das ações Judiciais. Revista Jurídica Consulex, v. 17, p. 3-7, 2003.

17
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle pelo Tribunal de Contas das ações judiciais. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 201-206, 2003.

18
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pregão: Credenciamento do representante. Revista Jurídica Consulex, v. 10, p. 201-206, 2003.

18
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Execução forçada das decisões dos Tribunais de Contas que imputam débito. Revista Jurídica Consulex, v. 17, p. 21-21, 2003.

18
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório nos Tribunais de Contas: Uma visão prática. Fórum Administrativo, v. 3, p. 26-26, 2003.

18
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Princípio da Ampla Defesa e do Contraditório nos Tribunais de Contas: Uma visão prática. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 29, p. 25-38, 2003.

18
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lances e Lançadores no Pregão. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 2, p. 16-16, 2003.

18
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Especificidades na defesa do mérito nos Tribunais de Contas. Revista Jurídica Consulex, v. 61, p. 6-6, 2003.

18
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Credenciamento no Pregão - Aspectos práticos do procedimento. BLC (São Paulo), v. 8, p. 526-530, 2003.

18
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Competência dos Tribunais de Contas em razão da pessoa. A&C. Revista de Direito Administrativo & Constitucional (Impresso) **JCR**, v. 8, p. 615-625, 2003.

18
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O ordenador de despesas e a ordem ilegal. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 24, p. 1086-1103, 2003.

18
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pregoeiro e equipe de apoio - Aspectos jurídicos e a prática das novas funções gerenciais do processo licitatório. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 113, p. 569-576, 2003.

19
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Principais argumentos de defesa nos Tribunais de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 29, p. 9-29, 2003.

19
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação de Treinamento. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 21, p. 2565-2572, 2003.

19
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Defesa do ato que impõe multa. Revista Jurídica Consulex, v. 63, p. 15-21, 2003.

19
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Limpeza Pública - Terceirizar ou não?. Fórum de Direito Urbano e Ambiental (Impresso), v. 11, p. 1079-1088, 2003.

19
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O Direito de ser nomeado. Fórum Administrativo, v. 12, p. 945-951, 2003.

19
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle das Admissões pelos Tribunais de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 96, p. 19-25, 2003.

19
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Inelegibilidade e contas públicas. BDM (São Paulo. Impresso), v. 15, p. 864-868, 2003.

19
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Eficácia e eficiência dos Tribunais de Contas. REDAE (Salvador), v. 17, p. 11-11, 2002.

19
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Eficácia e Eficiência dos Tribunais de Contas. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 15, p. 662-664, 2002.

19
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lei de Responsabilidade Fiscal e o uso dos recursos públicos pelo ministério público e os poderes Legislativo e Judiciário. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 5, p. 155-155, 2002.

20
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Responsabilidade fiscal. Justilex (Brasília), v. 1, p. 78-78, 2002.

20
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Responsabilidade do órgão jurídico. Fórum Administrativo, v. 2, p. 468-468, 2002.

20
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Regulamentos próprios da licitação. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 5, p. 32-37, 2002.

20
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A função de ordenar despesas. Fórum Administrativo, v. 1, p. 5-9, 2002.

20
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A função de ordenar despesas. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 2, p. 138-144, 2002.

20
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação direta via instituição sem fins lucrativos. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 1, p. 13-19, 2002.

20
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Aspectos Jurídicos do concurso público e o direito de ser nomeado. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 1, p. 29-31, 2002.

20
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Responsabilidade objetiva da administração e controle sobre indenização. Fórum Administrativo, v. 2, p. 141-143, 2002.

20
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A Contratação urgente na Lei de Licitações e Contratos. Fórum Administrativo, v. 1, p. 383-2002, 2002.

20
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lixo: problema ambiental com solução jurídica. Fórum Administrativo, v. 5, p. 28-34, 2002.

**21
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Competência dos Tribunais de Contas para sustentação de Contratos. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 5, p. 39-43, 2002.

**21
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Competência dos Tribunais de Contas para sustentação de Contratos. Fórum Administrativo, v. 2, p. 16-16, 2002.

**21
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Competência dos Tribunais de Contas para sustentação de Contratos. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 28, p. 20-20, 2002.

**21
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Comentários ao Decreto nº 3.931/2001. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 98, p. 242-242, 2002.

**21
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tribunais de Contas - Denúncia e divulgação de Informações. Fórum Administrativo, v. 2, p. 15-15, 2002.

**21
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pauta de julgamento e participação de advogado. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 47-47, 2002.

**21
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A competência dos Tribunais de Contas em razão da pessoa e a intervenção de terceiros. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 48-48, 2002.

21
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Competência para normatizar o sistema de registro de preços. Fórum Administrativo, v. 1, p. 6-6, 2002.

21
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Convênios Administrativos. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 9, p. 99-99, 2002.

21
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Convênios Administrativos. Fórum Administrativo, v. 2, p. 17-17, 2002.

22
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Princípios de Controle. Fórum Administrativo, v. 2, p. 7-7, 2002.

22
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Garantindo a qualidade no Sistema de Registro de Preços. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 9, p. 101-101, 2002.

22
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Concurso Público - As frustrações diante da conduta arbitrária da Administração. Revista Jurídica Consulex, v. 6, p. 14-19, 2002.

22
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação Direta de Artistas. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 1, p. 891-893, 2002.

22
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle de indenizações pagas à Administração Pública pelos Tribunais de Contas. BDM (São Paulo. Impresso), v. 9, p. 637-641, 2002.

22
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle de indenizações pagas à Administração Pública pelos Contratos Administrativos. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 28, p. 27-34, 2002.

22
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Roteiro Prático para Reequilíbrio Econômico-Financeiro pelos Contratos Administrativos. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 9, p. 646-651, 2002.

22
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Credenciamento: Uma Solução para vários Problemas. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 9, p. 1014-1016, 2002.

22
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A apreciação da Constitucionalidade das normas pelos Tribunais de Contas. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 16-21, 2002.

22
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Aquisição de periódicos e a declaração de inexigibilidade. BLC (São Paulo), v. 156, p. 746-752, 2002.

23
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Aquisição de periódicos e a declaração de inexigibilidade. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 4, p. 5149-5154, 2002.

23
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle como direito fundamental do cidadão frente ao Estado. Fórum de Contratação e Gestão Pública (Impresso), v. 10, p. 1164-1165, 2002.

23
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A função dos Tribunais de Contas em relação às contas anuais - emitir parecer e julgar privativamente o auxílio ao poder Legislativo e o exercício da jurisdição própria. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 9, p. 28-28, 2002.

23
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Alternativas Jurídicas para a gestão de resíduos sólidos. Revista de Direito Administrativo, v. 18, p. 891-892, 2002.

23
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Alternativas Jurídicas para a gestão de resíduos sólidos. Revista Jurídica Consulex, v. 16, p. 11-12, 2002.

23
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Auditorias Independentes ou Tribunais de Contas? Enron e Banco Nacional: Lições para guardar na memória. Consultor Jurídico (São Paulo. Online), v. 5, p. 109-111, 2002.

23
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Princípios do Contraditório e da ampla defesa - Especialidades na ação do controle externo. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 22-25, 2002.

23
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Brasília: Tombamento ou autonomia?. Revista Jurídica Virtual. Presidência da República (Cessou em 2005. Cont. 1808-2807 Revista Jurídica (Brasília. Online)), v. 5, p. 62-62, 2001.

23
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Eficácia e eficiência dos Tribunais de Contas. Revista Jurídica Virtual. Presidência da República (Cessou em 2005. Cont. 1808-2807 Revista Jurídica (Brasília. Online)), v. 31, p. 57-57, 2001.

23
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação Internética. Revista Zênite de Direito Administrativo e LRF-IDAF, v. 23, p. 4-4, 2001.

24
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Uma reflexão sobre a eficiência dos Tribunais de contas. Série Antropologia (Brasília. Online), v. 4, p. 58-60, 2001.

24
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitações e Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 4, p. 14-17, 2001.

24
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A idade limite para conselheiro e ministros dos Tribunais de Contas. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 66-66, 2001.

24
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lei de Responsabilidade Fiscal e o uso dos recursos públicos pelo ministério público e os poderes Legislativo e Judiciário. Fórum Administrativo, v. 1, p. 21-21, 2001.

24
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O sigilo fiscal e bancário e a competência dos Tribunais de Contas. Fórum Administrativo, v. 1, p. 155-155, 2001.

24
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Edital de licitação: Pontos essenciais de conhecimento obrigatório. Fórum Administrativo, v. 1, p. 359-359, 2001.

24
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Responsabilidade fiscal: declaração do ordenador de despesas. Revista Jurídica Consulex, v. 4, p. 6-9, 2001.

24
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tribunais de Contas ou faz de contas?. Revista Jurídica Consulex, v. 4, p. 16-16, 2001.

24
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 4, p. 49-49, 2001.

24
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 4, p. 39-39, 2001.

25
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 4, p. 13-13, 2001.

25
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 4, p. 32-33, 2001.

25
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 103-103, 2001.

25
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 117-117, 2001.

25
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 41-41, 2001.

25
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 50-51, 2001.

25
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Questões práticas sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Jurídica Consulex, v. 5, p. 53-53, 2001.

25
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A Lei de Responsabilidade Fiscal e os novos desafios do ordenador de despesas. Fórum Administrativo, v. 1, p. 373-373, 2001.

25
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Requerimento econômico-financeiro de contrato após o plano real. Fórum Administrativo, v. 1, p. 539-539, 2001.

25
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O poder Legislativo, o Tribunal de Contas e o controle da Responsabilidade Fiscal. Fórum Administrativo, v. 19, p. 3-3, 2001.

26
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Empenho da despesa pública: o que mudou com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Fórum Administrativo, v. 1, p. 724-724, 2001.

26
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O controle da dívida pública sob a óptica da Responsabilidade Fiscal. Fórum Administrativo, v. 1, p. 916-916, 2001.

26
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Multa administrativa na Lei de Responsabilidade Fiscal. Fórum Administrativo, v. 1, p. 1017-1017, 2001.

26
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A terceirização de serviços no âmbito da Administração Pública. Fórum Administrativo, v. 1, p. 1168-1168, 2001.

26
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O ordenador de despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Senatus (Senado Federal), v. 38, p. 151-151, 2001.

26
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Limpeza pública urbana. Série Antropologia (Brasília. Online), v. 4, p. 34-36, 2001.

26
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A limitação de empenho das despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Fórum Administrativo, v. 1, p. 1326-1326, 2001.

26
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Comissão de Licitação. Fórum Administrativo, v. 1, p. 223-223, 2001.

26
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Reequilíbrio e reajuste de contratos: principais causas de multas e ressarcimento em Tribunais de Contas. Fórum Administrativo, v. 1, p. 687-387, 2001.

26
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Competência dos Tribunais de Contas para sustentação de Contratos. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 28, p. 19-26, 2001.

27
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ordem manifestamente ilegal. Revista Jurídica Consulex, v. 106, p. 30-30, 2001.

27
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A terceirização no Serviço Público. Revista Jurídica Consulex, v. 3, p. 12-15, 2000.

27
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A ação e o controle. Revista Brasileira de Política Internacional (Impresso) **JCR**, v. 4, p. 205-205, 2000.

27
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Concurso público e direito dos candidatos. Boletim Jurídico (Uberaba. Online), v. 1, p. 44-45, 2000.

27
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Acordo judicial e extrajudicial. Fórum Administrativo, v. 2, p. 110-112, 2000.

27
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Alienação de Bens móveis - Licitação dispensada. Revista de Direito Municipal (Cessou em 2004. Cont. ISSN 1808-5628 Revista Brasileira de Direito Municipal (Impresso)), v. 16, p. 135-143, 2000.

27
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sem licitação - mas com quem?. Revista Jurídica Consulex, v. 20, p. 4-5, 2000.

27
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Maquiavel e a implicação de suas ideias no mundo contemporâneo. XIV Antologia de Poetas e Escritores do Brasil, v. 36, p. 56-65, 2000.

27
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Brasil: 500 anos de contas públicas. Revista Jurídica Consulex, v. 22, p. 34-39, 2000.

27
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Brasil: 500 anos de compras Públicas. Revista Jurídica Virtual. Presidência da República (Cessou em 2005. Cont. 1808-2807 Revista Jurídica (Brasília. Online)), v. 29, p. 46-47, 2000.

28
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Eficácia e eficiência dos Tribunais de Contas. Revista de Administração Pública (Impresso) **JCR**, v. 27, p. 21-24, 2000.

28
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ética e direito - cisão necessária e relação de complementaridade. Revista Acadêmica (Cessou em 1947), v. 5, p. 30-30, 2000.

28
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A terceirização no serviço público. Revista Jurídica Consulex, v. 38, p. 01-01, 2000.

28
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Procedimento para a contratação direta (art.26). Revista de Informação Legislativa, v. 129, p. 213-222, 1999.

28
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Procedimento para a contratação direta (art.26). Revista Jurídica Consulex, v. 7, p. 16-24, 1999.

28
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Da função jurisdicional pelos Tribunais de Contas. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 2, p. 36-57, 1999.

28
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A qualidade na Lei de Licitações. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 16, p. 31-62, 1999.

28
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A qualidade na Lei de Licitações. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 13, p. 71-83, 1999.

28
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Admissão sem concurso após 1988. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 15, p. 437-439, 1999.

28
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A moratória de minas e as questões Jurídicas. Revista Jurídica Consulex, v. 13, p. 8-9, 1999.

29
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Um ano de Reforma Administrativa. O que mudou?. Revista de Direito Administrativo, v. 14, p. 711-719, 1999.

29
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Um ano de Reforma Administrativa. O que Mudou?. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 17, p. 61-75, 1999.

29
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação de advogados. Revista Jurídica Consulex, v. 2, p. 18-23, 1999.

29
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Os limites do poder fiscalizador dos TC'S. Senatus (Senado Federal), v. 36, p. 167-189, 1999.

29
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tomada de Contas - desvio de dinheiro, bens e valores públicos. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 2, p. 16-18, 1999.

29
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Julgar além da Lei. Revista controle, v. 4, p. 04-05, 1998.

29
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A terceirização no Serviço Público. JTB. Jornal Trabalhista Consulex, v. 734, p. 1210-1212, 1998.

29
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Limite à reversibilidade judicial das decisões dos Tribunais de Contas. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 10, p. 69-98, 1998.

29
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação com menos burocracia. Revista Jurídica Consulex, v. 2, p. 23-23, 1998.

29
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação com menos burocracia. Revista Jurídica Consulex, v. 20, p. 58-59, 1998.

30
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Conceitos e distinções do sistema de registro de preços. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 5, p. 1036-1047, 1998.

30
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Remuneração dos cargos da carreira de polícia civil. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 24, p. 379-386, 1998.

**30
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A terceirização no serviço público. Revista Jurídica Consulex, v. 21, p. 01-01, 1998.

**30
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Julgar além da Lei. Revista Jurídica Consulex, v. 42, p. 1126-1127, 1997.

**30
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Julgar além da Lei. Boletim Informativo - SBCPD, v. 1, p. 799-801, 1997.

**30
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Julgar além da Lei. Revista Jurídica Consulex, v. 09, p. 50-51, 1997.

**30
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Julgar além da Lei. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 03, p. 75-81, 1997.

**30
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O leão fora de controle. BLA Boletim Legislativo, v. 26, p. 857-858, 1997.

**30
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Julgar além da Lei. Revista do tribunal de Contas da Paraíba, v. 1, p. 14-15, 1997.

30
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Julgar além da Lei. Síntese: Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, v. 15, p. 251-253, 1997.

31
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Julgar além da Lei. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 2, p. 21-22, 1997.

31
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O leão fora de controle. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 2, p. 9-11, 1997.

31
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lei nº 8.666/1993, Mudar é a solução?. Revista Jurídica Consulex, v. 41, p. 1087-1088, 1997.

31
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lei nº 8.666/1993, Mudar é a solução?. Consultor Jurídico (São Paulo. Online), v. 23, p. 51-55, 1997.

31
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Desconto nos vencimentos e salários determinados pelos Tribunais de Contas. Revista do Superior Tribunal de Justiça, v. 1, p. 26-27, 1997.

31
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Desconto nos vencimentos e salários determinados pelos Tribunais de Contas. Revista Eletrônica Jus Vigilantibus, v. 1, p. 275-277, 1997.

**31
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Desconto nos vencimentos e salários determinados pelos Tribunais de Contas. Revista do Tribunal de Contas do Distrito Federal, v. 23, p. 45-49, 1997.

**31
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Impugnação ao Edital de Licitação. Boletim Clubjus, v. 6, p. 58-59, 1997.

**31
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Impugnação ao Edital de Licitação. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 4, p. 282-285, 1997.

**31
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Convênio Administrativo. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 23, p. 41-43, 1997.

**32
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O julgamento pelos Tribunais de Contas. Revista Jurídica Consulex, v. 1, p. 255-256, 1997.

**32
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O julgamento pelos Tribunais de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 1, p. 3-4, 1997.

**32
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A ação e o controle. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 4, p. 442-447, 1997.

32
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Proposta de alteração da Lei nº 8.666/1993 - anteprojeto de nova Lei de Licitação. Linhas Críticas (UnB) **JCR**, v. 1, p. 1-13, 1997.

32
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Proposta de alteração da Lei nº 8.666/1993 - anteprojeto de nova Lei de Licitação. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 2, p. 85-87, 1997.

32
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Limites à reversibilidade judicial das decisões dos Tribunais de Contas. Revista da Procuradoria Geral do INSS, v. 4, p. 7-42, 1997.

32
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Concurso público e direito dos candidatos. Revista Jurídica Consulex, v. 11, p. 1348-1348, 1997.

32
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Concurso público e direito dos candidatos. JTB. Jornal Trabalhista Consulex, v. 14, p. 1315-1315, 1997.

32
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Multas contra à Administração Pública. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 43, p. 679-684, 1997.

32
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Devido processo legal e a TCE. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 22, p. 21-23, 1996.

**33
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O julgamento pelos Tribunais de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 22, p. 25-28, 1996.

**33
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O julgamento pelos Tribunais de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 1, p. 13-15, 1996.

**33
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A inexigibilidade de Licitação e a Notória Especialização. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 1, p. 387-396, 1996.

**33
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A terceirização no serviço público. Síntese Trabalhista, v. 79, p. 132-139, 1996.

**33
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A terceirização no serviço público. Revista de Informação Legislativa, v. 130, p. 115-120, 1996.

**33
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de registro de Preços. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 3, p. 131-131, 1996.

**33
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços. Consultor Jurídico (São Paulo. Online), v. 22, p. 29-37, 1996.

33
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 24, p. 99-107, 1996.

33
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços. Revista Jurídica Consulex, v. 11, p. 297-298, 1996.

33
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 68, p. 55-59, 1996.

34
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A duração dos contratos de prestação de serviços a ser executados de forma contínua. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 02, p. 75-79, 1996.

34
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A duração dos contratos de prestação de serviços a ser executados de forma contínua. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 69, p. 41-47, 1996.

34
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação Direta: dispensa de licitação com base no art. 24, inc. VIII, da Lei nº 8.666/1993. Revista de Informação Legislativa, v. 127, p. 127-133, 1996.

34
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Citação e a resposta em Tomada de Contas. Revista da Procuradoria Geral do INSS, v. 03, p. 11-14, 1996.

34
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A terceirização no serviço público. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 21, p. 65-69, 1995.

34
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A terceirização no serviço público. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. 26, p. 251-259, 1995.

34
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A duração dos contratos de prestação de serviços a ser executados de forma contínua. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 21, p. 37-43, 1995.

34
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Projeto básico nas licitações. Revista Jurídica Consulex, v. 46, p. 1340-1339, 1995.

34
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Projeto básico nas licitações. Revista Brasileira de Ortopedia (Impresso), v. 150, p. 05-05, 1995.

34
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A nova dimensão do projeto básico nas licitações. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 21, p. 61-64, 1995.

35
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A nova dimensão do projeto básico nas licitações. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 12, p. 604-606, 1995.

35
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Requisitos para Ministro e Conselheiro do Tribunal de Contas. Revista de Informação Legislativa, v. 126, p. 113-114, 1995.

35
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Requisitos para Ministro e Conselheiro do Tribunal de Contas. BDA (São Paulo), v. 10, p. 682, 1995.

35
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Desconto em Licitação de passagem aérea. Jornal Panrotas, v. 128, p. 10-10, 1995.

35
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação - passagem aérea. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 01, p. 19-23, 1995.

35
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação - passagem aérea. Revista Jurídica Consulex, v. 10, p. 52-54, 1995.

35
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Apostila sobre sindicância e processo administrativo disciplinar. Cadernos ANPAE, v. 1, p. 1-1, 1995.

35
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A notória especialização e a contratação direta sem licitação. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 21, p. 45-60, 1995.

35
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A duração dos contratos de prestação de serviços a ser executados de forma contínua. Revista Trimestral do Tribunal de Contas, v. 20, p. 37-44, 1994.

35
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Verdades e Inverdades sobre licitação. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 20, p. 65-68, 1994.

36
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação - passagem aérea. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 20, p. 49-55, 1994.

36
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A responsabilidade civil dos dirigentes de órgãos sindicais. Boletim de Direito Administrativo, v. 8, p. 469-470, 1994.

36
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A responsabilidade civil dos dirigentes de órgãos sindicais. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 19, p. 61-63, 1994.

36
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Duração dos contratos administrativos segundo a Lei nº 8.666/1993. Boletim de Licitações e Contratos, v. 06, p. 248-252, 1994.

36
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Duração dos contratos administrativos segundo a Lei nº 8.666/1993. Revista de Informação Legislativa, v. 123, p. 201-205, 1994.

36
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Duração dos contratos administrativos segundo a Lei nº 8.666/1993. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 20, p. 37-44, 1994.

36
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Parcelamento e a nova Lei de Licitações. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 10, p. 47-49, 1994.

36
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Normas gerais de licitação e contratos. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 19, p. 51-54, 1994.

36
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Normas gerais de licitação e contratos. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 20, p. 57-60, 1994.

36
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tomada de Contas Especial. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 20, p. 61-63, 1994.

37
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Justificação como meio de prova. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 20, p. 45-47, 1994.

37
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Competência dos Tribunais de Contas sobre terceiros sem vínculo com a Administração. Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, v. 2, p. 129-139, 1994.

37
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Citação e a resposta em Tomada de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 22, p. 17-19, 1993.

37
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Citação e a resposta em Tomada de Contas. Jurisprudência em Revista, v. 2, p. 3-3, 1993.

37
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Citação e a resposta em Tomada de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 19, p. 47-49, 1993.

37
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. Revista de Informação Legislativa, v. 119, p. 233-244, 1993.

37
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Competência dos Tribunal de Contas sobre terceiros sem vínculo com a Administração. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 10, p. 586-592, 1992.

37
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Fundos Especiais. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 09, p. 529-533, 1992.

37
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ministério Público junto ao Tribunal de Contas. Revista do Tribunal de Contas da União, v. 161, p. 14-16, 1992.

**37
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Os cartéis e a licitação. Revista de Direito Administrativo, v. 07, p. 386-392, 1991.

**38
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Os cartéis e a licitação. Diário Oficial da União. Seção 3 (Online), v. 8, p. 303-310, 1991.

**38
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Os cartéis e a licitação. Anais 16º Congresso dos Tribunais de Contas do Brasil, v. 2, p. 93-99, 1991.

**38
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Reabilitação Profissional. Revista de Jurisprudência ADCOAS, v. 34, p. 1107-1108, 1987.

Livros publicados/organizados ou edições

1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. RDC - Regime Diferenciado de Contratações Públicas - Lei nº 12.462 de 5 de agosto de 2011. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 200p .

2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitações e Contratos - Lei nº 8.666/93 e Outras Normas Pertinentes. 17. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 505p .

3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tomada de Contas Especial: processo e procedimento na Administração Pública e nos tribunais de contas. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2017. 603p .

4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Terceirização. 1. ed. Belo Horizonte: Editora Fórum, 2017. v. 1. 444p .

5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Vade-Mécum de Licitações e Contratos - Legislação Seleccionada e Organizada com Jurisprudência, Notas e Índices. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 2353p .

6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação Direta sem Licitação. 10. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2016. 697p .

7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial e Eletrônico. 7. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2015. v. 2000. 638p .

8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. 6. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 436p .

9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Regime Jurídico dos Servidores Públicos - Lei nº 8.112/90. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 246p .

10.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Regimento Interno e Lei Orgânica do Tribunal de Contas da União. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 464p .

11.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Denúncia Contra Agentes Públicos - Coletânea de Normas para Obras e Serviços de Engenharia. 1. ed. Curitiba/PR: Negócios Públicos, 2014. 137p .

12.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação de Treinamento - Doutrina e Prática - Coletânea de Normas para Obras e Serviços de Engenharia. 1. ed. Curitiba/PR: Negócios Públicos, 2014. 215p .

13.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Coletânea de Normas Para Obras e Serviços de Engenharia - COEN - Legislação Seleccionada e Organizada. 1. ed. Curitiba/PR: Negócios Públicos, 2014. 874p .

14.

REOLON, J. F. ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** ; COSTA, K. A. S. ; NASCIMENTO, M. D. ; CAPANEMA, R. O. . Lei Anticorrupção Empresarial - Aspectos Críticos à Lei nº 12.846/2013. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2014. 192p .

15.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Vade-Mécum de Recursos Humanos. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013. 1988p .

16.

FERNANDES, R. ; ALVES, T. M. S. ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** ; REOLON, J. F. . O Novo Regime Diferenciado para Contratação de Infraestrutura para Jogos Olímpicos e a Copa de Futebol - O RDC. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2013. 480p .

17.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses; ZYMLER, B. . 101 dicas sobre pregão. 1. ed. Curitiba/PR: Negócios Públicos, 2013. 280p .

18.

BICALHO, A. P. N. ; DIAS, M. T. F. ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . Contratações Públicas. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, Instituto Mineiro de Direito Administrativo, Del Rey, 2013. 608p .

19.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O Governo contratando com os Pequenos Negócios: o estauto da Micro e Pequena Empresa fomentando a economia do país. 1. ed. Brasília: SEBRAE, 2013. 106p .

20.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tribunais de Contas do Brasil. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2012. 1004p .

21.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Responsabilidade Fiscal: na função do ordenador de despesas, na terceirização de mão-de-obra, na função do controle - Questões Práticas. 3. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2009. 228p .

22.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Constituição da República Federativa do Brasil. 1. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2007. 743p .

23.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Comentando as Licitações Públicas - Série grandes nomes. 3. ed. Rio de Janeiro: Temas e Idéias, 2006. 393p .

24.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Manual de Gestão de Contratos Administrativos na Justiça Eleitoral. 2. ed. Belo Horizonte: Fórum, 2006. 174p .

25.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses; MACRUZ, J. C. ; QUINTIERE, M. M. R. . Responsabilidade Fiscal: pessoal, renúncia de receita, dívida, controle.. 1. ed. Rio de Janeiro: América Jurídica, 2002. 297p .

26.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lixo - Limpeza Pública Urbana - Gestão de Resíduos Sólidos sob o Enfoque do Direito Administrativo. 01. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001. 284p .

27.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses; MOTTA, C. P. C. . Responsabilidade Fiscal. 1. ed. Belo Horizonte: Del Rey, 2001.

28.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses; MUKAI, T. . Curso Avançado de Licitações e Contratos Públicos. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1999. 264p .

29.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses; RIGOLIN, I. B. ; TOLOSA FILHO, B. . Temas Controvertidos sobre Licitações & Contratos Administrativos. 1. ed. Rio de Janeiro: Temas e Idéias, 1999. 299p .

30.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Compras pelo Sistema de Registro de Preços. 1. ed. São Paulo: Juarez de Oliveira, 1998. 295p .

Capítulos de livros publicados

1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contas Anuais - Sucessão no Poder Executivo. Juristas do Mundo - Série Excelência Jurídica. 3ed.Brasília: Editora Rede, 2015, v. 3, p. 221-234.

Textos em jornais de notícias/revistas

1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Legalidade e Execução de Despesa. Correio Brasileiro, Sessão: Direito & Justiça, 03 fev. 2017.

2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Termo inicial do impedimento de licitar no pregão. Revista Zênite - Informativo de Licitações e Contratos - ILC, Curitiba/PR, p. 1046 - 1048, 01 nov. 2015.

3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Cadastro Técnico de fornecedores do Comando da Aeronáutica ? CADTEC ? Governança e novas boas práticas: uma inovação. Revista da Secretaria de Economia e Finanças da Aeronáutica, Brasília, p. 26 - 31, 01 out. 2015.

4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O Congresso e o Protagonismo na Revisão da Lei nº 8.666. Correio Braziliense, Brasília/DF, 28 set. 2015.

5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. É competência do TCU fiscalizar fundos de pensão públicos? Leia mais: <http://jus.com.br/artigos/41324/e-competencia-do-tcu-fiscalizar-fundos-de-pensao-publicos#ixzz3hDMiOG7b>. Canal R7 - Jus Navigandi, Página Web, p. 1 - 1, 28 jul. 2015.

6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Impugnação de edital em Pregão. O Pregoeiro, Curitiba, p. 35 - 37, 01 jul. 2014.

7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Comentários acerca da decisão do TCU sobre o aeroporto de Vitória. Negócios Públicos, Curitiba/PR, p. 44 - 44, 01 jul. 2014.

8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Consolidações das Leis de Licitação e Contratos - Um desafio possível.. Revista Zênite - Informativo de Licitações e Contratos - ILC, Curitiba, p. 650 - 656, 01 jul. 2014.

9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses; GUEDES, S. R. S. . TCS se omitem na fiscalização da política dos resíduos sólidos. Correio Braziliense, Caderno Direito & Justiça, Brasília, p. 2 - 2, 07 abr. 2014.

10.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A moratória de minas e questões jurídicas. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 3 - 3, 02 abr. 2014.

11.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Aspectos financeiros, orçamentários e jurídicos da contratação de cursos, congressos e eventos abertos.. Revista Zênite - Informativo de Licitações e Contratos - ILC, Curitiba, p. 216 - 223, 01 mar. 2014.

12.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Atuação do controle na esfera administrativa do Sistema S.. Revista Zênite - Informativo de Licitações e Contratos - ILC, ano XXI, p. 145 - 148, 01 fev. 2014.

13.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Atuação do controle na esfera administrativa do Sistema S.. O Pregoeiro, ano X, Curitiba/PR, p. 15 - 17, 01 jan. 2014.

14.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Adesão à ata de Registro de Preços entre estados federados na aplicação de recursos da União, decorrentes de financiamento do BNDES. O Pregoeiro, ano X, Curitiba/PR, p. 12 - 14, 01 jan. 2014.

15.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Comentário à PEC nº 45/2009. Fórum Administrativo - FA, ano 14, Belo Horizonte, p. 71 - 72, 01 jan. 2014.

16.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Aspectos financeiros, orçamentários e jurídicos da contratação de cursos, congressos e eventos abertos. Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Belo Horizonte, p. 31 - 36, 01 jan. 2014.

17.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Breves comentários à Lei da Responsabilidade da Pessoa Jurídica por atos lesivos à Administração Pública.. Revista Zênite - Informativo de Licitações e Contratos - ILC, Curitiba, p. 21 - 28, 01 jan. 2014.

18.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Congresso sobre contratações públicas capacita gestores na área de desenvolvimento sustentável.. Negócios Públicos, p. 42 - 43, 01 jan. 2014.

19.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Denúncia contra agentes público. Juristas do Mundo. Brasília: Editora Rede, p. 151 - 162, 01 jan. 2014.

20.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A Lei nº 8.666 e suas peculiaridades. Revista Seiva, ano IV - Entrevista concedida a edição da Revista Seiva., p. 10 - 14, 01 out. 2013.

21.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Breves comentários à Lei da Responsabilidade da Pessoa Jurídica por atos lesivos à Administração Pública. Negócios Públicos, ano IX, Curitiba/PR, p. 9 - 14, 01 set. 2013.

22.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A possibilidade de adesão a Atas de Registro de Preços por órgãos não participantes. Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Belo Horizonte, p. 40 - 42, 01 ago. 2013.

23.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Terceirização no serviço público.. Tribunal de Contas do Município do Rio de Janeiro, ano XXX, Belo Horizonte, p. 4 - 8, 01 maio 2013.

24.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Entrevista concedida à edição da revista O Pregoeiro. Pregão Presencial. Curitiba, 2012. O Pregoeiro, ano VIII 91, p. 6 - 7, 01 jun. 2012.

25.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Inviabilidade de Licitação e a figura da Pré-Qualificação. O Pregoeiro. ano VIII, Curitiba/PR, p. 11 - 12, 01 maio 2012.

26.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ficha Limpa. Correio Brasiliense, Direito & Justiça, Brasília, p. 0 - 0, 01 abr. 2012.

27.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Elaboração do Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão. Medida Provisória nº 117, p. 0 - 0, 03 fev. 2012.

28.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Imprevisibilidade e Contingenciamento do Orçamento. Capital Público, ano III, p. 50 - 51, 01 dez. 2011.

29.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O Princípio da Aderência a Diretrizes e Normas no âmbito do Controle Administrativo. Capital Público, ano III, p. 50 - 51, 01 nov. 2011.

30.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Regime Diferenciado de Contratações ? Conformidade ou não com a Constituição Federal. Capital Público, ano III, Vitória, p. 50 - 51, 01 out. 2011.

31.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Regime Diferenciado de Contratações Públicas (RDC). Fórum de Contratação e Gestão Pública ? FCGP, Belo Horizonte, p. 20 - 43, 01 set. 2011.

32.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Influência do RDC na Lei nº 8.666/93 ? mudar é a solução?. Capital Público, ano III, Vitória/ES, p. 50 - 51, 01 ago. 2011.

33.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Entidades do Sistema ?S? e suas Particularidades. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, p. 22 - 23, 01 ago. 2011.

34.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A importância do Projeto Básico nas Licitações. Capital Público, ano III, Vitória/ES, p. 58 - 59, 01 jun. 2011.

35.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tomada de Contas Especial na Prática. Capital Público. Ano III, p. 54 - 55, 01 maio 2011.

36.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Competência Legislativa do DF e dos Municípios. Capital Público, Vitória/ES, p. 54 - 55, 01 abr. 2011.

37.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Duração dos contratos administrativos: Novos paradigmas. Fórum de Contratação e Gestão Pública, Belo Horizonte, p. 23 - 28, 01 abr. 2011.

38.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratações Diretas sem licitação: análise dos preços. Capital Público. Ano III, p. 51 - 51, 01 mar. 2011.

39.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Convênios com entidades privadas. Convênios com entidades privadas, Jornal Correio Braziliense, p. 03 - 03, 07 fev. 2011.

40.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Convênios com Entidades Privadas.. Correio Braziliense - . Direito & Justiça, Brasília, p. 3 - 3, 07 fev. 2011.

41.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ordenador de despesas em 2011. Revista Capital Público, Revista Capital Público, p. 50 - 51, 01 fev. 2011.

42.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ordenador de Despesas em 2011. Capital Público. Vitória, ano III, p. 50 - 51, 01 fev. 2011.

43.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação de Consultoria para Levantamento de Ativos Fiscais: Ausência de singularidade. Revista Capital Público, Revista Capital Público, p. 50 - 51, 01 jan. 2011.

44.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação de consultoria para levantamento de ativos fiscais: ausência de singularidade. Capital Público. Vitória, ano III, p. 50 - 51, 01 jan. 2011.

45.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pregão Eletrônico ? Quebrando Paradigmas. O Pregoeiro, ano 6, p. 116 - 116, 01 nov. 2010.

46.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Educação Para o Controle Público Efetivo. O Pregoeiro, ano 6, p. 117 - 117, 01 nov. 2010.

47.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tomada de Contas ? Externas. Capital Público, p. 55 - 56, 01 out. 2010.

48.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. As novidades da LDO para 2011 mais relevantes para o gestor público!. Fórum de Contratação e Gestão Pública FCGP, p. 7 - 8, 01 ago. 2010.

49.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Encerrando o Exercício financeiro e iniciando novos paradigmas de gestão mais eficaz. Batendo a Inflação, Capital Público, p. 55 - 55, 10 mar. 2010.

50.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Melhores Práticas em Gestão Pública - Pregão eletrônico ? Habilitação de licitantes remanescentes. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 8, Belo Horizonte, p. 67 - 67, 01 set. 2009.

51.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Registro de Preços ? Mato Grosso: um exemplo de boa gestão. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Belo Horizonte/MG, p. 129 - 129, 01 ago. 2009.

52.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Modelo de Gestão Pública Eficaz ? Registro de Preços ? Mato Grosso: um exemplo de boa gestão. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 8, Belo Horizonte, p. 129 - 129, 01 ago. 2009.

53.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Execução de Despesas - Procedimentos. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 8, Belo Horizonte, p. 133 - 133, 01 jul. 2009.

54.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Modelo de Gestão Pública Eficaz ? Micro e pequenas empresas têm direito de preferência em licitação do Governo. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 8, Belo Horizonte, p. 135 - 135, 01 jul. 2009.

55.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Modelo de Gestão Pública Eficaz ? Companhia de Energética de Minas Gerais comemora a realização de mais de 1.000 pregões eletrônicos. O sistema já economizou 93 milhões com compras e serviços. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 8, Belo Horizonte, p. 136 - 136, 01 jul. 2009.

56.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ?BDI ? Com ou sem CSLL e IRPJ?. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 8, Belo Horizonte, p. 93 - 93, 01 jan. 2009.

57.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Modelo de Gestão Pública Eficaz - Pregão eletrônico ? Aquisição de solução de balanceamento de carga. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 8, Belo Horizonte, p. 107 - 107, 01 jan. 2009.

58.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitações com menos burocracia. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, p. 36 - 36, 01 ago. 2008.

59.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Licitação ? Documentos de habilitação ? Formalismo excessivo. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 jun. 2008.

60.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Licitação ? Documentos de habilitação ? Formalismo excessivo. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 jun. 2008.

61.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Tribunal de Contas da União ? Recursos ? Efeitos suspensivos. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 8, Belo Horizonte, p. 130 - 130, 01 maio 2008.

62.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Contratos contínuos ? Manutenção dos empregados ? Vedada a restrição. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 131 - 131, 01 maio 2008.

63.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Microempresa de pequeno porte ? Participação em licitação ? Valor supera patamar de renda bruta. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 132 - 132, 01 maio 2008.

64.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Bens Patrimoniais ? Detentor ? Responsabilidade. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, p. 125 - 125, 01 abr. 2008.

65.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Compras ? Serviço. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 126 - 126, 01 abr. 2008.

66.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 129. Jurisprudência Anotada ? Responsabilidade do TCU ? Subjetiva ? Dolo ou culpa. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 8, Belo Horizonte, p. 131 - 131, 01 abr. 2008.

67.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Compras ? Serviço. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, p. 126 - 126, 01 abr. 2008.

68.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Bens patrimoniais ? Detentor ? Responsabilidade. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 125 - 125, 01 abr. 2008.

69.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Passagens aéreas ? Compras ? Serviço. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 126 - 126, 01 abr. 2008.

70.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Proposta comercial ? Exeqüibilidade ? Exame de viabilidade. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 134 - 134, 01 mar. 2008.

71.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Contrato Administrativo- Fiscalização ? Responsabilidade solidária. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 135 - 135, 01 mar. 2008.

72.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Concurso Público ? Aprovação dentro do número de vagas ? Direito à nomeação. Revista Fórum Administrativo ? FA ? Direito Público, Editora Fórum, ano 8, p. 129 - 129, 01 mar. 2008.

73.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Concurso Público ? Vagas destinadas a portador de deficiência ? Classificação. Revista Fórum Administrativo ? FA ? Direito Público, Editora Fórum, ano 8, p. 129 - 129, 01 mar. 2008.

74.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Exigências de Habilitação ? Legalidade estrita. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, p. 122 - 122, 01 jan. 2008.

75.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Modelos de Gestão Pública Eficaz ? Justificativa de preços. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 7, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 jan. 2008.

76.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência Anotada ? Administração Pública ? Terceirização ? Atividades ? meio. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 8, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 jan. 2008.

77.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Capacitação no serviço público - Direitos, deveres e processo de contratação. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Belo Horizonte, p. 56 - 63, 01 jul. 2007.

78.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Obras - padronização. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 jul. 2007.

79.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. As Peculiaridades da Fase Recursal do Pregão. Revista O Pregoeiro, Editora Negócios Público, Curitiba/PR, p. 18 - 22, 01 maio 2007.

80.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Imprensa e Tribunal de Contas. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 7, Belo Horizonte, p. 129 - 129, 01 maio 2007.

81.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lei nº 8.666 - Convite - 3 propostas válidas. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 maio 2007.

82.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lei nº 8.666 - Consulta de preços - Registro de preços. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 maio 2007.

83.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Imprensa e Tribunal de Contas. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 7, Belo Horizonte, p. 129 - 129, 01 maio 2007.

84.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Software ? pregão. FCGP, Revista de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 abr. 2007.

85.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Convênio e parentes. FCGP, Revista de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 abr. 2007.

86.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. II Congresso de pregoeiros do Brasil. FCGP, Revista de Contratação e Gestão Pública, ano 6, nº 64, Belo Horizonte, p. 131 - 131, 01 abr. 2007.

87.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Fluxograma simplificado do procedimento do pregão presencial (de acordo com a LC nº 123/06). FCGP, Revista de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 134 - 134, 01 abr. 2007.

88.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Anistia e acumulação de cargos. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 7, Belo Horizonte, p. 125 - 125, 01 abr. 2007.

89.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Concurso e controle da comprovação de escolaridade. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 7, p. 126 - 126, 01 abr. 2007.

90.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lei nº 10.520 - pregão - amostra ? impossibilidade. FCGP, Revista de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 mar. 2007.

91.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ordenador de despesas - medicamentos - direito à saúde. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 7, p. 127 - 127, 01 mar. 2007.

92.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ordenador de despesas - medicamentos - direito à saúde. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 7, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 mar. 2007.

93.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Três propostas - por item ou no convite. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública ? ano 6, Belo Horizonte, p. 111 - 111, 01 fev. 2007.

94.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Texto abusivo. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 123 - 123, 01 fev. 2007.

95.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Cartilhas do TCU. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 127 - 127, 01 fev. 2007.

96.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência selecionada ? Treinamento ? Fiscalização ? Resultados. Revista Fórum Administrativo ? FA ? Direito Público, Editora Fórum, ano 7, p. 129 - 129, 01 fev. 2007.

97.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 100. Confraternização e festas de final de ano: quem paga a conta?. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 7, Belo Horizonte, p. 131 - 131, 01 jan. 2007.

98.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Planejamento das despesas ? fracionamento. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 125 - 125, 01 jan. 2007.

99.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Terceirização ? informática. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 125 - 125, 01 jan. 2007.

**10
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Treinamento e qualificação de pregoeiros. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 126 - 126, 01 jan. 2007.

**10
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O Maranhão caminha para aprovar o primeiro Código de Licitações e Contratos do Brasil. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 131 - 131, 01 jan. 2007.

**10
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Mobiliário padronizado. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 132 - 132, 01 jan. 2007.

**10
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Final de exercício: licitação, contratos e restos a pagar. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Belo Horizonte, p. 8196 - 8196, 01 dez. 2006.

**10
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Execução judicial das decisões dos Tribunais de Contas. Revista Fórum Administrativo - FA Direito Público, Belo Horizonte/MG, p. 8105 - 8105, 01 nov. 2006.

**10
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Representação em pregão. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública - FCGP, Belo Horizonte/MG, p. 7433 - 7433, 01 jul. 2006.

10
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ética - recomendações do TCU. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 6, p. 7635 - 7635, 01 jul. 2006.

10
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 6, p. 7636 - 7636, 01 jul. 2006.

10
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ordem de serviço ? requisitos. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, Belo Horizonte, p. 7549 - 7549, 01 jul. 2006.

10
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Terceirização e qualidade. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, Belo Horizonte, p. 7550 - 7550, 01 jul. 2006.

11
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pregão nº 19/2006 do TCU - Orquídeas, jardins e pinturas - humanizando o serviço público. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, Belo Horizonte, p. 7551 - 7551, 01 jul. 2006.

11
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. SRP - Ajuste de remuneração. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, p. 6906 - 6906, 01 maio 2006.

11
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Impessoalidade da distribuição. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, p. 6906 - 6906, 01 maio 2006.

11
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Boa prática de gestão: As built. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, Belo Horizonte, p. 6907 - 6907, 01 maio 2006.

11
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tribunal de Contas - Julgados - Desconstituição - Mandado de segurança. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, Belo Horizonte, p. 6908 - 6908, 01 maio 2006.

11
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Redução no volume das licitações. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, p. 3666 - 3666, 01 abr. 2006.

11
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tomada de contas especial - Empresa estatal - Ato de gestão. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, Belo Horizonte, p. 6967 - 6967, 01 mar. 2006.

11
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Princípio da publicidade - Homepage com erros. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, Belo Horizonte, p. 6967 - 6967, 01 mar. 2006.

11
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. LRF - Declaração do ordenador de despesas. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, p. 6765 - 6765, 01 fev. 2006.

11
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação direta - Justificativa de preços ? Forma. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 6765 - 6765, 01 fev. 2006.

12
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tomada de Contas Especial - Confissão ficta. Revista Fórum Administrativo, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 6766 - 6766, 01 fev. 2006.

12
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tomada de contas especial - Sociedade de economia mista. Revista Fórum Administrativo, Editora Fórum, p. 6825 - 6825, 01 fev. 2006.

12
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Agente público - Teto constitucional - Acumulação proventos e remuneração. Revista Fórum Administrativo, Editora Fórum, p. 6826 - 6826, 01 fev. 2006.

12
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contrato administrativo - Manual de orientação para a contratação de serviços da Universidade Federal Santa Catarina ? UFSC. Revista Fórum Administrativo, Editora Fórum, p. 6826 - 6826, 01 fev. 2006.

12
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Servidor público - Redistribuição - Ausência de interesse público. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, p. 6905 - 6905, 01 fev. 2006.

12
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Servidor Público - Promoção entre cargos da mesma carreira. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, p. 6907 - 6907, 01 fev. 2006.

12
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Servidor público - Afastamento para estudo no exterior - Lei nº 8.112/90, art. 95 - Ato antieconômico: ausência de vínculo entre as atribuições

do cargo e a finalidade do curso - Outras irregularidades.. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, p. 6916 - 6916, 01 fev. 2006.

12
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Prestação de contas anual - Reabertura após julgamento pelo TCU. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, p. 6806 - 6806, 01 fev. 2006.

12
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Aposentadoria - Laudo médico pose ensejar contraditório. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 6, p. 6773 - 6773, 01 jan. 2006.

12
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Aposentadoria especial de policial - Exceção à regra constitucional - Lei complementar - Ausência - Inaplicabilidade da legislação anterior. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 6, p. 6773 - 6773, 01 jan. 2006.

13
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Concurso público simplificado - ?Sistema S? - orientações do TCU. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 6, p. 6774 - 6774, 01 jan. 2006.

13
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Concurso público simplificado - ?Sistema S? - orientações do TCU. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 6, p. 6774 - 6774, 01 jan. 2006.

13
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tribunal de contas - exame da legalidade dos atos de aposentadoria - Presunção de legitimidade do ato administrativo - Decurso de prazo. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, p. 6774 - 6774, 01 jan. 2006.

13
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lei de Responsabilidade Fiscal - Terceirização de mão-de-obra ? contabilização. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 6, p. 6775 - 6775, 01 jan. 2006.

13
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Cadastro único de convênios - CAUC - Suspensão cautelar das inscrições - Liminar do STF. FA Direito Público, Revista Fórum Administrativo, ano 6, p. 6776 - 6776, 01 jan. 2006.

13
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ato de subordinado. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, Belo Horizonte, p. 6618 - 6618, 01 jan. 2006.

13
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Convênio - Final de mandato. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, p. 6619 - 6619, 01 jan. 2006.

13
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tomada de Contas Especial após o julgamento de contas anuais. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 5, p. 6619 - 6619, 01 jan. 2006.

13
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Patrocínio de livro ? Impessoalidade. Revista Fórum Administrativo, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 6485 - 6485, 01 nov. 2005.

13
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Agente Público - restituição de parcelas vencimentais recebidas indevidamente - boa-fé. Revista Fórum Administrativo, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 6485 - 6485, 01 nov. 2005.

**14
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Agente Público-utilização de veículos de repartição - contas irregulares e multa. Revista Fórum Administrativo, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 6485 - 6485, 01 nov. 2005.

**14
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços - Preço do 'Carona' com Frete. Revista Fórum de Gestão e Administração Pública, Editora Fórum, p. 6182 - 6182, 01 out. 2005.

**14
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Dispensa de Licitação - Fracionamento de despesa. Revista Fórum de Gestão e Administração Pública, Editora Fórum, p. 6183 - 6183, 01 out. 2005.

**14
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Termo Aditivo - Recusa na Assinatura. Revista Fórum de Gestão e Administração Pública, Editora Fórum, p. 6184 - 6184, 01 out. 2005.

**14
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lei de Responsabilidade Fiscal. Revista Fórum de Gestão e Administração Pública, Editora Fórum, p. 6289 - 6289, 01 out. 2005.

**14
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tomada de Contas Especial Decorrente de Acidente de Veículos - Ressarcimento Integral do Dano ou Imposição de Multa. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, MG, p. 0 - 0, 01 set. 2005.

**14
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ética e Controle. Revista Fórum Administrativo de Direito Público, Editora Fórum, Belo Horizonte, MG, p. 0 - 0, 01 set. 2005.

14
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Reflexões sobre o Parcelamento de Multas Impostas pelo Controle Externo. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, MG, p. 5720 - 5726, 01 ago. 2005.

14
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Inovações do Decreto nº 5.450, de 31 de maio de 2005. Revista ILC - Informativo de Licitações e Contratos, Editora Zênite, Curitiba, PR, p. 709 - 714, 01 ago. 2005.

14
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. É legal a Doação com encargos de terrenos públicos para construção de templos religiosos?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, p. 5910 - 5910, 01 ago. 2005.

15
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. É livre o exercício de inspeções ou auditorias pelos Tribunais de Contas em entidades privadas gestoras de recursos públicos?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 5911 - 5911, 01 ago. 2005.

15
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Você está cumprindo o item XXV do Código de Ética?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum,, p. 5912 - 5912, 01 ago. 2005.

15
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. PPP - Parceria Público-Privada. Uma Visão de Controle. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, MG, p. 0 - 0, 01 jul. 2005.

15
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. É possível conceder subvenção social a clubes de futebol?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora fórum, p. 5760 - 5760, 01 jul. 2005.

15
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação - momento para solicitar amostra. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora fórum, p. 5828 - 5828, 01 jul. 2005.

15
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lei n. 10.520 - serviços de engenharia contratados por pregão, antes da vigência do decreto n.5450, de 31 de maio de 2005.. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora fórum, p. 5829 - 5829, 01 jul. 2005.

15
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Criatividade no serviço público - um bom exemplo do Tribunal de Justiça e do Distrito Federal e Territórios - TJDF. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 5837 - 5837, 01 jul. 2005.

15
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Na decretação de estado de calamidade pública, as contratações poderão ser dispensadas da licitação?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 5491 - 5491, 01 maio 2005.

15
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ao projetar o preço do objeto pretendido, encontra-se determinada faixa de valores correspondente a uma modalidade de licitação (por exemplo o convite); entretanto, ao abrir os envelopes de proposta, constata-se que os preços ofertados situam-se na modalidade superior (por exemplo, a Tomada de preços). O que fazer?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 5491 - 5491, 01 maio 2005.

15
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Qual o alcance da comprovação da regularidade fiscal para com a fazenda determinada no Inciso III do art. 29 da lei n.8666/93?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 5492 - 5492, 01 maio 2005.

16
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Gestor do Contrato - órgão ou pessoa. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 5826 - 5826, 01 maio 2005.

16
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. É juridicamente possível prorrogar um contrato de serviço contínuo, decorrente de licitação, com determinada empresa em que um dos sócios é o atual prefeito eleito?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 5340 - 5341, 01 abr. 2005.

16
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Suprimento de fundos. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, Belo Horizonte, p. 5342 - 5342, 01 abr. 2005.

16
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Um final feliz para os contratos de serviços contínuos.. Revista SESVESP, p. 44 - 44, 01 fev. 2005.

16
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Modelo de Gestão Pública Eficaz ? STF entende que servidores de outras instituições não podem representar MP junto aos Tribunais de Contas. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 8, Belo Horizonte, p. 135 - 135, 01 fev. 2005.

16
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lei n. 8666/93, art.30, §1º. É legal a exigência de número definido de atestados de qualificação técnica?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 4, p. 4921 - 4921, 01 jan. 2005.

16
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. É possível a fiscalização e execução do contrato pela mesma empresa?. Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 4, p. 4922 - 4922, 01 jan. 2005.

16
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Regulamentação das Contas Anuais do Poder Judiciário do Distrito Federal. Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 4, p. 4931 - 4932, 01 jan. 2005.

16
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação - Súmula n.2471 do Tribunal de Contas da União aprovada em novembro de 2004. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 4, p. 4932 - 4932, 01 jan. 2005.

16
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Reforma e ampliação de aeroportos e a regra do parcelamento do objeto. Gestão e Contratação Pública, Editora Fórum de, ano 4, p. 4933 - 4935, 01 jan. 2005.

17
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. É constitucional a exigência de dois anos de bacharelado em direito para ingresso na carreira do Ministério Público - atr. 187 da Lei Complementar n.75/93?. Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum,, ano 3, p. 4764 - 4764, 08 dez. 2004.

17
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pode ser utilizado o Pregão para aquisição de veículos especiais para uso do Corpo de Bombeiros Militar.. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4360 - 4363, 01 dez. 2004.

17
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Advogado de empresa pública tem direito à jornada de quatro horas?. Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4764 - 4764, 01 dez. 2004.

17
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A interpretação do TCU para expressão ?Desenvolvimento Institucional?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4774 - 4779, 01 dez. 2004.

17
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Determinações do Tribunal de Contas da União. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4780 - 4780, 01 dez. 2004.

17
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pensão Civil Estatutária - Prescrevem as Prestações Exigíveis há mais de cinco anos na habilitação tardia dos filhos de menores. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4622 - 4622, 01 nov. 2004.

17
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Concurso público - Menor de Idade - Direito à Posse. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4622 - 4622, 01 nov. 2004.

17
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Concurso Público - Sociedade de Economia Mista - Mandado de Segurança. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, , ano 3, p. 4622 - 4622, 01 nov. 2004.

17
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. É Regular o Pagamento, pelo Poder Judiciário, de Diária para Magistrado participar do Encontro de Associação de Juízes?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4623 - 4623, 01 nov. 2004.

17
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O sistema LRF Cidadão do Tribunal de Contas do Estado do Mato Grosso do Sul. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4631 - 4631, 01 nov. 2004.

18
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Queremos fiscalizar as receitas.. Correio do Estado, Campo Grande, MS, p. 0 - 0, 31 out. 2004.

18
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Queremos Fiscalizar as Receitas. Jornal 'Correio do Estado', Campo Grande, MS, Entrevista, p. 0 - 0, 31 out. 2004.

18
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. É possível a abertura de novo concurso antes de expirar a validade anterior?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4487 - 4491, 01 out. 2004.

18
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pode ser utilizada a taxa judiciária para treinamento. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4492 - 4492, 01 out. 2004.

18
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Justiças Estaduais e os Tribunais de Contas - depósito judicial com contrapartida. Revista Fórum de Gestão e Contratação Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4492 - 4495, 01 out. 2004.

18
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contas Públicas em final de mandato. Tribunal de Contas do Mato Grosso do Sul. Revista Fórum de Contratação Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4509 - 4509, 01 out. 2004.

18
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Capacitação de servidores - Tribunal de Contas do DF. Revista Fórum de Contratação Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4509 - 4509, 01 out. 2004.

18
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação para aquisição de cartuchos de impressoras. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4358 - 4358, 01 set. 2004.

18
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Concurso Público - Entrada em exercício extemporânea garantida à gestante. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4359 - 4359, 01 set. 2004.

18
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Concurso Público - Exame Psicotécnico - Critério Objetivos de Avaliação. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4364 - 4364, 01 set. 2004.

19
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Exigência de quantidade de atestados para comprovar qualificação técnica - consórcio - exame pelo TCU - suspensão cautelar de licitação. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4364 - 4364, 01 set. 2004.

19
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Podem os conselhos de profissões regulamentadas pagar diárias em valor superior aos estabelecidos pela Administração Federal?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4373 - 4377, 01 set. 2004.

19
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Multas - Fiscalização. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4378 - 4378, 01 set. 2004.

19
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lei nº 8666/1993, artigo 29, inciso III - filial e matriz- regularidade fiscal. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4379 - 4379, 01 set. 2004.

19
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. É reconhecido o direito à aposentadoria estatutária aos servidores públicos federais comissionados não detentores de cargos efetivos na Administração Pública Federal?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4380 - 4380, 01 set. 2004.

19
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Prestar contas fora do prazo: regularidade com ressalvas ou irregularidade?. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, , ano 3, p. 4194 - 4194, 01 ago. 2004.

19
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Inelegibilidade decorrente de contas irregulares. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4195 - 4196, 01 ago. 2004.

19
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Nas licitações, cuidado com os preços unitários e o BDI. ILC Informativo de Licitações e Contratos, Editora Zênite, ano 11, p. 607 - 608, 01 jul. 2004.

19
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Qual o preço de mercado? O preço praticado no âmbito da Administração Pública exatamente como determina o art. 15, V da Lei nº 8.666/93.. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3,, p. 4085 - 4091, 01 jul. 2004.

19
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal na sociedade de economia mista e na empresa pública. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 3936 - 3938, 01 jun. 2004.

20
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Processo Licitatório. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 3939 - 3939, 01 jun. 2004.

20
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Organizações Sociais - Contratação Direta. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 3943 - 3943, 01 jun. 2004.

20
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pregão - Bens e Serviços Comuns. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 3944 - 3946, 01 jun. 2004.

20
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contrato - Inclusão de Novos Serviços - Informática. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 3947 - 3947, 01 jun. 2004.

20
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contrato de Locação em que o Poder Público é o locatário. Revista Fórum de

Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4049 - 4049, 01 jun. 2004.

20
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação com Recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID - Normas Aplicáveis. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4057 - 4075, 01 jun. 2004.

20
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle e transparência. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4076 - 4076, 01 jun. 2004.

20
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação de serviços de comunicação de dados, com rede nacional integrada e criptografia de alto nível. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, , ano 3, p. 4077 - 4077, 01 jun. 2004.

20
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Processo disciplinar antieconômico. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 3767 - 3779, 01 maio 2004.

20
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Jurisprudência selecionada. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3,, p. 3781 - 3787, 01 maio 2004.

21
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Qual a responsabilidade que existe no ato de homologar a licitação?. Revista de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 3788 - 3788, 01 maio 2004.

21
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Elaboração de edital - exigência abusiva (atestado execução de objeto similar em único contrato) - Inabilitação do responsável pela prática da ilegalidade para ocupar cargo público por oito anos. Revista Fórum de Contratação e Gestão Administrativa, Editora Fórum, p. 3669 - 3669, 01 abr. 2004.

21
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Compra de combustível. Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, Editora Fórum, ano 3, p. 4185 - 4185, 01 abr. 2004.

21
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Denúncia aos Tribunais de Contas. Revista de Direito e Administração L&C, Editora Consulex, p. 26 - 26, 27 nov. 2003.

21
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Denúncia aos Tribunais de Contas. Fórum Administrativo, Editora Fórum, p. 1866 - 1872, 01 fev. 2003.

21
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sigilo e a competência dos Tribunais de Contas.. L&C Revista de Direito e Administração Pública, Editora Zênite, Brasília/DF, p. 28 - 34, 01 mar. 2002.

21
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Responsabilidade do órgão jurídico. Jornal ANPAF, Brasília/DF, p. 4 - 5, 01 fev. 2002.

21
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lixo: gestão de resíduos sólidos. Caderno de Direito & Justiça, Jornal Correio Braziliense, p. 3 - 3, 01 dez. 2001.

21
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Recurso públicos - Querelas na liberação e aplicação. Caderno de Direito & Justiça, Jornal Correio Braziliense, Brasília, p. 5 - 5, 01 jun. 2001.

21
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Conselheiros e Ministros-Substitutos dos Tribunais de Contas. Caderno de Direito & Justiça, Jornal Correio Braziliense, p. 5 - 5, 01 fev. 2001.

22
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ética e direito - cisão necessária e relação de complementaridade. Revista Acadêmica, p. 16 - 19, 01 dez. 2000.

22
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ética e direito - cisão necessária e relação de complementaridade. Revista Acadêmica, p. 16 - 19, 01 dez. 2000.

22
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Regulamento de licitações nos tribunais. Suplemento de Direito & Justiça, Correio Braziliense, p. 5 - 5, 16 set. 2000.

22
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A Lei de responsabilidade fiscal e o administrador público. Revista do Curso de Direito da AEUDF, p. 44 - 45, 01 jun. 2000.

22
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Alienação de bens móveis - licitação dispensada.. Boletim de Licitações e Contratos, Editora NDJ, p. 0 - 0, 01 fev. 2000.

22
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Os limites do poder fiscalizador dos TC'S.. Revista do Tribunal de Contas do Rio Grande do Sul, p. 0 - 0, 01 nov. 1999.

22
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Admissão sem concurso após 1988. Boletim de Direito Administrativo, Editora NDJ, p. 437 - 439, 01 out. 1999.

22
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação - centralização ou descentralização?. Suplemento de Direito & Justiça, Correio Braziliense, p. 6 - 6, 06 set. 1999.

22
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A prestação de contas dos recursos de taxas de inscrição em concurso. Informações Jurídicas e Empresariais ? Doutrina, ADCOAS, p. 304 - 306, 01 set. 1999.

22
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Operacionalização do sistema de registro de preços à luz dos princípios administrativos. Boletim de Licitações e Contratos, Editora NDJ, p. 368 - 376, 01 ago. 1999.

23
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle de gastos e equilíbrio das contas públicas. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 6 - 6, 05 jul. 1999.

23
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle de gastos e equilíbrio das contas públicas. Revista de Licitações e Contratos. Editora Consulex, p. 18 - 21, 01 jul. 1999.

23
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Reforma e teto salarial. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 3 - 3, 28 jun. 1999.

23
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Equilíbrio econômico - financeiro no sistema de registro de preços. Revista de Licitações e Contratos, Editora Consulex, p. 4 - 7, 01 jun. 1999.

23
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A marca como condição de garantia. Revista Licitar - Licitações, Contratos e gestão de suprimentos - Editora Teba, p. 74 - 80, 01 maio 1999.

23
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Convite: um jogo de xadrez. Revista de Licitações e Contratos, Editora Consulex, p. 18 - 23, 01 maio 1999.

23
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Denúncia aos Tribunais de Contas. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 2 - 2, 13 abr. 1999.

23
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A marca como condição de garantia. Revista de Licitações e Contratos, Editora Consulex, p. 04 - 07, 01 mar. 1999.

23
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação direta: procedimentos finais. Parte II - Revista de Licitações e Contratos, Editora Consulex, p. 14 - 17, 01 fev. 1999.

23
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação direta: procedimentos finais. Parte I - Revista de Licitações e

Contratos, Editora Consulex, p. 16 - 24, 01 jan. 1999.

24
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A moratória de minas e questões jurídicas. Revista da Faculdade de Direito de São Bernardo do Campo, p. 189 - 195, 01 nov. 1998.

24
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Vantagens da licitação através do convite. Revista de Licitações e Contratos, Editora Consulex, p. 0 - 0, 01 nov. 1998.

24
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Vantagens da licitação através do convite. Revista de Licitações e Contratos, Editora Consulex, p. 0 - 0, 01 out. 1998.

24
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Vantagens da licitação através do convite. Revista de Licitações e Contratos, Editora Consulex, p. 0 - 0, 01 set. 1998.

24
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle da administração pública em ano eleitoral. Revista L&C, Editora Zênite, p. 0 - 0, 01 jul. 1998.

24
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A moratória de minas e questões jurídicas. Revista do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Sul, p. 128 - 130, 01 jul. 1998.

24
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Um Ano de Reforma Administrativa. O que mudou?. Revista do Tribunal Regional do Trabalho 16ª Região - São Luís, p. 72 - 79, 01 jul. 1998.

24
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação com menos burocracia. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 0 - 0, 09 fev. 1998.

24
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Limites à revisibilidade judicial das decisões dos Tribunais de Contas. Anais do XIX Congresso do Tribunal de Contas do Brasil, p. 436 - 486, 24 out. 1997.

24
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Julgar além da Lei. Jornal Trabalhista, Brasília, p. 1088 - 1089, 20 out. 1997.

25
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Julgar além da Lei. Suplemento de Direito de Justiça, Correio Braziliense, Brasília, p. 4 - 4, 14 jul. 1997.

25
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O leão fora de controle. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 9 - 9, 12 maio 1997.

25
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lei 8666/1993. Mudar é a solução?. Licitações e Contratos, Revista Informativo, p. 367 - 370, 01 maio 1997.

25
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Impugnação ao edital de licitação. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 3 - 3, 07 abr. 1997.

25
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Impugnação ao edital de licitação. Licitações e Contratos, Revista Informativo, p. 282 - 285, 01 abr. 1997.

25
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Convênios administrativos. Correio Braziliense, Suplemento de Direito e Justiça, Brasília, p. 0 - 0, 09 dez. 1996.

25
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Devido processo legal e a TCE. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 5 - 5, 30 jul. 1996.

25
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A terceirização no serviço público. - Manual do Profissional de Recursos Humanos no Serviço Público, Revista RH, p. 11 - 23, 01 jul. 1996.

25
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Projeto básico nas licitações. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 6 - 6, 09 out. 1995.

25
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Verdades e inverdades sobre licitação. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 0 - 0, 30 abr. 1995.

26
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Requisitos para ministro e conselheiro do Tribunal de Contas. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 3 - 3, 06 fev. 1995.

26
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O preenchimento de cargos nos Tribunais de Contas. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 5 - 5, 12 dez. 1994.

26
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitação - passagens aéreas. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 4 - 5, 31 out. 1994.

26
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A responsabilidade civil dos dirigentes de órgãos sindicais. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 3 - 3, 20 jun. 1994.

26
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Duração dos contratos administrativos segundo a Lei nº 8666/1993. Boletim de Licitações e Contratos, Editora NDJ, p. 248 - 252, 01 jun. 1994.

26
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Competência dos Tribunais de Contas sobre terceiros sem vínculo com a administração. Revista da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios, p. 129 - 139, 01 jun. 1994.

26
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Duração dos contratos administrativos segundo a Lei nº 8666/1993. Boletim Fibra, CIBRA Notícias, p. 1 - 1, 06 jan. 1994.

26
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Parcelamento e a nova lei de licitações. Boletim da FIBRA-CIBRA Notícias, p. 0 - 0, 05 jan. 1994.

26
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Parcelamento e a nova lei de licitações. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 08 - 08, 13 dez. 1993.

26
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A citação e a resposta em tomada de contas. Boletim de Direito Municipal, Editora NDJ, p. 679 - 681, 01 dez. 1993.

27
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Normas gerais de licitação e contratos. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 5 - 5, 18 out. 1993.

27
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A citação e a resposta em tomada de contas. Informativo da OAB, A Voz do Advogado, p. 0 - 0, 01 set. 1993.

27
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. Revista de Informação Legislativa, p. 233 - 244, 01 jul. 1993.

27
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A citação e a resposta em tomada de contas. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 3 - 3, 19 jun. 1993.

27
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tomada de contas especial. suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 7 - 7, 17 maio 1993.

27
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Justificação como meio de prova. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 2 - 2, 05 out. 1992.

27
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Boletim de Direito Administrativo. Editora NDJ. A30 Competência dos Tribunais de Contas sobre terceiros sem vínculo com a administração, p. 598 - 592, 01 out. 1992.

27
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. Boletim do Tribunal de Contas da União, p. 16 - 16, 14 set. 1992.

27
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Fundos especiais. Boletim de Direito Administrativo, Editora NDJ, p. 529 - 533, 01 set. 1992.

27
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ministério Público junto aos Tribunais de Contas. Suplemento de Direito e Justiça, Correio Braziliense, p. 3 - 5, 14 jul. 1992.

28
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Os Cartéis e a Licitação. Boletim de Licitações e Contratos Editora NDJ, p. 303 - 310, 01 ago. 1991.

28
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Os cartéis e a licitação. Boletim de Direito Administrativo, Editora NDJ, p. 386 - 392, 01 jul. 1991.

28
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Reabilitação profissional. Boletim Legislativo Adcoas, p. 1107 - 1108, 01 dez. 1987.

28
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Exposição de motivos. FCGP, Revista Fórum de Contratação e Gestão Pública, ano 6, Belo Horizonte, p. 123 - 123.

Apresentações de Trabalho

1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Alinhamento conceitual sobre parcerias públicos - privadas e sua importância para o Setor Público' no dia 05 de abril. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Compras e Licitação' no dia 03 de abril. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Código de Conduta do Pregoeiro: 10 diretrizes para uma atuação moral, legal e segura' no dia 22 de março. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Compras Públicas no Brasil - Gestão e logística que está dando certo!?, no dia 09 de agosto. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Regime Diferenciado de Contratações nos Municípios?', no dia 19 de julho. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Processo de Contratação de TI?', no dia 06 de julho. 2017. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'O código de conduta do gestor e do fiscal de contratos: diretrizes para uma atuação moral, legal e segura', no dia 28 de junho. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Ordenador de Despesas: Novos desafios', no dia 09 de junho. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Boas Práticas nas Contratações Públicas: o país que está dando certo', no dia 01 de junho. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

10.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Gestão de pessoas por competências: análise crítica da eficácia dos planos de capacitação executados pela administração pública', no dia 23 de maio. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

11.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Políticas públicas municipais em tempo de crise - novas soluções' no dia 10 de maio. 2017. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

12.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Controle e Riscos nas Aquisições Públicas' no dia 04 de maio. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Sustentabilidade na Administração Pública' no dia 16 de dezembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Corrupção e os desafios para o controle de preços das contratações públicas' no dia 06 de dezembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

15.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Os servidores do Tribunal de Contas e sua nobre missão constitucional' no dia 05 de dezembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

16.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Políticas Públicas em Período de Crise' no dia 1º de dezembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

17.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Novas formas de contratação de edificações de prédios públicos: o uso da parceria público-privada, a locação de ativos e a locação sob medida' no dia 17 de novembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

18.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Ações do Pregoeiro: Negociação X valores abaixo do preço estimado' no dia 28 de outubro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

19.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Controle de preços nas contratações públicas' no dia 20 de outubro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

20.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Responsabilidade pela contratação direta de cursos e treinamentos: desmistificação a inexigibilidade de licitação' no dia 10 de outubro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Fiscalização de Contratos Administrativos' no dia 29 de setembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

22.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Licitações Sustentáveis' no dia 16 de junho. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Consolidação das Leis de Licitação e Contratos' no dia 19 de maio. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

24.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Limites Normativos da Lei nº 8.666/1993' no dia 29 de abril. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

25.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'O mau uso do sistema de registro de preços e a perda da eficácia para a Administração' no dia 16 de março. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

26.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Direito de Defesa do Servidor Público e do Advogado Público' no dia 07 de março. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

27.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Normas relevantes sobre responsabilidade funcional?' no dia 10 de abril. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

28.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitação para Registro de Preços: Desafios para os responsáveis pela Licitação? no dia 27 de março. 2015. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

29.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Preferência em Licitações Públicas? no dia 17 de março. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

30.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação de Treinamento? no dia 17 de março. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

31.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei de Licitações nº 8.666 e o Regime Diferenciado de Contratações ? RDC?, no dia 27 de agosto. 2015. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

32.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Controle das Contratações Públicas?, no dia 21 de agosto. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

33.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Regime Diferenciado de Contratação ? RDC? no dia 08 de julho. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

34.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Convênios e Tomadas de Contas Especiais?, no dia 25 de junho. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

35.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e contratação pública: os desafios para uma matriz de responsabilidade? no dia 28 de maio. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

36.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Recuperação de Crédito Tributário e Encargos Sociais pelas Entidades Públicas? no dia 09 de outubro. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

37.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A nova Visão do Patrimônio Público: Eficiência da Gestão com foco no desenvolvimento das Políticas? no dia 07 de outubro. 2015. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

38.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Denúncia e apuração sumária: atuação do controle interno?, no dia 24 de setembro. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

39.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Apuração sumária de atos de licitação e contratos tipificados na Lei Anticorrupção nº 12.846/13' no dia 12 de novembro. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

40.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Decreto da Lei Complementar 147/2014? no dia 09 de dezembro. 2014. (Apresentação de Trabalho/Outra).

41.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações, Contratos e outros desafios para os servidores do DNIT? no dia 22 de setembro. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

42.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Conselhos de Amigo para o Ordenador de Despesas? no dia 15 de setembro. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

43.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Controle interno e externo dos contratos administrativos? no dia 04 de setembro.

2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

44.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Compras públicas ? oportunidades e desafios para a administração pública? no dia 19 de agosto. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

45.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Regime Diferenciado de Contratações Públicas e a Renovação das Licitações? no dia 14 de agosto. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

46.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratos Administrativos? no dia 12 de agosto. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

47.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como especificar sem direcionar? no dia 12 de agosto. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

48.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Conselhos de Amigo para o Ordenador de Despesas? no dia 08 de agosto. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

49.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratos de Eficientização: uma nova ferramenta para o Gestor Público? no dia 25 de julho. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

50.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A responsabilização dos agentes públicos (CPL, gestor, fiscal, ordenador, assessor e controlador) e a Lei Anticorrupção? no dia 02 de junho. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

51.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Efeitos da Lei Anticorrupção Empresarial na Contratação e Gestão Pública? no dia 29 de maio. 2014. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

52.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Normatização? no dia 06 de maio. 2014. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

53.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação, com base no Código de Licitação do Estado do Maranhão? no dia 11 de abril. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

54.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Decreto Federal 7.892/2013 e o seu Impacto nas Contratações Públicas? ? dia 20 de março. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

55.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Talk Show' no dia 19 de março. 2014. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

56.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratos Sustentáveis? no dia 19 de novembro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

57.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão e Registro de Preços: novas aplicações? no dia 13 de novembro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

58.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Governo contratando com a ME/EPP/MEI/COOP? no dia 31 de outubro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

59.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Controle Interno das Licitações e Contratos? no dia 17 de outubro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

60.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema Integrado de Controle Interno? no dia 14 de outubro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

61.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Lei de Responsabilidade da Pessoa Jurídica por Atos Lesivos à Administração Pública? no dia 26 de setembro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

62.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Desburocratização da aquisição de bens e serviços no setor público? no dia 09 de setembro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

63.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização dos Contratos? no dia 06 de setembro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

64.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Limites à ação do controle sobre as licitações e contratos. Evolução da jurisprudência? no dia 22 de agosto. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

65.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Direito do Concursado?, no dia 15 de agosto. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

66.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ordenador de despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 14 de junho. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

67.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Direito Administrativo ? Estado, Democracia e Cidadania? no dia 06 de junho. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

68.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços ? Inovações e Boas Práticas?. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

69.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Balanço dos sete anos da Lei Geral. Implementação da Lei no Brasil. A posição do Mato Grosso no cenário nacional. Casos de sucesso.? no dia 23 de maio. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

70.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços: As Inovações do Decreto nº 7892/2013? no dia 24 de abril. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

71.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Código de Licitações do Estado do Maranhão: inversão de fases, SRP, serviços de fornecimento contínuo, preferências na contratação? no dia 15 de abril. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

72.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos ? Visão Geral? no dia 04 e 05 de abril. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

73.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Inovações Legislativas no Pregão? ? dia 20 de março. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

74.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Fraudes e aplicação de penalidades? ? dia 20 de março. 2013. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

75.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão? no dia 01 de março. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

76.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Decreto nº 7892/2013 ? Inovações? no dia 22 de fevereiro. 2013. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

77.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Avanços, barreiras e desafios na implementação da Lei Geral sob a ótica jurídica? no dia 20 de novembro. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

78.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Compras governamentais ? Direitos da ME/EPP/MEI? no dia 22 de outubro. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

79.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Peculiaridades do Regime de Contratação Direta pelas Empresas Estatais e de Empresas Estatais? no dia 27 de setembro. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

80.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Apresentação dos Decretos regulamentadores do Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão?. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

81.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O tratamento diferenciado e favorecido das ME/EPP/MEI/COOP? no dia 11 de maio. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

82.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Valorização da Função Pública ? Contratação Direta de Treinamento?. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

83.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações: Mais Eficiência com Legalidade? no dia 07 de maio. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

84.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Talk Show do 7º Congresso Brasileiro de Pregoeiros? - dia 22 de março. 2012. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

85.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação integrada e empreitada integral: inovações, vantagens e riscos? no dia 15 de março. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

86.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Gestão Fiscal em fim de Mandato? no dia 14 de março. 2012. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

87.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Elaboração do Código de Licitações e Contratos do Estado do Maranhão? nos dias 26 e 27 de janeiro. 2012. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

88.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A importância do tratamento favorecido às MPE nas Compras Governamentais como fator do Desenvolvimento Econômico?, no dia 23 de novembro. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

89.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Normalização e Quarteirização: Novos Instrumentos na Gestão de Serviços Terceirizados? no dia 29 de setembro. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

90.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Atuação estratégica na execução da despesa pública? no dia 23 de setembro. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

91.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Improbidade Administrativa Controle Administrativo e Judicial?'. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

92.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão de Risco e Auditoria - Processo de Fiscalização em empreendimentos? no dia 18 de agosto. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

93.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Delação anônima: apuração à luz da Constituição Federal? no dia 11 de agosto. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

94.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação de serviços jurídicos por meio de inexigibilidade de licitação pública? e ?Contratação Direta ? riscos evitáveis pelo gestor ? preço vantajoso e sua prova? no dia 02 junho. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

95.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços ? SRP ? Cabimento e limites à utilização - dia 30 de maio. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

96.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O desafio de contratar sem licitação cumprindo a lei e A responsabilidade do assessor jurídico e do gestor por atos no procedimento licitatório? dia 14 de abril. 2011. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

97.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Grandes Obras Públicas? dia 22 de março. 2011. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

98.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Repercussão do Julgamento de Licitações, Contratos e Convênios pelos Tribunais de Contas sobre a Aplicação da LC 135? - dia 17 de março. 2011. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

99.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos Jurídicos, Evoluções e Perspectivas do Pregão Eletrônico? - dia 14 de dezembro. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

100.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A responsabilidade da Administração Municipal na Implementação da Lei Complementar 123/2006 ? Estatuto das Micro e Pequenas Empresas? - dia 26 de novembro. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

101.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Terceirização no Serviço Público? - dia 23 de novembro. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

102.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tribunais de contas e o controle ambiental? - dia 18 de novembro. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

103.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Concessão de Serviços Públicos e Instrução Normativa nº 01/2010 ? Sustentabilidade Ambiental nas Contratações Públicas? no dia 28 de outubro. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**10
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Poder público como agente indutor do desenvolvimento ? Pequena e Micro Empresa e Licitação Sustentáveis? no dia 26 de julho. 2010. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

**10
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Alinhamento das diretrizes de licitação do Banco Mundial e a Lei Nacional? - dia 09 de junho. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**10
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A legalidade da Instrução Normativa nº 01/2010 e a padronização como instrumento para implementar as CPS? - dia 08 de junho. 2010. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

**10
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Obras Públicas e Serviço de Engenharia? - dia 28 de maio. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**10
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Parceria Público-Privada, Sistema de Registro de Preço e Gestão e Fiscalização de Contratos? - dia 27 de maio. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**10
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Adesão à Ata de Registro de Preços? - dia 26 de maio. 2010. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

**11
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Oficina de discussão ? Gestão de Contratos STJ? - nos dias 20 e 21 de maio. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

11
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Flexibilização da Lei de Responsabilidade Fiscal pelos Tribunais? - dia 06 de maio. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

11
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Controle sobre Licitações e Meios e Defesa de Pregoeiros e Membros de CPL perante os Tribunais de Contas? - dia 12 de abril. 2010. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

11
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Cenários de Mudanças ? Legislações, Regulamentações Complementares e Inovações Tecnológicas? no dia 17 de março. 2010. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

11
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tribunal de Contas ? Instrumento da Democracia? - dia 15 de março. 2010. (Apresentação de Trabalho/Outra).

11
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?11º Congresso Pregoeiros? no dia 16 de março. 2010. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

11
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Workshop de Renovação Organizacional do Corpo de Bombeiros? - dia 03 de dezembro. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

11
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Controle pelo Tribunal de Contas e Dispensa de Inexigibilidade? ?no dia 20 de novembro. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

**11
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Cautelas necessárias ao ordenador de despesas? - dia 11 de novembro. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**11
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Temas polêmicos em face à Lei Geral da MPE? - dia 05 de outubro. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**12
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. participação no ? Seminário de Obras e Serviços de Engenharia? - dia 30 de setembro. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

**12
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - dia 14 de agosto. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**12
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Temas polêmicos de Licitações face à LC 123/06 e Avaliação de desempenho das empresas contratadas pela Administração Pública? - dia 20 de julho. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**12
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?3º Seminário de Licitações de Obras e Serviços de Engenharia? - dia 17 de julho. 2009. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

**12
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Controle das Licitações e Contratos? - dia 03 de julho. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**12
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Obrigações, Responsabilidade e Responsabilização do Pregoeiro (CO-Responsabilidade da Equipe de Apoio) e Reequilíbrio, Reajuste e Repactuação? - dia 04 de junho. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**12
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos Jurídicos relativos à Parceria Público Privada? - dia 03 de junho. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**12
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Registro de Preços ? Uma Ferramenta em Evolução? no dia 21 de maio. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**12
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Temas polêmicos de Licitações face à LC 123/06? - dia 14 de abril. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**12
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Fórum dos Profissionais de Biblioteconomia? - dia 31 de março. 2009. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**13
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta? no dia 18 de março. 2009. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

**13
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Os Modelos de Contratação de Planos de Saúde na Administração Pública? - dia 05 de novembro. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Os Contratos decorrentes de Registro de Preço? - dia 11 de outubro. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Natureza Jurídica dos Serviços Sociais Autônomos: independência, autonomia e competência fiscalizatória externa (TCU); possível equiparação mais benéfica com a OAB? - dia 30 de setembro. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Desafios da Legislação de Contratações Públicas num Cenário de Mudanças? - dia 26 de setembro. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A Responsabilidade do Controle Interno e perspectivas de sistematização do funcionamento dos seus órgãos no Brasil? no dia 25 de setembro. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Uma visão de controle sobre a gestão do Tribunal ? Cautelas recomendáveis aos dirigentes de Tribunal na função de Ordenador de Despesas? - dia 27 de agosto. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?20 anos da Constituição Federal e as Transformações no Controle Externo sobre Licitações e Contratos? no dia 15 de agosto. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

13
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Lei Complementar nº 123/2006, Pregão e Sistema de Registro de Preços? nos dias 29 e 30 de maio. 2008. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

13
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de preços: a questão do carona e das atas? - dia 15 de maio. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O uso do Sistema de Registro de Preços como uma ferramenta da governança corporativa na Polícia Federal? - dia 15 de abril. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Atividade de Controle Externo e Interno sobre o Sistema S? - dia 09 de abril. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Recomendações ao ordenador de despesas em ano eleitoral? - dia 18 de março. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Responsabilidade e responsabilização de Pregoeiro e Equipe de Apoio? no dia 12 de março. 2008. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

14
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços Particularidades para o Sistema ?S? e Recursos - Aplicação de Penalidade para o Sistema ?S? - dia 28 de fevereiro. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Projeto de Lei Orgânica Nacional para os Órgãos de Controle Interno dos Estados Brasileiros e do Distrito Federal? - dia 13 de junho. 2008. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Instrução e Formalização dos Processos de Dispensa e Inexigibilidade de Licitação? - dia 27 de novembro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? e ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 23 e 24 de novembro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Lei Complementar nº 123/06 - a aplicação prática nas licitações e contratos administrativos? ? dia 08 de novembro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Eletrônico? ? dia 05 de novembro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

15
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitação sustentável? no dia 29 de outubro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

15
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Recursos Administrativos no Pregão? - dia 28 de setembro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

15
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Elaboração de Projeto básico? - dia 18 de setembro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

15
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - dia 10 de setembro. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

15
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Estatuto da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar nº 123/2006 - Aspectos Jurídicos do Pregão e SRP? - dia 28 de agosto. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

15
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Estatuto da Micro e Pequena Empresa - Lei Complementar nº 123/2006 - Aspectos Jurídicos do Pregão e SRP? - dia 24 de agosto. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

15
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - dia 10 de agosto. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

15
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos Legais do Capítulo 5 da Lei Complementar nº 123/2006? - dia 12 de julho. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

15
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Controle das Licitações Públicas? no dia 05 de julho. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

15
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? no dia 14 de junho. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

16
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A terceirização de atividades na Administração Pública? - dia 13 de junho. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

16
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratos Administrativos? - dia 11 de maio. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

16
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços e Pregão? e ?Repercussões da Lei Complementar nº 123/2006 sobre as Licitações e Contratos Administrativos? nos dias 26 e 27 de abril. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

16
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos Legais do Capítulo 5 da Lei Complementar nº 123/2006? - dia 03 de abril. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

16
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos - novas soluções para velhos problemas?. 2007. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

16
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Repercussões da Lei Complementar nº 123/2006 (Lei Geral das Microempresas) sobre as licitações e contratação da Administração Pública? - dia 28 de março. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

16
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?As peculiaridades do Pregão para Registro de Preços? no 2º Congresso Brasileiro de Pregoeiros no dia 19 de março. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

16
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A interligação entre Impugnação Administrativa e a Representação junto aos Tribunais de Contas na Lei de Licitações? - dia 15 de março. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

16
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contração Direta sem Licitação? - dia 12 de março. 2007. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

16
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O princípio da boa-fé e a aplicação de penalidade por inexecução de contratos administrativos? no dia 04 de dezembro. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

17
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços e Bens e Serviços de Informática no Pregão? - dia 27 de novembro. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

17
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos: pregão e pontos polêmicos? - dia 10 de novembro.

2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

17
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão e Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 06 e 07 de novembro. 2006. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

17
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Noções de Licitação para a Área de Saúde? - dia 30 de setembro. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

17
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia? nos dias 11 e 12 de setembro. 2006. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

17
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Controle das Contratações diretas da Administração Pública? dia 07 de agosto. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

17
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços e Pregão - dia 24 de julho. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

17
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. aspectos legais para a escolha alternativa - dia 14 de julho. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

17
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Questões Polêmicas dos Contratos e Convênios e Processo e Procedimento dos Convênios - dia 13 de julho. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**17
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços e Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 1º e 2 de junho. 2006. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

**18
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Parcerias Públicas/Privadas? - dia 12 de maio. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**18
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços - dia 24 de abril. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**18
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Impugnação do Edital do Pregão? - dia 22 de março. 2006. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

**18
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especiais? e ?Controle dos Contratos Administrativos? - dia 10 de fevereiro. 2006. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**18
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Questões de Licitações e Contratos na Justiça Eleitoral - dia 07 de dezembro. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**18
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tomada de Contas Especiais - dia 1º de dezembro. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

18
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tribunais de Contas e o Controle dos Atos Administrativos - dia 28 de novembro. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

18
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Limitações e amplitude das ações do Controle Interno - dia 09 de novembro. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

18
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Processo de Contratação de Produtos e Serviços? - dia 31 de outubro. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

18
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Gestão nas Contratações - desafios e inovações? - dia 17 de outubro. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Controle Interno? no dia 09 de outubro. 2005. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

19
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Negociação na Contratação de Serviços? - dia 26 de setembro. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Convênios e Consórcios - Instrumentos de Aprimoramento das Ações

Administrativas Municipais, no dia 29 de agosto. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 26 e 27 de agosto. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O Tribunal de Contas e o Poder Judiciário no exercício da função do controle - dia 19 de agosto. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Futuro das Licitações no Brasil? no dia 12 de agosto. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. III Encontro de Contas no TCE/ES ? entre os dias 7, 8 e 9 de julho. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Instrumentos jus administrativos do controle social? - dia 17 de junho. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Controle sobre licitações, Contratos e Admissões - resgatando a dimensão social do controle? - dia 07 de junho. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

19
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Suspensão dos Contratos Administrativos pelos Tribunais de Contas?. 2005.

(Apresentação de Trabalho/Congresso).

20
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Sistema de Registro de Preços? - dia 11 de maio. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

20
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Novidades e Aspectos Polêmicos da Lei de Licitações e Contratos? - dia 29 de abril. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

20
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão? - dia 27 de abril. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

20
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como lidar com os desafios em inexigibilidade de licitação. Acompanhe soluções praticas em casos de contratação por inexigibilidade? - no dia 12 de abril. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

20
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações Públicas - Pregão, Sistema de Registro de Preços e Novidades em Licitações? - dia 05 de abril. 2005. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

20
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Competência dos Tribunais de Contas e o Poder Judiciário? - dia 09 de dezembro. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

20
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tribunais de Contas: jurisdição e competência? - dia 26 de outubro. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

20
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Os princípios Constitucionais da Licitação? - dia 25 de outubro. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

20
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços: A mais eficaz forma de contratar e o Futuro das Licitações no Brasil? - dia 22 de outubro. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

20
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Competência Legislativa para Alienação de Bens? - dia 21 de outubro. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Medida Cautelar no Âmbito dos Tribunais de Contas? - dia 20 de outubro. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações: Dez pontos polêmicos e os meios para otimizá-las? - dia 18 de outubro. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Um balanço na Lei nº 8.666/1993? - dia 06 de agosto. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Dispensa e Inexigibilidade de Licitação - Aspectos Fundamentais e Polêmicos/Análise de Preços na Licitação: valor orçado, preço máximo e inexequível? - dia 04 de agosto. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tribunais de Contas do Brasil: jurisdição e competência? - dia 02 de agosto. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Integração dos Controles Externos e Internos - o papel de cada um? - dia 29 de julho. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Controle de Licitações pelos Tribunais de Contas? - dia 15 de junho. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gerenciamento do Sistema de Registro de Preços? no dia 14 de junho. 2004. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

21
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços e Pregão e Contratação Direta: Inexigibilidade de Licitação? nos os dias 24 e 25 de maio. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

21
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aplicação subsidiária da Lei nº 8.666/1993, nos procedimentos do Pregão e Aspectos fundamentais do Pregão presencial e eletrônico? - nos dias 25 e 26 de abril. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

22
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Despesa em Final de Mandato - restos a pagar e pessoal? - dia 26 de março. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

22
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão de Contratos Administrativos e a Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 24 de março. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

22
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão de Contratos Administrativos? - dia 08 de março. 2004. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

22
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tribunais de Contas do Brasil: Jurisdição e Competência? - dia 17 de novembro. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

22
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Interesse Público? nos dias 11 a 15 de novembro. 2003. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

22
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O que muda na Administração Pública após 03 anos da Lei de Responsabilidade Fiscal? - dia 10 de novembro. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

22
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A competência dos Tribunais de Contas em prol da sociedade? ? dia 28 de maio. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

22
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A fiscalização dos Poderes exercidos pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal? ? dia 17 de maio. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

22
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A fiscalização dos Poderes exercida pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal? ? dia 12 de maio. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

22
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?III Congresso Brasileiro de Direito do Estado? ? nos dias 23, 24 e 25 de abril. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tribunais de Contas: Jurisdição e Competência? - dia 04 de abril. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratos Administrativos? ? dia 4 de dezembro. 2003. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Julgamento de Propostas no Pregão e Inexequibilidade de Propostas? ? dia 06 de dezembro. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão: a sessão do pregão e a fase recursal? ? dia 28 de novembro. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Relacionamento do Ministério Público com o Tribunal de Contas do DF? nos dias 08 de julho a 06 de agosto. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. III Mesa de Exposição e Debates sobre as questões apresentadas pelas Câmaras Temáticas? ? dia 12 de junho. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Exploração Econômica do Lixo,? ? dia 09 de abril. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação Direta sem Licitação e Aspectos Pertinentes da LRF? ? dia 26 de março. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Contratação de Serviços e a Responsabilidade Fiscal? ? dia 15 de março. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

23
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Congresso Nacional de Profissionais da Área do Controle? ? nos dias 29 a 31 de janeiro. 2002. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

24
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?V Seminário Interno de Licitações e Contratos?, dia 10 de novembro. 2001. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

24
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?V Congresso Nacional de Membros de Comissão de Licitação?- dia 23 de agosto. 2001. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

24
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei de Responsabilidade Fiscal sob a visão do ordenador de despesa e controle da Administração Pública?- dia 15 de agosto. 2001. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

24
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 14 de agosto. 2001. (Apresentação de Trabalho/Outra).

24
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei de Responsabilidade Fiscal e sua aplicação no âmbito do Poder Judiciário? ? dia 13 de junho. 2001. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

24
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal? em junho. 2001. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

24
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. VII Seminário de Atualização de Normas e Procedimentos de Controle Externo - VII SEMAT - dia 06 de abril. 2001. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

24
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A contratação de Treinamento no Serviço Público? ? dia 23 de março. 2001. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

24
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Responsabilidade Fiscal? ? dia 07 de dezembro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

24
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Seminário Nacional de Direito Público sobre como organizar o novo governo do Município?- nos dias 05 e 06 de dezembro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

25
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?VI Congresso de Estudos Jurídicos do Estado de Tocantins e IV Encontro de Advogados Tocantinenses?- nos dias 07 a 10 de novembro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

25
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. sessão pública ?Brasil Transparente - As propostas do Governo Federal? 16 de outubro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Outra).

25
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. IX Seminário Nacional de Direito ? nos dias 18,19 e 20 de setembro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

25
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei de Responsabilidade Fiscal? a ?A LRF e a fiscalização da Gestão Contábil exercida pelos Tribunais de Contas? - dia 06 de junho. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

25
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ministério Público junto aos TC's e o Processo Eleitoral?- dia 13 de abril. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

25
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei de Responsabilidade Fiscal e o Município? - dia 10 de abril. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

25
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Contratos Administrativos'- dia 22 de março. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

25
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Seminário Auditoria em Licitações?- nos dias 24 e 25 de fevereiro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

25
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Direito Disciplinar no Regime CLT?- nos dias 10 e 11 de fevereiro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

25
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Seminário Auditoria em Licitações?- nos dias 08 e 09 de fevereiro. 2000. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

26
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Seminário Nacional de Controle?- nos dias 22 a 24 de novembro. 1999. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

26
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Limites à Revisibilidade Judicial das Decisões dos Tribunais de Contas?- nos dias 8 a 12 de novembro. 1999. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

26
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Controle? no dia 08 de novembro. 1999. (Apresentação de Trabalho/Outra).

26
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratos Administrativos? ? dia 27 de outubro. 1999. (Apresentação de Trabalho/Simpósio).

26
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A CPI e o Tribunal de Contas - pontos de contato? - nos dias 9 e 10 de setembro. 1999. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

26
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Questões controvertidas nas licitações e contratos? ? dia 19 de agosto. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

26
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'III Congresso Nacional de Membros de Comissão de Licitação' - nos dias 04 a 06 de agosto. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

26
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação e Sistema de Registro de Preços? no dia 12 de julho. 1999. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

26
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Controle pelos Tribunais de Contas? no Simpósio de Licitações e Contratos ? dia 21 de junho. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

26
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?5º Ciclo Internacional de Conferências - Estado de Direito: Uma Realidade Possível? - nos dias 08 a 12 de junho. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

27
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas e o Controle da Constitucionalidade? dia 29 de março. 1999. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

27
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema Jurisdicional e Controle? nos dias 24 a 26 de fevereiro. 1999. (Apresentação de Trabalho/Outra).

27
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Dispensa e Inexigibilidade de Licitação? dia 22 de junho. 1998. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

27
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema Jurisdicional e Controle - Ministério Público junto ao Tribunal de Contas: Unificação Institucional? nos dias 06 a 07 de maio. 1998. (Apresentação de Trabalho/Outra).

27
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? ? dia 24 de março. 1998. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

27
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 13 de março. 1998. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

27
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Controle sobre as Licitações?no dia 11 de março. 1998. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

27
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Poder Legislativo Estadual e o Controle das Licitações Fraudulentas ? E os instrumentos de ação dos Tribunais de Contas em cooperação com as Assembleias Legislativas? no dia 17 de fevereiro. 1998. (Apresentação de Trabalho/Outra).

27
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Fórum de Especialização do Serviço Público - Módulo I? - nos dias 28 a 30 de janeiro. 1998. (Apresentação de Trabalho/Outra).

27
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Congresso Nacional de Membros de Comissão de Licitação? - nos dias 10 a 12 de dezembro. 1997. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

28
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. conferencista no ?5º Seminário de Direito Administrativo? ? dia 17 de outubro. 1997. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

28
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação?- dia 10 de setembro. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

28
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação?- nos dias 08 e 09 de setembro. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

28
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? ? dia 28 de agosto. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

28
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação e Sistema de Registro de Preços? ? dia 12 de agosto. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

28
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contração Direta sem Licitação? ? dia 11 de agosto. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

28
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Seminário Internacional de Direito e Administrativo Comparado? - nos dias 14 a 18 de julho. 1997. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

28
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?3º Encontro Nacional de Comissões de Licitações? - nos dias 22 e 23 de junho. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

28
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial?- dia 26 de maio. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

28
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta, dispensa e inexigibilidade? ? dia 21 de maio. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

29
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Debate sobre o Anteprojeto de Nova Lei de Licitações? ? dia 18 de abril. 1997. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

29
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Congresso Nacional de Profissionais de Recursos Humanos no Serviço Público? - nos dias 16 e 17 de abril. 1997. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

29
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?II Seminário de Licitações e Contratos?, realizado no Hotel Glória ? dia 07 de abril. 1997. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

29
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Seminário Nacional para membros de Comissão de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 26 a 28 de fevereiro. 1997. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

29
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?I Congresso Nacional de Membros de Comissão de Licitação? - nos dias 11 a 13 de dezembro. 1996. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

29
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Seminário Nacional de Procuradores e Consultores Jurídicos? - nos dias 11 a 13 de setembro. 1996. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

29
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Conduzir um Processo de Tomada de Contas Especial? - nos dias 19 a 21 de junho. 1996. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

29
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos?- dia 04 de dezembro. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

29
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Ciclo de Aperfeiçoamento para Procuradores e Consultores Jurídicos?- nos dias 22 a 24 de novembro. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

29
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?1º Encontro sobre Estatuto de Licitações e Contratos? - nos dias 21 e 22 de novembro. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

30
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Ciclo de Treinamento em Controle das Despesas sob a ótica do Tribunal de Contas da União? ? dia 23 de novembr. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

30
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial' nos dias 06 e 07 de novembro. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

30
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação direta: Dispensa e Inexigibilidade? no dia 26 de outubro. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

30
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta? no dia 20 de setembro. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

30
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? ? dia 13 de setembro. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

30
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. palestrante no Seminário Nacional de Recursos Humanos ? nos dias 25 a 28 de abril. 1995. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

30
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. palestrante no Seminário Nacional de Controle Interno no 42º Ciclo de Treinamento, nos dias 29 a 31 de março. 1995. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

30
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Os Tribunais de Contas do Brasil?nos dias 15 a 18 de março. 1995. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

30
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A atuação do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas do Distrito Federal? no dia 13 de março. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

30
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Tomada de Contas Especial?- dia 22 de fevereiro. 1995. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

31
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Alteração e Duração dos Contratos Administrativos - Dispensa e Inexigibilidade - Padronização?. 1994. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

31
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Os Cartéis e a Licitação? e ?As Inovações em Licitações e Contratos Administrativos?- dia 18 de agosto. 1994. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

31
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Principais dúvidas relativas aos Tribunais de Contas?no dia 08 de março. 1994. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

31
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Competência dos Tribunais de Contas; Eficácia de suas decisões; Medidas coercitivas da competência do controle externo; Principais irregularidades em atos e contratos administrativos; Concurso público? no dia 24 de maio. 1993. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

31
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Constituição Brasileira e os cargos de livre nomeação e exoneração? e ?Concurso público, contrato de trabalho e contagem de tempo de serviço? no dia 15 de maio. 1993. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

31
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ministério Público junto aos Tribunais de Contas?. 1993. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

31
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Concurso público? nos dias 12 a 16 de abril. 1993. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

31
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A análise das peculiaridades das concorrências? em agosto. 1992.

(Apresentação de Trabalho/Simpósio).

**31
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos?- em maio. 1991. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

**31
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A concessão de adicionais de insalubridade e periculosidade na empresa?os dias 10 a 14 de abril. 1989. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

**32
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Fatores restritivos ao desenvolvimento de recursos humanos impostos pelo Dec. 91.404/1985, manutenção e controle do Plano de Cargos e Salários? nos dias 23 a 27 de setembro. 1985. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

**32
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Implantação do Plano de Cargos e Salários - formas, prazos e alterações de lotação decorrentes; Enquadramento de empregados - critérios; Sistema de correção salarial sob a égide das Leis nº 6.708/1979 e 6.886/1980? entre os dias 16 a 20 de agosto. 1982. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Outras produções bibliográficas

1.

Célia Lima Negrão ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . Compliance, controles internos e riscos: a importância da área de gestão de pessoas, 2017. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

2.

Barbara Andrade ; Danielle Adão ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . 101 dicas para escrever Direito, 2017. (Prefácio, Pós-fácio/Prefácio)>.

3.

Bruno Soeiro Vieira ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** .
Direito Público Contemporâneo: Ensaios críticos, 2017.
(Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

4.

ZYMLER, B. ; Fabiano de Andrade Lima ; Karine Lílian de Sousa
Costa Machado ; André Pachioni Baeta ; Luiz Felipe Bezerra
Almeida Simões ; Erivan Pereira de Franca ; Weberson Silva ;
JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses . Terceirização no
Governo Federal, 2017. (Prefácio, Pósfacio/Apresentação)>.

5.

Hamilton Bonatto ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** .
Governança e Gestão de Obras Públicas - Do Planejamento à
Pós-Ocupação, 2017. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

6.

Isaac Newton Carneiro ; **JACOBY FERNANDES, Jorge
Ulisses** . Manual de Direito Municipal Brasileiro, 2016.
(Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contas Anuais -
Sucessão no Poder Executivo_In: Juristas do Mundo, Série
Excelência Jurídica, Vol. III. Brasília/DF: Editora Rede, 2015
(Manual).

8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Juristas do Mundo.
Editora Rede Publicações Jurídicas, 2014 (Manual).

9.

Claudio Sarian Altounian ; Rafael Jardim Cavalcante ; **JACOBY
FERNANDES, Jorge Ulisses** . O RDC e a Contratação
Integrada ? 250 Questões Fundamentais, 2014. (Prefácio,
Pósfacio/Prefácio)>.

10.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses; FERNANDES, R. V. ;
ALVES, T. M. S. . Licitações, contratos e convênios

administrativos: desafios e perspectivas. Belo Horizonte: Fórum, 2013 (Manual).

11.

AGUIAR, U. D. ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . A Administração Pública sob a Perspectiva do Controle Externo, 2011. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

12.

DAMASCENO, F. ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . Licitação e contratação direta perguntas e respostas, 2005. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

13.

VIEIRA, L. S. ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . Pesquisa e Monografia Jurídica na Era da Informática, 2003. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

14.

ARAUJO, G. ; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses** . Licitações e Contratos Públicos, 2001. (Prefácio, Pósfacio/Prefácio)>.

Produção técnica

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Orçamento Impositivo. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Com a palavra: Especialista destaca riscos e vantagens da ampliação do RDC. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Conexão STJ: Entrevista sobre Lei Anticorrupção. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Revista Brasil: Lei Anticorrupção. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Com a palavra: Lei Anticorrupção. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lei Anticorrupção. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Entrevista com Professor Jacoby Fernandes. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A Lei nº 8.666/90 e suas peculiaridades.. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Reformulação da Lei nº 8.666/90. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

10.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Reformulação de Lei nº 8.666. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

11.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Poder Público pode descomplicar licitações e reduzir custos. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

12.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Entrevista com o Professor Jorge Jacoby. 2013. (Programa de rádio ou

TV/Entrevista).

13.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Projeto do Deputado Federal Sebastião Bala Rocha (PDT/AP) que estende a aplicação do RDC à saúde. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

14.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Vantagens e desvantagens da aplicabilidade do Regime Diferenciado de Contratações - RDC às obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

15.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pregão presencial. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

16.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Entrevista com o Professor Jacoby Fernandes. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

17.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Manhã no Parlamento: Práticas ultrapassadas da Lei de Licitações. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

18.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Programa Fórum: Três anos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. 2009. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Demais tipos de produção técnica

1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pontos polêmicos e controvertidos do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da NUCLEP?. 2018. .

2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Responsabilidade dos agentes públicos'. 2018. .

3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'O Processo licitatórios e o planejamento de licitações'. 2018. .

4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Controle da Administração Pública pelos Vereadores'. 2018. .

5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Compras sustentáveis e desenvolvimento econômico municipal'. 2018. .

6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Governança pública e gestão de riscos na contratação pública - Proposições para uma Administração Pública mais ajustada à Constituição Federal?'. 2018. .

7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Habilitação - Ética e Compliance?'. 2018. .

8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Tomada de Contas Especial' no dia 18 de abril. 2017. .

9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Contratação Direta de Artistas e Consagração Pública' no dia 31 de março. 2017. .

10.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'O processo licitatório e o planejamento da licitação' nos dias 17 e 18 de março. 2017. .

11.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'O Ordenador de despesas e a lei de responsabilidade fiscal - conforme entendimentos dos tribunais de contas e dos órgãos superiores do poder judiciário?', nos dias 24 e 25 de agosto. 2017. .

12.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Como Evitar e Solucionar os 120 Grandes Problemas no Planejamento, Julgamento, e Fiscalização das Licitações e Contratos? ', no dia 14 de agosto. 2017. .

13.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'IN 05/2017 estamos no caminho do aperfeiçoamento das contratações de serviços pela Administração Federal?', no dia 08 de agosto. 2017. .

14.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Pregão e Sistema de Registro de Preço - Termo de Referência, Composição de Preços e Edital' no dia 23 de junho. 2017. .

15.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'As novas regras para contratação de serviços advindas da Instrução Normativa nº 5/2017, nos dias 14 e 15 de setembro. 2017. .

16.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'A responsabilização do Ordenador de Despesas no controle processual das licitações e contratações públicas frente aos princípios da segregação de funções e moralidade administrativa', no dia 20 de setembro. 2017. .

17.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Aplicabilidade da IN 05/2017, com enfoque em definição de serviço continuado; e, Requisitos de Habilitação - exigências conforme a especificidade do objeto, no caso concreto, contratação de instituições para realização de serviços especializados de avaliação e exames em larga escala?. 2017. .

18.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Como Evitar e Solucionar os 120 Grandes Problemas no Planejamento, Julgamento, e Fiscalização das Licitações e Contratos?'. 2017. .

19.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Políticas públicas em tempo de crise - Novas Soluções'. 2017. .

20.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Governança e Gestão das Cidades?'. 2017. .

21.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Licitações Públicas - Com ênfase na Contratação Direta por Dispensa e Inexigibilidade de Licitação'. 2017. .

22.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Desafios Públicos nas parcerias com o Terceiro Setor?'. 2017. .

23.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Denúncia anônima em Ouvidoria - limites do art. 5 inciso IV e V da Constituição Federal?'. 2017. .

24.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Gestão e Fiscalização de Contratos?'. 2017. .

25.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Compras Públicas Sustentáveis'. 2017. .

26.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Desafios, perspectivas, oportunidades e melhoria das Licitações e

Contratos nos cenário atual'. 2017. .

27.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Oficina para elaboração de normas infralegais?'. 2017. .

28.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Aplicabilidade da IN nº 05/17 na CLDF?'. 2017. .

29.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Governança das aquisições como requisito para a eficiência das contratações públicas?'. 2017. .

30.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Os principais aspectos do Controle Externo no Brasil' nos dias 10 e 11 de novembro. 2016. .

31.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Responsabilidades dos Agentes Públicos' nos dias 03 e 04 de novembro. 2016. .

32.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Lei das Estatais' nos dias 20 e 21 de setembro. 2016. .

33.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Fase interna das licitações públicas: projeto básico/termo de referencia, composição de preços e elaboração de edital' nos dias 14 e 15 de julho. 2016. .

34.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Programa de Regulamentação das Contratações Afetas às Atividades Comerciais' no dia 06 de maio. 2016. .

35.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Apuração de responsabilidade: programa de qualificação do agente público'. 2016. .

36.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Contratação Direta sem Licitação?' no dia 08 de maio. 2015. .

37.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Sistema de Registro de Preços?' nos dias 27 e 28 de abril. 2015. .

38.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Auditoria em Licitações na Modalidade Pregão?' nos dias 23 e 24 de abril. 2015. .

39.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Tomada de Contas Especial ? TCE?' nos dias 16 e 17 de abril. 2015. .

40.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'O Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal?' nos dias 25 e 27 de fevereiro. 2015. .

41.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Projeto Básico, Termo de Referência, Composição de Preços e Elaboração de Editais?', no dia 28 de agosto. 2015. .

42.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Execução de Despesa Pública?', no dia 13 de agosto. 2015. .

43.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos?, no dia 31 de julho. 2015. .

44.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Obras e Serviços de Engenharia', no dia 28 de julho. 2015. .

45.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial?, nos dias 16 e 17 de julho. 2015. .

46.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Tomadas de Contas Especial - TCE', nos dias 18 e 19 de junho. 2015. .

47.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação?, no dia 29 de maio. 2015. .

48.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação de Treinamento e Desenvolvimento? nos dias 22 e 23 de outubro. 2015. .

49.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação ? 3ª Edição? no dia 21 de novembro. 2014. .

50.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como otimizar o uso dos recursos e reduzir os prazos licitatórios com aprimoramento da qualidade do processo ? no dia 14 de novembro. 2014. .

51.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos? no dia 07 de novembro. 2014. .

52.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? no dia 31 de outubro. 2014. .

53.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação de Treinamento e Desenvolvimento? nos dias 16 e 17 de outubro. 2014. .

54.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Dispensa e Inexigibilidade: Cuidados com a Formalização e com a Gestão dos Contratos? no dia 10 de outubro. 2014. .

55.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços Permanente ? SRPP e a Receita do Sucesso do Código de Licitações e Contratos do Maranhão ? CLC/MA? no dia 23 de setembro. 2014. .

56.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Edital e Modalidades de Licitação? no dia 15 de setembro. 2014. .

57.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Visão do Contratado na Licitação? no dia 11 de setembro. 2014. .

58.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Novas regras do Regime Diferenciado de Contratação? no dia 1º de setembro. 2014. .

59.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 26 de agosto. 2014. .

60.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?RDC Regime Diferenciado de Contratação? no dia 08 de agosto. 2014. .

61.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? no dia 29 de julho. 2014. .

62.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos? no dia 05 de junho. 2014. .

63.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?As Novas Regras do Regime Diferenciado de Contratação? no dia 26 de maio. 2014. .

64.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação de Treinamento e Desenvolvimento? no dia 22 de maio. 2014. .

65.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? no dia 07 de abril. 2014. .

66.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos para os servidores da NUCLEP? no dia 04 de março. 2014. .

67.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos controvertidos e polêmicos das licitações e contratos administrativos? no dia 31 de março. 2014. .

68.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Novo Sistema de Registro de Preços em conformidade com o Decreto 7.892 de 23 de janeiro? no dia 14 de março. 2014. .

69.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 21 de fevereiro. 2014. .

70.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação de Treinamento e Desenvolvimento? nos dias 17 e 18 de fevereiro. 2014. .

71.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Denúncias e Representações? para os servidores do Superior Tribunal Militar ? STM, no dia 13 de dezembro. 2013. .

72.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos controvertidos e polêmicos das licitações e contratos administrativos? no dia 11 de novembro. 2013. .

73.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? no dia 05 de novembro. 2013. .

74.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Novo Sistema de Registro de Preços? no dia 11 de outubro. 2013. .

75.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos controvertidos e polêmicos das licitações e contratos administrativos ? Módulo I ? Licitações? no dia 20 de setembro. 2013. .

76.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Regimento Interno - Módulo II e sobre o Manual de Operação e Procedimento ? MOP ? Serviços Contínuos, SRP e RDC? nos dias 12 e 13 de setembro. 2013. .

77.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Atualização de preços no SRP, Questões gerais sobre SRP, Pontos Polêmicos? no dia 03 de setembro. 2013. .

78.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Os novos procedimentos estabelecidos pelo RDC e aspectos polêmicos? no dia 27 de agosto. 2013. .

79.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação de Treinamento e Desenvolvimento? nos dias 08 e 09 de agosto. 2013. .

80.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ordenador de Despesas e A Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 19 de julho. 2013. .

81.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta Sem Licitação? nos dias 11 e 12 de julho. 2013. .

82.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação de Treinamento e Desenvolvimento? nos dias 17 e 18 de junho. 2013. .

83.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos controvertidos e polêmicos das licitações e contratos administrativos? no dia 17 de maio. 2013. .

84.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aplicação de Penalidades? no dia 10 de maio. 2013. .

85.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Os novos procedimentos estabelecidos pelo RDC e aspectos polêmicos? no dia 30 de abril. 2013. .

86.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos polêmicos e como otimizar os processos de contratação ? celeridade e eficiência? no dia 19 de abril. 2013. .

87.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta Sem Licitação? no dia 12 de abril. 2013. .

88.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação de Treinamento e Desenvolvimento? nos dias 07 e 08 de março. 2013. .

89.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta Sem Licitação? no dia 14 de dezembro. 2012. .

90.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação de Treinamento? no dia 11 de dezembro. 2012. .

91.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ordenador de Despesas e A Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 27 de novembro. 2012. .

92.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos, Aspectos Controvertidos da Aplicação das Leis nº8.666/1993 e 10.520/2002? no dia 19 de novembro. 2012. .

93.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Orçamento e Gestão Financeira-Orçamentária das Escolas à luz do disposto pelo CNJ? no dia 12 de novembro. 2012. .

94.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Questões Controvertidas do Pregão e Registro de Preços do Planejamento da Contratação e Condução do Certame à Gestão da Ata: Aspectos Polêmicos, Entendimentos do TCU e Boas Práticas? no dia 25 de outubro. 2012. .

95.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? no dia 18 de outubro. 2012. .

96.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos? no dia 25 de setembro. 2012. .

97.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 24 de agosto. 2012. .

98.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Os novos procedimentos estabelecidos pelo RDC e aspectos polêmicos? no dia 14 de setembro. 2012. .

99.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? no dia 03 de agosto. 2012. .

100.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Compras Públicas: Contratação Direta sem Licitação e Sistema de Registro de Preços à Luz da Jurisprudência? no dia 31 de julho. 2012. .

101.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos? no dia 13 de julho. 2012. .

10
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Excelência e Qualidade no Serviço Público? no dia 29 de junho. 2012. .

10
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Responsabilidade dos Agentes Públicos e Sanções Administrativas nas Licitações e Contratos? no dia 28 de junho. 2012. .

10
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Qualidade e Celeridade nas Contratações da Fiocruz? no dia 15 de junho. 2012. .

10
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Inovações legislativas no Brasil compatíveis com World Bank e Manual de convergência? no dia 04 de junho. 2012. .

10
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Classificação da Informação nos Tribunais de Contas? no dia 31 de maio. 2012. .

10
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Fraudes em Licitações? no dia 29 de maio. 2012. .

10
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ordenador de Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 24 de maio. 2012. .

10
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Capacitação e Aperfeiçoamento ? Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos? dia 13 de maio. 2012. .

11
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Convênios, prestação de contas e Contratação Direta sem Licitação? no dia 27 de abril. 2012. .

11
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? nos dias 19 e 20 de abril. 2012. .

11
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pré-contrato previsto na Lei nº 9.074/1995 e Regulamento de Licitações e contratos: principais inovações voltadas para a gestão competitiva? no dia 30 de março. 2012. .

11
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitação ? Pregão Presencial e Eletrônico, Registro de Preços e Carona? nos dias 08 e 09 de março. 2012. .

11
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ordenador de Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 06 de março. 2012. .

11
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos com Foco em Obras Públicas? nos dias 09 e 10 de março. 2012. .

**11
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos Controvertidos e Polêmicos das Licitações e Contratos Administrativos? no dia 09 de dezembro. 2011. .

**11
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Regime Diferenciado de Contratação- Aplicável às contratações necessárias à realização da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016? no dia 25 de novembro. 2011. .

**11
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Desafios na área de administração de contratos frente aos grandes empreendimentos de geração e transmissão oriundos de leilões? no dia 17 de novembro. 2011. .

**11
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? nos dias 10 e 11 de novembro. 2011. .

**12
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Excelência e Qualidade no Serviço Público? nos dias 07 e 08 de novembro. 2011. .

**12
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? no dia 14 de outubro. 2011. .

**12
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ordenador de Despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? no dia 07 de outubro. 2011. .

12
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Obras Públicas e Serviços de Engenharia? no dia 30 de setembro. 2011. .

12
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Obras Públicas e Serviços de Engenharia? no dia 21 de setembro. 2011. .

12
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Compatibilidade do RDC com os princípios que regem as licitações públicas? no dia 30 de agosto. 2011. .

12
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão de Contratos segundo o Manual do STJ? nos dias 23 e 26 de agosto. 2011. .

12
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos controvertidos e polêmicos das licitações e contratos administrativos? no dia 19 de agosto. 2011. .

12
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Ordenador de despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? dia 09 e 10 de junho. 2011. .

12
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Obras Públicas e Serviços de Engenharia ? - dia 25 de maio. 2011. .

13
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Alienação de Imóveis na Administração Pública? no dia 20 maio. 2011. .

13
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? dias 28 e 29 de março. 2011. .

13
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Atualização e aperfeiçoamento sobre licitações e contratos para servidores públicos? - dia 18 de março. 2011. .

13
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 24 e 25 de fevereiro. 2011. .

13
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Grandes Inovações Nas Compras Governamentais Para 2011? - nos dias 17 e 18 de fevereiro. 2011. .

13
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Processos nos tribunais de contas, com ênfase nos procedimentos do Tribunal de Contas da União - TCU? - dia 10 de dezembro. 2010. .

13
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos controvertidos e polêmicos das licitações e contratos administrativos? - dia 07 de dezembro. 2010. .

13
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos polêmicos em licitações e contratos ? novos problemas ? novas soluções? - dia 12 de novembro. 2010. .

13
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contas Anuais e Receitas vinculadas? - dia 11 de novembro. 2010. .

13
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos relevantes de contratos de terceirização de mão-de-obra, projeto básico e termo de referencia?. 2010. .

14
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações: Atualizações legais e dilemas no âmbito estadual? - dia 25 de outubro. 2010. .

14
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos controvertidos e polêmicos das licitações e contratos administrativos? - dia 21 de outubro. 2010. .

14
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Obras Públicas: Licitação e Contratação na prática dos estudos preliminares ao recebimento do objeto? - dia 08 de outubro. 2010. .

14
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? - dia 29 de setembro. 2010. .

14
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos Polêmicos em Licitações e Contratos - Novos Problemas ? Novas Soluções? - dia 24 de setembro. 2010. .

14
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação direta sem Licitação: Modalidades, Despesa e Inexigibilidade de licitação? - nos dias 16 e 17 de setembro. 2010. .

14
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Os desafios e cautelas do ordenador de despesas na gestão administrativa? - dia 23 e 24 de agosto. 2010. .

14
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratações Sustentáveis? - dia 20 de agosto. 2010. .

14
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Novos e Polêmicos Aspectos das Licitações e Contratos Administrativos ? Os desafios das novas normas e como executá-las para atender a jurisprudência do Tribunal de Contas da União? - nos dias 29 e 30 de julho. 2010. .

14
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos Polêmicos em Licitações e Contratos ? Novos Problemas ? Novas Soluções? - dia 23 de julho. 2010. .

15
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços e Sistema de Registro de Preços Permanente ? em conformidade com o Decreto Estadual/MG nº 44.787/2008? - nos dias 15 e 16 de julho. 2010. .

15
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos Polêmicos em Licitações e Contratos ? Novos Problemas ? Novas Soluções? - dia 06 de julho. 2010. .

15
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Concessão de Serviços Públicos e Instrução Normativa nº 01/2010 ? Sustentabilidade Ambiental nas Contratações Públicas? - dia 30 de junho. 2010. .

15
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços, Contratação Direta e Questões polemicas sobre SRP? - dia 14 de junho. 2010. .

15
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Processos no Tribunal de Contas da União? - dia 30 de abril. 2010. .

15
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Questões Polemicas na aplicação da Lei Complementar 123/2006 nas Licitações? - dia 16 de abril. 2010. .

15
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão ? A atuação do órgão jurídico nas licitações e contratos ? IN nº 01/2010? - dia 23 de março. 2010. .

15
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Regras Gerais de Licitação ? Compreensão das Súmulas 177 e 222 do Tribunal de Contas da União, aplicáveis à IN01? - dia 12 de março. 2010. .

15
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Obras Públicas e Serviços de Engenharia? - dia 26 de fevereiro. 2010. .

15
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Elaboração e Especificação de Bens e Serviços na Administração Pública? - dia 22 de fevereiro. 2010. .

**16
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Eficiência nas Contratações ? Módulo I? - dia 11 de dezembro. 2009. .

**16
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Ordenador de Despesas e Gestão Financeira de Contratos? - dia 04 de dezembro. 2009. .

**16
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? no dia 30 de novembro. 2009. .

**16
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratos Administrativos: Gerir, Fiscalizar e Punir? - dia 27 de novembro. 2009. .

**16
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Cautelas na análise da situação concreta e configuração da hipótese de dispensa e inexistência? - dia 09 de novembro. 2009. .

**16
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão ? Recursos no Pregão (forma e prazo) ? Responsabilidade do Pregoeiro? - dia 06 de novembro. 2009. .

**16
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - dia 09 de outubro. 2009. .

16
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - dia 29 de setembro. 2009. .

16
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Penalidades na Administração Pública? - dia 29 de setembro. 2009. .

16
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão e Sistema de Registro de Preço? - dia 24 de setembro. 2009. .

17
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ordenador de Despesas e O Gestor de Contratos? - dia 17 e 18 de setembro. 2009. .

17
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei nº 8.666/1993 e as diretrizes de aquisição do Banco Interamericano de Desenvolvimento? - dia 11 de setembro. 2009. .

17
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão e Sistema de Registro de Preço? - dia 27 de agosto. 2009. .

17
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Defesa e Recursos nos Tribunais de Contas? - dia 25 de agosto. 2009. .

17
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Parceria Público Privada - PPP? - dia 27 de julho. 2009. .

17
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão de Contratos Administrativos? - dia 13 de julho. 2009. .

17
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão ? Sistema de Registro de Preço ? Contratos ? Convênios? - nos dias 09 e 10 de julho. 2009. .

17
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - dia 29 de junho. 2009. .

17
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 25 e 26 de junho. 2009. .

17
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei nº 123/2006, as Pequenas e Microempresas e as Repercussões nas Licitações e nos Contratos? - nos dias 29 e 30 de maio. 2009. .

18
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Obras públicas ? licitações, contratação, fiscalização e utilização? - dia 27 de maio. 2009. .

18
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratos Administrativos? - dia 22 de maio. 2009. .

18
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preço? - dia 15 de abril. 2009. .

18
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação direta Sem Licitação? - nos dias 03 e 04 de abril. 2009. .

18
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratos Administrativos? - dia 27 de março. 2009. .

18
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pontos Polêmicos e Complexos no Âmbito das Licitações? - dia 10 de março. 2009. .

18
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Ordenador de Despesa, Responsabilidade Fiscal e os Contratos Administrativos? - nos dias 05 e 06 de março. 2009. .

18
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços - SRP ? A eficiência do Sistema de Registro de Preços, questões jurídicas e aspectos práticos, a implantação e adesão (carona) eficiente? no dia 16 de fevereiro. 2009. .

18
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Novos Desafios nas Licitações e Contratos ? Novas Normas, Novas Abordagens? - no dia 12 de fevereiro. 2009. .

18
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - dia 12 de dezembro. 2008. .

**19
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Obras e Serviços de Engenharia ? A licitação e o Contrato na Prática? - dia 10 de dezembro. 2008. .

**19
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - dia 05 de dezembro. 2008. .

**19
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?IN 02/2008 A Nova Regulamentação para Contratação de Gestão de Serviços (Terceirização) para a Administração Pública? - dia 03 de dezembro. 2008. .

**19
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial - TCE? no dia 28 de novembro. 2008. .

**19
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preço? - dia 27 de novembro. 2008. .

**19
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preço? - dia 26 de novembro. 2008. .

**19
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Parceria Público ? Privada (PPP)? - dia 21 de novembro. 2008. .

**19
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação ? Os novos desafios dos gestores públicos? - dia

18 de novembro. 2008. .

19
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?As novas regras para as contratações de serviços pela administração pública? - dia 06 de novembro. 2008. .

19
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão, ? Lei nº 123/06 ? SRP ? Pontos Polêmicos e Complexos no Âmbito das Licitações? - dia 31 de outubro. 2008. .

20
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?As novas regras para as contratações de serviços pela administração pública? - dia 15 de outubro. 2008. .

20
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O gestor e o Ordenador de Despesas nos Tribunais de Contas? - nos dias 13 e 14 de outubro. 2008. .

20
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? ? no dia 1º de outubro. 2008. .

20
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Obras e Serviços de Engenharia? - dia 19 de setembro. 2008. .

20
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão Financeira na Administração Pública? - dia 18 de setembro. 2008. .

20
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?As novas regras para as contratações de serviços pela administração pública? - dia 10 de setembro. 2008. .

20
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Os Três temas mais importantes sobre Pregão Presencial e Eletrônico, impugnação de editais de pregão? - dia 01 de setembro. 2008. .

20
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação ? Os novos desafios dos gestores públicos? - nos dias 21 e 22 de agosto. 2008. .

20
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão, Convênios, Contratos e a Pequena Empresa nas Licitações? - dia 01 de agosto. 2008. .

20
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão, SRP e Lei nº 123/2006 As Micro e pequenas empresas e as licitações e os contratos? - nos dias 24 e 25 de julho. 2008. .

21
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Gestor e Ordenador de despesas nos Tribunais de Contas? - nos dias 14 e 15 de julho. 2008. .

21
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Mudanças da Lei de Licitações e Temas Correlatos? - nos dias 07 e 08 de julho. 2008. .

21
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? - nos dias 03 e 04 de julho. 2008. .

21
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Obras e Serviços de Engenharia ? A licitação e o Contrato: A Legislação na Prática do Controle? - nos dias 25 e 27 de junho. 2008. .

21
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão, SRP e Lei nº 123/2006 As micro e pequenas empresas e as licitações e os contratos? - nos dias 16 e 17 de junho. 2008. .

21
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Eficácia nas Licitações e Contratos Administrativos ? Licitar corretamente para resguardar o interesse público? - dia 19 de maio. 2008. .

21
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei nº 8.666/1993 e as diretrizes de aquisição do Banco Mundial? - nos dias 12, 13 e 14 de maio. 2008. .

21
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Lei Complementar nº 123/2006, Pregão e Sistema de Registro de Preços? - nos dias 08 e 09 de maio. 2008. .

21
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Terceirização de mão-de-obra na administração pública e defesa perante os Tribunais de Contas? - dia 23 de abril. 2008. .

21
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços e Pregão? - nos dias 10 e 11 de abril. 2008. .

22
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei nº 123/2006, as Micro e Pequenas Empresas e as Repercussões nas Licitações e nos Contratos? - dia 04 de abril. 2008. .

22
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei nº 123/2006, as Micro e Pequenas Empresas e as Repercussões nas Licitações e nos Contratos? - dia 28 de março. 2008. .

22
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços e Contratação Direta sem Licitação? - dia 24 de março de 2008. 2008. .

22
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Ordenador de Despesa, Responsabilidade Fiscal e os Contratos Administrativos? - nos dias 03 e 04 de março. 2008. .

22
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços e Lei Complementar nº 123/2006? - nos dias 25 e 26 de fevereiro. 2008. .

22
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Novos Desafios na Gestão de Contratos - Reajuste, Reequilíbrio e Penalidades? - nos dias 18 e 19 de fevereiro. 2008. .

22
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Lei Complementar nº 123/2006, Sistema de Registro de Preços e Pregão Presencial Eletrônico? - nos dias 11 e 12 de fevereiro. 2008. .

22
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos administrativos? nos dias 22, 23 e 24 de janeiro. 2008. .

22
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 17 e 18 de dezembro. 2008. .

22
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Defesa e recursos nos Tribunais de Contas e Tomada de Contas Especial? - nos dias 13 e 14 de dezembro. 2008. .

23
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos - novas soluções para velhos problemas? - nos dias 03 e 04 de dezembro. 2007. .

23
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos - novas soluções para velhos problemas? ? nos dias 29 e 30 de novembro. 2007. .

23
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Efeitos da Lei Complementar nº 123/06 e da Lei nº 11.488 nas Licitações e Contratos Administrativos? - dia 09 de novembro. 2007. .

23
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 31 de outubro e 1º de novembro. 2007. .

23
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos - novas soluções para velhos problemas? ? nos dias 24 e 25 de outubro. 2007. .

23
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Reajuste, Revisão e Alteração de Contratos Administrativos? ? nos dias 18 e 19 de outubro. 2007. .

23
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 1º a 10 de outubro. 2007. .

23
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos - novas soluções para velhos problemas? ? nos dias 21 e 22 de setembro. 2007. .

23
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos - novas soluções para velhos problemas? ? nos dias 24 e 25 de setembro. 2007. .

23
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 03 e 04 de setembro. 2007. .

24
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? ? nos dias 31 de agosto e 1º de setembro. 2007. .

24
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Defesas e Recursos nos Tribunais de Contas? ? nos dias 20 e 21 de agosto. 2007. .

24
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Defesas e Recursos nos Tribunais de Contas? - nos dias 16 e 17 de agosto. 2007. .

24
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? ? nos dias 09, 13, 14 e 15 de agosto. 2007. .

24
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pontos polêmicos no âmbito das Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 30 e 31 de julho. 2007. .

24
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos - novas soluções para velhos problemas? ? nos dias 26 e 27 de julho. 2007. .

24
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos - novas soluções para velhos problemas? ? nos dias 19 e 20 de julho. 2007. .

24
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? ? nos dias 16 e 23 de julho. 2007. .

24
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? - dia 02 de julho. 2007. .

24
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos práticos e questões jurídicas do Pregão Presencial? - dia 29 de junho. 2007. .

25
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 25 e 26 de junho. 2007. .

25
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? ? nos dias 21 e 22 de junho. 2007. .

25
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? no Fórum da Justiça Federal sobre Eficiência na Aplicação de Recursos Públicos e Responsabilidade Ambiental? no dia 20 de junho. 2007. .

25
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Especialização em Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 11 e 12 de junho. 2007. .

25
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 04 e 05 de junho. 2007. .

25
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? - dia 28 de maio. 2007. .

25
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 31 de maio e 1º de junho. 2007. .

25
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Reajuste, Revisão e Alteração de Contratos Administrativos? ? nos dias 24 e 25 de maio. 2007. .

25
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? - dia 21 de maio. 2007. .

25
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? - dia 16 de maio. 2007. .

26
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como implantar e manter o Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 07 e 08 de maio. 2007. .

26
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como prevenir e enfrentar problemas nas licitações com ênfase em pregão? ? nos dias 03 e 04 de maio. 2007. .

26
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? ? nos dias 23 e 24 de abril. 2007. .

26
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratação de Obras e Serviços de Engenharia? ? nos dias 19 e 20 de abril. 2007. .

**26
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 11 e 12 de abril. 2007. .

**26
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? - dia 09 de abril. 2007. .

**26
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? - dia 02 de abril. 2007. .

**26
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? - dia 26 de março. 2007. .

**26
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contrato, Convênio e Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 07 e 08 de março. 2007. .

**26
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ordenador de Despesa, a Responsabilidade Fiscal e os Contratos Administrativos? ? nos dias 27 e 28 de fevereiro. 2007. .

**27
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? ? nos dias 12 a 16 de fevereiro. 2007. .

27
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação direta sem licitação? - dia 09 de fevereiro. 2007. .

27
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Termo de Referência/Projeto Básico? ? nos dias 1 e 2 de fevereiro. 2007. .

27
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 25 e 26 de janeiro. 2007. .

27
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços e Lei Complementar nº 123/06? ? nos dias 19 e 20 de novembro. 2007. .

27
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? ? nos dias 14 e 15 de dezembro. 2006. .

27
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos Jurídicos do Pregão Presencial e Eletrônico? - dia 13 de dezembro. 2006. .

27
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Exame de Edital e Aplicação da Lei de Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 11 e 12 de dezembro. 2006. .

27
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 05 e 06 de dezembro. 2006. .

**27
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 30 de novembro e 1º de dezembro. 2006. .

**28
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Reajuste e Revisão de Contratos Administrativos? ? nos dias 22 e 23 de novembro. 2006. .

**28
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Defesa e Recursos nos Tribunais de Contas? ? nos dias 16 e 17 de novembro. 2006. .

**28
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Compra na Administração Pública: aspectos gerais? ? nos dias 30 e 31 de outubro. 2006. .

**28
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitação e Contratação de Obras e Serviços de Engenharia? ? nos dias 26 e 27 de outubro. 2006. .

**28
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pontos Polêmicos nas Licitações? - dia 24 de outubro. 2006. .

**28
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos - novas soluções para velhos problemas? ? nos dias 19 e 20 de outubro. 2006. .

28
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pontos Polêmicos nas Licitações? - dia 17 de outubro. 2006. .

28
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? ? nos dias 05 e 06 de outubro. 2006. .

28
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços e Licitação e Gestão de Contratos de Serviços Terceirizados? ? nos dias 28 e 29 de setembro. 2006. .

28
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Reajuste, Revisão e Alteração de Contratos Administrativos? ? nos dias 21 e 22 de setembro. 2006. .

29
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação e Sistema de Registro de Preços? - dia 06 de setembro. 2006. .

29
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Fórum em Contratação Direta? - dia 04 de setembro. 2006. .

29
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 31 de agosto e 01 de setembro. 2006. .

29
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pregão e Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 28 e 29 de agosto. 2006. .

29
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos de Terceirização de Mão de Obra? ? nos dias 21 a 25 de agosto. 2006. .

29
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 17 e 18 de agosto. 2006. .

29
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão: Presencial e Eletrônico? ? nos dias 15 e 16 de agosto. 2006. .

29
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 10, 11 e 12 de agosto. 2006. .

29
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitação para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia? - nos dias 03 e 04 de agosto. 2006. .

29
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação Direta sem Licitação - nos dias 27 e 28 de julho. 2006. .

30
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços - nos dias 20 e 21 de julho. 2006. .

30
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços e Pregão? - nos dias 10 e 11 de julho. 2006. .

30
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços e Pregão? - nos dias 06 e 07 de julho. 2006. .

30
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tomada de Constas Especial - nos dias 19 e 20 de junho. 2006. .

30
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços ? nos dias 17 e 18 de junho. 2006. .

30
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços e Pregão? - nos dias 12, 13 e 14 de junho. 2006. .

30
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? - nos dias 29 e 30 de maio. 2006. .

30
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 22 e 23 de maio. 2006. .

30
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como implantar e manter o sistema de registro de preços? - nos dias 18 e 19 de maio. 2006. .

**30
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pregão com formação de pregoeiro - nos dias 15 e 16 de maio. 2006. .

**31
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações? nos dias 10 e 11 de maio. 2006. .

**31
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitação para Aquisição de bens e serviços de Informática? - nos dias 08 e 09 de maio. 2006. .

**31
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 04 e 05 de maio. 2006. .

**31
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Elaboração de Termo de Referência/Projeto Básico? - nos dias 02 e 03 de maio. 2006. .

**31
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão de Contratos de Terceirização? - nos dias 27 e 28 de abril. 2006. .

**31
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especiais? - nos dias 25 e 26 de abril. 2006. .

**31
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 19 e 20 de

abril. 2006. .

**31
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitação para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia? - nos dias 17 e 18 de abril. 2006. .

**31
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 12 e 13 de abril. 2006. .

**31
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 10 e 11 de abril. 2006. .

**32
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações? - nos dias 05 e 06 de abril. 2006. .

**32
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 03 e 04 de abril. 2006. .

**32
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 30 e 31 de março. 2006. .

**32
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 28 e 29 de março. 2006. .

**32
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 23 e 24 de março. 2006. .

**32
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 20 e 21 de março. 2006. .

**32
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? - nos dias 13 a 17 de março. 2006. .

**32
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 13 a 16 de março. 2006. .

**32
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão de Contratos Administrativos? - nos dias 08 e 09 de março. 2006. .

**32
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 06 e 07 de março. 2006. .

**33
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 02 e 03 de março. 2006. .

**33
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 20 a 23 de fevereiro. 2006. .

33
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 16 e 17 de Fevereiro. 2006. .

33
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? - nos dias 13, 14 e 15 de fevereiro. 2006. .

33
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especiais? - dia 09 de fevereiro. 2006. .

33
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 06 e 07 de fevereiro. 2006. .

33
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pregão Eletrônico e Sistema de Registro de Preço. 2006. .

33
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos - novas questões polêmicas? - nos dias 15 e 16 de dezembro. 2005. .

33
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitação e Contratação de Obras e Serviços de Engenharia? - nos dias 12 e 13 de dezembro. 2005. .

33
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 09 e 10 de dezembro. 2005. .

**34
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Gestão de Contratos Administrativos - nos dias 05 e 06 de dezembro. 2005. .

**34
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pregão Eletrônico - dia 30 de novembro. 2005. .

**34
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 25 e 26 de novembro. 2005. .

**34
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos? - nos dias 17 e 18 de novembro. 2005. .

**34
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 11 e 12 de novembro. 2005. .

**34
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especiais? ? nos dias 04 e 05 de novembro. 2005. .

**34
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 26, 27 e 28 de outubro. 2005. .

34
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 21 e 22 de outubro. 2005. .

34
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão? - dia 14 de outubro. 2005. .

34
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 07 e 08 de outubro. 2005. .

35
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Convênio, consórcio e contratos administrativos? - dia 03 de outubro. 2005. .

35
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 26 a 30 de setembro. 2005. .

35
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 22 e 23 de setembro. 2005. .

35
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - dia 21 de setembro. 2005. .

35
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 19 e 20 de setembro. 2005. .

35
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitação e Contratos Administrativos? - nos dias 15 e 16 de setembro. 2005. .

35
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 12 e 13 de setembro. 2005. .

35
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? ? nos dias 08 e 09 de setembro. 2005. .

35
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Gestão de Contratos de Terceirização, nos dias 02 e 03 de setembro. 2005. .

35
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Gestão de Contratos Administrativos, nos dias 30 e 31 de agosto. 2005. .

36
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços - dia 22 de agosto. 2005. .

36
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitação para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia? - nos dias 15, 16 e 17 de agosto. 2005. .

36
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 28 e 29 de julho. 2005. .

36
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na modalidade Pregão? - nos dias 25 e 26 de julho. 2005. .

36
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços e Inovações do Decreto nº 5.450/2005 - nos dias 21 e 22 de julho. 2005. .

36
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 18 e 19 de julho. 2005. .

36
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 11 e 12 de julho. 2005. .

36
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 04 e 05 de julho. 2005. .

36
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 27, 28 e 29 de junho. 2005. .

36
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 22, 23 e 24 de junho. 2005. .

**37
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos para fornecedores da Administração Pública? - nos dias 10 e 11 de junho. 2005. .

**37
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços e Questões Polêmicas Lei nº 8.666/1993 e Lei nº 10.520/2002? - nos dias 30 e 31 de Maio. 2005. .

**37
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - dia 23 de maio. 2005. .

**37
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 20 e 21 de maio. 2005. .

**37
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Elaboração de Projeto Básico? - dia 19 de maio. 2005. .

**37
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - dia 16 de maio. 2005. .

**37
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão de Contratos e Terceirização? - nos dias 13 e 14 de maio. 2005. .

**37
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 09 e 10 de maio. 2005. .

37
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O ordenador de despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? - nos dias 05 e 06 de maio. 2005. .

37
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 25 e 26 de abril. 2005. .

38
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Como Implantar e manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 18 e 19 de abril. 2005. .

38
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 15 de abril. 2005. .

38
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 07 e 08 de abril. 2005. .

38
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitação para Contratação de Obras e Serviços de Engenharia? - nos dias 28 a 31 de março e 1º de abril. 2005. .

38
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 21 e 22 de março. 2005. .

38
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Implantar e Manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 17 e 18 de março. 2005. .

**38
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O ordenador de despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? - nos dias 14 e 15 de março. 2005. .

**38
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Controle interno e licitações e contratos administrativos? - nos dias 11 e 12 de março. 2005. .

**38
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 09 e 10 de março. 2005. .

**38
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?LRF e Licitações? - dia 07 de março. 2005. .

**39
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 03 e 04 de março. 2005. .

**39
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O ordenador de despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? - nos dias 24 e 25 de fevereiro. 2005. .

**39
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos para Fornecedores da Administração Pública? ? nos dias 28 e 29 de janeiro. 2005. .

39
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos para Fornecedores da Administração Pública? ? nos dias 24 e 27 de janeiro. 2005. .

39
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 27 e 28 de dezembro. 2004. .

39
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 20 e 21 de dezembro. 2004. .

39
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 16 e 17 de dezembro. 2004. .

39
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão de Contratos sob a ótica do controle interno e externo? - dia 15 de dezembro. 2004. .

39
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 13 e 14 de dezembro. 2004. .

39
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 10 e 11 de dezembro. 2004. .

40
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - dia 08 de dezembro. 2004. .

40
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 06 e 07 de dezembro. 2004. .

40
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 02 e 03 dezembro. 2004. .

40
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 26 e 27 de novembro. 2004. .

40
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratos e Convênios Administrativos? - nos dias 22, 24 e 25 de novembro. 2004. .

40
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 17 e 18 de novembro. 2004. .

40
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - dias 04 e 05 de novembro. 2004. .

40
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - dias 14 e 15 de outubro. 2004. .

40
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - dias 30 de setembro e 01 e 02 de outubro. 2004. .

40
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão: presencial e eletrônico? - dias 24 e 25 de setembro. 2004. .

41
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão de Contratos Administrativos? - nos dias 20, 21 e 22 de setembro. 2004. .

41
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 16 e 17 de setembro. 2004. .

41
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão: presencial e eletrônico? - nos dias 10 e 11 de setembro. 2004. .

41
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 23 a 31 de agosto e 01 a 03 de setembro. 2004. .

41
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 19 e 20 de agosto. 2004. .

41
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Lei de Responsabilidade Fiscal - teoria e prática para gestores governamentais e ordenadores de despesas? - nos dias 13 e 14 de agosto. 2004. .

**41
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 30 e 31 de julho. 2004. .

**41
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitações Públicas e Contratos Administrativos? - nos dias 15 e 16 de julho. 2004. .

**41
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações Públicas e Contratos Administrativos? - nos dias 09 e 10 de julho. 2004. .

**41
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão de Convênios? - nos dias 30 de junho a 1º de julho. 2004. .

**42
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei de Licitações e seus conceitos e Gestão dos Contratos? - nos dias 21 e 23 de junho. 2004. .

**42
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? - nos dias 07, 08 e 09 de junho. 2004. .

**42
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Sistema de Registro de Preços? nos dias 04 e 05 de junho. 2004. .

42
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? nos dias 27 e 28 de maio. 2004. .

42
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? nos dias 13 e 14 de maio. 2004. .

42
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 07 e 08 de maio. 2004. .

42
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 04 e 05 de maio. 2004. .

42
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 29 e 30 de abril. 2004. .

42
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 19 e 20 de abril. 2004. .

42
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 16 e 17 de abril. 2004. .

43
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 12, 13 e 14 de abril. 2004. .

43
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos da Administração? - nos dias 02 e 04 de abril. 2004. .

43
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Parcerias Público - Privadas e as Licitações: teoria geral das licitações públicas? - dia 22 de março. 2004. .

43
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei de Responsabilidade Fiscal: teoria e prática para gestores governamentais e ordenador de despesas? - nos dias 19 e 20 de março. 2004. .

43
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 11 e 12 de março. 2004. .

43
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 05 e 06 de março. 2004. .

43
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações Públicas e Contratos Administrativos? - nos dias 27 e 28 de fevereiro. 2004. .

43
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Os fundamentos da Lei de Responsabilidade Fiscal? - nos dias 13 e 14 de fevereiro. 2004. .

43
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 18 e 19 de dezembro. 2003. .

**43
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Lei de Responsabilidade Fiscal: questões atuais? - dia 17 de dezembro. 2003. .

**44
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 15 e 16 de dezembro. 2003. .

**44
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - dia 10 de dezembro. 2003. .

**44
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei de Responsabilidade Fiscal na Prática: questões atuais? - dia 05 de dezembro. 2003. .

**44
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 01, 02 e 03 de dezembro. 2003. .

**44
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão: Pregão Presencial? - nos dias 28 e 29 de novembro. 2003. .

**44
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 25 e 26 de novembro. 2003. .

44
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 20 e 21 de novembro. 2003. .

44
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O ordenador de despesas e a Lei de Responsabilidade Fiscal? - nos dias 07 e 08 de novembro. 2003. .

44
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão - capacitação de pregoeiros? - nos dias 24 e 25 de outubro. 2003. .

44
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 10 e 11 de outubro. 2003. .

45
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão de Contratos Administrativos? - dia 08 de outubro. 2003. .

45
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão de Contratos Administrativos? - nos dias 03 e 04 de outubro. 2003. .

45
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 29 e 30 de setembro. 2003. .

45
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações Públicas e Contratos Administrativos? - nos dias 26 e 27 de setembro. 2003. .

45
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações Públicas e Contratos Administrativos? - nos dias 19 e 20 de setembro. 2003. .

45
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 15, 16 e 17 de setembro. 2003. .

45
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 02 e 03 de setembro. 2003. .

45
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei de Responsabilidade Fiscal na Prática - questões atuais? - dia 29 de agosto. 2003. .

45
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão de Contratos Administrativos? - nos dias 18 e 19 de agosto. 2003. .

45
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 13,14 e 15 de agosto. 2003. .

46
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? - dia 11 de agosto. 2003. .

46
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Lei de Responsabilidade Fiscal? - dia 08 de agosto. 2003. .

46
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - nos dias 04 e 05 de agosto. 2003. .

46
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão? - dia 07 de julho. 2003. .

46
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços e a contratação de serviços contínuos pela Administração Pública? - dia 30 de junho. 2003. .

46
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 27 e 28 de junho. 2003. .

46
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? - nos dias 20 e 21 de junho. 2003. .

46
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 17 e 18 de junho. 2003. .

46
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pregão e Contratos Administrativos? ? nos dias 12 e 13 de junho. 2003. .

46
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?I Fórum Brasileiro de Contratação e Gestão Pública? ? nos dias 09 e 10 de junho. 2003. .

**47
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações Públicas e Contratos Administrativos? ? nos dias 03 e 04 de junho. 2003. .

**47
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei nº 8.666/1993 e seus aspectos polêmicos - novas questões? ? dia 19 de maio. 2003. .

**47
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? ? dia 9 de maio. 2003. .

**47
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? - dia 28 de abril. 2003. .

**47
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 25 e 26 de abril. 2003. .

**47
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação?- nos dias 14 e 15 de abril. 2003. .

**47
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? ? dia 09 de abril. 2003. .

47
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão Presencial? ?
dia 07 de abril. 2003. .

47
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação
na Modalidade Pregão? ? dia 11 de abril. 2003. .

47
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pregão: Capacitação
de Pregoeiros? ? nos dias 01,02 e 03 de abril. 2003. .

48
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratos
Administrativos e Sistema de Registro de Preços? ? dia 31 de
março. 2003. .

48
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta
sem Licitação? ? dia 26 de fevereiro. 2003. .

48
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação
na Modalidade Pregão? ? dia 21 de fevereiro. 2003. .

48
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação
na Modalidade Pregão? ? dia 17 de fevereiro. 2003. .

48
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Lei de
Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 19 e 20 de dezembro.
2002. .

48
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? ? nos dias 16 e 17 de dezembro. 2002. .

48
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitação, Contratação, Gerenciamento e Fiscalização de Obras e Serviços de Engenharia? ? nos dias 09,10 e 11 de dezembro. 2002. .

48
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 02 e 03 de dezembro. 2002. .

48
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? ? nos dias 29 e 30 de novembro. 2002. .

48
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão: capacitação de pregoeiros? ? nos dias 25, 26 e 27, de novembro. 2002. .

49
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão e Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 07, 08 e 09 de novembro. 2002. .

49
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Administração de Convênios e Tomada de Contas Especial? ? nos dias 04 e 05 de novembro. 2002. .

49
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão e Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 31 de outubro e 01 de novembro. 2002. .

49
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Modalidade Pregão? - dia 29 de outubro. 2002. .

49
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações, Contratos Administrativos e Pregão?- nos dias 24, 25 e 26 de outubro. 2002. .

49
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação de Treinamento? ? nos dias 21,22 e 23 de outubro. 2002. .

49
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Responsabilidade nos Contratos Públicos de Acordo com as exigências do Controle? ? dia 18 de outubro. 2002. .

49
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão e Responsabilidade nos Contratos Públicos de Acordo com as Exigências do Controle? ? dia 16 de outubro. 2002. .

49
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Reajuste e Revisão Contratual? ? nos dia 07, 09 e 11 de outubro. 2002. .

49
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 30 de setembro, 01 e 02 de outubro. 2002. .

50
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? ? nos dias 27 e 28 de setembro. 2002. .

50
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos na Administração Pública? ? nos dias 23 a 26 de setembro. 2002. .

50
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Prática do Pregão? - dia 20 de setembro. 2002. .

50
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? ? dia 16 de setembro. 2002. .

50
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Prática do Pregão? ? dia 13 de setembro. 2002. .

50
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Modalidade Pregão de acordo com a Lei nº 10.520/2002 e Decreto nº 3.555/2000? ? nos dias 10 e 11 de setembro. 2002. .

50
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 04 e 05 de setembro. 2002. .

50
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? ? nos dias 02 e 03 de setembro. 2002.

50
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 21 de agosto. 2002. .

50
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 19 a 23 e 26 a 30 de agosto. 2002. .

51
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? nos dias 13,14 e 16 de agosto. 2002. .

51
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação de Treinamento no Serviço Público? ? dia 09 de agosto. 2002. .

51
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 25 e 26 de julho. 2002. .

51
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Licitação na Modalidade Pregão? ? nos dias 22 e 23 de julho. 2002. .

51
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão?- nos dias 15,16 e 17 de julho. 2002. .

51
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Princípios Legais na Lei de Licitação e Contratos? ? dia 17 de julho. 2002. .

**51
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações, Contratos e Convênios? ? dia 10 de julho. 2002. .

**51
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - 27 e 28 de junho. 2002. .

**51
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestores de Contratos Administrativos? ? nos dias 24, 25 e 28 de junho e 03 e 05 de julho. 2002. .

**51
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 17 e 18 de junho. 2002. .

**52
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei de Responsabilidade Fiscal na Prática?- nos dias 14 e 15 de junho. 2002. .

**52
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei de Responsabilidade Fiscal com enfoque na Justiça Eleitoral? ? nos dias 27 e 28 de maio. 2002. .

**52
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Empresa Pública e a Lei de Licitações e Contratos? ? dia 22 de maio. 2002. .

52
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Contratação de Treinamento no Serviço Público? ? dia 17 de maio. 2002. .

52
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Lei de responsabilidade Fiscal?- nos dias 10 e 11 de maio. 2002. .

52
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Controle da Administração Pública - com tópicos de Danos ao Erário?- nos dias 15 e 16 de abril. 2002. .

52
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial?- nos dias 17 e 18 de abril. 2002. .

52
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Danos ao Erário? ? dia 24 de abril. 2002. .

52
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - 10, 11 e 12 de abril. 2002. .

52
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratos Administrativo e o Sistema de Registro de Preços? ? dia 05 de abril. 2002. .

53
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Capacitação e Atualização: Pregão Presencial e Sistema de Registros de Preços? ? dia 03 de abril. 2002. .

53
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A contratação de serviços e a Responsabilidade Fiscal? ? dia 22 de março. 2002. .

53
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? ? dia 18 de março. 2002. .

53
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta Sem Licitação? ? nos dias 13 e 14 de março. 2002. .

53
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão Responsável na Terceirização? ? dia 11 de março. 2002. .

53
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão Responsável na Terceirização? ? nos dias 08 de fevereiro. 2002. .

53
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Resolução de incidentes na Lei de Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 27 e 28 de Fevereiro. 2002. .

53
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Resolução de Incidentes na Lei de Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 22 de fevereiro. 2002. .

53
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Administração de Contratos de Prestação de Serviços com Fornecimento de Mão de obra? ? dia 21 de fevereiro. 2002. .

53
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? ? no dia 05 de dezembro. 2001. .

54
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Gestão Responsável na Terceirização? ? no dia 30 de novembro. 2001. .

54
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 28 de novembro. 2001. .

54
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contrato Administrativo Eficiente? ? nos dias 26 a 28 de novembro. 2001. .

54
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Contratação de Treinamento no Serviço Público? ? dia 26 de outubro. 2001. .

54
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 24 e 25 de outubro. 2001. .

54
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Contratação de Treinamento no Serviço Público?- dia 22 de outubro. 2001. .

54
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Responsabilidade Fiscal? ? no dia 15 de outubro. 2001. .

54
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Terceirização e a Lei de Responsabilidade Fiscal? ? dia 05 de outubro. 2001. .

54
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aspectos relevantes da dispensa, inexigência e contratos?- nos dias 03 e 04 de outubro. 2001. .

54
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 01 e 02 de outubro. 2001. .

55
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Terceirização e a Lei de Responsabilidade Fiscal: Gestão Responsável na Terceirização?- dia 28 de setembro. 2001. .

55
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? nos dias 17 a 21 de setembro. 2001. .

55
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? ? dia 13 de setembro. 2001. .

55
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Convênios?- dia 29 de agosto. 2001. .

**55
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Responsabilidade Fiscal?- dia 28 de agosto. 2001. .

**55
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação de Treinamento? ? nos dias 20, 22 e 24 de abril. 2001. .

**55
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos?- nos dias 06 a 09 de agosto. 2001. .

**55
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Pregão?- dia 18 de julho. 2001. .

**55
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação de serviços contínuos?- dia 13 de julho. 2001. .

**55
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O ordenador de Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal?- dia 30 de junho. 2001. .

**56
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Lei de Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 25 e 26 de junho. 2001. .

**56
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Sistema de Registro de Preços' ? dia 01 de junho. 2001. .

56
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ordenador de Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal? ? dia 30 de maio. 2001. .

56
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ordenador de Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal? ? dia 28 de maio. 2001. .

56
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. O Ordenador de Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal? - dia 25 de maio. 2001. .

56
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O ordenador de despesa e a LRF? - dia 21 de maio. 2001. .

56
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos para empresa pública e Sociedade de Economia Mista?- nos dias 07 e 08 de maio. 2001. .

56
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Impactos da Lei de Responsabilidade Fiscal nas atividades de licitações?- nos dias 23, 25 e 26 de abril. 2001. .

56
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação de Serviços e a Lei de Responsabilidade Fiscal? - dia 20 abril. 2001. .

56
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação de Serviços e a Lei de Responsabilidade Fiscal? ? dia 18 abril. 2001. .

57
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 09 e 10 de abril. 2001. .

57
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Ordenador de Despesa e a Lei de Responsabilidade Fiscal? - dia 06 de abril. 2001. .

57
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 02 e 03 de abril. 2001. .

57
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Licitações e Contratos para Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista?- nos dias 26 e 27 de março. 2001. .

57
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos para Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista?- nos dias 19 e 20 de março. 2001. .

57
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A contratação de Treinamento no Serviço Público? ? dia 16 de março. 2001. .

57
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Responsabilidade Fiscal na prática? ? nos dias 12 e 13 de março. 2001. .

**57
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Responsabilidade Fiscal na prática? ? nos dias 05 e 06 de março. 2001. .

**57
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Lei de Responsabilidade Fiscal? ? dia 20 de fevereiro. 2001. .

**57
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Responsabilidade Fiscal?- dia 19 de fevereiro. 2001. .

**58
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei de Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 18 e 19 de dezembro. 2000. .

**58
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 11 e 12 de dezembro. 2000. .

**58
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 04 a 06 de dezembro. 2000. .

**58
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Licitações e Contratos - Incluindo as alterações constantes na LC 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal? ? nos dias 27 e 28 de novembro. 2000. .

58
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'As Licitações e a Lei de Responsabilidade Fiscal?- no dia 20 de novembro. 2000. .

58
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Licitações e Contratos - Incluindo as alterações constantes na LC 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal?- nos dias 13 e 14 de novembro. 2000. .

58
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Treinamento em Administração e Controle de Bens Públicos?- nos dias 07 e 08 de novembro. 2000. .

58
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? ? nos dias 30 e 31 de outubro. 2000. .

58
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Responsabilidade Fiscal? - dia 24 de outubro. 2000. .

58
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Licitações e Contratos Administrativos?- nos dias 19 e 20 de outubro. 2000. .

59
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Licitações e Contratos Administrativos?- nos dias 09 e 10 de outubro. 2000. .

59
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratos Administrativos? ? nos dias 28 e 29 de setembro e 05 e 06 de outubro. 2000. .

59
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 18 e 19 de setembro. 2000. .

59
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços?- nos dias 12 e 13 de setembro. 2000. .

59
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Noções Gerais de Licitação e Pregão?- nos dias 10 e 11 de setembro. 2000. .

59
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - dia 31 de agosto. 2000. .

59
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - dia 25 de agosto. 2000. .

59
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Contratação Direta sem Licitação? - dia 08 de agosto. 2000. .

59
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - dia 01 de agosto. 2000. .

59
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Lei de Responsabilidade Fiscal? - dia 21 de julho. 2000. .

60
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 19 e 20 de junho. 2000. .

60
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Responsabilidade Fiscal? - dia 16 de junho. 2000. .

60
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos?- nos dias 05 a 09 de junho. 2000. .

60
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Enfrentar as Fraudes em Licitações? - dia 07 de junho. 2000. .

60
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? ? nos dias 05 a 09 de junho. 2000. .

60
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Fraudes em Licitações?- nos dias 01 e 02 de junho. 2000. .

60
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e contratos Administrativos? ? nos dias 29 e 30 de maio. 2000. .

60
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como operacionalizar precatórios? - dia 24 de maio. 2000. .

**60
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Licitações e Contratos Administrativos?- nos dias 15 e 16 de maio. 2000. .

**60
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O controle de precatórios pelos Tribunais de Contas? - dia 11 de maio. 2000. .

**61
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 04 a 09 de maio. 2000. .

**61
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitação com Qualidade? ? nos dias 25 e 26 de abril. 2000. .

**61
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Licitações e Contratos Administrativos? ? nos dias 17 e 18 de abril. 2000. .

**61
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Sistema de Registro de Preços' - dia 30 de março. 2000. .

**61
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Análise de Licitações e Noções de Auditoria de Licitações e Contratos? ? nos dias 25 de março a 07 de abril. 2000. .

61
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Autotutela da Administração Pública? ? nos dias 15 a 17 de março. 2000. .

61
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? ? nos dias 21 e 22 de fevereiro. 2000. .

61
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?As consultoria Jurídicas em ano Eleitoral? no dia 28 de janeiro. 2000. .

61
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial?- nos dias 24 e 25 de janeiro. 2000. .

61
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A improbidade administrativa e os crimes contra a Administração Pública?- nos dias 20 e 21 de janeiro. 2000. .

62
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos?- nos dias 20 a 22 de dezembro. 1999. .

62
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos?- nos dias 14 e 15 de dezembro. 1999. .

62
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial?- nos dias 09 e 10 de dezembro. 1999. .

62
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Concessões e Permissões no Serviço Público? - nos dias 07 e 08 de dezembro. 1999. .

62
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 01 de dezembro. 1999. .

62
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como reduzir a despesa de pessoal sem gerar desemprego? nos dias 04 e 05 de novembro. 1999. .

62
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? ? dia 28 de outubro. 1999. .

62
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 20 de outubro. 1999. .

62
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 18 e 19 de outubro. 1999. .

62
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 20 e 21 de setembro. 1999. .

**63
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 16 e 17 de setembro. 1999. .

**63
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 13 e 14 de setembro. 1999. .

**63
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O Processo Administrativo Disciplinar como elemento de controle da Administração Pública? - nos dias 30 e 31 de agosto. 1999. .

**63
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 18 de agosto. 1999. .

**63
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 02 e 03 de agosto. 1999. .

**63
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Compras pelo Sistema de Registro de Preços? - nos dias 13 e 14 de julho. 1999. .

**63
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como implantar e manter o Sistema de Registro de Preços? - nos dias 05 e 06 de julho. 1999. .

**63
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 23 de junho. 1999. .

63
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Registro de Preços? - nos dias 12 e 13 de abril. 1999. .

63
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Dispensa e Inexigibilidade de Licitação? ? dia 25 de março. 1999. .

64
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Análise de Licitações? no período de 05 a 15 de março. 1999. .

64
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Os Sistemas de Controle nas Despesas Públicas? - nos dias 03 a 05 de fevereiro. 1999. .

64
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos? - nos dias 05 e 06 de janeiro. 1999. .

64
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Exames de Editais de Licitação?- nos dias 26 a 27 de outubro. 1998. .

64
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação e Terceirização na Área de RH?- nos dias 09 a 11 de setembro. 1998. .

64
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 24 e 25 de agosto. 1998. .

64
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial e Contratação Direta sem Licitação? ? dia 06 de agosto. 1998. .

64
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação e Terceirização na Área de RH? - nos dias 29 e 30 de junho. 1998. .

64
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Especialização de controle da Administração Pública - pós-graduação? - junho. 1998. .

64
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitação e Terceirização no Serviço Público: Uma abordagem do Controle Interno? - nos dias 03 a 05 de Junho. 1998. .

65
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação e Terceirização na Área de RH? - nos dias 11 e 12 de maio. 1998. .

65
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 08 de maio. 1998. .

65
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 27 a 30 de abril. 1998. .

65
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 02 e 03 de abril. 1998. .

65
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? ? dia 01 de abril. 1998. .

65
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A regulamentação normativa do Sistema de Registro de Preços na Administração Pública Federal, Estadual e Municipal? ? dia 18 de março. 1998. .

65
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 16 e 17 de março. 1998. .

65
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Auditoria em Processo Licitatório? - nos dias 09 a 10 de março. 1998. .

65
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Exame dos Editais de Licitação? - nos dias 02 a 05 de março. 1998. .

65
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Processo licitatório simplificado? ? dia 10 de fevereiro. 1998. .

66
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 27 e 28 de novembro. 1997. .

66
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 08 e 09 de dezembro. 1997. .

66
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? ? dia 21 de novembro. 1997. .

66
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Exame de Editais de Licitação? - nos dias 03 e 04 de novembro. 1997. .

66
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 30 e 31 outubro. 1997. .

66
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Tomada de Contas Especial ? no dia 21 de outubro. 1997. .

66
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 20 de outubro. 1997. .

66
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como examinar defesas e recursos no Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 16 e 17 de outubro. 1997. .

66
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? ? dia 15 de outubro. 1997. .

66
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 13 e 14 de outubro. 1997. .

67
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 08 e 09 de outubro. 1997. .

67
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 06 e 07 de outubro. 1997. .

67
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratos Administrativos? ? dia 30 de setembro e 01 de outubro. 1997. .

67
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Interrogatório de Prova Testemunhal? ? dia 25 de setembro. 1997. .

67
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Dispensa e Inexigibilidade em Licitação? ? dia 22 de setembro. 1997. .

67
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Legislação Aplicada à Licitações e Contratos? de 15 a 23 de setembro. 1997. .

67
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Execução Fiscal e a Fazenda Pública? - nos dias 17 a 19 de setembro. 1997. .

67
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Legislação Aplicada a Licitações e Contratos? - nos dias 18 a 22 de agosto. 1997. .

67
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Avaliação das Licitações e Contratos no Brasil? - nos dias 13 a 15 de agosto. 1997. .

67
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Perícia e Liquidação em Sentenças Judiciais? - nos dias 07 e 08 de agosto. 1997. .

68
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 04 e 05 de agosto. 1997. .

68
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Terceirização no Serviço Público? - nos dias 31 de julho e 01 de agosto. 1997. .

68
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como produzir a prova? - nos dias 28 e 29 de julho. 1997. .

68
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 07 a 09 de julho. 1997. .

68
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 25 e 26 de junho. 1997. .

68
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 23 e 24 de junho. 1997. .

68
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? ? dia 20 de junho. 1997. .

68
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Análise de Licitações? ? dia 18 de junho. 1997. .

68
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Financiamentos Internacionais para Projetos em Estados e Municípios? ? dia 10 de junho. 1997. .

68
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação?- nos dias 22 e 23 de maio. 1997. .

69
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como contratar diretamente sem licitação? - nos dias 14 e 15 de maio. 1997. .

69
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? - nos dias 09 a 11 de abril. 1997. .

69
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 24 e 25 de março. 1997. .

69
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 20 e 21 de março. 1997. .

69
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 10 e 11 de março. 1997. .

69
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços? - nos dias 05 a 06 de março. 1997. .

69
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como Evitar Nulidade na Sindicância e no Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 30 a 31 de janeiro. 1997. .

69
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Treinamento sobre Tomada de Contas Especial? ? dia 24 de janeiro. 1997. .

69
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos Administrativos?- nos dias 16 a 18 de dezembro. 1996. .

69
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial?, - dia 06 de dezembro. 1996. .

**70
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 22 a 24 de novembro. 1996. .

**70
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Legislação Aplicada a Licitações e Contratos? - nos dias 18 a 22 de novembro. 1996. .

**70
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Formação e Reciclagem em Matéria Disciplinar? - nos dias 08 a 10 de novembro. 1996. .

**70
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contração Direta sem Licitação? ? dia 01 de novembro. 1996. .

**70
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 30 a 31 de outubro. 1996. .

**70
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Impugnações e Recursos nas Licitações? - nos dias 23 a 25 de outubro. 1996. .

**70
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Direito Administrativo? - nos dias 29 de julho a 04 de outubro. 1996. .

**70
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tópicos Avançados em Licitações e Contratos? e ?Análise de Licitações e

Contratos? nos dias 17 a 22 de outubro. 1996. .

**70
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Análise de Convênios e Contratos? e ?Legislação Aplicada a Licitações e Contratos? para as turmas 7 e 8 do curso de Aperfeiçoamento em Controle Externo do TCU entre os dias 23 de setembro a 04 de outubro. 1996. .

**70
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Treinamento Especial sobre Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 19 e 20 de setembro. 1996. .

**71
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? - nos dias 16 e 17 de setembro. 1996. .

**71
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aperfeiçoamento em Licitações e Contratos? - nos dias 02 e 03 de setembro. 1996. .

**71
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços - Comprando com eficiência? - nos dias 29 e 30 de agosto. 1996. .

**71
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Defesas e Recursos em Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 21 a 23 de agosto. 1996. .

**71
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 14 e 15 de agosto. 1996. .

**71
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Programa de Aperfeiçoamento em Atividades Administrativas - Legislação Aplicada à Licitações e Contratos ? nos dias 05 a 13 de agosto. 1996. .

**71
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitação para Pequena Empresa? - nos dias 02 e 03 de agosto. 1996. .

**71
7.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços - Como comprar com eficiência? ? dia 31 de julho. 1996. .

**71
8.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Auditoria nas Licitações? - nos dias 03 a 05 de julho. 1996. .

**71
9.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial? - nos dias 24 a 26 de junho. 1996. .

**72
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? - nos dias 17 a 21 de junho. 1996. .

**72
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Terceirização no Serviço Público? ? dia 12 de junho. 1996. .

**72
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Admissão de Pessoal no Serviço Público? - nos dias 29 a 31 de maio. 1996. .

72
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? - nos dias 20 a 31 de maio. 1996. .

72
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Prova de Processo Administrativo? - nos dias 24 a 26 de abril. 1996. .

72
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sistema de Registro de Preços e Dispensa e Inexigibilidade de Licitações? - no dia 18 de abril. 1996. .

72
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada e Prestação de Contas Anual, Convênios e Subvenções? - nos dias 16 e 17 de abril. 1996. .

72
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Análise de Licitações? para o Programa de Formação para Analistas de Finanças e Controle Externo do TCU ? nos dias 15 a 29 de abril. 1996. .

72
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Auditoria em Processo de Licitações e Contratos? - nos dias 08 a 11 de abril. 1996. .

72
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Como elaborar editais e convites? - nos dias 20 a 22 de março. 1996. .

**73
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Quando e como usar a mão de obra terceirizada no serviço público? no 57º Ciclo de Treinamento - nos dias 13 a 15 de março. 1996. .

**73
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aperfeiçoamento na Prova de Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? - nos dias 06 a 08 de março. 1996. .

**73
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Terceirização de mão de obra no serviço público? - nos dias 07 a 09 de fevereiro. 1996. .

**73
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aposentadoria, no serviço público, Tomada de Contas Especial, Auditoria na área de Licitações e Auditoria em Contratos? no 54º Ciclo de Treinamento - 11 a 15 de dezembro. 1995. .

**73
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? - nos dias 27 de novembro a 01 de dezembro. 1995. .

**73
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Formação e Reciclagem em Matéria Disciplinar? ? dia 24 de novembro. 1995. .

**73
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Análise de Licitações?de 16 a 20 de novembro. 1995. .

73
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Análise de Licitações? de 11 a 16 de novembro. 1995. .

73
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Análise de Contratos? - nos dias 21 a 28 de outubro. 1995. .

73
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Análise de Licitações?de 10 a 20 de outubro. 1995. .

74
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Ciclo de Treinamento em Controle de Despesas sob a ótica do Tribunal de Contas da União ? entre os dias 09 a 11 de outubro. 1995. .

74
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Análise de Contratos? da Disciplina Legislação Aplicada ao Controle Externo? - nos dias 02 a 06 de outubro. 1995. .

74
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Fase de Habilitação na Licitação? ? dia 26 de setembro. 1995. .

74
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Aperfeiçoamento em Controle Externo - Legislação Aplicada a Licitações e Contratos ? de 18 a 25 de setembro. 1995. .

74
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? - nos dias 05 a 15 de setembro. 1995. .

74
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A Terceirização no Serviço Público? ? no dia 09 de setembro. 1995. .

74
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Análise de Licitações?, para o Programa de Formação para Analistas de Finanças e Controle Externo do TCU, de 28 de agosto a 04 de setembro. 1995. .

74
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?A questão disciplinar na administração pública? - nos dias 23 a 25 de agosto. 1995. .

74
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? - nos dias 14 a 18 de agosto. 1995. .

74
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?O ordenador da despesa e a tomada de contas especial? - nos dias 09 a 11 de agosto. 1995. .

75
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos?- nos dias 26 de junho a 05 de julho. 1995. .

75
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratação Direta sem Licitação? - nos dias 21 a 23 de junho. 1995. .

75
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e dos Contratos Administrativos? ? dia 12 de junho. 1995. .

75
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aperfeiçoamento em Prova na Sindicância e no Processo Administrativo Disciplinar? nos dias 07 a 09 de junho. 1995. .

75
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Revisão e Alteração dos Contratos?- nos dias 31 de maio a 02 de junho. 1995. .

75
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Aperfeiçoamento em Controle Interno? no 54º Ciclo de Treinamento, nos dias 24 a 26 de maio. 1995. .

75
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. curso sobre ? Licitações e Contratos? no III Curso de Atualização em Direito Administrativo e Constitucional ? no dia 16 de maio. 1995. .

75
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos e Revisão de Contratos Administrativos? - nos dias 09 e 10 de maio. 1995. .

75
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Revisão de Contratos Administrativos?- nos dias 04 e 05 de maio. 1995. .

75
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? ? dia 28 de março. 1995. .

**76
0.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar?os dias 08 a 10 de março. 1995. .

**76
1.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Treinamento no Controle das Despesas e da Execução dos Contratos? nos dias 15 a 17 de fevereiro. 1995. .

**76
2.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar? ? de 14 a 15 de dezembro. 1994. .

**76
3.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? no 37º Ciclo de Treinamento em Análise de Licitações e Contratos, no dia 05 a 09 de dezembro. 1994. .

**76
4.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Sindicância e Processo Administrativo Disciplinar?- nos dias 22 a 23 de novembro. 1994. .

**76
5.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Análise de Licitações e Contratos? ? nos dias 12 a 27 de outubro. 1994. .

**76
6.**

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos? ? nos dias 10 a 14 de outubro. 1994. .

76
7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações na Administração Pública? ? entre os dias 22 a 26 de agosto. 1994. .

76
8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Contratos Administrativos?nos dias 11 a 15 de julho. 1994. .

76
9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Análise de Licitações e Contratos? de 13 a 30 de junho. 1994. .

77
0.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Licitações e Contratos?no dia 17 de maio. 1994. .

77
1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Tomada de Contas Especial?no dia 18 de maio. 1994. .

77
2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Controle da Administração Pública?no dia 30 de abril. 1994. .

77
3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Revisão e Alteração dos Contratos?- nos dias 18 a 20 de abril. 1994. .

77
4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Análise de Licitações e Contratos?- nos dias 12 e 13 de abril. 1994. .

77
5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Análise de Licitações e Contratos? ? nos dias 27 de setembro a 06 de outubro. 1993.

77
6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. ?Análise de Licitações e Contratos? ? nos dias 22 a 26 de novembro. 1993. .

Bancas

Participação em bancas de comissões julgadoras

Avaliação de cursos

1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses; Antônio Humberto Machado de Sousa. As vantagens de um projeto básico nas compras da Administração Pública Brasileira: Como otimizar a aplicação de recursos públicos. (Núcleo de Pesquisa e Produção Científica, Graduação do Curso de Direito, no 1º semestre). 2004. UDF Centro Universitário.

2.

AGUIAR, A. A.; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** Distração Social ? Função Estatal e Delegação de Atividades/Funções (Núcleo de Pesquisa e Produção Científica, compôs a banca examinadora dos alunos de Graduação do Curso de Direito, no 2º semestre). 2004. UDF Centro Universitário.

3.

BEIER, W. J. G.; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses.** O Princípio da Impessoalidade nas Contratações Públicas (Núcleo de Pesquisa e Produção Científica, compôs a banca examinadora dos alunos de Graduação do Curso de Direito, no 2º semestre). 2004. UDF Centro Universitário.

4.

CONCEICAO, C. G. S.; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Terceirização na Administração Pública (Núcleo de Pesquisa e Produção Científica, compôs a banca examinadora dos alunos de Graduação do Curso de Direito, no 1º semestre). 2001. UDF Centro Universitário.

5.

SOARES, D. P.; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. O Processo Administrativo no âmbito do Sistema de Concorrência (Núcleo de Pesquisa e Produção Científica, compôs a banca examinadora dos alunos de Graduação do Curso de Direito, no 1º semestre). 2001. UDF Centro Universitário.

6.

LIMA, M. V. N.; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Processo Administrativo Fiscal e as Inovações da Lei nº 9.784/1999 (Núcleo de Pesquisa e Produção Científica, compôs a banca examinadora dos alunos de Graduação do Curso de Direito, no 1º semestre). 2001. UDF Centro Universitário.

7.

MIRANDA, T. A.; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. Despesas com Pessoal na Administração Pública (úcleo de Pesquisa e Produção Científica, compôs a banca examinadora dos alunos de Graduação do Curso de Direito, no 1º semestre). 2001. UDF Centro Universitário.

8.

PEREIRA, R. R.; **JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses**. A Análise Custo-Efetividade na Gestão Econômica do Meio Ambiente (NEPAMA - Núcleo de Estudos e de Políticas de Desenvolvimento Agrícola e de Meio Ambiente ? Departamento de Economia, compôs a banca examinadora de defesa de dissertação de Mestrado Profissional, por designação do Professor Doutor Jorge Madeira Nogueira, Coordenador de Pesquisa Ensino e Extensão de NEPAMA, em 25 de fevereiro). 2000. Universidade de Brasília.

Educação e Popularização de C & T

Artigos

Artigos completos publicados em periódicos

1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses; REIS, L. . Planejamento regula normas relativas a convênios e instrumentos de repasse. Governet. Boletim de Transferências Voluntárias (Cessou em 2008. Cont. ISSN 1984-588X Governet. Boletim de Convênios e Parcerias), v. Ano 13, p. 221-222, 2017.

2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Locação sob demanda - construção de um instituto com o auxílio dos Tribunais de Contas. Revista Zênite de Licitações e Contratos-ILC, v. Ano XXIV, p. 137, 2017.

3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Recebimento de horas extras por servidor ocupante de cargo em comissão ou função de confiança. Revista Síntese Licitações, Contratos e Convênios, v. n, p. 117, 2017.

Apresentações de Trabalho

1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Apuração sumária de atos de licitação e contratos tipificados na Lei Anticorrupção nº 12.846/13' no dia 12 de novembro. 2015. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Corrupção e os desafios para o controle de preços das contratações públicas' no dia 06 de dezembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Os servidores do Tribunal de Contas e sua nobre missão constitucional' no dia 05 de dezembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Políticas Públicas em Período de Crise' no dia 1º de dezembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Novas formas de contratação de edificações de prédios públicos: o uso da parceria público-privada, a locação de ativos e a locação sob medida' no dia 17 de novembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Ações do Pregoeiro: Negociação X valores abaixo do preço estimado' no dia 28 de outubro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Congresso).

7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Controle de preços nas contratações públicas' no dia 20 de outubro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Responsabilidade pela contratação direta de cursos e treinamentos: desmistificação a inexigibilidade de licitação' no dia 10 de outubro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Fiscalização de Contratos Administrativos' no dia 29 de setembro. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

10.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Licitações Sustentáveis' no dia 16 de junho. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

11.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Consolidação das Leis de Licitação e Contratos' no dia 19 de maio. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

12.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Limites Normativos da Lei nº 8.666/1993' no dia 29 de abril. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

13.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'O mau uso do sistema de registro de preços e a perda da eficácia para a Administração' no dia 16 de março. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

14.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Direito de Defesa do Servidor Público e do Advogado Público' no dia 07 de março. 2016. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

15.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Alinhamento conceitual sobre parcerias públicos - privadas e sua importância para o Setor Público' no dia 05 de abril. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

16.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Código de Conduta do Pregoeiro: 10 diretrizes para uma atuação moral, legal e segura' no dia 22 de março. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

Cursos de curta duração ministrados

1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Tomada de Contas Especial' no dia 18 de abril. 2017. .

2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Contratação Direta de Artistas e Consagração Pública' no dia 31 de março. 2017. .

3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'O processo licitatório e o planejamento da licitação' nos dias 17 e 18 de março. 2017. .

4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Os principais aspectos do Controle Externo no Brasil' nos dias 10 e 11 de novembro. 2016. .

5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Responsabilidades dos Agentes Públicos' nos dias 03 e 04 de novembro. 2016. .

6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Lei das Estatais' nos dias 20 e 21 de setembro. 2016. .

7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Fase interna das licitações públicas: projeto básico/termo de referencia, composição de preços e elaboração de edital' nos dias 14 e 15 de julho. 2016. .

8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. 'Programa de Regulamentação das Contratações Afetas às Atividades Comerciais' no dia 06 de maio. 2016. .

Entrevistas, mesas redondas, programas e comentários na mídia

1.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Orçamento Impositivo. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

2.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Com a palavra: Especialista destaca riscos e vantagens da ampliação do RDC. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

3.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Conexão STJ: Entrevista sobre Lei Anticorrupção. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

4.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Revista Brasil: Lei Anticorrupção. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

5.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Com a palavra: Lei Anticorrupção. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

6.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Lei Anticorrupção. 2014. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

7.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Entrevista com Professor Jacoby Fernandes. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

8.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. A Lei nº 8.666/90 e suas peculiaridades.. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

9.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Reformulação da Lei nº 8.666/90. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

10.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Reformulação de Lei nº 8.666. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

11.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Poder Público pode descomplicar licitações e reduzir custos. 2013. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

12.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Entrevista com o Professor Jorge Jacoby. 2013. (Programa de rádio ou

TV/Entrevista).

13.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Projeto do Deputado Federal Sebastião Bala Rocha (PDT/AP) que estende a aplicação do RDC à saúde. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

14.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Vantagens e desvantagens da aplicabilidade do Regime Diferenciado de Contratações - RDC às obras do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista). 📺

15.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Pregão presencial. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

16.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Entrevista com o Professor Jacoby Fernandes. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

17.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Manhã no Parlamento: Práticas ultrapassadas da Lei de Licitações. 2012. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

18.

JACOBY FERNANDES, Jorge Ulisses. Programa Fórum: Três anos da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. 2009. (Programa de rádio ou TV/Entrevista).

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 29/01/2025 às 10:08:47

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.
[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)



Lindineide Oliveira Cardoso

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/6373171521453820>

Última atualização do currículo em 03/03/2022

Resumo informado pelo autor

Especialista em Licitações e Contratos pelo Centro de Estudos Renato Saraiva - CERS. Especialista em Direito Processual Civil, com Formação para o Magistério Superior, na área do Direito, pela Universidade Anhanguera - UNIDERP (2011). Bacharel em Direito pela Universidade do Estado da Bahia - UNEB (2008). Larga experiência em Direito Eleitoral e Administrativo. Servidora Pública desde 1999. Servidora de carreira da Justiça Eleitoral desde 2006. Membro do Comitê de Governança das Contratações da Rede Governança Brasil - RGB. Membro do Instituto de Direito Administrativo de Alagoas - IDAA. Foi Chefe de Cartório. Foi Chefe da Seção de Gestão de Contratos - SEGEC, do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Instrutora, escritora e professora de cursos presenciais e virtuais na área de Direito Administrativo, com ênfase em Licitações e Contratos, notadamente na fase de Execução Contratual e Gestão e Fiscalização de Contratos. Criadora do Instagram @o_xdagestao onde compartilha conhecimento sobre Gestão Pública.

(Texto informado pelo autor)

Nome civil

Nome Lindineide Oliveira Cardoso

Dados pessoais

Nascimento 01/08/1973 - Aracaju/SE - Brasil

CPF 010.414.544-73

Formação acadêmica/titulação

- 2020 - 2021** Especialização em Especialização em Licitações e Contratos. Complexo Educacional Renato Saraiva, CERS, Recife, Brasil
Título: Execução contratual
- 2009 - 2011** Especialização em Pós-Graduação Latu Sensu em Direito Processual Civ. Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal, UNIDERP, Campo Grande, Brasil
Título: Abuso do direito e afronta ao princípio da boa-fé: importância de uma coibição mais ostensiva eplo Judiciário
- 2000 - 2008** Graduação em Direito. Universidade do Estado da Bahia, UNEB, Salvador, Brasil
Título: A fidelidade partidária e sua efetivação através da Resolução nº 22.610/2007. Orientador: IVANILDO ALMEIDA LIMA

Formação complementar

- 2021 - 2021** Curso de curta duração em 16º Congresso Brasileiro de Pregoeiros. (Carga horária: 26h). NEGÓCIOS PÚBLICOS EVENTOS, SOLICITA, Brasil
- 2020 - 2020** Curso de curta duração em Defesa do Usuário e Simplificação. (Carga horária: 20h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasília, Brasil
- 2020 - 2020** Curso de curta duração em CONTRATAÇÕES PÚBLICAS EM TEMPOS DE PANDEMIA. (Carga horária: 16h). GRUPO CENTRUM, GC, Brasil
- 2020 - 2020** Curso de curta duração em Formação de Conteudistas para Cursos Virtuais - Módulo 1. (Carga horária: 5h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasília, Brasil
- 2019 - 2019** Curso de curta duração em Gestão de Riscos no Setor Público (Turma JAN/2019). (Carga horária: 20h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasília, Brasil
- 2019 - 2019** Curso de curta duração em Gestão e Fiscalização de Contratos Administrativos. (Carga horária: 40h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasília, Brasil
- 2019 - 2019** Curso de curta duração em TEMAS POLEMICOS DE LICITAÇÕES E CONTRATOS. (Carga horária: 16h). :MN DESENVOLVIMENTO E TREINAMENTO PROFISSIONAL, MN, Brasil
- 2019 - 2019** Curso de curta duração em Gestão de Riscos no Setor Público (Turma JAN/2019). (Carga horária: 20h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasília, Brasil
- 2019 - 2019** Curso de curta duração em Ações Inovadoras da CGU. (Carga horária: 20h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasília, Brasil
- 2019 - 2019** Curso de curta duração em GESTÃO DE RISCO NO SETOR PÚBLICO. (Carga horária: 30h). :CONSULTRE - CONSULTORIA E TREINAMENTO LTDA, CONSULTRE, Brasil
- 2019 - 2019** Curso de curta duração em 6º CONTRATOS WEEK - SEMANA NACIONAL DE ESTUDOS AVANÇADOS EM CONTRATOS ADMIN. (Carga horária: 30h). NEGÓCIOS PÚBLICOS EVENTOS, SOLICITA, Brasil
- 2019 - 2019** Curso de curta duração em 1º CICLO DE DEBATES PÚBLICOS: LICITAÇÕES,. (Carga horária: 4h). MN Tecnologia e Treinamento Ltda., MN, Florianópolis, Brasil
- 2019 - 2019** Curso de curta duração em NIVELAMENTO DOS SERVIDORES DO PODER JUDICIÁRIO. (Carga horária: 24h). Conselho Nacional de Justiça, CNJ, Brasília, Brasil

2018 - 2018	Curso de curta duração em TREINAMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE IMÓVEIS E GERENCIAMENTOS DE CUSTOS -. (Carga horária: 8h). Tribunal Superior Eleitoral, TSE, Brasil
2018 - 2018	Curso de curta duração em WORKSHOP A GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS DE ACORDO COM AS RENTÍSSIMAS. (Carga horária: 16h). ESCOLA DE NEGOCIOS CONEXXOES , ENC_FORN, Salvador, Brasil
2018 - 2018	Curso de curta duração em CURSO PRÁTICO PLANILHA DE CUSTOS COMO INSTRUMENTO DE FISCALIZAÇÃO DE SERVIÇO. (Carga horária: 16h). INOVE SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO, INOVE, Brasil
2018 - 2018	Curso de curta duração em WORKSHOP A ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA E PROJETO BÁSICO NAS LICITAÇÃO. (Carga horária: 24h). ESCOLA DE NEGOCIOS CONEXXOES , ENC_FORN, Salvador, Brasil
2017 - 2017	Curso de curta duração em CAPACITAÇÃO, FORMAÇÃO E ATUALIZAÇÃO DE GESTORES E FISCAIS DE CONTRATOS. (Carga horária: 20h). 26 INOVE SOLUCOES LTDA - ME , 26 INOVE, Belo Horizonte, Brasil
2016 - 2017	Curso de curta duração em CURSO DE ATUALIZAÇÃO SOBRE O NOVO CPC. (Carga horária: 60h). INSTITUTO DE DIREITO CONTEMPORÂNEO, IDC, Brasil
2017 - 2017	Curso de curta duração em CURSO PLANILHA DE CUSTOS E FORMAÇÃO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS. (Carga horária: 16h). :CONNECT ON MARKETING DE EVENTOS LTDA ME, CONNECT, Brasil
2017 - 2017	Curso de curta duração em SEMINÁRIO NACIONAL COMO FISCALIZAR DE FORMA EFICIENTE OS CONTRATOS DE TERCE. (Carga horária: 24h). ZENITE - INFORMAÇÃO E CONS. EM ADM. PUBL, ZICAP_FORN, Curitiba, Brasil
2017 - 2017	Curso de curta duração em TREINAMENTO DO SISTEMA DE REGISTRO DE IMÓVEIS E GERENCIAMENTOS DE CUSTOS -. (Carga horária: 8h). Tribunal Superior Eleitoral, TSE, Brasil
2017 - 2017	Curso de curta duração em Sistema Eletrônico de Informações - SEII USAR. (Carga horária: 20h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasília, Brasil
2017 - 2017	Curso de curta duração em Resolução de Conflitos Aplicada ao Contexto das Ouvidorias. (Carga horária: 20h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasília, Brasil
2017 - 2017	Curso de curta duração em Logística de Suprimentos - Lei nº 8.666/93, Pregão e Registro de Preços (L. (Carga horária: 30h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasília, Brasil
2016 - 2016	Curso de curta duração em GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS ADMINISTRATIVOS. (Carga horária: 20h). ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO FAZENDÁRIA - ESAF, EAFE_FORN, Brasília, Brasil
2014 - 2015	Curso de curta duração em SISTEMA DE INFORMAÇÃO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA. (Carga horária: 60h). Senado Federal, SENADO, Brasília, Brasil
2015 - 2015	DOCÊNCIA ONLINE. . (Carga horária: 30h). CEAJUD, CAJUD, Brasil
2014 - 2014	Curso de curta duração em GESTÃO DOCUMENTAL NO PODER JUDICIÁRIO. (Carga horária: 20h). CEAJUD, CAJUD, Brasil
2014 - 2014	Curso de curta duração em ORÇAMENTO PÚBLICO. (Carga horária: 30h). CEAJUD, CAJUD, Brasil
2014 - 2014	Curso de curta duração em REDAÇÃO JURÍDICA - ÊNFASE NA ELABORAÇÃO DE PARECERES. (Carga horária: 16h). TREINE, TREINE, Brasil
2014 - 2014	Curso de curta duração em ORÇAMENTO PÚBLICO - CONCEITOS BÁSICOS. (Carga horária: 30h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasília, Brasil
2014 - 2014	Curso de curta duração em Prestação de Contas- Eleições 2014. (Carga horária: 12h). Tribunal Superior Eleitoral, TSE, Brasil
2014 - 2014	Curso de curta duração em DIREITO ADMINISTRATIVO PARA GERENTES DO SETOR PÚBLICO. (Carga horária: 35h). Instituto Legislativo Brasileiro, ILB, Brasil
2014 - 2014	Curso de curta duração em CONHECENDO O PODER JUDICIÁRIO E O PAPEL DO CNJ. (Carga horária: 20h). Conselho Nacional de Justiça, CNJ, Brasília, Brasil
2014 - 2014	Curso de curta duração em Direito Eleitoral. (Carga horária: 40h). Portal da Educação, PORTAL EDUCAÇÃO, Brasil
2013 - 2013	Curso de curta duração em ORÇAMENTO PÚBLICO - CONCEITOS BÁSICOS. (Carga horária: 30h). Escola Nacional de Administração Pública, ENAP, Brasília, Brasil
2009 - 2009	Curso de curta duração em SISTEMA DE FILIAÇÃO PARTIDÁRIA. (Carga horária: 20h). Tribunal Regional Eleitoral da Bahia, TRE-BA, Brasil

Atuação profissional

1. TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE ALAGOAS - TRE-AL

Vínculo institucional

2013 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Classe/Padrão C11 , Carga horária: 35, Regime: Parcial
Outras informações:
Servidora do TRE-BA cedida ao TRE-AL.

2. Tribunal Regional Eleitoral da Bahia - TRE-BA

Vínculo institucional

2006 - Atual Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Classe/Padrão C11 , Carga horária: 35, Regime: Parcial
Outras informações:
Servidor efetivo concursado.

3. Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba - DF - CODEVASF/DF

03/03/2022 21:15

Currículo Lattes

**Vínculo
institucional**

2001 - 2006 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: B -5 , Carga horária: 40, Regime: Integral
Outras informações:
Atuou como Técnico em Desenvolvimento Regional na 7ª SR em Teresina/PI.

4. Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE

**Vínculo
institucional**

2000 - 2001 Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Contrato provisorio , Carga horária: 40, Regime: Integral
Outras informações:
Atuou como Agente de Pesquisa na Agência IBGE de São Miguel dos Campos - AL.

Produção

Produção bibliográfica**Livros publicados**

1. **CARDOSO, L. O.;** PEREIRA, C. C. M.
Novo direito das licitações e contratos administrativos. Minas Gerais: Juruá, 2021, v.1. p.516.

Produção técnica**Trabalhos técnicos**

1. **CARDOSO, L. O.;** DORIA, A. S.;; LEITAO, G. M. Q.
E-book Gestão e Fiscalização de Contratos, 2021
2. **CARDOSO, L. O.;** MANASFI, J.
Quando a timidez cede lugar à expressão – uma análise sobre o papel da gestão e fiscalização de contratos à luz do PL 4.253/2020, 2021

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 03/03/2022 às 21:23:46.



Michelle Marry Marques da Silva

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1347920140868498>

ID Lattes: **1347920140868498**

Última atualização do currículo em 26/09/2024

Advogada da União desde 2007. Atualmente é Coordenadora-Geral de Orientação e Diretora Substitua no Departamento de Coordenação e Orientação de Órgãos Jurídicos - DECOR da Consultoria-Geral da União/AGU. Foi Coordenadora-Geral de Assuntos Extrajudiciais e Diretora substituta no Departamento de Assuntos Extrajudiciais da Consultoria-Geral da União/AGU. Foi Coordenadora-Geral de Análise Jurídica de Licitação e Contratos na Consultoria Jurídica do Ministério da Justiça e Segurança Pública e substituta do Consultor Jurídico Adjunto. Mestre em Direito Constitucional pelo IDP. Pós-graduada em direito público pela Universidade de Brasília, pelo Instituto Brasiliense de Direito Público IDP e pela Faculdade Projeção. Coautora do livro RDC Regime Diferenciado de Contratações, do Livro Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 14133/21 Comentada por Advogados Públicos, do livro Governança e Compliance no Setor Público, do livro Compras Públicas Centralizadas no Brasil, do Manual Prático de Contratações Públicas: Redigido por Advogados Públicos, do Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Aspectos relevantes da Lei n 14.133/21 e autora do e-book As parcerias entre os setores público e privado como mecanismo de implementação de políticas públicas. Autora de diversos artigos relacionados ao tema. Professora de cursos e pós-graduações e Palestrante. É membra do Instituto de Direito Administrativo do Distrito Federal - IDADF e do Instituto Nacional da Contratação Pública-INCP e diretora da revista. É Coordenadora da Câmara Nacional de Licitação e Contratos Administrativos da Consultoria-Geral da União - CGU/AGU e membra da Câmara Nacional de Convênios e Instrumentos Congêneres da CGU/AGU. Estudou Fundamentos do Direito Americano na Thomas Jefferson School of Law 2011 (EUA - 2011) Estudou Sobre Mecanismos de Controle e Combate à Corrupção na Contratação Pública (Portugal - 2012). É certificada pela FGV em Negociação Avançada e em Termo de Ajustamento de Conduta. É certificada pelo Banco Mundial em Treinamento Sobre o Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de Projetos de Investimento. **(Texto informado pelo autor)**

Identificação

Nome

Michelle Marry Marques da Silva 

Nome em citações bibliográficas

SILVA, M. M. M.

Lattes iD



<http://lattes.cnpq.br/1347920140868498>

País de Nacionalidade

Brasil

Endereço

**Endereço
Profissional**

Advocacia-Geral da União.
 Quadra SAUS Quadra 3
 Asa Sul
 70070030 - Brasília, DF - Brasil
 Telefone: (61) 30260521

Formação acadêmica/titulação

2014 - 2016

Mestrado em Constituição e Sociedade.
 INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO,
 DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP,
 Brasil.
 Título: As parcerias entre o setor público e
 as entidades privadas sem fins lucrativos
 como meio para a viabilização de políticas
 públicas ? Marco Regulatório das
 Organizações da Sociedade Civil - MROSC,
 Ano de Obtenção: 2017.
 Orientador: 🇧🇷 Roberto Freitas Filho.
 Grande área: Ciências Sociais Aplicadas

2012 - 2014

Especialização em Especialização em
 Direito Público. (Carga Horária: 420h).
 Universidade de Brasília, UnB, Brasil.
 Título: O contrato de gestão como meio
 de realização de parcerias entre o setor
 público e as entidades privadas sem fins
 lucrativos para viabilização de políticas
 públicas.
 Orientador: Alexandre Veronese.

2007 - 2007

Especialização em Pós-graduação lato
 sensu em Direito Público. (Carga Horária:
 360h).
 INSTITUTO BRASILEIRO DE ENSINO,
 DESENVOLVIMENTO E PESQUISA, IDP,
 Brasil.
 Título: A aplicação do efeito translativo ao
 recurso especial.

2006 - 2006

Especialização em Pós-graduação Lato
 Sensu. (Carga Horária: 515h).
 Faculdade Projeção - Brasília, PROJEÇÃO,
 Brasil.
 Título: A Antecipação dos Efeitos da
 Tutela Jurisdicional Contra a Fazenda
 Pública.
 Orientador: Anamaria Prates Barroso.

1998 - 2003

Graduação em Direito.
UDF Centro Universitário, UDF, Brasil.
Título: O contrato de alienação fiduciária em garantia.
Orientador: Carlos Frederico Maroja de Medeiros.

Formação Complementar

2020 - 2020

Técnicas de Negociação Avançada em Termo de Ajustamento de Condutas. (Carga horária: 40h).
Fundação Getúlio Vargas, FGV, Brasil.

2018 - 2018

Regulamento de Aquisições para Mutuários de Operações de Financiamento de P. (Carga horária: 20h).
Banco Mundial, BIRD, Brasil.

2018 - 2018

II Curso de Combate à Corrupção na Contratação Pública. (Carga horária: 40h).
Universidade Nova de Lisboa, UNL, Portugal.

2011 - 2011

Fundamentals of US Law.
Thomas Jefferson School of Law, TJSL, Estados Unidos.

Atuação Profissional

Advocacia-Geral da União, AGU, Brasil.

Vínculo institucional**2007 - Atual**

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento Funcional: Advogada da União, Carga horária: 40

Superior Tribunal de Justiça, STJ, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2007

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Analista Judiciária

Presidência da República, PR, Brasil.

Vínculo institucional

2013 - 2014

Vínculo: Cargo em Comissão,
Enquadramento Funcional: assessor

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, PLANEJAMENTO, Brasil.

Vínculo institucional

2014 - 2015

Vínculo: cargo em comissão,
Enquadramento Funcional: Coordenadora-
Geral Jurídica de Suporte à Cent

Ministério da Cultura, MinC, Brasil.

Vínculo institucional

2015 - 2016

Vínculo: Cargo em Comissão,
Enquadramento Funcional: Coordenadora-
Geral de Assuntos Administrativo

Ministério da Educação, MEC, Brasil.

Vínculo institucional

2016 - 2021

Vínculo: Cargo em Comissão,
Enquadramento Funcional: Coordenadora-
Geral de Licitação, contratos e

Ministério da Justiça e Segurança Pública, MJSP, Brasil.

Vínculo institucional

2020 - Atual

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Cargo em comissão, Carga
horária: 40

Outras informações

Coordenadora-Geral de Análise Jurídica de
Licitações e Contratos

Vínculo institucional

2020 - 2021

Vínculo: Servidor Público, Enquadramento
Funcional: Cargo em comissão, Carga
horária: 40

Outras informações

Coordenadora de Convênios, Estudos e
Atuação Proativa.

Áreas de atuação

1.

Grande área: Ciências Sociais Aplicadas /
Área: Direito / Subárea: Direito Público.

Idiomas

Inglês

Compreende Razoavelmente, Fala
Razoavelmente, Lê Razoavelmente,
Escreve Razoavelmente.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1.

SILVA, M. M. M.. A contribuição do Federalismo Vertical para
a Criação do Judicial Review pelos Estados Unidos. Publicações

Livros publicados/organizados ou edições

1.

SILVA, M. M. M.. Compras Públicas Centralizadas no Brasil. 1. ed. Minas Gerais: Forúm, 2023. v. 1. 476p .

2.

SILVA, M. M. M.. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. Aspectos Relevantes da Lei 14.133/21. 1. ed. São Paulo: Quartier Latin, 2023. v. 1. 1186p .

3.

SILVA, M. M. M.. Manual Prático de Contratações Públicas: Redigido por Advogados Públicos. 1. ed. Londrina: Thoth, 2023. v. 1. 949p .

4.

SILVA, M. M. M.. Governança e Compliance no Setor Público. 1. ed. Londrina: Thoth, 2022. v. 1. 358p .

5.

SILVA, M. M. M.. As Parcerias entre os Setores Público e Privado como Mecanismo de Implementação de Políticas Públicas: Novos paradigmas inaugurados pelo MROSC e pela NLLC para a sedimentação da inviabilidade de competição entre as instituições parceiras. 1. ed. Pinhais - Paraná: JML, 2022. v. 1. 94p .

6.

SILVA, M. M. M.; CARRIJO, A. D. ; SOUZA, A. G. ; DINIZ, A. M. ; LOUREIRO, C. H. B. N. ; ZOCKUN, C. Z. ; SANTOS, C. M. B. ; IWAKURA, C. R. ; GUSMAO, D. O. ; MEDEIROS, F. M. ; OLIVEIRA, F. L. ; CABRAL, F. G. ; SALES, H. T. M. ; COSTA, J. C. ; MAGALHAES, J. M. R. ; SARAI, L. ; BARRETO, L. H. D. ; ROQUE, M. A. T. ; LOUREIRO, M. A. ; ANTINARELLI, M. E. P. B. . Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei 14133/21 Comentada Por Advogados Públicos. 2a. ed. Salvador: JUSPODIVM, 2022. v. 1. 1568p .

7.

SILVA, M. M. M.. Direito Público em Análise. 1. ed. São Paulo: Casa do Novo Autor, 2015. 173p .

8.

SILVA, M. M. M.. Direito Público em Debate. 1. ed. São Paulo: Casa do Novo Autor, 2015. 166p .

9.

CHARLES, R. ; **SILVA, M. M. M.** . Regime Diferenciado de Contratações - RDC. 1. ed. Salvador: Juspodivm, 2014. v. 1. 280p .

Apresentações de Trabalho

1.

★ **SILVA, M. M. M.**. Mesa redonda. 2019. (Apresentação de Trabalho/Outra).

2.

★ **SILVA, M. M. M.**. VI Ciclo de Reuniões Técnicas da AGU. 2018. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

3.

★ **SILVA, M. M. M.**. Entrevista. 2017. (Apresentação de Trabalho/Outra).

4.

★ **SILVA, M. M. M.**. V Ciclo de Reuniões Técnicas da AGU. 2017. (Apresentação de Trabalho/Conferência ou palestra).

5.

★ **SILVA, M. M. M.**. Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC. 2013. (Apresentação de Trabalho/Seminário).

Produção técnica

Demais tipos de produção técnica

1.

SILVA, M. M. M.. Elaboração de Editais para Aquisição no Setor Público. 2015. (Desenvolvimento de material didático ou instrucional - Material Didático).

Página gerada pelo Sistema Currículo Lattes em 29/01/2025 às 10:07:19

Somente os dados identificados como públicos pelo autor são apresentados na consulta do seu Currículo Lattes.

[Configuração de privacidade na Plataforma Lattes](#)

**Rafael Sérgio Lima de Oliveira**Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/5061366712769137>

Última atualização do currículo em 13/02/2019

Resumo informado pelo autor

É fundador do Portal L&C (licitacaocontrato.com.br). É doutorando em Ciências Jurídico-Políticas pela Universidade de Lisboa, Mestre em Direito, Especialista em Direito Público e Pós-Graduado em Direito da Contratação Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Participou do Programa de Intercâmbio Erasmus+, desenvolvendo pesquisa na área de Direito da Contratação Pública na Università degli Studi di Roma - Tor Vergata. É Procurador Federal da Advocacia-Geral da União - AGU, órgão no qual foi Chefe da Divisão de Licitação e Contrato da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS, Procurador-Chefe da Procuradoria Federal junto à Escola Nacional de Administração Pública (ENAP) e membro da Câmara Permanente de Licitação e Contrato da Procuradoria-Geral Federal (PGF). Atua na consultoria e assessoramento de gestores públicos federais desde 2008. É membro da Red Iberoamericana de Contratación Pública e professor de Direito Administrativo com ênfase em Licitação e Contrato.

(Texto informado pelo autor)**Nome civil****Nome** Rafael Sérgio Lima de Oliveira**Dados pessoais****Nascimento** 24/09/1980 - Recife/PE - Brasil**CPF** 984.877.104-25**Formação acadêmica/titulação**

- 2016** Doutorado em Ciências Jurídico-Políticas.
Universidade de Lisboa, UL, Lisboa, Portugal
com **período sanduíche** em Università degli Studi di Roma Tor Vergata (Orientador : Biancamaria Raganelli)
Orientador: Maria João Estominho
- 2008 - 2010** Mestrado em Direito.
Centro Universitário Toledo, UNITOLEDO, Aracatuba, Brasil
Título: O Reexame Necessário à Luz do Direito Fundamental à Duração Razoável do Processo, Ano de obtenção: 2010
Orientador: Gilson Delgado Miranda
Bolsista do(a): Escola da Advocacia-Geral da União
- 2005 - 2007** Especialização em Direito Público.
Centro universitário Maurício de Nassau - Recife, UNINASSAU, Recife, Brasil
Título: Controle Judicial do Ato Administrativo com base no Princípio da Eficiência
Orientador: João Maurício Leitão Adeodato
- 2000 - 2005** Graduação em Direito.
Universidade Católica de Pernambuco, UNICAP, Recife, Brasil
Título: A Ineficácia do Inquérito Civil e os Procedimentos Preparatórios.
Orientador: Walber de Moura Agra
- 2017 - 2017** Aperfeiçoamento em Pós-Graduação em Direito da Contratação Pública.
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, FDUL, Portugal
Título: GLOBALIZAÇÃO E CONTRATAÇÃO PÚBLICA: A REALIDADE DO BRASIL E DE PORTUGAL

Formação complementar

- 2008 - 2008** Curso de curta duração em Treinamento SICAUnet. (Carga horária: 4h).
Escola da Advocacia-Geral da União, EAGU, Brasil
- 2004 - 2005** Curso de curta duração em Direito Administrativo. (Carga horária: 48h).
Espaço Jurídico, ESPAÇO JURÍDICO, Brasil
- 2004 - 2005** Curso de curta duração em Direito Constitucional. (Carga horária: 48h).
Espaço Jurídico, ESPAÇO JURÍDICO, Brasil
- 2005 - 2005** Curso de curta duração em Direito Penal. (Carga horária: 48h).
Espaço Jurídico, ESPAÇO JURÍDICO, Brasil
- 2002 - 2003** English Upper Proficiency Level. .
Wizard, WIZARD, Brasil
- 1999 - 2001** English First Proficiency Level. .
Wizard, WIZARD, Brasil
- 2001 - 2001** Curso de curta duração em Metodologia da Pesquisa. (Carga horária: 12h).
Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco, FCAP-UPE, Brasil
- 2000 - 2000** Curso de curta duração em Computação Gráfica. (Carga horária: 70h).
Interdata Cursos de Informática, INTERDATA, Brasil
- 2000 - 2000** Curso de curta duração em Construção de Home Page. (Carga horária: 50h).
Interdata Cursos de Informática, INTERDATA, Brasil
- 1996 - 1996** Curso de curta duração em Curso Básico de Informática. (Carga horária: 84h).
Interdata Cursos de Informática, INTERDATA, Brasil

Atuação profissional

13/02/2019

Currículo Lattes

1. Advocacia-Geral da União - AGU

Vínculo
institucional

- 2014 - 2016** Enquadramento funcional: Procurador-Chefe da PF-ENAP , Carga horária: 40, Regime: Integral
- 2012 - 2014** Enquadramento funcional: Chefe da Div. Lic. e Contratos, Regime: Parcial
- 2011 - 2012** Enquadramento funcional: Chefe de Assuntos Estratégicos-PFE/INSS 3ºR, Regime: Parcial
- 2009 - 2009** Vínculo: Servidor público , Enquadramento funcional: Procurador-Seccional do INSS em Araçatuba/SP, Regime: Parcial
- 2007 - Atual** Vínculo: Estatutário , Enquadramento funcional: Procurador Federal , Carga horária: 40, Regime: Integral

Atividades

- 11/2007 - Atual** Serviço Técnico Especializado, Procuradoria-Geral Federal, Procuradoria-Regional Federal da 3ª Região
- Especificação:*
Consultoria e Defesa Jurídica das Autarquias e das Fundações Públicas Federais

2. UDF Centro Universitário - UDF

Vínculo
institucional

- 2013 - 2013** Enquadramento funcional: Professor Assistente I , Carga horária: 8, Regime: Parcial

3. Universidade Braz Cubas - UBC

Vínculo
institucional

- 2011 - 2011** Vínculo: Celetista formal , Enquadramento funcional: Professor , Carga horária: 6, Regime: Parcial

4. Centro Universitário Toledo - UNITOLEDO

Vínculo
institucional

- 2008 - 2010** Vínculo: Colaborador , Enquadramento funcional: Aluno - Programa de Mestrado, Regime: Parcial

5. Núcleo de Concursos Especial - NUCE

Vínculo
institucional

- 2006 - 2007** Vínculo: Prestador de Serviços , Enquadramento funcional: Professor , Carga horária: 15, Regime: Parcial

Atividades

- 08/2006 - 11/2007** Outro
- Especificação:*
Direito Administrativo
- 02/2006 - 08/2006** Outro
- Especificação:*
Direito Civil

6. DEFENSORIA PÚBLICA DE PERNAMBUCO - DPPE

Vínculo
institucional

- 2006 - 2007** Vínculo: ESTATUTÁRIO , Enquadramento funcional: DEFENSOR PÚBLICO I , Carga horária: 30, Regime: Parcial

Atividades

- 10/2006 - 11/2007** Serviço Técnico Especializado, Núcleo Metropolitano de Abreu e Lima
- Especificação:*
Assistência judiciária à população carente de Abreu e Lima - PE

7. Faculdade de Ciências Humanas Esuda - ESUDA

Vínculo
institucional

- 2006 - 2007** Vínculo: Celetista , Enquadramento funcional: Professor , Carga horária: 6, Regime: Parcial

Atividades

- 02/2006 - 02/2007** Graduação, Ciências Contábeis
- Disciplinas ministradas:*
Instituições de Direito

8. Assessoria de Treinamento Estágio Pesquisa e Integração - ASTEPI

Vínculo
institucional**2003 - 2005** Vínculo: Estagiário , Enquadramento funcional: Estagiário , Carga horária: 5, Regime: Parcial

Atividades

08/2003 - 06/2005 Estágio*Estágio:
Estágio Profissional*

9. Ministerio Publico Federal - MPF

Vínculo
institucional**2003 - 2004** Vínculo: Estagiário , Enquadramento funcional: Estagiário , Carga horária: 20, Regime: Parcial

Atividades

07/2003 - 05/2004 Estágio, Procuradoria da República Em Pernambuco, 5º Ofício da Tutela Coletiva*Estágio:
Produção de peças jurídicas em sede de procedimentos administrativos e de processo civil ligado a coletividade.***05/2003 - 07/2003** Estágio, Procuradoria da República Em Pernambuco, 5º Ofício Criminal*Estágio:
Produção de peças jurídicas em sede de Processo Penal.*

10. Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP

Vínculo
institucional**2004 - 2005** Vínculo: Bolsista , Enquadramento funcional: Monitor , Carga horária: 7, Regime: Parcial**2002 - 2003** Vínculo: Bolsista , Enquadramento funcional: Orientando do Projeto de Pesquisa , Carga horária: 20, Regime: Dedicção exclusiva

Atividades

08/2004 - 07/2005 Estágio, Centro de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Jurídicas*Estágio:
Monitor da Disciplina de Hermenêutica Jurídica***10/2002 - 08/2003** Pesquisa e Desenvolvimento, Centro de Ciências Sociais, Departamento de Ciências Jurídicas*Linhas de pesquisa:
Direito e Linguagem*

11. Faculdade de Ciências de Administração de Pernambuco - UPE-FCAP

Vínculo
institucional**2001 - 2002** Vínculo: Bolsista , Enquadramento funcional: Orientando de Iniciação Científica , Carga horária: 20, Regime: Dedicção exclusiva

Atividades

10/2001 - 09/2002 Pesquisa e Desenvolvimento, Coordenação de Pesquisa, Coordenação do Programa de Bolsas de Iniciação Científica*Linhas de pesquisa:
Ética nos Negócios.*

Linhas de pesquisa

1. Direito e Linguagem
2. Ética nos Negócios.

Produção

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

1.  OLIVEIRA, R. S. L.
A exigência de certificação voluntária nos procedimentos de adjudicação de contratos públicos no Brasil e em Portugal. Revista de Direito Administrativo - RDA. , v.4, p.60 - 67, 2018.
2.  OLIVEIRA, R. S. L.
Globalização e contratação pública: o nascimento de um direito internacional dos contratos públicos. Revista Direito Mackenzie. , v.11, p.228 - 248, 2017.

3. **OLIVEIRA, R. S. L.**
Controle Judicial da Eficiência Administrativa nas Relações de Consumo. Revista Jurídica FAMA. , v.5, p.62 - 81, 2009.
4.  **OLIVEIRA, R. S. L.**; CALIL, Mário Lúcio Garcez
Hermenêutica do Princípio Republicano: o caminho para compreensão da Fazenda Pública. Universitária (Faculdades Integradas Toledo de Araçatuba). , v.8, p.74 - 106, 2008.

Livros publicados

1.  **OLIVEIRA, R. S. L.**
O Reexame Necessário à Luz da Ruração Razoável do Processo: uma análise baseada na teoria dos direitos fundamentais de Robert Alexy. Curitiba : Juruá, 2011 p.252.

Capítulos de livros publicados

1. **OLIVEIRA, R. S. L.**; SANTOS, Danila Alves dos.
A reforma legislativa da contratação pública brasileira, a globalização e o papel da advocacia pública na efetivação dos direitos fundamentais In: Los desafios jurídicos a la gobernanza global: una perspectiva para los próximos siglos.1, 2017, p. 339-360.
2. **OLIVEIRA, R. S. L.**
As diretivas europeias da contratação pública no cenário internacional: o caso do diálogo concorrencial In: Paradigmas do Direito Constitucional Atual.1 ed.Barcelos, Portugal : Instituto Politécnico do Cávado e do Ave, 2017, p. 639-650.
3. **OLIVEIRA, R. S. L.**
Interesse Público versus Interesse Privado: uma reflexão acerca da supremacia do interesse público no estado social In: Poder Judiciário, Direitos Sociais e Racionalidade Jurídica ed.Rio de Janeiro : Elsevier, 2011, p. 85-94.
4. **OLIVEIRA, R. S. L.**
O Princípio da Duração Razoável do Processo nos Feitos de Interesse da Fazenda Pública In: Constituição e Direitos Humanos: 20 Anos da Constituição Federal e 60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos.1 ed.Birigüi : Boreal Editora, 2009, v.1, p. 239-264.

Livros organizados

1. **OLIVEIRA, R. S. L.**; LIMA, Fernando Rister de Sousa; PORT, Otávio Henrique Martins
Poder Judiciário, Direitos Sociais e Racionalidade Jurídica. Rio de Janeiro : Elsevier, 2011 p.341.
2. PRADO, A. M.; CALIL, Mário Lúcio Garcez; **OLIVEIRA, R. S. L.**
Constituição e Direitos Humanos: 20 Anos da Constituição Federal e 60 Anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Birigüi : Boreal Editora, 2009, v.1. p.323.

Trabalhos publicados em anais de eventos (completo)

1. **OLIVEIRA, R. S. L.**; CALIL, Mário Lúcio Garcez
A Nova Lei do Mandado de Segurança e o Desafio do Judiciário para Ultrapassar as Barreiras da Duração Razoável In: XVIII Congresso Nacional do CONPEDI, 2009, São Paulo.
Anais do XVIII Congresso Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009.
2. CALIL, Mário Lúcio Garcez; **OLIVEIRA, R. S. L.**
Notas Sobre a Incidência do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza Sobre a Atividade Notarial e Registral: um estudo sobre as consequências da decisão do Supremo Tribunal Federal na Ação Direta de Inconstitucionalidade Número 3089 In: XVIII Encontro Nacional do CONPEDI, 2009, Maringá.
Anais do XVIII Encontro Nacional do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2009. v.1.
3. CALIL, Mário Lúcio Garcez; **OLIVEIRA, R. S. L.**
Reserva do Possível, Natureza Jurídica e Mínimo Existencial: paradigmas para uma definição In: XVII Congresso Nacional do CONPEDI, 2008, Brasília.
Anais do CONPEDI. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2008. v.1. p.3723 - 3744

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo)

1. **OLIVEIRA, R. S. L.**
O Controle Judicial dos Atos Administrativos com Base no Princípio da Eficiência In: VIII ENPEX - Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão, 2006, Araçatuba.
Enpex. Encontro de Ensino, Pesquisa e Extensão. Araçatuba: Centro Universitário Toledo, 2008. v.1. p.108 - 108
2. **OLIVEIRA, R. S. L.**
Ética nos Ambientes Organizacionais In: Programa de Bolsas para Iniciação Científica - FCAP/UPE, 2002, Recife.
Programa de Iniciação Científica. Recife: Faculdade de Ciências da Administração de Pernambuco, 2002. v.01. p.116 - 127

Trabalhos publicados em anais de eventos (resumo expandido)

1. **OLIVEIRA, R. S. L.**
O Inquérito Civil no Ordenamento Jurídico Brasileiro In: Semana de Integração: Universidade - Sociedade, 2003, Recife.
Semana de Integração: Universidade - Sociedade. Recife: Universidade Católica de Pernambuco - UNICAP, 2003. v.01. p.01 - 04
2. **OLIVEIRA, R. S. L.**
O Inquérito Civil no Ordenamento Jurídico Brasileiro In: Semana de Integração Universidade-Sociedade, 2003, Recife.
Semana de Integração Universitária. , 2003.

Produção técnica

Trabalhos técnicos

1. **OLIVEIRA, R. S. L.**
Parecer nº 2/2015//CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, 2015
2. **OLIVEIRA, R. S. L.**
Parecer nº 8/2014/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, 2014
3. **OLIVEIRA, R. S. L.**
Parecer nº 10/2013/CPLC/DEPCONSU/PGF/AGU, 2013

Orientações e Supervisões

Orientações e supervisões

Orientações e supervisões concluídas**Trabalhos de conclusão de curso de graduação**

1.  RAIANE LIMA DE SOUZA. **A ILEGALIDADE DO INSTITUTO DA DESAPOSENTAÇÃO NO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL**. 2013. Curso (Direito) - UDF Centro Universitário
2.  SAMARA MATAVELI DE ARAÚJO. **APLICABILIDADE DA PROIBIÇÃO DE RETROCESSO**. 2013. Curso (Direito) - UDF Centro Universitário
3.  VICENTE EVERTHON SOUSA SANTOS. **CONTROLE JUDICIAL DA DISCRICIONARIEDADE ADMINISTRATIVA**. 2013. Curso (Direito) - UDF Centro Universitário
4.  ELOI MENDONÇA TOLEDO FILHO. **O ATIVISMO JUDICIAL NA SOCIEDADE BRASILEIRA**. 2013. Curso (Direito) - UDF Centro Universitário
5.  RODRIGO REGIS MARQUES. **O PREGÃO PARA A TERCEIRIZAÇÃO DE SERVIÇOS A LUZ DO ACÓRDÃO 1214/2013 DO TCU**. 2013. Curso (Direito) - UDF Centro Universitário
6.  RAIMUNDO DO NASCIMENTO LIMA. **O PRINCÍPIO DA RESERVA DO POSSÍVEL E O MÍNIMO EXISTENCIAL E A EFETIVIDADE DO DIREITO À SAÚDE NO BRASIL**. 2013. Curso (Direito) - UDF Centro Universitário
7.  EMERSON LUIZ DE CASTRO ASSUNÇÃO. **RESPONSABILIDADE DO ESTADO POR CONDUTAS OMISSIVAS À LUZ DA JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL**. 2013. Curso (Direito) - UDF Centro Universitário

Página gerada pelo sistema Currículo Lattes em 13/02/2019 às 21:38:33.



Raquel Melo Urbano de Carvalho

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/1251991033477039>

ID Lattes: **1251991033477039**

Última atualização do currículo em 26/09/2008

Possui graduação em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais(1994) e mestrado em Direito pela Universidade Federal de Minas Gerais(1997). **(Texto gerado automaticamente pela aplicação CVLattes)**

Identificação

Nome	Raquel Melo Urbano de Carvalho
Nome em citações bibliográficas	CARVALHO, R. M. U.
Lattes iD	 http://lattes.cnpq.br/1251991033477039

Endereço

Endereço Profissional	COM Centro de Estudos Jurídicos. Av. Getúlio Vargas, 874, Sala 1405 Savassi 30112-020 - Belo Horizonte, MG - Brasil Telefone: (31) 99793331 Fax: (31) 32624163 URL da Homepage: http://www.comcentrodeestudos.com.br

Formação acadêmica/titulação

1995 - 1997	Mestrado em Direito (Conceito CAPES 6). Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil. Título: Reforma Administrativa e Organizações Sociais, Ano de Obtenção: 1997. Orientador:  José Alfredo de Oliveira Baracho.
1990 - 1994	Graduação em Direito. Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.

Atuação Profissional

Faculdade de Direito Milton Campos, FDMC, Brasil.

Vínculo institucional

2008 - 2008	Vínculo: Profª de Direito Adm. I, Enquadramento Funcional: Profª de Direito Adm. I na espec. em Dir. Púb

Vínculo institucional

2008 - 2008	Vínculo: Professora, Enquadramento Funcional: Professora de Direito Administrativo I

Universidade José do Rosário Vellano, UNIFENAS, Brasil.

Vínculo institucional

2006 - 2006	Vínculo: Professora, Enquadramento Funcional: Professora de Licitação e Contratos Adm.

Maurício Trigueiro, MT, Brasil.

Vínculo institucional
2006 - 2006

Vínculo: Professora, Enquadramento Funcional: Professora de Direito Administrativo

JusPODIVM, PODIVM, Brasil.

Vínculo institucional
2006 - 2006

Vínculo: Professora, Enquadramento Funcional: Professora de Regime Jurídico da Adm. Púb.

Superior Tribunal de Justiça, STJ, Brasil.

Vínculo institucional
2006 - 2006

Outras informações

Vínculo: Professora, Enquadramento Funcional: Professora Coordenadora do treinamento "O Princípio da Segurança Jurídica, a Decadência e a Prescrição no Direito Administrativo"

Consultoria Jurídica, CJ, Brasil.

Vínculo institucional
2005 - 2007

Vínculo: Procuradora, Enquadramento Funcional: Procuradora do Estado de MG

A. Carvalho, AC, Brasil.

Vínculo institucional
2005 - 2007

Outras informações

Vínculo: Professora, Enquadramento Funcional: Professora do Curso Legislação Especial Módulos "Responsabilidade Fiscal" "Improbidade Administrativa"

Centro de Estudos da Área Jurídica Federal, CEAJUF, Brasil.

Vínculo institucional
2005 - 2006

Outras informações

Vínculo: Professora, Enquadramento Funcional: Professora módulo "Bens Públicos"

Universidade Cândido Mendes, UCAM, Brasil.

Vínculo institucional
2005 - 2005

Outras informações

Vínculo: Professora, Enquadramento Funcional: Professora de Direito Administrativo Na pós graduação "Direito do Estado"

Escola de Governo Paulo Neves Carvalho, EGPNC, Brasil.

Vínculo institucional
2005 - 2005

Outras informações

Vínculo: Professora, Enquadramento Funcional: Professora Módulo "Domínio Patrimonial Público e Intervenção do Estado na Propriedade Privada"

Instituto de Educação Continuada, IEC, Brasil.

Vínculo institucional
2005 - 2005

Outras informações

Vínculo: Professor, Enquadramento Funcional: Professora da especialização em Direito Púb. Disciplina Direito I

Escola Superior do Ministério Público da União, ESMPU, Brasil.

Vínculo institucional
2003 - 2006

Outras informações

Vínculo: Professora, Enquadramento Funcional: Professora de Direito Administrativo Curso de especialização Ordem Jurídica e Ministério Público

Praetorium, PBH, Brasil.

Vínculo institucional
2003 - 2005

Vínculo institucional
2001 - 2005

Outras informações

Vínculo: Professora, Enquadramento Funcional: Professora de Direito Administrativo

Vínculo: Professora, Enquadramento Funcional: Professora de Direito Administrativo com especialização na preparação para concursos públicos do Ministério Público Federal

Procuradoria Administrativa da Advocacia Geral do Estado de Minas Gerais, PMG, Brasil.**Vínculo institucional****1998 - 2005**

Vínculo: Procuradora, Enquadramento Funcional: Procuradora do Estado de MG

Universidade Federal de Minas Gerais, UFMG, Brasil.**Vínculo institucional****1998 - 1999**

Vínculo: Professora, Enquadramento Funcional: Professora de Direito Adm.

Tribunal de Alçada de Minas Gerais, TAMG, Brasil.**Vínculo institucional****1995 - 1998****Outras informações**

Vínculo: Assessora, Enquadramento Funcional: Assessora Judiciária III

Assessora Jurídica junto à Câmara Cível

Fundação Hospitalar do Estado de Minas Gerais, FHEMIG, Brasil.**Vínculo institucional****1995 - 1995****Outras informações**

Vínculo: Assessora, Enquadramento Funcional: Assessora Jurídica

Assessora Jurídica no setor de Licitações e Contratos Administrativos

Áreas de atuação

Prêmios e títulos

1998

Primeiro Lugar no Concurso Público de Provas e Títulos para Professor Substituto de Direito Administrativo, Faculdade de Direito da UFMG.

1998

nono lugar no Concurso Público para provimento de cargos vagos relativos ao cargo de Procurador do Estado de Minas Gerais, Faculdade de Direito da UFMG.

Produções

Produção bibliográfica

Artigos completos publicados em periódicos

Ordenar por

Ordem Cronológica



1. ★ **CARVALHO, R. M. U.**. Guarda Municipal - Inconstitucionalidade.. Cadernos BDMG. Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais, v. 6, p. 93-119, 2007.
2. ★ **CARVALHO, R. M. U.**. Limites Principiológicos ao Custeio, ploe Estado, de Cursos de Formação de Servidores Públicos. Revista dos Tribunais (São Paulo), v. 853, p. 93-119, 2006.
3. ★ **CARVALHO, R. M. U.**. O dever de motivar e o controle da Administração Pública. Revista do Curso de Direito (Nova Lima), v. 4, p. 414-153, 2004.
4. ★ **CARVALHO, R. M. U.**. Prestação de Serviço público e responsabilidade civil por danos causados a terceiros.. Revista do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, v. 30, p. 1-1, 1999.

Eventos

Participação em eventos, congressos, exposições e feiras

1. "Direito Administrativo Contemporâneo: grandes transformações". "Direito Administrativo Contemporâneo: grandes transformações". 2008. (Outra).
2. "O Controle Judicial das Políticas Públicas e a Prevalência do Interesse Público". "O Controle Judicial das Políticas Públicas e a Prevalência do Interesse Público". 2008. (Congresso).
3. "O novo regime jurídico administrativo: um desafio para a advocacia pública". "O novo regime jurídico administrativo: um desafio para a advocacia pública". 2008. (Outra).
4. "Planejamento Econômico como base do controle de políticas públicas". "Planejamento Econômico como base do controle de políticas públicas". 2008. (Outra).
5. Direito Administrativo no Século XXI: Avanços e Retrocessos. Direito Administrativo no Século XXI: Avanços e Retrocessos. 2008. (Congresso).

CURRÍCULO

Nome: Renila Lacerda Bragagnoli

E-mail pessoal: renila.bragagnoli@gmail.com

Registro na OAB: 35411/DF

1. FORMAÇÃO ACADÊMICA

2019/2021 – Mestranda em Direito Administrativo e Administração Pública pela Faculdade de Direito da Universidade de Buenos Aires – UBA.

2017/2018 - Aluna Especial. Mestrado em Administração Pública - Políticas Públicas e Gestão Governamental - pelo Instituto Brasiliense de Direito Público/DF.

2016/2018 – Especialização em Políticas Públicas, Gestão e Controle da Administração - *Master in Public Administration* pelo Instituto Brasiliense de Direito Público/DF.

2013/2014 – Especialização em Direito do Trabalho e Direito Processual do Trabalho pela Universidade Cândido Mendes/DF.

2007/2008 - Especialização em Ciências Penais pela Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, com Formação em Magistério Superior.

2002/2006 - Graduação em Bacharelado em Direito pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas – FACISA, Campina Grande/PB.

2. HISTÓRICO PROFISSIONAL

2021 – Gerente da Procuradoria Jurídica da Empresa de Planejamento e Logística – EPL, empresa pública federal vinculada ao Ministério da Infraestrutura (requisição).

2009- Empregada pública: advogada da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e Parnaíba – Codevasf, empresa pública federal vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional. Chefe titular da Unidade de Assuntos Administrativos da Assessoria Jurídica da Presidência da Codevasf – PR/AJ/UAA de maio/2017 a fevereiro/2021, com atuação em processos administrativos sobre licitações, contratos, convênios, ajustes, Lei das Estatais e demais matérias envolvendo Direito Administrativo. Consultora interna na área de licitações e contratos de outubro/2013 até abril/2017. Chefe Substituta da PR/AJ/UAA de janeiro/2013 a outubro/2013 e outubro/2016 a abril/2017. Chefe Substituta da PR/AJ/UCO (Unidade do Contencioso) de fevereiro/2011 até janeiro/2013.

2007/2009. Advogada dativa da 6ª Vara da Justiça Federal, Subseção de Campina Grande/PB.

3. INFORMAÇÕES ADICIONAIS

Livros

BRAGAGNOLI, Renila Lacerda; STROPPIA, Christianne de Carvalho. A ordem cronológica de pagamento na Lei das Estatais. In OLIVEIRA FILHO, Gilberto Bernardino de; MARCO, Nathalia Leone (Coord). A Boa Gestão Pública e o Novo Direito Administrativo: dos conflitos às melhores soluções práticas. São Paulo: SGP Soluções em Gestão Pública, 2021.

BRAGAGNOLI, Renila Lacerda; STROPPIA, Christianne de Carvalho. A oportunidade de negócio como alternativa à desestatização das empresas estatais de saneamento básico. In DAL POZZO, Augusto Neves (Coord.). O Novo Marco Regulatório do Saneamento Básico. São Paulo: Thomson Reuters Revista dos Tribunais, 2020.

BRAGAGNOLI, Renila Lacerda. O controle administrativo das empresas estatais: do Decreto-lei 200/67 à Lei nº 13.303/16. Belo Horizonte: Casa do Direito, 2020.

BRAGAGNOLI, Renila Lacerda. Lei n.º 13.303/2016: reflexões pontuais sobre a lei das estatais [livro eletrônico]. Curitiba: Editora JML, 2019. Disponível em <https://editora.jmlgrupo.com.br/>

Artigos

BRAGAGNOLI, Renila Lacerda. A participação popular nas contratações públicas do Brasil e da Argentina como reflexo do direito fundamental à Boa Administração. Revista de Direito da ADVOCEF. Porto Alegre, ADVOCEF, v.1, n.30, 2020.

BRAGAGNOLI, Renila Lacerda. Normas Temporárias sobre Licitações e Contratos sob a ótica das Empresas Estatais. Revista Licitações e Contratos JML. Ano XIV, nº 56, Jul/Set 2020.

BRAGAGNOLI, Renila Lacerda. Julgados Relevantes do Tribunal de Contas da União em 2019 envolvendo a Lei das Estatais. Revista Licitações e Contratos JML. Ano XIV, nº 55, Abr/Jun 2020.

BRAGAGNOLI, Renila Lacerda. A regulamentação do art. 173, §1 da Constituição e a evolução do controle através da Lei nº 13.303/2016. Revista TCE de Contas. Tribunal de Contas do Estado de Tocantins. Palmas/TO, Edição I, Ano I, Número I, p.73-86, 2019.

BRAGAGNOLI, Renila Lacerda. Uma análise do controle da discricionariedade administrativa através de dispositivos da Lei nº 13.655/2018. Revista de Direito da ADVOCEF. Porto Alegre, ADVOCEF, v.1, n.29, 2019.

BRAGAGNOLI, Renila Lacerda. O pregão eletrônico e sua utilização pelas empresas estatais. Disponível em http://www.licitacaocontrato.com.br/artigo_detalhe.html

BRAGAGNOLI, Renila Lacerda. Lei n.º 13.303/2016: o compliance e a transparência como elementos modernos do controle administrativo. Revista de Direito da ADVOCEF. Porto Alegre, ADVOCEF, v.1, n.28, 2019.

BRAGAGNOLI, Renila Lacerda. As certidões de habilitação no regime jurídico da Lei n.º 13.303/2016. Fórum de Contratação e Gestão Pública [recurso eletrônico]. Belo Horizonte, v.17, n.204, dez. 2018.

BRAGAGNOLI, Renila Lacerda. Da aplicação das Instruções Normativas IN/SEGES/MPDG n.º 05/2017 e IN/SEGES/MPDG n.º 06/2018 às estatais federais à luz da jurisprudência do Tribunal de Contas da União. Revista Jurídica, Seccional da OAB do Distrito Federal, Ano 6, nº 10, Novembro de 2018.

BRAGAGNOLI, Renila Lacerda. A lei nº 13.303/2016 e o moderno controle das empresas estatais. In: Seminario Internacional en Cultura de la Legalidad: Los desafíos del Estado de Derecho en el siglo XXI, 2017, Madri. Biblioteca da Universidad Carlos III de Madrid. Madri, 2017. Disponível em <https://e-archivo.uc3m.es/bitstream/handle/10016/25666/lei_lacerda_SICL_2017.pdf?sequence=1>

BRAGAGNOLI, Renila Lacerda. A lei nº 13.303/2016 e o (velho) compliance das empresas estatais. Revista Jus Navigandi, ISSN 1518-4862, Teresina, ano 22, n. 5228, 24 out. 2017. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/61227>>

Participação em Eventos

Palestrante no 8º Contratos Week, promovido pela Negócios Públicos, realizado nos dias 05, 06, 07, 08 e 09 de Julho de 2021.

Palestrante no Seminário Nacional de Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos nas Empresas Estatais, promovido pela Inove Soluções em Capacitação, nos dias 29 e 30 de Junho de 2021.

Professora no Curso “Lei das Estatais: Lei nº 13.303/2016, Compliance, Governança, Licitações e Contratos nas Empresas Estatais”, promovido pela Esafi Escola, nos dias 14, 15, 16, 17 e 18 de Junho de 2021.

Palestrante no Seminário Estatais, promovido pela Excelência Educação, nos dias 29 e 30 de Abril de 2021.

Professora no Curso “Assessoria e Consultoria Jurídica em Licitações e Contratos”, realizado em 29, 30 e 31 de Março de 2021, promovido pela GVP Parcerias Governamentais.

Professora no Curso “Licitações e Contratos nas Empresas Estatais”, realizado em 25 e 26 de Fevereiro de 2021, promovido pela Cate Soluções.

Professora da Oficina “As repercussões da Lei das Estatais na Lei nº 13.979 e Lei nº 14.065”, realizada em 16.12.2020, como parte da programação do SummitGov, promovido pela empresa Negócios Públicos.

Facilitadora na Semana Compliance Suape, promovida pelo Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Porto de Suape, com a palestra “O compliance na Empresas Estatais”, realizada em 25.11.2020.

Professora da Oficina “A modalidade pregão nas empresas estatais: como compatibilizar as Leis nº 10.520/2002 e nº 13.303/2016?”, realizada em 25.11.2020, como parte da programação do 14º Pregão Week, promovido pela empresa Negócios Públicos.

Palestrante no 4º Congresso Brasileiro de Licitações e Contratos com o tema “Como o regime jurídico das empresas estatais inspirou as contratações públicas em tempos de pandemia?”, realizado em 10.11.2020, promovido pela Elo Consultoria.

Palestrante no 2º Seminário Nacional sobre a Atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos com o tema “Os desafios da Assessoria Jurídica das Empresas Estatais”, realizado em 30.09.2020, promovido pela empresa Inove Soluções em Capacitação.

Palestrante no Webinar “As inovações trazidas pela Lei nº 13.303/2016 – Lei de Responsabilidade das Estatais”, promovido pela Escola Superior de Gestão e Contas Públicas Conselheiro Eurípedes Sales do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, realizado em 18.09.2020.

Palestrante no Effecti Experience com o tema “Como a implantação de Compliance pode tornar sua empresa referência em compras públicas”, realizado em 14.08.2020 e promovido pela empresa Effecti.

ETP TERMO DE REFERENCIA NAS ESTATAIS LEI 13.303/2016

DANILO ALMEIDA

Advogado, Procurador do Estado de Pernambuco, Professor, Pós Graduado em Direito Público e Pós Graduado em Direito Tributário. Foi Procurador Chefe Adjunto e Procurador Chefe da Procuradoria Consultiva, tendo atuado como Coordenador Jurídico da Secretaria das Cidades, Secretaria de Micro e Pequenas Empresas, Trabalho e Qualificação, Secretaria de Infraestrutura e Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Habitação, todas do Estado de Pernambuco. Integra a Comissão de Estudos Permanentes de Compliance da OAB/PE e é membro colaborador da Comissão de Direito Administrativo dessa mesma seccional.



ESTADO DA PARAÍBA
MUNICÍPIO DE CABEDELLO
PROCURADORIA-GERAL

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

O **FUNDO DE GESTÃO, DESENVOLVIMENTO E MODERNIZAÇÃO DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO DE CABEDELLO – FUNDERC**, situado à Avenida São Sebastião, 1067, Formosa, Cabedelo-PB, CEP 58100-140, regularmente inscrito no CNPJ nº 19.890.221/0001-00, neste ato representado pelo Procurador-Geral Adjunto **JOÃO AUGUSTO DA NÓBREGA NETO**, matrícula nº 04.366-4, enquanto gestor do Contrato Administrativo nº 123/2024, **ATESTA** para os devidos fins que a empresa **INOVE SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO E EVENTOS LTDA ME**, inscrita no CNPJ: 27.883.894/0001-61, com sede na Av. Cel. Francisco H. dos Santos, 2627 - Hauer, Curitiba - PR, 81530-001, prestou serviço para nossa Empresa, realizando o evento “**6º CONGRESSO NACIONAL SOBRE A ATUAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS**” sob a coordenação técnica do professor Rafael Sérgio de Oliveira, realizado nos dias 14, 15, 16 e 17 de maio de 2024, presencialmente em Brasília-DF, com carga horária de **32 horas**, atendendo às nossas expectativas com presteza, qualidade, e metodologia de ensino eficaz, ficando assim, demonstrada a sua devida Capacidade Técnica e Notória Especialização na execução deste programa.

Até a presente data, nada consta em nossos arquivos que desabone a sua capacidade técnica.

JOÃO AUGUSTO DA NÓBREGA NETO
PROCURADOR-GERAL ADJUNTO



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: D281-0567-06E2-129A

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



JOÃO AUGUSTO DA NOBREGA NETO (CPF 067.XXX.XXX-32) em 27/06/2024 11:08:04 (GMT-03:00)

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://cabedelo.1doc.com.br/verificacao/D281-0567-06E2-129A>



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA DO TRABALHO
TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO
Rua Barão de Jaguara, 901 – Centro – Campinas – 13015-927
Assessoria Jurídica – 4º andar - Fone: (19) 3236-2100 – Fax: (19) 3233-0050
assessoriajuridica@trt15.jus.br

ATESTADO DE CAPACIDADE TÉCNICA

Eu, Débora Cristina Oliveira Pazzianotto, Assessora Jurídica da Presidência do TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 15ª REGIÃO, estabelecido à Rua Barão de Jaguara nº 901, Centro, Campinas/SP, atesto para os devidos fins que a empresa INOVE SOLUÇÕES EM CAPACITAÇÃO E EVENTOS LTDA ME, inscrita no CNPJ: 27.883.894/0001-61, com sede na Av. Cel. Francisco H. dos Santos, 2627 - Hauer, Curitiba - PR, 81530-001, prestou serviço para este órgão, realizando o evento "6º CONGRESSO NACIONAL SOBRE A ATUAÇÃO DA ASSESSORIA JURÍDICA EM LICITAÇÕES E CONTRATOS" sob a coordenação técnica do professor Rafael Sérgio de Oliveira, realizado nos dias 14, 15, 16 e 17 de maio de 2024, presencialmente em Brasília-DF e transmitido *online*, com carga horária de 32 horas, atendendo às nossas expectativas com presteza, qualidade, e metodologia de ensino eficaz, ficando assim, demonstrada a sua devida Capacidade Técnica e Notória Especialização na execução deste programa.

Até a presente data, nada consta em nossos arquivos que desabone a sua capacidade.

Era o que me cumpria atestar.

Campinas, 3 de junho de 2024.


Débora Cristina Oliveira Pazzianotto
Assessora Jurídica



CARTA DE EXCLUSIVIDADE

Declaramos que para devidos fins que o direito na realização do “7º Congresso Nacional sobre a atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos (CONASJUR)” da empresa INOVE CAPACITACAO - CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA - EPP- inscrita no CNPJ sob o nº 27.883.894.0001-61. Diante do exposto, informamos que esse evento é único e foi realizado na modalidade PRESENCIAL dias 27, 28, 29 e 30 de maio de 2025 em Brasília- DF, considerado um dos mais completos treinamentos de capacitação da área de Licitações. Realização e organização de total responsabilidade de INOVECAPACITACAO - CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA.

Sendo verdade, firmo presente.

Curitiba, 11 de março de 2025.

VANESSA
GONZAGA DA
SILVA:050417589
05

Assinado de forma digital
por VANESSA GONZAGA
DA SILVA:05041758905
Dados: 2025.03.11
17:01:56 -03'00'

Vanessa Gonzaga da Silva





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.004823/2025-14.

Relatório Conclusivo nº 021/2025 - SEEXCO/COCDIR/SADCON

Em 24 de abril de 2025.

Assunto: Relatório conclusivo para
deliberação do Ordenador de Despesas.

Senhora Coordenadora da COCDIR,

Tratam os autos de solicitação do Instituto Legislativo Brasileiro (ILB) objetivando, de acordo com o Termo de Referência (TR)¹:

(...) solicitação para inscrição de 01 (um) servidor (abaixo) da Advocacia do Senado Federal (ADVOSF) no evento externo “7º CONASJUR – Congresso Nacional sobre a Atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos”, a ser realizado pela Inove Capacitação Consultoria e Treinamentos Ltda - ME. no período de 27 a 30 de maio de 2025, na modalidade online, com carga horária total de 32 (trinta e duas) horas, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

1) Felipe do Amaral Monteiro Martins - matrícula 413863;

O Órgão Técnico (OT) recomendou a contratação direta do objeto na modalidade de **inexigibilidade de licitação**, com fundamento art. 74, inciso III, alínea “f”, da Lei nº 14.133/2021.

De acordo com a Ata da 1ª Reunião de 2019 do Comitê de Contratações², as despesas com inscrições de servidores em ações de capacitação externa não necessitarão constar do Plano de Contratações do Senado Federal, de maneira a conferir maior celeridade ao procedimento.

O Serviço de Direitos e Deveres Funcionais (SEDDEV/SEGP), pelo **Despacho nº 808/2025-SEDDEV/COAPES/SEGP**³, de 19/03/2025, se manifestou quanto ao prazo previsto no art. 27 e os requisitos do Anexo IV, ambos do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASf), aprovado pela Resolução nº 13/2018 e

¹ 00100.057373/2025-91.

² Boletim Administrativo do Senado Federal Número: 6831 - Seção: 2 - quinta-feira, 02 de maio de 2019.

³ 00100.049745/2025-13.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.004823/2025-14.

consolidado pelo ATC nº 14/2022, bem como do ADG nº 17/2021, concluindo pelo **atendimento dos requisitos** impostos pelos dispositivos retrocitados.

O **Serviço de Gestão de Cargos, Salários e Seleção (SEGCAS/SEGP)**, por sua vez, pelo **Parecer Técnico nº 481/2025 – SEGCAS**⁴, de 21/03/2025, opinou quanto à pertinência temática da capacitação pretendida.

O **Serviço de Treinamento (SETREINA/COTREN)**, pelo **Ofício nº 122/2025 – SETREINA/COTREN/ILB**⁵, de 25/03/2025, informa que **o treinamento em questão consta no Plano de Capacitação Anual dos Servidores do Senado Federal - PCASF 2025, com Código CCT 000 000, Área de competência: Compras e Contratos**, e que os requisitos exigidos pelo Anexo IV do RASF foram atendidos⁶.

Assim, os autos vieram a este Serviço de Execução de Compras – SEEXCO para as providências previstas no § 2º, do art. 54, do ADG nº 14/2022.

1. DO ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR - ETP

Visto se tratar de ação de capacitação externa aberta ao público, a elaboração do ETP é dispensada por força do disposto no § 6º, do art. 3º, do Anexo II, do ADG nº 14/2022.

2. DO TERMO DE REFERÊNCIA

O OT elaborou o **Termo de Referência (TR) 23/2025**⁷, que ainda aguarda aprovação pela autoridade competente, na forma do art. 9º, inciso IV, do Anexo V, do RASF (Regulamento Administrativo do Senado Federal) vigente nesta data, e do art. 24, do ADG nº 14/2022.

No TR encontramos as informações especificadas pelo OT, tais como a descrição do objeto, a modalidade de contratação sugerida, as justificativas da contratação em si e do quantitativo solicitado, e a indicação dos futuros gestores e fiscais do contrato.

O **Item 3.3.1** informa que não será exigida qualificação econômico-financeira nos termos do art. 70 da Lei 14.133/2021.

O **item 4 do TR** define que a formalização do ajuste será por “Nota de empenho em substituição ao termo de contrato conforme inciso I do parágrafo único do

⁴ 00100.050151/2025-47.

⁵ 00100.052295/2025-38.

⁶ *Idem*, p. 3.

⁷ 00100.057373/2025-91.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.004823/2025-14.

art. 9º, do Anexo III, do ADG nº 14/2022 (OFÍCIO CIRCULAR Nº 1/2024/DIRECON, NUP: 00100.045727/2024-73), acompanhada do respectivo de Termo de Referência”, com vigência até a execução plena do objeto.

O **item 1 do Anexo II do TR** traz, como preço de referência para a pretendida contratação, o valor total de **R\$ 3.790,00** (três mil setecentos e noventa reais), contemplando a inscrição de 1 (um) servidor.

3. DA PROPOSTA COMERCIAL

Por sua vez, a pretensa contratada, **INOVE CAPACITAÇÃO – CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA - ME.**, inscrita no CNPJ sob o nº 27.883.894/0001-61, ofereceu proposta comercial⁸ **válida até 27/05/2025**, no valor total de **R\$ 3.790,00** (três mil setecentos e noventa reais), para fornecer o objeto descrito no TR.

4. DA INVIABILIDADE DE COMPETIÇÃO

Buscando comprovar a inviabilidade de competição fundada na notória especialização do contratado, com fundamento no art. 74, inciso III, alínea “f”, e § 3º, da Lei nº 14.133/2021, foram juntados aos autos, pelos interessados, os seguintes documentos:

1. Folder: Programação do Curso⁹;
2. Currículo Lattes do Palestrante Dr. Anderson Sant Ana Pedra¹⁰;
3. Currículo Lattes do Palestrante Benjamin Zymler¹¹;
4. Currículo Lattes do Palestrante Dr. Carlos Henrique Benedito Nitão Loureiro¹²;
5. Currículo Lattes da Palestrante Dra. Carolina Zancaner Zockun¹³;
6. Currículo Lattes da Palestrante Dra. Christianne de Carvalho Stroppa¹⁴;
7. Currículo Lattes da Palestrante Dra. Cristiana Fortini¹⁵;
8. Currículo Vitae de Daniel de Andrade Oliveira Barral¹⁶;

⁸ 00100.057348/2025-15-4 (ANEXO: 004), p. 1.

⁹ 00100.041212/2025-85-1 (ANEXO: 001).

¹⁰ 00100.041212/2025-85-2 (ANEXO: 002), p. 1.

¹¹ *Idem*, p. 27.

¹² *Ibidem*, p. 28.

¹³ *Ibidem*, p. 48.

¹⁴ *Ibidem*, p. 110.

¹⁵ *Ibidem*, p. 133.

¹⁶ *Ibidem*, p. 183.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.004823/2025-14.

9. Currículo Lattes do Palestrante Eduardo Grossi Franco Neto¹⁷;
10. Currículo Lattes do Palestrante Dr. Gustavo Henrique Carvalho Schiefler¹⁸;
11. Currículo Lattes do Palestrante Jorge Ulisses Jacoby Fernandes¹⁹;
12. Currículo Lattes do Palestrante Lindineide Oliveira Cardoso²⁰;
13. Currículo Lattes do Palestrante Michelle Marry Marques da Silva²¹;
14. Currículo Lattes do Palestrante Rafael Sérgio Lima de Oliveira²²;
15. Currículo Lattes do Palestrante Raquel Melo Urbano de Carvalho²³;
16. Currículo Vitae do Palestrante Renilda Lacerda Bragagnoli²⁴;
17. Atestado de Capacidade Técnica emitido em 27/06/2024 pelo Fundo de Gestão, Desenvolvimento e Modernização da Procuradoria-Geral do Município de Cabedelo - FUNDERC, Estado da Paraíba²⁵;
18. Atestado de Capacidade Técnica emitido em 03/06/2024 pelo Tribunal Regional do Trabalho de 15ª Região²⁶;
19. Atestado de Capacidade Técnica emitido em 26/06/2024 pela Câmara Municipal da Estância Balneária de Praia Grande, Município do Estado de São Paulo²⁷.

5. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

Quanto aos documentos juntados pelo OT e suas alegações para justificar o preço ofertado pela pretensa contratada, por meio do **Ofício nº 0166/2025-COCVAP/SADCON**²⁸, de 03/04/2025, a COCVAP informa que:

Quanto ao inciso I do §6º do art. 14 do ADG n.14/2022, o Órgão Técnico informa que em pesquisa realizada Painel para Consulta de Preços do Portal Nacional de Contratações Públicas (PNPC) foram encontrados 3 (três) contratações realizadas da mesma modalidade online e de carga horária total igual ou aproximada, conforme NUP 00100.057348/2025-15-3.

¹⁷ *Ibidem*, p. 185.

¹⁸ *Ibidem*, p. 198.

¹⁹ *Ibidem*, p. 252.

²⁰ *Ibidem*, p. 527.

²¹ *Ibidem*, p. 530.

²² *Ibidem*, p. 538.

²³ *Ibidem*, p. 543.

²⁴ *Ibidem*, p. 547.

²⁵ 00100.041212/2025-85-4 (ANEXO: 004), p. 1

²⁶ *Idem*, p. 3

²⁷ 00100.057348/2025-15-1 (ANEXO: 001), p. 3

²⁸ 00100.058840/2025-08.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.004823/2025-14.

O inciso II do §6º do art. 14 do ADG n.14/2022 determina que sejam juntadas aos autos, no mínimo, 3 (três) documentos idôneos referentes ao mesmo objeto e no período de até 1 (um) ano anterior à data do envio para comprovação da regularidade de preços ofertados ao Senado Federal.

Em atendimento ao dispositivo supra, a empresa encaminhou 03 (três) notas fiscais do mesmo evento, conforme documentado no NUP 00100.057348/2025-15-2.13.

Por fim, no documento de NUP 00100.057348/2025-15, o órgão técnico manifestou:

De todo modo, não obstante não ter sido expresso, salvo melhor juízo, no regulamento guia como procedimento apto a demonstrar a regularidade do preço o sítio eletrônico da empresa serve para se clarificar que o preço disponibilizado ao mercado/outros fornecedores. O valor unitário cobrado na proposta comercial (R\$3.790,00) é menor aquele cobrado por inscrição (3º lote na modalidade online = R4.290,00)) conforme disposto no website do congresso (<https://inovcapacitacao.com.br/evento/congresso-assessoria-juridica/>)

Isso posto, em cumprimento ao art. 20, § 2º, inciso I, do Regulamento Orgânico Administrativo do Senado Federal (APR nº 22/2022), a COCVAP, nessa verificação preliminar, **ratificou** que os procedimentos adotados pelo OT estão em conformidade com o art. 14, incisos I e II do §6º do ADG nº 14/2022, e que a pesquisa de preços está válida até **30/09/2025**²⁹.

6. DA ANÁLISE DA ADVOCACIA DO SENADO FEDERAL – ADVOSF

Em observância ao disposto no art. 205, do RASF em vigor, o processo foi encaminhado à Advocacia do Senado Federal – ADVOSF, órgão da Casa a quem incumbe analisar os aspectos legais, regulamentares e jurisprudenciais pertinentes ao tema.

Nesse contexto, a Advocacia do Senado Federal emitiu o **Parecer nº 261/2025-ADVOSF**³⁰, de 14/04/2025, sobre o qual ressaltamos a necessidade de leitura e análise de todo o seu conteúdo pela autoridade competente.

As recomendações expressas no referido Parecer da ADVOSF serão ou já estão complementadas no curso da instrução processual, pois estão relacionadas, entre

²⁹ 00100.058840/2025-08, p. 3.

³⁰ 00100.065906/2025-16.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.004823/2025-14.

outras questões, aos atos administrativos reservados às autoridades competentes como, por exemplo, a autorização da contratação direta.

7. DA REGULARIDADE FISCAL, SOCIAL E TRABALHISTA

A regularidade fiscal, social e trabalhista da pretensa contratada foi comprovada pelo Relatório SICAF e demais documentos atualizados presentes no **Anexo 1** (RFB/PGFN com validade até **24/09/2025**; FGTS com validade até **14/05/2025** – **Anexo 1, p. 3**; trabalhista com validade até **30/09/2025**; SEFAZ com validade até **20/08/2025** – **Anexo 1, p. 5**; e comprovante de regularidade fiscal do município de Curitiba, com validade até **02/07/2025** – **Anexo 1, p. 4**).

Quanto ao levantamento de eventuais ocorrências e impedimentos relacionados à pretensa contratada, é de se registrar não haver, na data deste Relatório, qualquer pendência junto ao SICAF que possa impedir a participação da empresa na contratação ora em curso.

Em relação ao Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN), a situação encontra-se regular (**Anexo 1, p. 6**).

Complementarmente, consultamos o relatório emitido pelo Tribunal de Contas da União, que apresenta Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do: **a)** Cadastro de Licitantes Inidôneos, mantido pelo próprio Tribunal de Contas da União; **b)** Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça; **c)** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e **d)** do Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), ambos mantidos pelo Portal da Transparência. Não foram encontrados registros que impedissem a Administração de contratar com a proponente em nenhum dos cadastros, conforme atestado no **Anexo 1, p. 7**.

8. DA DISPONIBILIDADE ORÇAMENTÁRIA

Outrossim, chamada a se manifestar, a Coordenação de Planejamento e Acompanhamento Orçamentário – COPAC exarou a **Informação nº 264/2025-COPAC/SAFIN**³¹, de 16/04/2025, segundo a qual existe disponibilidade orçamentária no exercício de 2025 para fazer frente a esta contratação.

³¹ 00100.067098/2025-13.





SENADO FEDERAL

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
 Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
 Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.004823/2025-14.

A esse respeito, registramos que o OT, por meio de anexo ao **Despacho nº 120/2025 – COADFI/ILB**³², de 01/04/2025, apresenta o saldo disponível para o treinamento no ano de 2025 para o órgão solicitante, assim como informações correlatas.

Por fim, informamos que **foi criada no sistema GESCON a Pré-Avença nº 5925** referente a esta contratação. As autorizações correspondentes devem ser registradas nesse sistema.

9. CONCLUSÃO

Diante do exposto, a presente contratação se encontra devidamente instruída, em atendimento ao art. 54, caput e §§ 1º e 2º, do ADG nº 14/2022, para deliberação da **Senhora Diretora-Geral** quanto à autorização da participação dos servidores no treinamento solicitado, com base no art. 28, inciso II, do Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal.

Após os autos devem seguir para análise e decisão de mérito sobre a contratação. Assim, em cumprimento ao disposto no art. 72, inciso VIII, da Lei nº 14.133/2021, compete ao **Senhor Diretor-Executivo de Governança Contratual e Licitatória do Senado Federal**, com base no art. 9º, do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal e no ADG 33/2017, caso entenda pertinente:

- a. **APROVAR** o Termo de Referência³³;
- b. **AUTORIZAR** a presente contratação por Inexigibilidade de licitação;
- c. **DESIGNAR** os gestores e fiscais da avença titulares e substitutos;
- d. **AUTORIZAR** a realização da despesa, cujo valor total estimado é de **R\$ 3.790,00** (três mil setecentos e noventa reais);
- e. **DETERMINAR** a emissão da respectiva nota de empenho, em favor da empresa **INOVE CAPACITAÇÃO CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA - ME**, nome fantasia **INOVE CAPACITAÇÃO**, CNPJ nº 27.883.894/0001-61.

Após as providências acima, e antes da emissão da respectiva nota de empenho, os autos deverão retornar à SADCON para atendimento ao disposto no art. 72, parágrafo único, da Lei nº 14.133/2021.

Dessa forma, sugerimos o encaminhamento dos autos à DGER, para autorização da participação dos servidores no treinamento solicitado e, após, à DIRECON, para avaliação do mérito e decisão, sopesando a justificativa apresentada pela

³² 00100.057348/2025-15, p. 13-14.

³³ 00100.057373/2025-91.



**SENADO FEDERAL**

Secretaria de Administração de Contratações – SADCON
Coordenação de Contratações Diretas – COCDIR
Serviço de Execução de Compras – SEEXCO

Processo nº 00200.004823/2025-14.

área técnica em conjunto com o atendimento dos requisitos legais que autorizam a presente contratação direta, conforme acima detalhados.

Respeitosamente,

((verificar assinatura digital))

FERNANDO VERÍSSIMO BRANDIZZI
COCDIR

((verificar assinatura digital))

ANA CAROLINA COUTINHO VILLANOVA
SEEXCO/COCDIR/Revisora

De acordo.

À SADCON, para conhecimento e posterior encaminhamento à Diretoria-Geral – DGER, para autorização da participação dos servidores em questão e, em seguida, à Diretoria-Executiva de Governança Contratual e Licitatória – DIRECON, para a avaliação do mérito e decisão acerca da autorização da inexigibilidade de licitação.

((verificar assinatura digital))

ADRIANA CRISTINA REPELEVICZ DE ALBERNAZ
Coordenadora da COCDIR

De acordo.

À DGER, para análise e deliberação.

((verificar assinatura digital))

RODRIGO GALHA
Diretor da SADCON





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.883.894/0001-61 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/05/2017
NOME EMPRESARIAL INOVECAPACITACAO - CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INOVE SOLUCOES EM CAPACITACAO E EVENTOS		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV CORONEL FRANCISCO H. DOS SANTOS	NÚMERO 2627	COMPLEMENTO *****
CEP 81.530-001	BAIRRO/DISTRITO UBERABA	MUNICÍPIO CURITIBA
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO DATASO@DATASO.COM.BR	TELEFONE (41) 9892-4765	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/05/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 22/04/2025 às 17:12:25 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 27.883.894/0001-61 DUNS®: 918912401
 Razão Social: INOVECAPACITACAO - CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA
 Nome Fantasia: INOVE SOLUCOES EM CAPACITACAO E EVENTOS
 Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 14/08/2025
 Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
 MEI: Não
 Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
 Impedimento de Licitar: Nada Consta
 Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
 Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	24/09/2025	Automática
FGTS	Validade:	25/04/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	30/09/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	03/05/2025
Receita Municipal	Validade:	02/07/2025

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2025



em: 22/04/2025 17:15

2.XXX.XXX-85

Nome: FERNANDO VERISSIMO BRANDIZZI

1 de 1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 27.883.894/0001-61
Razão Social: INOVECAPACITACAO CONSULT E TREINAM LTDA
Endereço: AV CORONEL FRANCISCO HERACLITO DOS SANTOS 2627 / UBERABA / CURITIBA / PR / 81530-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/04/2025 a 14/05/2025

Certificação Número: 2025041505444919319964

Informação obtida em 22/04/2025 18:19:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 12.090.439

CNPJ: 27.883.894/0001-61

Nome: INOVECAPACITACAO - CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, ainda não registrados ou que venham a ser apurados, é certificado que:

Constam débitos tributários e não tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças (SMF) ou pela Procuradoria Geral do Município (PGM), com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional (CTN) e Lei Complementar 40/2001, garantidos mediante bens e direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A revogação da suspensão de exigibilidade implica na imediata revogação da CPEN e de seus efeitos, respondendo o Contribuinte por eventuais atos irregulares.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço
<https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao>.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.

Emitida às 15:54 do dia 03/04/2025.

Código de autenticidade da certidão: 8FB13D15F62F43F77B9586CE3F637A2191

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 02/07/2025 – Fornecimento Gratuito



Você também pode validar a autenticidade
da certidão utilizando um leitor de QRCode.





Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 036639066-30

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **27.883.894/0001-61**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 20/08/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



 Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)
Consulta Contratante

Emissão em 22/04/2025, 18:18

Parâmetros: CPF / CNPJ: 27.883.894/0001-61. Situação para a Esfera Federal: REGULAR

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: MTAzMDFIMDYwNGMxYjI0NDImOWE2YzYxNGU2NDNiNDMzYmRlMzAzZmQ5NWM4NzEyNjkxYzc2ZDIwMGY5OGFjZg==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios



ão deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 22/04/2025 18:16:33

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **INOVECAPACITACAO - CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA**
CNPJ: **27.883.894/0001-61**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

CADASTRO NACIONAL DA PESSOA JURÍDICA

NÚMERO DE INSCRIÇÃO 27.883.894/0001-61 MATRIZ	COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO E DE SITUAÇÃO CADASTRAL	DATA DE ABERTURA 08/05/2017
NOME EMPRESARIAL INOVECAPACITACAO - CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA		
TÍTULO DO ESTABELECIMENTO (NOME DE FANTASIA) INOVE SOLUCOES EM CAPACITACAO E EVENTOS		PORTE EPP
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA ATIVIDADE ECONÔMICA PRINCIPAL 85.99-6-04 - Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS SECUNDÁRIAS 70.20-4-00 - Atividades de consultoria em gestão empresarial, exceto consultoria técnica específica 82.30-0-01 - Serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas		
CÓDIGO E DESCRIÇÃO DA NATUREZA JURÍDICA 206-2 - Sociedade Empresária Limitada		
LOGRADOURO AV CORONEL FRANCISCO H. DOS SANTOS	NÚMERO 2627	COMPLEMENTO *****
CEP 81.530-001	BAIRRO/DISTRITO UBERABA	MUNICÍPIO CURITIBA
UF PR		
ENDEREÇO ELETRÔNICO DATASO@DATASO.COM.BR	TELEFONE (41) 9892-4765	
ENTE FEDERATIVO RESPONSÁVEL (EFR) *****		
SITUAÇÃO CADASTRAL ATIVA	DATA DA SITUAÇÃO CADASTRAL 08/05/2017	
MOTIVO DE SITUAÇÃO CADASTRAL		
SITUAÇÃO ESPECIAL *****	DATA DA SITUAÇÃO ESPECIAL *****	

Aprovado pela Instrução Normativa RFB nº 2.119, de 06 de dezembro de 2022.

Emitido no dia 22/04/2025 às 17:12:25 (data e hora de Brasília).

Página: 1/1





Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF

Declaração

Declaramos para os fins exigidos na legislação, conforme documentação registrada no SICAF, que a situação do fornecedor no momento é a seguinte:

Dados do Fornecedor

CNPJ: 27.883.894/0001-61 DUNS®: 918912401
 Razão Social: INOVECAPACITACAO - CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA
 Nome Fantasia: INOVE SOLUCOES EM CAPACITACAO E EVENTOS
 Situação do Fornecedor: Credenciado Data de Vencimento do Cadastro: 14/08/2025
 Natureza Jurídica: SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA
 MEI: Não
 Porte da Empresa: Empresa de Pequeno

Ocorrências e Impedimentos

Ocorrência: Nada Consta
 Impedimento de Licitar: Nada Consta
 Ocorrências Impeditivas indiretas: Nada Consta
 Vínculo com "Serviço Público": Nada Consta

Níveis cadastrados:

Automática: a certidão foi obtida através de integração direta com o sistema emissor. Manual: a certidão foi inserida manualmente pelo fornecedor.

I - Credenciamento

II - Habilitação Jurídica

III - Regularidade Fiscal e Trabalhista Federal

Receita Federal e PGFN	Validade:	24/09/2025	Automática
FGTS	Validade:	25/04/2025	Automática
Trabalhista (http://www.tst.jus.br/certidao)	Validade:	30/09/2025	Automática

IV - Regularidade Fiscal Estadual/Distrital e Municipal

Receita Estadual/Distrital	Validade:	03/05/2025
Receita Municipal	Validade:	02/07/2025

V - Qualificação Técnica

VI - Qualificação Econômico-Financeira

Validade: 30/06/2025



em: 22/04/2025 17:15

2.XXX.XXX-85

Nome: FERNANDO VERISSIMO BRANDIZZI

1 de 1

[Voltar](#)[Imprimir](#)

Certificado de Regularidade do FGTS - CRF

Inscrição: 27.883.894/0001-61
Razão Social: INOVECAPACITACAO CONSULT E TREINAM LTDA
Endereço: AV CORONEL FRANCISCO HERACLITO DOS SANTOS 2627 / UBERABA / CURITIBA / PR / 81530-001

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

Validade: 15/04/2025 a 14/05/2025

Certificação Número: 2025041505444919319964

Informação obtida em 22/04/2025 18:19:31

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei esta condicionada a verificação de autenticidade no site da Caixa:
www.caixa.gov.br





PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, FINANÇAS E ORÇAMENTO
DEPARTAMENTO DE CONTROLE FINANCEIRO

CERTIDÃO POSITIVA COM EFEITO DE NEGATIVA
DE DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL

Certidão nº: 12.090.439

CNPJ: 27.883.894/0001-61

Nome: INOVECAPACITACAO - CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA

Ressalvado o direito de a Fazenda Pública Municipal inscrever e cobrar débitos de responsabilidade do sujeito passivo acima identificado, ainda não registrados ou que venham a ser apurados, é certificado que:

Constam débitos tributários e não tributários administrados pela Secretaria Municipal de Finanças (SMF) ou pela Procuradoria Geral do Município (PGM), com exigibilidade suspensa, nos termos do art. 151 da Lei 5.172, de 25 de outubro de 1966 – Código Tributário Nacional (CTN) e Lei Complementar 40/2001, garantidos mediante bens e direitos, ou com embargos da Fazenda Pública em processos de execução fiscal, ou objeto de decisão judicial que determina sua desconsideração para fins de certificação da regularidade fiscal.

A certidão expedida em nome de pessoa jurídica abrange todos os estabelecimentos (matriz e filiais) cadastrados no Município de Curitiba.

Esta certidão compreende os Tributos Mobiliários (Imposto sobre serviço - ISS), Tributos Imobiliários (Imposto Predial e Territorial Urbano - IPTU), Imposto sobre a Transmissão de Bens Imóveis Intervivos- ITBI e Contribuição de Melhoria), Taxas de Serviços e pelo Poder de Polícia e outros débitos municipais inscritos em dívida ativa.

A revogação da suspensão de exigibilidade implica na imediata revogação da CPEN e de seus efeitos, respondendo o Contribuinte por eventuais atos irregulares.

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada no endereço <https://cnd-cidadao.curitiba.pr.gov.br/Certidao/ValidarCertidao>.

Certidão emitida com base no Decreto 619/2021 de 24/03/2021.

Emitida às 15:54 do dia 03/04/2025.

Código de autenticidade da certidão: 8FB13D15F62F43F77B9586CE3F637A2191

Qualquer rasura ou emenda invalidará este documento.

Válida até 02/07/2025 – Fornecimento Gratuito



Você também pode validar a autenticidade da certidão utilizando um leitor de QRCode.





Estado do Paraná
Secretaria de Estado da Fazenda
Receita Estadual do Paraná

Certidão Negativa
de Débitos Tributários e de Dívida Ativa Estadual
Nº 036639066-30

Certidão fornecida para o CNPJ/MF: **27.883.894/0001-61**

Nome: **CNPJ NÃO CONSTA NO CADASTRO DE CONTRIBUINTES DO ICMS/PR**

Ressalvado o direito da Fazenda Pública Estadual inscrever e cobrar débitos ainda não registrados ou que venham a ser apurados, certificamos que, verificando os registros da Secretaria de Estado da Fazenda, constatamos não existir pendências em nome do contribuinte acima identificado, nesta data.

Obs.: Esta Certidão engloba todos os estabelecimentos da empresa e refere-se a débitos de natureza tributária e não tributária, bem como ao descumprimento de obrigações tributárias acessórias.

Válida até 20/08/2025 - Fornecimento Gratuito

A autenticidade desta certidão deverá ser confirmada via Internet
www.fazenda.pr.gov.br



Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público Federal (CADIN)

Consulta Contratante

Emissão em 22/04/2025, 18:18

Parâmetros: CPF / CNPJ: 27.883.894/0001-61. Situação para a Esfera Federal: REGULAR

Nenhum registro ativo localizado - Situação REGULAR

Código de Validação: MTAzMDFIMDYwNGMxYjI0NDImOWE2YzYxNGU2NDNiNDMzMmRlMzAzZmQ5NWw4NzEyNjkxYzc2ZDIwMGY5OGFjZg==

Para validar esse documento acesse a opção Cadastro -> Validar Relatórios



ão deste documento não dispensa a consulta ao Cadin a ser realizada pela Administração Pública no momento da operação a que se destina

**TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO****Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica**

Este relatório tem por objetivo apresentar os resultados consolidados de consultas eletrônicas realizadas diretamente nos bancos de dados dos respectivos cadastros. A responsabilidade pela veracidade do resultado da consulta é do Órgão gestor de cada cadastro consultado. A informação relativa à razão social da Pessoa Jurídica é extraída do Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica, mantido pela Receita Federal do Brasil.

Consulta realizada em: 22/04/2025 18:16:33

Informações da Pessoa Jurídica:

Razão Social: **INOVECAPACITACAO - CONSULTORIA E TREINAMENTOS LTDA**
CNPJ: **27.883.894/0001-61**

Resultados da Consulta Eletrônica:

Órgão Gestor: **TCU**
Cadastro: **Licitantes Inidôneos**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **CNJ**
Cadastro: **CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Órgão Gestor: **Portal da Transparência**
Cadastro: **CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas**
Resultado da consulta: **Nada Consta**

Para acessar a certidão original no portal do órgão gestor, clique [AQUI](#).

Obs: A consulta consolidada de pessoa jurídica visa atender aos princípios de simplificação e racionalização de serviços públicos digitais. Fundamento legal: Lei nº 12.965, de 23 de abril de 2014, Lei nº 13.460, de 26 de junho de 2017, Lei nº 13.726, de 8 de outubro de 2018, Decreto nº 8.638 de 15, de janeiro de 2016.





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

Processo nº 00200.004823/2025-14

Assunto: Treinamento externo. DEFERIDO, nos termos do art. 29, inciso II, do Anexo IV do RASF.

Senhor Diretor-Executivo de Governança Contratual e Licitatória,

Trata-se de solicitação do(a) Advocacia do Senado Federal (ADVOSF) (NUP 00100.041212/2025-85), conforme art. 22 e seguintes do Anexo IV do Regulamento Administrativo do Senado Federal (RASF), aprovado pelo Ato da Comissão Diretora nº 14, de 2022, para que o(s) servidor(es) e/ou servidora(s) indicado(s) abaixo participe(m) do treinamento externo intitulado “7º CONASJUR – Congresso Nacional sobre a Atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos.”, promovido pela empresa Inove Capacitação Consultoria e Treinamentos Ltda - ME., a realizar-se no período de 27 a 30 de maio de 2025. , na modalidade **on-line**:

Servidor(a)	Matrícula
FELIPE DO AMARAL MONTEIRO MARTINS	413863

Ante o exposto, nos termos da competência delineada no art. 28, inciso II, observado o disposto nos arts. 22 a 35, todos do Anexo IV do RASF, aprovado pelo ATC nº 14/2023, levando-se em consideração a manifestação dos órgãos técnicos e o cumprimento dos requisitos normativos, passo a decidir:

1. AUTORIZO, condicionando-se à deliberação favorável dessa DIRECON para contratação da promotora do evento, a participação do(s) servidor(es) e/ou servidora(s) supracitados no treinamento externo intitulado “7º CONASJUR – Congresso Nacional sobre a Atuação da Assessoria Jurídica em Licitações e Contratos Administrativos.”, promovido pela empresa **Inove Capacitação Consultoria e**





SENADO FEDERAL
Diretoria-Geral

Treinamentos Ltda - ME, a realizar-se no período de 27 a 30 de maio de 2025, na modalidade **on-line**, com ônus, consoante o inciso II do art. 29, referente às parcelas previstas nos incisos I, II e IV do § 2º do mesmo artigo, todos do Anexo IV¹ do RASF, bem como o registro do(s) afastamento(s) de 27 a 30 de maio de 2025.

Encaminhem-se os autos à **DIRECON** para deliberação acerca da contratação direta e demais decisões dela decorrentes, com fundamento nos arts. 9º e 10 do Anexo V do Regulamento Administrativo do Senado Federal, aprovado pelo ATC nº 14/2022, c/c art. 1º, inciso XI, do ADG nº 33/2017.

Após deliberações por parte da **DIRECON**, encaminhe-se, via eletrônica deste Despacho à **AADGER**, para publicação da presente decisão e, em seguida, à **SEGP** para ciência aos interessados e registro do afastamento do servidor.

Brasília, 25 de abril de 2025.

(assinado eletronicamente)
ILANA TROMBKA
Diretora-Geral

¹ Art. 29. As modalidades de participação do Senado Federal no apoio financeiro à participação de servidores em ações externas de capacitação são as seguintes:

(...)

II - com ônus, sendo devido o pagamento definido no inciso I do caput deste artigo e de quaisquer parcelas previstas nos incisos III a VI do § 2º deste artigo.

(...)

§ 2º O servidor participante de ação externa de capacitação que implique apoio financeiro poderá receber as seguintes parcelas:

I - todas as parcelas remuneratórias ordinárias relativas a seu cargo e nível na carreira;

II - gratificação pelo exercício de função comissionada, nos casos em que permanecer designado durante o afastamento;

(...)

IV - taxas de inscrição ou matrícula, mensalidade, semestralidade ou anualidade, conforme o caso;

